

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

DÉBORA LUCIENE PORTO BOENAVIDES

**A FEMINIZAÇÃO LINGUÍSTICO-DISCURSIVA
NO JORNAL *A CLASSE OPERÁRIA* (1925-1930):
POLÍTICA LINGUÍSTICA EM PERSPECTIVA DIALÓGICA**

Porto Alegre

2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

DÉBORA LUCIENE PORTO BOENAVIDES

**A FEMINIZAÇÃO LINGUÍSTICO-DISCURSIVA
NO JORNAL *A CLASSE OPERÁRIA* (1925-1930):
POLÍTICA LINGUÍSTICA EM PERSPECTIVA DIALÓGICA**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Área de concentração: Linguística – Teorias e Uso da Linguagem

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Corrêa di Fanti

PORTO ALEGRE

2022

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi escrita em sua maior parte durante uma das piores pandemias que o mundo já viu. Neste percurso, perdi amigas(os), familiares, vi outras pessoas importantes para mim ficando com sequelas de saúde. Uma dor imensa ainda está em mim, por isso percebo que não poderia deixar de lamentar todas essas perdas antes de agradecer a todas as pessoas responsáveis pela conclusão desta tese.

Eu sinto tanto, e por isso, dedico este estudo a todas as pessoas que tiveram suas vidas devastadas por conta da Covid-19, principalmente a nós, mulheres trabalhadoras, que mais uma vez soubemos, de uma forma dura e cruel, que basta uma crise para que os nossos direitos sejam questionados. Lidar com a perda de direitos, com a precariedade das relações de trabalho, ao mesmo tempo que tememos pela nossa própria vida e pela vida de nossos familiares talvez tenha sido um dos legados mais pesados da pandemia para nós brasileiras.

Ao passo que lamento pelo momento que passamos, também celebro a finalização desta pesquisa, a qual tive o privilégio de realizar, sabendo que não teria conseguido sem o apoio de tanta gente querida.

Agradeço, primeiramente, à minha família: às minhas filhas, Melissa e Maria Luísa e ao meu esposo, William (que também revisou esta tese), pelo carinho, pela compreensão, pelo incentivo. Por todas as vezes que me perguntaram se estavam “me atrapalhando”, e souberam que não, porque ter vocês por perto, em segurança, talvez tenha sido a maior motivação para que eu lesse e escrevesse por horas a fio. Amo vocês, incondicionalmente.

Agradeço à minha mãe, Brígida, e ao meu pai, Paulo, aos meus irmãos, Henrique, Rafael e Mariana, às minhas cunhadas, Vanessa e Jéssica, à minha avó, Anna, à minha sogra, Rosaura, ao meu sogro, Paulo, e aos meus cunhados, Dionathas e Igor, por me ajudarem a continuar em pé.

Agradeço à minha orientadora, a professora Maria da Glória di Fanti, pelo olhar cuidadoso, pela acolhida, por compartilhar alegrias, por ter feito com que a escritura desta tese fosse leve. Sou muito grata pela tua generosidade, e, certamente, tem muito de ti também nesta tese!

Não posso deixar de agradecer também à professora Florence Carboni, que orientou minha dissertação, por ter me apontado caminhos para poder seguir a pesquisa iniciada em meu mestrado.

Agradeço às professoras Kelli Machado da Rosa, Edla Eggert, Laura Utrera e Luciane

de Paula pelos apontamentos feitos na qualificação. É uma honra contar com pesquisadoras tão competentes na banca desta tese.

Agradeço também a todas(os) as(os) colegas do grupo GenTe. Obrigada pelas risadas, pelos brindes, pelas cantorias, pelas discussões, pelo apoio. Tem um pouquinho de cada uma/um de vocês nesta tese.

Agradeço, por fim, ao CNPq, pela bolsa de doutorado, por tornar possível a conclusão desta pesquisa.

As mulheres — salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas — não dizem "nós". Os homens dizem "as mulheres" e elas usam essas palavras para designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito.

Simone de Beauvoir (2009, p. 19).

RESUMO

Atualmente, encontra-se em voga a discussão sobre políticas linguísticas propostas por grupos socialmente oprimidos para atenuar preconceitos impressos na linguagem e para tornar as línguas mais igualitárias e inclusivas. A feminização linguístico-discursiva, i.e., a valorização e o uso das formas linguísticas femininas é uma dessas propostas, tendo como intuito de, a partir da estilização discursiva, visibilizar as mulheres em seus próprios discursos nas mais variadas esferas discursivas. Essa política linguística, analisada e difundida com o advento dos estudos sociolinguísticos sobre linguagem e gênero nos anos 1970-1980, tem como reivindicação embrionária a reflexão feita em *O Segundo Sexo* por Simone de Beauvoir, em 1949, de que as mulheres não utilizavam o pronome “nós” para se autodesignarem. Contudo, entendemos que as ideologias feministas sempre foram refletidas e refratadas pela linguagem das mulheres, ao ponto dessa atitude linguística preceder à sua nomeação. Contemplando essa problemática, esta tese, a partir da análise dialógica do discurso e de uma visão dialógica do feminismo, tem como objetivo geral investigar a feminização linguístico-discursiva brasileira nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930), visando compreendê-la enquanto política linguística feminista. Como objetivos específicos, busca: a) analisar os discursos das mulheres trabalhadoras presentes no jornal *A Classe Operária* na República Velha, averiguando características que apontem para uma política linguística feminista; b) verificar, nos enunciados das mulheres trabalhadoras no referido jornal, sob um viés dialógico, a estilização discursiva a que chamamos de feminização linguístico-discursiva, ressaltando suas características nos planos lexical, gramatical e discursivo, e c) examinar nos discursos analisados vestígios da presença de consciência linguística, nos termos da análise dialógica do discurso, de consciência de classe, nos termos de Karl Marx, e de consciência de gênero, nos termos do feminismo dialógico, observando como isso afeta a estilística de seus enunciados. Seguimos a metodologia proposta por Valentin Volóchinov em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2017[1929]), a qual foi adaptada ao nosso objeto de análise. Assim, primeiramente, recuperamos o contexto das mulheres que escreviam para o jornal *A Classe Operária* entre os anos de 1925 e 1930, para descrição e interpretação das relações entre a base (modo de produção/ relações de produção e classes sociais) e as práticas languageiras na esfera discursiva imprensa operária brasileira na República Velha. Após, refletimos sobre os enunciados das mulheres trabalhadoras no referido jornal, definindo o seu gênero discursivo e observando como a ideologia de classe das mulheres trabalhadoras organizou a estilística de seu discurso. Por fim, averiguamos as formas linguísticas nesses enunciados, analisando a existência da feminização linguístico-discursiva e ressaltando suas características nos planos lexical, gramatical e discursivo. A partir do conjunto da investigação, defendemos a tese de que a feminização linguístico-discursiva nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930) se manifesta como uma política linguística, uma vez que esse ato responsivo, percebido no conjunto de seus enunciados, por um lado, reflete uma prática estilística recorrente inscrita na linguagem e, por outro, refrata a defesa dos direitos das mulheres no mundo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Análise dialógica do discurso. Escrita de mulheres. Feminismo dialógico. Feminização linguístico-discursiva. Jornal *A Classe Operária*. Política Linguística.

ABSTRACT

Currently, the discussion on language policies proposed by socially oppressed groups to mitigate prejudices established on language and make languages more egalitarian and inclusive is in vogue. Linguistic-discursive feminization, i.e., the valorization and use of feminine linguistic forms, is one of these proposals, with the aim of, from the discursive stylization, making women visible in their discourses in the most varied discursive spheres. This linguistic policy, analyzed and disseminated with the advent of sociolinguistic studies on language and gender in the years 1970-1980, has as its embryonic claim the reflection made in *The Second Sex* by Simone de Beauvoir, in 1949, that women did not use the pronoun “we” to designate themselves. However, it is understandable that feminist ideologies have always been reflected and refracted by the language of women, to the point that this linguistic attitude precedes their naming. Contemplating this problem, this thesis, based on the dialogic discourse analysis and a dialogical view of feminism, has as its general objective to investigate the Brazilian linguistic-discursive feminization in the discourses of working women in *A Classe Operária* newspaper (1925-1930), aiming to understand it as a feminist linguistic policy. As specific objectives, it seeks to: a) analyze the discourses of working women present in *A Classe Operária* in the Old Republic Newspaper, ascertaining characteristics that point to a feminist linguistic policy; b) verify, in the statements of the working women in the referred newspaper, under a dialogical bias, the discursive stylization that we call linguistic-discursive feminization, highlighting its characteristics in the lexical, grammatical and discursive planes, and c) examine in the analyzed speeches traces of the presence of linguistic consciousness, in terms of dialogic discourse analysis, of class consciousness, in terms of Karl Marx, and of gender consciousness, in terms of dialogic feminism, observing how this affects the stylistics of their utterances. We followed the methodology proposed by Valentin Vološinov in *Marxism and the Philosophy of Language* (1973[1929]), which was adapted to our object of analysis. Thus, primarily, the context of the women who wrote for *A Classe Operária* newspaper between the years 1925 and 1930 is recovered, for the description and interpretation of the relations between the base (mode of production/relations of production and social classes) and the language practices in the discursive sphere of the Brazilian working-class press in the Old Republic. Afterward, is reflected on the statements of working women in that newspaper, defining their discursive genre and observing how the working women's class ideology organized the stylistics of their speech. Finally, it was investigated the linguistic forms in these utterances, analyzing the existence of the linguistic-discursive feminization and highlighting its characteristics in the lexical, grammatical, and discursive planes. Based on the research as a whole, we defend the thesis that the linguistic-discursive feminization in the discourses of working women in *A Classe Operária* newspaper (1925-1930) manifests itself as a linguistic policy, since this responsive act, perceived in the set of her statements, on the one hand, reflect a recurrent stylistic practice inscribed in the language and, on the other hand, she refracts the defense of women's rights in the world of work.

KEYWORDS: Dialogic Discourse Analysis. Women's writing. Dialogical Feminism. Linguistic-discursive feminization. *A Classe Operária* newspaper. Language Policies.

RESUMEN

Actualmente, están en discusión políticas lingüísticas propuestas por los grupos socialmente oprimidos para mitigar los prejuicios impresos en la lengua y hacer lenguas más igualitarias e inclusivas. La feminización lingüístico-discursiva, es decir, la valorización y uso de formas lingüísticas femeninas, es una de estas propuestas, con el objetivo de, desde la estilización discursiva, visibilizar a las mujeres en sus propios discursos en las más variadas esferas discursivas. Esta política lingüística tiene como reclamo embrionario la reflexión realizada en *El segundo sexo* por Simone de Beauvoir, en 1949, de que las mujeres no utilizaban el pronombre “nosotras” para designarse a sí mismas, siendo analizada y difundida con el advenimiento de los estudios sociolingüísticos sobre el lenguaje y género en las décadas de 1970 y 1980. Sin embargo, entendemos que las ideologías feministas siempre han sido reflejadas y refractadas por el lenguaje de las mujeres, al punto que esta actitud lingüística precede a su denominación. Contemplando este problema, esta tesis, basada en el análisis dialógico del discurso y una visión dialógica del feminismo, tiene como objetivo general investigar la feminización lingüístico-discursiva brasileña en los discursos de las mujeres trabajadoras en el diario *A Classe Operária* (1925-1930), con el objetivo de entenderlo como una política lingüística feminista. Como objetivos específicos, busca: a) analizar los discursos de las mujeres trabajadoras presentes en el periódico *A Classe Operária* na República Velha, constatando características que apunten a una política lingüística feminista; b) verificar, en las declaraciones de las trabajadoras del citado diario, bajo un sesgo dialógico, la estilización discursiva que denominamos feminización lingüístico-discursiva, enfatizando sus características en los planos lexicales, gramaticales y discursivos, y c) examinar en los discursos las huellas de la presencia de la conciencia lingüística, en términos del análisis dialógico del discurso, de la conciencia de clase, en términos de Karl Marx, y de la conciencia de género, en términos del feminismo dialógico, observando cómo esto afecta la estilística de sus enunciados. Seguimos la metodología propuesta por Valentín Nikoláievich Volóshinov en *El marxismo y la filosofía del lenguaje* (2018[1929]), que fue adaptada a nuestro objeto de análisis. Así, primero, recuperamos el contexto de las mujeres que escribieron para el diario *A Classe Operária* entre los años 1925 y 1930, para la descripción e interpretación de las relaciones entre la base (modo de producción/relaciones de producción y clases sociales) y las prácticas del lenguaje en la esfera discursiva de la prensa obrera brasileña en la Antigua República. Posteriormente, reflexionamos sobre las declaraciones de las mujeres trabajadoras en dicho diario, definiendo su género discursivo y observando cómo la ideología de clase de las mujeres trabajadoras organizaba la estilística de su discurso. Finalmente, investigamos las formas lingüísticas en estos enunciados, analizando la existencia de la feminización lingüístico-discursiva y destacando sus características en los planos del léxico, de la gramatical y del discurso. Con base en el conjunto de la investigación, defendemos la tesis de que la feminización lingüístico-discursiva en los discursos de las mujeres trabajadoras del diario *A Classe Operária* (1925-1930) se manifiesta como una política lingüística, ya que ese acto de respuesta, percibido en el conjunto de sus declaraciones, por un lado, reflejan una práctica estilística recurrente inscrita en el lenguaje y, por otro lado, refracta la defensa de los derechos de la mujer en el mundo del trabajo.

PALABRAS CLAVE: Análisis dialógico del discurso. Mujeres escribiendo. Feminismo dialógico. Feminización lingüístico-discursiva. Periódico *A Classe Operária*. Política Lingüística.

RÉSUMÉ

Actuellement, la discussion sur les politiques linguistiques proposées par des groupes socialement opprimés dans l'intention d'atténuer les préjugés imprimés dans le langage et rendre les langues plus égalitaires et inclusives est en vogue. Une de ces propositions est la féminisation linguistico-discursive, c'est-à-dire, la valorisation et l'usage des formes linguistiques féminines à travers la stylisation discursive, afin de visibiliser les femmes dans leurs propres discours, dans les sphères discursives les plus variées. Cette politique linguistique, analysée et diffusée par l'avènement des études sociolinguistiques sur le langage et le genre dans les années 1970-1980, a pour revendication embryonnaire la réflexion menée par Simone de Beauvoir dans *Le Deuxième Sexe*, en 1949, selon laquelle les femmes n'utilisaient pas le pronom sujet « nous » pour s'autodésigner. Néanmoins, on comprend que les idéologies féministes ont toujours été réfléchies et réfractées par le langage des femmes, de sorte qu'une telle attitude linguistique peut précéder leur nomination. Dans cette problématique, à partir d'une analyse dialogique du discours et d'une vision dialogique du féminisme, cette thèse a pour objectif principal d'examiner la féminisation linguistico-discursive brésilienne dans les discours des femmes ouvrières du journal *A Classe Operária* (1925-1930), visant à la comprendre en tant que politique linguistique féministe. Pour ce faire, cette recherche a pour objectifs spécifiques : a) analyser les discours des femmes ouvrières présents dans le journal *A Classe Operária* sous la Première République du Brésil, en vérifiant les caractéristiques qui pointent vers une politique linguistique féministe ; b) vérifier, dans les énoncés des femmes ouvrières du susmentionné journal, sous un aspect dialogique, la stylisation discursive qu'on nomme féminisation linguistico-discursive, tout en soulignant ses caractéristiques lexicales, grammaticales et discursives ; et c) examiner dans les discours analysés les vestiges de l'existence d'une conscience linguistique en ce qui concerne l'analyse dialogique du discours, la conscience de classe, relativement à Karl Marx, à la conscience de genre, et du point de vue du féminisme dialogique, en observant comment cela touche la stylistique de ses énoncés. Nous utilisons la méthodologie proposée par Valentin Volóshinov dans *Marxisme et philosophie du langage* (2017[1929]), qui a été adaptée à notre objet d'analyse. Ainsi, tout d'abord on a récupéré le contexte des femmes qui écrivaient pour le journal *A Classe Operária* entre les années 1925 et 1930, pour la description et l'interprétation des relations entre la base (mode de production / rapports de production et classes sociales) et les pratiques langagières dans la sphère discursive de la presse ouvrière de la Première République du Brésil. Ensuite, on a réfléchi sur les déclarations des femmes ouvrières dans le journal *A Classe Operária*, en définissant leur genre discursif et observant comment l'idéologie de la classe des femmes ouvrières a organisé la stylistique de son discours. Enfin, on a vérifié les formes linguistiques de ces énoncés, en analysant l'existence d'une féminisation linguistico-discursive et mettant en évidence ses caractéristiques dans les plans lexical, grammatical et discursif. Sur la base de l'ensemble de cette recherche, nous défendons la thèse selon laquelle la féminisation linguistico-discursive dans les discours des ouvrières du journal *A Classe Operária* (1925-1930) se manifeste comme une politique linguistique, puisque cet acte réactif, perçu dans l'ensemble de ses énoncés, d'une part, reflète une pratique stylistique récurrente inscrite dans le langage et, d'autre part, réfracte la défense des droits des femmes dans le monde du travail.

MOTS-CLÉS: Analyse dialogique du discours. Écriture de femmes. Féminisme dialogique. Féminisation linguistico-discursive. Journal *A Classe Operária*. Politique linguistique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fotografia de Elvira López	106
Figura 2: Capa da tese de Elvira López	107
Figura 3: Termo “feminismo” sendo empregado em 1893 no jornal <i>Correio Paraense</i>	109
Figura 4: Retrato a óleo de Júlia Lopes de Almeida por Richard Hall, em Paris, em 1914..	110
Figura 5: Pesquisa “Which Word Should Be Banned in 2015?”	117
Figura 6: “Feminismo” é eleita palavra do ano do Merriam-Webster	118
Figura 7: Retrato de Anastácia	124
Figura 8: Definição de “professora” no dicionário do Google.....	146
Figura 9: Definição de “professor” no dicionário do Google	147
Figura 10: Abertura da novela “Brasileiras e brasileiros”.....	149
Figura 11: Discurso de posse de Lula	150
Figura 12: Manchete “Lula usa ‘todos e todas’ em discurso”	151
Figura 13: Manchete “O resgate de ‘brasileiros e brasileiras’”	152
Figura 14: Cabeçalho do jornal <i>A União Operária</i> de 8 de outubro de 1905	180
Figura 15: Informação sobre a União Operária do Engenho de Dentro.....	180
Figura 16: Partido Operário Independente	181
Figura 17: Retrato de Elisa Scheid	182
Figura 18: Cabeçalho do jornal <i>Anima e Vita</i> de 26 de março de 1905	184
Figura 19: Obituário de Ernestina Lesina	185
Figura 20: Cabeçalho de <i>O Nosso Jornal</i> , de 1º de maio de 1923	186
Figura 21: Fotografia de trabalhadoras(es) com o jornal <i>A Classe Operária</i> de 1º de maio de 1928	193
Figura 22: A educação das mães proletárias	195
Figura 23: Título e slogan de <i>A Classe Operária</i> em sua primeira fase	199
Figura 24: Recorte do enunciado “O martelo e a foice”	200
Figura 25: Título e <i>slogan</i> de <i>A Classe Operária</i> no início de sua segunda fase.....	200
Figura 26: Título e <i>slogan</i> do jornal <i>A Classe Operária</i> como Órgão Central do Partido Comunista do Brasil	201
Figura 27: Recorte do enunciado “A ti, leitor”	202
Figura 28: Recorte do enunciado “Aos colaboradores”	203
Figura 29: Recorte do enunciado “Inquérito”	204
Figura 30: Recorte do enunciado “Aos trabalhadores das fazendas de café”	207
Figura 31: Primeira página da edição de 30/05/1925 do jornal <i>A Classe Operária</i>	211
Figura 32: Recorte do enunciado “As operárias charuteiras da Bahia apelam para ‘A Classe Operária’”	212
Figura 33: Mapa do Recôncavo Baiano	214
Figura 34: Fotografia: trabalho feminino, realizado “sentada na banca”. Década de 1930..	217
Figura 35: Fotografia: homens destalando as folhas de fumo na Fábrica de Charutos Dannemann. Século XIX.....	218
Figura 36: Fotografia: mulheres e crianças no trabalho na Fábrica de Charutos Dannemann, em São Félix, 1930.	219
Figura 37: Litografia - rótulo dos charutos “A Bela Africana” de Stender & Cia.....	220
Figura 38: Recorte do enunciado “‘A Classe Operária’ é escrita por trabalhador[a]s”	232
Figura 39: Recorte do enunciado “Sobre o n. 6”	233

Figura 40: Recorte do enunciado “Em São Félix”	234
Figura 41: Recorte do enunciado “Em Muritiba”	235
Figura 42: Recorte do enunciado “As charuteiras”	238
Figura 43: Recorte do enunciado “Pelos operários da Souza Cruz”	241
Figura 44: Recorte do enunciado “Na Companhia Souza Cruz”	243
Figura 45: Recorte do enunciado “As operárias da fábrica Dannemann”	246
Figura 46: Segunda página do n. 6 de <i>A Classe Operária</i>	251
Figura 47: Recorte do enunciado “Entre as telefonistas”	253
Figura 48: Recorte do enunciado queixa sobre o trabalho “burocrático” das telefonistas....	255
Figura 49: Fotografia: antiga Estação Norte. Vista da mesa "A" no ano de 1922	256
Figura 50: Fotografia: telefonistas do Rio de Janeiro	258
Figura 51: Capa da lista da Companhia Telefônica Brasileira (1925)	259
Figura 52: Recorte do enunciado “A tragédia de uma criança”	260
Figura 53: Anúncio na capa da lista da Companhia Telefônica Brasileira (1927)	261
Figura 54: Recorte do enunciado “A Empresa Telefônica”	262
Figura 55: Anúncio de emprego para telefonista	264
Figura 56: Obituário de Olivério Nunes da Silva, telefonista da Light	264
Figura 57: Crônica – O monstro das cem mil bocas	266
Figura 58: Recorte do enunciado “Taylorizemo-nos!”	270
Figura 59: Recorte do cartum “A vingança do Sapateiro”	271
Figura 60: Entrevista com telefonista no jornal <i>Gazeta de Notícias</i> (26/12/1911, p. 2).....	272
Figura 61: Homem falando ao telefone.....	275
Figura 62: Recorte do enunciado “Um caso telefônico”	276
Figura 63: Seção "Dos nossos correspondentes" de 1º de maio de 1928.....	278
Figura 64: Recorte do enunciado “As telefonistas”	279
Figura 65: Fotografia: encarregada Aurora Silva – Telefonista que demonstrou calma no decorrer do acontecimento no dia 10 de março de 1929	281
Figura 66: A Light como "polvo imperialista" no jornal <i>A manhã</i>	283
Figura 67: Recorte do enunciado “Tramway, Light and Power”	285
Figura 68: Primeira página do n. 9 de <i>A Classe Operária</i>	290
Figura 69: Recorte do enunciado “Mais um esforço!”	291
Figura 70: Página 2 do n. 9 de <i>A Classe Operária</i>	295
Figura 71: Recorte do enunciado: “O apelo dos operários têxteis de Alagoas”	296
Figura 72: Fotografia: Elvira Boni, da União das Costureiras, presidindo a mesa do III Congresso Operário	300
Figura 73: Fotografia “Fábrica União Mercantil, primeira indústria têxtil instalada em Alagoas”	303
Figura 74: Mapa da Distribuição territorial de fábricas têxteis em Alagoas, período 1857-1900	304
Figura 75: Fotografia de tecelãs da Companhia União Mercantil (Alagoas).....	307
Figura 76: Fotografia de operárias e operários da Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos	308
Figura 77: Recorte do enunciado “Em Penedo (Alagoas)”	309
Figura 78: Cartum “O pequeno grevista” sobre greve de 1917	311
Figura 79: Fotografia de crianças na greve de 1º de maio de 1907.....	312
Figura 80: Fotografia de operárias e operários em frente à fábrica Companhia União Mercantil	313

Figura 81: Recorte do enunciado “A atividade da Cia. de Fiação e Tecidos Norte Alagoas”	315
Figura 82: Recorte do enunciado “Em Jucutuquara”	316
Figura 83: Recorte do enunciado “Mulheres Trabalhadoras do Brasil, Alerta”	319

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro-resumitivo das obras do Círculo de Bakhtin publicadas no Brasil	42
Quadro 2: Comparação entre Preâmbulo da Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e da Declaração de direitos do homem e do cidadão	137
Quadro 3: Dicionários e gramáticas que normatizam o uso de “Presidenta”	143
Quadro 4: Textos de autoria de mulheres trabalhadoras no jornal <i>A Classe Operária</i> (1925-1930) coletados na pesquisa	163
Quadro 5: Seleção de enunciados conforme profissão e estado das autoras	166
Quadro 6: Principais editoras e editores da imprensa operária na República Velha	177
Quadro 7: Textos de autoria das operárias de fábricas de fumo coletados na pesquisa	209
Quadro 8: Fábricas instaladas no Recôncavo Baiano entre meados do século XIX e a República Velha.....	216
Quadro 9: Textos de autoria de operárias da indústria têxtil coletados na pesquisa.....	288
Quadro 10: Atividades Industriais em Alagoas no Início dos Anos 1900	305
Quadro 11: Fábricas de tecidos em atividade em Alagoas – 1930	306
Quadro 12: Obras do Círculo de Bakhtin publicadas no Brasil	361

SUMÁRIO

APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS	15
1 A LINGUÍSTICA E A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E SOCIEDADE	29
1.1 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO: UM PERCURSO BRASILEIRO.....	30
1.2 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO: UMA TEORIA INTERDISCIPLINAR	46
1.3 A RELAÇÃO ENTRE LINGUÍSTICA E FEMINISMO	80
2 POR UMA LINGUÍSTICA FEMINISTA.....	99
2.1 FEMINISMO COMO ATO RESPONSIVO: O SIGNO IDEOLÓGICO ENQUANTO ARENA DAS LUTAS FEMINISTAS	103
2.2 FEMINISMO DIALÓGICO E AS POTENCIALIDADES DO PLURILINGUISTO FEMINISTA: O GRITO, A RESPOSTA, A FALA E A ESCUTA	120
2.3 A FEMINIZAÇÃO LINGUÍSTICO-DISCURSIVA: UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA FEMINISTA.....	136
3 A IMPRENSA OPERÁRIA BRASILEIRA NA REPÚBLICA VELHA: BREVES COMENTÁRIOS	159
3.1 A FEMINIZAÇÃO LINGUÍSTICO-DISCURSIVA COMO POLÍTICA LINGUÍSTICA DIALÓGICA NOS DISCURSOS DAS MULHERES TRABALHADORAS: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	160
3.2 A IMPRENSA OPERÁRIA BRASILEIRA ENQUANTO ESFERA DISCURSIVA NA REPÚBLICA VELHA	171
3.3 O JORNAL <i>A CLASSE OPERÁRIA</i> NA REPÚBLICA VELHA	191
4 O DISCURSO DAS MULHERES TRABALHADORAS NO JORNAL <i>A CLASSE OPERÁRIA</i> (1925-1930)	208
4.1 AS CHARUTEIRAS DO RECÔNCAVO BAIANO	209
4.2 AS TELEFONISTAS DO RIO DE JANEIRO	249
4.3 AS OPERÁRIAS DAS FÁBRICAS TÊXTEIS DE ALAGOAS.....	288
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	324
REFERÊNCIAS	332
ANEXO 1.....	361
ANEXO 2.....	369

APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS

“O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular.”
Donna Haraway (1995[1988], p. 33).

“Viver significa ocupar uma posição de valores em cada um dos aspectos da vida.”
Mikhail Bakhtin (2010[1920-24], p. 174).

Início a escritura destes apontamentos introdutórios em um cenário bastante triste e caótico, mas que me lembra o contexto histórico das mulheres que escreviam para o jornal *A Classe Operária*, das quais os textos constituem o *corpus* de estudo desta tese. A história se repete, primeiro como tragédia, depois como farsa, já disse Karl Marx (2011).

Se hoje, em maio de 2021, uma pandemia, a Covid-19, nos assola, causando, até o momento, mais de três milhões de mortes em todo o mundo, entre 1918 e 1920, poucos anos antes da fundação de *A Classe Operária* (em 1925), outra pandemia, no Brasil nomeada “Gripe Espanhola”, afligia a população mundial. Se hoje tememos um golpe, por parte do governo atual, em 1930 um golpe foi dado, pelo governo Getúlio Vargas, e ainda foi aclamado e nomeado como “Revolução”. Da mesma forma, se as mulheres trabalhadoras que escreviam para o referido jornal lutavam para obterem melhores condições de vida e de trabalho, clamando pela regulamentação de sua carga horária, por mais respeito no ambiente de trabalho, por um salário igualitário entre mulheres e homens, suficiente para o seu sustento, hoje lutamos para que os direitos conquistados através de muito embate, como o travado por essas mulheres, não nos sejam tirados.

Fora a semelhança dos acontecimentos, a tensão que parece existir nas nomeações atualmente se assemelha muito à daquela época. Golpe, impedimento, ou ainda, afastamento. Manifestação ou protesto. Desvio ou corrupção. Genocídio ou fatalidade. Nomeações em disputa, como, na República Velha, estiveram Gripe Espanhola e Gripe Francesa, golpe e revolução.

Pondero sobre a disputa entre palavras porque é essa disputa o objeto de estudo desta tese. O uso das formas gramaticais femininas na linguagem é uma disputa, que continua até os dias atuais. O uso do “nós” por nós, mulheres, ao invés de usarmos “as mulheres” ou “elas”, é, também, uma disputa, a qual possui muitos antagonistas. Linguistas, homens e mulheres, defensores da norma culta, militantes feministas e LGBTQIA+. Todas, todos e todes seguem se posicionando, apresentando argumentos favoráveis e contrários às políticas linguísticas

propostas para uma linguagem não sexista, sejam elas a feminização ou a neutralização linguístico-discursivas, sejam as mudanças requeridas nas dimensões discursivas ou linguísticas, estando elas no plano discursivo, lexical ou gramatical da língua.

A disputa não é vista aqui de forma negativa. Embora busquemos uma sociedade igualitária, a equidade só será possível através da luta. Antes de encontrá-la, precisamos estar abertas ao diálogo. Por esse motivo é que, nestes apontamentos introdutórios, inicio indicando questões que me situam perante os acontecimentos, sejam eles os analisados nesta tese, para contextualização do objeto de estudo, ou os acontecimentos atuais, importantes para explicitar meu posicionamento teórico. Dito isso, passo a explicar algumas de minhas escolhas de discurso e de pesquisa, para que se possa compreender o raciocínio que orienta o percurso do presente estudo.

A primeira escolha diz respeito ao uso das formas linguísticas. Nesta tese, por respeito ao meu objeto de estudo – a feminização linguístico-discursiva –, quando necessário, buscarei dar visibilidade a nós, mulheres, através do uso das formas gramaticais femininas, não utilizando tais formas apenas quando se tratar, claramente, de questões sobre homens que não incluam mulheres¹. Assim, quando for apresentar estudos realizados por uma pesquisadora e um pesquisador, por exemplo, escreverei “a pesquisadora e o pesquisador”, ao invés da forma comum “os pesquisadores”. Quando me referir a interlocutoras e interlocutores de forma genérica, utilizarei as/os interlocutoras(es). Explico isso e indico que a necessidade de esclarecimento já marca em si a assimetria existente na linguagem, já que, se utilizasse o dito masculino genérico, não precisaria de nenhuma explicação.

A segunda escolha diz respeito a uma questão objetual, ontológica e filosófica. Em alguns pontos, me incluirei nos discursos, utilizando o “nós” para falar sobre nós, mulheres, uma vez que procuro situar, de alguma forma, o meu objeto de estudo, e isso requer, conforme Donna Haraway (1995[1988], p. 33), que “o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do

¹ Considerarei, nessas escolhas, “mulheres” e “homens” como grupos heterogêneos, nos quais estão incluídas tanto as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando nasceram, chamadas, pelo transfeminismo, de “cisgênero”, quanto aquelas que não se identificam com o gênero atribuído compulsoriamente ao nascimento, denominadas “transgênero”. Buscarei, também, reconhecer pessoas que em suas pesquisas se identifiquem como não-binárias, pelos pronomes e denominações que escolherem. Para um melhor aprofundamento, sugiro o livro de Beatriz Pagliarini Bagagli “*Cisgênero*” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”, de 2018.

Também considerarei a supremacia masculina na sociedade capitalista indicada por Saffioti (1987), utilizando, sem feminização, “patrões” e “donos das fábricas” para me referir aos membros da burguesia industrial, exploradora das mulheres trabalhadoras que escreviam para o jornal *A Classe Operária*.

senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento ‘objetivo’”.

A terceira escolha diz respeito a uma questão de pesquisa. Buscarei, sempre que possível, referenciar estudos escritos por mulheres. Por esse motivo, sempre tentarei citar o nome completo das autoras das obras referenciadas. Em minhas referências, também, não trarei abreviações, para que essa escolha seja mais facilmente percebida.

A quarta escolha é uma tentativa de “corrigir”, nas citações utilizadas, o uso dos signos ideológicos “homem” e “homens” para se referir a sujeitos, indivíduos, falantes, interlocutoras etc. Faço isso, pois acredito que os signos “homem” e “homens” não são formas não marcadas, como muitas pesquisadoras e pesquisadores defendem, não comportam em sua significação tanto homens quanto mulheres. Entendo que manter essa nomeação seria contradizer várias das teorias que embasam esta pesquisa.

Farei isso por coerência textual à minha existência, como defende e faz a antropóloga Débora Diniz em seu livro *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa* (2003), e por coerência teórica. A coerência à minha existência é o que me obriga a me situar, enquanto mulher, cisgênero, branca, mãe, pertencente à classe trabalhadora, apesar das ações normalizantes da esfera acadêmica. A coerência teórica não é uma escusa, é um compromisso. As bases epistemológicas desta tese tanto me autorizam quanto me impelem a essa pequena transgressão, da qual não sou pioneira.

Para situar a presente pesquisa, é preciso fazer algumas considerações sobre o contexto histórico no qual estavam inseridas as mulheres trabalhadoras que escreviam para *A Classe Operária* entre os anos 1925 e 1930. O período posterior à Proclamação da República (em 1889) foi marcado por grandes mudanças econômicas e sociais no Brasil. Entre essas mudanças, estavam a abolição da escravidão, em 1888, o início do processo de industrialização brasileiro, no final do século XIX, o processo de imigração, os ideais anarquistas e socialistas trazidos pelos imigrantes, juntamente com as suas línguas europeias, que complexificaram ainda mais o cenário linguístico brasileiro, já marcado pelo plurilinguismo (tínhamos aqui as línguas dos povos indígenas, dos colonizadores portugueses, dos escravizados, entre outras), como Florence Carboni, Débora Luciene Porto Boenavides, Camila Barili e Suélen Martins Meleu mostramos no artigo “O plurilinguismo na história do Brasil: considerações exploratórias” (2017).

Dessa forma, se o Brasil da época teve mudanças significativas em sua infraestrutura (processos de produção e relações de trabalho), certamente essas mudanças impactaram em sua superestrutura (língua, discursos, ideologias), assim como por esta foram influenciadas. As mudanças socioeconômicas foram cruciais para a transformação da ideologia de classe e de

gênero no país, principalmente porque parte da população, antes rural, passou a migrar para os centros urbanos que começaram a ser criados, aumentando o número de esferas discursivas em que as ideias poderiam circular. Além da urbanização intensiva e da migração interna causada por ela, o período, que aqui chamaremos de República Velha, compreendido entre o final do século XIX até o início do governo Getúlio Vargas, em 1930, foi marcado pela “maciça presença dos meios de comunicação social” e pela expansão da rede escolar de ensino fundamental e, conseqüentemente, pela diminuição dos índices de analfabetismo, de acordo Carlos Alberto Faraco em *História sociopolítica da língua portuguesa* (2016, p. 151).

A força de trabalho feminina constituiu um importante elemento nesse processo de substituição de mão de obra escravizada para assalariada, sendo expressivo o número de mulheres que trabalhava nas fábricas brasileiras nas primeiras décadas da industrialização. A pesquisadora Heleieth Saffioti, na obra *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher* (1981, p. 21-22), assinala que, no Brasil, “em 1872, quase a totalidade dos trabalhadores do setor industrial eram mulheres” e que, em 1920, “as mulheres contribuíam com 65,1% dos contingentes humanos empregados na indústria têxtil e com 69,7% da mão-de-obra do setor de confecções”.

Além disso, salientamos o alto número de mulheres empregadas em serviço doméstico. Conforme Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque* (2001, p. 204), “a tabela de profissões do censo do Distrito Federal indica que, do total de 117.904 pessoas que se declararam empregadas em serviço doméstico, 94.730 eram mulheres”.

É importante destacar que, no Brasil, apesar de as mulheres das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca terem sido alheias ao trabalho (SAFFIOTI, 1979, p. 32), somente com o advento da imprensa operária começamos a ter notícia das lutas das mulheres trabalhadoras. Fonte importante para o conhecimento disso são os textos por elas escritos na imprensa operária da época.

Entre os principais periódicos da imprensa operária, destacou-se o jornal *A Classe Operária*, um dos mais importantes periódicos de organizações partidárias de esquerda da história brasileira – e o mais antigo ainda em circulação (BRASIL, 2014). *A Classe Operária* foi fundado em 1º de maio de 1925, no Rio de Janeiro (RJ), como órgão do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A temática principal do jornal *A Classe Operária* era a defesa da classe trabalhadora. Entre seus temas centrais estavam a divulgação das condições de vida e de trabalho do proletariado brasileiro e a disseminação do marxismo segundo a visão do Partido Comunista.

Seus textos, em seus primeiros momentos, estavam repletos de reivindicações, com destaque para a seção de cartas, redigidas principalmente por trabalhadoras e trabalhadores. Guiado por ideais socialistas e comunistas, o jornal contou com 12 edições em sua primeira fase, em 1925, e com ao menos 97 números em sua segunda fase, entre 1928 e 1930.

Escolhemos esse período para situarmos nossa pesquisa na chamada República Velha (1889-1930), por se tratar do período em que foram publicados os números pertencentes à primeira fase e ao início da segunda fase do jornal e por visualizarmos que nesse período o jornal manteve sua configuração. Entre 1925 e 1930, o jornal *A Classe Operária* teve como editores Otávio Brandão Rego e Astrojildo Pereira e contou com a colaboração de José Lago Morales e Laura Brandão, seguindo a proposta de Lênin para a imprensa operária presente na obra *Que fazer?*, publicada em 1902 (BRANDÃO, 1978)².

Assinalamos o destaque dado aos textos sobre as questões das mulheres trabalhadoras em *A Classe Operária*. Logo em uma das primeiras edições analisadas, de 30 de maio de 1925, são encontrados, distribuídos entre suas 4 páginas, 6 textos sobre a exploração específica que sofria a mulher trabalhadora. Um dos maiores textos assinados da edição foi redigido por mulheres e assinado no coletivo e no feminino: “As operárias charuteiras de S. Félix”. No texto, as operárias expõem sua situação e reivindicam melhores condições:

[...] Levamos ao conhecimento do proletariado industrial e agrícola os horrores que sofremos. Somos tratadas como seres inferiores. [...]
Os que, nas grandes cidades, nas casas elegantes, fumam os charutos finos do S. Félix, mal sabem a exploração inominável a que somos submetidas.
Nossas aspirações são as seguintes:
(A) Econômicas:
1ª- Salário fixo de \$5 diários, por 250 charutos a pau ou 100 charutos a mão;
[...] 6ª- Licença de 15 dias para as companheiras no parto e pagamento integral.
(B) Higiênicas:
7ª- Água pura e copos;
8ª- Bancos especiais para as companheiras grávidas.
(C) Políticas:
9ª- Direito de livre associação;
10ª- Não sermos despedidas quando comemoramos o primeiro de maio.
(As operárias charuteiras de S. Félix, A CLASSE OPERÁRIA, 30/05/1925, p. 1)³

No Brasil, assim como no restante do mundo, não temos notícias de reivindicações que questionassem a falta do uso e da valorização das formas linguísticas femininas nos discursos de nós, mulheres, antes da publicação de *O Segundo Sexo*, escrito por Simone de Beauvoir e

² Trataremos das questões do jornal *A Classe Operária* na seção 3.3 desta tese.

³ Nesta tese, a grafia dos enunciados será atualizada conforme as normas vigentes atualmente.

publicado em 1949⁴. Todavia, apenas com o advento das pesquisas sociolinguísticas sobre a relação entre gênero e linguagem nos anos 1970-1980 tivemos aportes importantes para a compreensão das disparidades entre homens e mulheres marcadas nas práticas discursivas e para o entendimento de como nós, mulheres, podemos nos marcar como Sujeito em nossos próprios discursos⁵.

Contudo, embora essas teorizações e estudos sejam relativamente recentes, o debate sobre a problemática do uso do masculino genérico é bastante antigo, assim como as tentativas de valorizar as formas gramaticais e lexicais femininas na linguagem. A primeira gramática da língua portuguesa, escrita por Fernão de Oliveira em 1536 assinalava: “‘Marido e mulher ambos são bons homens’, enfim, posto que muitas desproporções ou dissemelhanças se cometem na nossa língua...” (OLIVEIRA, 1975, Cap. XLIX), apontando que, naquela época, já se refletia sobre as dissimetrias nos usos padrão das formas da língua. Durante a Revolução Francesa (1789-1799), a dramaturga Olympe de Gouges⁶ percebeu que a *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*⁷ não incluía as mulheres e versou o documento do masculino genérico para o feminino, escrevendo a *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*⁸. Pela reivindicação da equiparação dos direitos das mulheres ao dos homens, Olympe fora guilhotinada, em 1793, sob pretexto de ser antirrevolucionária⁹. As suas atitudes discursivas, porém, indiciam o seu vanguardismo.

Atualmente, a política linguística de valorização e uso das formas lexicais e gramaticais femininas é chamada de feminização linguística, uma proposta bastante utilizada, principalmente, na França, onde é chamada de “féminisation linguistique”, sendo estudada por muitas linguistas, como Louise-L Larivière (2000). Como analisaremos essa política linguística também pelas marcas discursivas de (inter)subjetividade e pela autodenominação coletiva,

⁴ Salientamos que realizamos uma busca exaustiva por reivindicações da valorização das formas femininas antes da publicação de *O Segundo Sexo* e não encontramos. Contudo, a temática de uma escrita literária feminina já havia sido abordada na década de 1920, pelo Grupo de Bloomsbury, liderado por Virgínia Woolf. Não sabemos, porém, de reivindicações de valorização das formas linguísticas femininas na linguagem por parte do Grupo, apesar da defesa da existência de uma linguagem feminina, de um estilo de escrita feminino, observável em textos de autoria feminina, fruto de suas condições sociais e materiais, de suas experiências e de suas possibilidades. Nas palavras de Virginia Woolf ([1929]2018, p. 112): “[...] se tentarmos resumir a característica da literatura feminina no presente, diríamos que é corajosa, é sincera, é fiel ao que as mulheres sentem. Não é amarga. Não insiste em sua feminilidade. Mas, ao mesmo tempo, um livro de uma mulher não é escrito como escreveria um homem”.

⁵ Podemos indicar várias obras e estudos importantes para o debate dessa problemática. No entanto, selecionamos duas obras que consideramos precursoras: *Les mots et les femmes*, da linguista francesa Marina Yaguello, de 1978; *A mulher na língua do povo*, da pesquisadora brasileira Eliane Vasconcellos Leitão, publicado em 1981.

⁶ A discussão sobre *A declaração dos direitos da mulher cidadã* será aprofundada na seção 2.3 desta tese.

⁷ Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

⁸ Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã.

⁹ O pretexto era que, por se opor à *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*, Olympe seria contrária à Revolução Francesa, e, por isso, antirrevolucionária.

adotaremos, na presente tese, a denominação “feminização linguístico-discursiva”. O intuito dessa estilização discursiva é visibilizar a nós, mulheres, principalmente nos nossos próprios discursos nas mais variadas esferas discursivas¹⁰.

Com a finalidade de procurarmos trabalhos que analisassem a feminização linguístico-discursiva ou outras políticas linguísticas feministas no Brasil, para situar a presente pesquisa em relação às outras, tanto no que tange às aproximações quanto às particularidades, realizamos, em 2 de abril de 2021, uma busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Catálogo de Teses e Dissertações, também da CAPES. As palavras-chave buscadas foram as seguintes: “feminização linguístico-discursiva”; “feminização linguística”; “políticas linguísticas feministas”; “gênero gramatical” e “sexismo linguístico”. Optamos pela filtragem dos trabalhos realizados em língua portuguesa, no caso do Portal de Periódicos, e a partir de 2006, no caso do Catálogo de Teses e Dissertações (início da Plataforma Sucupira), na Grande Área Conhecimento “Linguística, Letras e Artes”, Área de Concentração “Linguística” e “Estudos da Linguagem”, área de avaliação “Linguística e Literatura”. Encontramos respectivamente 0, 0, 0, 33, 0 artigos e 0, 0, 0, 20 e 3 teses e dissertações por meio das palavras-chave citadas.

A partir da leitura dos resumos, foi possível perceber que apenas 4 dos 33 artigos encontrados sobre gênero gramatical possuíam alguma relação com nosso estudo. No entanto, nenhum dos artigos lidos tratava diretamente da feminização linguístico-discursiva.

No artigo “Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical”, publicado em 2008 por Rodrigo Borba e Ana Cristina Ostermann, o pesquisador e a pesquisadora investigam “a manipulação do sistema de gênero gramatical entre travestis profissionais do sexo do Sul do Brasil” (2008, p. 409). A partir do estudo, percebeu-se que o grupo normalmente prefere formas gramaticais femininas. No entanto, tensões ideológicas “forçam-nas a utilizar o masculino em contextos específicos” (BORBA; OSTERMANN, 2008, p. 409). O autor e a autora concluem que

As travestis empregam o masculino gramatical para 1) produzir narrativas sobre o período anterior às suas transformações corporais; 2) reportar discursos produzidos por outros ao falar de travestis; 3) falar de si em suas relações familiares; e 4) distinguir-se de outras travestis com as quais as falantes não se identificam. (BORBA; OSTERMANN, 2008, p. 409).

Bruno Felipe Marques Pinheiro e Raquel Meister Ko Freitag, no artigo “Estereótipos na concordância de gênero em profissões: efeitos de frequência e saliência”, publicado em 2020,

¹⁰ Aprofundaremos a discussão sobre feminização linguístico-discursiva na seção 2.3 desta tese.

discutem a relação entre os estereótipos e a marcação de gênero. Segundo o autor e a autora, a “marcação de gênero no português pode ser binária (‘o aluno’/‘a aluna’ – ‘o estudante’/‘a estudante’) ou por processo de concordância, como em profissões de nome comum de dois gêneros (‘o falante’/‘a falante’)” (PINHEIRO; FREITAG, 2020, p. 85). Assim, tais distinções são realizadas a partir da experiência das/dos falantes com estereótipos compartilhados, nos quais as/os falantes constroem representações mentais, feitas a partir dos estereótipos de gênero.

Seus resultados mostram que, “embora sejam nomes comuns de dois gêneros, o modo como uma profissão foi apresentada ao participante interferiu no resultado de julgamento, denotando efeito de saliência” (PINHEIRO; FREITAG, 2020, p. 85). Sua conclusão é “que os parâmetros da estereotipia de gênero, medidos pela saliência e frequência, interferem no julgamento das profissões quanto ao gênero nos nomes comuns de dois gêneros” (PINHEIRO; FREITAG, 2020, p. 85).

Em seu artigo “Exponência de gênero e classe temática em português brasileiro”, publicado em 2018, Luiz Carlos Schwindt discute “a interação de restrições fonológicas com restrições responsáveis pela exponenciação de morfemas de gênero e classe temática em português brasileiro numa perspectiva otimalista de base realizacional, a *Optimal Interleaving*, combinada ao Serialismo Harmônico (cf.: McCarthy 2011)” (SCHWINDT, 2018, p. 745). O autor parte de uma hierarquia dessas marcas na língua, confrontando-a com dados de produtividade. Conforme o autor, sua pesquisa “permitiu formalizar a preferência da realização de classe sobre gênero, no caso do masculino, e de gênero sobre classe, no caso do feminino, e também permitiu lidar com zeros alomórficos como produto de não realização de informação morfológica” (SCHWINDT, 2018, p. 745).

A pesquisadora Jane Ramos Silveira, em seu artigo “Masculino e feminino? A categoria gramatical de gênero e a teoria do valor”, publicado em 2011, a partir de dados de sua pesquisa de doutorado, reflete sobre a questão da diferença sexual na trajetória da criança pela linguagem. A autora analisa episódios de fala que mostram o trabalho de elaboração psíquica da criança na sustentação de uma posição sexuada, em que o gênero gramatical aparece de maneira insólita. De acordo com a linguista, a diferença sexual está, por definição, no vazio que escapa ao sujeito (SILVEIRA, 2011, p. 46).

Das 23 teses e dissertações encontradas, a partir da leitura dos resumos, visualizamos que apenas três se relacionavam de alguma forma com nossa pesquisa. Após essa verificação, procedemos a leitura dos trabalhos, apresentados a seguir.

Na dissertação de mestrado de Marcos Paulo Santos, *Sexismo linguístico e nomes gerais: a construção de uma língua inclusiva*, defendida em 2019 na Universidade Federal de

Minas Gerais, o autor analisa as “estratégias linguísticas que evitam o uso do gênero gramatical masculino como forma de referência a homens e mulheres” (SANTOS, 2019, p. 8). De acordo com o autor, “políticas linguísticas para um uso inclusivo da língua têm se tornado mais comuns nas sociedades contemporâneas e são questionadas sobre a necessidade das normas prescritivas que visam evitar um sexismo linguístico” (SANTOS, 2019, p. 8). O autor cita que analisou 3680 dados de textos de falas de parlamentares em pronunciamentos nas assembleias legislativas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, classificando os dados como sexistas e não-sexistas, percebendo que no RS houve um crescimento dos usos não-sexistas e em MG houve um crescimento dos usos sexistas. Os resultados da pesquisa “apontam a possível existência, no estado gaúcho, de uma maior preocupação com o uso de uma língua com mais equidade entre homens e mulheres, devido às políticas linguísticas para esse fim” (SANTOS, 2019, p. 8), tais como a criação de um manual elaborado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul para o uso não-sexista da língua¹¹.

Já Guilherme Ribeiro Colaço Mäder, em sua dissertação de mestrado intitulada *Masculino genérico e sexismo gramatical*, defendida em 2015 na Universidade Federal de Santa Catarina, discute como o conceito linguístico de gênero não marcado, proposto pela linguística estruturalista, sustenta o uso linguístico do masculino genérico, operando em conjunto para a manutenção do sexismo gramatical. O autor reflete sobre a inter-relação entre linguagem e sociedade, e acredita que a quebra do sexismo gramatical só se dará após ser posta de lado a teoria de que as formas gramaticais masculinas são formas não-marcadas, “ou de desinência \emptyset (zero) para o masculino” (CÂMARA JR., 1972, p. 119, *apud* MÄDER, 2015, p. 20), ainda defendida por diversos pesquisadores, como Sírio Possenti e José Borges.

Na dissertação de mestrado *Gênero gramatical e biológico de substantivos do português brasileiro: uma análise baseada em corpus*, defendida em 2016 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Daniel de Almeida Leão buscou investigar, com base na Linguística de Corpus, “a relação entre o sistema gramatical de gênero dos substantivos do português Brasil e o gênero biológico de seus referentes a partir da visão da linguagem como sistema probabilístico” (LEÃO, 2016, p. 6). O pesquisador indica que, apesar desse tema ser constantemente discutido, “a grande maioria dos estudos possui base em uma visão tradicional,

¹¹ O *Manual para o uso não sexista da linguagem*: o que bem se diz bem se entende foi publicado em 2014 pelo governo do estado do Rio Grande do Sul. Na apresentação, o governador da época, Tarso Genro, escreve “Este Manual determina e orienta a “revisão” da linguagem internalizada na administração do Estado do Rio Grande do Sul. Com ele, estamos oferecendo condições para a compreensão das discriminações de gênero e, a partir daí, concretamente fazermos a transição para um outro modelo de tratamento linguístico, com maior visibilidade das mulheres e onde o uso do masculino não continue a legitimar a ideia já superada de superioridade de sexo” (2014, p. 9).

fixada pelo uso da norma”, não refletindo o uso da língua de forma probabilística. Os resultados mostram que o sistema gramatical de classificação dos substantivos do português brasileiro é “equiprovável”, existindo uma distribuição igualitária dos substantivos masculinos e femininos, se considerarmos também os substantivos que não possuem relação com gênero biológico (mesa, cadeira, lápis, copo). No entanto, há uma maior proporção de categorias de substantivos que possuem relação com gênero biológico para o gênero masculino.

Entendemos que, apesar de os trabalhos encontrados em nossa pesquisa discutirem, de alguma forma, sobre a questão do sexismo linguístico-discursivo, apenas o trabalho de Marcos Paulo Santos analisa uma política linguística relacionada à gênero/sexo em práticas discursivas concretas (no caso, nos pronunciamentos nas assembleias legislativas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul), não tendo como objetivo analisar o fenômeno em si, mas sim sua ocorrência/não ocorrência e sua relação com políticas linguísticas propostas pela manualização. Nenhum artigo, dissertação ou tese trata diretamente da feminização linguístico-discursiva. Salientamos, no entanto, que todas essas pesquisas serão úteis para o nosso estudo, uma vez que apresentam dados importantes sobre o sexismo/machismo presente na linguagem.

Motivada pela escassez de pesquisas sobre o tema, esta tese, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e integrada ao grupo de pesquisa GenTe – *Tessitura: Vozes em (Dis)curso*, certificado pelo CNPq e coordenado pela Professora Doutora Maria da Glória Corrêa di Fanti, tem como objeto de estudo a feminização linguístico-discursiva nos escritos de mulheres no jornal *A Classe Operária*. Nosso estudo será realizado a partir da análise dialógica do discurso (ADD)¹² e de uma visão dialógica do feminismo.

Afiliamos nossa pesquisa à análise dialógica do discurso (ADD) pelo fato de esta tese possuir como principal objeto de análise o(um) discurso, “ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso” (BAKHTIN, 2002[1963], p. 181), e por estudarmos esse discurso a partir do confronto dialógico entre diversos enunciados, do passado e do presente. Optamos por adotar uma visão dialógica do feminismo por compreendermos que é necessária uma “abordagem ético-política do feminismo, favorecendo a compreensão de seu caráter processual no tempo e no espaço geopolítico, bem como do seu caráter coletivo, pragmático e transformador” (TIBURI, 2020, p. 1).

¹² No próximo capítulo, trataremos explicações sobre a análise dialógica do discurso.

A temática desta tese foi escolhida porque, em minha dissertação de mestrado, *A escrita da mulher trabalhadora na imprensa operária brasileira da República Velha: a luta contra o enclausuramento e o preconceito linguístico* (BOENAVIDES, 2018), sobre a escrita das mulheres trabalhadoras na imprensa operária da República Velha, um dos aspectos que me chamou a atenção foi que muitos dos textos escritos por mulheres encontrados no jornal *A Classe Operária* eram redigidos no feminino e no plural. Assim, operárias expunham suas condições de trabalho, costureiras reivindicavam seus direitos, trabalhadoras dos moinhos reclamavam dos abusos do mestre geral de serviço, charuteiras anunciavam sua greve.

Partindo dessas observações, acabamos chegando às questões de pesquisa a serem investigadas nesta tese: i) O uso do feminino e do plural nos escritos das mulheres no jornal *A Classe Operária* pode ser uma intervenção coletiva para visibilizá-las em seu discurso, tratando-se, assim, de uma política linguística? ii) Quais as características da estilização discursiva a que chamamos feminização linguístico-discursiva nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária*? iii) O uso do feminino e do plural pode ser uma característica estilística capaz de indiciar que as trabalhadoras que faziam suas reivindicações em *A Classe Operária* possuíam consciência de gênero e de classe (i.e., o entendimento de sua situação de gênero e classe, que as fez praticar ações capazes de mudar sua situação) bem como consciência do sexismo inscrito na linguagem?

Para responder a essas questões de pesquisa, temos, como objetivo geral, investigar a feminização linguístico-discursiva nos escritos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930), visando compreendê-la como política linguística feminista, e como objetivos específicos: a) analisar os discursos das mulheres trabalhadoras presentes no jornal *A Classe Operária* na República Velha, averiguando características que apontem para uma política linguística feminista; b) verificar, nos enunciados das mulheres trabalhadoras no referido jornal, sob um viés dialógico, a estilização discursiva a que chamamos de feminização linguístico-discursiva, ressaltando suas características nos planos lexical, gramatical e discursivo, e c) examinar nos discursos analisados vestígios da presença de consciência linguística, nos termos da análise dialógica do discurso, de consciência de classe, nos termos de Karl Marx, e de consciência de gênero, nos termos do feminismo dialógico, observando como isso afeta a estilística de seus enunciados.

Temos como hipótese principal que os discursos das mulheres trabalhadoras no jornal citado possuem uma estilística própria, uma vez que encontramos indícios em suas escolhas discursivas que remetem à existência de consciência linguística e de gênero e classe neles presente.

A respeito da análise, seguiremos a ordem metodológica proposta por Valentin Volóchinov em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (MFL):

- 1) Formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas;
- 2) Formas dos enunciados ou dos discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica;
- 3) Partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual. (2018[1929], p. 220).

A partir da citada ordem metodológica, elaboramos nossa metodologia, em função de nossos objetivos, voltada ao nosso objeto de estudo.

1. recuperação do contexto das mulheres que escreviam para o jornal *A Classe Operária* entre os anos de 1925 e 1930, buscando descrever e interpretar as relações entre a base (modo de produção/ relações de produção e classes sociais) e as práticas discursivas na esfera discursiva imprensa operária brasileira na República Velha;
2. reflexão sobre os enunciados das mulheres trabalhadoras no referido jornal, verificando o seu gênero discursivo, em sua estrutura composicional, seu estilo e seu conteúdo temático, e analisando como a ideologia de classe das mulheres trabalhadoras, isto é, o papel social que desempenhavam ao produzir os textos para o jornal *A Classe Operária*, juntamente com a sua relação com suas/seus interlocutoras(es) (sendo essas/esses, outras trabalhadoras, os trabalhadores, os sindicatos ou os seus patrões) organizou a estilística de sua enunciação;
3. análise das formas linguísticas nestes enunciados, observando a existência da estilização a que chamamos de feminização linguístico-discursiva e ressaltando suas características nos planos lexical, gramatical e discursivo.

Uma vez que a pesquisa terá como *corpus* os registros escritos deixados pelas mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária*, dos anos 1925 aos anos 1930, as edições a serem analisadas foram lidas e catalogadas, sendo coletados os enunciados assinados por mulheres. De vinte e um enunciados coletados, selecionamos três enunciados para analisarmos integralmente, devido à sua representatividade por número do jornal analisado (tentamos contemplar a grande maioria dos números), por estado do país e profissão das autoras. Entendemos que o número de enunciados selecionados seja substancial para demonstrar a ocorrência da feminização linguístico-discursiva enquanto política linguística. Salientamos,

contudo, que grande parte dos demais enunciados serão apresentados em nossas análises, por estabelecerem relações dialógicas com os enunciados selecionados.

A presente tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “A Linguística e a relação entre linguagem e sociedade”, apresentaremos a análise dialógica do discurso, seu percurso no Brasil, seus pressupostos teóricos e metodológicos, bem como alguns de seus conceitos que serão utilizados para a análise dos escritos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária*. Discorreremos sobre o que entendemos por língua/linguagem e discurso, refletiremos sobre a estratificação da linguagem e sobre a forma como se dá a mudança linguística; destacaremos as categorias constitutivas da esfera de atividade humana, gênero discursivo, enunciado, signo ideológico e palavra; discutiremos a relação entre alteridade, ideologia e consciência e abordaremos conceitos que percebem como as vozes sociais se relacionam na linguagem (dialogismo, pluriacentuação, heterodiscurso). Por fim, trataremos da relação entre linguística e feminismo, refletindo, a partir dos estudos de Mary Bucholtz (2014), sobre as estratégias e contribuições feministas para os estudos linguísticos.

No segundo capítulo, “Por uma linguística feminista”, discorreremos, primeiramente sobre o feminismo como ato responsivo, apontando como o signo ideológico é uma arena importante para as lutas feministas. Discorreremos ainda sobre o feminismo dialógico, proposta teórico-prática pensada a partir do feminismo enquanto lugar de fala e de escuta entre diversas mulheres, com suas práticas e teorias. Por fim, discutiremos a feminização linguístico-discursiva enquanto política linguística feminista.

No terceiro capítulo, “A imprensa operária na República Velha: breves comentários”, trataremos, primeiramente, nossos procedimentos metodológicos. Após, apresentaremos um breve panorama da imprensa operária brasileira enquanto esfera discursiva e refletiremos sobre a participação das mulheres na referida esfera. Por fim, discorreremos sobre a configuração do jornal *A Classe Operária* entre os anos 1925-1930.

No quarto capítulo, “O discurso das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930)”, analisaremos os textos escritos pelas mulheres trabalhadoras no referido jornal, com enfoque na feminização linguístico-discursiva existente nesses enunciados. Essa investigação se dará a partir da descrição do contexto discursivo das autoras dos discursos analisados, da exposição dos gêneros discursivos utilizados pelas mulheres trabalhadoras que escreviam para o referido jornal e da análise dos enunciados presentes nos textos que foram recortados para esta tese. Discutiremos sobre a estilização a que chamamos de feminização linguístico-discursiva percebida nos enunciados analisados, verificando sua presença no jornal *A Classe Operária* e observando suas possibilidades enquanto política linguística.

Para finalizar nossos apontamentos introdutórios, destacamos a epígrafe da presente tese, que foi decisiva para a escolha de nosso objeto de estudo. Sobre a concordância com os valores patriarcais presentes nos enunciados produzidos por mulheres, Simone de Beauvoir analisa o fato de proletários e negros dizerem “nós”, apresentando-se como sujeitos e transformando em “outros” os “burgueses e os brancos”, enquanto

As mulheres — salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas — não dizem "nós". Os homens dizem "as mulheres" e elas usam essas palavras para designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito. Os proletários fizeram a revolução na Rússia, os negros no Haiti, os indo-chineses bateram-se na Indo-China: a ação das mulheres nunca passou de uma agitação simbólica; só ganharam o que os homens concordaram em lhes conceder; elas nada tomaram; elas receberam. (BEAUVOIR, 2009, p. 19).

A partir da análise feita por Beauvoir, observamos e defendemos que a consciência de gênero, a qual nos torna capazes de lutar por transformações na sociedade, passa pela consciência linguística e pela autodenominação. Nos dias atuais, vemos um aumento dessa consciência linguística, marcado pela existência de propostas linguísticas para o uso não sexista da linguagem e para a valorização do feminino na linguagem, as quais acabam contribuindo para que sejam vistas e alteradas as condições materiais que fazem com que as mulheres sejam dominadas pelos homens, também na/atraves da linguagem. No entanto, não encontramos ainda trabalhos que analisassem a feminização linguístico-discursiva enquanto ato responsivo e política linguística em práticas discursivas concretas. É isso que nos dispomos a fazer.

Nessa perspectiva, a partir do conjunto da investigação, defendemos a tese de que a feminização linguístico-discursiva nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930) se manifesta como uma política linguística, uma vez que esse ato responsivo, percebido no conjunto de seus enunciados, por um lado, reflete uma prática estilística recorrente inscrita na linguagem e, por outro, refrata a defesa dos direitos das mulheres no mundo do trabalho.

1 A LINGUÍSTICA E A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E SOCIEDADE

“Nos destinos da palavra estão os destinos da sociedade falante.”
Valentin Volóchinov (2017, p. 319).

Há muito tempo, estudiosas e estudiosos da linguagem vêm discutindo uma série de questões que, embora já bastante debatidas, permanecem atuais: “Qual o objeto da Linguística?”, “O que é e para que serve a língua/linguagem?”, “Qual a relação entre linguagem e sociedade?”. Oriundos desses questionamentos, temos muitos outros, alguns deles essenciais para a nossa pesquisa: “Qual a relação entre as mulheres e a linguagem?”, “Qual a relação entre Linguística e feminismo?”, “Quais as estratégias utilizadas pelas mulheres para diminuir as dissimetrias sociais inscritas na linguagem?”.

Esse grande diálogo social, do qual esta tese faz parte, descreve (reflete) e interpreta (refrata) as relações sociais, e, portanto, suas contradições. Essas contradições não devem ser pensadas apenas enquanto antagonismos, isto é, como luta, contrariedade, oposição, mas também enquanto uma condição intrínseca à vida, ao movimento da história, como convivência, coexistência, relação.

A relação entre linguagem e sociedade é evidente e incontestável. “Nos destinos da palavra estão os destinos da sociedade falante”, escreveu Valentin Volóchinov (2017[1929], p. 319) em *Marxismo e filosofia da linguagem*, epígrafe deste capítulo. A mudança linguística implica em uma mudança nas relações sociais e vice-versa. Como a linguagem serve às mais diversas ideologias, para acabar com as opressões de gênero, de raça, de classe, é essencial entender como tais opressões estão inscritas na linguagem e “militar” a favor de políticas linguísticas capazes de agir a favor da diversidade e da igualdade.

Para iniciar qualquer estudo da área da Linguística, é importante apresentar quais são os pressupostos teóricos que mobilizam a análise realizada, os quais, mesmo que indiretamente, quase sempre respondem a esses questionamentos. Nesta tese, embora nosso objeto de estudo seja a feminização linguístico-discursiva nos escritos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária*, e que nossos objetivos sejam centrados na análise deste objeto, de certo modo, ainda buscamos responder, mesmo que sumariamente, às questões citadas, embora as respostas sejam dadas a partir da apresentação/análise dos conceitos e teorias que embasam nossas reflexões.

Considerando que chegamos ao nosso objetivo por meio do discurso das mulheres

trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (Rio de Janeiro, 1925-1930), nosso aporte teórico deve colocar em primeiro plano as necessidades de entendimento apresentadas pelo próprio objeto. E é nesse sentido que compreendemos aqui o valor dos construtos teóricos dos quais lançaremos mão para o empreendimento de nossa pesquisa.

Assim, na primeira seção deste capítulo, apresentaremos alguns postulados da análise dialógica do discurso (ADD), situando-a em sua trajetória brasileira, a partir da análise da recepção das obras que compõem o referencial da ADD no país. Discorrer sobre essa trajetória é de suma importância para situarmos nosso aporte teórico-metodológico, uma vez que, a nosso ver, a ADD conta com fases diversas, nas quais é possível visualizar, ao longo dos anos, diferentes abordagens empreendidas por estudiosas e estudiosos brasileiros(os).

Na segunda seção deste capítulo, traremos algumas discussões sobre a análise dialógica do discurso, enquanto teoria interdisciplinar. Nossas considerações serão feitas a partir das obras do Círculo de Bakhtin e de textos de estudiosas(os) bakhtinianas(os). Discorreremos sobre o que compreendemos por língua/linguagem, tratando de seu caráter socialmente estratificado, do qual decorrem as políticas de homogeneização linguística, de centralização (forças centrípetas) e as políticas de mudança linguística, de descentralização (forças centrífugas), em determinadas esferas de atividade humana e gêneros discursivos específicos. Discutiremos também a respeito do que entendemos por discurso e por enunciado concreto enquanto ato responsivo e responsável e por signo ideológico, enquanto arena das lutas sociais. Sumariamente, na mesma seção, abordaremos também os seguintes conceitos, de acordo com a ADD: consciência (em termo amplo, consciência de classe e consciência linguística), ideologia, alteridade e a partir deles: heterodiscurso, pluriacentuação, dialogismo, empatia/exotopia. Por fim, discutiremos questões metodológicas da ADD, as quais nortearão a metodologia que será utilizada nesta tese¹³.

Na terceira e última seção deste capítulo, abordaremos a relação entre a Linguística e o Feminismo. Essa relação será realizada a partir dos estudos de Mary Bucholtz (2014), observando as contribuições que os muitos feminismos trouxeram para a Linguística, e vice-versa.

1.1 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO: UM PERCURSO BRASILEIRO¹⁴

¹³ Ressaltamos que os aspectos metodológicos desta tese serão aprofundados na seção 3.1.

¹⁴ Este capítulo foi revisado e adaptado para artigo, sob o título “Publicação e recepção das obras do Círculo de Bakhtin no Brasil: a consolidação da análise dialógica do discurso” (no prelo).

A análise dialógica do discurso, chamada também de translinguística (TODOROV, 1981), “*metalinguística, perspectiva dialógica ou teoria/análise dialógica do discurso*, ou, ainda, *estudos bakhtinianos*” (BRAIT, 2020, p. 42, grifo original) pelas(os) pesquisadoras(es) que a estudam e a utilizam em suas análises, foi formulada a partir dos/nos escritos dos membros do grupo hoje chamado Círculo de Bakhtin¹⁵: os estudiosos russos Mikhail Bakhtin¹⁶, Pável Medviédev¹⁷ e Valentin Volóchinov¹⁸. Sobre a teoria surgir a partir da leitura dos textos dos membros do Círculo ou nos próprios escritos desses, cabe explicarmos duas questões.

A primeira questão diz respeito à nomenclatura da teoria aqui abordada. No Brasil, de acordo com o professor Adail Sobral (2019), a nomeação “Análise Dialógica do Discurso” foi utilizada pela primeira vez pela pesquisadora Beth Brait, sendo adotada pela comunidade brasileira de pesquisadoras(es) de estudos bakhtinianos, por uma questão de necessidade de se destacar “que havia uma proposta de estudo de discurso de cunho dialógico que se diferenciava de todas as outras, logo, uma Análise Dialógica do Discurso” (SOBRAL, 2019, s.p.).

Luciane de Paula, estudiosa da ADD, em seu artigo “Círculo de Bakhtin: uma Análise Dialógica de Discurso”, afirma que atualmente, nas pesquisas da área, considera-se “Bakhtin como ADD exatamente para distingui-lo de outros pensadores de outras perspectivas teóricas (como Pêcheux, Foucault, Maingueneau, Charaudeau, Amossy na AD francesa, por exemplo),

a consolidação da análise dialógica do discurso

¹⁵ Algumas(ns) pesquisadoras(es), como Sheila Grillo e Carlos Alberto Faraco, salientam que o Círculo de Bakhtin atuou apenas entre os anos 1919 e 1929 e que muitos escritos de Bakhtin são posteriores às reuniões do Círculo. cremos, contudo, que as obras dos autores sofreram influência dos estudos feitos na época e consideramos como textos do Círculo todos os escritos disponíveis de Bakhtin, Volóchinov e Medviédev, independentemente da época em que foram escritos.

¹⁶ Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895-1975), de acordo com a *Oxford Bibliographies* (2018, s.p., tradução nossa): “foi um teórico literário cuja obra permaneceu obscura até a última década de sua vida. Os primeiros trabalhos publicados de Bakhtin surgiram durante os anos de censura e repressão stalinista [...]. O grupo de acadêmicos com o qual Bakhtin estava associado começou a se reunir em 1918 em Nevel, e depois em Vitebsk com a mudança de Bakhtin para lá em 1920. Bakhtin foi preso em 1928, mas a intervenção de associados o salvou de ser enviado para um campo de trabalho, assim, ele e sua esposa foram extraditados para o Cazaquistão. [...] Bakhtin foi contratado pelo Instituto Pedagógico Mordoviano de Saransk, onde se tornou Professor de Literatura Russa e Mundial. Bakhtin voltou para Moscou no final dos anos 1960 para tratamento médico. [...] Muitos dos termos usados por Bakhtin - carnavalização, cronotopo, dialogismo, voz, monologismo, gênero e endereçamento - entraram no léxico dos campos das artes, humanidades e ciências sociais”.

¹⁷ Pável Nikoláievitch Medviédev (1891-1938), conforme Sheila Grillo (2020, p. 248), foi “um teórico e historiador da literatura e um crítico eminente. Membro ativo do “Renascimento cultural” de Vitebski, anos 1910-1920, e do “Círculo – científico-filosófico – de Bakhtin”, formou-se como filólogo e passou a maior parte de sua vida em São Petersburgo-Leningrado, onde teve contato com muitos ativistas culturais expressivos do Século de Prata”. É autor de *O método formal nos estudos literários* (2012[1928]).

¹⁸ Valentin Volóchinov (1895-1936) foi um dos principais integrantes do Círculo de Bakhtin. Conforme Sheila Grillo e Ekaterina Américo (2017), Volóchinov foi aceito como professor-colaborador do ILIAZV - *Institút Srvnítelnoi Istórii literátúr i iazykóv Západa i Vostóka*, em 1925, cargo que exerceu até 1932, quando o Instituto foi reformulado. Nesse ano, Volóchinov “passou a dar aulas no Instituto Pedagógico A. I. Guértsen e no Instituto de Elevação da Qualificação dos Trabalhadores da Arte até 1934, quando teve de parar de trabalhar devido ao agravamento de sua tuberculose, vindo a falecer em 13 de junho de 1936” (GRILLO; AMÉRICO, 2017, p. 278). É autor dos livros *O freudismo* (1927) e *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929), obras por vezes atribuídas a Bakhtin e de ensaios como “A palavra na vida e a palavra na poesia” e “A construção do enunciado”.

sem apagar a singularidade de suas posições teóricas” (2013, p. 249). As nomenclaturas “análise dialógica do discurso” e “teoria dialógica do discurso”, “perspectiva dialógica”, “estudos bakhtinianos” e “teoria bakhtiniana” surgem, então, a partir da leitura dos trabalhos do Círculo de Bakhtin. Já metalinguística foi uma nomeação dada por Bakhtin nos textos “O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas” (2003b [1959-1961]) e “O discurso em Dostoiévski” (2002b[1963]).

A segunda questão diz respeito à recepção das obras do Círculo de Bakhtin no Brasil ter tido até então, a nosso ver, quatro fases distintas, o que gerou, certamente, leituras diferentes da obra¹⁹. Como mostra Carlos Alberto Faraco em *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*,

Além da confusão em torno da autoria de certos textos publicados nos anos 1920, a recepção da obra do Círculo de Bakhtin, quando de sua reentrada em cena de meados da década de 1960 em diante, foi, para dizer o menos, bastante tumultuada. [...]

No Brasil, a recepção das ideias do Círculo teve também suas peculiaridades. Além de não poucos problemas de tradução, o pensamento do Círculo, com bastante frequência e durante muitos anos, foi identificado quase exclusivamente ao livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, o primeiro a ser publicado em português (em 1979). (FARACO, 2009, p. 14-15).

Desse modo, observamos que traçar um percurso da recepção das obras do Círculo de Bakhtin no Brasil pode ser um passo para “organizarmos o caos” acerca da recepção do pensamento de bakhtiniano no país, embora defendamos a importância e validade das leituras realizadas em todas as fases das quais aqui trataremos.

Compreendemos que a primeira fase de recepção é relativa à recepção inicial das obras, ainda sem tradução no país, nos anos 60. A segunda, às primeiras traduções realizadas para o português brasileiro, primeiramente, a partir de outras traduções (do italiano, do francês, do

¹⁹ A pesquisadora Luciane de Paula, em entrevista à revista *Consoante* (2021, s.p.), mostra que “O Círculo teve uma repercussão, não só no Brasil, mas no mundo todo, a conta-gotas e de certa forma caótica, porque não se tinha o acesso a seus textos. Os arquivos foram abertos depois e os textos do Círculo acabaram chegando a nós conforme foi possível”. Na entrevista, a estudiosa divide a recepção em três fases, de forma bastante organizada: **a primeira recepção**, entre os anos de 1970 e 1990, tinha como características a) autorias trocadas, b) acesso ao material de forma não cronológica, c) traduções indiretas, d) acesso aos textos através de alguns intelectuais que tiveram acesso àquilo que estava sendo discutido na Europa, e) Ditadura Militar no Brasil, “momento em que nas escolas estudava-se comunicação e expressão, ainda longe de se refletir sobre língua e linguagem”; **a segunda recepção**, entre 2000 e 2010 caracterizada pelo “processo de traduções diretas e separações de autorias”, e início “daquilo que Beth Brait chama de Análise Dialógica de Discurso como uma forma de marcar o nosso lugar, o jeito que a gente olha o discurso, já que aqui os estudos de Bakhtin fazem parte da seara discursiva”; **a terceira recepção**, dos anos 2010 a 2020, na qual temos acesso maior “a traduções diretas com críticas, por exemplo, de Paulo Bezerra, Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, que além de [tradutoras(es)], são [estudiosas(os)] que pensam criticamente aquilo que traduzem”. Embora concordemos com a divisão feita pela autora, acrescentamos, à sua análise, mais uma fase, dos primeiros contatos de leitoras e leitores brasileiros com as obras, ainda não traduzidas no país.

espanhol), após a primeira tradução, realizada em 1979 de *Marxismo e filosofia da linguagem*, a partir do francês.

A terceira diz respeito ao aumento dos estudos do discurso, utilizando as obras do Círculo como embasamento teórico e às retraduições e reedições (com as traduções revisadas e com um maior número de notas de tradução) das obras do Círculo no país, nos anos de 2002 a 2010. Já na quarta fase, que vivemos atualmente, temos as “traduções diretas com críticas, por exemplo, de Paulo Bezerra, Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, que além de tradutores, são estudiosos” (PAULA, 2021, s.p.) e a consolidação de pressupostos teórico-metodológicos para os estudos da área, baseados tanto nas obras traduzidas quanto nos estudos teóricos e críticos. Para um melhor entendimento da recepção das obras no Brasil, elaboramos o quadro presente no Anexo 1, com as edições que temos até então (2021), organizadas por ano de publicação no país.

Com a finalidade de contextualizar e vislumbrar o percurso realizado pelas pesquisadoras e pesquisadores de nosso país, a seguir, discorreremos sobre as fases da recepção das obras do Círculo de Bakhtin no Brasil. Cremos que historicizar a teoria aqui utilizada seja condizente com a proposta da própria teoria, uma vez que a compreensão dialógica ativa exige a inserção do objeto a ser compreendido em um contexto dialógico, o qual se estende ao passado e ao futuro sem limites (BAKHTIN, 2017b).

Como dissemos, entendemos que a primeira fase é relativa à recepção inicial da obra, ainda sem tradução no país, nos anos 60. Sobre a primeira fase de recepção, no artigo “Mikhail Bakhtin no Brasil: primeiras repercussões”, a pesquisadora Clara Ávila Ornellas (2010) afirma que o professor de língua e literatura russa da Universidade de São Paulo (USP), Boris Schnaiderman, foi um dos precursores das ideias de Bakhtin no Brasil. De acordo com Ornellas, Boris Schnaiderman “teve seu primeiro contato com o pensamento bakhtiniano através da leitura de *Problemas da poética de Dostoiévski* na edição italiana²⁰”, e passou a utilizá-lo como referência em suas disciplinas, comprovadamente²¹ após 1971, em suas aulas de literatura na graduação e pós-graduação.

Schnaiderman (*apud* ORNELLAS, 2010, s.p.), na conferência inaugural do *Colóquio Cem anos de Bakhtin*, realizada em 1995 em São Paulo, assinala como essa primeira fase foi difícil, uma vez que o Brasil estava sob regime militar: “Em 1964, as livrarias russas em nosso país tiveram todos os seus livros retirados para ‘exame’, numa verdadeira operação militar, que

²⁰ De acordo com Adriana Pucci Penteado de Faria e Silva, “O livro PPD, em sua versão de 1963, foi traduzido para o italiano por G. Garritano e publicado pela Einaudi em 1968” (2011, p. 10).

²¹ De acordo com as ementas das disciplinas da USP consultadas por Clara Ávila Ornellas.

acabaria em incineração pura e simples”. De acordo com Ornellas,

Atesta-se neste trecho a dificuldade de acesso às obras do pensador russo no Brasil da ditadura e, ironicamente, o precursor do dialogismo “chega” ao país quando o discurso monológico-autoritário impunha o silêncio e a subserviência do povo aos comandos militares opressores. As ideias de Bakhtin causaram impacto nos pesquisadores do Brasil ditatorial, na medida em que seus textos permitiram perceber a importância do dialogismo para entender não apenas o texto verbal, mas também o contexto extra-verbal e, a partir daí, construir uma nova visão do [ser humano] como ser eminentemente social e, portanto, produto de suas relações ideológicas. (ORNELLAS, 2010, s.p.).

Destacamos, contudo, que, nessa primeira fase, as leituras bakhtinianas centravam-se principalmente nas questões literárias presentes nas obras, como, por exemplo, a defesa de se levar em conta nas análises as condições históricas em que os textos literários são escritos (SCHNAIDERMAN, 1983, p. 74), mesmo que se percebesse aspectos de linguagem, como a questão de que toda palavra pressupõe um interlocutor. Não se utilizava a teoria para a análise de discursos de outra espécie, como hoje fazemos para discursos cotidianos, midiáticos, acadêmicos etc. No entanto, nesse período, temos algumas notícias de estudos publicados no Brasil utilizando conceitos bakhtinianos, como a obra *Saudades do carnaval: introdução à crise da cultura*, publicada em 1972 pelo crítico literário e sociólogo José Guilherme Merquior. Em seu prefácio à obra *Problemas da Poética de Dostoiévski*, intitulado “Uma obra à prova do tempo”, Paulo Bezerra defende que as “primeiras contribuições para a divulgação de Bakhtin para nós no campo específico da reflexão sobre literatura e cultura vieram de José Guilherme Merquior e do mestre Boris Schnaiderman” (2013, p. XII).

Considerando relatos que lemos, como o do professor Adail Sobral, que afirma ter tido o primeiro contato “com os escritos do Círculo de Bakhtin ainda na graduação, no início da década de 1970, na Universidade Federal da Bahia, na disciplina Sociolinguística” (SOBRAL, 2019, s.p.), verificamos que as obras do Círculo já estavam presentes, mesmo que de forma indireta e pouco difundida, nas discussões acadêmicas linguísticas brasileiras. De acordo com Sobral, o seu primeiro contato foi através do “livro de Marcellesi e Gardin, *Introdução à Sociolinguística*, edição portuguesa, que trazia a ideia de uma linguística social e mencionava Bakhtin”²². A pesquisadora Beth Brait (2020) assinala a chegada ao Brasil, em 1976, da obra

²² Salientamos, contudo, que a edição portuguesa da obra *Introdução à sociolinguística* data de 1975, e que, desta forma, o contato do professor Adail Sobral deve ter ocorrido nos anos finais da década de 1970, o que é possível, tendo ele cursado graduação entre 1974 e 1977, o que não invalida a importância da informação dada pelo professor para a nossa sistematização. Salientamos, também, que a obra citada menciona apenas Volóchinov, atribuindo a ele a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* fato incomum na época no Brasil. Marcellesi e Gardin referenciam a edição inglesa: VOLOCHINOV, V. N. *Marxism and the philosophy of language*; Seminar Press Inc. Berkley Square House, London, 1973; (Trad. de *Markizm i filosofija jazyka*, Leningrad, 1930).

El signo ideológico y la filosofía del lenguaje, de Valentín N. Voloshinov, “um dos marcos epistemológicos para o surgimento (futuro) do que hoje se convencionou denominar, como afirmado anteriormente, *metalinguística*, *perspectiva dialógica* ou *teoria/análise dialógica do discurso* ou, ainda, *estudos bakhtinianos*” (BRAIT, 2020, p. 42). De acordo com Brait, entre os primeiros leitores dessa obra estavam Carlos Alberto Faraco, Carlos Vogt, João Wanderley Geraldi e Sírio Possenti. Assinala também que Faraco, a partir da leitura dessa obra e de *Produzione linguistica e ideologia sociale*, de Augusto Ponzio (1973), apresentou, em 1978, na UFPR, um de seus primeiros trabalhos sobre a teoria bakhtiniana.

Através dos relatos encontrados, observamos que as leituras nessa primeira fase de recepção eram feitas de forma restrita e esparsa, principalmente a partir de traduções para o italiano, francês, espanhol e inglês, sendo propostas nos cursos de graduação e pós-graduação apenas em algumas poucas disciplinas em universidades brasileiras, como as ministradas pelo professor Boris Schnaiderman e outras disciplinas da USP, como da Profa. Dra. Terezinha A. P. A. Lopes (ORNELLAS, 2010). Porém, mesmo considerando as poucas leituras realizadas na época, as exposições de Clara Ávila Ornellas sobre o fato de as ideias de Bakhtin terem causado impacto nas(os) pesquisadoras(es) do Brasil ditatorial nos parecem legítimas, uma vez que, ainda sob ditadura militar, foram realizadas as primeiras traduções e edições de suas obras no país, que, a nosso ver, marcaram o início da segunda fase de recepção das obras do Círculo de Bakhtin no Brasil.

Na segunda fase da recepção do Círculo de Bakhtin no Brasil, temos a edição brasileira de algumas obras. A primeira obra publicada no país foi *Marxismo e filosofia da linguagem* (MFL), em 1979, pela Hucitec, na coleção “Linguagem”, dirigida por Carlos Vogt. A obra foi traduzida a partir da edição francesa de 1977 e complementada a partir da tradução estadunidense de 1973²³. De acordo com a professora Adriana Pucci Penteado de Faria e Silva (2011), em seu artigo “0,5 mm: a nova edição brasileira de *Problemas da poética de Dostoiévski*”, publicado na revista *Bakhtiniana*, o fato de a publicação de MFL ter ocorrido no Brasil antes da publicação das demais obras do Círculo, o que inverte a ordem de publicações no restante do Ocidente, “faz com que Bakhtin (Volochinov) seja conhecido [no Brasil] antes como filósofo da linguagem” (SILVA, 2011, p. 10).

Em seu artigo “*Marxismo e filosofia da linguagem: a recepção de Bakhtin e o Círculo no Brasil*”, publicado na revista *Bakhtiniana*, as pesquisadoras Beth Brait e Maria Helena Cruz Pistori apresentam o estudo aqui já mencionado de Ornellas, o qual, de acordo com as autoras,

²³ Cf. “Nota dos tradutores”.

revela que “as menções a Bakhtin – unicamente a ele –, nas disciplinas ministradas na USP, à época, aconteciam na literatura, literatura comparada e na teoria literária” (BRAIT; PISTORI, 2020, p. 38). Já nas disciplinas ministradas na PUC-SP, conforme as pesquisadoras, a abordagem de obras do Círculo “iniciou-se bibliografia de disciplinas da área de Comunicação e Semiótica, ampliando o escopo de interesse pela obra do Círculo no momento da primeira tradução”.

O fato de existirem menções a Bakhtin em disciplinas no campo literário antes das primeiras edições brasileiras de obras do Círculo, ou seja, na época que defendemos ser a primeira fase de recepção da obra, segundo as pesquisadoras Brait e Pistori, “pode indiciar a gênese de certo imaginário de que Bakhtin só tratou da literatura, aspecto que, em certa medida, permanece até hoje em alguns meios” (BRAIT; PISTORI, 2020, p. 38). No entanto, o fato de, logo no início da segunda fase de recepção, *MFL* aparecer na bibliografia de disciplinas da área de Comunicação e Semiótica na PUC-SP pode ser indício daquilo que Adriana Pucci Penteadó de Faria e Silva apontou, que a ordem das edições brasileiras das obras do Círculo foi diversa da ordem do restante do Ocidente, fato que pode ter originado a relevância que hoje damos às obras de Bakhtin, Volóchinov e Medviédev nos campos linguístico e discursivo. Relevância essa que motivou, inclusive, a criação/definição de uma nova teoria, realizada a partir do conjunto teórico-metodológico presente nos textos do Círculo, chamada, atualmente, como análise/teoria dialógica do discurso.

Sobre o contexto da época da primeira edição de *MFL* no Brasil, as autoras destacam que

De um ponto de vista político, aqui radicalmente simplificado, em 1979 o Brasil era governado por João Figueiredo, 30º presidente do Brasil e último da era militar. Sua marca foi a continuidade da abertura política “lenta, gradual e segura” do governo anterior, evidenciada em alguns acontecimentos: fundação da Associação Nacional de Jornais, com o objetivo de defender a liberdade de imprensa; sanção da lei da anistia geral e irrestrita para todos os que cometeram crimes políticos e tiveram seus direitos políticos cassados durante a ditadura; volta de exilados políticos; forte crise política e econômica. (BRAIT; PISTORI, 2020, p. 37-38).

Desse modo, o Brasil da época era marcado por uma “ampliação”, embora relativa, da liberdade de pensamento, fato que justifica a publicação da obra russa ainda durante o período da ditadura militar (1964-1985).

A edição de *Marxismo e filosofia da linguagem* contava com uma nota dos tradutores de um parágrafo, na qual informavam sobre a partir de qual texto foi realizada a tradução e agradeciam a Lucy Seki, por auxiliar na consulta à obra em russo, e a Modesto Carone Netto,

por auxiliar nas passagens em alemão. O livro possui um breve prefácio do linguista russo Roman Jakobson e uma apresentação da linguista francesa Marina Yaguello, que, embora fosse reconhecida em contexto europeu, devido à sua obra *Les mots et les femmes* (1978), ainda era pouco conhecida no Brasil (BRAIT; PISTORI, 2020). Na capa dessa primeira edição, temos a imagem de uma mão aberta, vazada em cor branca, sobre um círculo verde, a qual, nas edições posteriores da mesma editora, foi sendo desconfigurada, conforme assinalam Brait e Pistori (2020).

A segunda obra do Círculo publicada no Brasil foi *Problemas da Poética de Dostoiévski* (PPD), em 1981, pela editora Forense Universitária, “traduzida da terceira edição russa [...] com tradução de Paulo Bezerra, sem prefácio ou apresentação dos editores ou do tradutor no corpo de livro” (SILVA, 2011, p. 13). No mesmo ano, *MFL* teve sua segunda edição publicada. Em 1987, foi publicada *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (CPIMR), de Mikhail Bakhtin (traduzida do francês), e, em 1988, *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance* (QLE) (traduzida do russo).

Também teve sua primeira edição nessa fase a obra *Estética da criação verbal* (ECV), de Mikhail Bakhtin, em 1992, com tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira a partir do francês. A obra foi editada pela Martins Fontes. A última obra a ser publicada nessa fase foi *Freudismo*, em 2001, pela editora Perspectiva. A obra foi traduzida por Paulo Bezerra, e conta com a fotografia de Mikhail Bakhtin e Sigmund Freud na capa, mesclando-se em um só rosto. A autoria é conferida a Mikhail Bakhtin, embora, atualmente, seja quase indiscutível a autoria de Valentin Volochínov.

Salientamos que as obras do Círculo publicadas nessa fase ainda possuíam poucas (ou nenhuma) notas de tradução e careciam de prefácios críticos, talvez devido ao fato de ainda não existir um estudo aprofundado da teoria pelas(os) tradutoras(es), o que justifica o fato de termos alguns trechos traduzidos de forma diferente das traduções hoje existentes e de, por exemplo, a autoria de *Marxismo e filosofia da linguagem* ter sido conferida à Mikhail Bakhtin e não à Valentin Volochínov, seguindo os apontamentos feitos por Roman Jakobson, pesquisador que, inclusive, prefacia essa primeira edição brasileira.

As obras foram, também, publicadas fora da ordem de publicação original. A saber: *Marxismo e filosofia da linguagem*, a primeira obra do Círculo com edição brasileira, foi publicada originalmente em 1929. A segunda obra, *Problemas da Poética de Dostoiévski*, data de 1963. A terceira, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, de 1965. A quarta, *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*, reúne textos de 1924 a 1975. Já *Estética da criação verbal* reúne textos de 1919 a 1971 e

Freudismo foi escrito em 1927.

Nessa fase, foram escritas teses e dissertações e publicadas muitas obras críticas embasadas no pensamento do Círculo. Também foram organizados os primeiros eventos sobre o pensamento bakhtiniano, sendo o primeiro deles realizado na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba²⁴, em 1987 (ORNELLAS, 2010). Como resultado do encontro, de acordo com Clara Ávila Ornellas, foi publicado o livro *Uma introdução a Bakhtin*, em 1988, com textos de Carlos Alberto Faraco, Cristovão Tezza, Beth Brait, Luiz Dagobert de Aguirra Roncari e Rosse Marye Bernardi.

Cristovão Tezza, no artigo “Bakhtin – uma memória pessoal” (2021, p. 37-38), defende que

na passagem dos anos 1970 para 1980, o horizonte acadêmico brasileiro da área de Letras, sob o influxo da modernização dos estudos linguísticos, estava positivamente imergindo nas teorias formais da linguagem, em geral fundamentadas em pressupostos estruturalistas de grande prestígio, numa ampla confluência de muitas vertentes.

Desse modo, as pesquisas na época no Brasil, segundo o autor, eram marcadas, na Literatura, pelas propostas do Formalismo Russo e, na Linguística, pela consolidação como uma ciência de ponta, encontrando “um território fértil e receptivo, coincidente com a grande expansão do nosso ensino superior, e em boa medida atualizando o nosso repertório crítico bem antes que o próprio país estruturalmente se modernizasse, o que vem sendo até hoje a nossa regra” (TEZZA, 2021, p. 39). De acordo com o autor, foi nesse cenário que chegou às suas mãos a cópia de uma edição francesa de um texto de Mikhail Bakhtin: “O discurso na poesia e o discurso no romance”.

Tezza mostra como, na época de suas primeiras leituras, ocorridas na fase que aqui denominamos como segunda fase de recepção, houve a tentativa de definir Bakhtin: até que ponto ele era marxista, até que ponto ele era formalista. Essa tentativa servia, na academia, tanto para exaltar a obra de Mikhail Bakhtin quanto para demonizá-la.

Entendemos que tanto o interesse pelos textos, quanto a curiosidade oriunda da indefinição do contexto de escrita do autor (e dos demais autores do Círculo) e da falta de acesso aos manuscritos e a muitos textos, ainda sem tradução, fez com que pesquisadoras e pesquisadores do país buscassem cada vez mais compreender as obras, organizando seus pressupostos, esboçando os caminhos para uma análise dialógica do discurso. Assim, passamos

²⁴ Em nossas pesquisas, não encontramos como o evento foi chamado. No entanto, sabemos que fora organizado por pesquisadoras e pesquisadores de renome nos estudos bakhtinianos, como Carlos Alberto Faraco, Cristovão Tezza, Beth Brait, Luís Roncari e Rosse Marye Bernardi.

para a terceira fase de recepção das obras do Círculo de Bakhtin no Brasil.

Na terceira fase de recepção, temos o aumento dos estudos do discurso utilizando as obras do Círculo como embasamento teórico e as traduções e publicações sistemáticas das obras do Círculo de Bakhtin no país, nos anos de 2002 a 2011, com aumento da prevalência de prefácios e notas de tradução escritos por pesquisadoras e pesquisadores “nacionais” da área. No Programa de Estudos Pós-graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da PUC-SP, muitas pesquisas foram realizadas tendo obras do Círculo como embasamento teórico, inclusive, utilizando as denominações teoria/análise dialógica do discurso, como é visto, por exemplo, na tese de doutorado de Maria da Glória Corrêa di Fanti, intitulada *Discurso, Trabalho & Dialogismo: a atividade jurídica e o conflito trabalhador/patrão*, defendida em 2004, em que, no primeiro capítulo da parte III, a autora apresenta “Notações teórico-metodológicas: para uma análise dialógica do trabalho / discurso” (DI FANTI, 2004, p. 127).

A publicação sistemática das obras do Círculo de Bakhtin nesse período pode ser conferida no Quadro 1. No entanto, buscaremos mostrar como, na terceira fase de recepção, tivemos uma ampliação significativa do acesso às obras do Círculo no país, principalmente através de edições brasileiras, publicadas em língua portuguesa (muitas, ainda, traduzidas indiretamente, a partir de edições europeias e estadunidenses).

Em 2002, a obra *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*, de Mikhail Bakhtin, já estava em sua 5ª edição. Sendo publicada pela editora da Unesp e pela Hucitec. Em 2010, no final do período da recepção, foi publicada a 6ª edição. Em 2002 também foi publicada a 3ª edição da obra *Problemas da poética de Dostoiévski* (1963), também de Mikhail Bakhtin, pela editora Forense Universitária. A tradução, revisada, dessa edição foi feita por Paulo Bezerra a partir do russo. Em 2008, a mesma editora publicou a 4ª edição da obra. A obra *Estética da criação verbal* (1919-1971), de Mikhail Bakhtin, em 2003, estava em sua 4ª edição, pela editora Martins Fontes. A tradução foi realizada Paulo Bezerra a partir do russo. Em 2010, a obra estava em sua 5ª edição. Também em 2010 a obra *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (1965), de Mikhail Bakhtin, teve sua 7ª edição publicada pela editora Hucitec.

Em 2006, *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929) já estava em sua 12ª edição pela editora Hucitec. A tradução foi feita por Michel Lahud e Yara Frateschi, ainda a partir da edição francesa (Paris, Les Editions de Minuit, 1977), e, como nas edições anteriores, havia menção de autoria de Mikhail Bakhtin e, entre parênteses, Volochínov. Em 2010, foi publicada a 14ª edição.

A única obra cuja primeira edição foi publicada na terceira fase foi *Para uma filosofia*

do ato responsável (PFA) (1920-1924), de Mikhail Bakhtin, pela Pedro & João Editores. A tradução foi supervisionada por Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco, a partir do italiano (*Per una filosofia dell'atto responsabile*. Pensa Multimedia, Lecce, 2010).

Nessa fase, os estudos críticos e embasados no Círculo de Bakhtin multiplicavam-se pelo país²⁵. Temos, também, a tradução de obras críticas importantes, como *Mikhail Bakhtin*, de Katerina Clark e Michael Holquist (1998) e *Mikhail Bakhtin: Criação de uma Prosaística*, de Gary Morson e Caryl Emerson (2008). As duas obras tratam do debate sobre a autoria das obras do Círculo de Bakhtin e sobre a vida e obra de Mikhail Bakhtin, a saber: Katerina Clark e Michael Holquist defendiam que Mikhail Bakhtin era autor de todas as obras do Círculo, Gary Morson e Caryl Emerson, que acreditavam no diálogo entre os autores do Círculo.

Compreendemos que essas duas obras foram cruciais para o entendimento da biografia e da autoria das obras da análise dialógica do discurso, de forma que, na quarta fase de recepção, a qual vivemos atualmente, muitos estudos vêm percebendo a importância do contexto de produção dos escritos, das biografias dos autores e das autorias de cada obra para o entendimento adequado da teoria. Essa concepção é que faz com que atualmente compreendamos as relações existentes entre a vida e o conhecimento científico.

Na quarta fase de recepção, que vivemos atualmente, temos as “traduções diretas com críticas, por exemplo, de Paulo Bezerra, Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, que além de tradutores, são estudiosos” (PAULA, 2021, s.p.), a consolidação de pressupostos teórico-metodológicos para os estudos da área, baseados tanto nas obras traduzidas quanto nos estudos teóricos e críticos e a contextualização das obras do Círculo de Bakhtin, tanto de seu contexto de produção, quanto de seu contexto de recepção.

Um marco importante para essa fase é a publicação, em 2012, pela editora Contexto, de *O método formal nos estudos literários* (1928), de Pável Nikoláievitch Medviédev, com tradução das pesquisadoras Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. A edição contém uma extensa apresentação, escrita por Beth Brait, e um detalhado prefácio, escrito por Sheila Camargo Grillo com contextualização da obra e detalhes do original consultado, além de notas das tradutoras.

Tivemos, também, em 2013, a primeira publicação de *A construção da enunciação e outros ensaios* (1925-1930), de Valentin Nikolaevich Volochínov, com organização, tradução e notas do pesquisador João Wanderley Geraldi e edição e supervisão da tradução de Valdemir Miotello. A tradução foi realizada a partir do italiano, do inglês e do espanhol (obras elencadas

²⁵ Contudo, não citaremos as obras publicadas, para não cometermos nenhuma injustiça, por esquecimento.

nas páginas 25-26 do livro). A edição foi feita pela Pedro & João Editores.

A editora 34 vem publicando várias edições inéditas de obras dos autores do Círculo, assim como retraduições das obras antes traduzidas indiretamente, de edições europeias e estadunidenses. As capas das obras frisam a autoria. A primeira obra, publicada em 2013, foi *Questões de estilística no ensino da língua* (1940), de Mikhail Bakhtin, traduzida do original russo, por Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. A edição, feita pela Editora 34, conta com posfácio e notas das tradutoras, que também são estudiosas das obras do Círculo e com apresentação da pesquisadora Beth Brait. Em 2015, de Mikhail Bakhtin, foi publicada a obra *Teoria do romance I: A estilística* (1930-1936 e 1972), com tradução do russo, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra. Em 2016, também de Mikhail Bakhtin, foi publicado *Os gêneros do discurso* (1952-1953), com organização, tradução do russo, posfácio e notas de Paulo Bezerra.

Em 2017, a editora 34 publicou, de Valentin Volóchinov, *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (1929), traduzido por Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo a partir do original russo. Nesse mesmo ano, foi editada a obra de Mikhail Bakhtin, *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas* (1970-1975), com organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra.

Em 2018, de Mikhail Bakhtin, foi publicada *Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo* (1937-1939), com tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Em 2019, também de Mikhail Bakhtin, foi editado o livro *Teoria do romance III: O romance como gênero literário* (1965-1975), também com tradução de Paulo Bezerra, pela editora 34 e *O homem ao espelho: apontamentos dos anos 1940*, pela Pedro & João Editores. Também em 2019, de Valentin Volóchinov, foi publicada a obra *A palavra na vida e a palavra na poesia*, com tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo diretamente do russo, pela editora 34.

As obras já publicadas seguiram sendo reeditadas. Em 2013, temos a 5ª edição de *Problemas da poética de Dostoiévski* (1963), de Mikhail Bakhtin, edição foi feita pela editora Forense Universitária. Em 2014, *MFL* teve sua 16ª edição publicada pela editora Hucitec, ainda com a indicação de autoria como de Mikhail Bakhtin (Volochínov), com tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi a partir da edição francesa.

Em 2021, a editora 34 iria lançar *Problemas da obra de Dostoiévski* (1929), a primeira versão do livro *Problemas da poética de Dostoiévski*, de Mikhail Bakhtin, com tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo²⁶. Conforme informações da editora, a obra contará

²⁶ Até o momento, em janeiro de 2022, a obra ainda não fora lançada.

com notas críticas e textos introdutórios escritos pelas pesquisadoras. Segundo informações das tradutoras, atualmente²⁷, também estão realizando a tradução da obra *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*.

Nesse contexto, visualizamos a importância das retraduições e das traduções de escritos ainda não publicados para a consolidação da análise dialógica do discurso no Brasil, assim, como pontua a pesquisadora Beth Brait na orelha da nova edição de *Marxismo e filosofia da linguagem*:

No estágio atual dos estudos bakhtinianos, as (re)traduções, no Brasil e no exterior, devem-se à consciência de que o pensamento dialógico exige o conhecimento dos contextos de produção e de reprodução, para melhor situar os trabalhos, sua originalidade, seu diálogo polêmico ou não com outras vertentes do conhecimento. Nessa busca, a acessibilidade das fontes russas, arquivos e bibliotecas, possibilita a descoberta de primeiras edições, trabalhos não publicados, esboços preparatórios, documentos que atestam a vida profissional e acadêmica dos autores. Na confluência entre esses dois elementos está o fato de que hoje os (re)tradutores são especialistas que se debruçam sobre as fontes primárias não apenas para divulgar obras e autores, mas para esclarecer a gênese e o alcance do pensamento. E as leituras se ampliam, enveredando por novos caminhos. (BRAIT, 2017, s.p.).

Desse modo, sem desmerecer as primeiras edições das obras do Círculo de Bakhtin no Brasil, notamos que três fatores das novas traduções devem possivelmente influenciar a leitura das obras da análise dialógica do discurso atualmente: a) a defesa de que a tradução foi realizada da língua-fonte, seja a partir dos manuscritos ou de edições russas, ou a defesa de que a tradução, mesmo que indireta, seja sempre uma nova voz, uma nova leitura da obra do Círculo de Bakhtin, b) as notas de tradução, que nos fazem compreender melhor os conceitos utilizados e c) os textos críticos contidos nas obras, que são capazes de orientar nossa leitura e/ou de contextualizar as obras.

Para melhor visualização do período entre a publicação original (ou produção, no caso de manuscritos) (PO) das obras e a publicação no Brasil (PB) e das/dos tradutoras(es), apresentamos, a seguir, um quadro-resumitivo do levantamento realizado (QUADRO 1). A versão completa do levantamento está no Anexo 1 desta tese.

Quadro 1: Quadro-resumitivo das obras do Círculo de Bakhtin publicadas no Brasil²⁸

PO	PB/ Editora	Autor	Obra	Tradução
1929	1979	Mikhail Bakhtin	<i>Marxismo e filosofia da</i>	Michel Lahud e Yara

²⁷ As informações foram obtidas em 2021. Até o momento de finalização desta tese, as referidas obras ainda não foram publicadas.

²⁸ Siglas – PB: Ano da primeira publicação no Brasil; PO: ano de escrita do manuscrito e/ou primeira publicação.

	Hucitec	(Volochínov)	<i>linguagem: problemas do método sociológico na ciência da linguagem</i>	Frateschi a partir da edição francesa.
1963	1981 Forense Universitária	Mikhail Bakhtin	<i>Problemas da poética de Dostoiévski</i>	Paulo Bezerra a partir do original russo.
1965	1987 Hucitec	Mikhail Bakhtin	<i>A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais</i>	Yara Frateschi e outros a partir da edição francesa.
1924 [1975]	1988 Unesp/ Hucitec	Mikhail Bakhtin	<i>Questões de literatura e de estética: a teoria do romance</i>	Aurora Fornoni Bernadini e outros a partir do russo.
1919 [1979]	1992 Martins Fontes	Mikhail Bakhtin	<i>Estética da criação verbal</i>	Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira a partir do francês.
1927	2001 Perspectiva	Mikhail Bakhtin [Volóchinov]	<i>Freudismo</i>	Paulo Bezerra do original russo.
1973 ²⁹	2008 Pedro & João Editores	Mikhail Bakhtin	<i>Mikhail Bakhtin em diálogo: conversas de 1973 com Viktor Duvakin</i>	Daniela Miotello Mondardo, a partir da edição italiana.
1920-1924 [1986]	2010 Pedro & João Editores	Mikhail Bakhtin	<i>Para uma filosofia do ato responsável</i>	Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco a partir do italiano.
1928	2012 Contexto	Pável Medviédev	<i>O método formal nos estudos literários: Introdução crítica a uma poética sociológica</i>	Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo do original russo.
1940	2013 Editora 34	Mikhail Bakhtin	<i>Questões de estilística no ensino da língua</i>	Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo do original russo.
1925-1930	2013 Pedro & João Editores	Valentin Nikolaevich Volochínov	<i>A construção da Enunciação e outros ensaios</i>	João Wanderley Geraldi do inglês, do espanhol e do italiano com supervisão de Valdemir Miotello.
1930-1936 [1972]	2015 Editora 34	Mikhail Bakhtin	<i>Teoria do romance I: A estilística</i>	Paulo Bezerra do original russo.
1950-1961 [1976-1997] ³⁰	2016 Editora 34	Mikhail Bakhtin	<i>Os gêneros do discurso</i>	Paulo Bezerra do original russo.
1929	2017 Editora 34	Valentin Volóchinov	<i>Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem</i>	Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo do original russo.
1930-1971	2017 Editora 34	Mikhail Bakhtin	<i>Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas</i>	Paulo Bezerra. Notas do original russo.

²⁹ Trata-se de um livro de entrevistas feitas por Viktor Duvakin a Mikhail Bakhtin, em 1973. Apesar de a obra não ter sido escrita por Bakhtin, incluímo-la ao nosso quadro, por compreendermos que o texto da entrevista faz parte da bibliografia de autoria bakhtiniana publicada no Brasil.

³⁰ A obra trata-se de uma organização inédita, que contém os seguintes textos: “Os gêneros do discurso”, escrito entre 1952 e 1953, e publicado pela primeira vez em 1978; “O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas”, escrito entre 1959 e 1961 e publicado em 1976 e “Diálogo I. A questão do discurso dialógico” e “Diálogo II”, escritos respectivamente em 1950 e 1952 e publicados pela primeira vez em 1997. Ver “Nota à edição brasileira”.

[1970-1979] ³¹				
1937-1939	2018 Editora 34	Mikhail Bakhtin	<i>Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo</i>	Paulo Bezerra do original russo.
1940-1941 (1965, 1970, 1975)	2019 Editora 34	Mikhail Bakhtin	<i>Teoria do romance III: O romance como gênero literário</i>	Paulo Bezerra do original russo.
1921-1930 ³²	2019 Editora 34	Valentin Volóchinov	<i>A palavra na vida e a palavra na poesia</i>	Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo do original russo.
1943-194? ³³	2019 Pedro & João Editores	Mikhail Bakhtin	<i>O homem ao espelho: apontamentos dos anos 1940</i>	Marisol Barenco Mello e Maria Letícia Miranda do italiano.
1920-1924 ³⁴	2021 Pedro & João Editores	Mikhail Bakhtin	<i>Lendo Razlúka de Púchkin: a voz do outro na poesia lírica</i>	Marisol Barenco Mello do italiano.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ressaltamos que, na fase de recepção atual, com as novas edições em língua portuguesa, as quais trouxeram uma visão mais organizada e contextualizada da obra do Círculo, as questões teórico-metodológicas da ADD têm ficado mais observáveis.

Tendo tal organização em mente, julgamos ser importante dizer que o percurso brasileiro de recepção das obras do Círculo se difere do percurso dos demais países. Isso porque, como mostra Beth Brait, no capítulo “Análise e teoria do discurso”, presente na obra por ela organizada, *Bakhtin: outros conceitos-chave*, propõe-se “a sustentar que o conjunto das obras do Círculo motivou o nascimento de uma análise/teoria dialógica do discurso”. De acordo com a autora,

Ninguém, em sã consciência, poderia dizer que Bakhtin tenha proposto *formalmente* uma teoria e/ou análise do discurso, no sentido em que usamos a expressão para fazer referência, por exemplo, à Análise do Discurso Francesa. Entretanto, também não se pode negar que o pensamento bakhtiniano representa, hoje, uma das maiores contribuições para os estudos da linguagem, observada tanto em suas manifestações artísticas como na diversidade de sua riqueza cotidiana. (BRAIT, 2006, p. 9).

³¹ A obra também é uma organização inédita, reunindo os textos “A ciência da literatura hoje (Reposta a uma pergunta da revista *Novi Mir*)”, escrito em 1970 e publicado no mesmo ano, “Fragmentos dos anos 1970-1971”, escrito entre 1970 e 1971 e publicado em 1979, e “Por uma metodologia das ciências humanas”, esboçado entre 1930 e 1940 e publicado em 1975. Ver “Nota à edição brasileira”.

³² A obra é uma organização inédita, e “reúne ensaios, artigos, resenhas e poemas” (GRILLO; AMÉRICO, 2017, p. 7) escritos entre 1921 e 1930, publicados no mesmo período.

³³ A obra também é reúne os textos “A violência da palavra e da imagem em ausência”, “O homem ao espelho” e “Sobre as questões da autoconsciência e da autoavaliação”. Conforme Marisol Barenco de Mello e Maria Letícia Miranda, os três textos “não compõem um texto sequencial, mas foram escritos na mesma época aproximada, que deduzimos ser o final de 1943, já que um deles vem assim datado” (2019, p. 17).

³⁴ Trata-se de uma tradução inédita no Brasil.

A pesquisadora Sheila Grillo, em seu artigo “A metalingüística: por uma ciência dialógica da linguagem”, afirma que “Bakhtin formulou, nos textos de sua última fase, uma disciplina de estudo da linguagem com objeto próprio, método de análise e o esboço de um conjunto de fenômenos a pesquisar” (GRILLO, 2006, p. 121). Dessa forma, concordando com Grillo, a partir das leituras que realizamos sobre a metalingüística nos escritos de Mikhail Bakhtin, julgamos injusto não frisar que o autor propôs formalmente uma disciplina³⁵ limítrofe, entendida como conjunto teórico-metodológico, que analisasse as relações dialógicas entre os discursos, uma vez que o próprio autor a nomeou e a delimitou, aparecendo, pela primeira vez, conforme Sheila Grillo indica, em “O problema do texto”, escrito por Bakhtin entre 1959 e 1961.

Assim, de acordo com a autora a “metalingüística, enquanto disciplina diversa da lingüística, tem objeto e método próprio para abordá-lo. O objeto são as relações dialógicas” (GRILLO, 2006, p. 22). Mikhail Bakhtin afirma, em “O texto na lingüística, na filologia e em outras ciências humanas” (2016, p. 87-88), que as “relações dialógicas entre os enunciados, que atravessam por dentro também enunciados isolados, pertencem à metalingüística”³⁶.

Talvez não sejam as proposições de Bakhtin sobre a metalingüística responsáveis pela utilização dos muitos conceitos do Círculo pela ADD brasileira, mas não podemos deixar de considerá-las ao delimitar/apresentar nosso campo de estudo, uma vez que há, nos textos de Mikhail Bakhtin, apontamentos teóricos e metodológicos sobre a metalingüística, existindo, também, questões teóricas e metodológicas nos textos de Valentin Volóchinov e de Pavel Medviédev convergentes. Tanto que a pesquisadora Beth Brait, em seu ensaio “Perspectiva dialógica”, presente no livro *Texto ou discurso*, organizado por Brait e Maria Cecília Souza-e-Silva (2012), considera que há, nos escritos do Círculo, e, principalmente, na obra *Problemas na poética de Dostoiévski*, de Mikhail Bakhtin, “uma série de definições e caracterizações de **metalingüística** e de **relações dialógicas**” (p. 15, grifos do original).

³⁵ Para a utilização do termo “disciplina”, partimos do artigo escrito por Sheila Grillo, já citado, e da argumentação de Paulo Bezerra, no “Prefácio” de *Problemas da poética de Dostoiévski*: “Como Bakhtin acalentava o projeto de criar, nas fronteiras da lingüística, da antropologia filosófica e dos estudos literários (ou teoria) uma nova disciplina das ciências humanas com a denominação de metalingüística (e não translingüística, tradução inadequada que Kristeva faz do conceito de Bakhtin com a finalidade nada disfarçada de reduzir-lhe o pensamento a mais uma corrente da lingüística), e esta seria uma interação dialógica daquelas disciplinas, o discurso literário, com as relações dialógicas que o sedimentam, seria objeto de estudo de uma nova teoria da cultura, assentada em fundamentos interdisciplinares e capaz de contemplar um vasto leque de formas humanas de pensar e agir. Tal teoria seria um antídoto aos reducionismos de que tem sido vítima o pensamento do próprio Bakhtin”. (2013, p. XV).

³⁶ Na tradução anterior, de “Os problemas do texto”: “A relação dialógica entre os enunciados, cujo percurso também passa por dentro do enunciado considerado isoladamente, compete à metalingüística”. (BAKHTIN, 2003b[1959-1961], p. 342).

No entanto, consideramos igualmente injusto não assinalar os esforços das(os) pesquisadoras(os) brasileiras(os) para sistematizar os conceitos do chamado Círculo de Bakhtin, tendo tido, principalmente nas primeiras recepções das obras, um acesso fragmentado, descontínuo, descontextualizado e descontemporizado aos textos. Por esse motivo, defendemos aqui que as leituras realizadas por estudiosas e estudiosos também são parte importante das formulações teóricas e metodológicas basilares da ADD no percurso brasileiro.

É, assim, a partir desse espaço-tempo teórico, que faremos, na próxima seção, nossos apontamentos sobre a análise dialógica do discurso, enfatizando as concepções utilizadas nesta tese.

1.2 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO: UMA TEORIA INTERDISCIPLINAR

Como o título desta seção indica, tomamos a análise dialógica do discurso como uma teoria interdisciplinar. Isso porque a análise dialógica do discurso, ao ter como objeto as relações dialógicas entre os enunciados, como afirma Mikhail Bakhtin em “O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas” (2016, p. 87-88), configura-se como teoria limítrofe.

Além disso, as relações dialógicas, segundo Mikhail Bakhtin em PPD, são o objeto da metalinguística, devido ao seu caráter extralinguístico. Desse modo

as nossas análises subsequentes não são linguísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na metalinguística, subtendendo-a como um estudo – ainda não-constituído em disciplinas particulares definidas – daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da Linguística. As pesquisas metalinguísticas, evidentemente, não podem ignorar a Linguística e devem aplicar os seus resultados. A Linguística e a Metalinguística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético – o discurso, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente e não fundir-se. Na prática, os limites entre elas são violados com muita frequência. (BAKHTIN, 2002[1963], p. 181).

É por esse motivo, por considerarmos a análise dialógica do discurso enquanto teoria fronteira que, nesta tese, pensamos na possibilidade de interdisciplinaridade entre a análise dialógica do discurso e outras teorias e disciplinas. Entendemos que, assim, conseguiremos explicar o fenômeno que visualizamos no conjunto dos enunciados das mulheres trabalhadoras que escreviam para o jornal *A Classe Operária* na República Velha.

Podemos, desse modo, estabelecer relações interdisciplinares entre a análise dialógica do discurso e a Linguística (e a Sociolinguística), a Semiótica, a Sociologia, a História, a

Psicologia, a Filosofia, a Estilística e a Antropologia, dentre outras. Nesta tese, porém, estabeleceremos interdisciplinaridade, mais ou menos aparente, com a Sociolinguística, com a Estilística, com a Filosofia, com a História e com a Semiótica, pelos motivos que apresentaremos a seguir.

A interdisciplinaridade com a Sociolinguística decorre, em primeiro lugar, do fato de, ao analisarmos as relações entre os enunciados, precisarmos analisar as relações entre interlocutoras(es), inscritas na linguagem e, também, de entendermos a linguagem como socialmente estratificada. Isso porque, como nos diz Medviédev em *O método formal nos estudos literários*, “qualquer enunciado concreto é um ato social”, e possui natureza histórica e socialmente significativa (2012[1926], p. 183). Por considerarmos que alguns atos sociais se constituem como intervenções no uso da linguagem, ao cotejar o conjunto de enunciados escritos pelas mulheres trabalhadoras para o jornal *A Classe Operária*, procuraremos verificar como, nesses enunciados, o ato responsivo estilístico da feminização linguístico-discursiva se apresenta enquanto política linguística, conceito que tomamos de empréstimo da Sociolinguística.

Assim, como já anunciamos no início deste capítulo, nesta seção, abordaremos questões concernentes à relação entre linguagem e sociedade, apresentando os pressupostos teóricos que serão utilizados nesta tese. Discorreremos, primeiramente, sobre o que compreendemos por língua/linguagem, tratando de seu caráter socialmente estratificado, do qual decorrem as políticas de homogeneização linguística (forças centrípetas) e as políticas de mudança linguística (forças centrífugas), em determinadas esferas de atividade humana e gêneros discursivos específicos.

Por analisarmos a estilização dos discursos como um ato responsivo, estabelecemos, também, relações com a Estilística e com a Filosofia. Isso porque, a análise dialógica do discurso é uma abordagem filosófica da linguagem/discurso, estando a filosofia no cerne de suas reflexões. Por esse motivo, no conjunto desta tese, procuraremos pensar como a estilização a que chamamos de feminização linguístico-discursiva se apresenta como um ato responsivo que reflete uma prática estilística recorrente inscrita na linguagem e, por outro, refrata a defesa dos direitos das mulheres no mundo do trabalho. Considerando tal interdisciplinaridade é que trataremos o discurso como enunciado concreto e a estilização como ato responsivo.

Como os enunciados são assinalados pelos estudiosos do Círculo de Bakhtin como “só um momento, uma gota no rio da comunicação verbal, rio ininterrupto, assim como é ininterrupta a própria vida social, a história mesma” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 158), a relação da análise dialógica do discurso com a História é essencial. Nesta tese, a história aparecerá

como parte constitutiva da análise dos enunciados, prevista em nossos procedimentos metodológicos³⁷ na recuperação do contexto das mulheres que escreviam para o jornal *A Classe Operária* entre os anos de 1925 e 1930, no empreendimento de descrever e interpretar as relações entre a base (modo de produção/ relações de produção e classes sociais) e as práticas discursivas na esfera discursiva imprensa operária brasileira na República Velha.

Considerar as relações dialógicas entre os enunciados é perceber como os muitos discursos respondem a discursos anteriores, e como essa resposta se inscreve no tema e na significação dos signos ideológicos. Entendemos que, quando estudamos qualquer fenômeno social impresso na linguagem, como o é a feminização linguístico-discursiva, “procuramos e encontramos signos por toda parte e nos empenhamos em interpretar seu significado” (BAKHTIN, 2006, p. 319). Estabelecemos, assim, a interdisciplinaridade da análise dialógica do discurso com a Semiótica. É a partir dessa posição, por fim, observaremos como as nossas palavras e as palavras alheias recebem acentos valorativos sob a forma de signos ideológicos.

Como já anunciamos, estabeleceremos nesta tese relações de interdisciplinaridade entre a análise dialógica do discurso e a sociolinguística. Isso porque partimos do conceito de linguagem como heterodiscurso para pensar políticas linguísticas por um viés dialógico. Para isso, precisamos, primeiramente, definir o que entendemos por linguagem.

Valentin Volóchinov, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, afirma que

a realidade efetiva da linguagem não é o sistema abstrato de formas linguísticas nem o enunciado monológico isolado, tampouco o ato psicofisiológico de sua realização, mas o acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um ou de vários enunciados. (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 218-219, grifo original).

No trecho mencionado, o autor utiliza os termos língua e linguagem indistintamente, como também faremos nesta tese³⁸. Isso porque, ao compreendermos a língua/linguagem de um ponto de vista da análise dialógica do discurso, consideramos que a língua, fora das relações sociais, existe apenas enquanto potencialidade de uso, uma vez que a linguagem, “de um ponto de vista realmente objetivo, [...] apresenta-se como uma corrente evolutiva ininterrupta” (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 93) e a pessoa que enuncia “serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas [...] num dado contexto concreto” (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 96).

³⁷ Nossos procedimentos metodológicos serão apresentados na seção 3.1.

³⁸ Como explicam as tradutoras Sheila Grillo e Ekaterina Américo em nota no ensaio “Estilística do discurso literário I: O que é linguagem/língua” (2019, p. 234), em russo, “os termos ‘língua’ e ‘linguagem’ são designados pela palavra *iazik*”. Nesta tese, não faremos distinção entre os termos.

Em “O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas”, Mikhail Bakhtin afirma que “por trás de cada texto está o sistema da linguagem” (BAKHTIN, 2016, p. 74). Todavia, esse sistema não se trata de um conjunto de formas linguísticas, advindas de uma abstração, a “esse sistema corresponde tudo o que é repetido e reproduzido e tudo o que pode ser repetido e reproduzido, tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o dado)” (BAKHTIN, 2016[1961], p. 74). Esse sistema corresponde a um sistema de usos, de potencialidades, que, em cada enunciado, único, singular, individual, serve como material e meio às necessidades e as intenções da/do falante.

Além disso, como mostra Pável Medviédev em *O método formal nos estudos literários*, “a língua é um sistema de avaliações sociais” (2012[1926], p. 186). Desse modo, como defendi em minha dissertação de mestrado, se o sistema da linguagem corresponde ao conjunto de enunciados de uma sociedade, “quando a maior parte desses enunciados é machista, é possível dizer que a linguagem é machista. Isto porque as possibilidades expressivas dependem de um sentido mais ou menos estabilizado dos enunciados” (BOENAVIDES, 2018, p. 36).

Sendo a linguagem um fenômeno superestrutural (como as ideologias, a literatura, a ciência), e por, de um ponto de vista dialético, as superestruturas estarem sempre em relação com a infraestrutura (condições de produção, relações socioeconômicas), o conceito de esfera da atividade humana³⁹ é essencial para a nossa análise, uma vez que as tensões⁴⁰ entre os grupos sociais se manifesta no interior dessas esferas. Visualizamos que cada “campo da criação ideológica possui seu próprio modo de se orientar na realidade, e a refrata a seu modo. Cada campo possui sua função específica na unidade da vida social. Entretanto, o caráter sógnico é um traço comum a todos os fenômenos ideológicos” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 94).

Assim, em concordância com a pesquisadora Kelli Machado da Rosa, entendemos que a “esfera não seria um lugar físico, um ambiente empírico em si, pois sua complexidade ultrapassa as barreiras físicas dos lugares nos quais se praticam atividades diversas” e consideramos “que uma esfera discursiva se constitui como lugar de produção, circulação e recepção de discursos, de ações tipificadas de linguagem, de modos de organização dos gêneros do discurso” (RIBEIRO⁴¹, 2017, p. 189).

Essas ponderações são importantes para compreendermos as esferas discursivas das quais participavam as mulheres trabalhadoras que escreviam para o jornal *A Classe Operária*,

³⁹ Consideramos como equivalentes nesta tese esfera de atividade humana, esfera social, esfera discursiva, campo de atividade humana, campo social.

⁴⁰ Dentre essas tensões, estão a luta de classes, o feminismo e o antifeminismo, as quais abordaremos nesta tese.

⁴¹ Em 2017, a pesquisadora Kelli Machado da Rosa assinava seu sobrenome como Ribeiro.

em especial, a esfera “imprensa operária”, os seus gêneros discursivos e, portanto, os enunciados produzidos pelas mulheres trabalhadoras nesse campo. É relevante, nesse sentido, considerar que as esferas discursivas “são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 12).

Conforme Mikhail Bakhtin em *Os gêneros do discurso*, o “emprego da língua efetua-se na forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” (2016[1978], p. 11), sob a forma de gêneros do discurso, os quais são tipos relativamente estáveis de enunciado, sendo seu uso vinculado a esferas de atividade humana determinadas. Para o pensador russo, as “formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência juntas e estreitamente vinculadas” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 38-39). É, assim, dessa maneira que “aprendemos” e “aprendemos” uma língua.

O autor afirma que os “enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua estrutura composicional” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 12). Essas características dos gêneros serão muito importantes para a nossa compreensão dos gêneros do discurso mobilizados pelas mulheres trabalhadoras que escreviam para o jornal *A Classe Operária*.

Se consideramos que os enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo, também não podemos deixar de considerar que as variadas esferas da atividade humana também deixam suas marcas na linguagem. Em “O discurso no romance”⁴², Bakhtin assinala que

Em cada momento concreto de sua formação, a língua é estratificada em camadas não só de dialetos no exato sentido do termo (segundo traços formalmente linguísticos, sobretudo fonéticos), mas também – o que é essencial para nós – em linguagens socioideológicas; linguagens de grupos sociais, profissionais, de gêneros, linguagens de gerações etc. (BAKHTIN, 2015[1972], p. 41).

Desse modo, compreender a língua/linguagem em uma perspectiva dialógica é entender seu caráter inerentemente estratificado, o qual decorre do fato de ela ser socialmente compartilhada e a sociedade ser composta por uma diversidade de pessoas, que participam de diversas esferas de atividade humana. A estratificação da linguagem ocorre devido à estratificação da sociedade: a língua é usada por falantes de distintas classes sociais, gêneros, profissões, gerações e

⁴² “O discurso no romance” foi escrito entre 1930 e 1936, e foi publicado inicialmente em 1972. Indicaremos, quando citarmos a obra, o ano de publicação.

localidades e em esferas sociais, situações e semioses também diversas.

De acordo com Pável Medviédev, “no horizonte ideológico de qualquer época e de qualquer grupo social não existe uma única verdade, mas várias verdades mutuamente contraditórias, não apenas um caminho ideológico, mas vários divergentes” (2012[1928], p. 63). A existência de várias verdades, de várias ideologias, se inscreve na linguagem e, também, a modifica. Assim, como mostra Marina Yaguello em *Les mots et les femmes* (1978), os diversos grupos em conflito na sociedade “puxam” a língua para si, como quem puxa um cobertor.

Por esse motivo, o fato de a língua ser socialmente compartilhada e estratificada e o fato de não existir uma ideologia única aos diversos grupos sociais fazem com que ela seja território de confronto entre diversos grupos sociais e com que ajam sobre ela forças centrípetas, que buscam a homogeneização, a centralização e a unificação linguística, e também forças centrífugas, as quais buscam, segundo Mikhail Bakhtin em “O discurso no romance”, “incessantemente os processos de *descentralização* e *separação*” (BAKHTIN, 2015[1972], p. 41, grifos do autor), pois a “estratificação e o heterodiscurso se ampliam e se aprofundam enquanto a língua está viva e em desenvolvimento” (BAKHTIN, 2015[1972], p. 41).

Contudo, a ação das forças centrípetas não anula as forças centrífugas. A língua é ideologicamente saturada, e “a língua única expressa as forças de união e de centralização concretas, ideológicas e verbais, que decorrem da relação indissolúvel com os processos de centralização sociopolítica e cultural”. Desse modo Bakhtin assinala que “autêntico meio da enunciação, no qual ela se forma e vive, é justamente o heterodiscurso dialogizado, anônimo e social como a língua, mas concreto, rico em conteúdo e acentuado como enunciação individual” (2015[1972], p. 42). O filósofo russo também mostra que obras como a “poética de Aristóteles, a poética de Agostinho, a poética eclesiástica” (2015[1972], p. 40) e a ideia de uma gramática universal proposta por Leibniz são partes de tentativas de homogeneizar a língua, sendo traduções das forças centrípetas que agem sobre a língua.

Tais forças advêm, muitas vezes, de um fato notado por Valentin Volóchinov em “Estilística do discurso literário I: O que é linguagem/língua?” (2019[1930], p. 264). O autor afirma que por “ser um produto da vida social, e refleti-la não somente no campo das significações, mas também no das formas gramaticais, a linguagem/língua simultaneamente exerce uma enorme influência inversa sobre o desenvolvimento da vida econômica e sociopolítica”. O autor nega, assim, as visões mecanicistas, advindas de um marxismo vulgar, que afirmavam que a língua, sendo uma superestrutura erguida sobre a infraestrutura da sociedade, era apenas um reflexo das relações da sociedade, visão que, na época, era comum

na URSS, como Volóchinov mostra também em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2017[1929]).

Pensar que a linguagem reflete a vida social, sendo capaz também de influenciar a sociedade lhe confere um caráter essencial para as mudanças sociais. As forças centrípetas agem, assim, com a finalidade de negar e deter a estratificação da linguagem e o heterodiscurso e, com isso, apagar da língua as marcas das contradições sociais. Por esse motivo, assim como Volóchinov, Bakhtin assinala que

Não tomamos a língua como um sistema de categorias gramaticais abstratas; tomamos a língua *ideologicamente preenchida*, a língua enquanto cosmovisão e até como uma opinião concreta que assegura um *maximum* de compressão mútua em todos os campos da vida ideológica. [...]

Desse modo, em cada dado momento da sua existência histórica a língua é inteiramente heterodiscursiva: é uma coexistência concreta de contradições socioideológicas entre o presente e o passado, entre diferentes épocas do passado, entre diferentes grupos socioideológicos do presente, entre correntes, escolas, círculos etc. Essas “línguas” do heterodiscurso cruzam-se de modos diversos entre si, formando novas “línguas” sociotípicas. (BAKHTIN, 2015[1972], p. 41-66, grifos nossos).

Sendo a língua ideologicamente preenchida, tendo existência histórica heterodiscursiva, i.e., como diversidade de discursos e de vozes sociais, nela são observáveis as marcas das respostas dos grupos oprimidos às opressões sofridas. Isso porque “todas as línguas do heterodiscurso são pontos de vista sobre o mundo, horizontes concreto-semânticos e axiológicos específicos” (BAKHTIN, 2015[1972], p. 67). Nelas, é percebida “uma pluralidade de universos concretos, de horizontes verboideológicos sociais e fechados” (BAKHTIN, 2015[1972], p. 63). Nossa linguagem, revela, assim, nossa “opinião concreta e heterodiscursiva sobre o mundo”, refletindo e refratando uma infinidade de questões: nossas “intenções, profissão, gênero, corrente, partido, obra, pessoa, geração, uma idade, um dia e uma hora fronteira entre o indivíduo e o outro” (BAKHTIN, 2015[1972], p. 69).

Por esse motivo, é preciso considerar, também, o caráter dialógico da linguagem. Conforme Mikhail Bakhtin em *Problemas da poética de Dostoiévski* (2002[1963], p. 182), o “problema não está na existência de certos estilos de linguagem, dialetos sociais, etc., existência essa estabelecida por meio de critérios meramente linguísticos; o problema está em saber sob que *ângulo dialógico* eles confrontam ou se opõem na obra”. Assim, compreender as relações dialógicas existentes nos discursos, a que vozes sociais se aliam, a que vozes sociais se opõem, a quais discursos anteriores respondem, é essencial para a compreensão dialógica.

Desse modo, compreendemos que a “linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam” (BAKHTIN, 2002[1963], p. 182-183). De tal modo, concordamos com

a afirmação da pesquisadora Maria da Glória Corrêa di Fanti, em “A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos” (2003), de que “a concepção de linguagem, a partir do enfoque dialógico, configura-se como uma recusa a qualquer forma fechada de tratar das questões da língua, pois sendo o dialogismo constitutivo, a “interação” com o outro é um pressuposto” (2003, p. 99).

O princípio dialógico, por ser, como mostra Di Fanti, uma recusa a uma visão fechada da linguagem, faz com que a análise dialógica do discurso se configure como teoria sem fronteiras estáveis, que não pode ser fechada em si mesma. Como já dissemos na introdução desta seção, por considerarmos a análise dialógica do discurso enquanto teoria limítrofe, estabeleceremos relações de interdisciplinaridade entre a análise dialógica do discurso e a sociolinguística. Entendemos que, desse modo, conseguiremos explicar o fenômeno da feminização linguístico-discursiva, que visualizamos no conjunto dos enunciados das mulheres trabalhadoras que escreviam para o jornal *A Classe Operária* na República Velha.

Pelo fato de a interação com o outro ser um pressuposto da língua e de a sociedade ser estratificada em diversos grupos sociais, há, entre esses grupos, acordos e confrontos sociais, os quais intervêm constantemente no uso da linguagem. Essas intervenções se configuram como atos responsivos e são constitutivas da organização da sociedade e, portanto, políticas. Tais políticas da linguagem são, sempre, discursos sobre a linguagem e, portanto, possuem caráter dialógico.

De acordo com o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (DI FANTI, 2009, p. 80), o dialogismo é “o princípio da linguagem que pressupõe que todo discurso é constituído por outros discursos, mais ou menos aparentes, desencadeando diferentes relações de sentido”. Assim, o dialogismo é dado pelo fato de que, através de um enunciado, responde-se a outros enunciados, os quais podem possuir valoração semelhante ou outras valorações, sendo impregnados por diversas vozes sociais, por diversos discursos anteriores. Já o heterodiscurso

é produto da estratificação interna de uma língua nacional única em dialetos sociais, falares de grupos, jargões profissionais, e compreende toda a diversidade de vozes e discursos que povoam a vida social, divergindo aqui, contrapondo-se ali, combinando-se adiante, relativando-se uns aos outros e cada um procurando seu próprio espaço de enunciação. (BEZERRA, 2015, p. 12).

O fato de as línguas serem socialmente compartilhadas e estratificadas e o fato de elas refletirem e influenciarem a realidade faz com que elas sejam lugar de embate entre diversos grupos sociais. Essas lutas podem ser definidas, muitas vezes, como políticas linguísticas, que também têm natureza dialógica.

Devido ao fato de a linguagem, de um ponto de vista dialógico, existir apenas nas

relações sociais, as práticas discursivas podem apagar, calar e diminuir as mulheres, “uma vez que a linguagem pode ser, sim, machista, pode, sim, excluir, pois ela ocorre no interior de esferas da atividade humana, de esferas discursivas, no interior das quais há sempre uma relação de poder” (BOENAVIDES, 2018, p. 37). É por esse motivo que, ao explicitar o objeto de estudo desta tese, a feminização linguístico-discursiva nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária*, julgamos essencial pensar na existência da feminização linguístico-discursiva como política linguística, a qual é fruto de uma ideologia, assim, como ocorre com toda e qualquer política linguística.

Marcos Bagno, em seu *Dicionário Crítico de Sociolinguística* (2017, p. 345), explica que as políticas linguísticas são propostas com a finalidade de “intervir nas interações linguísticas da sociedade”. Essa intervenção pode se dar, como temos procurado mostrar, com intenções democráticas e pluralistas (definidas como “forças centrífugas” por Bakhtin) ou autoritárias e homogeneizantes (chamadas de “forças centrípetas” por Bakhtin).

Por esse motivo, ao pensarmos sobre políticas linguísticas, analisamos esse conceito em dois âmbitos. O primeiro, das escolhas e intervenções feitas pelos grupos sociais que se relacionam em determinadas esferas sociais. Isso porque, com base em Louis-Jean Calvet (2002), trataremos esses atos como contratos sociais, determinados pelas relações estabelecidas na sociedade. O segundo âmbito “envolve os atos realizados (ou deixados propositalmente de lado) pelos governos” (BOENAVIDES, 2018, p. 34) que, de forma direta ou indireta, possuem ação sobre as práticas discursivas da sociedade. Tanto em sua aceção como intervenção proposta por grupos sociais quanto em seu entendimento enquanto ato governamental, uma política linguística pode se configurar tanto como força centrípeta quanto como força centrífuga.

Atualmente, encontra-se em voga a discussão sobre políticas linguísticas propostas por grupos socialmente oprimidos para atenuar preconceitos impressos na linguagem e para tornar as línguas mais igualitárias e inclusivas. Nessa tentativa, o caráter ideológico, dialógico e heterodiscursivo da linguagem torna-se mais evidente. A ideologia, impressa na língua, muitas vezes, permite que ela seja utilizada com a finalidade de depreciar ou excluir determinados grupos sociais. O dialogismo faz com que, a partir dos discursos que demonstram determinadas políticas linguísticas ou a partir da metalinguagem utilizada para explicar as políticas linguísticas propostas, seja possível vislumbrar indícios de seu caráter responsivo às opressões sofridas. Por esse motivo, entendemos as políticas linguísticas propostas por grupos socialmente oprimidos por uma perspectiva dialógica, como marca do caráter heterodiscursivo da linguagem, como indício da coexistência concreta de contradições socioideológicas entre

diversos grupos sociais.

Como exemplos de políticas linguísticas propostas por grupos socialmente oprimidos, temos as propostas que visam tornar as línguas mais inclusivas, como a neutralização linguística (a defesa da não utilização dos gêneros gramaticais como marca discursiva do gênero social, propostas pelo uso de -e, “X” e “@” no lugar das vogais desinenciais de gênero), a feminização linguístico-discursiva⁴³, a qual busca a visibilização das mulheres em seus discursos (objeto de investigação desta tese), e as propostas para explicitar e excluir preconceitos impressos na linguagem, como as reacentuações feministas e as práticas antirracistas, que buscam explicitar o sexismo e o racismo linguístico⁴⁴ e revalorar ou coibir, retirar dos discursos palavras e expressões de cunho preconceituoso ou de etimologia preconceituosa. Tais políticas são a prova de que a língua, como interação, como parte das relações sociais, reflete-as tanto em seu campo semântico quanto em suas formas gramaticais, como mostra Valentin Volóchinov no ensaio “Estilística do discurso literário I: O que é linguagem/língua?” (2019[1930]).

De acordo com a filósofa brasileira Djamila Ribeiro em *Pequeno manual antirracista*, ser antirracista, entre outras coisas, significa

entender que a linguagem também é carregada por valores sociais, e que por isso é preciso utilizá-la de maneira crítica deixando de lado expressões racistas como “ela é negra, mas é bonita” – que coloca uma conjunção adversativa ao elogiar uma pessoa negra, como se um adjetivo positivo fosse contrário de ser negra –, usar “negão” para se referir a homens negros – não se usa “brancão” para falar de homens brancos –, ou elogiar alguém dizendo “negro de alma branca”, sem perceber que a frase coloca “ser branco” como sinônimo de característica positiva. (RIBEIRO, 2019b, p. 39).

A proposta antirracista apresentada por Djamila Ribeiro, embora de forma implícita, apresenta em suas bases a defesa de uma consciência linguística, por meio do reconhecimento do caráter axiológico e pluriacentuado do signo ideológico⁴⁵. Além disso, ao sugerir que não sejam utilizadas expressões de cunho racista, a autora age para que sejam pensadas e alteradas as formas como a ideologia racista é refletida na linguagem, por meio das quais essa ideologia também se mantém.

Muitas políticas linguísticas são, assim como as políticas antirracistas, respostas, mesmos que indiretas, a discursos intolerantes, possuindo, então, natureza dialógica. A

⁴³ A feminização linguístico-discursiva será explicada na seção 2.3 desta tese.

⁴⁴ De acordo com o linguista Gabriel Nascimento, autor de *Racismo Linguístico* (2019), em sua tese de doutorado: *Do limão faço uma limonada: estratégias de resistência de professores negros de língua inglesa, defendida em 2020*, o racismo linguístico se desenvolve através da imposição da língua dos colonizadores aos colonizados “mas também nas formas como o racismo atua na própria língua, como é o caso da construção discursiva e simbólica racista que se materializa na língua (NASCIMENTO, 2020, p. 48).

⁴⁵ O conceito de signo ideológico será mais bem explicado a seguir.

legislação e jurisdição brasileira que coíbe crimes de ódio, como o racismo, intolerância religiosa, xenofobia e homotransfobia (vide Constituição Federal e Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989) e o machismo (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, chamada Lei Maria da Penha e Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, conhecida como Lei do Feminicídio), pode ser considerada enquanto política linguística, uma vez que busca evitar e punir atos intolerantes e reconhece que os discursos de ódio⁴⁶ estão engendrados a esses crimes.

Exemplo disso foi o reconhecimento da homotransfobia como crime de racismo pelo STF em 13 de junho de 2019, no qual se defendeu que

A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros (sacerdotes, pastores, rabinos, mulás ou clérigos muçulmanos e líderes ou celebrantes das religiões afro-brasileiras, entre outros) é assegurado o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas convicções de acordo com o que se contiver em seus livros e códigos sagrados, bem assim o de ensinar segundo sua orientação doutrinária e/ou teológica, podendo buscar e conquistar prosélitos e praticar os atos de culto e respectiva liturgia, independentemente do espaço, público ou privado, de sua atuação individual ou coletiva, **desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero.** (ADO 26 e MI 4.733, grifo nosso).

O fato de o STF ter julgado uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) sobre os crimes de homofobia e transfobia demonstra que uma política linguística governamental estava em vigor, que permitia o uso da linguagem para o discurso homofóbico e transfóbico. Como já dissemos, os atos regulatórios deixados propositalmente de lado pelos governos são também políticas linguísticas. Observamos, assim, que as políticas linguísticas também podem servir à manutenção de uma linguagem na qual o ódio está incrustado.

Há diversos⁴⁷ estudos importantes sobre linguagem e gênero e/ou sobre políticas linguísticas que citam os autores da análise dialógica do discurso, no entanto, nesta seção destacaremos apenas um deles. Na obra *Verbal Hygiene*, Deborah Cameron (2005[1995])

⁴⁶ Conforme consta no Inteiro Teor do Acórdão do ADO 26 (p. 8, 13/06/2019): “O discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações e manifestações que incitem a discriminação, que estimulem a hostilidade ou que provoquem a violência (física ou moral) contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero, não encontra amparo na liberdade constitucional de expressão nem na Convenção Americana de Direitos Humanos (Artigo 13, § 5º), que expressamente o repele”.

⁴⁷ Como a obra *Introdução à sociolinguística*, de J.B. Marcellesi e B. Gardin (1975), alguns trabalhos de Carmen Rosa Caldas-Coulthard, como o artigo “Caro Colega: Exclusão lingüística e invisibilidade” (2007), pesquisas feitas pela linguista Marina Yaguello (1978, 1989, 2014) e o estudo *História sociopolítica da língua portuguesa*, de Carlos Alberto Faraco (2016).

analisa atitudes populares em relação à linguagem e examina as práticas pelas quais as pessoas tentam regular seu uso (práticas essas que, como já mostramos, podem ser também definidas como políticas linguísticas). Cameron parte do fato de as pessoas não apenas usarem a língua, mas também falarem sobre a língua que usam, refletindo sobre a linguagem (fato que remete ao conceito de consciência linguística). Sobre a higiene verbal, Marcos Bagno afirma que esse “falar sobre a língua que se fala” é uma metalinguagem que serve como “base para diversas práticas conscientes ou inconscientes de normatização” (BAGNO, 2017, p. 188).

Em sua argumentação, Cameron defende, baseando-se em Bakhtin, que nenhum falante jamais quebrou o silêncio pré-histórico. Desse modo, devido ao seu caráter social, para existir linguagem sempre houve a necessidade de ao menos duas pessoas estarem em diálogo. Com um tom bastante divertido, a autora assinala que, nessa primeira interação, “talvez um deles criticou a escolha de palavras do outro. Porque o uso da linguagem é paradigmaticamente um ato social, público⁴⁸” (CAMERON, 2005 [1995], p. 2, tradução nossa). A autora defende que o uso da língua só é possível devido a políticas que visam à homogeneização linguística. Assim, segundo Cameron, tanto a fala quanto a escrita

devem ser realizadas com referência às normas, que podem se tornar o assunto de comentários e debates abertos. Sem recurso de tais práticas metalinguísticas comuns como corrigir lapsos de língua, perguntando o que alguém quis dizer com algo e contestando o uso de palavras específicas, a comunicação seria ainda mais difícil do que já é⁴⁹. (CAMERON, 2005 [1995], p. 2, tradução nossa).

A autora argumenta que “o discurso popular sobre a linguagem e os valores servem a um propósito importante para aqueles que estão envolvidos nisso⁵⁰” (2005, p. 3, tradução nossa). Como exemplos específicos de higiene verbal, a autora cita a regulamentação do estilo de linguagem pelas(os) editoras(es), através dos manuais de estilo, o ensino da gramática nas escolas, os movimentos a favor e contra a chamada linguagem “politicamente correta” e as obras que apresentam conselhos sobre como falar de forma mais eficaz, direcionados,

⁴⁸ Original: “Perhaps one of them criticized the other’s choice of words. Because language-using is paradigmatically a social, public act.”

⁴⁹ Original: “must be carried on with reference to norms, which may themselves become the subject of overt comment and debate. In our everyday interactions we take this for granted; and necessarily so, for without recourse to such ordinary metalinguistic practices as correcting slips of the tongue, asking what someone meant by something and disputing their usage of particular words, the enterprise of communicating would be even more fraught with difficulty than it already is.

⁵⁰ Original: “that popular discourse about language and values serves an important purpose for those engaged in it”.

principalmente, às mulheres⁵¹. Entendemos, no entanto, que os movimentos a favor da linguagem politicamente correta, como as políticas linguísticas propostas por grupos minorizados não se comportam como as demais tentativas de regulamentar os estilos da linguagem (os quais podem ser definidos como forças centrípetas, que buscam a centralização e a unificação da língua). Pelo contrário, entendemos os atos oriundos de grupos socialmente oprimidos como forças centrífugas, as quais buscam o direito à diversidade, inclusive, no uso da linguagem.

Conforme Deborah Cameron, em cada caso, a higiene verbal “fornece uma maneira de dar sentido aos fenômenos linguísticos⁵²” (2005, p. 3, tradução nossa), representando “uma tentativa simbólica de impor ordem ao mundo social⁵³” (2005, p. 3, tradução nossa). A linguista defende que a higiene verbal é um discurso duplo, que deve ser lido simultaneamente na estrutura social e linguística:

Dizer que os debates de higiene verbal representam apenas conflitos sociais "mais profundos" na arena da linguagem é ignorar as características da higiene verbal que são baseadas em atitudes e crenças especificamente linguísticas; é também encobrir a questão crucial de porque a linguagem, em vez de outra coisa, se torna a arena onde certos conflitos sociais encontram expressão simbólica. Por outro lado, negar que as ideias sobre a linguagem são recrutadas com muita frequência para questões não linguísticas é deixar de lado a maior parte do que dá sentido a qualquer debate particular sobre higiene verbal⁵⁴. (CAMERON, 2005, p. 11).

Concordamos que as políticas linguísticas devam ser observadas simultaneamente como expressões linguísticas e sociais. No entanto, diferentemente de Deborah Cameron, não entendemos que políticas linguísticas possam se dar por atitudes e crenças especificamente linguísticas. Defendemos que até as mais simples atitudes linguísticas, como a hipercorreção, advêm de questões sociais, uma vez que, como vimos no primeiro capítulo, a língua é desde o início um fenômeno socioideológico (VOLOCHÍNOV, 2013[1930], p. 192), pois existe apenas enquanto interação, não existe de forma independente dos seres humanos, como existem os objetos sem significado ideológico, como os fenômenos da natureza.

⁵¹ Bakhtin também apontou que obras como a “poética de Aristóteles, a poética de Agostinho, a poética eclesiástica” (2015[1973], p. 40) e a ideia de uma gramática universal por Leibniz são partes de tentativas de homogeneizar a língua, sendo traduções das forças centrípetas que agem sobre a língua.

⁵² Original: “provides a way of making sense of linguistic phenomena”,

⁵³ Original: “a symbolic attempt to impose order on the social world”.

⁵⁴ Original: “To say that verbal hygiene debates just play out ‘deeper’ social conflicts in the arena of language is to overlook those features of verbal hygiene that are grounded in specifically linguistic attitudes and beliefs; it is also to gloss over the crucial question why language, rather than something else, becomes the arena where certain social conflicts find symbolic expression. Conversely, to deny that ideas about language are recruited very often to nonlinguistic concerns is to miss most of what gives meaning to any particular verbal hygiene debate”.

Por esse motivo é que, embora reconheçamos a importância e a consistência do estudo elaborado por Deborah Cameron, preferimos, nesta tese, utilizar “políticas linguísticas” em detrimento do termo “higiene verbal”. Se as intervenções linguísticas realizadas nas esferas sociais são determinadas pelas relações estabelecidas na sociedade, elas só podem ser políticas.

Sabemos que essas políticas podem se dar com intenção de unificar e centralizar a língua, impulsionadas por forças centrípetas (como as estratégias citadas por Cameron) ou de descentralizá-la, promover sua estratificação, sua mudança, impulsionadas por forças centrífugas (como as propostas realizadas por grupos minorizados). No entanto, observamos que as políticas de descentralização linguística buscam que a variação por elas propostas ocasione uma mudança linguística, dada pelo fato de sua fixação na linguagem, de seu caráter constante nos enunciados das pessoas que usam a língua. Para as/os proponentes das políticas linguísticas que visam à inclusão e tolerância, a mudança linguística será fruto também de uma mudança social, uma vez que a linguagem ao mesmo tempo reflete a realidade e nela intervém de modo refratado.

Além disso, por uma perspectiva dialógica, consideramos, com base no que escreve Mikhail Bakhtin em “O discurso no Romance”, que

O discurso vivo e corrente está imediatamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, pressente-a e baseia-a nela. Ao se constituir na atmosfera do “já dito”, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo. (BAKHTIN, 2010e, p. 89).

Por esse motivo, pelo fato de as políticas linguísticas propostas por grupos socialmente oprimidos se apresentarem sob a forma de discursos sobre a linguagem, como metalinguagem/metalinguística, visualizamos que também os discursos que a elas respondem, com elas polemizam ou concordam, sejam, também, constituintes e materiais para o estudo de tais políticas. É por essa perspectiva que analisaremos a feminização linguístico-discursiva.

Entendemos que as propostas de políticas linguísticas realizadas por grupos de falantes advêm de sua consciência linguística. Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Valentin Volóchinov defende que a “consciência é uma ficção fora da objetivação, fora da encarnação em um material determinado (o material do gesto, da palavra interior, do grito).” (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 211, grifo do autor). Para o autor, a consciência é, assim como a linguagem, um fato socioideológico.

Volóchinov contrapõe dois polos em que a vivência pode ser formada: a “vivência do eu”, uma vivência privada de clareza e forma ideológica, a qual demonstra “uma falta de

enraizamento social da consciência” (2017[1929], p. 208) e a “vivência do nós”, uma vivência diferenciada, uma vez que “quanto mais unida, organizada e diferenciada for a coletividade na qual se orienta um indivíduo, tanto mais complexo e organizado será o seu mundo interior” (2017[1929], p. 208-209). A consciência linguística das/dos falantes se desenvolve em meio a estas vivências, e uma vivência do nós pode levar à consciência de gênero, de classe, de raça e, por isso, ser refletida e refratada nas intervenções feitas na linguagem por determinados grupos sociais, os quais imprimem em seus discursos acentos de valores relativos à luta travada entre vozes sociais antagônicas.

O devir (a formação, o desenvolvimento, a mudança) real da língua/linguagem, de acordo com Volóchinov (2017[1929], p. 220), pode ser explicado da seguinte forma: as relações sociais mudam, motivadas por mudanças infraestruturais (nos modos de produção, nas relações sociais, ou, mesmo, na estrutura das sociedades, por meio de leis e acordos) ou superestruturais (nas ideologias, nas artes, na educação, na linguagem), depois, mudam a comunicação e a interação verbais nas esferas sociais/discursivas, por fim, essas mudanças geram mudança das formas da língua. As contradições sociais, impressas no heterodiscurso, podem ser definidas como um dos motores da mudança linguística.

Pensar nessa ordem acaba elucidando a questão da feminização linguístico-discursiva (a qual será abordada na seção 2.3 desta tese), não como uma proposta de mudança linguística direta, uma vez que, ressaltamos, a mudança linguística e a mudança das relações sociais não ocorrem de forma direta e unilateral, mas como uma proposta que repensa as ideologias sobre as relações de gênero na sociedade, inscritas na linguagem e nos discursos. É a partir dessa visão que, na sequência, discorreremos sobre o discurso como enunciado concreto e refletimos como a estilização discursiva, por seu caráter dialógico, é, também, um ato responsivo.

A estilização dos discursos é um dos aspectos das políticas linguísticas propostas por grupos socialmente oprimidos, como é o caso da feminização linguístico-discursiva. Por esse motivo, nesta seção, estabelecendo relações com a estilística e com a filosofia, procuramos abordar como a estilização se configura enquanto ato responsivo e responsável. No entanto, para discorrer sobre a estilização dos discursos, precisamos, primeiramente, abordar o que entendemos por discurso, enquanto enunciado concreto.

Mikhail Bakhtin em *Os gêneros do discurso* salienta que

A indefinição terminológica e a confusão em um ponto metodológico central do pensamento linguístico são o resultado do desconhecimento da *real unidade* da comunicação discursiva – *o enunciado*. Porque o discurso só pode existir de fato na forma de enunciados concretos de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado

pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir. Por mais diferentes que sejam os enunciados por seu volume, pelo conteúdo, pela construção composicional, eles têm como unidades da comunicação discursiva peculiaridades estruturais comuns, e antes de tudo, *limites* absolutamente precisos. Esses limites, de natureza especialmente substancial e *princípioal*, precisam ser examinados minuciosamente. (BAKHTIN, 2016[1978], p. 28-29).

Desse modo, o discurso, assim como a linguagem, só existe como enunciado concreto, sendo qualquer enunciado concreto “um ato social”, como afirma Pável Medviédev (2012[1926], p. 183).

Entendemos que, dessas e de outras proposições advém uma das maiores contribuições do Círculo de Bakhtin para as ciências da linguagem: a de ter construído uma reflexão sobre a natureza da linguagem a partir de um viés sociológico, já que, na visão da análise dialógica do discurso, nós, sujeitos ativos e responsivos, assimilamos “as formas da língua somente nas formas dos enunciados e justamente com essas formas” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 38-39). É por esse motivo que nossa consciência linguística, de um ponto de vista dialógico, também advém do nosso contato com a linguagem, com as vozes alheias, como discurso, como enunciado concreto, como defende Valentin Volóchinov em “As mais novas correntes do pensamento linguístico”: “apenas no contexto de certos enunciados e, portanto, apenas em um determinado contexto ideológico” (2019[1928], p. 166).

Desse modo,

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos. (BAKHTIN, 2016[1978], p. 54).

O enunciado pleno, sua inteireza, “que assegura a possibilidade de resposta (ou de compreensão responsiva)” é, segundo Mikhail Bakhtin, determinado por três aspectos: “1) a exauribilidade semântico-objetal; 2) o projeto de discurso ou vontade de discurso do falante; 3) as formas típicas de composição e do acabamento do gênero” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 36). Sobre a exauribilidade semântico-objetal, é importante destacar que o “objeto é objetivamente inexaurível, mas, ao se tornar *tema* do enunciado [...] ganha uma relativa conclusibilidade em determinadas condições [...] em determinados fins” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 36-37). A finalidade é definida por quem ocupa a posição de autora/autor, em seu projeto enunciativo. Isso porque, a cada enunciado, “abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção discursiva* ou a *vontade de produzir sentido*” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 37, grifos do autor) por parte

das/dos enunciantes(es), isto é, imaginamos o que quiseram dizer, e é a partir dessa intenção “que medimos a conclusibilidade do enunciado”.

O projeto enunciativo/discursivo “também determina a escolha do gênero no qual será construído o enunciado” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 37). A intenção, visualizada no projeto enunciativo, combina-se com o conteúdo semântico-objetual e o restringe, o vincula “a uma situação concreta (singular) da comunicação discursiva, com todas as suas circunstâncias individuais, com os seus participantes pessoais, com as suas intervenções – enunciados antecedentes” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 37). O projeto enunciativo, a vontade da/do falante “se realiza antes de tudo *na escolha de certo gênero do discurso*” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 38, grifos do autor), sendo essa escolha determinada pelo campo de comunicação discursiva, e pela relação entre falante, interlocutoras(es) e objeto do discurso, uma vez que “todo enunciado, mesmo quando escrito e finalizado, responde a algo e orienta-se para uma resposta” (VOLÓCHINOV, 2018[1928], p. 169), antecipando uma compreensão ativa e responsiva.

Assim como mostramos na seção anterior, conforme Mikhail Bakhtin, “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 11). Por esse motivo, também é possível dizer que todos os enunciados são marcados pela especificidade da esfera de atividade humana na qual são produzidos, refletindo as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não apenas em seu conteúdo (temático) e em estilo verbal, “ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 11), mas também em sua construção composicional.

De acordo com o autor, “estes três elementos – o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados *no conjunto* do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 12). Disso decorre o fato de que aprender “a falar significa aprender a construir enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas, e evidentemente, não por palavras isoladas)” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 39).

A pesquisadora Maria da Glória di Fanti, no capítulo “Discurso, dialogismo e atividade de trabalho: a constitutiva relação com o outro”, do livro *Discurso: tessituras de linguagem e trabalho* (2017, p. 101), explica que nas “variadas materializações dos gêneros, observamos também o estilo individual – dialógico – de cada sujeito nas relações que estabelece com o outro (outro sujeito e outro discurso)”. Assim, a cada enunciação concreta, por seu caráter dialógico, a/o falante reflete sua individualidade e sua vontade discursiva por meio da reacentuação dos gêneros do discurso (DI FANTI, 2017, p. 101).

Sobre isso, em *Os gêneros do discurso*, Mikhail Bakhtin enfatiza que “os estilos da linguagem ou funcionais não são outra coisa senão estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 18) e que “gêneros do discurso, no geral, se prestam de modo bastante fácil a uma reacentuação; o triste pode ser transformado em jocoso-alegre, mas daí resulta em uma coisa nova (por exemplo, o gênero de um epitáfio jocoso)” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 52).

A possibilidade de reacentuação dos enunciados concretos, e, por consequência, dos gêneros do discurso, advém do fato de que, assim como nossa linguagem se forma a partir dos enunciados alheios, também “nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados [...] é pleno de palavras dos outros” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 54) e “todo enunciado é repleto de variadas atitudes responsivas a outros enunciados” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 57). Nossos enunciados são, dessa forma, repletos de “tonalidades dialógicas, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado (BAKHTIN, 2016[1978], p. 59). Desse modo, para compreender a estilização discursiva como um ato responsivo, como reacentuação, é preciso pensar nas relações dialógicas que a constituem.

Tais considerações estão no cerne da análise dialógica do discurso, uma vez que as

relações dialógicas (inclusive as relações dialógicas do falante com sua própria fala) são objetos da metalinguística [...] as relações dialógicas são extralinguísticas. Ao mesmo tempo, porém, não podem ser separadas do campo do discurso, ou seja, da língua enquanto fenômeno integral concreto. A língua só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. (BAKHTIN, 2002[1963], p. 208-209).

Desse modo, para a análise dialógica do discurso/metalinguística, o objeto de análise deve ser a língua como parte das práticas sociais, as quais devem servir para explicar como o sentido é construído pelas interlocutoras e pelos interlocutores nas relações sociais de poder e como o sentido constrói tais relações. Por esse motivo, o enunciado concreto em seu todo, com suas múltiplas relações dialógicas, é o dado imediato a ser analisado.

Sobre as relações dialógicas, é importante destacar suas possibilidades. De acordo com Mikhail Bakhtin na obra *Problemas na poética de Dostoiévski* (2002[1963]), as relações dialógicas são possíveis entre enunciados, mas também em qualquer outro meio em que seja possível ouvir a voz do outro, sendo possíveis também, entre os estilos da linguagem e com o próprio todo do discurso.

É por esse motivo que, ao analisarmos a estilística dos enunciados, não podemos deixar de refletir sobre as relações dialógicas entre os enunciados, observando como as relações sociais existentes em determinadas esferas determinam a estilística dos enunciados e de que forma o

próprio estilo é uma marca de tais relações. É essencial, para essa análise, considerar a reflexão de Mikhail Bakhtin em “O discurso no romance”, de que “todo discurso vivo varia na forma de sua oposição ao seu objeto: entre discurso e o objeto, o discurso e o falante situa-se o meio elástico [...] de outros discursos alheios a respeito do mesmo objeto, no mesmo tema” (BAKHTIN, 2015[1972], p. 48). Como não falamos pela primeira vez sobre determinado objeto,

Todo discurso concreto (enunciado) encontra o objeto para o qual se volta sempre, por assim dizer, já difamado, já contestado, avaliado, envolvido por uma fumaça que o obscurece ou, ao contrário, pela luz de discursos alheios já externados a seu respeito. [...] **O discurso voltado para o seu objeto entra nesse meio dialogicamente agitado e tenso de discursos, avaliações e acentos alheios**, entrelaça-se em suas completas relações mútuas, funde-se com uns e afasta-se de outros, cruza-se com terceiros; e tudo isso pode formar com fundamento o discurso, ajustar-se em todas as suas camadas semânticas, tornar complexa sua expressão, influenciar toda a sua feição estilística. (BAKHTIN, 2015[1972], p. 48, grifos nossos).

Essa ponderação de Mikhail Bakhtin pode ser associada à reflexão de Pável Medviédev em *O método formal nos estudos literários*, segundo a qual “as relações sociais que produzem significado são variadas” e somente nelas “se tornam compreensíveis também as diferentes relações das ideologias com a existência por elas refletida, que são peculiares a cada uma das leis ideológicas de refração dessa existência” (2012[1926], p. 55).

Também é preciso levar em conta que a “expressividade típica (de gênero) pode ser vista como uma ‘auréola estilística’ da palavra, mas essa auréola não pertence à palavra da língua como tal, mas ao gênero em que dada palavra costuma funcionar, é o eco da totalidade do gênero que ecoa na palavra” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 52-53). Desse modo, a estilização dos enunciados concretos e individuais acaba se estendendo sobre os gêneros do discurso, e o contrário também ocorre. No entanto,

A expressão de gênero da palavra – e a expressão de gênero da entonação – é impessoal como os próprios gêneros do discurso (porque estes são uma forma típica de enunciados individuais, mas não são os próprios enunciados). Todavia, as palavras podem entrar no nosso discurso a partir de enunciados individuais alheios, mantendo em menor ou maior grau os tons e ecos desses enunciados individuais. (BAKHTIN, 2016[1978], p. 52-53).

Assim, a estilização possui caráter dialógico, uma vez que o tom, o acento valorativo conferido pela/pelo falante ao seu enunciado, não apenas revela sua relação com o objeto de seu discurso e com suas/seus interlocutoras(es), mas também revela tons e ecos de enunciados anteriores em nossos enunciados individuais. Entendemos, por essa razão, a estilização dos

discursos/enunciados como ato responsivo e responsável, uma vez que, como afirma Mikhail Bakhtin em *Para uma filosofia do ato responsável* (PFA), o

mais alto princípio arquitetônico do mundo real do ato realizado ou ação é a contraposição concreta e arquitetonicamente válida ou operativa entre eu e outro. A vida conhece dois centros de valor que são fundamental e essencialmente diferentes, embora correlacionados um com o outro: eu e o outro, e é em torno destes centros que todos os momentos concretos do ser se distribuem e se arranjam. (BAKHTIN, 2012[1920-1924], p. 91).

Para compreender a existência dos dois centros de valor indicados por Mikhail Bakhtin em PFA, é importante entender que, em cada parte de seu enunciado, as/os enunciantes(es) voltam-se para alguém, respondem a alguém, buscam alianças com outras vozes sociais, ou seja, participam de um diálogo (BAKHTIN, 2018[1937-9]). No entanto, para compreender o caráter responsivo dos enunciados, precisamos, primeiramente, entender a relação desse enunciado com seu espaço-tempo (cronotopo).

Tomamos como cronotopo “a interligação essencial das relações de tempo e espaço” assimiladas e expressas nos enunciados, como explica Mikhail Bakhtin em “As formas do tempo e do cronotopo no romance” (2018[1937-9], p. 11). Embora o autor trate, no referido ensaio, sobre o cronotopo na literatura, entendemos que essa reflexão seja válida para todo enunciado concreto, e, por conseguinte, pode ser tomada para a análise que aqui empreenderemos. De acordo com Michael Holquist em “A fuga do cronotopo” (2015, p. 51), o tempo e o espaço, para Bakhtin, são “as formas mais imediatas da realidade”. O termo “cronotopo”, emprestado por Bakhtin das ciências matemáticas, da Teoria da Relatividade, importa-nos como “expressão da inseparabilidade do espaço e do tempo”, sendo entendido como uma “categoria de conteúdo-forma” dos enunciados (2018[1937-9], p. 11).

A pesquisadora Marília Amorim explica que

O conceito de cronotopo trata de uma produção da história. Designa um lugar coletivo, espécie de matriz espaço-temporal de onde as várias histórias se contam ou se escrevem. Está ligado aos gêneros e a sua trajetória. Os gêneros são formas coletivas típicas, que encerram temporalidades típicas e assim, conseqüentemente, visões típicas de [ser humano]. (AMORIM, 2006, p. 105).

Por estar ligado aos tipos relativamente estáveis de enunciado (gêneros do discurso), o cronotopo assume, assim, importância para observarmos as relações valorativas presentes tanto nos discursos cotidianos, na interação discursiva direta, como em outras formas de discurso.

Valentin N. Volochínov, no ensaio “A palavra na vida e na poesia: introdução ao problema da poética sociológica”, presente no livro *Palavra própria e palavra outra na sintaxe*

da enunciação, ressalta a importância do espaço-tempo das valorações sociais para a interação discursiva (em mesmo lugar empírico), uma vez que, para a compreensão ativa dos enunciados, é preciso existir

1) *Um horizonte espacial compartilhado por ambos os falantes* (a unidade do visível: a casa, a janela etc); 2) *o conhecimento e a compreensão comum da situação*, igualmente compartilhado pelos dois, e, finalmente, 3) *a valoração compartilhada pelos dois*, desta situação. (VOLOCHÍNOV, 2011, p. 156, grifo do original).

Desse esquema, elaborado por Volochínov, advém sua conclusão de que, no discurso não-estético, “a palavra está longe de refletir a situação extraverbal” como um espelho, como uma força mecânica, embora ela proporcione uma espécie de “resumo valorativo” (VOLOCHÍNOV, 2011, p. 156-157) dessa situação, através da entonação.

O contexto do enunciado não-estético é o horizonte espacial e semântico compartilhado por quem participa da enunciação. Esse horizonte pode ser recuperado por nós, quando nos deparamos com enunciados passados, através da recuperação do seu contexto, da compreensão do seu conteúdo, de sua estrutura composicional, da análise de sua estilística.

Como explica a pesquisadora Kelli Machado da Rosa, os sujeitos, para a análise dialógica do discurso, “são, em essência, sujeitos dialógicos, de modo que vivem envoltos de diversas vozes sociais com as quais conversam, divergem e, sobretudo, valoram” (RIBEIRO, 2018, p. s73). Os sujeitos, enquanto enunciadores, estão sempre inseridos em relações dialógicas, sendo situados em um dado espaço-tempo (cronotopo), já que, como exemplifica Mikhail Bakhtin em “O discurso na poesia e o discurso no romance”,

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto. (BAKHTIN, 2010e [1934], p. 86).

Desse modo, segundo Mikhail Bakhtin, o enunciado possui natureza dialógica, a qual consiste no fato de o enunciado revelar a consciência ideológica situado sócio-historicamente a respeito de seu objeto de dizer, sendo uma réplica, uma resposta a outros enunciados do diálogo social. Essa consciência ideológica é que torna possível a consciência de classe nos termos de Karl Marx, como consciência que valoriza a nossa própria situação material, a nossa condição de trabalho, o nosso papel no sistema produtivo.

Segundo o verbete “consciência de classe”, do *Dicionário do Pensamento Marxista* editado por Tom Bottomore (1993), “Marx estabeleceu, desde o início, uma distinção entre a situação objetiva de uma classe e a consciência subjetiva dessa situação, isto é, entre a condição de classe e a consciência de classe”. Essa percepção da condição de classe das trabalhadoras e trabalhadores, sua consciência de classe, será buscada concreta e materialmente em seus discursos, levando em conta, também, os laços de solidariedade estabelecidos por essa consciência, a partir de um movimento de empatia.

Essa busca se dará através do entendimento do caráter dialógico dos sujeitos e dos enunciados, e da pressuposição de que “a escolha de todos os recursos linguísticos é feita pelo falante sob maior ou menor influência do destinatário e da sua resposta antecipada” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 69). Tendo isso em mente, consideraremos que o estilo, em si, é também uma marca valorativa que expressa as relações dialógicas com outros enunciados, passados, presentes e futuros. A estilística do enunciado é, assim, um “acabamento social e o próprio fluxo discursivo dos enunciados que de fato representa a realidade da língua – é um fluxo social”, como mostra Valentin Volóchinov em “As mais novas correntes do pensamento linguístico” (2019[1928], p. 181).

É por esse caráter responsivo dos enunciados que, conforme Mikhail Bakhtin em *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*,

Não pode haver enunciado isolado. Ele sempre pressupõe enunciados que o antecedem e o sucedem. Nenhum enunciado pode ser o primeiro ou o último. Ele é apenas um elo na cadeia e fora dessa cadeia não pode ser estudado. Entre os enunciados existem relações que não podem ser definidas em categorias nem mecânicas nem linguísticas. Não há analogias com eles. (BAKHTIN, 2017, p. 26-27).

Nesse sentido, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Valentin Volóchinov (2017[1929]) afirma também que nossas palavras não conseguem fugir da condição de serem permeadas por outras vozes e de, ao mesmo tempo, servirem como tema para outros enunciados.

O enunciado, sendo uma unidade real da linguagem (BAKHTIN, 2010c), tem na base de sua produção e de sua compreensão a responsividade dos interlocutores, grosso modo, enunciar é esperar uma resposta; compreender é, de alguma forma, responder. A responsividade é, portanto, um traço essencial e constitutivo do enunciado; de seu endereçamento a alguém dependem sua composição e seu estilo (BAKHTIN, 2010c).

A ideologia, seja ela de classe (o pertencimento a uma classe, que incide no papel social desempenhado pelo enunciador), de gênero (a identificação com um gênero social, ou a não identificação), ou de outra natureza, também organiza a estrutura estilística da enunciação, tanto

através da organização e escolha do conteúdo temático da enunciação, tanto através da entonação, da escolha e da disposição das palavras, “de qualquer construção verbal que se realiza não só com o conteúdo, mas expressa com a própria forma a *relação* existente do falante com o mundo e os [sujeitos], a *relação* com aquela situação específica e aquele auditório específico” (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 190, grifos do original). Dito isso, é preciso considerar que “é impossível compreender um enunciado concreto sem conhecer sua atmosfera axiológica e orientação avaliativa no meio ideológico (MEDVIÉDEV, 2012[1926], p. 185). Assim, para o Círculo de Bakhtin, a compreensão, assim como a consciência, possui natureza socioideológica e dialógica, sendo prenhe de resposta (BAKHTIN, 2016[1978]).

Uma vez que ninguém fala pela primeira vez sobre um determinado objeto, o discurso de outrem ou discurso citado surge como algo inerente aos nossos discursos, e isso não ocorre de maneira fortuita, já que, como mostra Volóchinov em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2017[1929]), a pessoa que enuncia não é um ser privado da palavra. Pelo contrário, somos cheias de palavras interiores e de palavras anteriores, as quais nossa compreensão aprecia, valora, de forma ativa, já que “a vida só pode ser compreendida pela consciência somente na responsabilidade concreta” e apenas “se pode compreender a vida como evento, e não como um ser-dado” (BAKHTIN, 2010a[1920-1924], p. 117).

Nossos discursos são permeados por vozes alheias, por discursos de outrem. Além disso, esses discursos anteriores sobre nossas palavras se apresentam como avaliação social, a qual, como mostra Medviédev, “faz a mediação entre a língua, como um sistema abstrato de formas, e sua realidade concreta” (2012[1926], p. 186). A avaliação social é parte constitutiva dos nossos enunciados, uma vez que “a palavra entra no nosso enunciado não a partir do dicionário, mas a partir da vida, passando de um enunciado a outros [...] saturada de tarefas concretas dessa comunicação: históricas e imediatas” (MEDVIÉDEV, 2012[1926], p. 185). É dessa forma que nossos enunciados se formam e enformam, “na relação entre o eu e o outro, numa concorrência de discursos, vozes em circulação, que, num jogo de tons emotivo-volitivos, dá vida à palavra e revela um sujeito relacional e inacabado” (DI FANTI, 2020, p. 10).

Nos nossos discursos, os discursos alheios se apresentam como “o discurso dentro do discurso, o enunciado dentro do enunciado, mas ao mesmo tempo é também o discurso sobre o discurso, o enunciado sobre o enunciado” (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 249). É nesse viés que Volóchinov problematiza o fenômeno de transmissão do discurso alheio, em uma perspectiva sociológica, elucidando que o discurso de outrem surge em nossos discursos sob duas formas: o estilo linear, o estilo pictórico.

A primeira forma, chamada por Volóchinov (2017[1929]) de estilo linear, tem como

característica a criação de contornos exteriores explícitos à volta do discurso citado, o que tende a garantir a integridade e a autenticidade desse discurso. Na segunda forma, chamada por Volóchinov de estilo pictórico, ocorre o inverso do que acontece no estilo linear, visto que nele não são perceptíveis quais são as fronteiras entre o discurso citado e o discurso da pessoa que o cita, de forma que o discurso citado parece ser absorvido no enunciado desta, não sendo visualizados as fronteiras que separam os discursos de uma/um e outra/outro autora/autor.

Também é importante destacar que, nos nossos discursos, a transmissão do discurso alheio

é voltada para um terceiro, isto é, àquele a quem são transmitidas as palavras alheias. Essa orientação para um terceiro é especialmente importante, pois ela acentua a influência das forças sociais organizadas sobre a percepção do discurso. Na comunicação dialógica viva, não costumamos citar as palavras do interlocutor às quais estamos respondendo.

A nossa resposta repete as palavras do interlocutor apenas em casos específicos e excepcionais: para confirmar nossa compreensão correta, para chamar a atenção de nosso interlocutor sobre suas afirmações etc. Todos esses aspectos específicos da transmissão devem ser considerados, porém isso não muda a essência da questão. (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 252-253).

Dessa forma, não apenas o discurso alheio determina os acentos axiológicos que conferimos a ele, mas também nossa orientação às/aos interlocutoras/es indiretas(os) de nosso enunciado, nossas(os) superdestinatárias(os)/supradestinatárias(os).

Mikhail Bakhtin, em “O discurso no romance”, também mostra como o discurso do outro se apresenta nos enunciados e como o discurso do outro, na linguagem do outro, pode refratar as intenções da/do autora/autor e influenciar o seu discurso (BAKHTIN, 2015[1972], p. 100). Por refratarem as intenções de quem enuncia, muitas vezes, os limites entre o discurso da/do autora/autor e o discurso do outro são deliberadamente movediços (BAKHTIN, 2015[1972], p. 89).

A alteridade é inerente à linguagem, estando na base dos limites entre os enunciados. A conclusibilidade de um enunciado “suscita uma resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 30). A alternância dos sujeitos do discurso “são relações específicas entre os enunciados plenos no processo da comunicação discursiva”, que “pressupõem *outros* (em relação ao falante) membros da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 30). A alteridade também possui relação com a consciência (de classe, de gênero e, também, a consciência linguística), uma vez que é a partir dela que tomamos consciência das opressões que sofremos ou das opressões que as outras pessoas sofrem. Perceber como *outro* alguém ou *outro* grupo de pessoas é tratado, os direitos

que possuem, as obrigações que não possuem é o que nos faz saber qual o nosso lugar na história.

Ainda sobre a alteridade, nos “Fragmentos dos anos 1970-1971”, Mikhail Bakhtin mostra que existem três tipos de relações: a relação entre os objetos, a relação entre o sujeito e o objeto e as relações entre os sujeitos. É, na relação entre os sujeitos, nas “relações dialógicas entre enunciados, relações éticas, etc.”, que “se situam quaisquer vínculos semânticos personificados”. É nessas relações que podemos perceber as “relações entre consciências, verdades, influências mútuas, a aprendizagem, o amor, o ódio, a mentira, a amizade, o respeito, a reverência, a confiança, a desconfiança, etc.” (BAKHTIN, 2017[1970-1971], p. 30). É por esse motivo que a relação entre os sujeitos, a alteridade, deve ser explicada e entendida de forma personificada e não coisificada, como mostra o autor em “Por uma metodologia das ciências humanas”.

Compreender as relações entre os sujeitos como uma relação personificada e não coisificada traz consigo o acarretamento de considerar os sujeitos de forma situada sócio-historicamente, avaliando os papéis sociais desempenhados pelas(os) enunciantes(es). Contudo, por serem as(os) enunciantes(es) sujeitos sócio-históricos, com papéis sociais definidos em determinadas esferas discursivas, entendemos que os elementos da vida material são incontornáveis para se pensar as práticas discursivas. Os enunciados escritos por mulheres que analisaremos não podem ser considerados, portanto, sem que se entenda que sua estilística depende de sua ideologia de classe (isto é, do papel social que exercem enquanto enunciam). O estilo dos enunciados está condicionado às relações valorativas (axiológicas) entre locutora/locutor (autora/autor), interlocutora/interlocutor (leitora/leitor) e o tópico (objeto/o quê ou quem/ herói).

Todas essas proposições dialogam com o seguinte postulado, o qual retiramos de *Os gêneros do discurso*, de que “Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados [...] é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de apercetibilidade e de relevância (BAKHTIN, 2016[1978], p. 54-55). Entendemos, assim, “discurso” como o conjunto de todos os enunciados que produzimos, os quais são permeados de palavras alheias, com as quais concordamos, polemizamos, nos aliamos, nos opomos. Isso porque nosso discurso é voltado para seu objeto, o qual já foi avaliado por muitos outros discursos anteriores (BAKHTIN, 2015[1972]) e, ao mesmo tempo, para a/o destinatária(o) e para o terceiro, a/o superdestinatária(o). Nesse meio dialógico, reavaliamos os objetos de nossos enunciados, conferindo a eles nossos acentos valorativos/axiológicos, os quais se formam e enformam nosso discurso, tornando complexa sua expressão, influenciando toda a sua feição

estilística (BAKHTIN, 2015[1972]), conferindo, assim, caráter de ato responsivo às estilizações por nós realizadas.

O discurso das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária*, no qual analisaremos a feminização linguístico-discursiva, enquanto estilização da linguagem, e, portanto, ato responsivo e responsável, e enquanto política linguística, é, assim, constituído pelo conjunto de enunciados por elas escritos e assinados. Enquanto ato responsivo, a estilização a que chamamos de feminização linguístico-discursiva, por um lado, reflete uma prática estilística recorrente inscrita na linguagem e, por outro, refrata a defesa dos direitos das mulheres no mundo do trabalho.

No entanto, enquanto indícios de nossa orientação axiológica, no processo de reflexão e refração, muitas vezes, são perceptíveis outras vozes, alheias a nós, as quais são assimiladas (total ou parcialmente), ou contestadas. Uma vez que os nossos discursos e os discursos dos outros nem sempre possuem limites fixos, entendemos que, muitas vezes, os acentos valorativos de quem enuncia e as tonalidades axiológicas das palavras alheias são perceptíveis principalmente nos signos ideológicos utilizados em nossos discursos. É por esse motivo que, a seguir, traremos nossa percepção sobre o signo ideológico.

A ideologia⁵⁵ permeia os conceitos da análise dialógica do discurso como um todo, uma vez que compreender as relações dialógicas entre os enunciados concretos é perceber como os muitos discursos respondem a discursos anteriores, e como essa resposta se inscreve no tema e na significação dos signos ideológicos. Desse modo, nesta seção, estabelecemos a interdisciplinaridade entre análise dialógica do discurso com a semiótica. Nessa posição, observaremos como as nossas palavras e as palavras alheias recebem acentos axiológicos sob a forma de signos ideológicos. Por esse motivo, nesta seção, discorreremos primeiramente sobre a ideologia, para explicar o signo ideológico a partir da relação entre as nossas palavras, ditas a partir da nossa posição singular, e as palavras alheias, também ditas de sua posição única e particular.

Na obra do Círculo de Bakhtin, a ideologia ocupa um lugar essencial, sendo vista como valorização social, como diferentes formas de culturas, como diferentes sistemas ideológicos (superestruturas), como a arte, o direito, a religião, a ciência, e, também, como forma da consciência individual. A ideologia é, assim, para os teóricos do Círculo, uma expressão da interpretação, representação, organização e regularização das relações histórico-materiais

⁵⁵ Salientamos que, nas obras do Círculo de Bakhtin, a ideologia aparece em poucas ocorrências com o sentido atribuído por Karl Marx, como uma falsa consciência. Nesta tese, quando utilizarmos o termo “ideologia”, nos referiremos a valores sociais.

humanas, como explica o estudioso Augusto Ponzio na obra *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea* (2008).

No entanto, a ideologia não pode ser separada da vida, em sua concretude e inteireza. É preciso sempre considerar os aspectos superestruturais da sociedade em relação aos seus aspectos infraestruturais. Desse modo, consideramos que as ideologias de uma sociedade, as relações políticas, as questões jurídicas, a religião, e, por conseguinte, os discursos, materializados em enunciados, são sustentados por/sustentam os seus aspectos infraestruturais. Os aspectos infraestruturais de uma sociedade podem ser pensados a partir do seu modo de produção, i.e., “o modo como uma sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e os distribui” (BOENAVIDES, 2018, p. 35), juntamente com suas relações de produção, ou seja, “as relações que se estabelecem entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que detêm apenas a sua força de trabalho” (BOENAVIDES, 2018, p. 35).

Refletir sobre essa relação é essencial para pensar na linguagem. Isso porque, como reflete Valentin Volóchinov em *Marxismo e filosofia da linguagem*, a linguagem, como qualquer “produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social – seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo – mas também [...] reflete e refrata outra realidade que se encontra fora dos seus limites” (2017[1929], p. 91). Assim, por refletir e refratar outra realidade, os produtos ideológicos são capazes não só de descrever a realidade nas quais eles estão inseridos, mas também, nela, de alguma forma, intervir.

É importante destacar o caráter sógnico e o valor semiótico de tudo o que é ideológico, uma vez que tudo “o que é ideológico possui uma *significação*: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um signo. *Onde não há signo também não há ideologia*” (2017[1929], p. 91, grifos do autor). Volóchinov explica que “um corpo físico equivale a si próprio: ele não significa nada e coincide inteiramente com a sua realidade única e natural” (2017[1929], p. 92). No entanto, qualquer objeto físico, seja ele um produto de consumo, um instrumento de produção, pode ser transformado em signo ideológico, sendo o campo ideológico equivalente ao campo dos signos.

Pável Medviédev, em *O método formal nos estudos literários* (2012[1928], p. 56), mostra que vivemos rodeadas(os) por fenômenos ideológicos, por “objetos-signo” “dos mais diversos tipos e categorias: de palavras realizadas nas suas mais diversas formas, pronunciadas, escritas e outras; de afirmações científicas; de símbolos e crenças religiosas; de obras de arte, e assim por diante”. Desse modo, nossa consciência, também chamada pelos estudiosos do Círculo de Bakhtin de discurso interior, possui caráter socioideológico, uma vez que ela não toca diretamente a existência. Nossa consciência compreende a realidade por meio “do mundo

ideológico que a rodeia”.

Em “Sobre as questões de autoconsciência e de autoavaliação”, Mikhail Bakhtin mostra que o “mundo está povoado por imagens criadas das *outras* pessoas (este é o mundo dos outros e eu vim para esse mundo); entre elas ainda há imagens do eu nas imagens das outras pessoas” (2019[194?], p. 53). Desse modo, as imagens criadas das e pelas outras pessoas possuem valores axiológicos sobre as outras pessoas e, ao mesmo tempo, valores das outras pessoas. Nestas imagens, há, ainda, as imagens de nós mesmas(os) criadas pelas outras pessoas. Desse modo, conhecemos a nós a partir da visão do outro.

Tanto a visão que temos de nós mesmas(os), quanto a visão que temos das outras pessoas (com quem estabelecemos interlocução, direta ou indireta) e a visão que as outras pessoas têm de nós podem ser empáticas ou exotópicas. A empatia e a exotopia são explicadas por Mikhail Bakhtin, em “O autor e a personagem na atividade estética”, a partir da elucidação sobre o excedente de visão. Segundo Bakhtin, a empatia e a exotopia são respectivamente, uma aproximação e um distanciamento entre a/o autora/autor, com o outro, sendo esse outro tanto o objeto de seu discurso quanto o sujeito com quem se estabelece interlocução, sendo essa interlocução direta ou indireta (no caso da/do superdestinatária(o), do qual trataremos na sequência). Isso decorre do fato de, quando olhamos para o outro, em um tempo específico, nosso espaço, nossos horizontes concretos, nossas experiências, não coincidem. Dessa forma, sempre veremos e saberemos coisas sobre as outras pessoas que elas não poderão ver e saber sobre si mesmas, e sempre as outras pessoas verão e saberão coisas de nós que, de nosso lugar particular, não conseguimos ver.

No entanto, desse nosso lugar particular, para podermos compreender e perceber o objeto do nosso discurso, precisamos tanto nos colocar provisoriamente em seu lugar⁵⁶, sendo empáticos, quanto nos distanciarmos dele, exotopicamente. É esse movimento que nos faz ter uma visão mais completa do nosso objeto, um excedente de visão. A interação com as outras pessoas e a visão que temos delas e a qual elas têm de nós também são partes constitutivas dos nossos enunciados, de nossas palavras, em sua configuração como signo ideológico.

Para Valentin Volóchinov, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, a palavra é “o fenômeno ideológico *par excellence*. Toda a sua realidade é integralmente absorvida por sua função de signo” (2017[1929], p. 98). É por esse motivo que a “palavra não é apenas o mais

⁵⁶ Salientamos que a empatia pura não é possível, pois, como nos mostra Bakhtin em PFA (2010a[1920-1924], p. 63), se nós nos perdêssemos “[...] verdadeiramente no outro (neste caso, no lugar de dois participantes, haveria um só – com o conseqüente empobrecimento do existir), ou seja, se eu cessasse de existir na minha singularidade, então este momento do meu existir não poderia nunca se tornar um momento da minha consciência [...]”.

representativo e puro dos signos, mas também um signo neutro. [...] Ela pode assumir qualquer função ideológica: científica, estética, moral, religiosa” (p. 99). O signo ideológico, como realidade da palavra no enunciado concreto, pode assumir qualquer função ideológica servir para qualquer valoração. Segundo Volóchinov, toda “palavra é ideológica, assim como cada uso da língua implica mudanças ideológicas” (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 217).

No primeiro capítulo de *Marxismo e filosofia da linguagem*, Volóchinov (2017[1929]) trata sobre o problema do signo ideológico. O autor demonstra como os signos ideológicos são, ao mesmo tempo, uma sombra e uma parte material da realidade. O autor defende que qualquer “fenômeno ideológico é dado em algum material: no som, na massa física, no ar, na cor, no movimento e assim por diante. Nesse sentido, a realidade do signo é bastante objetiva e submete-se unicamente ao método monista de estudo objetivo” (2017 [1929], p. 94).

Mais adiante, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Volóchinov explica que os signos ideológicos possuem sempre um tema e uma significação. O tema é o sentido único, individual, reiterável, que pertence a cada enunciado e depende de sua situação histórica e concreta. É “determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição” (palavras, formas morfosintáticas, sons, entoações), “mas igualmente pelos elementos não verbais da enunciação” (2017[1929], p. 133). Já a significação é compreendida como um artefato-técnico mais estabilizado, que é reiterado nos enunciados. A significação pertence, assim, a um conjunto de discursos, sendo “a relação entre o signo, como uma realidade única, como uma outra realidade, que ele substitui, representa” (2017[1929], p. 119).

É importante considerar, contudo, que toda “palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido bem objetivo, de conteúdo, mas também um acento de valor ou *apreciativo*” (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 137, grifos do autor). O acento de valor, ou acento apreciativo, será considerado nesta tese como equivalente a acento axiológico, tom, tonalidade e valor ideológico, possíveis de serem atribuídos às palavras enquanto signos ideológicos, pertencentes a enunciados concretos. Da mesma forma, trataremos como termo equivalente a entonação expressiva, a qual, conforme Valentin Volóchinov em “A palavra na vida e a palavra na poesia” (2019[1926], p. 123), é determinada pelo contexto e faz com que a “palavra entre em contato com a vida”.

Porém, como defende o autor, mesmo quando o contexto verbal mais próximo está presente, a entonação “nos levará para fora de seus limites: é possível entendê-la por completo apenas ao conhecer as avaliações do grupo social em questão, por mais amplo que seja” (VOLÓCHINOV, 2019[1926], p. 123). Isso porque, assim como a palavra, a entonação é social *par excellence*, sendo “especialmente sensível em relação a todas as oscilações do ambiente

social que circula o falante” e estando “*sempre no limite entre o verbal e o extraverbal, entre o dito e o não dito*” (VOLÓCHINOV, 2019[1926], p. 123, grifo do autor). Conforme Volóchinov, a entonação apoia-se no caráter compartilhado e subentendido das avaliações, o qual ele chama, nesse ensaio, de “coro de apoio”.

O coro de apoio é o que faz com que a entonação expressiva, o acento valorativo conferido pela(o) falante seja possível. Isso porque quando “uma pessoa pressupõe que o outro discorda dela ou ao menos não tem certeza ou dúvida da sua concordância, ela não só entoas as palavras de outro modo, como constrói seu enunciado de outra maneira”. Dessa forma, a “entonação criativamente produtiva, segura e rica é possível apenas com base em um “coro de apoio”. Sem ele, “a voz perde a força, a sua riqueza entonacional é reduzida” (VOLÓCHINOV, 2019[1926], p. 124). Como a entonação viva se dirige tanto aos objetos dos nossos discursos como às/aos nossas(os) interlocutoras(es), “toda entonação viva do inflamado discurso da vida discorre de modo como se ela, além dos objetos e coisas, se dirigisse também aos participantes vivos e propulsores da vida, pois a *tendência à personificação* lhe é própria no mais elevado grau” (VOLÓCHINOV, 2019[1926], p. 125, grifo do autor).

Assim, seu coro de apoio, visualizado pelas(os) enunciatórias(es) como sujeitos vivos e encarnados, “torna-se uma espécie de testemunha e aliado” (VOLÓCHINOV, 2019[1926]), do qual se espera concordância e compreensão. No entanto, a entonação também se orienta em direção oposta, ao “objeto do enunciado, como um terceiro participante vivo, o qual a entonação xinga, acaricia, aniquila ou eleva. *Essa orientação social dupla determina e atribui sentido a todos os aspectos da entonação*” (VOLÓCHINOV, 2019[1926], p. 127, grifo do autor).

A esse terceiro também chamaremos de superdestinatária(o) ou supradestinatárias(o). As(os) superdestinatárias(os), sobre quem já tratamos sumariamente na seção anterior, pode ser, ao mesmo tempo, o objeto do nosso enunciado, uma voz social, um discurso nele presente, ou, ainda, na visão de Mikhail Bakhtin em “O texto na linguística”, um entendedor, um “destinatário como escapatória”, “cuja compreensão responsiva absolutamente justa ele pressupõe quer na distância metafísica, quer no distante tempo histórico” (BAKHTIN, 2016[1979], p. 104), sendo “elemento constitutivo do enunciado”, que pode ser descoberto em uma análise mais profunda. Segundo Mikhail Bakhtin

Isso decorre da natureza da palavra, que sempre quer ser *ouvida*, sempre procura uma compreensão responsiva e não se detém na compreensão *imediate*, mas abre caminho sempre mais e mais à frente (de forma ilimitada). Para a palavra (e conseqüentemente para o [ser humano]) não existe nada mais terrível que a *irresponsividade*. (BAKHTIN, 2016[1979], p. 105).

A responsividade constitutiva dos enunciados, a nosso ver, faz com que também nos enunciados das nossas interações cotidianas e nos enunciados pertencentes a esferas públicas, como por exemplo, a jornalística, reconheçamos a presença de superdestinatárias(os), com uma/um destinatária(o) indireta(o), a quem chegarão nossas palavras, suscitando também uma resposta. Um exemplo seriam as “fofocas” feitas para uma/um destinatária(o) para chegar aos ouvidos de outrem, ou denúncias feitas em um jornal de um ato ilegal cometido, que podem servir como base para uma investigação policial, de um processo jurídico. É possível dizer que, por esperarem uma resposta que não será dada pelas(os) destinatárias(os) diretas(os), esses enunciados pressupõem um terceiro participante. Esse terceiro, essa(e) superdestinatária(o) é parte constitutiva dos enunciados, percebida(o) pelas intenções da/do falante, e pela sua entonação expressiva.

Conforme Pável Medviédev, a entonação expressiva é a forma mais pura e típica da avaliação social, sendo ela “que dá cor a cada palavra do enunciado” e que “reflete sua singularidade histórica [...]”. O caráter expressivo é determinado não pelo esquema lógico do sentido, mas por toda sua plenitude e integridade individual, e por toda sua situação concreta e histórica” (MEDVIÉDEV, 2012[1926], p. 185). Segundo o autor, a avaliação social, constitutiva dos enunciados concretos, determina quais elementos da língua podem entrar no enunciado. Dessa forma, a “palavra torna-se um material do enunciado apenas como expressão da avaliação social [...] a palavra entra no enunciado não a partir do dicionário, mas a partir da vida, passando de um enunciado para o outro [...] sem esquecer seu caminho” (MEDVIÉDEV, 2012[1926], p. 185).

Em consonância ao que articula Pável Medviédev, em “O discurso no romance”, Mikhail Bakhtin afirma que a palavra da língua é uma palavra “semialheia”, porque nós, falantes, não as tomamos do dicionário, mas dos lábios de outrem, dos contextos de outrem. Essa palavra se torna própria apenas quando a povoamos das nossas próprias intenções, com nossas orientações axiológicas, quando a/o falante a domina “através do discurso, torna-a familiar com a sua orientação semântica e expressiva” (BAKHTIN, 2010e [1934-5], p. 100).

No entanto, nem todas as palavras “se prestam de maneira igualmente fácil a essa assimilação e a essa apropriação” (BAKHTIN, 2010e [1934-5], p. 100), embora qualquer entonação seja capaz de dominar as palavras “de modo livre e perfeito, seja ela de júbilo, de pesar, de desdém etc., tudo depende do contexto no qual a palavra ocorre” (VOLÓCHINOV, 2019[1926], p. 123). Assim, muitas palavras, principalmente as que são utilizadas para denominar grupos, classes e povos dominados, parecem fixar suas possibilidades de sentido em uma significação mais estabilizada, como forma de perpetuar a nomeação e, com ela, sua

dominação. Isso porque, “colonizadores, exploradores e opressores têm, no direito de nomear, uma forma de dominar os colonizados, explorados e oprimidos, desvalorizando-os ou deles se apropriando” (BOENAVIDES, 2019, p. 1). No entanto, como signos ideológicos, as palavras indiciam o confronto existente entre as múltiplas vozes sociais.

Como vimos, a linguagem não é um meio neutro, e por isso, muitas vezes, não se apresenta como algo que se presta facilmente à intenção da/do falante, embora nossa intenção seja sempre impressa em nossos discursos. Isso porque, muitas vezes, as palavras estão povoadas de intenções de outrem. Dominá-la, submetê-la às próprias intenções e acentos é um processo difícil e complexo (BAKHTIN, 2010e [1934-5], p. 100). No entanto, nossas palavras são sempre um ideograma, apresentando-se como nosso ponto de vista peculiar sobre o mundo, como mostra Mikhail Bakhtin em “O falante no Romance” (2015[1972]).

Há uma tensão, assim, entre nossas intenções e as intenções alheias, observadas nas palavras enquanto signos ideológicos. As intenções alheias, impressas nas significações dos signos, fazem com que alguns signos ideológicos pareçam menos propícios às nossas valorações, parecem ser impossíveis de virarem “nossas palavras”. Assim,

na ideologia dominante o signo é sempre um pouco reacionário, em uma tentativa de estabilizar o momento anterior do fluxo dialético da formação social, ou seja, de enfatizar a verdade de ontem como se fosse a verdade de hoje. Isso determina a particularidade do signo ideológico de refratar e distorcer a realidade dentro dos limites da ideologia da classe dominante. (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 114).

É por esse motivo que o signo é visto como “arena⁵⁷ para os embates sociais. Os embates sociais são inscritos no signo ideológico porque “o signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante.” (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 93). Assim, as ideologias inscrevem-se em qualquer signo, uma vez que o tema do signo, embora único e irreiterável, é interindividual, possuindo valor social. O signo ideológico “está ligado à forma de modo indissolúvel, podendo ser distinguidos somente por meio de uma abstração (2017[1929], p. 112).

Sendo arena das lutas sociais, povoada por intenções ideológicas,

A palavra, como um fenômeno ideológico *par excellence*, existe em uma formação e transformação ininterruptas; ela reflete com sensibilidade todos os

⁵⁷ Embora na última tradução de *Marxismo e filosofia da linguagem* (2017) as tradutoras optem por “palco”, como pensamos em embate, luta, confronto, preferimos utilizar a palavra “arena”, da tradução anterior (do francês, aqui referenciada como BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 2010) e também da tradução feita em “A palavra e sua função social”, presente na obra *A palavra na vida e a palavra na poesia* (VOLÓCHINOV, 2019[1930], p. 317).

deslocamentos e as mudanças sociais. Nos destinos da palavra estão os destinos da sociedade falante. No entanto, há diferentes modos de acompanhar a formação dialética da palavra. É possível estudar a *formação do sentido*, ou seja, a história da ideologia no sentido exato da palavra: a *história do conhecimento* como a história da formação da verdade absoluta, pois esta é eterna apenas como uma formação eterna da verdade absoluta, a *história da literatura* como a formação da verdade artística. (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 319, grifos do original).

É, desse modo, na palavra, enquanto signo ideológico, que podemos encontrar e compreender as mudanças sociais, entre as quais, as mudanças nas relações sociais, já que “a palavra será o indicador mais sensível das mudanças sociais, sendo que isso ocorre lá onde essas mudanças ainda estão se formando, onde elas ainda não se constituíram em sistemas ideológicos organizados”. Como indicador mais sensível, a palavra “é capaz de fixar todas as fases transitórias das mudanças sociais, por mais delicadas e passageiras que sejam” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 106).

Além disso, é importante considerar que a palavra “é determinada tanto por aquele de quem ela procede quanto por aquele a quem se dirige. Enquanto palavra, ela é justamente o *produto das inter-relações do falante com o ouvinte*” (2019[1928], p. 179), como compreende Valentin Volóchinov em “As mais novas correntes do pensamento linguístico”. Assim, a “palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o interlocutor.” (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 117). Disso também decorre o fato que nossas próprias palavras podem ser compreendidas de forma diametralmente oposta ao sentido que a elas conferimos em nosso enunciado, uma vez que a “compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação, assim como a réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do outro uma contrapalavra” (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 137).

Observamos, contudo, que o signo ideológico é, assim, um fragmento da realidade material, presente nos enunciados concretos, em determinadas esferas sociais, de/para sujeitos sociais e em determinado espaço/tempo (cronotopo), que é capaz de refletir (descrever, elucidar) e refratar (interpretar, valorar) fenômenos históricos.

Expostos os pressupostos teóricos da análise dialógica do discurso que embasam esta tese, finalizamos a seção com a relação de nosso aparato teórico com a ordem metodológica proposta por Valentin Volóchinov em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (MFL), a qual organizará e guiará nossa análise e será detalhada no 3º capítulo desta tese. A ordem metodológica proposta por Volóchinov para os estudos da linguagem é a seguinte:

- 1) Formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições

concretas;

- 2) Formas dos enunciados ou dos discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica;
- 3) Partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual. (2017[1929], p. 220)

Entendemos que o primeiro passo da ordem metodológica volochinoviana, que assinala a consideração as formas “e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas”, relaciona-se com conceitos e questões abordadas neste capítulo, no qual discorreremos sobre a linguagem sobre heterodiscurso e sobre as políticas linguísticas a partir de uma perspectiva dialógica. Isso porque, como discute Volóchinov (2017[1929], p. 220), a “*língua vive e se forma historicamente [...] na comunicação discursiva concreta*”. Além disso, quando pensamos nas formas e tipos de interação discursiva em sua relação com suas condições concretas, notamos que algumas políticas linguísticas, como defesa de uma estilização da linguagem para incluir sujeitos nos discursos, ou para coibir alguma forma de preconceito, constituem o heterodiscurso, como diversidade de discursos e de vozes sociais.

No conjunto da tese, procuraremos contemplar esse passo, situando recorrentemente nossa posição (seja ela cronotópica, em relação ao momento teórico da análise dialógica do discurso, seja ela axiológica, na compreensão que temos sobre o feminismo), evidenciando nossa voz, responsiva, responsável e participante do grande diálogo social. Isso porque, com Volóchinov, compreendemos que

O pensamento humano nunca reflete apenas o ser de um objeto que procura conhecer; com este, ele reflete também o ser do sujeito cognoscente, o seu ser social concreto. O pensamento é um espelho duplo, e ambas as faces podem e devem ser nítidas e desempanadas. (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 22).

Desse modo, temos ciência de que nosso discurso, ao longo desta tese, não terá a “objetividade” destacada como qualidade acadêmica, e tal postura é proposital. Além de nos situarmos, em nossa análise, buscaremos evidenciar esse passo na recuperação do contexto das mulheres que escreviam para o jornal *A Classe Operária* entre os anos de 1925 e 1930, para a descrição e interpretação das relações entre a base (modo de produção/ relações de produção e classes sociais) e as suas práticas languageiras na esfera discursiva imprensa operária brasileira na República Velha.

Já o segundo passo, que pressupõe a reflexão sobre as “formas dos enunciados ou dos discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica”, foi abordado nesta seção, na qual pensamos no discurso como enunciado concreto

e na estilização como ato responsivo. Isso porque, ao ponderarmos que a estilização se apresenta como ato responsivo, pensamos na sua singularidade e na sua relação com a interação da qual participa.

No conjunto desta tese, esse passo faz parte do projeto enunciativo que apresentamos desde os nossos apontamentos introdutórios e de nossa intencionalidade, de nossa responsividade à temática abordada, a qual compõe os elementos estilísticos de nossa escrita, permeando nossa observação do feminismo enquanto ato responsivo, impresso nas relações sociais. Em nossa análise, esse passo constituirá nossa reflexão sobre os enunciados das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930), a partir da observação e descrição de seu gênero discursivo e da observação de como a ideologia de classe das mulheres trabalhadoras organizou a estilística de seu discurso.

Já o terceiro passo, de, a partir dos dois primeiros passos, proceder à “revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual” foi por nós expandido também para a revisão e análise de questões mais específicas e pontuais, percebidas no signo ideológico e nos seus acentos valorativos, questões abordadas neste capítulo. No conjunto desta tese, este último passo está na observação de como o signo ideológico “feminismo” e “feminista” é uma arena de luta entre diversas vozes sociais. Em nossa análise, estará presente em nossa averiguação das formas linguísticas nestes enunciados, da observação da existência da estilização a que chamamos de feminização linguístico-discursiva e da tentativa de ressaltar suas características nos planos lexical, gramatical e discursivo.

Considerando tais questões metodológicas, na próxima seção, trataremos sobre a relação entre Linguística e feminismo, a fim de vislumbrar possíveis contribuições dos estudos linguísticos feministas à nossa pesquisa.

1.3 A RELAÇÃO ENTRE LINGUÍSTICA E FEMINISMO

Atualmente, os estudos linguísticos que relacionam sexo/gênero e linguagem são variados, e possuem diversificadas visões sobre língua/linguagem e sobre feminismo. Mary Bucholtz, em seu capítulo “The Feminist Foundations of Language, Gender, and Sexuality Research”, na obra *The handbook of language, gender, and sexuality*, editada por Susan Ehrlich, Miriam Meyerhoff e Janet Holmes (2014), defende que não seria proveitoso buscar traçar uma cronologia dos estudos linguísticos feministas, porque todas as teorias feministas que podemos destacar permanecem em uso e em desenvolvimento ativo por acadêmicas feministas e ativistas de várias vertentes.

Isso porque existem muitas visões de língua na linguística, e muitas visões de feminismo nos estudos feministas. Por esse motivo, por mais que uma ou outra visão tenha se destacado em algum período específico, nesta seção, não consideraremos que uma teoria precise cair em desuso para outra ser criada. Por outro lado, procuraremos apresentá-las em contato com sua historicidade. Além disso, destacamos que indicaremos nesta seção estudos linguísticos que tenham como ponto de partida o gênero/sexo, mesmo que não explicitem sua afiliação a epistemologias feministas. Isso porque, como mostram Amanda Diniz Vallada e Joana Plaza Pinto no artigo “Cinco décadas de linguística feminista: índices de consolidação do campo”, “mesmo que nem todas as pesquisas sobre gênero e linguagem se filiem a epistemologias feministas, certamente seria possível chamar esse campo de linguística feminista” (2021, p. 1).

Os estudos feministas da linguagem foram iniciados há poucas décadas. No entanto, Jennifer Saul e Esa Diaz-Leon, no verbete "Feminist Philosophy of Language", da *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, mostram que

A filosofia feminista da linguagem percorreu um longo caminho em um período de tempo muito curto. Inicialmente, a maior parte dos trabalhos na área foi crítica, exigindo mudanças na própria linguagem ou na filosofia da linguagem. Mais recentemente, entretanto, a dinâmica mudou, com o advento de vários programas importantes de pesquisa positiva dentro da filosofia da linguagem⁵⁸. (SAUL; DIAZ-LEON, 2018, s.p., tradução nossa).

Desse modo, segundo as autoras, houve uma mudança significativa nos últimos anos na filosofia feminista da linguagem, sendo agora “amplamente aceito que a filosofia da linguagem tem algo a oferecer às feministas e mesmo (embora menos amplamente aceito) que as feministas têm algo a oferecer à filosofia da linguagem” (SAUL; DIAZ-LEON, 2018, s.p., tradução nossa). Assim, os estudos linguísticos feministas ou estudos linguísticos que levam em conta a questão do gênero e do sexo, embora ainda sofram preconceitos, já são muito mais aceitos atualmente do que quando surgiram.

Ressaltamos que muitos estudos ainda são rejeitados principalmente pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores das áreas mais duras da linguística, que, muitas vezes, baseiam suas rejeições no caráter interdisciplinar dos estudos linguísticos feministas ou no caráter “ideológico” e “político” desses estudos, desconsiderando que suas escolhas e argumentos também são ideológicos e políticos. Como defende Deborah Cameron em *Verbal Hygiene* (2005, p. 3-4, tradução nossa), “todas as atitudes em relação à linguagem e às

⁵⁸ Original: “Feminist philosophy of language has come a long way in a very short time period. Initially, most work in the area was critical, calling for changes either to language itself or to philosophy of language. More recently, however, the dynamic has changed, with the advent of several major positive research programmes within philosophy of language”.

mudanças linguísticas são fundamentalmente ideológicas, e a relação entre ideologias populares e especializadas, embora sejam complexas e conflitantes, estão mais próximas do que se pode pensar⁵⁹”.

De acordo com Kira Hall e Lal Zimman (2016, s.p., tradução nossa), em sua bibliografia comentada sobre o tópico “Language, Gender, and Sexuality”, na *Oxford Bibliographies*, “a pesquisa sobre linguagem, gênero e sexualidade tem sido desenvolvida por estudiosos que trabalham em uma variedade de áreas da linguística sociocultural, entre elas a análise da conversação, a análise crítica do discurso, a psicologia discursiva, a antropologia linguística, a sociofonética e a sociolinguística variacional⁶⁰”. Destacamos, novamente, o caráter interdisciplinar dos estudos sobre linguagem e gênero, o que, a nosso ver, não pode ser de forma alguma um argumento contrário à sua relevância e à sua cientificidade.

Segundo a pesquisadora e o pesquisador citados, a relevância do gênero/sexo para a análise linguística foi notada pela primeira vez no início século 20, quando as(os) linguistas descritivistas observaram diferenças nos vocabulários femininos e masculinos e nos padrões de fala em línguas não europeias. No entanto, foram os estudos da sociolinguística, em 1960, que perceberam que fatores sociais são capazes de influenciar a linguagem, que motivaram a presença da categoria gênero/sexo nos estudos linguísticos.

Conforme Hall e Zimman, foi somente com a publicação de Robin Lakoff, *Language and Woman's Place* (LAKOFF, 1975), originalmente publicado como o artigo principal de uma edição de 1973 da *Language in Society*, que trabalhos díspares sobre linguagem e gênero/sexo começaram a se aglutinar como um campo de estudo, uma vez que, embora anos antes já se tenha percebido a relação entre a linguagem e fatores sociais, a categoria gênero/sexo ainda era desconsiderada nestes estudos.

No Brasil, entendemos que o fator social gênero/sexo tenha sido utilizado pela primeira vez, enquanto categoria de análise linguística, por Leda Bisol, em sua tese, *Harmonização vocálica: uma regra variável*, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1981. Já o primeiro texto com enfoque apenas no gênero/sexo na linguística brasileira foi publicado em 1991 pelo professor da Universidade de Birmingham, Malcom Coulthard, que atuou como professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *Linguagem e Sexo* foi publicada na Série Princípios, da Editora Ática, tendo sido traduzido pela esposa do

⁵⁹ Original: “All attitudes to language and linguistic change are fundamentally ideological, and the relationship between popular and expert ideologies, though it is complex and conflictual, is closer than one might think.”

⁶⁰ Original: “Research on language, gender, and sexuality has been advanced by scholars working in a variety of areas in sociocultural linguistics, among them conversation analysis, critical discourse analysis, discursive psychology, linguistic anthropology, sociophonetics, and variationist sociolinguistics.”

autor, Carmen Rosa Caldas-Coulthard, professora da UFSC, uma das pioneiras nos estudos sobre gênero/sexo e linguagem no Brasil. Destacamos também o estudo escrito em 1992, por Maria da Conceição Paiva, na coletânea “Introdução à Sociolinguística Variacionista”, publicada como *Cadernos Didáticos da UFRJ*, considerado “basilar na explanação do sexo/gênero nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos no Brasil” (FREITAG, 2015, p. 26).

Os estudos linguísticos feministas têm contribuído para derrubar mitos sobre a linguagem das mulheres e para combater os preconceitos marcados na língua e o enclausuramento de nossos discursos. Obviamente, por seu caráter inerentemente militante, e por muitos estudos “assinarem embaixo” de propostas feministas que defendem mudanças linguísticas, implementadas através de manuais para uso não sexista da linguagem ou através de políticas linguísticas, existem muitas divergências e polêmicas em torno destes estudos, até mesmo por parte de pesquisadoras e pesquisadores que dizem “não se incomodar” com tais propostas, embora percam seu tempo de estudos negando, muitas vezes de forma incontestavelmente ideológica, a validade desses atos responsivos. Estranhamente, estas(es) mesmas(os) pesquisadoras(es) não são tão combativas(os) quando se trata de propostas de mudança linguística implementadas pelas classes dominantes, como, por exemplo, a realizada pela Reforma Ortográfica que ocorreu no Brasil nos últimos anos, fruto do Acordo Ortográfico de 1990.

A seguir, apresentaremos alguns estudos feministas sobre a linguagem, relacionando-as ao feminismo com que se afiliam e destacando suas contribuições para os estudos linguísticos. Nossa divisão será inspirada na que foi feita por Mary Bucholtz em “The Feminist Foundations of Language, Gender, and Sexuality Research”⁶¹, procurando inserir em nossa explanação os estudos linguísticos brasileiros que evidenciam a relação entre linguagem e gênero. Pensar na interdisciplinaridade entre Linguística e Feminismo sob um olhar dialógico tem como objetivo mostrar as contribuições mútuas entre as duas epistemologias.

⁶¹ Bucholtz apresenta a seguinte divisão (tradução nossa): “Feminismo liberal e linguagem feminina”, “Feminismo cultural e estilos de interação de gênero”, “Feminismo radical e violência linguística”, “Da diferença de gênero às experiências de gênero”, “Feminismo materialista e capital linguístico”, “Feminismos raciais críticos e interseccionalidades linguísticas”, “Teorizando masculinidades na linguagem”, “Feminismo Queering: do Gênero à Sexualidade e vice-versa”, “Teorizando identidades lésbicas, gays e bissexuais na linguagem”, “Feminismo sexual positivo e a linguagem da prática sexual” e “Feminismo pós-estruturalista e a linguística desafiando o gênero”.

Original: “Liberal feminism and women’s language”, “Cultural feminism and gendered interactional styles”, “Radical feminism and linguistic violence”, “From Gender Difference to Gendered Experiences”, “Material feminism and linguistic capital”, “Critical race feminisms and linguistic intersectionalities”, “Theorizing masculinities in language”, “Queering Feminism: From Gender to Sexuality and Back Again”, “Theorizing lesbian, gay, and bisexual identities in language”, “Sex-positive feminism and the language of sexual practice”, “Poststructuralist feminism and the linguistic challenge to gender”.

Assim, primeiramente, focalizaremos os feminismos liberal, radical e cultural, os quais contribuíram, nos estudos linguísticos, para a definição do modelo da dominância, para o entendimento da violência linguística e para a construção de um modelo baseado em diferenças. Após, discutiremos sobre o feminismo materialista, que colaborou para uma mudança de paradigma nos estudos sociolinguísticos e para a formulação das análises do discurso de linha francesa, e sobre o feminismo negro, que elucidou a questão do lugar de fala e da interseccionalidade. Abordaremos também o feminismo pós-estruturalista, o qual explicou como o gênero social é discursivamente construído e sobre a neutralização linguística proposta pelo feminismo *queer*. Por fim, focalizaremos os feminismos dialógico e acadêmico, os quais nos apresentaram as potencialidades do plurilinguismo feminista, e propuseram a elaboração de uma Linguística Feminista

Segundo Mary Bucholtz, a forma de feminismo que atualmente é mais amplamente defendida por não feministas é o feminismo liberal (embora normalmente não seja assim nomeado, uma vez que, pontuamos, a palavra “feminismo” é malvista por muitas pessoas liberais). Bucholtz destaca que o feminismo liberal tem como objetivo principal estabelecer igualdade entre mulheres e homens em todos os aspectos da sociedade, erradicando as barreiras à plena participação das mulheres. De acordo com a autora, o feminismo liberal

[...] não busca mudar a estrutura da sociedade, mas sim fornecer oportunidades iguais para as mulheres dentro das estruturas sociais existentes. Ao contrário de muitas das outras teorias feministas discutidas neste capítulo, o feminismo liberal teve como inspiração primária defensores públicos e comentaristas populares, em vez da academia (por exemplo, Friedan 1963). Ao mesmo tempo, grande parte do *mainstream* - ao contrário de abertamente feminista - a pesquisa acadêmica sobre gênero continua a ser direta ou indiretamente movida por objetivos feministas amplamente liberais.

Na verdade, o sucesso do feminismo liberal em integrar pontos de vista nos discursos feministas e nas políticas públicas durante a segunda metade do século XX fica evidente no fato de que muitas vezes não é mais reconhecido como feminismo. (BUCHOLTZ, 2014, p. 25-26, tradução nossa⁶²).

Ainda de acordo com Bucholtz, até mesmo algumas figuras políticas conservadoras nos Estados Unidos defendem alguns princípios feministas gerais de igualdade de gênero, embora geralmente não defendam políticas destinadas a apoiar esses princípios. A autora defende que

⁶² Original: “[...] thus, it does not seek to change the structure of society but rather to provide equal opportunities for women within existing social structures. Unlike many of the other feminist theories discussed in this chapter, liberal feminism has taken its primary inspiration from public advocates and popular commentators rather than from the Academy (e.g., Friedan 1963). At the same time, much of the mainstream – as opposed to overtly feminist – scholarly research on gender continues to be directly or indirectly informed by broadly liberal feminist goals. Indeed, the success of liberal feminism in integrating feminist viewpoints into public discourse and policy during the latter half of the twentieth century is evident in the fact that it is often no longer recognized as feminism at all”.

os avanços conseguidos pelo feminismo liberal são/foram significativos apenas para as mulheres da classe média. Ela cita a igualdade de remuneração, o direito de aborto e o combate à violência doméstica como direitos conseguidos pelo feminismo liberal estadunidense. Observamos que a premissa das conquistas e reivindicações do feminismo liberal terem como foco as mulheres da classe média vale também para o Brasil. Um exemplo disso é a luta pela regulamentação da prostituição enquanto profissão, que não alcança as mulheres em situação de vulnerabilidade social, as quais dificilmente terão esse direito reconhecido, mesmo que seja alcançado pelas mulheres da classe média.

De acordo com Bucholtz, a preocupação de fazer com que as mulheres participassem das mesmas esferas que os homens fez com que iniciasse, nos anos de 1970 e 1980, um encorajamento para que as mulheres olhassem, agissem e falassem como homens, produzindo um estereótipo, que tinha como representação mulheres “vestidas com ternos de ombros largos”. Algumas feministas liberais defendiam e seguem defendendo a androginia para mulheres e homens como uma fuga das restrições dos papéis de gênero. A autora indica, com razão, que tal defesa resulta na expectativa social de que as mulheres devem se adaptar às normas masculinas.

Apesar da defesa da utilização de uma linguagem masculina pelas mulheres para alcançarem o mesmo lugar dos homens, as(os) linguistas feministas liberais lutaram para erradicar as formas mais evidentes de sexismo na língua inglesa, como o uso do masculino como forma genérica (BULCHOTZ, 2014). Para isso, foram iniciados estudos sobre as formas femininas de usar a linguagem, dos quais Robin Lakoff, professora da Universidade da Califórnia, foi perscrutora.

De acordo com Amanda Diniz Vallada e Joana Plaza Pinto,

O mérito de Lakoff é inegável, pois, tendo sido lançada no ano em que a Assembleia Geral da ONU declarou como Ano Internacional das Mulheres e organizou a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, sua obra inaugurou a possibilidade de se estudar as práticas linguísticas das mulheres com a mesma importância com que se estudavam as práticas linguísticas de outros grupos sociais. (VALLADA; PINTO, 2021, p. 1).

Desse modo, ressaltamos a importância do estudo de Lakoff para o período histórico no qual foi publicado.

Em “Linguagem e lugar da mulher”⁶³ (ou “Language and Woman’s Place”) (2010 [1973/1975]), Robin Lakoff apresenta algumas análises importantes sobre a relação das

⁶³ Pontuamos que este artigo originou o livro homônimo, de 1975, ao qual não tivemos acesso.

mulheres com a linguagem. Lakoff afirma que existe uma linguagem que é utilizada pelas mulheres, sobretudo, porque é imposta a elas. Além disso, Lakoff afirma que essa linguagem feminina é uma das causas pelas quais “às mulheres é sistematicamente negado acesso ao poder, com o pretexto de que elas não são capazes de sustentá-lo, como demonstrado por seus comportamentos linguísticos e por outros aspectos” (LAKOFF, 2010 [1973], p. 17).

Tanto o artigo de Lakoff quanto o seu livro foram criticados tanto por feministas quanto por linguistas, por uma série de questões teóricas, políticas e metodológicas⁶⁴, sendo vistos como uma defesa do privilégio das normas linguísticas masculinas e uma desvalorização das práticas linguísticas femininas (BUCHOLTZ, 2014). De acordo com Bucholtz, no entanto, Lakoff não endossa, e sim descreve “uma ideologia que abrange toda a cultura que despreza e banaliza as mulheres e as formas de falar das mulheres” (BUCHOLTZ, 2014, tradução nossa⁶⁵). Desse modo, mesmo com algumas restrições e problemas, não podemos deixar de destacar que o estudo de Lakoff vem servindo como base para muitos outros trabalhos e debates.

Outra importante contribuição de Lakoff para os estudos que envolvem linguística e feminismo foi dizer que linguistas poderiam assinalar as diferenças entre as linguagens de homens e mulheres que acarretariam discrepâncias em suas posições na sociedade, além de poderem indicar quando avanços e mudanças ocorrem, diminuindo essas disparidades:

As pessoas que trabalham no movimento de liberação das mulheres e outros ativistas por reformas sociais conseguem perceber que *há* uma discrepância entre o inglês falado pelos homens e o falado pelas mulheres; também conseguem perceber que a discrepância nas posições que homens e mulheres ocupam na sociedade reflete-se nas disparidades linguísticas. Linguistas, por meio da análise linguística, podem ajudar a apontar onde essas disparidades acontecem e também quando avanços ocorrem. (LAKOFF, 2010 [1973], p. 29).

Entendemos que as explicações de Lakoff sejam muito importantes para nossa pesquisa, visto que, nesta tese, procuraremos, justamente, marcar um avanço, que ocorreu no Brasil da República Velha, quando mulheres trabalhadoras estavam presentes nas indústrias, nas greves, nas ruas e na imprensa operária, o que pode tê-las levado a, em sua escrita, valorizar o uso do feminino, o que até hoje é pouco comum no português brasileiro.

Outra consideração feita por Lakoff neste estudo é a de que mudanças linguísticas não se refletirão em mudança social, a menos que haja receptividade por parte da sociedade para alguma mudança:

⁶⁴ Ver. Bucholtz, 2004; Bucholtz e Hall, 1995.

⁶⁵ Original: “In fact, however, Lakoff is not endorsing but simply describing a culture-wide ideology that scorns and trivializes both women and women’s ways of speaking.”

Contudo, é preciso considerar que mudanças sociais geram mudanças linguísticas, e não o contrário; na melhor das hipóteses, mudanças linguísticas podem influenciar, embora lenta e indiretamente, mudanças de atitude. No entanto, essas mudanças nas atitudes não se refletirão em mudança social a não ser que exista uma receptividade por parte da sociedade. Além disso, linguistas podem sugerir quais disparidades linguísticas refletem desigualdades sociais reais e relevantes; quais são passíveis de mudança; quais resistirão à mudança. (LAKOFF, 2010 [1973], p. 29, grifo nosso).

Lakoff avalia, assim, neste trecho, que o aspecto social influencia o linguístico, e não o contrário. No entanto, em outro trecho do mesmo texto, a autora defende que os comportamentos linguísticos das mulheres são vistos como subterfúgios para que lhes seja negado o acesso ao poder, ou seja, ela considera que fatores linguísticos são geradores de um fato social: a opressão às mulheres.

Desse modo, a autora vê uma interinfluência entre o elemento social e o linguístico, mas apenas no que se refere a uma política linguística geradora de opressão. No que tange à criação de políticas linguísticas pelas mulheres, Lakoff indica que sua influência seria lenta, existindo apenas no caso de uma completa aceitação da sociedade à política em questão.

Ressaltamos, contudo, que, diferentemente de Lakoff, observamos a interinfluência entre linguagem e sociedade. Por entendermos que refletimos e refratamos a realidade por meio do signo ideológico, defendemos que a refração, já traz, por si só, uma mudança na realidade, e que refletimos, sempre, algo que existe no mundo real, enquanto referência individual e também social.

Por adotarmos uma perspectiva dialógica, entendemos que as relações de alteridade são construídas pela/na linguagem. A identidade se constrói na língua e socialmente, e, por isso, se defendemos mudanças identitárias para nós, mulheres, se defendemos que tenhamos outros papéis sociais, que sejamos valorizadas na sociedade, necessitamos, sim, enunciar isso, o que, considerando a palavra um signo ideológico por excelência, depende, também, de encontrarmos palavras para defender essa valorização, de criar novas palavras, caso não existam, de reacentuar as palavras que nos designam, caso sua acentuação seja inconveniente e pejorativa e de sabermos designar as opressões sofridas para combatê-las.

A compreensão de como a ideologia machista está presente nas valorações presentes na linguagem, por outro lado, parece estar presente nas formulações das feministas radicais. Por procurarem sempre raiz das opressões, defendem que a principal causa da dominação da mulher na/pela linguagem não seriam as variações linguísticas diagenéricas (as variações decorrentes do gênero social). Estas variações seriam apenas consequências de um sistema de poder muito mais profundo: a violência linguística, ocasionada pela cultura do estupro.

Bucholtz indica alguns estudos relevantes de linguistas influenciadas pelo feminismo radical, como os estudos da linguista canadense Susan Ehrlich⁶⁶, que “mostra de forma convincente como o discurso da cultura do estupro permeia o sistema jurídico, de maneira que prejudica estruturalmente as mulheres sobreviventes de estupro⁶⁷” (BUCHOLTZ, 2014, p. 30, tradução nossa).

No Brasil, temos o estudo de Débora de Carvalho Figueiredo, no capítulo “Os discursos públicos sobre o estupro e a construção social de identidades de gênero”, da obra *Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos* (2006), analisa as “decisões de apelação britânica em julgamentos de estupro” (FIGUEIREDO, 2006, p. 199), mostrando como o discurso jurídico sobre estupro pode acentuar as relações de poder entre gêneros encontradas na sociedade e como o discurso jurídico, que muitas vezes é marcado pela estereotipação e pelo silenciamento da mulher, pode acarretar atos injustos, como quando um estupro é inocentado. Embora a autora não se apresente como feminista radical, seu estudo possui relação com violência linguística.

Todavia, de acordo com Bucholtz, para o feminismo radical, a cultura do estupro não está presente apenas quando ocorre o estupro na prática, sendo visível em práticas discursivas cotidianas, já discutidas por muitos estudiosos. Um exemplo dessas práticas discursivas cotidianas são os comentários de rua (Bucholtz cita os trabalhos de Carol Brooks Gardner, 1980 e Elizabeth Arveda. Kissling, 1991). Outras práticas cotidianas fundamentam o assédio sexual em ambientes de trabalho (Bucholtz cita como exemplo o estudo de Sandra L. Ragan *et al.* 1996) e *online*; Bucholtz cita o estudo de Susan C. Herring, 1999; no Brasil, temos estudos importantes sobre o discurso de assédio e o discurso intolerante contra a mulher *online*, como o de Luciane Alves Branco Martins, *O discurso intolerante contra a mulher nas redes sociais: uma análise bakhtiniana*, de 2020, no qual a autora afirma que “são inúmeros discursos nas redes sociais que disseminam o ódio ou repúdio contra as mulheres, por isso a análise desses discursos faz-se necessária” (MARTINS, 2020, p. 37).

Além disso, cabe destacar as importantes pesquisas linguísticas feministas que mostraram que os homens também buscam a dominação conversacional sobre as mulheres, com

⁶⁶ São citados os seguintes estudos: EHRLICH, Susan. *Representing Rape: Language and Sexual Consent*. New York: Routledge, 2001. EHRLICH, Susan. “Linguistic Discrimination and Violence against Women: Discursive Practices and Material Effects.” *In*: LAKOFF, Robin Tolmach. *Language and Woman’s Place: Text and Commentaries*, rev. and expanded, ed. Mary Bucholtz, 223–228. New York: Oxford University Press, 2004. EHRLICH, Susan. “Legal Discourse and the Cultural Intelligibility of Gendered Meanings.” *Journal of Sociolinguistics*, 2007, v.11, n.4, p. 452–477.

⁶⁷ Original: “Ehrlich convincingly shows how the discourse of rape culture permeates the legal system in ways that structurally disadvantage female rape survivors.”

estratégias como a interrupção (popularizado como *maninterrupting*, traduzido para o PB como “homenterrompendo” ou “homem interrompendo”), a suposta falta de compreensão dos temas/tópicos pelas mulheres, que faz com que, mesmo sem necessidade, homens expliquem tudo para as mulheres, subestimando sua capacidade de compreensão (cunhado de *mansplaining*, traduzido para o PB como “homem explicando”) e a estigmatização das mulheres na linguagem e o questionamento da sua compreensão da realidade (comumente chamado de *gaslighting*, que pode ser traduzido como “manipulação”). Bucholtz cita os trabalhos de Pamela Fishman, de 1983; Elianor Ochs e Carolyn Taylor, de 1995 e de Dale Spender, de 1985; sobre *mansplaining*, acrescento a obra *Os homens explicam tudo para mim*, de Rebecca Solnit, de 2014.

Embora reconheçamos as contribuições do feminismo radical, notamos que suas formulações, muitas vezes, biologizam o conceito de gênero social, o que faz com que sejam cometidos atos intolerantes em nome da teoria. O feminismo, como resposta ao machismo, não pode adotar as mesmas ideologias, não pode se utilizar de discursos preenchidos por preconceitos, que negam e rebaixam a existência de quem quer que seja. O feminismo, como teoria e prática, deve se originar de atos responsáveis, o que não pressupõe uma concordância absoluta com outras formas de resistência, mas que implica o respeito à existência concreta dos sujeitos.

Por sua vez, é possível dizer que o feminismo cultural se originou do feminismo radical e do liberal, mesclando características de um e de outro, tendo, inclusive, duas vertentes: o feminismo cultural liberal e o feminismo cultural radical. A característica principal deste feminismo é considerar que as diferenciações entre mulheres e homens devem ser respeitadas, ou, ainda, valorizadas, tanto pela sociedade quanto pelo meio acadêmico.

Assim, o feminismo cultural liberal se difere do feminismo liberal por não defender que as diferenças entre homens e mulheres devam ser dissolvidas, por originarem a dominação. O feminismo cultural liberal afirma que as características diferenciadoras de homens e mulheres (no caso da linguística, as variações diagenéricas) devem ser respeitadas, de forma que esse respeito ocasione um tratamento igualitário entre os gêneros/sexos. Já o feminismo cultural radical acredita que as características diferenciadoras das mulheres devem ser mais valorizadas que as dos homens, para garantir essa igualdade.

Deste modo, a pesquisa embasada no feminismo cultural tem como enfoque as práticas cotidianas de microdiscurso de mulheres e homens, como instanciação de relações hierárquicas de poder. De acordo com Lal Zimman e Kira Hall (2016, s.p., tradução nossa), quase quinze anos depois da publicação de Lakoff, Deborah Tannen (professora de linguística na

Universidade de Georgetown, em Washington, DC) popularizou uma abordagem para a linguagem e gênero em *You Just Don't Understanding: Men and Women in Conversation* (TANNEN, 1990), transformando o foco do estudo para as diferenciações de socialização, que acarretariam diferenciações na linguagem entre os gêneros. Esta obra e a de Lakoff serviram como base para muitos dos trabalhos contemporâneos sobre linguagem e gênero, sendo chamados de modelos de "dominância" e "diferença", respectivamente.

Um exemplo das diferenças notadas pelo feminismo cultural é que os homens adotariam um estilo mais independente e uma postura que garanta seu prestígio, enquanto as mulheres orientam sua conversação de forma mais solidária, que busca o envolvimento do interlocutor (TANNEN, 1990). Numa perspectiva dialógica, não negamos a existência de diferentes estilos de linguagem, oriundos das diferenças entre papéis sociais das(os) interlocutoras(es). No entanto, observamos que tais estilos dependem, também, das esferas de atividade humana em que se realizam, do gênero do discurso utilizado e de outros fatores decorrentes dos papéis sociais (como classe social, questões éticas, grau de proximidade entre as(os) falantes). Assim, por exemplo, em uma interação entre um homem que trabalha braçalmente na área da construção civil e sua contratante, o homem dificilmente adotará um estilo independente e uma postura de prestígio, e a contratante dificilmente adotará um estilo solidário. Cada interação concreta e única deve ser analisada a partir das muitas questões que interferem no seu estilo.

Compreendemos que as muitas questões que interferem no estilo da linguagem são pensadas pelos estudos sociolinguísticos e pelas análises do discurso. Por esse motivo, na sequência discorreremos sobre os feminismos materialista, negro e decolonial, pensando em suas contribuições para os estudos linguísticos.

Enquanto para o feminismo radical a opressão de gênero é a raiz ou forma fundamental da desigualdade, para os ramos marxista/socialista do feminismo materialista, é preciso sempre pensar as opressões sob um viés de classe. Isso porque mulheres das classes sociais privilegiadas não sofrem as mesmas opressões que as mulheres das classes subalternizadas, e, por isso, suas reivindicações não são as mesmas.

No entanto, de acordo com Bucholtz (2014), as abordagens materialistas feministas vão muito além do ponto de vista da classe social. De acordo com a autora,

Os feminismos materialistas examinam questões diversas, como a situação da mulher no âmbito doméstico, seu trabalho não remunerado e, em alguns contextos, a situação da mulher como propriedade masculina; o papel do gênero no mercado de trabalho e no sistema de classes; aspectos feminizados da produção econômica; as dimensões de gênero do consumo sob o capitalismo; a mercantilização linguística de gênero e sexualidade; e a relação

de gênero e sexualidade com corpos e experiência incorporada, discursos biológicos e genéticos, o natural e o construído pelo ambiente [...]. (BUCHOLTZ, 2014, p. 31-32, tradução nossa⁶⁸).

A pesquisa linguística que envolve questões feministas materialistas é, assim como os demais estudos feministas materialistas, ampla em seu escopo e é igualmente ampla em seu arcabouço teórico. No entanto, podemos dizer que os trabalhos linguísticos baseados no feminismo materialista se afiliam, principalmente, aos ramos da sociolinguística e da análise do discurso.

Na sociolinguística, vemos estudos sobre a relação entre gênero, classe e variação linguística (como o estudo de ECKERT, 1989); sobre o dissimetrias linguísticas e sobre o relação das mulheres com a linguagem (como a obra *Les Mots et Les Femmes*, de 1978, da linguista francesa Marina Yaguello); pesquisas que analisam o comportamento linguístico das mulheres em casa como mães e esposas, dentro da família nuclear tradicional; estudos que analisam o papel da linguagem no marketing voltado para homens ou mulheres e as ligações entre a linguagem e práticas corporificadas de gênero. Além disso, estudos de linguagem de gênero em contextos de trabalho que vão desde salões de beleza, *call centers*, até o chão de fábrica demonstram o papel duradouro das ideologias de gênero no local de trabalho, bem como a crescente mercantilização de formas feminizadas de falar.

No Brasil, uma obra que se baseia em grande parte no feminismo materialista (embora não de forma explícita, como ocorre na maioria dos estudos brasileiros) foi organizada pelas pesquisadoras Viviane Maria Heberle, Ana Cristina Ostermann e Débora de Carvalho Figueiredo: *Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos* (2006), a qual tem como tema central a relação entre linguagem e gênero em múltiplas esferas sociais. Obviamente, nem todos os estudos desta obra podem ser classificados como afiliados ao modelo da diferença, por seu caráter heterogêneo. Alguns possuem outros objetivos, fazendo relações entre as práticas discursivas e o patriarcado (o trabalho de Débora de Carvalho Figueiredo, apontado na seção anterior, é um exemplo).

Observamos que a abordagem materialista mais difundida dentro dos estudos feministas

⁶⁸ Original: “Material feminisms examine such diverse issues as the situation of women in the domestic sphere, both as unpaid labor and, in some contexts, as male property; the role of gender in the labor market and the class system; feminized aspects of economic production; gendered dimensions of consumption under capitalism; the linguistic commodification of gender and sexuality; and the relationship of gender and sexuality to bodies and embodied experience, biological and genetic discourses, and the natural and built environment (e.g., Alaimo and Hekman 2008; Hennessy and Ingraham 1997; see also Cameron 2006 on radical materialist feminism). This general perspective thus overlaps with the second-wave feminist theories already discussed, sharing with liberal feminism, for example, a commitment to workplace rights for women, and sharing with radical feminism a concern with sexual violence”.

da linguagem “é a análise do discurso, que emergiu de teorias neomarxistas da linguagem e examina como o poder é exercido, especialmente por meio de discursos institucionais, como a mídia, política e educação” (BUCHOLTZ, 2014, p. 32, tradução nossa⁶⁹).

A abordagem materialista, embora tenha apresentado uma contribuição importante, ao revelar como as relações entre os gêneros (dentre essas relações, as formas como interagem) não são estanques, uma vez que dependem, também, de outros fatores, como a classe social, é bastante criticada pelas feministas negras, por não levar em conta, em seus primeiros momentos, a questão racial entre os fatores que influenciam essas relações. Por isso, iniciamos nossas considerações sobre o feminismo negro com a transcrição de um discurso de uma das pioneiras deste movimento, Sojourner Truth⁷⁰. O discurso de Truth, feito na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, permanece atual, apresentando uma importante reflexão sobre a chamada mulheridade⁷¹.

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito e, breve, ficarão em apuros.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajudou a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meu braço! Eu capinei e plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também agüentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?

E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam isso? (uma pessoa da plateia murmura, “intelecto”). É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar a minha medida?

Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! De onde foi que Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver

⁶⁹ Do original: “Perhaps the most widespread materialist approach within feminist linguistics is critical discourse analysis, which emerged from neo-Marxist theories of language and examines how ideological power is enacted, especially through institutional discourses such as the media, politics, and education.”

⁷⁰ Segundo a *Encyclopaedia Britannica* (2021, tradução nossa): “Sojourner Truth, nome legal de Isabella Van Wagener, (nascida em 1797, condado de Ulster, Nova York, EUA - faleceu em 26 de novembro de 1883, Battle Creek, Michigan), evangelista e reformadora afro-americana que aplicou seu fervor religioso ao abolicionismo e às mulheres movimentos de direitos”.

⁷¹ Ver DI FANTI, Maria da Glória Corrêa; BOENAVIDES, Débora Luciene Porto; MARTINS, Luciane Alves Branco. Contribuições bakhtinianas para um feminismo dialógico. *Letras de Hoje*, v. 56, n. 3, p. 570-583, 31 dez. 2021.

com Ele.

Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isto. É melhor que os homens não se metam. Obrigada por me ouvir e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas para dizer. (SOJOURNER *apud* RIBEIRO, 2019a, p 19-20).

Uma das maiores contribuições do feminismo negro é pensar que a categoria “mulher” não pode ser única, uma vez que as mulheres negras sofrem opressões diversas das mulheres brancas. Assim, as feministas negras negam a possibilidade de universalidade do feminismo. Uma consequência disso está impressa nas metodologias e objetivos dos estudos linguísticos propostos pelas feministas negras.

De acordo com Bucholtz (2014), uma das maiores diferenças dos estudos da linguagem que possuem como arcabouço teórico o feminismo negro em relação aos demais estudos linguísticos feministas (como estudos sociolinguísticos da dominância e da diferença, por exemplo) é que as feministas negras não possuem objetivos comparativos, tampouco utilizam metodologias comparatistas. Isso porque, dentro da linguística, uma das contribuições mais importantes da pesquisa influenciada pelo feminismo negro é desafiar a tendência do campo de marginalizar experiências distintas de mulheres negras. Estudos interdisciplinares que abordam a linguagem de pesquisadoras do feminismo negro, como o das filólogas Grada Kilomba e Lélia Gonzalez, procuram compreender as experiências linguísticas e as práticas de mulheres negras em seus próprios termos. Grada Kilomba afirma que

A epistemologia, derivada das palavras gregas *episteme*, que significa conhecimento, e *logos*, que significa ciência, é a ciência da aquisição de conhecimento e determina que questões merecem ser colocadas (temas), como analisar e explicar um fenômeno (paradigmas) e como conduzir pesquisas para produzir conhecimento (métodos), e nesse sentido define não apenas o que é o conhecimento verdadeiro, mas também em quem acreditar e em quem confiar. Mas quem define quais perguntas merecem ser feitas? Quem as está perguntando? Quem as está explicando? E para quem as respostas são direcionadas? (KILOMBA, 2019, p. 54).

Partindo desses questionamentos, a pesquisa linguística do feminismo negro situa-se em um ponto de vista feminista principalmente pós-colonial e decolonial. Estudos importantes incluem trabalhos sobre gênero e línguas africanas, gênero e multilinguismo em sociedades pós-coloniais, representações de gênero do Outro colonizado e sobre o lugar de fala de quem pesquisa. Se para Simone de Beauvoir, a mulher é o Outro por não ter reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba a mulher negra é o Outro do Outro, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade.

Duas importantes contribuições teóricas do feminismo negro são os conceitos de interseccionalidade e de lugar de fala⁷². A interseccionalidade propõe que a interação entre diferentes marcadores sociais, como gênero, classe, raça, entre outros, influencia as vivências de cada indivíduo na sociedade, como explica a pesquisadora Carla Akotirene em seu livro *Interseccionalidade* (AKOTIRENE, 2019). Essa questão começou a ser debatida por Soujourner Truth, em 1851, quando questionou a universalidade de “ser mulher”, sendo aprofundada a partir dos anos 1970 por feministas negras, como a estadunidense Patrícia Hill Collins e as brasileiras Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, que já pensavam “o que era ser mulher negra no contexto do feminismo branco hegemônico da época” (CARNEIRO *apud* AKOTIRENE, 2019, p. 58).

No entanto, o termo foi sistematizado apenas em 1989 pela advogada e defensora dos direitos civis estadunidense Kimberlé Crenshaw no artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. De acordo com a pesquisadora brasileira Carla Akotirene em seu livro *Interseccionalidade*,

o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (AKOTIRENE, 2019, p. 35).

A interseccionalidade vem do conceito matemático de intersecção, que representa aquilo que pertence a mais de um conjunto ao mesmo tempo. Como mostra Carla Akotirene, embora a categoria tenha surgido na esfera jurídica, o que é criticado por feministas como Angela Davis, abolicionista penal, ele “permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem” (AKOTIRENE, 2019, p. 24).

A partir de tais apontamentos, observamos que a interseccionalidade é uma articulação metodológica/ um conceito que tem relação com a questão da identidade e da alteridade, que diz respeito ao lugar social ocupado pelas mulheres e às múltiplas violências sofridas devido a fatores estruturais. A interseccionalidade demarca a diferença e busca o direito à existência e à equidade, dialogando com o conceito de lugar de fala, proposto pelo feminismo negro e pela

⁷² Não é objetivo desta pesquisa trazer mais do que um quadro teórico resumido do conceito de lugar de fala. Por esse motivo, não adentraremos nos estudos de Foucault, Deleuze e Spivak, embora reconheçamos suas contribuições para tal formulação.

teoria do ponto de vista. De acordo com Djamila Ribeiro, em seu livro *Lugar de fala*, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização dos saberes consequente da hierarquia social” (2019, p. 64).

O conceito de lugar de fala⁷³ considera que em diversas esferas, algumas vozes são legitimadas, enquanto outras são silenciadas, sendo importante dar visibilidade linguística às vozes silenciadas, o que só é possível se analisarmos a posição social ocupada por quem fala. Essa marcação do lugar social é pensada em muitas obras, como *Pode o subalterno falar?*, da indiana Gayatri Spivak (2010), *Memórias da plantação*, da já citada feminista negra portuguesa Grada Kilomba, e em vários textos da filósofa brasileira Lélia Gonzalez, como os presentes nas coletâneas *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa* (2018) e *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020). O lugar de fala também propõe descolonizar o conhecimento hegemônico, dando visibilidade a vozes subalternizadas.

Pelo seu caráter recente, a pesquisa linguística de um ponto de vista feminista pós-colonial ainda é pouco comum, embora se diga, nos bastidores acadêmicos, que é a “moda” dos estudos das ciências humanas na atualidade. Bucholtz assinala trabalhos sobre gênero e línguas africanas (ESCURE, 2001; MEYERHOFF, 2004), gênero e multilinguismo em sociedades pós-coloniais (SADIQI, 2008; WALTERS, 1999); representações de gênero de o Outro colonizado (IRVINE, 2001; MILLS, 1991); entre outros.

Concomitantes aos estudos decoloniais, estão os estudos propostos pelo feminismo pós-estruturalista e pelo feminismo *queer*. De acordo com Lal Zimman e Kira Hall (2016), em meados da década de 1990, o campo de estudos feministas foi revitalizado pelo que costuma ser referido como a “virada discursiva” na teoria social. A virada discursiva ou virada linguística ocorre quando, nas Ciências Sociais, nos estudos da linguística, da sociologia, das ciências políticas e da educação, o discurso assume um papel central.

Zimman e Hall defendem que

novos trabalhos teóricos no feminismo pós-estruturalista e multicultural, incluindo a visão do gênero como produzida no discurso em vez de predeterminada pelo sexo biológico, inspiraram um novo envolvimento de estudiosos da linguagem nos campos da antropologia, comunicação, educação, linguística, psicologia, sociologia e estudos femininos⁷⁴.

⁷³ Alguns apontamentos desta pesquisa foram utilizados (e vice-versa) no artigo “Contribuições bakhtinianas para um feminismo dialógico” (DI FANTI; BOENAVIDES; MARTINS, 2021).

⁷⁴ Do original: “New theoretical work in post-structuralist and multicultural feminism, including the view of gender as produced in discourse instead of predetermined by biological sex, inspired new involvement by language scholars across the fields of anthropology, communication, education, linguistics, psychology, sociology, and women’s studies”.

(ZIMMAN; HALL, 2016, s.p., tradução nossa).

Os estudos de gênero centrados na análise da interação social e na análise do discurso demonstraram a importância de sua interseccionalidade com outras categorias sociais, como classe social, etnia, idade e sexualidade. Além de reconhecer a importância da relação da categoria gênero com outras categorias sociais, os trabalhos sobre linguagem e gênero passaram a reconhecer a questão da heteronormatividade, que permeava e moldava os trabalhos anteriores, e buscaram construir novas perspectivas, baseadas na teoria *queer*. Por tal motivo, “gênero e sexualidade passaram a ser vistos como intimamente ligados na linguagem e na literatura de gênero, daí a eventual designação do campo em muitos domínios de publicação como **linguagem, gênero e sexualidade**⁷⁵” (ZIMMAN; HALL, 2016, sp, grifo do original, tradução nossa).

Considerar o gênero como algo discursivamente produzido e não como algo biologicamente determinado implicou em ações para combater a heteronormatividade no discurso. A principal estratégia defendida pela teoria *queer* diz respeito à crítica ao gênero masculino como gênero neutro na linguagem, e à conseqüente tentativa de neutralização linguística.

Observamos que a neutralização linguística, assim como a feminização linguístico-discursiva, da qual trataremos no final deste capítulo, apresenta-se como uma política linguística feminista, como uma das intervenções linguístico-discursivas que buscam a inclusão de pessoas na linguagem (no caso da neutralização linguística, as pessoas não-binárias, intergêneras, agêneras, queers/trans). A neutralização linguística é chamada também como Português com Inclusão de Gênero (PCIG).

Tal política linguística pode ser pensada como uma resposta à invisibilização de identidades e de existências na linguagem, evidenciando, como mostram Cristina Lopomo Defendi e Thamires Rodrigues Gomes no artigo “Alternativas que buscam neutralizar o gênero gramatical: Usos e motivações” (2019, p. 2), “o grande desafio, no que se refere às minorias, em assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e escaparam dos esquemas binários e em admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas”.

No Brasil, a temática do gênero neutro vem sendo bastante discutida nos últimos tempos. Um dos estudos que se destacou foi apresentado pelo professor Luiz Carlos Schwindt em palestra conferida *online* ao Grupo de Pesquisa/Estudos em Fonologia – Universidade

⁷⁵ Do original: “Gender and sexuality came to be seen as intimately connected in the language and gender literature, hence the field’s eventual designation in many publication domains as *language, gender, and sexuality*.”

Federal de Uberlândia, intitulada "Gênero neutro em PB: possibilidades e limite do sistema – todxs, tod@s, todes?", de 2020. De acordo com Schwindt, neutralizar significa cancelar contrastes. A neutralização linguística, assim, não seria a criação de um terceiro gênero na língua, e sim, o fato de não se designar qualquer gênero, de não distinguir, não utilizar os dois gêneros existentes. Ainda de acordo com o autor, o uso inclusivo da linguagem não é necessariamente o mesmo que neutralização linguística e, como estudioso da linguagem, seu papel não é o de dizer se esta política linguística ocasionará ou não uma mudança linguística, nem a defender, e sim fazer apontamentos sobre estas possibilidades.

Destacamos que, embora em alguns casos essa intervenção linguística se apresente como forma de cancelar contrastes, de não se utilizar nem o masculino nem o feminino (por exemplo, “todes” designaria todas as pessoas, independentemente do gênero social atribuído a pessoa ou do gênero com que a pessoa se identifique), em muitos usos, a neutralização marca uma inclusão, marcada pela/pelo falante, de pessoas intergêneros, agêneros, não-binárias, trans/queer como interlocutoras. Destacamos, também, que podemos observar as possibilidades das mudanças linguísticas, mas, para isso, precisamos observar tais políticas em sua inteireza, em todos os planos possíveis, sejam eles lexicais, gramaticais e discursivos.

Uma tentativa que acreditamos ter sido bem-sucedida dessa observação foi proposta por Guilherme Ribeiro Colaço Mäder e Cristine Gorski Severo, no capítulo “Sexismo e políticas linguísticas de gênero”, na obra *Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos*. A autora e o autor analisam a mudança linguística planejada, nos planos lexical e gramatical. Severo e Mäder contestam as conclusões de outros estudos linguísticos, os quais defendem que a variabilidade linguística planejada é possível apenas no polo lexical, o qual seria mais maleável que o polo gramatical, rígido demais para existir a possibilidade de mudança linguística. Assim, partem da hipótese que as

alterações planejadas na gramática de uma língua, apesar de improváveis, não são impossíveis, e podem vir a ser implementadas se já houver entre os falantes uma certa receptividade em relação a tal alteração e se a mudança gramatical planejada se ajustar a uma mudança sociocultural já em andamento. Assim, relativizaremos a ideia de uma certa rigidez gramatical diante de esforços de se evitar traços sexistas na marcação linguística de gênero. As evidências de uma possível mudança, ou pelo menos variação, para o nosso contexto, são o uso, em algumas comunidades de fala, de construções sintáticas empregadas para evitar o masculino genérico e a alteração da morfologia de algumas palavras a fim de evitar a escolha entre gênero gramatical masculino ou feminino.

Uma mudança gramatical com o objetivo de eliminar marcas sexistas da língua seria, por exemplo, a não utilização do gênero gramatical masculino para a referência a homens e mulheres (masculino genérico), e uma mudança ainda mais radical seria a criação de um outro gênero gramatical para pessoas

que não se identificam nem com o masculino nem com o feminino. (MÄDER; SEVERO, 2016, p. 245-246).

Visualizamos, assim, visões contrastantes sobre a neutralização linguística, observada tanto como a não marcação de gênero, quanto como a criação de um terceiro gênero gramatical. Tais percepções, a nosso ver, são benéficas, pois contribuem para a compreensão da neutralização enquanto fenômeno linguístico.

Ressaltamos, contudo, que embora se considere na Linguística principalmente a possibilidade de mudança linguística, o caráter mais importante desse fenômeno é a sua existência. Por considerarmos a língua como constitutivamente estratificada, não podemos deixar de pensar que esse fenômeno já faz parte da linguagem, assim como fazem parte de nossa sociedade as pessoas que buscam ser nomeadas de forma neutra. Negar a existência e/ou a possibilidade dessa estilização da linguagem é uma forma mascarada de preconceito, e, ao mesmo tempo, nega e invisibiliza a existência destas pessoas.

Entendemos que só a partir de uma relação alteritária podemos enxergar e compreender corretamente o que está inscrito/escrito nos discursos que são objetos de nossa análise, conferindo às suas enunciatórias e aos seus enunciadores *status* de interlocutoras(es).

É a partir dos pressupostos teórico-metodológicos tratados neste capítulo, e a partir de uma posição que considera todas as contribuições feministas para a Linguística, que, no próximo capítulo, apresentaremos a defesa de uma Linguística feminista. Traremos nossa visão de feminismo como ato responsivo (e, portanto, refratado na linguagem) e observaremos a possibilidade de um feminismo dialógico, para, por fim analisar e descrever a estilização a que chamamos de feminização linguístico-discursiva enquanto ato responsivo, indício de uma consciência de gênero.

2 POR UMA LINGUÍSTICA FEMINISTA

Logo depois que escrevi a versão original deste livro, fui questionada em uma entrevista de trabalho sobre seu título, “Feminismo e Teoria Linguística”: ‘mas certamente’, disse o professor confuso, ‘isso é como escrever um livro sobre linguística e jardinagem orgânica’. Eu não consegui o trabalho.
Deborah Cameron (1992, p. 2, tradução nossa⁷⁶).

Escrever sobre feminismo(s) em contexto brasileiro não é uma tarefa fácil. Em muitos estudos feministas brasileiros, ainda vemos a adoção de uma visão anglo-americana e eurocêntrica do feminismo, a qual resulta em analogias impossíveis e na tentativa de uma resistência que se julga universal, apesar de não observar a interseccionalidade nos âmbitos teórico e metodológico, e de não observar a diversidade e o multiculturalismo no âmbito prático.

Escrever sobre Linguística e Feminismo é ainda mais desafiador. Principalmente porque aqui, no Brasil, mesmo que muitos estudos linguísticos observem o caráter socioideológico da linguagem, a maioria dos estudos ainda crê na possibilidade de neutralidade científica nos estudos linguísticos e, por isso, buscam não demarcar as suas afiliações, nem o feminismo que lhes serve como base, privando-nos de uma parte importante de suas pesquisas.

Assim como relata Deborah Cameron na epígrafe deste capítulo, temos, no Brasil, inúmeros episódios de preconceito contra as linguistas que pesquisam sobre Linguística e Feminismo de forma interdisciplinar. Temos, por exemplo, o desabafo escrito por Carmen Rosa Caldas-Coulthard, que relata que, por utilizar a feminização linguístico-discursiva⁷⁷ em um livro seu, não o teve publicado por uma editora renomada. É por esse motivo que nesta tese buscamos explicitar o máximo possível qual o conceito de feminismo em que nos baseamos, a qual teoria feminista nos afiliamos, e todas as nossas particularidades, as quais afetam (e não poderiam deixar de influenciar) nossa escrita.

Além disso, na maioria das universidades brasileiras, quando se fala da história do feminismo, são apresentadas as chamadas ondas, cujas reverberações, muitas vezes, excluem as mulheres que não conseguiram ter voz para relatar suas lutas, que tiveram voz, mas foram silenciadas ou apagadas da história dominante, ou que não dispuseram de tempo para participar

⁷⁶ Original: “Just after I had written the original version of this book, I was asked at a job interview about its title, Feminism and Linguistic Theory: ‘But surely’, said the puzzled (male) professor, ‘that’s like writing a book about linguistics and organic gardening?’. I didn’t get the job.”

⁷⁷ Salientamos que a autora não nomeia a estilização por ela utilizada dessa maneira. No entanto, observamos se tratar do mesmo conceito que desenvolveremos na seção 2.3 deste capítulo.

de movimentos feministas organizados, ou seja, a maioria das mulheres brasileiras (inclusas, nesta maioria, muitas das mulheres cujos escritos serão analisados nesta tese). Isso advém de inúmeros fatores, no entanto, cremos que o principal é denominado por muitas autoras como “epistemicídio”.

No texto de introdução da obra *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, a pesquisadora brasileira Heloísa Buarque de Hollanda (2019) aponta que

É curioso observar, embora com certa tristeza, que os estudos de gênero nas universidades e centros de pesquisa brasileiros são marcados fortemente por bibliografias e referências anglo-americanas e eurocêtricas. Mesmo hoje, em plena explosão feminista, ainda não é praxe que nossas pesquisas e estudos incluam como eixo teórico o pensamento feminista brasileiro. (HOLLANDA, 2019, p. 9).

Sabemos que a adoção de bibliografia e, por consequência, de uma visão anglo-americana e eurocêntrica do feminismo não é arbitrária e decorre, também, do fato de vivermos em um país que ainda atualmente é considerado subdesenvolvido. Se, como nos mostra Celso Furtado (1995, p. 5), a “teoria do desenvolvimento traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial”, é possível, com um olhar crítico, observar que o subdesenvolvimento brasileiro é resultado da exploração de nossas terras, de nossa gente, de nossas mulheres, originada pelo colonialismo, pelo capitalismo, pelo imperialismo, pelo racismo e pelo machismo.

O subdesenvolvimento, que nos impôs o rótulo e o destino de possuímos pouco ou nenhum desenvolvimento tecnológico, escolarização insuficiente e de baixa qualidade, ausência de quadros técnicos e científicos, falta de recursos para a pesquisa científica e tecnológica e dependência externa no que diz respeito à ciência e à tecnologia (OXFORD LANGUAGES, 2020), recai sobre uma estereotipação de nós mesmas e de nossas pesquisas.

A estereotipação, a visão que as pessoas dos outros países têm de nós e, que, muitas vezes, acabamos tendo de nós mesmas, e a dependência científica decorrente de nosso subdesenvolvimento fazem com que, muitas vezes, continuemos escrevendo nossa história baseada em modelos que excluem nossas lutas. Essa prática faz com que tentemos nos encaixar onde não cabemos, acabando por nos colocar à margem de outra história, a qual nos é apresentada, muitas vezes, como mais importante do que a nossa, sob alegação de que as feministas brasileiras agiram e continuam agindo apenas por influência.

Em outros tempos, pensávamos que talvez essa adoção de ideias europeias e estadunidenses por muitas estudiosas brasileiras remetesse à carência/escassez de fontes ou às

origens da palavra “feminismo”, como teoria e movimento social – nomeação dada à relação entre a consciência de gênero e as práticas de resistência à opressão feminina – ou ao início dos movimentos de liberação das mulheres, os quais, segundo a história vigente afirma, “surgiram” na Europa (principalmente na França e na Inglaterra) e nos Estados Unidos. Acreditávamos que provavelmente isso ocorresse pela ausência de um texto fundador, que fosse a origem de toda a luta feminina por igualdade e liberdade no Brasil ou pela dificuldade de encontrá-lo.

No entanto, ao nos depararmos com uma perspectiva dialógica do feminismo, percebemos que não há como existir um texto de origem de toda a luta feminina por igualdade e liberdade, uma vez que, segundo a ADD, não existe palavra primeira. Como nos mostra Bakhtin em *Os gêneros do discurso* (2016, p. 60-61), qualquer que seja o objeto de nosso discurso,

ele não se torna objeto do discurso de um enunciado pela primeira vez, e um determinado falante não é o primeiro a falar sobre ele. O objeto, por assim dizer, já está ressalvado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos; nele se cruzam, convergem e divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes. O falante não é um Adão bíblico, só relacionando com objetos virgens ainda não nomeados, aos quais dá nome pela primeira vez.

Desse modo, não pode existir um texto fundador de todo o feminismo, uma vez que o feminismo, enquanto prática social, enquanto ato responsivo às opressões de gênero, é decorrência do antagonismo existente nas relações entre homens e mulheres. Assim como nenhum falante é um Adão Bíblico, nomeando as coisas que não possuíam nomes, observamos que não existiu autora que tenha correspondido à Eva bíblica, questionando as escolhas opressivas de um Adão bíblico ou de um Deus onipotente.

A historiadora francesa Laurence Klejman, no artigo “Les Congrès féministes internationaux” (1989), defende que a ausência de um texto fundador talvez não seja uma desvantagem real. De acordo com a autora, o fato de feministas francesas se basearem na *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, de Olympe de Gouges, de 1791, ou de as estadunidenses se referirem ao texto de Mary Wollstonecraft, *Vindication of the Rights of Woman*, de 1792, pouco intervém na difusão das ideias feministas. Todavia, mesmo que o fato de feministas brasileiras indicarem como originários os textos de Gouges ou Wollstonecraft pouco influencie na propagação de ideais feministas, é essencial pensar quais grupos sociais esses ideais alcançam da forma como são propagados. É importante questionar como essa indicação invisibiliza e silencia mulheres que escreveram e que lutaram pelos nossos direitos antes de nós, e, retomamos, de que modo faz com que desconheçamos a história do feminismo

que nos é própria.

Como defende a pesquisadora brasileira Constância Lima Duarte, em seu texto “Feminismo: uma história a ser contada”, presente na obra *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, “se a história do feminismo é pouco conhecida, deve-se também ao fato de ser pouco contada” (DUARTE, 2019, p. 24). Nos resta saber qual(is) história(s) contar, e como contar.

Tentando partir de uma visão dialógica do feminismo, é que trataremos, neste capítulo, da relação entre Linguística e Feminismo. Podemos explicar nossa visão de feminismo a partir das palavras de Constância Lima Duarte, professora e pesquisadora de Literatura Brasileira na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, que muito nos inspiraram:

Na maior parte das vezes, entende-se como feminismo apenas o movimento articulado de mulheres em torno de determinadas bandeiras; e tudo o mais fica relegado a notas de rodapé.

Pois o feminismo, a meu ver, deveria ser compreendido em um sentido mais amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de um grupo. Somente então será possível valorizar os momentos iniciais dessa luta – contra os preconceitos mais primários e arraigados – e considerar aquelas mulheres que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras e legítimas feministas. (DUARTE, 2019, p. 26, grifo nosso).

Tendo em vista o sentido de feminismo proposto por Duarte, procuraremos neste capítulo, inicialmente, buscar uma definição para o feminismo possível a partir de um olhar dialógico, enquanto respostas às opressões sofridas e para o antifeminismo, enquanto resposta ao feminismo, considerando, em nossa análise, os signos ideológicos “feminismo” e “feminista” como arenas dessa luta. Além disso, procuraremos apresentar brevemente os pressupostos do feminismo dialógico, pensando nas suas contribuições para uma teoria e para uma práxis feminista, que guiarão nossas análises. Por fim, buscaremos definir a feminização linguístico-discursiva enquanto política linguística feminista.

Destacamos, contudo, que apresentaremos muitas categorias e teorias não existentes na República Velha, mas que hoje são úteis para descrever e analisar nosso objeto de estudo, a feminização linguístico-discursiva enquanto ato responsivo do feminismo das mulheres pertencentes à classe trabalhadora que escreviam para o jornal *A Classe Operária* entre 1925 e 1930.

2.1 FEMINISMO COMO ATO RESPONSIVO: O SIGNO IDEOLÓGICO ENQUANTO ARENA DAS LUTAS FEMINISTAS

Toda e qualquer luta contra opressão só existe quando antes um grupo “resolve” submeter outro à sua dominação. É por isso que nesta seção discorreremos sobre a opressão do sexo masculino sobre o feminino. Se buscamos pensar sobre a luta das mulheres que se dá no domínio ideológico, da linguagem, precisamos, antes, situar essa luta. Sendo a palavra o termômetro das mudanças sociais (VOLÓCHINOV, 2017), nela encontramos indícios desse embate. Começamos, então, pelos signos ideológicos “feminismo” e “feminista”.

Como já discutimos no primeiro capítulo desta tese, palavras com forte conteúdo ideológico podem possuir acentos valorativos diferentes, ou até mesmo diametralmente opostos, em função de quem enuncia. Palavras femininas e que se referem a nós mulheres ou às práticas e atividades por nós realizadas podem ter cargas semânticas diferentes, em diferentes graus, dependendo de quem as utiliza ou de quem as interpreta. A “ideologia, de fato, constitui um instrumento de modelagem dentro dos sistemas de comunicação e de representação simbólica do homem⁷⁸” (YAGUELLO, 1978, p. 70, tradução nossa).

Por esse motivo, nesta seção, discorreremos, primeiramente, sobre os signos ideológicos “feminismo” e “feminista”, verificando como a pluriacentuação do signo é, há muito tempo, compreendida pelo movimento feminista, que possui a reacentuação/ressignificação como um de seus principais atos responsivos (BOENAVIDES, 2019). Destacamos, contudo, que, mais do que traçar uma etimologia da palavra, nosso objetivo é mostrar, de forma dialógica, que a consciência de gênero se traduz muitas vezes em consciência linguística e, por isso, em intervenções linguísticas. Após, faremos alguns apontamentos sobre o percurso inicial dos signos ideológicos “feminismo” e “feminista” em contexto latino-americano. Por fim, mostraremos como os signos “feminismo” e “feminista” seguem sendo pluriacentuados ainda atualmente.

Carla Cristina Garcia, em seu livro *Breve História do Feminismo*, defende que o termo “feminismo” foi empregado pela primeira vez nos Estados Unidos, “por volta de 1911, quando escritores, homens e mulheres, começaram a usá-lo no lugar de expressões utilizadas no século XIX, tais como *movimento das mulheres* e *história das mulheres*” (GARCIA, 2015, p. 12). Embora esse marco seja apresentado por Garcia na nomeação do feminismo, encontramos outros estudos/indícios que mostram que a expressão “feminismo” e “feminista” já eram

⁷⁸ Original: “L’idéologie, en effet, constitue un instrument de modelage à l’intérieur des systems de communication et de representation symbolique de l’homme.”

utilizadas em outras localidades antes desse período.

Em *Musa de la razón: la democracia excluyente y la diferencia de los sexos* (1989), a filósofa francesa Geneviève Fraisse afirma que, na França, a palavra feminismo primeiramente fora utilizada no vocabulário médico, para indicar características femininas em homens acometidos por doenças, também chamados, antigamente, de maneira preconceituosa, de “afeminados”. Da mesma forma, uma mulher/menina poderia “possuir” feminismo, o que seria o equivalente a ter características femininas. A autora defende que o escritor Alexandre Dumas Filho, um escritor republicano e antifeminista, reivindicou a criação da palavra “feminista” no seu sentido político em seu panfleto *L’Homme-Femme*, de 1872. Pesquisamos na obra citada e verificamos que Dumas escreveu o seguinte:

As feministas, confirmam-me este neologismo, digamos, dizem, com muito boa intenção, o que segue: todo o mal vem do fato de que não queremos reconhecer que as mulheres são iguais aos homens e que devem receber a mesma educação e os mesmos direitos que os homens; o homem abusa de sua força, etc., etc. Você sabe o resto. Nos permitimos responder às feministas que o que elas estão dizendo não tem nenhum sentido. A mulher não possui um valor igual, superior ou inferior ao homem, - possui um valor de outra espécie, assim como é um ser de outra forma e de outra função.⁷⁹ (DUMAS FILS, 1872, p. 91, tradução nossa).

Obviamente, devido ao seu forte antifeminismo, que reivindicava, inclusive, o direito de o marido matar sua esposa, caso fosse traído, o termo feminista empregado por Dumas Filho possuía um sentido pejorativo. Na época, mesmo que a palavra feminismo já existisse, sendo utilizada com outro sentido (o sentido médico, já citado), fora reconhecida a criação da palavra por Alexandre Dumas Filho. Emile de Girardin⁸⁰, escritor, jornalista e político francês, respondeu a Dumas no jornal *La Liberté*, dizendo que aceitava ser qualificado como um feminista ao lado de pensadores como Gladstone, Jacob Bright, Stuart Mill, Stewart, Alexis de Tocqueville, Hippolyte Taine, Edouard Laboulaye, e defendia que as ideias feministas existiam “muito antes de mim, muito antes de você criar esse nome de feministas para dá-lo aos seus oponentes⁸¹” (GIRARDIN, 1872, s.p., tradução nossa).

⁷⁹ Original: “*Les féministes, passéz-moi ce néologisme, disent, à tres-bonne intention d'ailleurs: tout le mal vient de ce qu'on ne veut pas reconnaître que la femme est l' égale de l'homme et qu'il faut lui donner la même éducation et les mêmes droits qu'à l'homme; l'homme abuse de sa force, etc., etc. Vous savez le reste. Nous nous permettrons de répondre aux féministes que ce qu'ils disent là n'a aucun sens. La femme n'est pas une valeur égale, supérieure ou inférieure à l'homme, -elle est une valeur d'un autre genre, comme elle est un être d'une autre forme et d'une autre fonction.*”

⁸⁰ Algumas fontes indicam a autoria de Emile Delamothe, nome de nascimento do jornalista. No entanto, por ser assinado por Girardin, optamos por manter a indicação de autoria.

⁸¹ Original: “*Mais longtemps avant moi longtemps avant che vouz n'ayes cree ce nom de feministes pour le donner a vos contradictour.*”

Ressaltamos que a obra de Dumas Filho teve reverberações em muitos lugares, inclusive no Brasil. Em *Le droit au meurtre: lettre a M. Ernest Renan sur "L'homme-Femme"*, o brasileiro Joaquim Nabuco⁸² criticou a obra de Dumas Filho, dizendo que ela correspondia a um “crime literário”, por defender o direito de os homens matarem as mulheres:

Deixe-me dizer qual é o assunto desse processo. O Sr. Alexandre Dumas Filho promulgou uma lei contra a mulher; Eu apelo a você. Você não tem o direito de ficar em silêncio, você e seus iguais, quando metade da humanidade, aquilo que a produz inteira, está condenada ao ostracismo da lei.⁸³ (NABUCO, 1872, p. 7, tradução nossa).

A polêmica do texto de Dumas Filho talvez seja relevante para explicar a rápida disseminação do termo por vários países do mundo, inclusive, em países da América Latina. Observamos que os inúmeros protestos contra o livro de Dumas Filho fizeram com que as(os) feministas reacentuassem o termo (como no caso de Emile Girardin, que disse que aceitava ser nomeado como “feminista”, atribuindo um sentido positivo à palavra), e pode ser que dessa reacentuação tenha surgido o termo feminismo, como palavra política, como nomeação às lutas femininas.

Ou pode ser que não, pode ser que o termo já existisse com o sentido militante positivo antes de Dumas, e que tenha sido ele quem o reacentuou de forma negativa. Não tentamos aqui buscar a etimologia do termo. Intentamos apenas mostrar que o signo ideológico “feminista”, há muito tempo, é arena de disputas. É a partir dessas considerações que, a seguir, observaremos o percurso do feminismo e dos signos ideológicos “feminismo” e “feminista” na América Latina.

Embora a história anglo-americana e eurocêntrica do feminismo não se canse de afirmar e reafirmar sua anterioridade e, por consequência, sua legitimidade, repetirmos a história dominante não pode nos fazer esquecer de buscar nossa própria história. Se a buscarmos, veremos que a palavra feminismo já era adotada em contexto latino-americano em um período

⁸² Segundo sua biografia, elaborada pela Acadêmica Brasileira de Letras (s.d.), “Joaquim Nabuco (Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo), escritor e diplomata, nasceu no Recife, PE, em 19 de agosto de 1849, e faleceu em Washington, EUA, em 17 de janeiro de 1910. [...] Estudou humanidades no Colégio Pedro II, bacharelando-se em Letras. [...] Atraído pela política, foi eleito deputado geral por sua província, vindo então a residir no Rio. Sua entrada para a Câmara marcou o início da campanha em favor do Abolicionismo, que logo se tornou causa nacional, na defesa da qual tanto cresceu. De 1881 a 1884, Nabuco viajou pela Europa e em 1883, em Londres, publicou *O Abolicionismo*. De regresso ao país, foi novamente eleito deputado por Pernambuco, retomando posição de destaque da campanha abolicionista, que cinco anos depois era coroada [...] Frequentava a redação da *Revista Brasileira*, onde estreitou relações e amizade com altas figuras da vida literária brasileira, Machado de Assis, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, de cujo convívio nasceria a Academia Brasileira de Letras, em 1897.

⁸³ Original: “Laissez-moi vous dire quel est le sujet de la présente démarche. M. Alexandre Dumas fils a promulgué une loi contre la femme; j'en appelle à vous. Vous n'avez pas le droit de vous taire, vous et vos égaux, quand la moitié de d'humanité, celle qui la produit tout entière, est mise au ban de la loi.”

bem próximo de quando foi utilizada por Dumas Filho e Emile Girardin.

Tanto isso é verdade, que Elvira V. López⁸⁴ (FIGURA 1), primeira mulher doutora em filosofia na Argentina, em 1901, escreveu sua tese sobre o tema, intitulada *El movimiento feminista. Primeros trazos del feminismo en Argentina* (FIGURA 2). Entendemos que, para López ter escrito sobre o tema, utilizando as palavras “feminista” e “feminismo” já em seu título, tais termos já pertenciam ao vocabulário do país, com significação aproximada a que hoje possui.

Figura 1: Fotografia de Elvira López

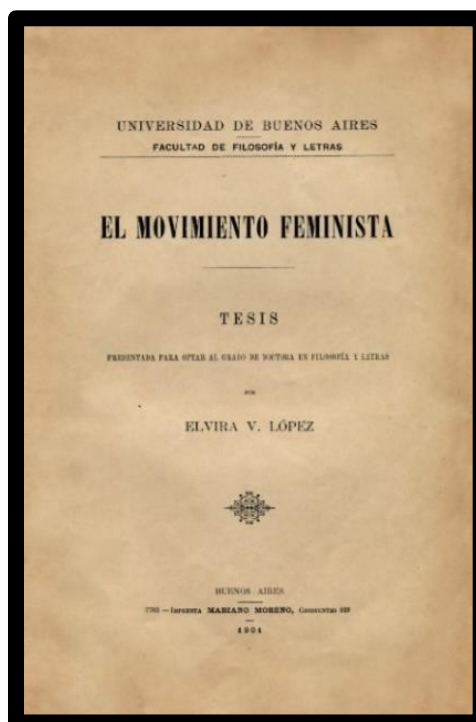


Fonte: Ministério de Cultura Argentina (2009).

Na obra citada, Elvira López escreve teoricamente sobre o feminismo, discorrendo sobre o movimento feminista no mundo (a autora faz uma rápida resenha histórica do movimento feminista, principalmente na Inglaterra, na Austrália, nas “Índias Inglesas” e na África), sobre autoras e autores com posições feministas e antifeministas, sobre os direitos buscados pelo feminismo, citando congressos internacionais e descrevendo a situação da mulher na Argentina.

⁸⁴ Elvira V. López, com sua tese sobre o movimento feminista, em 1901, tornou-se não apenas a primeira graduada em Filosofia da Argentina, mas também uma das pioneiras da revolução feminina. Segundo o Ministério de Cultura Argentina, Elvira foi “esquecida e dissimulada pela fama do pai, o pintor Cândido López” (2009, s.p.).

Figura 2: Capa da tese de Elvira López



Fonte: Ministerio de Cultura Argentina (2009).

A autora percebe a diferença existente entre o feminismo argentino e o feminismo europeu e estadunidense. Muito longe de rebaixar as mulheres de seu país e colocá-las em um lugar de retrogradidade, a autora exalta a liberdade que possuíam e as suas possibilidades:

Aqui o feminismo se manifesta principalmente no sentido econômico; a mulher que frequenta universidades e outros estabelecimentos de ensino o faz apenas em busca de um diploma para enfrentar a miséria e trabalha para conquistar uma posição independente no amplo campo de atividade que nossas generosas leis lhe oferecem. As palavras emancipação e reivindicações femininas, igualdade dos sexos perante a Legislação, etc., que o feminismo europeu pronuncia a cada passo, não têm sentido para ela; Os argentinos – embora não totalmente isentos dos preconceitos tradicionais que prevalecem na metrópole – assim como os norte-americanos – embora de caráter diverso visto que sua origem também é diferente – conseguiram implementar um regime de ampla liberdade; Se a mulher não faz mais é porque não quer, não porque as leis ou a opinião pública o impeçam⁸⁵. (LÓPEZ, [1901] 2009, p. 225-226, tradução nossa).

⁸⁵ Original: “Aquí el feminismo se manifiesta más que todo en el sentido económico; la mujer que concurre a las universidades y demás establecimientos de educación, lo hace sólo buscando un título con que hacer frente a la miseria y trabaja para labrarse una posición independiente en el ancho campo de actividad que nuestras generosas leyes le ofrecen. Las palabras emancipación y reivindicaciones femeninas, igualdad de sexos ante la Legislación, etc., que el feminismo europeo pronuncia a cada paso, no tienen significado para ella; los argentinos –si bien no exentos por completo de los prejuicios tradicionales que imperan en la madre patria– lo mismo que los americanos del norte –aunque con un carácter diverso como que distinto es también el origen –han sabido implantar un régimen de libertad amplia; la mujer si no hace más es porque no quiere, no porque las leyes o la opinión pública se lo impidan.”

López alega que “a condição das mulheres na Argentina, até entre as classes mais baixas, está longe de ser tão severa quanto a de suas irmãs do resto do mundo civilizado⁸⁶” (p. 226, tradução nossa). De acordo com a filósofa, “a legislação, os costumes e os sentimentos gerais as cercam de apreço e estima, dando-lhes a melhor posição na sociedade⁸⁷” (p. 226, tradução nossa).

A autora cita que as argentinas, diferentemente das mulheres de outros países, já ocupavam variados postos de trabalho, até mesmo os mais especializados, apresentando diversos dados que comprovam esta afirmação. Além disso, segundo López, nas escolas normais e nas universidades, as mulheres, sobretudo das classes privilegiadas, estudavam ao lado dos homens, o que era buscado ainda em muitos países por feministas. Contudo, em sua conclusão, a autora salienta que, embora as mulheres argentinas não tivessem direitos políticos, não havia, na época, grande abertura para as lutas sufragistas, uma vez que a religiosidade impedia este avanço.

No Brasil, há, também, inúmeros registros do termo sendo utilizado antes de 1911, quando é dito que fora utilizada nos Estados Unidos. Apenas para exemplificação do que dizemos, em busca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, encontramos uma ocorrência do termo “feminista”, no jornal *Cearense*, de 30 de novembro de 1889. Destacamos novamente que não temos por intuito neste trabalho indicar as origens do termo, nem traçar uma etimologia. Nosso objetivo é marcar uma posição, de que é possível escrever e tratar do feminismo, historicamente e teoricamente, a partir de um ponto de vista brasileiro/ latino-americano.

Na notícia, publicada primeiramente em uma folha portuguesa, cita-se a candidatura de mulheres da Liga de Mulheres Socialistas à eleição para “deputado” na França. É dito que não foi a primeira vez que mulheres se candidataram a cargos públicos no país, sendo que, em 1885, o resultado da campanha havia sido “uma gargalhada geral” e que a campanha atual “teria o mesmo sucesso”.

Após, são citadas as candidatas, sendo apresentado o perfil de cada uma delas, sobretudo, a respeito da beleza. Abaixo, transcrevemos o trecho em que é utilizada a palavra “feminista”⁸⁸:

[..] Madame Astier de Valsayre⁸⁹, é uma mulher dos demônios. Tem batido

⁸⁶ Original: “Por lo demás la condición de la mujer en la Argentina, aun entre las clases humildes, está muy lejos de ser tan dura como la de sus hermanas del resto del mundo civilizado”.

⁸⁷ Original: “La legislación, las costumbres y el sentimiento general la rodean de aprecio y estimación, asignándole el mejor puesto en la sociedad”.

⁸⁸ A notícia na íntegra pode ser conferida no Anexo X.

⁸⁹ De acordo com a Bibliothèque Nationale De France (S.D), Marie-Rose Astié de Valsayre, também conhecida pelo pseudônimo de Jehan des Etrivières (1846-1939), foi uma violinista, feminista, médica e escritora francesa.

nos homens e provocado duelos a várias mulheres. Aconselhou as japonesas a não se vestirem como parisienses, reivindicou o direito de não usar calças, etc.

Intrépida, corajosa, gostando de polêmica, pela-se também pelo cheiro da pólvora e pelo zumbido das balas. [...]

É mãe de dois rapazes, de duas crianças adoráveis, que estremece, e a quem todos os dias dá lição de matemáticas comparadas. É essa a sua distração predileta.

Tem 35 anos, é loura, magra, pequenina, muito viva, sempre em movimento, sempre risonha, ar motejador, extremamente volúvel ao falar. Usa luneta.

“Um bom rapaz, por fim de contas.”

Quanto à política, não é blanquista, nem autonomista, nem oportunista; é “feminista”, e batalha pela melhoria da sorte da mulher.

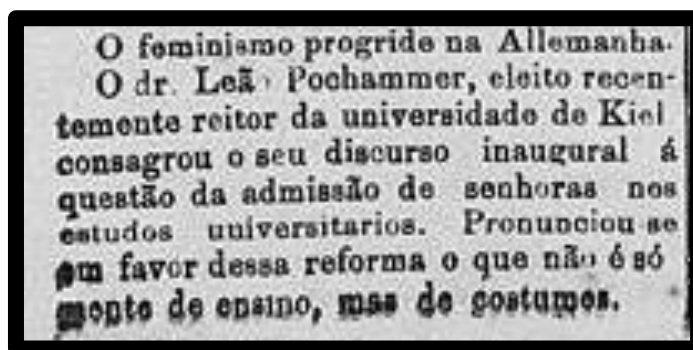
Foi ela quem fundou, em 22 de agosto do último ano, a “Liga de mulheres socialistas”, que hoje conta com 75 associadas.

Entre as reformas que reclama, citam-se a proteção da infância, a amamentação materna, a supressão da pena de morte e da guerra, a igualdade absoluta do homem e da mulher, o acesso de todas as profissões às mulheres etc. (CEARENSE, 30/11/1889, p. 2, grifo nosso).

Embora a palavra “feminista” na notícia de 1889 remeta a Marie-Rose Astié de Valsayre, uma mulher francesa, e, por consequência, ao movimento feminista francês, notamos que esta seja uma evidência de que a palavra já circulava no Brasil antes da origem assinalada por Carla Cristina Garcia em seu estudo.

Encontramos também a palavra “feminismo” sendo empregada no jornal *Correio Paraense*, em edição de 20/07/1893 (Figura 3), a qual transcrevemos na sequência:

Figura 3: Termo “feminismo” sendo empregado em 1893 no jornal *Correio Paraense*



Fonte: Correio Paraense (20/07/1893, p. 2).

O feminismo progride na Alemanha.

O dr. Leão Pochhammer, eleito recentemente reitor da universidade de Kiel, consagrou o seu discurso inaugural à questão da admissão de senhoras nos estudos universitários. Pronunciou-se em favor dessa reforma o que não é só somente de ensino, mas de costumes. (CORREIO PARAENSE, 20/07/1893, p. 2).

Famosa por derrubar a legislação que proibia mulheres de usarem calças e por ter travado duelos. Atuou como médica durante a Guerra Franco-Prussiana em 1870.

Na notícia do jornal *Correio Paraense*, emprega-se o signo ideológico “feminismo” sem nenhuma explicação do que se tratava, fato que, a nosso ver, mostra que a palavra já era de amplo conhecimento no país (ao menos no Pará), visto que foi utilizada por jornal de ampla circulação. O termo “feminismo”, na notícia, parece ser utilizado como equivalente à “conquista feminina”. A nomeação também remete ao movimento feminista de um país europeu, no caso, a Alemanha.

Sobre o movimento feminista brasileiro na época, temos o texto da célebre escritora Júlia Lopes de Almeida⁹⁰ (Figura 4) em "A Mensageira", nº 1 de 1897, publicado em edição fac-símile pela jornalista e ex-deputada Zuleika Alambert em 1987.

Figura 4: Retrato a óleo de Júlia Lopes de Almeida por Richard Hall, em Paris, em 1914.



Fonte: Fanini (2018).

⁹⁰ De acordo com o *Dicionário mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade*, de Maria Aparecida Schumacher (2000): “Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) Escritora e feminista. Nasceu no Rio de Janeiro, a 24 de setembro de 1862. Filha de Antônia Adelina Pereira, natural de Lisboa, e do médico português Valentim Lopes. A família fixou-se em Nova Friburgo, região serrana fluminense, onde Júlia aprendeu a ler com a mãe. Quando tinha seis anos, a família mudou-se para o *Rio de Janeiro*, e anos depois para Campinas (SP). Ali, Júlia iniciou sua carreira literária no jornal *A Gazeta de Campinas*. Teve a oportunidade de aprimorar seus estudos na Europa, por influência de seu pai, um liberal. Casou-se com o poeta Felinto de Almeida e com ele voltou a residir no Rio de Janeiro, dividindo o seu tempo entre Portugal e o Brasil. Teve seis filhos. No Rio de Janeiro, participou dos principais movimentos políticos do período, colaborando com jornais paulistas e cariocas, como o influente *Jornal do Commercio*. Em Portugal, editou o seu primeiro livro, *Traços e iluminuras*, coletânea de contos e poemas anteriormente publicados pela imprensa. (...) Júlia Lopes de Almeida encarnou o ideal de mulher inteligente e de sucesso. Em dezembro de 1922, a convite de Bertha Lutz*, participou da Comissão de Relações Internacionais e Paz do I Congresso Internacional Feminista promovida pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Em julho de 1931, quando a Federação promoveu o II Congresso Internacional Feminista, na cidade do Rio de Janeiro, e as mulheres se organizavam para obter o direito de voto, o discurso de abertura coube a Júlia Lopes de Almeida, a mulher de maior prestígio no meio cultural, em todo o país. Faleceu no Rio de Janeiro, a 31 de maio de 1934. Em sua homenagem, a Academia Brasileira de Letras realizou uma sessão especial que teve como oradoras a sua filha, Margarida Lopes de Almeida*, e a escritora Maria Eugênia Celso**” (p. 282).

A seguir, transcrevemos o trecho em que Júlia Lopes de Almeida aborda questões sobre o movimento feminista brasileiro:

Entre amigas

Não é sem algum espanto que eu escrevo este artigo, para um jornal novo, e, de mulheres!

É uma tentativa sem grandes fundamentos? Viverá pouco? Ficar? Só o tempo poderá responder a estas perguntas; entretanto, que fique, ou que passe no sopro ligeiro dos dias curtos, **esta revista assinala um fato, digno de atenção de que o movimento feminista vai desenvolvendo a força de suas asas, no Brasil.**

A mulher brasileira conhece que pode querer mais, do que até aqui tem querido; que pode fazer mais, do que até aqui tem feito. Precisamos compreender antes de tudo e afirmar aos outros, atados por preconceitos e que julgam toda a liberdade de ação prejudicial à mulher na família, principalmente dela, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e do apoio seguro de uma educação bem-feita.

Os povos mais fortes, mais práticos, mais ativos, e mais felizes são aqueles onde a mulher não figura como mero objeto de ornamento; em que são guiadas para as vicissitudes da vida com uma profissão que as ampare num dia de luta, e uma boa dose de noções e conhecimentos sólidos que lhe aperfeiçoem as qualidades morais.

Uma mãe instruída, disciplinada, bem conhecedora dos seus deveres, marcará, funda, indestrutivelmente, no espírito do seu filho, o sentimento da ordem, do estudo e do trabalho, de que tanto carecemos. (ALMEIDA, 1897, *apud* ALAMBERT, 1987, p. 3, grifo nosso).

Como se vê, no artigo, Júlia Lopes de Almeida cita a criação do jornal *A Mensageira*, um jornal de mulheres, e salienta como tal publicação marca o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil. E, defendemos, assim como outras pesquisadoras o fizeram, como segue, que a publicação do texto “Entre Amigas”, pela autora, no jornal, é um marco do feminismo brasileiro, enquanto uso do termo para se referir ao feminismo próprio do Brasil (como já mostramos, antes disto, em 1889, o vocábulo já havia aparecido em contexto brasileiro, mas para se referir ao movimento feminista europeu).

Margareth Rago, no texto “Trabalho Feminino e Sexualidade”, presente na obra *História das mulheres no Brasil* (2012),

Cautelosas, as feministas, que iniciaram a divulgação de suas ideias na revista *A Mensageira*, publicada em São Paulo entre 1897 e 1900, ou posteriormente, na *Revista Feminina*, entre 1914 e 1936, defendiam um discurso contrário, apontando para os benefícios do trabalho feminino fora do lar: uma mulher profissionalmente ativa e politicamente participante, comprometida com os problemas da pátria, que debatia questões nacionais, certamente teria melhores condições de desenvolver seu lado materno. (RAGO, 2012, p. 590).

Embora Rago afirme que a divulgação dos ideais feministas tenha sido iniciada na revista *A Mensageira* (a autora não aborda especificamente o texto de Júlia Lopes de Almeida),

considerando, então, que os textos do jornal sejam textos fundadores do feminismo brasileiro, salientamos que as reivindicações e divulgações feministas brasileiras são anteriores ao emprego da palavra “feminista”. Dessa forma, defendemos que o feminismo brasileiro iniciou anos antes da publicação de *A Mensageira*, pois entendemos que as práticas, os atos feministas precedem sua nomeação.

Sobre o jornal *A Mensageira*, Maria Amélia de Almeida Teles afirma que

De 1897 a 1900 circulou na cidade de São Paulo a revista *A Mensageira*, dirigida pela poetisa Prisciliana Duarte de Almeida. Fruto de um “momento bem determinado da história do feminismo brasileiro”, quando este, ainda como ideias, apenas se gestava e, portanto, tateava em busca de seu caminho dentro de uma sociedade conservadora e preconceituosa. (TELES, 2017, p. 43).

Amelinha, como Maria Amélia de Almeida Teles é normalmente conhecida pela militância feminista brasileira (TELES, 2017), apesar de conferir importância à publicação, aponta outros periódicos, anteriores ao *A Mensageira*, que faziam parte da chamada imprensa das mulheres/ imprensa feminina e que defendiam a causa feminista. Alguns dos jornais citados pela autora: *O Jornal das Senhoras*, editado pela argentina Joana de Paula Manso⁹¹ (1852), *Belo Sexo*, dirigido por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar⁹² (1862), *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha Motta Diniz⁹³ (1873), depois da Proclamação da República, em 1889,

⁹¹ Conforme Schumacher (2000, p. 272-273): “Joana Paula Manso de Noronha (1819-75) Jornalista, professora e escritora. Nasceu na Argentina, em 26 de junho de 1819. Sua família, fugindo da ditadura de Rosas, instalou-se na cidade do Rio de Janeiro, onde Joana se casou com o músico português Francisco Sá Noronha, autor sem sucesso de óperas. Os dois viajaram para os Estados Unidos e Cuba, e durante esse tempo Joana teve duas filhas. Voltando ao Brasil, Joana naturalizou-se para poder estudar medicina. Em 1852, escreveu para jornais cariocas – dentre eles *O País*, no qual publicou a série *Misterios del Plata* – e fundou no Rio de Janeiro *O Jornal das Senhoras*, periódico que abordava assuntos variados, de moda a literatura, arte, vida cultural e crítica teatral, e que circulou por mais três anos. No primeiro número, publicado em 1º de janeiro de 1852, Joana definiu seu objetivo: “propagar a ilustração, e cooperar com todas as forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”. [...] Joana Paula provavelmente deixou a direção do jornal por ter se separado do marido, que voltou para Portugal com outra mulher. Ela decidiu retornar à Argentina com suas duas filhas, Eulália e Hermínia, chegando a Buenos Aires em 1853. [...] Faleceu em 1875, provavelmente em Buenos Aires, deixando publicado o *Compendio de la historia de las Provincias Unidas del Rio de la Plata desde su descubrimiento hasta la declaración de su independencia el 9 de julio de 1816* (1862”).

⁹² Conforme Schumacher (2000, p. 282): “Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar (séc. XIX) Escritora e jornalista. Fundou no Rio de Janeiro, em agosto de 1862, o periódico *Bello Sexo*, que tratava de religião, de instrução feminina e de atualidades culturais de interesse para as leitoras. Júlia era uma escritora exigente em busca da visibilidade feminina e não gostava de textos anônimos. Contudo, várias de suas colaboradoras insistiam em permanecer desconhecidas. As reuniões para decidir os temas a serem tratados na publicação aconteciam semanalmente e tinham como objetivo debater novas ideias visando conquistar a sociedade da época.”

⁹³ Conforme Schumacher (2000, p. 229): “Francisca Senhorinha da Mota Diniz (séc. XIX) Escritora, educadora e jornalista. Nasceu em São João d’El-Rei (MG), filha de Gertrudes Alves de Melo Ramos e de Eduardo Gonçalves da Mota Ramos. Casou-se com o advogado José Joaquim da Silva, com quem teve duas filhas. [...] Já viúva, fixou residência nesta última, onde fundou e dirigiu o Colégio de Santa Isabel, na rua do Lavradio, voltado para a clientela de moças de classe média. Para administrar a escola contou com o apoio de suas filhas, Albertina Diniz e Elisa Diniz Machado Coelho, ambas escritoras. [...] No Rio de Janeiro, reeditou essa publicação de 1875 até 1890 – *O Sexo Feminino*, também semanal, continha informações sobre literatura e amenidades, acrescido de

chamado de *Quinze de Novembro do Sexo Feminino, A Família*, dirigido por Josefina Álvares de Azevedo⁹⁴ (1888).

Já na imprensa operária, o preconceito à palavra “feminismo” aparece inúmeras vezes. Como assinala em minha dissertação de mestrado, embora existissem feministas da classe trabalhadora na República Velha, “nem sempre assim eram nomeadas ou se autoneameavam. Ao contrário disso, a palavra “feminista” era muitas vezes malvista pelas mulheres trabalhadoras” (2018, p. 114). Como exemplo da carga negativa muitas vezes conferida à palavra feminismo, apresentei o artigo “O que deveria ser a mulher”, de Josefina Stefani Bertacchi⁹⁵, publicado no jornal *A Terra Livre*, de 15 de junho de 1910.

Entre a **feminista ultra**, forma híbrida, e a massaia, no sentido romano da palavra: existe o justo meio: a verdadeira mulher. A mulher, nem patroa nem escrava, nem feminina nem angélica, nem asséptica nem Messalina: mas a mulher amante e amada, que, recebendo no seu seio novo gérmen, maturando-o na dor, consagrando-o com seu sangue, dá a humanidade o milagre da vida para ela, nela e com ela, eternamente se renovando até o infinito. Deixemos as longas e inúteis discussões de se a mulher é igual ou mais ou menos inteligente do que o homem. A mulher não é homem porque é mulher; e o homem não é mulher porque é homem. Um e outro, tendo órgãos diferentes e por isso funções diferentes por graus e por qualidades, entre si se completando e se aperfeiçoando, relacionam-se com a função da natureza, que se quisesse um só sexo, tê-lo-ia feito, sem pedir **conselhos às estridulas e antipáticas feministas e sufragistas**. (*A Terra Livre*, 15/06/1910 *apud* BOENAVIDES, 2018, grifos nossos).

Embora tivessem atitudes feministas, muitas mulheres, como a professora Josefina Stefani Bertacchi, que lutava por vários direitos das mulheres como a escolarização, o direito à leitura

temas polêmicos como a Abolição da escravatura, o voto feminino e o movimento feminista em outros países. Após a Proclamação da República, Francisca Senhorinha mudou o nome do jornal para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. O programa do jornal propunha a emancipação o ano de 1880 os semanários *A Primavera*, que circulou no Rio de Janeiro, e *A Voz da Verdade*. Com o auxílio de sua filha, Albertina da Mota Diniz, Francisca Senhorinha escreveu o romance de costumes *A judia Rachel*, editado no Rio de Janeiro em 1886.

⁹⁴ Conforme Schumacher (2000, p. 277-278): “Josefina Álvares de Azevedo (1851-?) Jornalista e feminista. Uma das pioneiras do feminismo no Brasil, nasceu em Itaboraí (RJ). Era irmã, pelo lado paterno, do poeta Manoel Antônio Álvares de Azevedo. Em 1888, fundou na cidade de São Paulo o jornal *A Família*, dedicado à educação de mães, como afirma o editorial do primeiro número. O jornal foi posteriormente transferido para a cidade do Rio de Janeiro, onde alcançou público maior e contou com a colaboração de importantes ativistas do movimento feminista da época. *A Família* conseguiu a façanha de circular comercialmente entre 1888 e 1897, quase dez anos, sem interrupção. [...] Em abril de 1890, o ministro do Interior, Cesário Alvim, publicou seu parecer contrário ao pedido de alistamento eleitoral feito no Rio de Janeiro por Isabel de Matos*. Inspirada nesse parecer, Josefina escreveu uma peça teatral intitulada *Voto feminino*, que foi encenada durante os trabalhos constituintes de 1890-91, no Recreio Dramático, um dos teatros mais populares no Rio de Janeiro daquela época.”

⁹⁵ Encontramos poucas referências sobre Josefina (ou Giuseppina) Stefani Bertacchi. Entre elas, um livro de sua autoria, *Il primo passo nella educazione: libro per le scuole normali*, de 1890 (encontramos menções do livro no arquivo do Polo regionale di Sicilia – Biblioteche SBN e Progetti Speciali di Catalogazione e na obra *Ferrante Aporti tra Chiesa, Stato e Società Civile*, organizado por Monica Ferrari, Maria Luisa Betri e Cristina Sideri, 2015). Conforme Margareth Rago (2014), junto com Maria Lacerda de Moura, Matilde Magrassi, Maria de Oliveira, Tibi e Maria S. Soares, fundou a Federação Internacional Feminina.

e à escrita, a divisão do trabalho doméstico, não se nomeavam como feministas por não se identificarem com as “estridulas e antipáticas” (como define Bertacchi) feministas e sufragistas. Josefina era anarquista, e, como libertária, não acreditava que o sufrágio pudesse ser solução para algo, muito menos para as opressões de gênero.

Isso justifica a sua antipatia com as feministas sufragistas e mostra a valoração social que o signo ideológico “feminista” recebia muitas vezes pela classe trabalhadora. Essa valoração decorria de diversos fatores, como a identificação com as reivindicações (como mostro em minha dissertação, o direito ao voto muitas vezes não era prioridade para as mulheres trabalhadoras e a luta por ocupar postos de trabalho não lhes era válida, por nunca terem sido alheias ao trabalho), e a própria definição de feminismo da época como “movimento organizado de mulheres”, a qual acabou fazendo com que, até os dias atuais, tenha-se a ideia de que só participaram do movimento feminista aquelas mulheres que dispuseram de tempo para se organizar em torno de políticas específicas, como o direito ao voto, a liberação sexual ou as políticas transversais.

Em *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*, a pesquisadora Glaucia Fraccaro defende que há diversas explicações para a exclusão das mulheres trabalhadoras das histórias sobre o feminismo brasileiro e que muitas delas, como a “baseada na implantação da legislação trabalhista e na cassação do autonomismo do movimento operário por um Estado autoritário, tal como aparece nas interpretações de Juno Pena e Susan Besse” (FRACCARO, 2018, p. 31), acabam deixando de lado a história construída pelas próprias mulheres trabalhadoras:

– em que greves se engajaram, como se articularam com o nascente feminismo brasileiro, que correntes políticas bradaram sobre a opressão vivida e como o Estado e os empresários reconheceram nas trabalhadoras uma força a ser considerada na organização social. A reboque, essa explicação contribuiu para perpetuar a noção de que a classe trabalhadora havia faltado na emergência de um movimento feminista, exclusivo das elites letradas e financeiras. **Por consequência, os marcos conhecidos e celebrados do movimento brasileiro são quase que exclusivamente ações de mulheres das altas classes sociais.** (FRACCARO, 2018, p. 31, grifos nossos).

A autora defende que “a história do feminismo é também a história das lutas por direitos empunhadas pelas próprias mulheres trabalhadoras em suas relações com outros atores sociais” (FRACCARO, 2018, s.p.), posicionamento semelhante ao que tive em minha dissertação. Essa perspectiva só é possível devido aos múltiplos discursos feministas que temos atualmente, os quais contribuíram para uma visão interseccional das violências e opressões sofridas e problematizaram a exclusão da classe trabalhadora de todas as ondas do feminismo brasileiro e

que perceberam que “a periodização entrincheira a percepção de um feminismo singular em que gênero é a categoria predominante de análise, deixando subsumidos os conflitos de raça e de classe” (FRACCARO, 2018, p. 32-33). Por esse motivo, discorremos sobre os signos ideológicos “feminismo” e “feminista” na atualidade, a fim de situar nosso ponto de vista.

Constância Lima Duarte discute sobre a resistência à palavra feminismo vista no Brasil, que, segundo a autora, é diferente do que ocorre em outros países (2019). Para a autora, tal preconceito é inexplicável, uma vez que as mulheres brasileiras deveriam ter orgulho de suas conquistas, tais como o voto feminino, a participação na política, o ingresso nas universidades. Todas estas bandeiras foram defendidas há muito tempo por feministas brasileiras, que se organizaram e lutaram pelos seus direitos, no entanto,

[...] se essas foram vitórias do movimento feminista, sua grande derrota foi ter permitido que um forte preconceito isolasse o termo, sem conseguir se impor com orgulho para a maioria das mulheres. A reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente, que não apenas promoveu um desgaste semântico da palavra, como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal-amada, machona, feia, em total oposição à ideia do “feminino”. Provavelmente, por receio de serem rejeitadas ou de ficarem “malvistas”, muitas de nossas escritoras, intelectuais, e a brasileira de modo geral, passaram enfaticamente a rejeitar esse título. (DUARTE, 2009, p. 25-26).

Apesar de sabermos que o antifeminismo foi, e segue sendo, uma forte ideologia, discordamos de Duarte, no ponto que defendemos que as feministas brasileiras não permitiram o preconceito ao termo, da mesma forma que entendemos que nenhum grupo oprimido possa ser culpado pelas opressões sofridas. Também discordamos sobre o dito “desgaste semântico” da palavra, uma vez que, como já dissemos, tanto o signo ideológico “feminismo” quanto o signo ideológico “feminista” sempre estiveram carregados por valores antagônicos. No entanto, sabemos que os estereótipos considerados pela autora são verdadeiros, e foram e seguem sendo atribuídos às feministas.

Carla Cristina Garcia também discorre sobre o preconceito enraizado na palavra feminismo e como, curiosamente, na sociedade contemporânea,

políticos, pesquisadores, organizações públicas e privadas afirmam que estão introduzindo a perspectiva de “gênero” em seus trabalhos, pesquisas e nas relações de trabalho. Praticamente ninguém nega que é necessário o enfoque de “gênero” no desenvolvimento de políticas públicas. Entretanto, muitas dessas mesmas pessoas torcem o nariz quando a palavra feminismo é mencionada. Por que isso acontece? Por que a palavra “gênero” parece menos perigosa do que feminismo? (GARCIA, 2015, p. 11).

A esses questionamentos, Garcia responde de maneira pontual. Segundo a socióloga,

talvez o preconceito em torno da palavra “feminismo” ocorra por um desconhecimento sobre o feminismo, que pode ser decorrente de campanhas que buscaram tal “desinformação”, apontando o feminismo como um inimigo a ser combatido. A essas campanhas difamatórias chamamos de “antifeminismo”.

Embora o antifeminismo seja uma expressão moderna, a rejeição ao termo “feminista” é bastante antiga no Brasil. Como mostro na seção “As feministas da classe trabalhadora da República Velha”, de minha dissertação de mestrado,

As feministas (autointituladas) eram, muitas vezes, satirizadas e ridicularizadas também pelos homens trabalhadores. No jornal *A Esquerda*, de 15 de agosto de 1928, noticiaram-se alguns eventos esportivos. Entre eles, havia um festival promovido pelo America Football Club. Uma das atrações principais do evento seria “um ‘Sketch’ de Bastos Portella, intitulado ‘Sob o domínio de Eva’”, “que é uma satyra alegre aos propósitos do feminismo” (BOENAVIDES, 2018, p. 118).

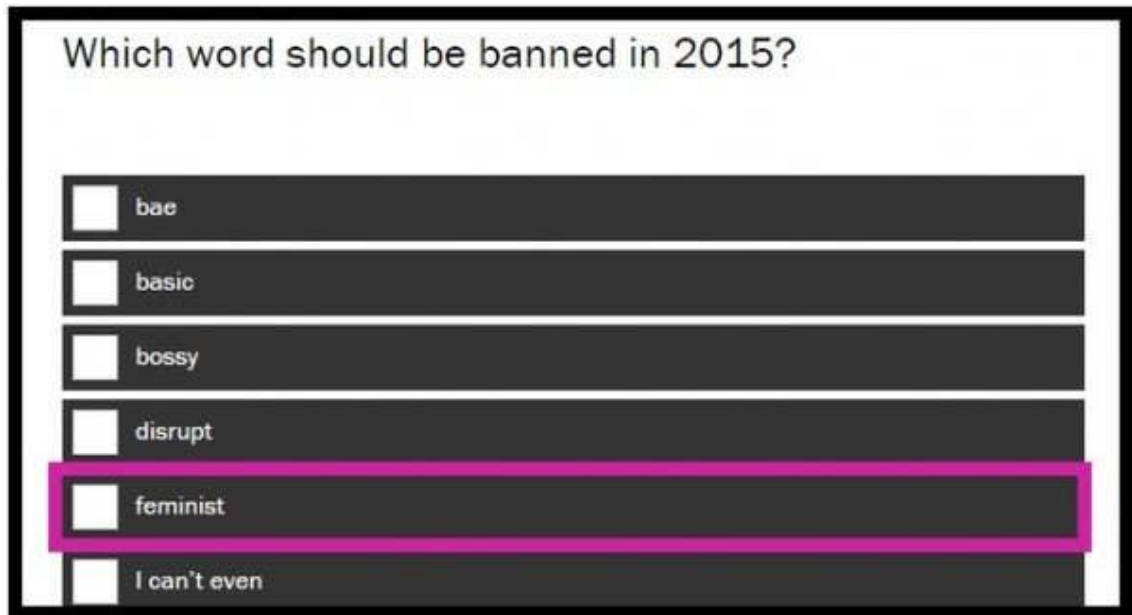
Destacamos que o preconceito à palavra “feminismo” não ocorre exclusivamente no Brasil. O historiador Martin Pugh, na obra *Women and the Women's Movement in Britain, 1914-1999*, afirma que, no Reino Unido,

Muitas das mulheres que estabeleceram carreiras de grande sucesso em revistas femininas, como Mary Grieve, Alice Head e Margaret Lane, consideravam-se como mulheres emancipadas, mas evitaram usar a palavra “feminista” para se descreverem. Lane definiu o objetivo em termos de equilíbrio: ‘tentar ser cidadãs e mulheres ao mesmo tempo’.⁹⁶ (PUGH, 2000, p. 263).

Em 2014, a revista americana *Time* causou uma enorme polêmica, ao incluir em sua enquete “Which Word Should Be Banned in 2015?” (Qual palavra deve ser banida em 2015?) a palavra “feminist” (feminista), como é possível ver na Figura 5.

⁹⁶ Original: “Many of the women who established highly successful careers in women's magazines, such as Mary Grieve, Alice Head and Margaret Lane, regarded themselves as emancipated women, but yet avoided using the word ‘feminist’ to describe themselves. Lane defined the goal in terms of balance: ‘trying to be citizens and women at the same time.’”

Figura 5: Pesquisa “Which Word Should Be Banned in 2015?”



Fonte: STEINMETZ, 12/11/2014.

Na enquete, havia uma série de palavras para serem banidas⁹⁷, acompanhadas da explicação do motivo. Para o termo feminista, a explicação foi a seguinte:

Você não tem nada contra o feminismo em si, mas quando ele se tornou uma coisa que todas as celebridades tinham que declarar sua posição sobre se essa palavra se aplica a elas, como um político declarando um partido? Vamos nos concentrar nas questões e parar de espalhar esse rótulo como fita adesiva em um desfile de Susan B. Anthony.⁹⁸ (STEINMETZ, 12/11/2014, tradução nossa).

Após inúmeras feministas contestarem a enquete, a revista *Time* emitiu uma nota, dizendo que a

⁹⁷ Embora na pesquisa tivessem sido apresentadas outras palavras para serem banidas, na imagem vemos algumas palavras, que tentaremos explicar a seguir. A palavra “*bae*” é utilizada como gíria, como apelido carinhoso, como aqui usamos “chuchu”, “amor” ou como designação da/do namorada(o), ou ainda, como adjetivo para algo legal, ou divertido. A revista criticou o uso por estar em toda a parte: “Você não pode se virar sem encontrar a bae de alguém ou alguma refeição bae ou alguma bae bae”. Já a crítica ao uso da palavra “*basic*” vem dos acentos valorativos depreciativos para designar o estilo de alguém (“é tão básico” equivaleria a “sem estilo”). Já a defesa pelo banimento de “*bossy*”, “*mandão*” ou “*mandona*”, era baseada em um movimento/organização fundado pela diretora de operações do Facebook, Sheryl Sandberg, chamado de “*Ban Bossy*”. O movimento questionava por que homens/meninos com atitudes de autoafirmação eram considerados líderes, enquanto mulheres/meninas com as mesmas atitudes eram consideradas mandonas. Já a crítica ao uso da palavra “*disrupt*”, vem do fato de ela ser antes utilizada como “perturbar”, tomada pelo vocabulário da indústria da tecnologia, como “*inovação*”, que perturba outras empresas consolidadas na área, passando a ser utilizada a eventos históricos, iniciativas públicas, pessoas etc. Por fim, a expressão “*I can't even*”, utilizada quando uma pessoa não consegue terminar uma frase, por estar impactada com algo, virou meme nos Estados Unidos, sendo muito utilizada.

⁹⁸ Original: “*You have nothing against feminism itself, but when did it become a thing that every celebrity had to state their position on whether this word applies to them, like some politician declaring a party? Let's stick to the issues and quit throwing this label around like ticker tape at a Susan B. Anthony parade.*”

TIME pede desculpas pela execução desta votação; a palavra 'feminista' não deveria ter sido incluída em uma lista de palavras a serem proibidas. Embora nossa intenção fosse convidar para o debate sobre algumas maneiras como a palavra foi usada neste ano, essa nuance se perdeu e lamentamos que sua inclusão tenha se tornado uma distração do importante debate sobre igualdade e justiça⁹⁹. (STEINMETZ, 12/11/2014, tradução nossa).

Desse modo, vemos que o preconceito à palavra feminismo não é exclusivamente brasileiro e que a resistência a ele é possível, como mostraram as feministas estadunidenses, ao fazerem a revista *Time* retirar a palavra da lista das que deveriam ser banidas.

Se em 2014 a palavra “feminista” foi inserida entre as que deveriam ser banidas nos Estados Unidos, em 2017, “feminismo” foi eleita a palavra do ano pelo dicionário *Merriam-Webster's* (FIGURA 6).

Figura 6: “Feminismo” é eleita palavra do ano do Merriam-Webster



Fonte: Flood (13/12/2017).

Conforme informações no jornal *The Guardian* de 13 de dezembro de 2017, houve um aumento de 70% nas pesquisas online pela palavra em 2017, em comparação com 2016. De acordo com o jornal, inúmeros fatores ocasionaram o aumento das buscas. Um deles foi o fato de a porta-voz do ex-presidente estadunidense Donald Trump, Kellyanne Conway, dizer em

⁹⁹ Original: “*TIME apologizes for the execution of this poll; the word 'feminist' should not have been included in a list of words to ban. While we meant to invite debate about some ways the word was used this year, that nuance was lost, and we regret that its inclusion has become a distraction from the important debate over equality and justice.*”

uma conferência conservadora que ela não se considerava uma feminista “no sentido clássico porque parece ser muito anti-masculino e certamente é muito pró-aborto, neste contexto¹⁰⁰” (FLOOD, 13/12/2017, tradução nossa), e as revelações sobre o assédio sexual de mulheres por Harvey Weinstein em Hollywood.

O dicionário *Merriam-Webster* definia na época o feminismo como “a teoria da igualdade política, econômica e social dos sexos” e “atividade organizada em nome dos direitos e interesses das mulheres”. Dizia que a palavra foi inserida pela primeira vez em um dicionário de inglês em 1841, por Noah Webster, quando foi definida simplesmente como “as qualidades femininas”. De acordo com as(os) representantes do dicionário:

Nenhuma palavra pode encapsular todas as notícias, eventos ou histórias de um determinado ano – especialmente um ano com tantas notícias e tantas histórias. Mas quando uma única palavra é procurada em grande volume e também se destaca como associada a várias histórias importantes diferentes, podemos aprender algo sobre nós mesmos pelo prisma do vocabulário. (FLOOD, 13/12/2017).

Os apontamentos feitos pelas(os) representantes do dicionário *Merriam-Webster* são bastantes pertinentes. Como vimos na seção “O signo ideológico: as minhas palavras e as palavras alheias”, para a análise dialógica do discurso, a palavra, enquanto signo ideológico, é “capaz de fixar todas as fases transitórias das mudanças sociais, por mais delicadas e passageiras que elas sejam” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 106).

O preconceito disseminado à palavra “feminismo” e “feminista” no Brasil (e no mundo) perdura até os dias atuais. No entanto, destacamos que essa realidade vem mudando, juntamente com a significação da palavra, que atualmente é muito mais ampla. Se antes o feminismo era entendido apenas como um movimento de mulheres socialmente organizado, hoje em dia, é visto como um conjunto de atitudes contrárias ao machismo e ao patriarcado. O feminismo, cada vez mais, passa a ser um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão, como bem define bell hooks em *O feminismo é para todo mundo* (2020, p. 13).

É a partir dessa visão de feminismo e pensando nas múltiplas vozes sociais que participam do diálogo feminista é que, na próxima seção, discorreremos sobre o feminismo dialógico, o qual está entranhado em nosso método de análise.

¹⁰⁰ Original: “in the classic sense because it seems to be very anti-male and it certainly is very pro-abortion, in this context”.

2.2 FEMINISMO DIALÓGICO E AS POTENCIALIDADES DO PLURILINGUISTO FEMINISTA: O GRITO, A RESPOSTA, A FALA E A ESCUTA

Com a difusão das redes sociais na última década¹⁰¹, vemos, mundialmente, uma disseminação e popularização do feminismo. Essa popularização foi um dos motivos para uma mudança de perspectiva do feminismo, que antes fora visto predominantemente como movimento organizado em torno de reivindicações específicas e, como já afirmamos, atualmente, é também visto como prática social.

A concepção de feminismo como práxis, enquanto ato responsivo e responsável, enquanto prática social é essencial para a construção de um feminismo dialógico. Isso porque, como nos mostra Mary Hawkesworth em seu artigo “A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista”, a concepção do “feminismo como práxis ajuda a dar sentido à multiplicidade e plurivocalismo do ativismo feminista” (2006, p. 251).

Como práxis, pode haver muitos modos de feminismo, advindos da experiência social de nós, mulheres, de uma política da vida diária, “iluminando assim as diversas lutas feministas nos esforços das mulheres para subsistir, viver com dignidade e respeito, resistir à violência e construir comunidades justas e sustentáveis” (HAWKESWORTH, 2006, p. 251), as quais são invisibilizadas nos discursos dominantes, em que ocorre uma elitização do feminismo. Além disso, a

concepção do feminismo como práxis também enfatiza que se tornar uma feminista é um processo complexo que se desenvolve com o tempo e envolve mudanças de autoconhecimento, comportamento, modos de vestir e de postura, relações com amigos e amantes, assim como mudanças em mundos materiais e sociais. O modelo de práxis do feminismo insiste em que o feminismo nunca é fixo ou estático. Nesse sentido, o feminismo nunca é um projeto terminado; cresce e muda com as condições mutantes da opressão das mulheres. (HAWKESWORTH, 2006, p. 251).

Desse modo, o feminismo não precisa ser visto como um movimento estanque, organizado em torno de pautas específicas. Defendemos que o feminismo surge como resposta às opressões sofridas, as quais quase nunca são as mesmas: dependem de seu caráter geracional, social, racial, locacional. No entanto, muitas vezes, essas respostas são coletivas e organizadas e em muitas outras, não.

A conquista de direitos importantes mundo a fora (como a legalização do aborto em alguns países, a tipificação de crimes de ódio contra as mulheres, entre outros), advindos de

¹⁰¹ Principalmente do Facebook, que facilitou a organização de grandes eventos/protestos, como a Marcha das Vadias. Ver Boenavides (2019).

mobilizações de mulheres nas redes sociais e da organização de grandes manifestações, *online* ou não, como a Marcha das Vadias¹⁰², a Greve Mundial das Mulheres¹⁰³, a Marcha das Margaridas¹⁰⁴, a Marcha Internacional das Mulheres¹⁰⁵, o movimento “*Me too*”¹⁰⁶ e a

¹⁰² Conforme Boenavides (2019, p. 2-3): “A Marcha das Vadias brasileira teve sua origem na SlutWalk canadense, que ocorreu pela primeira vez na cidade de Toronto, em janeiro de 2011, após o discurso realizado pelo policial Michael Sanguinette na Universidade de Toronto. O policial afirmou que, para não serem vítimas de estupro, as mulheres não deveriam se vestir como “sluts” (termo que no Brasil foi traduzido como “vadias”). [...] Assim, a SlutWalk se disseminou por diversos países, sendo realizada nos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Holanda, Suécia, Israel, Índia, México, Honduras, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Peru, Equador, Uruguai, Nicarágua, Panamá, em Portugal e no Brasil. [...] O Brasil, porém, parece ter sido o país pelo qual a SlutWalk mais se propagou. Após a primeira Marcha das Vadias, que ocorreu em 4 de junho de 2011, em São Paulo, a Marcha já foi realizada nas cidades de Recife, João Pessoa, Campina Grande, Salvador, Itabuna, Fortaleza, Teresina, Brasília, Cuiabá, São Paulo, São José do Rio Preto, Rio de Janeiro, Goiânia, Belo Horizonte, Vitória, Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Florianópolis, Criciúma, Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria. [...] Desde 2016, no entanto, os coletivos organizadores da Marcha brasileira vêm tomando a frente de outras manifestações, como, por exemplo, pela legalização do aborto, contra o feminicídio etc.”

¹⁰³ A Greve Mundial das Mulheres foi um movimento chamado em 2017 a partir do manifesto “Por uma greve internacional militante no 8 de março”. De acordo com reportagem no jornal *Brasil de fato* (13/02/2017), assinado “por importantes teóricas, como as estadunidenses Angela Davis e Nancy Fraser, o texto afirma que a Marcha das Mulheres” contra o ex-presidente dos Estados Unidos, na época recém-empossado, Donald Trump, devia “ser apenas o pontapé inicial da revisão de um movimento feminista que se pretenda plural e que reconheça a relevância de relacionar constantemente as condições de gênero, raça e classe das mulheres”. Ainda de acordo com o jornal, o “movimento ganhou adesão mundial, e mulheres de diversos países” realizaram assembleias “se preparando para a greve”. [...] “No Brasil, diversas organizações já vinham pautando o tema, que terá como foco central a reforma da Previdência que, entre as diversas mudanças, pretende igualar o tempo de contribuição da aposentadoria das mulheres com a dos homens”.

¹⁰⁴ De acordo com Vilenia Venancio Porto Aguiar (2016, p. 280-281): “A Marcha das Margaridas – cujo nome é uma homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves – aconteceu pela primeira vez em agosto do ano 2000, como uma ação em adesão à Marcha Mundial de Mulheres. Então considerada uma das maiores manifestações públicas de mulheres trabalhadoras ocorridas na capital do Brasil, a Marcha, decorrente de um amplo processo de mobilização nacional, com eventos regionais e municipais em todo o País, reuniu em Brasília cerca de 20 mil mulheres procedentes de várias regiões brasileiras. Desde então, a Marcha das Margaridas passou a acontecer de quatro em quatro anos, com a realização das Marchas de 2003, de 2007, de 2011 e 2015, mostrando seu crescente poder de mobilização, mas também a sua capacidade de rearmar o seu caráter de diálogo e de proposição, apresentando pautas cada vez mais qualificadas [...]”

¹⁰⁵ Conforme as organizadoras (2015), “A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. No final desta ação, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário-mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária.

As mulheres do Quebec buscaram contatos com organizações em vários países, para compartilhar essa experiência e apresentar a proposta de criar uma campanha global de mulheres. O primeiro contato no Brasil foi com as mulheres da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores (CUT). Foram elas que marcaram as reuniões para discutir a proposta e definir as representantes brasileiras para o primeiro encontro internacional da MMM, que aconteceu em 1998, em Quebec, e teve a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios. Nesse encontro foi elaborada uma plataforma com 17 reivindicações para a eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres. E ali foi convocada a Marcha Mundial das Mulheres como uma grande campanha a ser desenvolvida ao longo do ano 2000.”

¹⁰⁶ O “*Me too*” (traduzido como “eu também”) foi um movimento digital ocorrido em 2017, no qual diversas mulheres utilizaram a hashtag #metoo para relatar estupros e assédios por elas sofridos. De acordo com o jornal BBC (17/10/2017): “A iniciativa teve início depois das alegações de estupro contra o poderoso produtor cinematográfico americano Harvey Weinstein. Weinstein, um dos mais poderosos nomes de Hollywood, foi acusado de estupro e agressão sexual por mais de duas dezenas de mulheres - incluindo as atrizes Angelina Jolie, Gwyneth Paltrow e Rose McGowan. [...] Desde que as acusações vieram a público, várias personalidades usaram as redes sociais para falar sobre o assunto, algumas detalhando o assédio que sofreram. A hashtag #MeToo já foi usada mais de 200 mil vezes nas redes sociais. O termo ganhou força depois de a atriz Alyssa Milano pedir as vítimas de assédio sexual que se pronunciassem, em demonstração de solidariedade. [...] Milhares de outros usuários nas redes sociais, inclusive no Brasil, compartilharam histórias de quando foram vítimas de assédio”.

performance “O estuprador és tu”¹⁰⁷ tem feito com que muitas pessoas feministas passassem a defender a popularização do feminismo. Além disso, a disseminação do conceito de interseccionalidade pelas feministas negras fez grande parte das feministas perceberem a importância da inclusão de pautas de outras opressões sociais, como o racismo, a homofobia e a transfobia, assim como as opressões de classe.

No mercado editorial, o fenômeno de popularização do feminismo é marcado pela publicação de obras como *Sejamos todos feministas*, da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2014), *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*, da brasileira Márcia Tiburi (2020[2018]), *O feminismo é para todo mundo: políticas avassaladoras*, da estadunidense bell hooks (2020[2004]), *Feminismo para os 99%*, escrito pelas organizadoras da Marcha Internacional das Mulheres, a indiana Tithi Bhattacharya, a italiana Cinzia Arruzza e a estadunidense Nancy Fraser (2019).

Todas essas obras marcam a importância de um feminismo não-sectário, não-universalizante, no qual as diversas vozes sociais encontrem espaço de fala e de escuta, de forma dialógica, seja como concordância e contribuição, seja como embate, contradição. O feminismo dialógico, abordado nesta seção, apresenta-se, atualmente, como uma opção para que essa demanda seja atendida.

O feminismo dialógico¹⁰⁸ foi abordado primeiramente pela socióloga colombiana Lúcia Puigvert, em *Las otras mujeres* (2001a), tendo como base o conceito de Aprendizagem Dialógica, desenvolvido por Ramón Flecha (1997), seu colega na Universidade de Barcelona. O conceito de aprendizagem dialógica foi pensado por Flecha a partir do conceito de ação comunicativa de Jürgen Habermas e de dialogicidade de Paulo Freire, não tendo, portanto, conexão direta com o dialogismo proposto pelo Círculo de Bakhtin. O dialogismo proposto por

¹⁰⁷ “O estuprador és tu” foi um movimento ocorrido mundialmente no ano de 2019, que buscou, através de uma performance artística, desmitificar a culpabilização da vítima. Na letra cantada pelas brasileiras, o verso de ordem era: “E a culpa não era minha, nem onde estava, nem onde vestia...Estuprador és tu!”. De acordo com o jornal Mídia Ninja de 10/12/2019, “Chamada “Un violador en tu camino”, a canção foi criada pelo coletivo chileno Lastesis, que se tornou um hino dos protestos na semana do dia 25 de novembro, dia Internacional de combate à violência contra a mulher. As chilenas realizaram seu protesto no dia 20 de novembro, ao saber de denúncias de estupros de policiais nos atos em defesa da igualdade social no país, que começaram em outubro. A performance, que reúne mulheres com os olhos vendados cantando “E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como vestia”, se espalhou pelo mundo e diversos países vem reproduzindo a coreografia, que aponta o descaso do Estado, da polícia e da justiça com os casos de estupro e violência contra a mulher, além de protestar contra o machismo e o patriarcado. A partir da difusão massiva da performance, o coletivo chamou mulheres de todo o mundo para replicar a coreografia no dia 29 de novembro em suas cidades e as redes se encheram de vídeos de mulheres cantando os versos da canção”.

¹⁰⁸ Salientamos que bell hooks, na obra *Ensinando a transgredir* (2013), publicada em inglês em 1994 sob o título *Teaching to transgress*, apresenta sua defesa de uma pedagogia engajada, a partir de uma visão crítica da obra de Paulo Freire. No entanto, embora utilize o dialogismo freireano como base para a construção de uma pedagogia feminista, bell hooks não chega a teorizar diretamente sobre o feminismo dialógico na referida obra.

Puigvert seria baseado no diálogo como forma de construção de conhecimentos, como possibilidade de uma epistemologia na qual, nas ciências humanas, sejam rompidas as dicotomias entre sujeitos e objetos e seja considerada a capacidade de linguagem de todas as pessoas. Essa visão busca romper as relações de opressão sofridas pelas mulheres, dentre as quais estão as opressões entre as próprias mulheres.

O feminismo dialógico também é uma proposta da filósofa brasileira Márcia Tiburi, apresentado, primeiramente, no livro *Feminismo em comum: para todas, todes e todos* (2019), que propõe que “todo feminismo é particular e geral ao mesmo tempo. Todo feminismo está, na lógica da presença, ligado a outro feminismo; todo feminismo está em relação dialética, em tensão com o outro” (p. 43). Para a autora, o feminismo deve se constituir enquanto um lugar de fala e de escuta, uma esfera que respeita as diferenças e singularidades das mulheres.

É a partir do diálogo com essas duas autoras e com outras autoras do feminismo que, nesta seção, procuraremos explicar como o feminismo, enquanto prática social, advém, primeiramente, de uma quebra do silêncio, imposto a nós, mulheres, através no enclausuramento de nossas vozes. Enclausuramento esse que se dá quando limitam as esferas de atividade das quais podemos participar, através da colonização dos nossos corpos e das nossas mentes, através de políticas (oficiais ou não) que proíbem ou dificultam nosso acesso a cargos de poder, que proíbem ou dificultam nosso acesso a profissões tidas como masculinas, que ridicularizam ou impedem nosso discurso nas esferas públicas, que impedem que denunciemos as violências sofridas, não nos oferecendo lugares seguros para podermos deles falar.

Por esse motivo, nosso grito só é possível quando conseguimos ter consciência das opressões que sofremos e quando temos espaço para relatá-las. Nesse sentido, trataremos dessa dimensão na próxima seção, observando o fato de que contarmos com palavras para nomear as opressões sofridas é essencial para adquirirmos consciência dessas violências, e termos acesso a diferentes esferas de atividade é essencial para podermos relatar as violências que sofremos.

Após, explicaremos o feminismo como um ato responsivo às opressões sofridas por nós, mulheres. Discorreremos como a consciência de gênero é inerentemente dialógica. Por fim, refletiremos sobre o feminismo como lugar de fala e de escuta das opressões sofridas pelas mulheres para relatarmos a nós mesmas e ouvir as outras. Pensaremos nos pontos de vista da empatia e da exotopia como pontos de contato das consciências feministas.

Se pudéssemos ilustrar com uma imagem a história do feminismo brasileiro,

escolheríamos a imagem de Anastácia¹⁰⁹ (Figura 7). No retrato feito pelo pintor francês Jacques Étienne Victor Arago, Anastácia, uma trabalhadora escravizada, aparece com uma máscara lhe tampando a boca. Da existência de Anastácia, muitas pessoas duvidam, acreditando ser apenas fruto do imaginário popular, que, ao ver o retrato, fantasiou histórias sobre uma mulher capaz de fazer milagres, uma mulher que, devido ao seu dom, foi subjugada, calada, dominada.

Figura 7: Retrato de Anastácia



Fonte: Kilomba (2019, p. 35).

¹⁰⁹ Conforme Schumacher (2000, p. 191-192): “Sua existência real é bastante controvertida. Alguns creem que sua imagem se baseia num retrato desenhado pelo pintor francês Jacques Étienne Victor Arago (1790-1855), representando escravos mineiros e garimpeiros que eram obrigados a usar máscaras de ferro para não engolirem as pepitas. Outros afirmam, contudo, que sua história teve início em 9 de abril de 1740, quando o navio negreiro Madalena aportou no Rio de Janeiro com um carregamento de 112 escravos bantos, do Congo. Entre os escravos, estaria a família real de Galanda. A mãe de Anastácia, Delminda, seria uma princesa, filha da irmã do rei; muito jovem, ainda no cais, foi arrematada pelos feitores de Antônio Rodrigues Velho por mil réis. Antônio Rodrigues era um bandeirante que minerava na região centro-oeste de Minas Gerais. Chegando lá, Delminda foi vendida, já grávida, para a mulher do neto do bandeirante, Joaquina Bemarda de Abreu e Silva Castelo Branco, conhecida como Joaquina do Pompéu*.

Joaquina possuía muitas terras, que hoje abrangem as cidades de Pompéu, Cedro de Pompéu, Abaeté, Pitangui, Dolores de Indaiá e Martinho Campos. Essa região faz fronteira com o atual estado da Bahia, daí várias pessoas afirmarem que Anastácia teria nascido naquele estado, embora para outros tenha nascido em Pompéu. Como era muito bonita, um dos filhos de Joaquina, Joaquim Antônio, se apaixonou por ela e ofereceu-lhe dinheiro para deitar-se com ele. Anastácia teria recusado, sendo por isso perseguida, torturada e obrigada a usar uma máscara de flandres, morrendo na senzala como mártir. Segundo reportagem da revista *Manchefe*, num manuscrito pertencente ao Arquivo Público de Pitangui encontra-se o registro de uma negra escrava, de 34 anos, de nome Anastácia, sob o número 284. Estaria registrada como de propriedade de Ana Palmério da Silva, amiga íntima de Joaquina do Pompéu, porque esta não gostava de comprar diretamente escravos, pedindo a amigos que o fizessem por ela.

Anastácia foi redescoberta pela fé em 1968, quando a igreja do Rosário, no Rio de Janeiro, fez uma exposição comemorando os 90 anos da Abolição, e nela se encontrava o retrato pintado por Arago. A partir daí, passou a ser considerada como milagreira. Apesar dos 28 milhões de fiéis que Anastácia tem hoje no Brasil, o cônego Guilherme Schubert, historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nega sua existência.

Existe um Santuário Escrava Anastácia, localizado na avenida Vicente de Carvalho, 33, em Vaz Lobo, bairro do Rio de Janeiro. Nos santinhos distribuídos com a famosa imagem com a máscara de metal, ela é apresentada como princesa originária banto-angola, que teria crescido livre em Abaeté, na Bahia. Foi supliciada pela fazendeira por dizer que não era escrava, e o ferro em seu pescoço gangrenou. Em seguida, teria sido trazida para o Rio de Janeiro, onde faleceu, sendo enterrada na igreja dos negros forros.”

As lutas do feminismo brasileiro têm, também, muitas vezes, sua existência questionada. As mulheres que lutam por seus direitos são caladas. Suas lutas são inferiorizadas e seu feminismo é questionado, talvez porque outras feministas acreditem que detêm o domínio da palavra “feminismo” ou porque, conduzidas pelo pensamento dominante, algumas brasileiras tratam a palavra “feminismo” de forma preconceituosa, como vimos na seção 2.1 deste capítulo.

Muitas das opressões atuais sofridas pelas mulheres brasileiras e muitas das formas de repressão às suas resistências são velhas conhecidas nossas, não tendo surgido agora. De acordo com a pesquisadora Carla Cristina Garcia na obra *Breve História do Feminismo*

o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca de liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social. (GARCIA, 2015, p. 13).

O fato de, em alguns estudos sobre a história do feminismo, serem defendidas questões alheias a nós, como, por exemplo, que o termo foi utilizado primeiramente por estadunidenses ou parisienses, deriva de uma questão que vem merecendo atenção especial nos estudos feministas, o chamado “epistemicídio”, tão bem definido pela pesquisadora Sueli Carneiro em sua tese de doutorado, *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (2005). O epistemicídio é a recusa da produção de conhecimento de determinados grupos sociais ou povos, que acarreta um “assassinato” dos saberes produzidos fora do eixo dominante. É uma violência, simbólica e silenciosa, estereotipante e silenciadora.

O epistemicídio do feminismo brasileiro nos parece um preconceito sobre nós mesmas, o que faz com que muitas pesquisadoras se pautem em uma visão eurocêntrica e anglo-americana do feminismo, considerando que é essa a única visão teórica possível, e, que para estudar feminismo, é indispensável não apenas dialogar com ela, mas adotá-la, integralmente. Essa adoção é um dos fatores que fazem com que nossa história seja silenciada.

Além disso, o epistemicídio do feminismo brasileiro é uma violência simbólica, pois “impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta hierarquia” (SAFFIOTI, 2001, p. 118). É também uma autoviolência, porque, na maioria das vezes, mesmo que a denunciemos, suas vítimas são indicadas como suas próprias algozes, e, por isso, não encontramos, em lugar nenhum, a quem culpar por essa brutalidade. Nós, pesquisadoras feministas brasileiras, possuímos muitos

motivos para nos pautarmos na história dominante, assim como as pesquisadoras feministas estadunidenses e europeias possuem, também, seus motivos para contar apenas suas próprias histórias. Então, não denunciemos, não questionemos, não criticemos nosso epistemicídio, sob pena de estarmos denunciando, questionando e criticando a nós mesmas e àquelas que são nossos pares.

Na visão do feminismo civilizatório, as mulheres dos países desenvolvidos possuem as respostas para que as mulheres dos países do Terceiro Mundo possam sair de sua situação de barbárie (VERGÈS, 2020). Sem menosprezar as lutas das mulheres na Europa e nos Estados Unidos, é possível dizer que muitos estudos brasileiros ainda vêm utilizando a história do feminismo contada por pesquisadoras desses países para contextualizar seus trabalhos, deixando de lado os muitos documentos e os muitos estudos que temos à disposição para escrevermos nossa própria história.

Além disso, observamos que, dadas as expressões a que a palavra “feminismo” veio a substituir em seus momentos iniciais (movimento de liberação de mulheres, movimento de mulheres), como mostramos na seção 2.1 desta tese, essa palavra acabou designando os movimentos organizados de mulheres na busca por direitos e liberdades, sendo sua história inicialmente escrita muitas vezes por homens, com ênfase nas mulheres que conseguiram se organizar politicamente.

Destacamos que, principalmente em seu período “inicial”, poucas mulheres conseguiram escrever teoricamente sobre o feminismo e sobre as lutas feministas. Dentre essas estão, principalmente, as que tiveram condições materiais para escrever sobre o tema, as quais, muitas vezes, não retratavam as questões advindas de outras classes sociais.

O fato de, nos últimos anos, vermos aumentar o interesse pelo feminismo e pela autodenominação (dizer-se “feminista”) advém de uma possibilidade de se romper o silêncio. Essa possibilidade é decorrente de inúmeros fatores, como a ampliação do acesso ao conhecimento, possibilitado pela internet e pelos avanços na escolarização, a ampliação de esferas discursivas possíveis às mulheres, que veio com a criminalização do cerceamento da liberdade das mulheres, pelas leis de violência doméstica, a oportunidade de participação de movimentos organizados, públicos na internet, entre tantos outros. A maioria desses fatores oportunizou a nomeação das opressões sofridas, o entendimento das violências de gênero e a possibilidade de se falar sobre temáticas que antes nos eram “proibidas”.

Muitas de nós mulheres, temos, assim, saído de um lugar de silêncio e temos conseguido gritar contra as violências sofridas. A condição de silêncio é uma condição de enclausuramento linguístico: excluídas, das esferas discursivas, não só não falamos, como também não ouvimos.

O grito, contudo, é um eco de muitos gritos anteriores. De muitas mulheres que responderam, antes de nós, às opressões sofridas.

O grito, possível apenas devido à possibilidade de compreendermos nossas especificidades enquanto mulheres, advém de uma consciência de gênero. Por seu caráter socioideológico e dialógico de toda consciência, como vimos no primeiro capítulo desta tese, a consciência de gênero é inerentemente dialógica. Buscamos, a partir dessa consciência de gênero, estabelecer nossa compreensão dialógica, a qual, como mostram as pesquisadoras Mercedes Posada Meola e Laura Lorena Utrera no artigo “El amor no duele: Una mirada crítica a la representación de las mujeres en los argumentos de telenovelas latino-americanas” (2020, p. 173, tradução nossa¹¹⁰), “articula-se com reflexões de feminismos cujas práticas teóricas são práticas políticas na medida em que são transformadoras da realidade”. O grito é uma resposta, o feminismo é um ato responsivo e responsável, que busca transformar a realidade.

O dialogismo, inerente à linguagem, é, grosso modo, dado pelo fato de que, através de um enunciado, responde-se a outros enunciados, que podem possuir valoração equivalente outras valorações, podem estar impregnados por diversas vozes sociais, por diversos discursos anteriores. O feminismo dialógico destaca a importância de serem consideradas pelo feminismo as diversas vozes sociais, a fim de se buscar a equidade.

Tal busca por equidade deve levar em conta, como nos mostra Jade Bueno Arbo em sua dissertação *O feminismo em outros termos*: da crítica ao sujeito fundacional feminista à ética da precariedade em Judith Butler (2020, p. 28), “o fato de que as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade são abstratas e analíticas e, por isso, são incapazes de ser capturadas em uma teoria sem que haja certa redução de suas especificidades”. Por tal motivo, é de suma importância pensarmos em um feminismo que não se encerre em si mesmo, que não se feche, que considere a sua incompletude e, ao mesmo tempo, suas potencialidades. Entendemos que o feminismo dialógico seja capaz de dar conta desse não encerramento, desse não fechamento, tornando possível a compreensão de que as ideias feministas mudam com o tempo, uma vez que são respostas às opressões sofridas pelas mulheres, e essas, também, variam.

Para se ter consciência de gênero e para analisar tal consciência, no entanto, é preciso reconhecer a condição da mulher na sociedade. Apoiamo-nos em Marcela Lagarde y de los Ríos para compreender que

A condição da mulher é constituída pelo conjunto das relações de produção, de reprodução e por todas as outras relações vitais nas quais as mulheres estão

¹¹⁰ Original: “se articula con reflexiones de los feminismos cuyas prácticas teóricas son prácticas políticas por cuanto tienen de transformadoras de la realidad”.

imersas independentemente de sua vontade e consciência, e pelas formas como delas participam; pelas instituições políticas e jurídicas que as contêm e regulam; e pelas concepções do mundo que as definem e interpretam. (LAGARDE, 2005, p. 73, tradução nossa¹¹¹).

Desse modo, precisamos compreender a complexidade dessa consciência, da qual advém a luta feminista.

De acordo com a linguista estadunidense Mary Bucholtz, feminismo é

um conjunto diverso e às vezes conflitante de teorias, metodologias e perspectivas políticas que têm em comum o compromisso de compreender e desafiar desigualdades sociais relacionadas a gênero e sexualidade¹¹². (BUCHOLTZ, 2014, p. 23, tradução nossa).

Acrescentamos à visão de Bucholtz o feminismo enquanto ato responsivo. Entendemos que o feminismo seja, além de um conjunto de teorias, metodologias e perspectivas políticas, um conjunto de respostas que nós, mulheres, damos às opressões que sofremos. Essas respostas podem se dar de diversas formas, das mais difusas às mais organizadas, das mais cotidianas às mais eventuais. Ou seja, o feminismo não se restringe ao movimento feminista e às mulheres que dele participam de maneira organizada, abrangendo o menor ato-resposta, individual ou coletivo, à opressão decorrente de gênero.

Márcia Tiburi assinala que o

Feminismo dialógico é uma formulação que visa dar conta de uma abordagem ético-política do feminismo favorecendo a compreensão de seu caráter processual no tempo e no espaço geopolítico, bem como do seu caráter coletivo, pragmático e transformador. (TIBURI, 2020, p. 1).

Por ser um conceito ético-político, precisamos fazer algumas considerações sobre poder escrever sobre o feminismo, uma vez que nos encontramos em um lugar particular e, desse lugar, nossa visão possui limites e, encontra, também, excedentes.

Algo que vemos muitas pessoas não percebendo é que existe um privilégio em poder se organizar em um movimento feminista ou em escrever sobre feminismo. Há quem julgue que algumas mulheres, principalmente as pertencentes à classe trabalhadora, as subalternizadas, não participa(va)m do movimento por não quererem, uma vez que “as portas” sempre estiveram

¹¹¹ Original: “La condición de la mujer está constituida por el conjunto de relaciones de producción, de reproducción y por todas las demás relaciones vitales en que están inmersas las mujeres independentemente de su voluntad y de su conciencia, y por las formas en que participan en ellas; por las instituciones políticas y jurídicas que las contienen y las norman; y por las concepciones de mundo que las definen y las interpretan”.

¹¹² Original: “**Feminism:** a diverse and sometimes conflicting set of theoretical, methodological, and political perspectives that have in common a commitment to understanding and challenging social inequalities related to gender and sexuality”.

abertas para quem quisesse fazer parte. Fora o fato de muitas lutas do movimento feminista organizado não serem as mesmas das mulheres trabalhadoras e de existir, muitas vezes, uma dominação política e religiosa da consciência de muitas mulheres, o que faz com que não se identifiquem com as principais reivindicações, o que não se percebe é que muitas de nós não temos tempo para dispor ao movimento: nosso tempo é necessário para garantir a nossa sobrevivência e de nossa família.

O tempo é um fator determinante para a participação de mulheres da classe trabalhadora em movimentos feministas, da mesma forma que é para a organização da classe trabalhadora em geral. Na obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx pensa sobre a relação dialética existente entre a busca por elevação de salário e encurtamento de tempo vida:

a elevação do salário impele ao **sobretabalho (Überarbeitung)** entre os trabalhadores. Quanto mais eles querem ganhar, tanto mais têm de sacrificar o seu tempo e executar trabalho de escravos, desfazendo-se (**sich entaussernd**) de toda a liberdade a serviço da avareza. Com isso, eles encurtam o seu tempo de vida. Este encurtamento de sua duração de vida é uma circunstância favorável para a classe trabalhadora em geral, pois, em função disso, se torna sempre necessária a nova oferta. Esta classe tem sempre de sacrificar uma parte de si mesma, para não perecer totalmente. (MARX, 2004, p. 26, grifos do autor).

Dadas as condições precárias de trabalho e a média salarial inferior que muitas de nós mulheres possuíamos e ainda possuímos, a elevação de salário é, em muitos casos, uma busca de importância vital (pois sem essa busca, não possuem condições mínimas de subsistência) para nós, mulheres da classe trabalhadora. O encurtamento do tempo de vida não abrange apenas o encurtamento no sentido biológico, mas também um encurtamento de vida em um sentido mais amplo: muitas de nós, mulheres da classe trabalhadora, por estarmos em busca de garantir nossa sobrevivência e de nossa família, não dispomos de tempo para poder usufruir e participar da vida intelectual, social, cultural, artística, política e espiritual.

Ou seja, muitas de nós não temos tempo para estudar, ler, escrever, ensinar, para passar tempo com família e amigos, ir a exposições de arte, produzir arte, usufruir de seus direitos políticos, participar da política, ter ou questionar a religiosidade etc. Consequentemente, não possuímos tempo para participar de um movimento feminista organizado, nem para escrever sobre as opressões por nós sofridas, o que não significa que não possuamos consciência de nossa situação, que não reajamos, da nossa maneira, a essas opressões.

Isso faz com que nossas lutas diárias, que possuem nexos com nosso gênero não sejam, muitas vezes, consideradas como feminismo. Por isso, reiteramos que discordamos da percepção que exclui e invisibiliza muitas das lutas por igualdade de gênero no contexto latino-

americano, principalmente as protagonizadas por mulheres trabalhadoras (empregadas domésticas, professoras, operárias, agricultoras, comerciárias etc.). Sabemos, também, que essa exclusão é ainda mais latente no caso das lutas das mulheres negras. Por esse motivo, não podemos escapar de adotar nesta tese, além de uma visão dialógica do feminismo, percebendo-o não apenas como epistemologia e teoria, mas também enquanto prática social, cotidiana ou não, como resposta às opressões sofridas.

Todavia, aqui, surge um problema, com o qual procuraremos lidar: como falar do feminismo como um todo, sem excluir o feminismo que ainda não foi escrito, ou aquele que desconhecemos, por não nos ter sido contado, ou por não ser o nosso? Como tratar um objeto de estudo, do qual muitas pessoas, inclusive feministas, desconhecem ou negam a existência? Como contextualizar e teorizar sobre um feminismo que foi excluído de muitos estudos acadêmicos feministas?

Defendemos que, seguindo os pressupostos do feminismo dialógico, proposto pela colombiana Lúcia Puigvert, e desenvolvido, no Brasil, nas obras de Márcia Tiburi, possamos entender o feminismo enquanto lugar de fala e de escuta, enquanto encontro das lutas feministas. Possamos entender o feminismo enquanto resposta às opressões sofridas. Talvez, dessa forma, conseguiremos caracterizar e compreender melhor a história das mulheres que escreviam para o jornal *A Classe Operária* e suas práticas, inegavelmente feministas. Por isso, ao considerarmos o feminismo brasileiro na República Velha, nossa visão será condizente com as questões que defendemos: o feminismo como prática social, enquanto resposta às opressões sofridas.

No entanto, para poder responder, é preciso, antes, ouvir, uma vez que, para um feminismo realmente dialógico, é preciso compreender como, enquanto prática social, o feminismo pode se configurar como um lugar de fala e de escuta. É preciso, como afirma bell hooks em *Ensinando a transgredir* (2013, p. 149), criarmos “um contexto em que possamos entabular diálogos críticos e abertos umas com as outras”. Desse modo, quando “criarmos esse espaço feminino onde pudermos valorizar a diferença e a complexidade, a irmandade feminina baseada na solidariedade política vai passar a existir”. Dito isso, na sequência, discorreremos sobre a importância de relatarmos a nós mesmas e ouvir as outras mulheres, pensando como os pontos de vista da empatia e da exotopia configuram-se como pontos de contato entre as consciências feministas.

Para podermos sair de uma situação de silêncio, na qual a nossa resposta às opressões não é ouvida, necessitamos de uma consciência feminista dialógica, a qual abordamos em nosso artigo “Contribuições bakhtinianas para um feminismo dialógico”:

Uma consciência feminista dialógica, nesse cenário, implica diferentes enfrentamentos do eu e o outro, seja o outro mulheres (e/ou outros grupos subalternizados) em suas diferentes posições na sociedade, seja o outro representantes do patriarcado em suas sutis e/ou escancaradas formas de agir. Ao observarmos as (outras) mulheres, via movimentos de empatia e exotopia e seus excedentes de visão, poderemos acessar variados modos de ser e significar no mundo, desde os mais libertários aos mais subjugados, e, ao mesmo tempo, tomarmos consciência de nós mesmas e do nosso lugar nesse debate de valores. (DI FANTI; BOENAVIDES; MARTINS, 2021, p. 581).

Uma consciência feminista dialógica, desse modo, alcançada a partir de um excedente de visão, de um movimento empático e exotópico nos torna capazes de nos solidarizarmos com as opressões sofridas pelas outras mulheres, as quais não são nossas, e nos juntarmos a elas para lutarmos contra os opressores. Como nos mostra bell hooks em *Teoria feminista: da margem ao centro* (2019, p. 109), “As mulheres não precisam eliminar suas diferenças para construir vínculos de solidariedade. Não precisamos viver sob a mesma opressão para combater a opressão em si”.

Essa consciência feminista dialógica também nos torna capazes de pensar sobre a nossa própria história e sobre a história das mulheres que vieram antes de nós. As lutas protagonizadas pelas mulheres brasileiras passaram a ser estudadas há pouco tempo. Foram, muitas vezes, periodizadas como reverberações das ondas feministas anglo-americanas e europeias, deixando de fora todo o resto de nossa história. Por ser uma resposta às opressões sofridas, não podemos apresentar como principal influência do nosso feminismo outras respostas a outras opressões.

Embora toda luta tenha ligação com outras lutas, por fazer parte do grande diálogo social, ainda mais nos tempos atuais, de globalização, as lutas feministas brasileiras foram influenciadas, majoritariamente, pelas opressões sofridas pelas mulheres brasileiras e, em escala menor, pelas lutas feministas de outros países. Podemos afirmar isso com segurança, uma vez que de nada adiantaria que as mulheres brasileiras se inspirassem em reivindicações estrangeiras, caso estas não fossem também válidas para o nosso país.

No Brasil, temos alguns estudos que tratam sobre a história do feminismo, seja ele em contexto brasileiro, ou internacional. Para citarmos alguns, temos o livro *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*, da feminista Maria Amélia Almeida Teles (2017), a obra *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX* (2016) e o capítulo “Feminismo: uma história a ser contada” (2019), de Constância Lima Duarte, a obra *Uma história do feminismo no Brasil*, da historiadora Céli Regina Jardim Pinto (2003), os trabalhos da historiadora Margareth Rago (para citar alguns, temos o texto “Trabalho feminino e sexualidade”, publicado na obra *História das Mulheres no Brasil*, de 2012, a obra *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade*

disciplinar (Brasil 1890-1930), de 2014, entre outros), *A Mulher na História e a História da Mulher*, de Zuleika Alambert (2004), o livro *Breve História do Feminismo*, da socióloga Carla Cristina Garcia (2015), entre outras referências importantes.

Todas essas obras dialogam com uma proposta dialógica do feminismo. Isso porque, entre as atribuições de um feminismo dialógico, a nosso ver, está ajudar outras mulheres a serem ouvidas. Esta tese busca fazer isso com as mulheres que escreviam no jornal *A Classe Operária*, e cada obra do feminismo brasileiro faz isso de alguma maneira.

Assinalamos que não buscamos hierarquizar as lutas feministas. Não buscamos mostrar que o feminismo brasileiro é melhor que os demais. Também não iremos defender que o feminismo das mulheres deixadas à margem da história seja mais importante que o feminismo que foi escrito e descrito academicamente. Conferiremos às reivindicações das sufragistas o mesmo valor histórico das feitas pelas grevistas no início do século XX. Por outro lado, por termos como objeto de estudo um tópico específico do feminismo brasileiro, julgamos ser importante que nossa contextualização seja voltada para esse objeto.

Isso porque, como mostra Márcia Tiburi, no artigo “Feminismo dialógico: notas para a fundamentação de um projeto epistemológico e ético-político” (2020¹¹³), um feminismo dialógico traz consigo a premissa da importância de se “sustentar o jogo dialético entre a singularidade e a universalidade”. Desse modo, também na pesquisa acadêmica, visualizamos que é essencial que busquemos um equilíbrio entre a história e as teorias “dominantes”, escritas por pesquisadoras europeias e estadunidenses (embora saibamos que, como mulheres essas autoras, situam-se, muitas vezes, à margem das esferas discursivas das quais participam em seus países) e a história e as teorias decoloniais.

Assim, procuraremos não nos pautar apenas na história dominante do feminismo, que normalmente julga dignas de serem contadas apenas as vitórias do movimento, como, por exemplo, a história do feminismo sufragista, que deixa de fora tantas tentativas frustradas anteriores, como se tudo se resumisse às conquistas ou ao momento em que os homens aceitaram que alguma reivindicação fosse atendida. Não podemos continuar contando apenas a história sob o ponto de vista vitorioso. É preciso também falar sobre histórias menos contadas, histórias que não são apontadas como grandiosas, embora sejam.

Por esse motivo, tentaremos contar a história que conhecemos nos jornais, em livros e trabalhos de acadêmicas que recuperaram histórias esquecidas, que buscaram contar a história do feminismo sobre outro viés, que não aquele canonizado pela academia. Uma história

¹¹³ De acordo com Tiburi, o artigo encontra-se no prelo. Salientamos que obtivemos autorização da autora para referenciar o artigo antes de sua publicação.

fragmentada em múltiplos pedaços que tentaremos juntar, na esperança de que estes pedaços sirvam para recuperar um pouco da história que as mulheres que escreviam para o jornal *A Classe Operária* viveram. “Ouviremos” as outras mulheres, a partir de um ponto de vista de empatia e exotopia, os quais, a nosso ver, se configuram como pontos de contato entre consciências feministas. Buscaremos, assim, fazer um exercício de hermenêutica feminista, valorizando não apenas o que é dito, mas também quem diz, como nos explicam Márcia Paixão e Edla Eggert no capítulo “A hermenêutica feminista como suporte para pesquisar a experiência das mulheres”. Isso porque entendemos que

Dizer a sua palavra a partir do seu lugar é fundamental para reinventar outras formas de viver e ver a vida. Dizer o que sente, o que sofre, quais as alegrias vividas é devolver a dignidade perdida ou ocultada pelas práticas excludentes patriarcais. Pensar sobre as histórias de vida e fazer disso uma prática que repensa a vida é promover o protagonismo e empoderamento das mulheres. Essas formas de ser e fazer viabilizam relações sociais mais justas e igualitárias entre os seres humanos. [...] A partir dessa hermenêutica, percebe-se a complexidade dos mecanismos sociais, religiosos, econômicos, psicológicos e culturais e quanto se faz necessário pensar e contar a história pessoal e dar-se conta das relações sociais no nosso tempo e espaço para recuperar a vida e o bem-estar das pessoas. (PAIXÃO; EGGERT, 2011, p. 16, grifo nosso).

Essas potencialidades de um plurilinguismo feminista, de um feminismo que se coloca como lugar de fala e de escuta, a nosso ver, também são importantes para pensarmos em uma Linguística feminista. Para explicar nossas concepções, partimos de questões presentes no livro *Feminism and Linguistic Theory*, no qual Deborah Cameron apresenta o estado da arte (na década de 1980) das teorias que discorrem sobre a junção entre linguagem e sexo/gênero, mostrando a diversidade de teorias incompletas sobre o tema. Ela nos apresenta a seguinte questão sobre tentar elaborar uma única teoria linguística feminista a partir das muitas teorias existentes: “podemos reunir todos esses pontos de vista em uma estrutura teórica coerente, e é desejável fazer isso?”¹¹⁴ (CAMERON, 1985, p. 162, tradução nossa).

Cameron defende a possibilidade de termos uma linguística feminista composta por várias teorias, e diz que

Uma teoria linguística feminista, em minha opinião, é uma teoria que liga a linguagem ao sexo de duas maneiras: ela explica a conexão, por um lado, entre a linguagem e a identidade de gênero e, por outro lado, entre a linguagem e a opressão das mulheres. Se quisermos ter um diálogo útil, portanto, todas as teorias linguísticas feministas devem deixar claro onde se situam em quatro questões básicas. Em primeiro lugar, do que falamos quando falamos sobre

¹¹⁴ Do original: “can we assemble all these viewpoints into one coherent theoretical framework, and is it desirable to do so?”

linguagem? Em segundo lugar, o que queremos dizer com linguagem das mulheres (ou mesmo linguagem dos homens): como a ligação entre linguagem e gênero deve ser entendida? Em terceiro lugar, qual é a relação da linguagem com a realidade? Em quarto lugar, qual é a relação da linguagem com a desigualdade, particularmente (mas não exclusivamente) no caso das mulheres?¹¹⁵ (CAMERON, 1985, p. 163, tradução nossa).

Respondendo sumariamente às questões propostas por Deborah Cameron quando falamos sobre linguagem, pensamos, como já dissemos no primeiro capítulo desta tese, sua constituição inerentemente dialógica, que não existe fora das interações sociais. Percebendo a língua como um heterodiscurso, nós compreendemos que não exista uma linguagem própria das mulheres ou linguagem dos homens, pois as categorias homem e mulher não são homogêneas, embora, em seus discursos, tanto mulheres quanto homens, muitas vezes, utilizem estilos próprios de linguagem. Visualizamos que a estratificação de suas linguagens é complexa e dependente de vários fatores extralinguísticos, como a esfera em que estão inseridas(os), ou sua relação com sua(seu) ouvinte e com o conteúdo objetual de seu discurso.

A relação entre linguagem e gênero social deve, a nosso ver, ser entendida como essencial para a compreensão das relações sociais. Também está entranhada nas mudanças sociais das relações de gênero, das quais muitas políticas linguísticas fazem parte. A relação da linguagem com a realidade, conforme explicado no primeiro capítulo desta tese, decorre do fato de que nossa realidade é mediada pelos nossos discursos.

A relação da linguagem com a desigualdade, particularmente (mas não exclusivamente) no caso das mulheres, é uma relação inerente. A desigualdade está inscrita, muitas vezes, em políticas linguísticas que negam a existência dos sujeitos em seus discursos (como veremos na seção 2.3 deste capítulo), na negação de participação em espaços públicos, como mostra Robin Lakoff em “Linguagem e lugar da mulher” (2010[1973]), na ideologia inscrita nos signos ideológicos utilizados nos enunciados, como mostra Marina Yaguello em *Les mots et les femmes* (1978), na nomeação, na conversação, como defende Deborah Tannen, em “Quem está interrompendo? Questões de dominação e controle” (2010[1990]) e em muitas outras questões que envolvem a linguagem.

Compreendemos que as formulações do feminismo dialógico possam ser produtivas para uma linguística composta por várias teorias. A partir do feminismo dialógico, pensamos

¹¹⁵ Original: “A feminist linguistic theory, in my opinion, is a theory that links language with sex in two ways: it spells out the connection on the one hand between language and gender identity, and on the other hand between language and women's oppression. If we are to have useful dialogue, therefore, all feminist linguistic theories must make it clear where they stand on four basic questions. First, what are we talking about when we talk about language? Secondly, what do we mean by women's language (or indeed men's language): how is the link between language and gender to be understood? Thirdly, what is the relation of language to reality? Fourthly, what is the relation of language to disadvantage, particularly (but not exclusively) in the case of women?”

em algumas premissas que julgamos importantes para uma Linguística Feminista.

Assim primeiramente, por considerarmos o feminismo enquanto resposta, precisamos, observar, nas demandas feministas, quais são as opressões linguísticas às quais nós mulheres estamos submetidas, pensando que essas podem ser diversas e diversificadas, de acordo com a posição social por nós ocupadas. Procurei fazer isso desde minha dissertação de mestrado, em que observei que as mulheres trabalhadoras que participavam da imprensa operária estavam submetidas ao enclausuramento e ao preconceito linguístico. Ao enclausuramento, pelas políticas da época, que negavam a elas o acesso às esferas públicas. Ao preconceito, pela ridicularização e preconceito às mulheres que participavam das esferas públicas, pelo preconceito sofrido por decorrência do analfabetismo, entre outras questões.

Enquanto linguistas, é importante que tentemos abordar questões concernentes à participação das mulheres nas esferas públicas. Entendemos que pesquisas na área sejam uma forma de ampliar essa participação, de modo a denunciar e romper com o enclausuramento linguístico a que muitas de nós estamos submetidas. Em uma Linguística Feminista, é essencial que critiquemos a estigmatização dos discursos daquelas mulheres que já participam dessas esferas e que não contribuamos com o preconceito e com o ódio disseminados contra elas.

Além disso, julgamos ser essencial que nós, linguistas feministas, situemos nossos discursos para que, a partir dessa localização, possamos estabelecer relações de alteridade com o nosso objeto de estudo. A partir de uma visão dialógica, como afirma Mikhail Bakhtin [Valentin Volóchinov¹¹⁶] em *O Freudismo*, entendemos que o

pensamento humano nunca reflete apenas o ser de um objeto que procura conhecer; com este, ele reflete também o ser do sujeito cognoscente, o seu ser social concreto. O pensamento é um espelho duplo, e ambas as faces podem e devem ser nítidas e desempanadas. (BAKHTIN[VOLOCHÍNOV], 2017[1927], p. 22).

Assim, é essencial dizermos por quais olhos analisamos a linguagem, a fala, os enunciados de nossas pesquisas. A dita neutralidade ideológica, em qualquer esfera de atividade que se apresente, inclusive, na científica, só serve para a promoção da estigmatização, do preconceito e do silenciamento de forma mais efetiva e cruel.

É a partir de um lugar de interlocução que, na próxima seção, pensaremos sobre a feminização linguístico-discursiva, enquanto estilização discursiva, enquanto ato responsivo, enquanto política linguística.

¹¹⁶ Inserimos a autoria de Valentin Volóchinov entre colchetes, pois, na obra publicada pela editora Perspectiva, a há a indicação de autoria de Mikhail Bakhtin, embora em outras edições, a obra é atribuída à Volóchinov, como destacamos no capítulo 1.

2.3 A FEMINIZAÇÃO LINGUÍSTICO-DISCURSIVA: UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA FEMINISTA

A feminização é um ato, como é possível depreender do termo, que vem do verbo transitivo “feminizar”. A feminização linguístico-discursiva, enquanto ato responsivo à invisibilização discursiva das mulheres, é uma intervenção que visa tornar as línguas igualitárias, através do uso das formas femininas, através da desmasculinização da linguagem e através da autodenominação. Sendo ato/intervenção coletiva, consideramo-la uma política linguística.

A feminização linguístico-discursiva, i.e., a valorização e o uso das formas linguísticas femininas no discurso, por nós, mulheres com indicação discursiva de pertencimento a essa categoria por meio do uso dos pronomes pessoais em primeira pessoa, “eu” ou “nós” (autodenominação), é uma das políticas linguísticas feministas, tendo como intuito visibilizar a nós mulheres nos discursos alheios e em nossos próprios discursos. Mesmo que apenas recentemente existam estudos relacionados, de alguma forma, a essa política linguística, como, já dito, iniciados após o pensamento embrionário esboçado em 1949 por Simone de Beauvoir e o advento da sociolinguística nos anos 1960, observamos que as ideologias feministas sempre devem ter sido refletidas e refratadas pela linguagem das mulheres, ao ponto de essa estilização discursiva, assim como o feminismo, preceder sua nomeação.

Tanto é verdade, que, se procuramos, encontramos facilmente exemplos bastante antigos de feminização linguística, mesmo que, ainda, não constituída como política linguística. Muitos desses atos foram reações a políticas linguísticas que estabeleciam o gênero masculino como o gênero neutro e que, muitas vezes, acabavam negando direitos essenciais às mulheres.

Um exemplo é a famosa *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791), escrita por Olympe de Gouges, documento proposto à Assembleia Nacional da França, durante a Revolução Francesa (1789-1799). Em resposta à *Declaração de direitos do homem e do cidadão* (1789), parece-nos ser um dos primeiros textos em que a valorização dos usos das formas gramaticais e lexicais femininas pode ser percebida. Devido ao seu texto, Olympe de Gouges foi guilhotinada em 1793. De acordo com Michelle Perrot em *Minha história das mulheres*,

O universalismo da *Declaração de direitos do homem e do cidadão* não concerne verdadeiramente às mulheres: elas não são indivíduos. A Revolução lhes concede, no entanto, direitos civis, mas nenhum direito político. Direitos civis: igualdade de sucessão, igualdade no ato civil do casamento que supõe seu livre consentimento e pode ser dissolvido pelo divórcio; direito de gerir seus bens em função do contrato de casamento. (2019, p. 142).

Na *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, Olympe de Gouges transcreveu a *Declaração de direitos do homem e do cidadão* para o feminino, com algumas modificações importantes, como é possível ver em seu Preâmbulo (QUADRO 2). Seu texto, “dedicado de maneira imprudente à Maria Antonieta” (PERROT, 2019, p. 143) reivindicava que as mulheres pudessem participar da esfera política, como cidadãs.

Quadro 2: Comparação entre Preâmbulo da Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e da Declaração de direitos do homem e do cidadão

Declaração dos direitos da mulher e da cidadã - 1791	Declaração de direitos do homem e do cidadão - 1789
<p>PREÂMBULO Mães, filhas, irmãs, mulheres representantes da nação reivindicam constituir-se em uma assembleia nacional. Considerando que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolvem expor em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que esta declaração possa lembrar sempre, a todos os membros do corpo social seus direitos e seus deveres; que, para gozar de confiança, ao ser comparado com o fim de toda e qualquer instituição política, os atos de poder de homens e de mulheres devem ser inteiramente respeitados; e, que, para serem fundamentadas, doravante, em princípios simples e incontestáveis, as reivindicações das cidadãs devem sempre respeitar a constituição, os bons costumes e o bem-estar geral. Em consequência, o sexo que é superior em beleza, como em coragem, em meio aos sofrimentos maternais, reconhece e declara, em presença, e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos da mulher e da cidadã: [...]</p>	<p>PREÂMBULO Os representantes do povo francês, reunidos em Assembleia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral. Em razão disto, a Assembleia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão: [...]</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Gouges (1791) e da Declaração de direitos do homem e do cidadão (1789).

Como é possível observar, a *Declaração de direitos do homem e do cidadão* foi redigida no masculino genérico, desconsiderando as mulheres enquanto interlocutoras. Isso ocorreu de forma consciente, a intenção era, mesmo, deixar as mulheres de fora da esfera política, apesar de muitas terem tido participação importante na Revolução Francesa. Poucos anos mais tarde, a Restauração suprimiu até mesmo o direito civil ao divórcio às mulheres, e o Código Civil de 1804 reestabeleceu o direito patriarcal ao marido-pai (PERROT, 2019).

Uma das reivindicações mais conhecidas feitas na Declaração assinada por Olympe de Gouges foi a de que, se a mulher poderia subir no cadafalso, teria direito de subir na tribuna, conforme o Art. 10 de sua *Declaração* (1793). Essa questão mostra que Olympe reconhecia que uma das maiores conquistas caso as mulheres conseguissem acessar a esfera política estava no

fato de poderem falar e ser ouvidas nas tribunas.

Embora julguemos a *Declaração* elaborada por Olympe um marco importante para a feminização linguístico-discursiva, por não termos encontrado na mesma época outros textos de mulheres que a utilizassem, compreendemos não se tratar ainda de uma política linguística, proposta ou adotada por um grupo. Mesmo que sua análise mais aprofundada possa render grandes contribuições para o entendimento da feminização linguística enquanto ato responsivo, não a faremos aqui, visto que não é o objetivo desta tese analisar essa estilização discursiva de forma desvinculada das políticas da linguagem. Nosso objetivo, nesta seção, é, antes de tudo, definir a política linguística de feminização linguístico-discursiva, a partir de exemplos materializados em discursos concretos.

A feminização linguístico-discursiva pode ser considerada por seu caráter de estilização paródica. Tanto como estilização discursiva, quanto como paródia, a feminização linguístico-discursiva advém da presença de duas consciências linguísticas, uma vez que nossas palavras são sempre contrapostas às palavras alheias. Conforme Mikhail Bakhtin, a

segunda consciência linguística do estilizador e de seus contemporâneos opera como um material da linguagem estilizada; o estilizador só pode tratar de forma direta o seu objeto falando nessa linguagem estilizada estranha a ele. Mas essa mesma linguagem estilizada é mostrada à luz da consciência linguística contemporânea do estilizador. (BAKHTIN, 2015, p. 161).

A *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* é um exemplo de feminização-linguístico-discursiva que estiliza e parodia o discurso elaborado na *Declaração de direitos do homem e do cidadão*. Observamos o conflito existente entre as vozes sociais dos dois discursos, sendo que, na estilização parodística feita por Olympe De Gouges, autora recria a “linguagem parodiada como um todo substancial dotado de lógica interior e revelador de um universo especial inseparável da linguagem parodiada (BAKHTIN, 2015, p. 163).

Para o entendimento dessa política linguística, talvez seja importante, por ora, percebermos que há uma dissimetria entre os termos “feminização” e “masculinização”, assim como há entre “feminizar” e “masculinizar”. Como já defendeu a linguista feminista Deborah Cameron (1997), os dicionários são capazes de registrar como a linguagem é usada por pessoas, refletindo o sexismo que sempre existiu na história e nas culturas. Por esse motivo, para iniciar nossa definição, recorreremos ao dicionário¹¹⁷.

¹¹⁷ Embora saibamos que comumente, para Bakhtin, as acepções do dicionário são potencialidades de uso, compreendemos que muitas explicações sobre os usos das palavras decorrem de escolhas feitas pelas(os) lexicógrafas(os), enquanto autoras(es) dos enunciados. Assim, aqui, olhamos os enunciados do dicionário não apenas pelo viés de apresentarem uma potencialidade de uso em uma determinada época, que não revela tons valorativos, mas como enunciados concretos, nos quais as palavras escolhidas se apresentam como signos

De acordo com o dicionário Aulete (2021), a feminização é o “Ato ou efeito de feminizar; adquirir ou impor características femininas”, enquanto a masculinização é a “Ação ou resultado de masculinizar(-se)”. A primeira diferença que nos salta aos olhos é o verbo “impor”, que é utilizado para a feminização, mas não é utilizado para a masculinização. Assim, a masculinização parece ser vista como algo já tão naturalizado, que não é uma obrigação infligida a alguém, sendo vista como uma ação voluntária, não imposta, e, logo, não violenta. Vemos também que a feminização é considerada pelos(as) lexicógrafos(as) não como uma ação, como é a masculinização, mas como ato.

Um ato, para a análise dialógica do discurso, segundo Augusto Ponzio na introdução de *Para uma filosofia do ato responsável*, intitulada “A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo”, pode ser pensado “como um passo, como uma iniciativa, movimento, tomada de posição” (2010a, p. 10). Adail Sobral, em *A filosofia primeira de Bakhtin: roteiro de leitura comentado*, explica que ato

para Bakhtin designa não apenas algo mais do que ação física e a simples realização mecânica de atos, mas também, e especialmente, ato realizado de maneira intencional, um modo de agir no mundo. O foco dessa filosofia é a unidade do ato: as condições em que acontece sua realização pelo sujeito. (2019, p. 23).

Dessa forma, entendemos que a feminização é pensada como um ato, uma atitude, uma tomada de posição; enquanto a masculinização é percebida como uma ação, uma ação generalizante, originada de um processo que comporta vários atos.

Já os termos “feminizar” e “masculinizar” também não são avaliados da mesma forma. Enquanto “feminizar”, segundo o dicionário Aulete, é “Dar caráter ou feição feminina a”; “Biol. Dar ou adquirir características e qualidades femininas (a indivíduo do sexo masculino)”; “Conferir gênero feminino a (palavras)”, “masculinizar” significa “Dar aparência masculina a; adquirir características ou modos próprios do sexo masculino [td.: Aquele uniforme masculinizava as meninas] [int.: Ele se masculinizou na adolescência.]”; “Tornar do gênero masculino [td. : O uso masculiniza algumas palavras originalmente femininas.]”.

Nesse caso, vemos que a percepção da palavra “feminizar” envolve conferir características femininas a indivíduo do sexo masculino, enquanto a palavra masculinizar pode se dar a indivíduos dos dois sexos. Pressupõe-se que, segundo as(os) lexicógrafas(os), nem todos os homens possuam masculinidade (a masculinidade é apenas daqueles que “tornam-se

ideológicos, que revelam tons valorativos adotados por suas(seus) autoras(es), que revelam também axiologias de uma sociedade, de uma época em que o verbete foi elaborado.

homens”), mas todas as mulheres (e muitos homens) possuem feminilidade, sendo tal característica vista como algo comum às crianças (de ambos os sexos) e às mulheres.

No entanto, as/os dicionaristas já percebem que feminizar e masculinizar são verbos utilizados para se falar como, através do gênero gramatical, o gênero social é discursivamente produzido pelo uso das palavras, e, nesse caso, a violência, a imposição, está para o ato de masculinizar as palavras: “tornar” do gênero masculino as palavras, enquanto feminizar seria “conferir” gênero feminino a palavras.

Apontamos, contudo, que a feminização linguístico-discursiva, conceito que aqui propomos, baseadas em nosso objeto de estudo, abarca as intervenções das políticas linguísticas chamadas de “feminização linguística”, “feminização da língua/linguagem” ou “feminização gramatical”, com o acréscimo, a essas políticas já existentes, da autodenominação. Assinalamos, também, que a feminização linguístico-discursiva não se confunde com a feminização da escrita, proposta pela teórica chilena Nelly Richard, em seu livro *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política* (2002), embora reconheçamos as contribuições que algumas reflexões feitas por Nelly Richard podem trazer para o nosso estudo.

A feminização da escrita, diferentemente da feminização linguístico-discursiva, que é uma estilização visível tanto no discurso oral quanto escrito, abarca apenas o discurso escrito. Além disso, apesar de tanto a feminização linguístico-discursiva quanto a feminização da escrita poderem ser pensadas como estratégias de escrita, possuem objetivos diferentes. Enquanto a feminização linguístico-discursiva tem como meta visibilizar as mulheres nos discursos, tanto como locutoras, quanto como interlocutoras e objetos de discurso, a feminização da escrita tem uma finalidade muito mais ampla: “alterar as pautas da discursividade masculina/hegemônica” (RICHARD, 2002, p. 133).

Desse modo, mesmo que reconheçamos que tais objetivos se entrecruzem, a mera feminização linguístico-discursiva, enquanto estilização discursiva, nem sempre é utilizada para subverter a lógica machista, como observaremos a partir dos exemplos concretos que aqui serão apresentados. Já a feminização da escrita deve sempre ser subversiva. Nas palavras de Nelly Richard,

Mais do que da escrita feminina, conviria então, falar – qualquer que seja o gênero sexual do sujeito biográfico que assina o texto – de uma feminização da escrita: feminização que se produz a cada vez que uma poética, ou uma erótica do signo, extravasa o marco de retenção/contenção da significação masculina com seus excedentes rebeldes (corpo, libido, gozo, heterogeneidade, multiplicidade), para desregular a tese do discurso majoritário. Qualquer literatura que se pratique como dissidência da identidade, a respeito do formato regulamentar da cultura masculino-paterna,

assim como qualquer escrita que se faça cúmplice da ritmicidade transgressora do feminino-pulsátil, levaria o coeficiente minoritário e subversivo (contradominante) do “feminino”. Qualquer escrita, pronta para alterar as pautas da discursividade masculina/hegemônica, compartilharia o “dever minoritário” (Deleuze-Guattari) de um feminino que opera como paradigma de desterritorialização dos regimes de poder e captura da identidade, normatizada e centralizada pela cultura oficial. (RICHARD, 2002, p. 133).

No entanto, mesmo que não se trate do mesmo conceito, acreditamos que uma feminização, tanto do discurso escrito quanto do discurso oral, pode contribuir para desterritorializar os regimes de poder, e territorializar nossos discursos em esferas de discurso das quais ainda somos excluídas. Isso porque, entendemos, assim como a autora, que

afirmar que a linguagem e a escrita são indiferentes à diferença genérico-sexual (que não existe diferença entre o masculino e o feminino), equivale a reforçar o poder estabelecido, cujas técnicas consistem, precisamente, em levar a masculinidade hegemônica a se valer do neutro, do impessoal, para falar em nome do universal. O neutro da língua, sua aparente indiferença às diferenças, camufla o operativo de ter universalizado, à força, as marcas do masculino, para convertê-lo, assim, em representante absoluto do gênero humano. A teoria feminista demonstrou a arbitrariedade deste operativo de força, executado em nome do masculino-universal, deixando muito claro que a língua não é o veículo neutral – transcendente – que afirma o idealismo metafísico, mas um suporte modulado pelo processo de hegemonização cultural da masculinidade dominante. **A linguagem, a escrita literária e as normas culturais, carregam as marcas deste operativo de violência sociomascuino, que subordina os textos a suas viciadas regras de universalidade.** (RICHARD, 2002, p. 131, grifos nossos).

Desse modo, defendemos que o ponto de vista linguístico que avalia o masculino como gênero neutro é um ponto de vista ideológico, uma força centrípeta, que serve à dominação masculina na linguagem. A feminização linguístico-discursiva é uma política linguística que parte, também, de uma premissa ideológica, visando romper as regras de universalidade inscritas nas normatizações da linguagem.

Para a melhor compreensão dessa intervenção linguística, explicaremos sua ocorrência na nomeação dos títulos, graus, funções e profissões exercidos por mulheres, na nomeação das interlocutoras e na autodenominação na seção a seguir. Após, discorreremos sobre feminização linguístico-discursiva como recurso estilístico responsivo para a nomeação das interlocutoras. Por fim, discutiremos como a feminização linguístico-discursiva aparece no relato sobre nós mesmas e em como nossa autodenominação é um índice da nossa autoconsciência.

Iniciamos nossas considerações sobre a feminização linguístico-discursiva na nomeação dos títulos, graus, funções e profissões. Tal política nos leva de um estado de silêncio ao grito: ao enunciarmos que somos professoras, mestras, doutoras, pesquisadoras, telefonistas,

operárias, faxineiras, eletricistas, presidentas, governadoras, deputadas, vereadoras, além de reivindicarmos a ocupação desses espaços, salientamos que não basta podermos desempenhar tais ofícios: precisamos falar, a partir do nosso lugar social.

A feminização linguístico-discursiva não é um fenômeno exclusivo do Brasil. Em diversos países e em diversas línguas,

destaca-se uma estratégia relativamente bem-sucedida que foi posta em prática em algumas línguas a fim de torná-las mais igualitárias: a criação (ou recuperação, ressignificação) de nomes femininos de profissões, graus, funções e títulos que outrora eram exclusivamente masculinos. Tal estratégia é comumente denominada de “feminização linguística”. (MÄDER; SEVERO, 2016, p. 246).

Assim, no plano lexical, o fenômeno consiste na feminização lexical dos títulos, funções e profissões e normalmente é chamada de “feminização linguística” ou “feminização da linguagem”. Embora a nomenclatura não seja muito conhecida no Brasil (fato que não impediu que essa intervenção ocorresse aqui), em alguns países, como França, Estados Unidos e Espanha, o termo “feminização linguística” é bastante popular. Essa intervenção linguística é validada, principalmente, por leis, dicionários e gramáticas, mas também pela apreciação social.

A feminização dos títulos e profissões ainda causa certa controvérsia, mesmo que seja uma marca da mudança da sociedade na língua. Se antes muitas mulheres eram proibidas de frequentar espaços públicos e políticos, e, assim, acessar cargos de poder e profissões privilegiadas, na atualidade, vemos esse cenário mudando cada vez mais.

No Brasil, tivemos um grande debate após a eleição de Dilma Rousseff, primeira Presidenta da República, em 2011. Como primeiro país de língua portuguesa a ter uma mulher eleita para um cargo de chefe de Estado, as discussões sobre o uso da desinências de gênero eram inevitáveis. Tanto entre falantes da língua quanto entre linguistas, ocorreram alguns embates interessantes sobre a questão.

Por um lado, tínhamos pessoas contrárias ao uso da forma feminina, as quais defendiam que a norma culta não deveria “aceitar” o vocábulo “presidenta”, uma vez que gênero gramatical não deveria ser confundido com gênero social/sexual¹¹⁸. No entanto, seus argumentos eram contraditórios, pois, ao mesmo tempo que defendiam que gênero gramatical não possuía relação com o gênero social, também diziam que a palavra “presidente” designaria tanto indivíduos do gênero masculino quanto do gênero feminino, atrelando seu sentido aos

¹¹⁸ Salientamos que não encontramos estudos linguísticos relevantes contrários à feminização. A maioria dos artigos encontrados limita-se a opiniões dadas por professoras(es) de Língua Portuguesa a jornais brasileiros. Embora tais artigos sejam importantes para demarcar a posição contrária à feminização, optamos por não os transcrever.

gêneros sociais.

Por outro lado, tínhamos pessoas favoráveis ao uso, como o ex-Presidente José Sarney, sexto ocupante da Cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras, que, em 19 de novembro de 2010, publicou, no site da própria Academia o artigo “Presidenta ou presidente”, o professor Pasquale Cipro Neto, colunista da *Folha de São Paulo*, que assinou, em 4 de novembro de 2010 o texto “A Presidente, A Presidenta” no citado jornal¹¹⁹, o letrista Davi Miranda, que publicou, em 13 de junho de 2011 um artigo de opinião bastante citado, chamado “O sufixo ‘proibido’”. Um dos argumentos favoráveis era que, como primeira mulher a ser eleita para o cargo, Dilma Rousseff poderia escolher como preferiria ser chamada.

Sarney (2010, n.p.), por exemplo, mostrou o posicionamento da *Folha de São Paulo*, que escolheu pela forma “presidente”¹²⁰ para se referir à Dilma e salientou que

a questão é de uma escolha pessoal da senhora Dilma Rousseff. Ela é que vai dizer como quer ser tratada e naturalmente vai considerar o aspecto político. Sempre achei que o fato de ser mulher não conseguiria estabelecer uma ligação entre a candidata (Vieira usava pretensor) e as eleitoras. Já no governo vamos ter uma valorização da mulher, e esse vínculo de solidariedade vai surgir com força, a começar pelo modo de tratamento presidenta. O que houve de revolucionário é que o Brasil elegeu uma mulher, após um torneio mecânico. Português e semântica à parte, essa dúvida é prova de uma democracia de oportunidades que envaidece o país: as mulheres com tudo.

Outro argumento encontrava suporte na própria norma culta, através de gramáticas e dicionários que aludiam ao uso da palavra “presidenta” antes de Dilma Rousseff indicar que assim preferia ser chamada. Listamos algumas gramáticas e dicionários que já faziam referência à “Presidência”, apontados pelas(os) principais defensoras(es) do uso da palavra Presidenta, no Quadro 3, com a transcrição dos trechos e verbetes que abordam a questão.

Quadro 3: Dicionários e gramáticas que normatizam o uso de “Presidenta”

Ano	Dicionário	Autora(autor)	Trecho/verbeta
1889	<i>Novo Dicionário da Língua Portuguesa</i>	Cândido de Figueiredo	“presidenta f. Neol. Mulher, que preside. Mulher de um presidente. Cf. Castilho, Sabichonas, 128. (Fem. de presidente)” (p. 1616)
1963/2009	<i>Moderna Gramática Portuguesa</i>	Evanildo Bechara	“Podemos distinguir, na manifestação do feminino, os seguintes processos [...] com a mudança ou acréscimo ao radical, suprimindo a vogal temática [...] Os [terminados] em –e uns há que ficam invariáveis, outros acrescentam –a depois de suprir a vogal temática: alfaiate à alfaiat(e) + a à

¹¹⁹ Pasquale defendeu o uso de “Presidenta”, embora fosse de conhecimento público que era politicamente contrário à sua eleição.

¹²⁰ Davi Miranda indica várias ocorrências da palavra “presidenta” em edições anteriores do jornal, mostrando que, na verdade, o argumento sobre a escolha de “presidente” pela *Folha de São Paulo* era ideológico e não baseado em usos.

			alfaiata. Variam: alfaiate – alfaiata infante – infanta governante – governanta presidente – presidenta parente – parenta monge – monja” (p. 135)
1966/2010	<i>Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa.</i>	Celso Pedro Luft	“os substantivos terminados em -e são geralmente uniformes [...] há, porém, alguns que trocam o e por a: elefante — elefanta; governante — governanta; infante — infanta; [...] ; parente — parenta; mais raros: [...] gigante; hospeda; presidenta; alfaiata” e “[...] substantivo que se pode tomar como comum de dois gêneros (sexo) para ‘pessoa que preside’: o presidente, a presidente; mas também comporta feminização flexional: a presidenta” (LUFT, 2010, p. 366).
2007	<i>Gramática Normativa da Língua Portuguesa</i>	Rocha Lima	“a força do uso já consagrou as formas flexionadas infanta, parenta e presidenta” (p. 73).
2008	<i>Nova gramática do português contemporâneo</i>	Celso Cunha	“Os femininos <i>giganta</i> [...] e <i>presidenta</i> (de presidente) têm ainda curso restrito no idioma” (p. 208)
2009	Vocabulário ortográfico da língua portuguesa	VOLP	(ACADEMIA, 2009).
2010	<i>Dicionário Aurélio</i>	Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira	“pre.si.den.ta [Presidente+a, p. anal com <i>chefa, generala etc.</i>] sf. Aquela que ocupa o cargo da presidência, esp. A Presidência da República.” (p. 609)
2010	<i>Gramática comparativa Houaiss: quatro línguas românicas</i>	Ana Maria Brito, Birger Lohse, Godofredo de Oliveira Neto e José Carlos de Azeredo.	“Há nomes e adjetivos em -a e em -e que podem ser uniformes quanto ao gênero [...] há palavras terminadas em -e que em português, espanhol e italiano são uniformes para o masculino e o feminino, mas que em francês apresentam uma diferença entre a forma masculina e a forma feminina. [...] no que diz respeito aos adjetivos, o italiano permaneceu fiel à terminação e- do latim; o português e o espanhol conservaram-na em palavras como grande ou abandonaram-na em casos como cruel, fácil, cortês e jovem/joven. Estas duas línguas adotaram a desinência -a para formar o feminino de alguns adjetivos que etimologicamente pertenciam ao grupo dos uniformes” (p. 98).

Fonte: elaborado pela autora.

Salientamos que a listagem é exemplificativa e bastante restrita, por não termos acesso a todas as gramáticas e a todos os dicionários citados nos argumentos. Não é objetivo desta tese fazer uma busca exaustiva, embora o quadro possa demonstrar como, até mesmo antes da eleição da Presidenta Dilma Rousseff, a temática já era tratada nessas obras, conforme indicavam as pessoas que isso argumentavam.

Um apontamento interessante sobre isso é feito na *Gramática comparativa Houaiss*:

quatro línguas românicas, escrito por Ana Maria Brito, Birger Lohse, Godofredo de Oliveira Neto e José Carlos de Azeredo. A autora e os autores destacam que “numerosas profissões reservadas no passado aos homens são atualmente acessíveis às mulheres. **As línguas comportam-se de maneira diferente em relação a esta nova realidade**” (BRITO *et al.*, 2010, p. 99, grifo nosso). A nosso ver, não são as línguas que se comportam de maneira diferente em relação à conquista das mulheres ao mercado de trabalho. Ao contrário disso, o comportamento linguístico das pessoas que falam as línguas faz com que se normalize ou não o uso de determinadas formas linguísticas.

No Brasil, a feminização dos títulos e profissões também teve um avanço importante com a Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012, sancionada pela Ex-Presidenta Dilma Rousseff. Essa lei obrigou as universidades a flexionarem as palavras “mestra” e “bacharela” nos diplomas universitários. Na lei, um curto texto menciona que

Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido.

Art. 2º As pessoas já diplomadas poderão requerer das instituições referidas no art. 1º a reemissão gratuita dos diplomas, com a devida correção, segundo regulamento do respectivo sistema de ensino. (BRASIL, 2012).

Salientamos, contudo, que a lei vem sendo tratada como não-obrigatória no que tange flexionar o gênero de acordo com o sexo da pessoa diplomada, de forma que algumas instituições deixam a flexão a critério das alunas. Alguns argumentos contrários à flexão defendem que “mestra” não seria o feminino de “mestre” e sim de “professora”. No entanto, entendemos que esse sentido também seja possível, uma vez que os signos ideológicos podem ser pluriacentuados.

Um ponto importante sobre a feminização dos títulos e profissões é a invisibilidade, da qual decorre o silenciamento das mulheres. Em *Pourquoi en finir avec la féminisation linguistique ou à la recherche des mots perdus*, escrita por Louise-L Larivière (2000), a autora trata dessa questão. Adiantamos que, diferentemente do que pode parecer pelo título, Larivière não defende o fim da feminização linguística.

O estudo, estruturado em duas partes, primeiramente denuncia a masculinização injustificada da linguagem (analisando casos do francês), caracterizadas pelo uso do masculino como gênero neutro e como gênero genérico. Na segunda parte, a autora refuta cada um dos

argumentos dos que criticam a feminização dos títulos, mostrando como tais argumentos estão presentes em uma posição ideológica insustentável do ponto de vista linguístico.

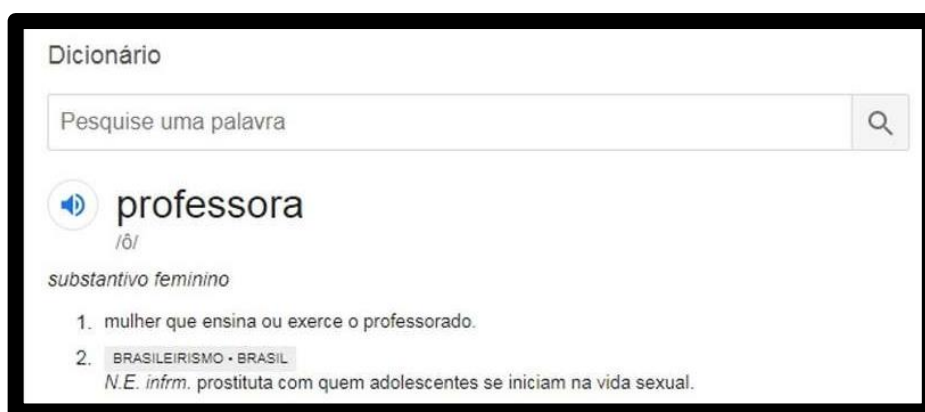
De acordo com a autora, de um ponto de vista estritamente linguístico, não existem argumentos contrários à feminização da linguagem que se sustentem, principalmente no que se refere à feminização dos títulos e cargos ocupados por mulheres. A autora refuta o que chama de "síndrome do lugar ocupado" e mostra como os usos recentes tendem a endossar as formas femininas, diferentemente do que afirmam os que dizem que, por não serem dicionarizadas, as formas estariam erradas, atribuindo a elas um caráter pejorativo ou não estético.

Nubia Jacques Hanciau, em sua resenha da obra (2003), assinala que a forma destacada por Larivière para acabar com a feminização linguística seria incorporando-a à língua, aceitando-a, aplicando-a, de maneira sistemática. No entanto, de acordo com Hanciau, o “como” fazer isso acaba ficando para depois, sendo discutido em outras obras da autora (apontamos o *Guide de féminisation des noms communs de personnes*).

No que tange à nomeação às funções, aos títulos e às profissões exercidas por mulheres e homens, observamos que essas ainda se encontram em um nível bastante assimétrico no Brasil. Ainda não temos palavras, por exemplo, para designar a função exercida pelas chamadas “donas de casa” quando realizadas por indivíduos do gênero masculino. Ainda, muitos dos signos ideológicos utilizados para designar funções possuem valorações divergentes quando utilizados para designarem mulheres ou homens.

Um exemplo disso foi denunciado por internautas em 2019. O dicionário do Google definia como “professora”, além das mulheres que exercem a carreira docente, as prostitutas “com quem adolescentes se iniciam na vida sexual” (FIGURA 8). A denúncia gerou tanta indignação na internet que, em seguida à polêmica, o Google retirou essa acepção do dicionário.

Figura 8: Definição de “professora” no dicionário do Google



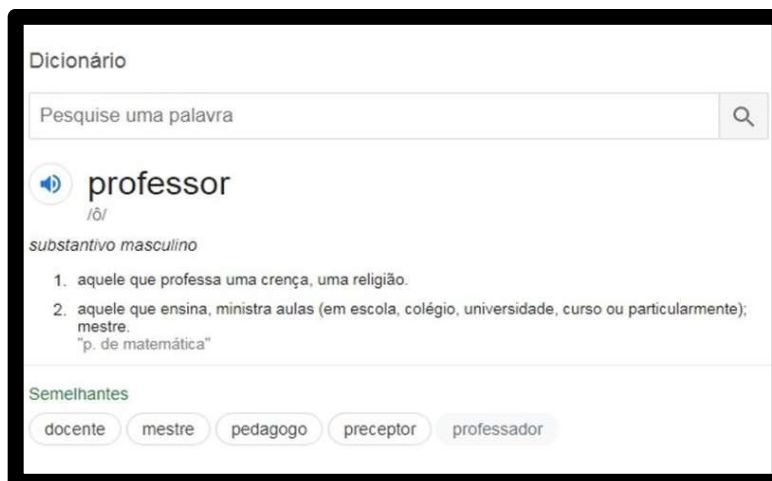
Fonte: Google (2019).

Em notícia sobre a polêmica, é dito que “nas versões on-line de dicionários, a mesma definição que causou polêmica aparece. Entre eles, as versões digitais de Houaiss, Michaelis, Aurélio e Aulete”. Consultamos os dicionários citados, e verificamos que o dicionário Houaiss mantém a definição, enquanto os demais a retiraram, a exemplo do Google. No entanto, o dicionário Aulete ainda apresenta uma definição bastante sexista da palavra: “A que ensina instrução primária e as prendas próprias do seu sexo: Professora de corte, de costura”, embora indique, em sua primeira acepção, denotando as mulheres que ensinam alguma disciplina (AULETE, 2021).

Embora a definição fosse bastante pejorativa, ela mostra que as pessoas utilizam realmente a palavra com esse sentido, que não fora inventado pela(o) lexicógrafa(o). No entanto, salientamos que nem todos os usos pejorativos das palavras são indicados nos dicionários, uma vez que o dicionário não acompanha o uso, sendo o registro de uma significação e, às vezes, a escolha das designações é feita com base em questões ideológicas. Tanto é verdade que a definição da palavra professora como “prostituta” foi retirada de grande parte dos dicionários que a continham (em nossa conferência, em 2 de junho de 2021, verificamos que apenas o dicionário Houaiss a manteve). Isso também é visível na definição de “professor” no dicionário do Google, na qual não há menções ao uso da palavra com conotação sexual, que, a nosso ver, existe também.

No dicionário do Google, professor é definido apenas como “aquele que professa uma crença, uma religião” ou “aquele que ensina, ministra aulas” (FIGURA 9). Vemos, assim, que há uma dissimetria linguística já nas escolhas das acepções que são conferidas a essas profissões no dicionário.

Figura 9: Definição de “professor” no dicionário do Google



Fonte: Google (2019).

Entendemos que as polêmicas oriundas da indicação das significações de *cunho machista* nos dicionários são indícios da consciência de gênero e da consciência linguística das falantes, que contestam os sentidos produzidos na sociedade, os acentos valorativos conferidos aos signos ideológicos, e, até mesmo, a autoridade das/dos lexicógrafas(os) para a escolha das acepções que serão conferidas às palavras. Por outro lado, entendemos, também, que os dicionários buscam registrar as significações das palavras através dos usos conhecidos. O reconhecimento dos usos também sofre idiosincrasias, as quais, muitas vezes, acabam fazendo que com os sentidos, já passados, voltem a se estabilizar na sociedade.

Cabe, também, discorrermos sobre a feminização linguístico-discursiva presente na nomeação das interlocutoras, como um recurso estilístico responsivo. Pelo critério de conferir visibilidade a nós, mulheres, na linguagem e no discurso, podemos considerar como feminização linguístico-discursiva estilizações da linguagem para evitar o sexismo linguístico o uso concomitante dos dois gêneros gramaticais. “Brasileiras e brasileiros”, “companheiras e companheiros”, “damas e cavalheiros”, “senhoras e senhores”: a denominação feita em muitos discursos políticos, nomeia as interlocutoras, demarcando, através de um paralelismo sintático e semântico, que se espera que mulheres escutem e respondam ao enunciado. Tal fato, situa a feminização linguístico-discursiva na nomeação das interlocutoras nos planos gramatical e discursivo. Guilherme Ribeiro Colaço Mäder e Cristine Gorski Severo (2016) salientam que essa política linguística (que também se trata de uma mudança linguística) tem por motivação evitar o uso do masculino genérico, sendo também uma questão estilística. Tal marca estilística demarca discursivamente o respeito à existência e à igualdade das interlocutoras do gênero feminino.

Pela motivação de se evitar o masculino genérico para nomear interlocutoras e locutoras, a feminização linguístico-discursiva foi uma estratégia recorrente nos discursos dos presidentes e presidenta brasileiros após a redemocratização brasileira. Em nossas buscas, observamos que, popularmente, considera-se que o ex-presidente José Sarney tenha sido uma das pessoas precursoras da feminização linguístico-discursiva na esfera política (ou, ao menos, foi o primeiro político a ter essa estratégia notada em seus discursos). Sarney, em seus discursos televisionados, dizia “Brasileiros e Brasileiras, boa noite”, frase que, na época fora aforizada e tratada como uma espécie de bordão. Tanto que a emissora SBT lançou, em 1990, uma telenovela com o título “Brasileiras e Brasileiros”¹²¹ (FIGURA 10).

¹²¹ A novela, de Carlos Alberto Sofredini e Wálter Avancini, escrita por Cláudia Dalla Verde, Tacus (Dionísio Jacob) e Perito Monteiro exibida em 1990, período logo após fim da ditadura militar, com elenco de peso, como

Figura 10: Abertura da novela “Brasileiras e brasileiros”



Fonte: Teledramaturgia (2020, n.p.).

Ao uso da construção coordenada por Sarney, sucederam vários outros usos, por inúmeras políticas e políticos do país. Nesta seção, traremos como exemplos os usos pelos presidentes e presidenta do Brasil posteriores a ele.

Em seu discurso de posse no Congresso Nacional, Fernando Collor de Mello enunciava “Senhoras e Senhores” (COLLOR, 2008[1990]). Após seu *impeachment*, Itamar Franco, em 1992, enunciava em seu discurso “Senhoras e Senhores, Moços e Moças” (FRANCO, 2008[1992], p. 10), indicando que fazia referência não apenas às mulheres, mas também à juventude. Talvez essa tentativa de apelo à juventude tenha ocorrido pelo fato de que a juventude ter participado em massa de fortes protestos para o impedimento de seu sucessor, acusado de corrupção no caso P.C. Farias e de caixa 2 em campanha.

Fernando Henrique Cardoso, em seu discurso de posse no Congresso Nacional, inicia com o seguinte cumprimento, que mostra que a feminização em seu discurso se dava apenas no que tangia à população, não se estendendo às senadoras e deputadas, que participavam da esfera política:

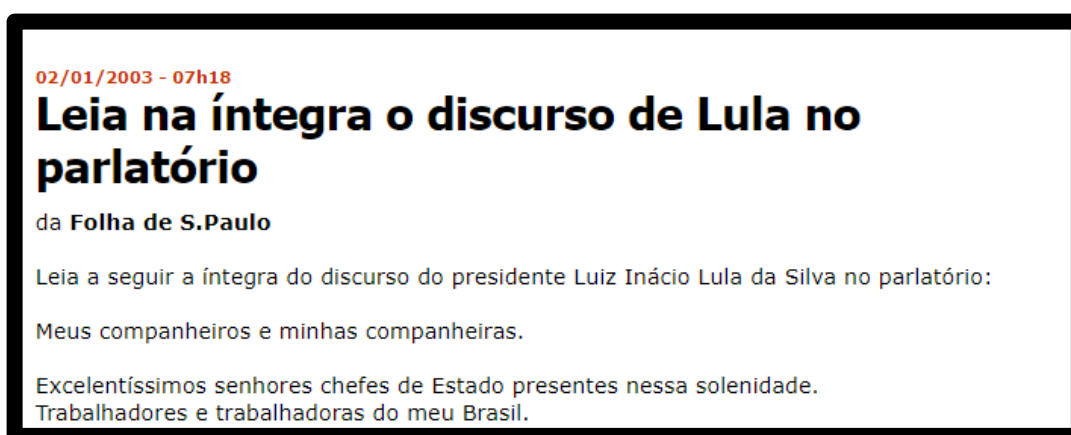
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,
 Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República,
 Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros,
 Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,
 Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,
 Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras,
 Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa,
 Excelentíssimos Senhores Senadores,
 Excelentíssimos Senhores Deputados,
 Altas Autoridades da República,

Edson Celulari, Ney Latorraca e Lucélia Santos, abordava as vivências da população pobre brasileira (TELEGRAMARTUGIA, 2020).

Senhoras e Senhores [...]
(CARDOSO, 2009[1995], p. 9).

Já Luís Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato, em seus discursos, usava, geralmente, a forma “companheiros e companheiras”, como é possível verificar em seu discurso de posse no parlatório (FIGURA 11). No discurso, Lula inicia com a saudação aos “companheiros e companheiras”, seguida pela saudação dos “Excelentíssimos senhores chefes de Estado” (em sua posse, não havia nenhuma mulher chefe de Estado) e finaliza com o cumprimento aos “trabalhadores e trabalhadoras”.

Figura 11: Discurso de posse de Lula



Fonte: Silva (02/01/2003).

No trecho de saudação de Lula às pessoas que ouviam seu discurso, é possível perceber que, diferentemente dos demais presidentes, que se dirigiam a um público mais geral (“brasileiros e brasileiras”, por Sarney, “brasileiros e brasileiras; moços e moças”, por Franco e “senhoras e senhores”, por FHC), Lula faz uma restrição de seu discurso às pessoas que o apoiavam (“meus companheiros e minhas companheiras”), enfatizada pelo uso dos pronomes possessivos, e à classe trabalhadora (“trabalhadores e trabalhadoras”), mostrando, de forma mais clara, sua ideologia política, daquela época.

Um fato curioso é que, diferentemente dos usos anteriores, por outros ex-presidentes do Brasil, a feminização realizada por Lula sofreu bastante preconceito linguístico, e o estilo de seu discurso foi bastante criticado, principalmente por jornalistas. Isso é visível em várias notícias, as quais enfatizam os usos e dizem, por exemplo, que “abandonaram a gramática no governo petista”, como a vinculada pela F. de São Paulo de 29/08/2004 (FIGURA 12), em que a colunista Marta Salomon diz que “a moda agora é dizer ‘todos e todas’”, em referência ao uso pelo ex-presidente. No entanto, compreendemos que o emprego de “todos e todas” siga a

mesma lógica das feminizações anteriores, realizadas por Sarney, Itamar Franco e FHC.

Figura 12: Manchete “Lula usa ‘todos e todas’ em discurso”



Fonte: Salomon (2004).

Talvez motivado pelas críticas recebidas ou por agregar em seu discurso também a população que não se identificava com “companheiros e companheiras”, em seu discurso de posse do seu segundo mandato no parlatório (LULA, 2007), Lula muda o tom, e opta por utilizar “Meus queridos brasileiros e brasileiras”. Já em seu discurso no Congresso Nacional, Lula utilizou, para se referir à população brasileira “meus amigos e minhas amigas” e “Minhas queridas brasileiras e meus queridos brasileiros”. Formas que, embora fossem mais genéricas que o seu “companheiros e companheiras”, o qual remetia fortemente a um discurso militante, marcava, pelo uso do pronome possessivo, uma tentativa de aproximação de todas(os) as/os brasileiras(os).

Já para se referir à classe política, Lula optou por feminizar a maioria dos cargos: “senhoras e senhores chefes de Missões Diplomáticas”, “senadoras e senadores”, deputados e deputadas”. No entanto, utiliza “governadores aqui presentes”, o que pode remeter ao fato de não estarem presentes na sessão as governadoras eleitas naquele ano¹²².

A ex-Presidenta Dilma Rousseff teve, antes mesmo de seu discurso, previsões do que ela diria, como é possível verificar no artigo do jornal *O Estadão* de 01/01/2011 (FIGURA 13). Na previsão realizada pelo colunista, Dilma possivelmente resgataria “brasileiros e brasileiras” em seu discurso de posse, como se os seus antecessores não tivessem usado essa forma. Assim, na manchete, foi dito que Dilma enfatizaria “os gêneros masculino e feminino para dizer que seu governo vai dar oportunidades iguais” (DOMINGOS, 2011, sp), o que revela as

¹²² A saber: em 2007, Roseane Sarney, do PMDB, foi eleita governadora do Maranhão, Ana Júlia Carepa, do PT, governadora do Pará, e Yeda Crusius, do PSDB, foi eleita governadora do Rio Grande do Sul.

expectativas da eleição da primeira mulher Presidenta da República no Brasil.

Figura 13: Manchete “O resgate de ‘brasileiros e brasileiras’”



Fonte: Domingos (2011).

Em seu discurso de posse do seu primeiro mandato (2011) no parlatório, Dilma utilizou “Queridas brasileiras, queridos brasileiros” (ROUSSEFF, 2011), de forma bastante semelhante à Lula, porém, invertendo a ordem, salientando a forma feminina, “brasileiras”. A ordem utilizada por Dilma Rousseff, a partir da valorização das formas femininas, a nosso ver, refrata sua intenção de valorizar a nós, mulheres, através de seu mandato. Essa intenção demarca seu ponto de vista empático e exotópico a respeito das pautas voltadas para as mulheres: por ser mulher, a ex-Presidenta se colocava no lugar das outras mulheres.

Em seu segundo mandato (2015), no seu discurso de posse no Congresso, a ex-Presidenta fez a seguinte saudação:

Senhoras e Senhores,
 Senhor presidente do Senado Federal, Renan Calheiros,
 Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,
 Senhor presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves,
 Senhoras e senhores Chefes de Estado, Chefes de Governo, Vice-chefes de Estado e Vice-chefes de governo que me honram com suas presenças aqui hoje.
 Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski,
 Senhoras e senhores chefes das missões estrangeiras e embaixadores acreditados junto ao meu governo,
 Senhoras e senhores ministros de Estado,
 Senhoras e senhores governadores,
 Senhoras e senhores senadores,
 Senhoras e senhores deputados federais,
 Senhoras e senhores representantes da imprensa,
 Meus queridos brasileiros e brasileiras.
 (ROUSSEFF, 2015).

Percebemos que Dilma Rousseff iniciou o seu discurso colocando a forma feminina em evidência “Senhoras e senhores”, fórmula já utilizada por Collor, Itamar Franco e FHC. No entanto, a ex-Presidenta finaliza sua saudação com “Meus queridos brasileiros e brasileiras”

que, diferente do seu primeiro discurso, enfatiza a forma masculina, embora se utilize da feminização linguístico-discursiva. Tal mudança, a nosso ver, sinaliza a “moderação” presente no discurso da ex-Presidenta em seu segundo mandato, no qual Dilma Rousseff ressalta a importância do apoio do povo brasileiro para manter sua governabilidade (ROUSSEFF, 2015).

Em seu discurso de defesa do processo de impedimento no Senado, Dilma Rousseff inicia o seu discurso nomeando suas/seus interlocutoras(es) da seguinte maneira:

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal Renan Calheiros, Excelentíssimas Senhoras Senadoras e Excelentíssimos Senhores Senadores, Cidadãs e Cidadãos de meu amado Brasil. (ROUSSEFF, 2016).

Observamos o retorno da priorização das formas femininas: “Excelentíssimas Senhoras Senadoras e Excelentíssimos Senhores Senadores, Cidadãs e Cidadãos”.

A utilização dos signos ideológicos “cidadãs” e “cidadãos” em detrimento de “brasileiras” e “brasileiros” parece demarcar um tensionamento na época, em que muitas pessoas protestavam, a favor do *impeachment*, utilizando camisetas e bandeiras do Brasil, pintando seus rostos de verde e amarelo: quem se manifestava a favor da saída de Dilma Rousseff se apropriava dos símbolos nacionais, transformados em signos ideológicos de pertencimento ao grupo que queria o fim do governo de Dilma. As brasileiras e os brasileiros, naquele momento, eram aquelas pessoas que protestavam pedindo o impedimento de Dilma Rousseff, e a ex-Presidenta não se dirigia a essas pessoas em seu discurso de defesa¹²³.

Após a abertura de pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 12 de maio de 2016, o vice-presidente Michel Temer assumiu como presidente Interino. Na ocasião, o ex-presidente discursou durante cerimônia de posse dos novos ministros de Estado. Seu discurso inicia assim:

Olhe, meus amigos, eu quero cumprimentar todos os ministros empossados,
Os senhores governadores,
Senhoras e senhores parlamentares,
Famíliares,
Amigos,
Senhoras e senhores
(TEMER, 2016a).

Em seu discurso, além de fazer uso da feminização linguístico-discursiva em dois momentos, a partir do uso da fórmula discursiva “senhoras e senhores”, Temer utiliza “meus amigos” para se dirigir às/aos suas/seus interlocutoras(es). Tal uso sinaliza uma tentativa de

¹²³ Sobre a reacentuação dos signos ideológicos pela direita brasileira, ver a dissertação de Luciana Saratt da Silva (2021): *As reacentuações axiológicas da bandeira nacional e da camiseta da seleção*: os signos ideológicos como fonte identitária da direita brasileira.

aproximação com as pessoas com as quais busca estabelecer interlocução, também marcada pelo uso do “nós” em diversos momentos, inclusive, no fechamento de seu discurso em que enuncia “Meu muito obrigado e um bom Brasil para todos nós”.

Quando Dilma Rousseff foi condenada à perda do mandato, em 31 de agosto de 2016, Michel Temer assumiu a presidência oficialmente e discursou novamente, dessa vez em cadeia nacional. Temer iniciou seu discurso com um breve e seco “Boa noite a todos!”. Também não localizamos no restante do seu pronunciamento nenhum indício de feminização linguístico-discursiva. O uso da primeira pessoa se manteve, com vários trechos na primeira pessoa do singular e do plural. No entanto, o “nós” de Temer nesse segundo pronunciamento não se referia à população brasileira, e, sim, ao próprio governo, anunciando medidas que foram e ainda seriam tomadas, como nos trechos “Reduzimos o número de ministérios” e “Para garantir o pagamento das aposentadorias, teremos que reformar a Previdência Social” (TEMER, 2016b).

Após o governo Temer, Jair Bolsonaro assume a presidência, em 2019, após vencer as eleições. A abertura de seu discurso é um tanto peculiar, na qual, em meio às saudações, o presidente relata ter conhecido sua então esposa no Congresso Nacional, quebrando a expectativa de um discurso formal:

Excelentíssimo presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira, Senhoras e senhores chefes de Estado, chefes de Governo, vice-chefes de Estado e vice-chefes de Governo, que me honram com suas presenças.
Vice-presidente da República Federativa do Brasil, Hamilton Mourão, meu contemporâneo de Academia Militar de Agulhas Negras,
Presidente da Câmara dos Deputados, prezado amigo e companheiro, deputado Rodrigo Maia,
Ex-presidentes da República Federativa do Brasil, senhor José Sarney, senhor Fernando Collor de Mello,
Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli,
Senhoras e senhores ministros de Estado e comandantes das Forças aqui presentes,
Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge,
Senhoras e senhores governadores,
Senhoras e senhores senadores e deputados federais,
Senhoras e senhores chefes de missões estrangeiras acreditados junto ao governo brasileiro,
Minha querida esposa Michelle, daqui vizinha Ceilândia,
Meus filhos e familiares aqui presentes – a conheci aqui na Câmara.
Brasileiros e brasileiras
(BOLSONARO, 2019).

Percebemos que Bolsonaro utiliza-se da feminização linguístico-discursiva em diversos momentos, utilizando a fórmula “Senhoras e senhores” para se referir às mulheres que exerciam cargos políticos presentes na cerimônia, e “Brasileiros e brasileiras”, para se dirigir à população brasileira.

Tais usos também pelo atual presidente evidenciam que a fórmula “senhoras e senhores” se encontra estabilizada na ordem “feminino e masculino”, comumente utilizada pela presidenta e pelos presidentes brasileiros. Já para “Brasileiros e Brasileiras”, a preferência, na maioria dos usos analisados, foi a ordem “masculino e feminino”, exceto no primeiro discurso de Dilma Rousseff, que utilizou “Queridas brasileiras e queridos brasileiros”.

Um dos fatos observados a partir da análise dos discursos de posse da presidenta e dos demais presidentes do Brasil após a redemocratização foi como recai um forte preconceito linguístico sobre a estilização a que chamamos de feminização linguístico-discursiva quando utilizada por políticas e políticos consideradas(os) de esquerda e parece não levantar nenhuma indignação quando utilizadas por políticos de orientação política mais à direita. A essa conclusão, chegamos após não encontrar notícias com críticas à feminização linguístico-discursiva nos discursos de Sarney, Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer ou Jair Bolsonaro e nos depararmos com vários artigos em jornais questionando o uso por Lula e Dilma Rousseff.

Além disso, salientamos que o famoso “companheiros e companheiras”, utilizado pelo ex-presidente e pela ex-Presidenta petistas também foi encontrado em enunciados de militantes do PCB, presentes nas edições coletadas de *A Classe Operária*. A análise de tais enunciados, no entanto, será realizada na seção 3.3 e no quarto capítulo desta tese. Por ora, nos questionamos se os usos por Lula e Dilma ecoam os discursos que analisaremos, das mulheres trabalhadoras que escreviam para o jornal *A Classe Operária*.

Denominar ou deixar de evidenciar nossas interlocutoras é um traço estilístico que marca uma ideologia. No entanto, atualmente, a mera denominação não pode por si comprovar que aquelas(es) que nos denominam irmão, por isso, defender nossos interesses e direitos. Prova disso são as políticas públicas empreendidas contra as mulheres trabalhadoras na atualidade e os milhares de discursos misóginos no campo político brasileiro que podemos utilizar para exemplificar e constatar que a mera feminização dos discursos não nos garante nada. Podem as pessoas em situação de poder falar para nós mulheres, e o conteúdo de seu discurso nos silenciar.

Para que isso não ocorra, precisamos falar e ouvir as outras mulheres, como vimos na seção anterior. Precisamos nos colocar no lugar das outras mulheres, e também, denunciar as opressões e violências por nós sofridas. É a partir de um movimento empático e exotópico, de uma tentativa de buscar um excedente de visão, que, na sequência, discutiremos a feminização linguístico-discursiva no relato sobre nós mesmas, procurando observar como a autodenominação é um índice da nossa autoconsciência.

A feminização linguístico-discursiva inclui, como vimos, no plano lexical, a criação e uso de novas palavras para designar posições sociais acessadas por mulheres, às quais antigamente, não tínhamos direito de ocupar, e, no plano gramatical e discursivo, a coordenação de vocábulos designativos nos dois gêneros, além da autodenominação, no plano discursivo. A seguir, procuramos discutir a feminização linguístico-discursiva enquanto autodenominação e índice de uma autoconsciência.

Sobre a feminização da linguagem, no *Dicionário Crítico do Feminismo*, no verbete “sexo e gênero”, a antropóloga francesa Nicole-Claude Mathieu escreve que

Na maioria das línguas europeias, em graus diferentes, o gênero gramatical é hierárquico: o masculino representa o geral e, no plural, engloba o feminino. O protesto feminista contra o ocultamento do sexo/gênero "mulher" deu lugar, muito precocemente, a várias criações em romances, ensaios, cartazes e, hoje, em fanzines: colocar todas as palavras no feminino (raro, mas chocante!), ou usar a forma feminina plural acentuada tipograficamente para designar um conjunto misto (as alunAs, as universitáriAs), ou evitar ao máximo termos que identifiquem o sexo, ou encontrar uma palavra "neutra" e universalizante - por exemplo, o *on* (Wittig, 1985/1992 e 2001) em francês, "as pessoas" em português ou substituir *chairman* por *chairperson* no inglês etc. No Quebec, o Instituto de Língua Francesa editou, há vinte anos, recomendações para a feminização ou bissexualização dos termos: por exemplo, um-a professor-a, os(as) alunos(as) (ou, em francês, une professeure, les étudiant-e-s – sob os auspícios da feminização dos nomes das profissões na França, cf. Houdebine-Gravaud, 1999). Mas o que subjaz à "feminização"? Claire Michard (1999) revela que os significantes masculino/feminino não possuem significados simétricos – humano masculino/humano feminino (como pretende a linguística clássica ao falar de "gênero natural" ou gênero "verdadeiro") -, mas sim de humano/ fêmea. A questão então é saber se uma sobressexualização da linguagem não bloqueará toda possibilidade de se avançar em direção à abolição do gênero. (MATHIEU, 2009, p. 229).

Observamos, na exposição da autora, uma valoração negativa da feminização da linguagem, a qual ela diz ter sido precoce. É importante, primeiramente, pensar sobre a problemática assinalada pela autora, de que a feminização da linguagem pode decair em uma sobressexualização da linguagem, impedindo a abolição do gênero, socialmente construído a partir da sobrevalorização da diferenciação biológica (MATHIEU, 2009).

Segundo Mathieu, dessa sobressexualização decorre a atribuição de funções diferentes aos dois sexos, que são hierarquizadas no corpo social. Salientamos que a hipótese da autora advém de uma visão utópica de desconstrução dos gêneros sociais, a qual não encontra, pelo menos por enquanto, possibilidade real. A proposição de Nicole-Claude Mathieu cai por terra, devido a um fato que a autora mesmo apresenta: a ideologia constitutiva da linguagem, que nela reflete e refrata as relações sociais.

Segundo a autora, às mulheres, as pessoas “aplicam uma "gramática": um gênero (um

tipo) "feminino" é culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e um gênero "masculino" ao macho, para que se torne um homem social" (MATHIEU 2009, p. 223). Se os "significantes masculino/feminino não possuem significados simétricos – humano masculino/humano feminino (como pretende a linguística clássica ao falar de "gênero natural" ou gênero "verdadeiro"), mas sim de humano/fêmea" (MATHIEU, 2009, p. 229), a simetria só pode ser alcançada por meio da igualdade material na sociedade entre mulheres e homens na sociedade, igualdade essa que humanizará a nós, mulheres.

No entanto, para que tal igualdade seja alcançada, é preciso que tenhamos consciência das opressões sofridas decorrentes de nosso gênero (consciência de gênero). A consciência dessas opressões só pode ser alcançada por meio de uma autoconsciência, que passa pela autodesignação como mulher. No entanto, a feminização linguístico-discursiva como autodesignação, assim como as demais formas com que se apresenta essa estilização discursiva, muitas vezes, é cerceada.

A linguista brasileira Carmen Rosa Caldas-Coulthard, em seu artigo "Caro Colega: Exclusão lingüística e invisibilidade", faz um relato bastante representativo sobre a tentativa de feminização linguístico-discursiva na autodenominação e na denominação de nossas companheiras. A autora diz o seguinte:

No início do ano de 2006, submeti o manuscrito de um livro a uma editora em São Paulo. O livro é uma coleção de artigos sobre Análise do Discurso. No meu capítulo, como nota de rodapé, faço a seguinte ressalva:

A referência gramatical genérica deste capítulo será feminina ('autoras' em vez de 'autores').

A resposta do editor foi a seguinte:

Há uma observação de forma que lhe peço licença para fazer a respeito de sua legítima decisão de escrever com constante referência feminina. Há pontos em que ou você gerará enunciados difíceis de aceitar como se os homens tivessem deixado de existir e só sobrassem mulheres pesquisadoras, autoras. Compreendo e partilho de sua intenção ao escrever assim, mas a leitura soa como um texto igualmente exclusivo ao contrário.

Nome do editor, Editora (em 1/08/2006).

Minha resposta, um tanto quanto indignada, apontou que há séculos as mulheres são sistematicamente excluídas dos textos, já que a referência genérica sempre foi a masculina. Ao meu ver, já estava mais do que na hora de apresentarmos textos em que as mulheres fossem incluídas em seus textos. O meu propósito político, ao decidir apresentar meu trabalho todo no feminino, era o de chamar atenção para o problema. O livro não foi aceito pela editora. (CALDAS-COULTHARD, 2007, p. 232).

No relato de Carmen Rosa Caldas-Coulthard, assim como no de Deborah Cameron, apresentado na epígrafe deste capítulo, de que, por escrever e pesquisar sobre Linguística e feminismo não conseguiu uma vaga de emprego, vemos que o machismo não atua apenas no

cerceamento dos nossos discursos de forma indireta (pelas normas, pelas forças centrípetas). Ele atua de forma direta, excluindo-nos das esferas sociais, dentre as quais está, também, a esfera acadêmica.

A consciência de gênero e a autodenominação são importantes pois, como diz Valentin Volóchinov,

Em algumas línguas, as formas puramente gramaticais são capazes de transmitir, de modo ainda mais flexível, as nuances da inter-relação social dos falantes e os diferentes graus de proximidade entre eles. Sob esse aspecto, chamam a atenção as formas de plural em algumas línguas: as assim chamadas formas “inclusivas” e “exclusivas”. Por exemplo, se o falante utilizar o “nós”, tiver em mente também o ouvinte e o incluir no sujeito do juízo, ele utilizará uma forma; já se tiver em vista a si próprio e um outro (“nós” no sentido de “eu” e “ele”) empregará outra forma. (VOLÓCHINOV, 2019[1926], p. 137).

Nossa autodesignação pode marcar nossa inter-relação com as outras mulheres, originando uma marcação de nosso grau de proximidade, de empatia.

Da mesma forma, a feminização linguístico-discursiva do léxico, das funções, dos graus, e das profissões, oferece, a nós, mulheres, a possibilidade de enxergarmos outras realidades, outras esferas, outras profissões, funções, cargos, antes não disponíveis a nós, como possibilidades. Se, como mostra Mikhail Bakhtin (2010a), tudo o que nos diz respeito, a começar por nosso nome, e que penetra em nossa consciência, vem-nos do mundo exterior, da boca dos outros (da mãe etc.), e nos é dado com a entonação, com o tom emotivo dos valores deles, se tomamos consciência de nós mesmas, originalmente, através dos outros, se deles recebemos a palavra, a forma e o tom que servirão a formação original da representação que teremos de nós mesmas, é essencial que, através da feminização linguístico-discursiva tentemos, de alguma forma, modificar as entonações, os valores sobre nós e sobre as outras mulheres nos discursos. A valorização das formas femininas na linguagem, portanto, é parte constitutiva da valorização de nós, mulheres na sociedade, da qual decorre a igualdade de gênero. A feminização linguístico-discursiva marca nossas diferenças, mostrando a singularidade de cada pessoa, sem generalizar-nos pelo masculino.

Para compreender a singularidade do discurso das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930) é que no próximo capítulo, detalharemos a metodologia empregada em nossa análise, para, a partir dela, iniciarmos o primeiro aspecto de nossa ordem metodológica. Assim, buscaremos compreender o funcionamento da imprensa operária, esfera da qual seus enunciados participavam. Nossa explanação buscará compreender seus enunciados em relação às suas condições concretas de sua existência. Por fim, discorreremos sobre o jornal *A Classe Operária* na República Velha.

3 A IMPRENSA OPERÁRIA BRASILEIRA NA REPÚBLICA VELHA: BREVES COMENTÁRIOS

“A imprensa e os historiadores conseguiram, portanto, durante séculos, ofuscar ou esconder a força de um movimento notável, ridicularizando-o ou diminuindo sua importância.

Foi necessário que as próprias mulheres, conscientizando-se de sua condição e dando-se conta das injustiças milenares perpetradas contra seu sexo e por uma cultura que as condena ao silêncio da história, surgissem em cena buscando recuperar palmo a palmo o seu passado escondido e ressuscitar a linguagem e os feitos de suas antepassadas.”

Zuleika Alambert (2004, p. 93).

Em minha dissertação de mestrado, intitulada *A escrita da mulher trabalhadora na imprensa operária brasileira da República Velha: a luta contra o enclausuramento e o preconceito linguístico*, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no início de 2018, investiguei como a imprensa operária na República Velha mostrou-se uma esfera discursiva possível às mulheres trabalhadoras, que, normalmente, sofriam com o enclausuramento de suas vozes e com o preconceito linguístico, os quais as excluía da maioria das esferas públicas. Por esse motivo, este capítulo terá como embasamento principalmente a pesquisa realizada nessa oportunidade.

Embora estivessem presentes na imprensa operária, sendo parte importante dessa esfera social, as mulheres trabalhadoras foram (e ainda seguem sendo) invisibilizadas, ofuscadas, ridicularizadas, diminuídas, como bem afirma Zuleika Alambert em *A mulher na história, a história da mulher*, no trecho destacado na epígrafe deste capítulo. É ainda necessário que nós mesmas, as próprias mulheres, escrevamos essa história, que ainda não está completa e esgotada. Há muito o que dizer.

É isso que nos propomos a fazer neste capítulo. Retomar o que escrevemos em pesquisa anterior, sobre a imprensa operária enquanto esfera discursiva possível às mulheres trabalhadoras, as quais tiveram muitas vezes seus discursos enclausurados nas fábricas, nas cozinhas, nas senzalas, nos conventos, ou foram estereotipadas como “mulheres públicas”, sujeitas à falta de respeito pelos “homens de bem”. Tal retomada tem como intuito preparar-nos para o próximo capítulo, nos quais buscaremos “Recuperar palmo a palmo o seu passado escondido, ressuscitar a linguagem e os feitos de [nossas] antepassadas” (ALAMBERT, 2004, p. 93).

Para tanto, na primeira seção deste capítulo, apresentaremos os procedimentos metodológicos que organizarão nossa análise. Nossos procedimentos, elaborados com base na

perspectiva dialógica do discurso e na discussão empreendida nesta tese sobre o feminismo dialógico, buscam a compreensão da feminização linguístico-discursiva como política linguística nos escritos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária*, tese por nós defendida.

Na segunda seção, discorreremos sobre a imprensa operária enquanto esfera discursiva, abordando a participação das mulheres nessa esfera. Por fim, na terceira e última seção deste capítulo, apresentaremos fatos relevantes sobre o jornal *A Classe Operária*, do qual os textos escritos por mulheres constituem o nosso objeto de análise.

3.1 A FEMINIZAÇÃO LINGUÍSTICO-DISCURSIVA COMO POLÍTICA LINGUÍSTICA DIALÓGICA NOS DISCURSOS DAS MULHERES TRABALHADORAS: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A temática desta tese, a feminização linguístico-discursiva nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária*, como já indicamos nos Apontamentos Introdutórios, foi escolhida porque, em minha dissertação de mestrado, *A escrita da mulher trabalhadora na imprensa operária brasileira da República Velha: a luta contra o enclausuramento e o preconceito linguístico* (BOENAVIDES, 2018), um dos aspectos visualizados na análise foi que muitos dos textos escritos por mulheres encontrados no jornal citado eram assinados coletivamente pelas trabalhadoras, sendo redigidos com a utilização recorrente de flexões de gênero (feminino) e de número (plural). Dessa maneira, como foi salientado nas considerações finais de minha dissertação,

[...] algumas marcas dos discursos analisados, tais como o uso do feminino e do plural, podem denotar que as mulheres trabalhadoras já possuíam também alguma consciência linguística. Nossa argumentação foi que, se, nos dias atuais, é defendida ferrenhamente a valorização do feminino na linguagem, sendo elaborados, inclusive, manuais sobre o tema, talvez encontremos nos discursos das mulheres trabalhadoras na imprensa operária os primeiros traços dessa valorização. Desenvolver essa questão, no entanto, ficará para um trabalho futuro. (BOENAVIDES, 2018, p. 157).

A presente pesquisa, assim, conecta-se e desenvolve um aspecto dos discursos das mulheres trabalhadoras observado anteriormente: a consciência linguística e a consciência de gênero inscritas no estilo de seus enunciados.

A partir dessas observações, acabamos chegando às questões de pesquisa a serem investigadas nesta tese: i) O uso do feminino e do plural nos escritos das mulheres no jornal *A Classe Operária* pode ser uma intervenção coletiva para visibilizá-las em seu discurso,

tratando-se, assim, de uma política linguística? ii) Quais as características da estilização discursiva a que chamamos feminização linguístico-discursiva nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária*? iii) O uso do feminino e do plural pode ser uma característica estilística capaz de indicar que as trabalhadoras que faziam suas reivindicações em *A Classe Operária* possuíam consciência de gênero e de classe (i.e., o entendimento de sua situação de gênero e classe, que as fizeram praticar ações capazes de mudar sua situação) bem como consciência do sexismo inscrito na linguagem?

Buscando responder a essas questões de pesquisa, temos, como objetivo geral, investigar a feminização linguístico-discursiva nos escritos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930), visando compreendê-la como política linguística feminista, e como objetivos específicos: a) analisar os discursos das mulheres trabalhadoras presentes no jornal *A Classe Operária* na República Velha, averiguando características que apontem para uma política linguística feminista; b) verificar, nos enunciados das mulheres trabalhadoras no referido jornal, sob um viés dialógico, a estilização discursiva a que chamamos de feminização linguístico-discursiva, ressaltando suas características nos planos lexical, gramatical e discursivo, e c) examinar nos discursos analisados vestígios da presença de consciência linguística, nos termos da análise dialógica do discurso, de consciência de classe, nos termos de Karl Marx, e de consciência de gênero, nos termos do feminismo dialógico, observando como isso afeta a estilística de seus enunciados.

Nossa pesquisa tem como *corpus* os registros escritos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* de 1925 a 1930. Escolhemos esse período por se tratar do período em que foram publicados os números pertencentes à primeira fase e ao início da segunda fase do jornal e para situar nossa pesquisa na chamada República Velha (1889-1930).

As edições a serem analisadas foram lidas e catalogadas, em sua maioria, durante minha pesquisa de mestrado¹²⁴. No entanto, como essa pesquisa anterior centrava-se na esfera discursiva “imprensa operária” enquanto campo de atuação linguística das mulheres trabalhadoras, por se tratar de uma pesquisa sociolinguística, os escritos femininos no periódico citado foram analisados em sua relação com a presença/ausência de textos escritos por mulheres em outros jornais operários. Assim, não foram analisados em profundidade os escritos das mulheres no jornal *A Classe Operária*, os quais serão tratados nesta tese.

Em sua primeira fase, como aprofundaremos na última seção deste capítulo, o jornal fora fechado pelo Ministro da Justiça Afonso Pena Júnior quando, na tipografia do jornal *O*

¹²⁴ Em minha pesquisa de mestrado, como o período analisado era a República Velha, foram analisadas as edições das duas fases, no entanto, da segunda fase, restringimos ao período entre de 1928 a 1930.

Paiz, era impresso o nº 13 da primeira fase (BRANDÃO, 1978). Os jornais já impressos deste último número foram todos queimados pelos policiais. Dessa forma, a primeira fase corresponde a 12 números.

No período da primeira fase, o Brasil estava “em estado de sítio – decretado em 5 de julho de 1924 e sucessivamente prorrogado até 31 de dezembro de 1926 –, o que tornava ainda mais difíceis as naturais dificuldades de um empreendimento dessa natureza” (PEREIRA, 1962, p. 62). De acordo com Astrojildo Pereira, um dos editores do jornal, *A Classe Operária* era vendido

diretamente nas fábricas e locais de trabalho, bem como nas sedes dos sindicatos operários, por membros do Partido e simpatizantes, alargando-se de semana em semana o círculo dos seus leitores. O êxito obtido ultrapassava, em suma, os cálculos mais otimistas. E isto significava que *A Classe Operária*, com todas as suas insuficiências e deficiências, correspondia a uma necessidade sentida pela massa operária, aparecendo e impondo-se como um genuíno porta-voz dos trabalhadores. (PEREIRA, 1962, p. 62).

O nº 1, publicado em 1º de maio de 1925, contou com 5 mil exemplares, os quais, segundo Astrojildo Pereira (1962), logo se esgotaram. Não encontramos nenhum microfilme dessa edição para cotejamento. De acordo com Otávio Brandão (1978), o nº 1 foi impresso pela manhã do dia 1º de maio de 1925, em formato pequeno, com 4 páginas, e foi distribuído¹²⁵ no comício em comemoração ao 1º de Maio, realizado na tarde daquele dia, na Praça Mauá.

Do nº 2 ao nº 4, também não encontramos nenhum vestígio, em nenhuma Hemeroteca do país (pesquisamos na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, no Arquivo Edgard Leuenroth, na Hemeroteca da UNESP e no acervo da Fundação Maurício Grabois).

Tivemos acesso aos números 5, 6, 7, 9 e 10 da primeira fase e aos números 1, 2, 3, 4, 18, 63, 65, 85, 86, 89, 92, 93 e 97 da segunda fase. Os microfimes do jornal *A Classe Operária* foram coletados em dois acervos¹²⁶. O acervo da Hemeroteca Virtual da Biblioteca Nacional (números 5, 6, 7, 9, 10 da primeira fase – de 1925 – e número 18 da segunda fase – após 1928) e o acervo da Fundação Maurício Grabois (números 1, 2, 3, 4, 63, 65, 85, 86, 89, 92, 93 e 97 da segunda fase – após 1928).

¹²⁵ Otávio Brandão não indica se a distribuição nesse dia foi gratuita ou não. Não encontramos informações a esse respeito em outras fontes.

¹²⁶ Ressaltamos que, em função da pandemia presente no Brasil desde 2020, nossa pesquisa foi bastante dificultada. Pretendíamos completar, por meio de visitas presenciais, em 2020 e 2021, nossa coleta em Hemerotecas nas quais vimos que estão presentes números do jornal *A Classe Operária*, como o Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL), da Unicamp e Hemerotecas da UNESP. Solicitamos acesso por e-mail em janeiro de 2021 aos arquivos do ASMOB – Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasileiro, da UNESP. Até a presente data, não recebemos retorno. Já no AEL digital, não encontramos microfimes digitalizados do jornal para acesso *online*.

As publicações da primeira fase ocorriam aos sábados, com exceção do nº 1, publicado numa sexta-feira, também por ser 1º de maio. O nº 5 foi publicado em 30 de maio de 1925, o nº 6, no dia 6 de junho de 1925, o nº 7, no dia 13 de junho de 1925, o nº 9, no dia 27 de junho de 1925 e o nº 10, no dia 4 de julho de 1925.

As publicações da segunda fase também ocorriam aos sábados, com exceção do nº 1, publicado em uma terça-feira, por ser 1º de maio. Assim, o nº 1 da segunda fase foi publicado em 1º de maio de 1928, o nº 2 em 5 de maio de 1928, o nº 3 em 12 de maio de 1928, o nº 4 em 19 de maio de 1928, o nº 18 em 25 de agosto de 1928, o nº 63 em 6 de julho de 1929, o nº 65 em 20 de julho de 1930, o nº 85 e, 15 de fevereiro de 1930, o nº 86 em 22 de fevereiro de 1930.

Devido à proximidade com as eleições, de 30 de março, e devido à sua repercussão, o nº 89 foi publicado em uma quinta-feira, 17 de abril de 1930. Já os números 92 e 93 foram publicados respectivamente em uma quinta-feira, 3 de julho de 1930, e em um sábado, 19 de julho de 1930. O último número coletado, antes do Golpe de 1930 (em 24 de outubro de 1930), foi o 97, em uma quarta-feira, 27 de agosto de 1930.

Nas 5 edições analisadas da primeira fase, foram coletados 14 textos assinados por mulheres, e nos 13 números consultados da segunda fase, foram coletados 7 textos assinados por mulheres. Todos os textos foram organizados no Quadro 4.

Quadro 4: Textos de autoria de mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930) coletados na pesquisa¹²⁷

E.	Data da edição	n.	p.	Título	Indicação de autoria/ Profissão/Atividade	Estado	Marcas de feminização linguístico- discursiva?
1	30/05/1925	5	1	“As operárias charuteiras da Bahia apelam para “A Classe Operária”	Operárias charuteiras de São Félix	BA	Sim
2	06/06/1925	6	1	“União dos trabalhadores em fábricas de fumo: apelo dos operários da Companhia Souza Cruz”	Os 1.500 operários e operárias da Companhia Souza Cruz	RJ	Sim
3	06/06/1925	6	2	“Entre as telefonistas”	As telefonistas do Rio de Janeiro	RJ	Sim
4	13/06/1925	7	1	“No Moinho Inglês”	Os operários e as operárias da fábrica de tecidos Moinho	RJ	Sim

¹²⁷ No quadro, abreviamos “enunciado” como “E”, número da edição como “n.” e página do enunciado como “p.”, para fins de formatação.

					Inglês		
5	13/06/1925	7	1	“Na Companhia Souza Cruz”	Os operários e as operárias da Companhia Souza Cruz	RJ	Sim
6	13/06/1925	7	3	“Na fábrica Estanca”	As operárias da fábrica Estanca	RJ	Sim
7	27/06/1925	9	1	“América Fabril”	Os operários e as operárias da América Fabril	RJ	Sim
8	27/06/1925	9	2	“O apelo dos operários têxteis”	Os operários e as operárias das fábricas de tecidos de Alagoas	AL	Sim
9	27/06/1925	9	2	“Pelos operários da Souza Cruz”	Operárias charuteiras de Muritiba.	BA	Sim
10	27/06/1925	9	2	“Em Pênedo (Alagoas)”	Os operários e as operárias das fábricas de Pênedo	AL	Sim
11	27/06/1925	9	2	“Em Jucutuquara”	Os operários e as operárias da fábrica de tecidos de Jucutuquara	ES	Sim
12	27/06/1925	9	3	“A greve das cigareiras do Recife”	Comitê de greve das cigareiras	PE	Sim
13	04/07/1925	10	2	“As charuteiras”	Operárias charuteiras de São Félix, e Muritiba	BA	Sim
14	04/07/1925	10	2	“Em Madureira”	As costureiras de Madureira	RJ	Sim
15	1º/05/1928	1 (2ª)	2	“As telefonistas”	Uma das vítimas	RJ	Sim
16	12/05/1928	3 (2ª)	2	Sem título	As operárias da fábrica Dannemann (BA)	BA	Sim
17	25/08/1928	18 (2ª)	2	“Na fábrica Bhering”	Olinda Borges	RJ	Sim
18	25/08/1928	18 (2ª)	3	“Mulheres trabalhadoras do Brasil, alerta!”	Hermelinda Borges, operária pespontadeira	RJ	Sim
19	06/07/1929	63 (2ª)	2	“As reivindicações das mulheres trabalhadoras”	O Comitê das Mulheres Trabalhadoras do Rio	RJ	Sim
20	20/07/1929	65 (2ª)	1-4	“O papel preponderante da mulher”	O Comitê das Mulheres Trabalhadoras	RJ	Sim
21	20/07/1929	65 (2ª)	2	“Às mulheres trabalhadoras do Uruguai”	O Comitê das Mulheres Trabalhadoras do Rio	RJ	Sim

Fonte: Elaborado pela autora.

A organização foi realizada por número. Coletamos, assim, da primeira fase, um enunciado do nº 5, de 30 de maio de 1925, dois enunciados do nº 6, de 6 de junho de 1925, três enunciados do nº 7, de 13 de junho de 1925, seis enunciados do nº 9, de 27 de junho de 1925 e dois enunciados do nº 10, de 4 de julho de 1925. Foram encontrados três textos de trabalhadoras do estado da Bahia, seis do Rio de Janeiro, dois de Alagoas, um do Espírito Santo e um de Pernambuco. Sobre a profissão ou atividade das autoras, três textos foram assinados por charuteiras, um por telefonistas, seis por tecelãs ou costureiras e três por cigareiras.

Da segunda fase, coletamos um enunciado do nº 1, de 1º de maio de 1928, um enunciado do nº 3, de 12 de maio de 1928, dois enunciados do nº 18, de 25 de agosto de 1928, um enunciado do nº 63, de 6 de julho de 1929, e dois enunciados do nº 65, de 20 de julho de 1929. Foram coletados nas edições da segunda fase seis enunciados de trabalhadoras do Rio de Janeiro e um texto de trabalhadoras da Bahia. Sobre profissão ou atividade das autoras, um texto fora assinado por uma telefonista, um por uma operária pespontadeira, um sem especificação de profissão (Olinda Borges), mas que, pela indicação do local de trabalho da autora, cogitamos se tratar de uma operária da fábrica de chocolates e café Bhering, e um por charuteiras.

Todos os enunciados assinados por mulheres que foram coletados possuíam algum indício estilístico de feminização linguístico-discursiva. Dessa forma, devido ao vasto número de textos encontrados, a seleção e a organização dos enunciados a serem analisados foi parte constitutiva da pesquisa realizada, visto que o contato empírico com os textos coletados é basilar para a pesquisa na área dos estudos discursivos que possuem como *corpus* enunciados escritos.

Dos vinte e um enunciados coletados, selecionamos três enunciados assinados coletivamente para analisarmos integralmente, devido à sua representatividade por estado do país e profissão das autoras. Nossa seleção buscou contemplar o maior número de profissões possível, devido ao fato de, entre nossas questões de pesquisa, constar a seguinte pergunta: “O uso do feminino e do plural pode ser uma característica estilística capaz de indiciar que as trabalhadoras que faziam suas reivindicações em *A Classe Operária* possuíam consciência de gênero e de classe (i.e., o entendimento de sua situação de gênero e classe, que as fizeram praticar ações capazes de mudar sua situação) bem como consciência do sexismo inscrito na linguagem?”, e por ser um dos objetivos específicos desta tese examinar nos discursos analisados vestígios da presença de consciência linguística, nos termos da análise dialógica do discurso, de consciência de classe, nos termos de Karl Marx, e de consciência de gênero, nos termos do feminismo dialógico, observando como isso afeta a estilística de seus enunciados.

Entendemos que o número de enunciados selecionados seja substancial para demonstrar

a ocorrência da feminização linguístico-discursiva enquanto política linguística. Salientamos, contudo, que alguns dos demais enunciados coletados serão apresentados em nossas análises, por estabelecerem relações dialógicas com os enunciados selecionados.

- 1) Do nº 5, de 30/05/1925, foi selecionado o enunciado “As operárias charuteiras da Bahia apelam para ‘A Classe Operária’”, assinado pelas Operárias charuteiras de São Félix (BA).
- 2) Do nº 6, de 06/06/1925, foi selecionado o enunciado “Entre as telefonistas”, assinado pelas telefonistas do Rio de Janeiro (RJ).
- 3) Do nº 9, foi selecionado o enunciado “O apelo dos operários têxteis”, assinado pelos operários e pelas operárias das fábricas de tecidos de Alagoas (AL).

Para melhor visualização da representatividade dos enunciados selecionados por estado do país, profissão das autoras e edição, elaboramos o Quadro 5:

Quadro 5: Seleção de enunciados conforme profissão e estado das autoras

Profissão	Estado	Nº/data
Operárias das fábricas de fumo	BA	5 (30/05/1925)
Telefonistas	RJ	6 (06/06/1925)
Operárias têxteis	AL	9 (27/06/1925)

Fonte: Elaborado pela autora.

Na seleção dos enunciados, como já explicamos, procuramos observar sua representatividade por estado do país e profissão das autoras. Essa representatividade, a nosso ver, fica ainda mais evidente quando contemplamos o Quadro 5. Temos, assim, um enunciado assinado por charuteiras da Bahia, um enunciado de telefonistas do Rio de Janeiro e um de operárias de fábricas têxteis de Alagoas. Observamos, na seleção dos enunciados, que as autoras se localizavam nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

Além de representarem cronotópica e profissionalmente as autoras dos enunciados coletados em nossa pesquisa, julgamos que os enunciados selecionados são representativos da situação socioeconômica brasileira do período da Primeira República, servindo para que nossas análises possam contemplar um dos aspectos da época: o Brasil e o mundo foram marcados por mudanças e modernizações, as quais demarcaram um período revolucionário¹²⁸. Esse período foi abalizado pela revolução industrial e por uma revolução tecnológica (criação e

¹²⁸ Sobre a urbanização, a modernização, os avanços científicos e a industrialização no período da República Velha, ver Nicolau Sevcenko (1992; 2010), Sidney Chalhoub (2001; 2017) e Simone Petraglia Kropf (2006).

modernização de várias tecnologias, como eletrodomésticos, linhas telefônicas etc.) e científica (criação de vacinas, avanços na medicina, entre outros avanços significativos).

Observamos que, devido ao ofício desempenhado pelas autoras e pelo conteúdo temático dos seus enunciados, supomos que seja possível estabelecer relações dialógicas entre os enunciados das charuteiras da Bahia com as demais operárias de fábricas de fumo, tais como as operárias da fábrica Souza Cruz e as cigareiras do Recife, entre os enunciados das telefonistas do Rio de Janeiro e os enunciados assinados por outras trabalhadoras do Rio de Janeiro e entre os enunciados das operárias têxteis das várias localidades brasileiras (Alagoas, Espírito Santo e Rio de Janeiro). Por esse motivo, selecionados os enunciados, foi importante refletir sobre como organizá-los em relação aos demais enunciados. Escolhemos sistematizá-los conforme a sua autoria por profissão e estado do país, de modo a dar visibilidade aos diferentes ofícios e diversos espaços geográficos ocupados pelas trabalhadoras. Dividimos os textos em três grupos:

- a) As charuteiras do Recôncavo Baiano
- b) As telefonistas do Rio de Janeiro
- c) As operárias das fábricas têxteis de Alagoas

A respeito da análise, seguiremos a ordem metodológica proposta por Valentin Volóchinov em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (MFL), a qual citamos na seção 1.2 desta tese:

- 1) Formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas;
- 2) Formas dos enunciados ou dos discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica;
- 3) Partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual. (2018[1929], p. 220).

A partir da citada ordem metodológica, elaboramos nossa metodologia, em função de nossos objetivos, já retomados nesta seção, voltada ao nosso objeto de estudo.

1. recuperação do contexto das mulheres que escreviam para o jornal *A Classe Operária* entre os anos de 1925 e 1930, buscando descrever e interpretar as relações entre a base (modo de produção/ relações de produção e classes sociais) e as práticas discursivas na esfera discursiva imprensa operária brasileira na República Velha;

2. reflexão sobre os enunciados das mulheres trabalhadoras no referido jornal, verificando o seu gênero discursivo, em sua estrutura composicional, seu estilo e seu conteúdo temático, e analisando como a ideologia de classe das mulheres trabalhadoras, isto é, o papel social que desempenhavam ao produzir os textos para o jornal *A Classe Operária*, juntamente com a sua relação com suas/seus interlocutoras(es) (sendo essas/esses, outras trabalhadoras, os trabalhadores, os sindicatos ou os seus patrões) organizou a estilística de sua enunciação;
3. análise das formas linguísticas nestes enunciados, observando a existência da estilização a que chamamos de feminização linguístico-discursiva e ressaltando suas características nos planos lexical, gramatical e discursivo.

Apontamos que a escolha por essa ordem metodológica decorre do fato de entendermos que seja, conforme Volóchinov (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010d; VOLÓCHINOV, 2018; VOLOŠINOV, 2010), nessa mesma ordem que se dá o devir (a formação, o desenvolvimento, a mudança) real da língua/linguagem: as relações sociais mudam, motivadas por mudanças infraestruturais e superestruturais, depois, mudam a comunicação e a interação verbais nas esferas sociais/discursivas, por fim, essas mudanças geram mudança das formas da língua. Pensar nessa ordem acaba elucidando a questão da feminização linguístico-discursiva enquanto política linguística, não como uma proposta de mudança linguística direta, uma vez que, ressaltamos, a mudança linguística e a mudança das relações sociais não ocorrem de forma direta e unilateral, mas como uma proposta que repensa as ideologias sobre as relações de gênero na sociedade, inscritas na linguagem e nos discursos.

Salientamos que o primeiro aspecto de nossa metodologia – a recuperação do contexto das mulheres que escreviam para o jornal *A Classe Operária* entre os anos de 1925 e 1930, buscando descrever e interpretar as relações entre a base (modo de produção/ relações de produção e classes sociais) e as práticas discursivas na esfera discursiva imprensa operária brasileira na República Velha – contará com várias fontes, dentre as quais, fontes impressas e manuscritas, relatos presentes em obras literárias e em outros jornais, combinados com análise iconográfica. Assim, apresentaremos fotografias, gravuras e demais imagens, não as tratando apenas como “ilustração” dos discursos a serem analisados, mas também como partes importantes para o entendimento e para a recuperação do contexto desses discursos.

Na recuperação do contexto das mulheres trabalhadoras, não deixaremos de considerar, a complexidade das classes sociais do Brasil da época. Dessa forma, baseando-nos na exposição feita por Heleieth Saffioti em *O poder do macho* (1987, p. 56-57), consideraremos que “as

classes dominantes se compõem de diferentes segmentos sociais”, os quais muitas vezes se unem para garantir seus interesses, mas às vezes, entram em conflito. Desse modo, consideraremos a parte das classes dominantes que oprimia as operárias, autoras dos enunciados que aqui serão analisados como “burguesia industrial”.

Também, a partir de Heleieth Saffioti, ponderaremos sobre a heterogeneidade das classes dominadas, às quais pertenciam as mulheres das quais o discurso será por nós analisado. Assim, consideraremos que as classes dominadas são formadas por mulheres e homens, negras(os), indígenas e brancas(os), com diferentes “graus de qualificação, inserid[as] de distintas maneiras no sistema produtivo e percebendo salários muito desiguais” (1987, p. 57).

Esse passo de nossa metodologia será iniciado neste capítulo, em que analisaremos a imprensa operária brasileira da República Velha enquanto esfera discursiva e discorreremos sobre aspectos do jornal *A Classe Operária* na Primeira República. No próximo capítulo, pretendemos descrever e interpretar as demais esferas em que estavam inseridas as mulheres trabalhadoras autoras-criadoras dos enunciados analisados, definidas tanto pelo seu ofício, fator indispensável para efetuar nossa análise a partir de um recorte de classe, como também pela sua localização sociogeográfica e pela sua temporalidade, essenciais para uma análise cronotópica dos enunciados. Também no próximo capítulo serão abordados os segundo e terceiro passos de nossa metodologia, a reflexão sobre os enunciados das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* e a análise das formas linguísticas nestes enunciados, através do contato empírico com esses enunciados. Buscaremos verificar as relações dialógicas existentes entre os enunciados selecionados e alguns dos demais enunciados coletados em nossa pesquisa, das quais decorre a possibilidade de a estilização a que chamamos de feminização linguístico-discursiva ser observada como política linguística.

Salientamos que, por visualizarmos que a transcrição tal e qual os enunciados foram escritos não traria benefícios às nossas análises, e por entendermos que a transcrição nas normas vigentes traria uma melhor compreensão de sua totalidade, favorecendo a análise por nós empreendida, optamos por, nas transcrições dos enunciados, padronizar a escrita nas normas vigentes atualmente, nossas palavras próprias, nas quais “não há mistérios”, como escreve Valentin Volóchinov (2017, p. 188). Dessa forma, a transcrição atualizará a ortografia dos enunciados conforme o Acordo Ortográfico que vigora no Brasil desde 2009.

Em nossa análise, utilizaremos as noções da análise dialógica do discurso abordadas no primeiro capítulo desta tese. Serão fundamentais os conceitos de esfera discursiva, gênero discursivo, enunciado, signo ideológico, estilo/estilização, reflexo e refração, acentos valorativos/axiológicos, vozes sociais (heterodiscurso), coro de apoio, empatia e exotopia,

relações dialógicas, forças centrípetas e forças centrífugas. Também a partir da teoria apresentada no primeiro capítulo desta tese, empregaremos em nossa análise o conceito de política linguística a partir de uma perspectiva dialógica.

Seguiremos também as pressuposições do feminismo dialógico, apresentadas no capítulo 2. Assim, observando as questões abordadas na seção 2.2 desta tese, “visualizamos que, para se ter consciência das opressões, é preciso ter palavras para nomeá-las e, para se falar sobre as opressões, é preciso ter para quem contá-las. Analisaremos, assim, os signos ideológicos utilizados pelas mulheres para denominar as opressões que sofriam e como, em seus enunciados, as mulheres trabalhadoras se relacionam com o jornal *A Classe Operária* enquanto espaço discursivo de expressão de suas lutas.

Além disso, também pensando nas questões abordadas na seção 2.2, entendemos que o feminismo pode se configurar como uma resposta às opressões sofridas, sendo, desse modo, a consciência de gênero constitutivamente dialógica. É por essa razão que observaremos, nos enunciados, as possíveis motivações que as mulheres tiveram para escrever ao jornal, analisando tais enunciados como atos responsivos e como essas motivações são indícios de seu feminismo.

Também refletiremos sobre outras questões abordadas na seção 2.2, como a discussão sobre a maneira que o feminismo dialógico busca que relatemos a nós mesmas e escutemos às outras mulheres. Nessa relação dialógica, em que o feminismo se apresenta como lugar de fala e de escuta, as formas como denominamos a nós mesmas e às outras mulheres revelam aspectos de nossa consciência de gênero e de classe, sendo a autodenominação um índice da autoconsciência. Desse modo, buscaremos observar como ocorrem, nos enunciados selecionados, a autodenominação e autoadjetivação e a denominação e adjetivação conferida às suas companheiras de trabalho.

É a partir da visualização da autodenominação e da denominação das outras mulheres nos enunciados analisados que trataremos da estilização discursiva a que chamamos de feminização linguístico-discursiva, discutida na seção 2.3 desta tese. Observaremos como esse ato responsivo ocorre no nível lexical, das nomeações das funções, atividades e profissões e nos níveis gramatical e discursivo, na denominação das/dos interlocutoras(es) e na autodenominação. Procuraremos visualizar, através das relações dialógicas estabelecidas entre os discursos do conjunto dos enunciados analisados, indícios de que a feminização linguístico-discursiva fosse uma política linguística adotada no interior da esfera discursiva imprensa operária na República Velha, especificamente no jornal *A Classe Operária*.

A partir do conjunto da investigação, buscamos defender a tese de que a feminização

linguístico-discursiva nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930) se manifesta como uma política linguística, uma vez que esse ato responsivo, percebido no conjunto de seus enunciados, por um lado, reflete uma prática estilística recorrente inscrita na linguagem e, por outro, refrata a defesa dos direitos das mulheres no mundo do trabalho.

Para o desenvolvimento da análise, passamos à próxima seção, na qual discorreremos sobre a imprensa operária enquanto esfera discursiva na Primeira República.

3.2 A IMPRENSA OPERÁRIA BRASILEIRA ENQUANTO ESFERA DISCURSIVA NA REPÚBLICA VELHA

Astrojildo Pereira¹²⁹, um importante jornalista da imprensa operária, fundador e editor de *A Classe Operária*, em 1947 apresentou uma conferência na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (1990 [1947]). Nos manuscritos de sua conferência, aos quais tivemos acesso, o escritor assinala alguns dados históricos importantes sobre a imprensa operária brasileira. A partir dos dados da conferência de Astrojildo, que indicou 50 títulos de jornais publicados no Brasil e da obra *A Imprensa Operária no Brasil* (1978), de Maria Nazareth Ferreira, que indicou mais 343 títulos, em minha dissertação de mestrado (BOENAVIDES, 2018), pude fazer um levantamento sobre os jornais operários brasileiros, desde o jornal mais antigo (*O Jornal dos Tipógrafos* que surgiu em 1867, ainda no Período Imperial, como forma desta classe reivindicar melhores salários aos donos dos grandes jornais da época, como *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* etc.), ao último que surgiu na República Velha (*Il Rissorgimento*, criado em 1927 em São Paulo), chegando a 368¹³⁰ títulos que circularam no Brasil, editados em português, italiano, espanhol e alemão.

Durante o período da República Velha (1889-1930), a imprensa operária foi uma esfera discursiva, a partir da qual trabalhadoras e trabalhadores podiam reivindicar melhores condições de trabalho, expor situações de trabalho degradantes e propor e organizar ações concretas para marcar oposição à exploração de sua força de trabalho. Maria Nazareth Ferreira

¹²⁹ Os manuscritos constituem o roteiro preparado por Astrojildo para uma conferência sobre a imprensa operária, que pronunciou na Associação Brasileira de Imprensa, ABI, no Rio de Janeiro, em julho de 1947, com o objetivo de angariar fundos para a imprensa comunista, promovida pelo Movimento de Auxílio à Tribuna Popular (diário do PCB).

¹³⁰ Saliento que quatro periódicos foram incluídos na revisão/preparação para publicação da pesquisa em livro, em 2021, totalizando 372 títulos, a partir da publicação feita pelo bibliotecário Alzemi Machado: *A Imprensa catarinense no Século XIX: catálogo descritivo e ilustrado do acervo de jornais raros da Biblioteca Pública de Santa Catarina - Hemeroteca Digital Catarinense*, publicado em 2020. Ainda na preparação, irei acrescentar os periódicos citados por Edgar Rodrigues no livro *Pequena história da imprensa social no Brasil* (1997). Agradeço a Fernanda Grigolin por ter apontado essa melhoria ao meu levantamento em sua tese, defendida em 2020.

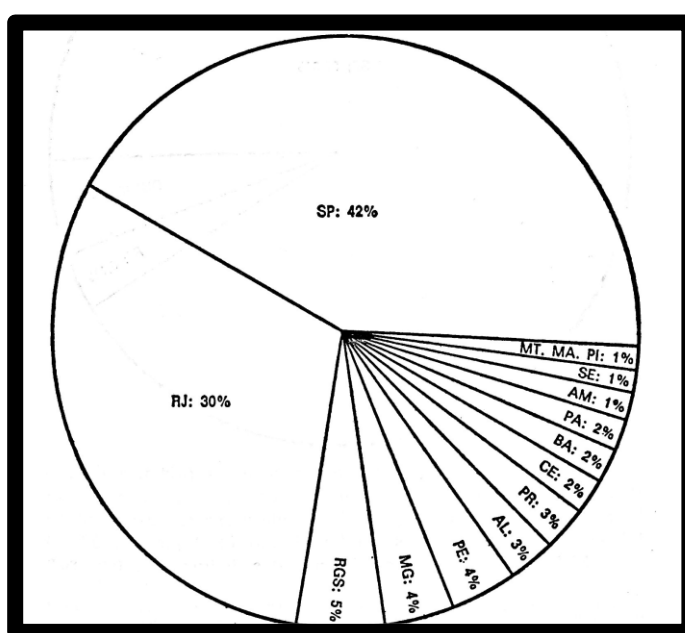
(1978, p. 89) comparou dados que mostraram como a imprensa operária foi utilizada como meio de disseminação de greves, fazendo um cruzamento entre a fundação de jornais e a ocorrência de greves em São Paulo entre 1890 e 1920, o qual mostrou que a imprensa operária teve impacto direto na incidência de greves naquele estado.

De acordo com Astrojildo Pereira, o movimento operário alcançou certo grau de independência com a abolição da escravatura (1888) e o advento de República (1889), “ganhando corpo e ampliando-se, principalmente nos centros urbanos mais importantes” (PEREIRA, 1990 [1947], p. 84). Isso fez com que a importância dos periódicos operários se acentuasse, sendo primordiais para a organização de greves e de partidos políticos com ideais comunistas. Os jornais operários circulavam em todo o país, sobretudo, nos centros urbanos. Como mostro em minha dissertação,

[...] muitos jornais, mesmo sendo publicados em determinadas cidades, circulavam, muitas vezes, por várias localidades, principalmente onde havia a organização de trabalhadores em associações de classes; alguns circulavam por todo o país, como foi o caso do jornal do PCB, *A Classe Operária*. (BOENAVIDES, 2018, p. 131).

Maria Nazareth Ferreira elabora o seguinte gráfico (GRÁFICO 1) para mostrar a distribuição dos jornais operários publicados no Brasil entre 1880 e 1920, a partir do qual observamos que os jornais operários eram publicados predominantemente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro:

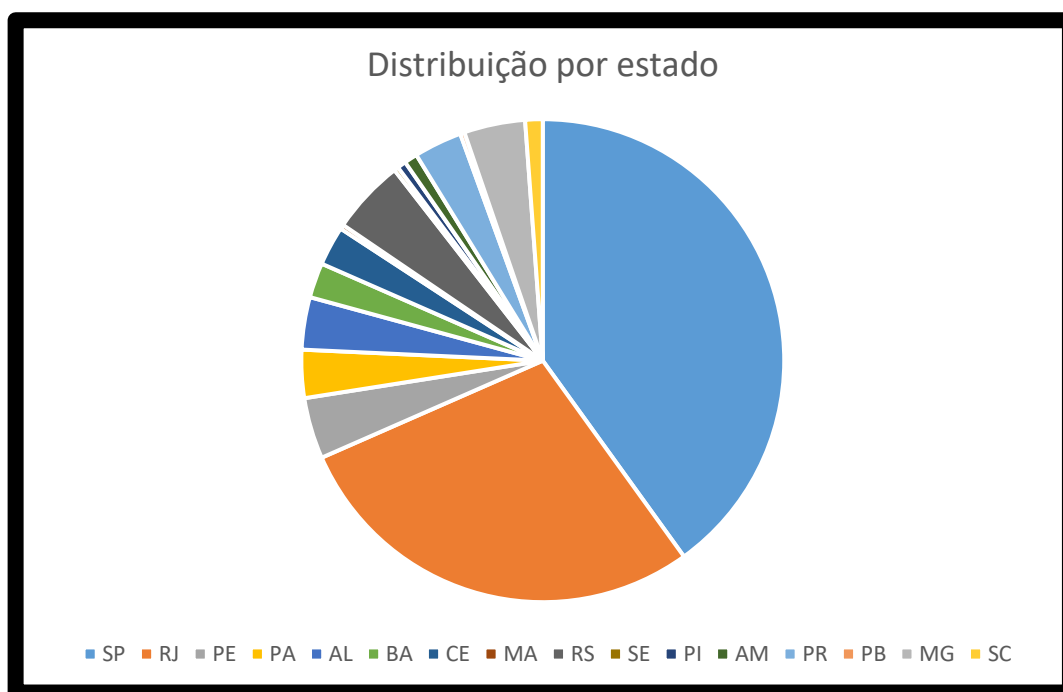
Gráfico 1: Distribuição dos jornais operários no Brasil



Fonte: Ferreira (1978, p. 89).

Em minha dissertação de mestrado, embora tenha feito o cruzamento de dados entre os estudos de Ferreira e Pereira, acabei não elaborando o gráfico da distribuição de jornais operários publicados na República Velha por estado, que teria sido importante para visualizarmos se houve alguma mudança dos dados do gráfico da pesquisa de Maria Nazareth Ferreira, que abrangia um período diferente do analisado em minhas pesquisas (República Velha). Por isso, abaixo, apresento o Gráfico 2, contendo apenas os jornais publicados entre 1889 e 1930, conforme sua distribuição por estado.

Gráfico 2: Distribuição por estado dos jornais operários publicados na República Velha



Fonte: elaborado pela autora a partir da pesquisa em Boenavides (2018), Ferreira (1978), Pereira (1990) e Machado (2020).

É possível perceber, através da comparação entre os gráficos, que os dados mudam pouco: o estado de São Paulo continua sendo responsável pela maioria dos jornais publicados, passando de 42% para 40% das publicações, enquanto o Rio de Janeiro tem uma pequena diminuição da porcentagem, de 30% para 28%, diferença essa que passa para estados do norte e do nordeste: Alagoas, passa de 3% para 4%, o Ceará, passa de 2% para 3%, assim como o Pará. O estado de Santa Catarina também não aparecia no gráfico de Ferreira, e passa a aparecer no nosso, com 1%, a partir de pesquisa posterior para a publicação da dissertação, na qual encontramos o catálogo elaborado pela Hemeroteca Digital Catarinense (MACHADO, 2020).

A mudança na porcentagem, embora pequena, pode ser decorrente do aumento da industrialização nos estados do norte e do nordeste, ou pode advir da substituição da mão de obra escravizada para a mão de obra livre, o que fez com que se propagassem greves e movimentos também no setor agrário, que contava, também, com maquinário industrial, para, por exemplo, refinar açúcar, como mostra José Miguel Arias Neto (2003), em seu capítulo “Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização”. Por outro lado,

É fundamental destacar que a história não é um movimento linear e progressivo de transformações. [...] Essa imprevisibilidade faz com que a história seja sempre indeterminável, múltipla, plural e dialética, com suas mudanças e transformações, mas também com suas permanências. Evidentemente, ao se narrar determinado acontecimento, é preciso levar em conta que há uma memória do vencedor (um indivíduo, uma família, um partido, uma classe social), que se reproduz a partir de uma narrativa triunfante, normalmente construída por ele próprio, acerca de seus atos. Essa versão muitas vezes é aceita como verdade até que uma revisão historiográfica da questão demonstre que as coisas não se passaram exatamente como contadas. (ARIAS NETO, 2003, p. 224).

O pesquisador mostra que, na história do desenvolvimento da economia cafeeira e da industrialização no Brasil, por se levar em conta o pressuposto de que São Paulo e o Distrito Federal (RJ) na época concentraram grande parte das indústrias do país, “durante algum tempo minimizou-se a importância da economia cafeeira e da industrialização em outras regiões” (ARIAS NETO, 2003, p. 223-225). Entendemos que isso talvez tenha ocorrido com os estudos históricos da imprensa operária, os quais podem ter minimizado a existência de organizações de trabalhadoras e trabalhadores em outros estados, por pressupor que os dados da história da industrialização do país fossem inquestionáveis.

Desse modo, destacamos que, mesmo que os dados apontem que mais da metade dos jornais da imprensa operária da Primeira República eram publicados no Rio de Janeiro e em São Paulo, cremos que, para melhor embasar essa informação, é preciso realizar uma pesquisa que busque, em acervos e hemerotecas brasileiros de outros estados, a existência de jornais da imprensa operária, o que não faremos aqui, por não ser nosso objetivo. Ressaltamos, também, que alguns jornais podem ter ficado de fora das pesquisas de Ferreira e de Pereira, e da nossa própria pesquisa, fato que não as invalida. Contudo não podemos deixar de fazer a ressalva de que os dados aqui apresentados podem estar incompletos, devido à dificuldade de encontrarmos jornais da imprensa operária da época em outras hemerotecas fora do eixo Rio de Janeiro (uma das nossas principais fontes foi a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional) e São Paulo (nossa segunda fonte foi a Hemeroteca da UNICAMP, que mantém, no Arquivo Edgard Leuenroth, um amplo acervo da imprensa operária brasileira).

Uma das características da imprensa operária essencial para situá-la enquanto esfera discursiva é indicada por Maria Nazareth Ferreira em *A Imprensa Operária no Brasil* (1978). Diferentemente dos demais jornais, que possuíam dependência econômica de seus patrocinadores, os jornais operários eram elaborados para se opor ao sistema vigente, sendo, na maioria das vezes, financiados pelas(os) próprias(os) operárias(os), o que fazia com que, segundo Ferreira, não cometessem tantos “deslizes da parcialidade” e “do tendencioso”. No entanto, de acordo com a autora, “É evidente que, mesmo nestas condições, os deslizes da parcialidade e do tendencioso existiram e precisam ser considerados no devido valor” (FERREIRA, 1978, p. 87).

Observamos que os deslizes da parcialidade e do tendencioso apontados pela autora são dados justamente pelo fato de os jornais operários possuírem maior autonomia financeira. A chamada parcialidade advém da consequência dessa autonomia: as opiniões, fatos e reivindicações presentes nos jornais da imprensa operária contêm as valorações conferidas(os) pelas(os) trabalhadoras(es) aos objetos de seus escritos, as quais podem ser vistas como “genuínas” e “sinceras”.

Sobre a tiragem desses jornais, “de acordo com a pesquisa de Ferreira, variavam de 1.000 a 10.000 exemplares, sendo impressos trimestralmente, mensalmente, semanalmente ou até diariamente” (BOENAVIDES, 2018, p. 132). Ainda de acordo com Ferreira (1978), mais de 60 títulos operários eram escritos em língua estrangeira, o que evidencia a preocupação das/dos editoras(es) de jornais operários de chegarem ao maior número de trabalhadoras(es), o que nos pareceu ter ligação com o objetivo dos jornais: a propaganda de ações do movimento operário e de ideias anarquistas e comunistas.

Talvez devido à propagação das ideias anarquistas e comunistas na imprensa, na República Velha, houve forte censura. Essa censura era um dos motivos dos quais advinha a irregularidade na publicação e distribuição dos jornais operários. Entre as leis de censura da época, destacamos o Decreto 85-A (1889), o Decreto nº 847 (1890) e as Leis Adolfo Gordo (conjunto de leis promulgadas entre 1907-1923).

O Decreto 85-A foi assinado dia 23 de dezembro de 1889, apenas um mês após a Proclamação da República (15 de novembro de 1889) por Marechal Manoel Deodoro da Fonseca (Chefe do Governo Provisório) e por outros integrantes do governo, entre eles, Quintino Bocaiuva e Aristides da Silveira Lobo, dois jornalistas. Em seu Artigo 1º, o Decreto assinalava que as pessoas que “[...] aconselharem ou promoverem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar; [...] serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição”

(BRASIL, 1890a, p. 316).

O Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 (BRASIL, 1890b), chamado também de Código Penal de 1890, possuía dois artigos direcionados à imprensa em geral. O Art. 126, que instituía pena de prisão por um a três meses a quem promovesse resistência ou conspiração por escritos impressos ou litografados distribuídos para mais de 15 pessoas (BRASIL, 1890b) e o Art. 316, que estabelecia pena de prisão por seis meses a dois anos e multa de 500\$ a 1:000\$000 àquele que cometesse “calúnia” em panfleto impresso ou litografado, distribuído para mais de 15 pessoas.

As Leis Adolfo Gordo, de acordo com o verbete “Leis Adolfo Gordo” do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), elaborado por Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, eram compostas por quatro leis: a primeira Lei de Expulsão de Estrangeiros (de 1907, modificada em 1913), a segunda Lei de Expulsão de Estrangeiros (de 1919), a Lei de Acidentes no Trabalho (de 1919) e a Lei de Imprensa (de 1923). As leis que dispunham sobre a expulsão de pessoas estrangeiras levavam em consideração o fato de essas disseminarem ideais anarquistas e comunistas no país e organizarem greves, como é possível perceber no discurso de Adolfo Gordo:

Informa este documento que tenho em mãos, (mostrando um papel) emanado de uma repartição pública de São Paulo, que já há naquele Estado 26 sociedades anarquistas. Os chefes dos grupos anarquistas limitavam-se, a princípio, a fazer propaganda de suas ideias libertárias em Santos e na Capital, agitando as várias classes operárias, provocando greves que se repetiam com muita frequência, e prejudicando consideravelmente a vida industrial daquelas cidades. Uma das últimas greves que tiveram lugar na Capital, durou mais de 30 dias e nela estiveram envolvidos cerca de 10.000 operários. [...] (GORDO, 2006 [1912], s.p.).

O Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907, chamado de “Lei de Expulsão de Estrangeiros”, representava uma constante ameaça a quem escrevia na imprensa operária, visto que os “jornais operários, fazendo-se porta-vozes de colonos e operários, denunciavam arbitrariedades e intimidação policial” (LANG, SD, p. 3). Esse decreto foi modificado em 1913, tornando-se mais rígido, tendo como intuito “conter as greves e proibir a proliferação de jornais operários anarquistas, censurando os seus discursos” (BOENAVIDES, 2018, p. 60).

Outra lei proposta por Adolfo Gordo e sancionada durante a República Velha foi o Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923, que regulava a liberdade de imprensa. A sanção mais controversa desse decreto era exigir a assinatura em todos os artigos publicados pelos jornais. De acordo com o pesquisador Nelson Werneck Sodré, em *História da imprensa no Brasil* (1999), enquanto essa lei transitava na Câmara dos Deputados, em 1922, ocorria o I

Congresso do Partido Comunista, sendo noticiado pelo mensário *Movimento Comunista*, o qual apesar do decreto de Adolfo Gordo, manteve-se até julho de 1923.

Notamos que, em face a toda a censura da época, o “fato de termos acesso, ainda nos dias atuais, a jornais da imprensa operária, nos indica a resistência proletária à censura” (BOENAVIDES, 2018, p. 61). Porém, como defendi em minha dissertação, “nem sempre existem leis escritas a regular os discursos, tanto da imprensa, quanto em demais esferas discursivas. No entanto, os discursos são, sempre, regulados” (BOENAVIDES, 2018, p. 61). Tanto é verdade, que, mesmo não existindo uma lei que censurasse a escrita das mulheres trabalhadoras na imprensa operária, elas possuíam pouco espaço nessa esfera, embora seja possível dizer que a imprensa operária era uma esfera de atividade possível às mulheres na República Velha, como poucas esferas da época.

A participação das mulheres na imprensa operária foi uma das temáticas principais de minha dissertação de mestrado. Sobre essa participação, “vimos que a equipolência de vozes, pregada pelos ideais anarquistas e socialistas, não era regra no interior da imprensa operária enquanto esfera discursiva”, uma vez que “sua participação era pequena, tanto na redação/edição dos jornais operários, quanto na escrita de textos nestes publicados” (BOENAVIDES, 2018, p. 156). A partir dos dados coletados em minha pesquisa de mestrado, pude elaborar o Quadro 6, no qual busco indicar as principais editoras e os principais editores da imprensa operária brasileira durante a Primeira República.

Quadro 6: Principais editoras e editores da imprensa operária na República Velha

Editor(a)/Redator(a)	Periódicos por ano e estado
Antônio Canellas	1916- <i>Tribuna do Povo</i> (AL) 1917- <i>A Semana Social</i> (AL) 1917- <i>Tribuna do Povo</i> (PE) 1917- <i>A Patuléia</i> (RS)
Astrojildo Pereira	1918- <i>Crônica Subversiva</i> (RJ) 1919- <i>O Germinal</i> (RJ) 1922- <i>Movimento Comunista</i> (RJ) 1925- <i>A Classe Operária</i> (RJ)
Edgard Leuenroth	1899- <i>Folha do Braz</i> (SP) 1901- <i>A Lanterna</i> (SP) 1903- <i>Sempre Avanti</i> , em italiano (SP) 1905- <i>A Terra Livre</i> (SP) 1908- <i>Folha do Povo</i> (SP) 1911- <i>A Vanguarda</i> , 1917 (SP) <i>A Plebe</i> , 1920- <i>A Patuléia</i> (SP)
Elisa Scheid	1904- <i>A União Operária</i> (RJ)
Ernestina Lesina	1904- <i>Anima e Vita</i> (SP)
Everardo Dias	1903- <i>O Livre Pensamento</i> 1911- <i>A Guerra Social</i>

	1915- <i>O Livre Pensamento</i>
Florentino de Carvalho	1911- <i>A Revolta</i> 1913- <i>Germinal</i> 1914- <i>A Rebelião</i>
Gigi Damiani	1893- <i>Il Risveglio</i> 1901- <i>La Battaglia</i> 1903- <i>La Barricata</i> 1911- <i>A Guerra Social</i> 1914- <i>Pro Vittime Poliche d'Italia</i>
J. Motta Assunção¹³¹	1899- <i>O Protesto</i> 1911- <i>A Vanguarda</i> 1908- <i>A Voz do Trabalhador</i>
Luigi Magrassi	1903- <i>La Nuova Gente</i> 1905- <i>Novo Rumo</i>
Manuel Moscoso	1903- <i>O Amigo do Povo</i> 1904- <i>O Libertário</i> 1905- <i>A Terra Livre</i> 1908- <i>A Liberdade</i>
Mariano Garcia	1906- <i>Gazeta Operária</i> (SP) 1909- <i>A Tribuna do Povo</i> (RJ)
Neno Vasco	1902- <i>O Amigo do Povo</i> 1904- <i>O Libertário</i> 1905- <i>A Terra Livre</i> 1905- <i>A Aurora</i>
Otávio Brandão	1925- <i>A Classe Operária</i> (RJ)
Paschoal Artese	1917- <i>A Defesa do Povo</i> 1920- <i>A Resenha</i>
Grupo Emancipação Feminina	1923- <i>O Nosso Jornal</i>

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de Boenavides (2018).

Como é possível observar no Quadro 6, de 15 principais editoras e editores de jornais

¹³¹ Não encontramos qual o primeiro nome, mas acreditamos se tratar de um editor homem pela seguinte afirmação feita por John Foster Dulles na obra *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935*: “No Rio de Janeiro em 1899, um condutor de bonde ainda com 21 anos de idade, o anarquista J. Mota Assunção, fundou *O Protesto*. A experiência só fracassaria 11 números mais tarde, em julho de 1900. Mas J. Mota Assunção, então um linotipista, nos 10 anos seguintes persistiu tenazmente em criar e colaborar em novas publicações anarquistas do Rio de Janeiro. Outros colaboradores de periódicos anarquistas foram Manuel Moscoso, sapateiro e Carlos Dias, tipógrafo; em 1904 os dois publicaram *O Libertário*. Quando a publicação de *A Terra Livre*, de cuja fundação Moscoso participara em São Paulo (1905), foi transferida para o Rio de Janeiro em 1907, J. Mota Assunção passou a integrar seu corpo de redatores. (DULLES, 1977. p. 23).

operários brasileiros, apenas duas eram mulheres: Elisa Scheid¹³² e Ernestina Lesina¹³³, editoras dos jornais *A União Operária* e *Anima e Vita*, e um jornal foi editado por um Grupo Emancipação Feminina, *O Nosso Jornal*. Se o fato não é marcante, apenas um dos 368 jornais operários levantados em minha pesquisa tinha como redatora principal uma mulher, Elisa Scheid, editora do jornal *A União Operária*, de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. No levantamento de jornais operários feito em minha dissertação, apontei outro jornal editado por mulheres. *O Nosso Jornal*, editado pelo Grupo Emancipação Feminina, que contou com um número único em 1923 (BOENAVIDES, 2018, p. 178), o qual incluímos no quadro. Trataremos brevemente desses três jornais e de suas editoras.

O jornal *A União Operária* continha majoritariamente textos assinados e a indicação da profissão exercida pela/pelo autora/autor, fato que parecia valorizar o pertencimento à classe trabalhadora. Além disso,

o jornal era um órgão da União Operária do Engenho de Dentro e do Partido Operário Independente, tendo sido fundado em 1904. Além de redatora chefe, ao lado de Pinto Machado, Elisa Scheid escreveu um grande número de artigos para o jornal. A maioria de seus textos versava sobre a questão do ensino, o que se justifica pelo fato de ela ter sido professora, atuando como concursada na prefeitura do Rio de Janeiro. (BOENAVIDES, 2018, p. 134).

No cabeçalho do jornal de 8 de outubro de 1905, encontramos o nome de Elisa Scheid como redatora, fato que demonstra sua participação efetiva na esfera imprensa operária (FIGURA 14).

¹³² Conforme Boenavides (2018, p. 106): “Professora, escritora e sindicalista. Foi redatora do jornal *A União Operária*, Órgão da União Operária do Engenho de Dentro e do Partido Operário Independente. Foi presidente da União Operária do Engenho de dentro e do Partido Operário Independente. Acreditamos que Elisa foi a primeira mulher a ser presidente de um partido político, a primeira a ser presidente de uma associação de trabalhadoras e a primeira a ser redatora de um jornal operário. Assinou a coluna “Operários” ou “Operariado”, no *Jornal do Brasil*, entre 1903 e 1908. São várias as notícias neste jornal de conferência nas quais Scheid foi oradora. Além da escola destacada, encontramos notícias de uma escola para mulheres trabalhadoras em Pernambuco, fundada em 1905, que recebeu seu nome, para homenageá-la. Escreveu uma série de artigos sobre a questão dos índios brasileiros, que foram publicados no jornal *Correio da Manhã*. No *Correio da Manhã* também encontramos notícias suas e da União Operária da qual fazia parte, na seção “Vida de Operário”. Seu livro sobre a questão dos índios teve o seu pedido de impressão negado pelo Senado. O fato foi noticiado pelo jornal *O Paiz* de 30/11/1902. Sua escrita sobre os índios era influenciada pela sua ascendência: era filha de uma índia. O fato foi registrado na revista *Renascença* de 11 de novembro de 1905, na qual um artigo sobre a biografia de Scheid foi publicado. No artigo, é dito que Elisa, filha de um alemão socialista e de uma índia criada na natureza, tinha a alma duplamente livre”.

¹³³ De acordo com o *Dicionário mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade*, de Maria Aparecida Schumacher (2000, p. 191): “Militante anarquista, Ernestina teve importante papel na fundação do jornal operário *Anima e Vita*, surgido em São Paulo no princípio do século XX. Foi conferencista e oradora em manifestações proletárias, propagando as ideias de emancipação da mulher e da classe operária. [...] Ernestina dedicou sua militância à transformação das condições de vida da classe operária e sobretudo da mulher operária. Em 1906, por sua influência, foi fundada a Associação de Costureiras de Sacos, que no mesmo ano lançou contundente proclamação às filiadas, convocando-as à luta pela redução da jornada de trabalho e pela organização de um sindicato da classe”.

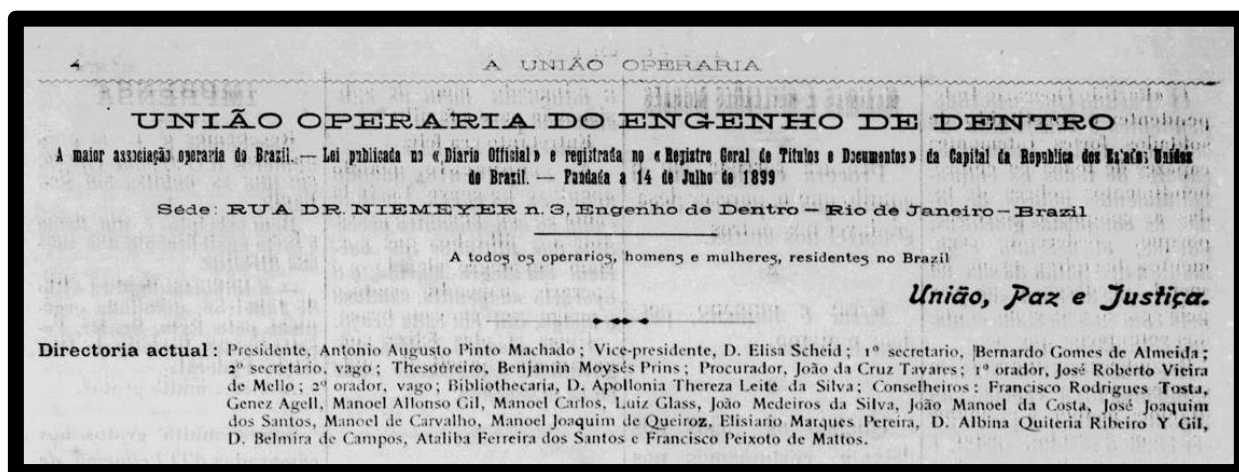
Figura 14: Cabeçalho do jornal *A União Operária* de 8 de outubro de 1905



Fonte: *A União Operária* (08/10/1905, p. 1).

No cabeçalho, além da indicação do nome de Elisa Scheid como redatora, vemos a indicação de que o jornal era “Órgão da ‘União Operária do Engenho de Dentro’ e do ‘Partido Operário Independente’”. No mesmo número, na página 4, há informações sobre a associação União Operária de Engenho de Dentro, sendo mencionado que ela era a “maior associação operária do Brasil”, e que era registrada segundo a lei, além de dados sobre sua sede (FIGURA 15).

Figura 15: Informação sobre a União Operária do Engenho de Dentro



Fonte: *A União Operária* (08/10/1905, p. 2).

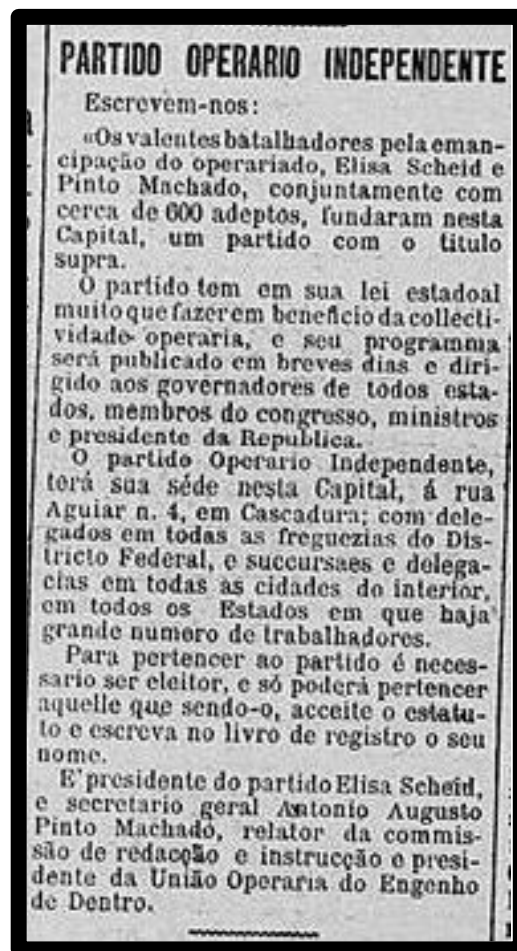
Chamou-nos a atenção, todavia, a indicação de que a associação servia “A todos os operários, homens e mulheres, residentes no Brasil”. Tal indicação demonstra o estabelecimento de laços de solidariedade pelas associadas e associados e a heterogeneidade da associação, que contava com mulheres e homens, que poderiam ser estrangeiras(os), desde que residissem no Brasil. Apesar de não se ter utilizado a feminização linguístico discursiva para designar operárias e operários, o aposto explicativo “homens e mulheres” acaba sendo um equivalente dessa estilização.

Também destacamos a presença de mulheres na referida associação. Além de Elisa Scheid, vice-presidenta à época, localizamos a bibliotecária Apolônia Thereza Leite, autora de um dos enunciados que encontramos em nossa pesquisa anterior, e, como conselheiras da associação, Albina Quitéria Ribeiro Y Gil e Belmira Campos. Todas as mulheres referenciadas tinham seus nomes acompanhados por “D.”, de “Dona”, o que é um indício do respeito a elas conferido.

Elisa Scheid, segundo nossas pesquisas, foi uma das primeiras ou talvez “a primeira mulher eleita presidenta de um partido político (o Partido Operário Independente), a primeira mulher a presidir uma associação de classe (a União Operária do Engenho de Dentro) e a primeira mulher a ser editora de um jornal operário” (2018, p. 134). Com certeza, foi uma mulher percursora, ainda injustiçada pela historiografia brasileira.

Sobre o Partido Operário Independente, localizamos no jornal *A União*, de 26 de abril de 1905 uma carta breve, relatando sua fundação (FIGURA 16):

Figura 16: Partido Operário Independente



Fonte: *A União* (26/04/1905, p. 2).

No recorte, é dito que “É presidente do partido Elisa Scheid e secretário geral Antonio Augusto Pinto, relator da comissão de redação e instrução e presidente da União Operária do Engenho de Dentro”. Dessa forma, enquanto era vice-presidente da associação, Elisa Scheid fora presidente do partido. O partido, todavia, não era aberto às mulheres, uma vez que para pertencer ao partido era “necessário ser eleitor”, e as mulheres só tiveram direito ao voto em 1932, quando o Código Eleitoral passou a nos assegurar essa possibilidade.

Em pesquisa anterior, encontramos a biografia de Elisa Scheid, publicada em 1905 pela revista *Renascença*, e encontramos também um retrato seu (FIGURA 17). Na biografia, é dito que Elisa era filha de “um alemão socialista e de uma índia criada na natureza”, traços revelados também em seu fenótipo e em seu sobrenome. A jornalista, professora, escritora e militante trabalhista, embora não se definisse socialista, era defensora dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. No retrato, observamos Elisa apoiada em uma escrivaninha repleta de livros, segurando em uma de suas mãos um jornal, com o título de “O Trabalho”, a outra mão segurando o rosto, em postura pensativa. Imaginamos se Elisa era apenas leitora do jornal *O Trabalho* ou se era também colaboradora desse periódico.

Figura 17: Retrato de Elisa Scheid



Fonte: Revista *Renascença* (11/11/1905) apud Boenavides (2018, p. 130).

Sobre Elisa Scheid, localizamos a dissertação “*Instruam o operário*”: Projetos, disputas e demandas por instrução para trabalhadores na imprensa do Engenho de Dentro (1890-1905), escrita por Camilla Estevam Dantas Gomes (2019), e o artigo escrito por Irma Rizzini, Camilla

Estevam Dantas Gomes e Alessandra Frota Martinez de Schueler (2020), “Elisa Scheid: uma professora nos movimentos de trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil (Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, 1890 a 1910)”, nos quais as autoras acrescentam algumas informações importantes à tentativa biográfica empreendida em nossa pesquisa anterior (BOENAVIDES, 2018). Conforme as autoras, Elisa “era filha de Henrique Scheid, engenheiro na Estrada de Ferro Central do Brasil, e Sabina Scheid e tinha mais cinco irmãos, dos quais localizamos o nome de três deles: Alexandre, Anna Maria e Custódio” (RIZZINI; GOMES; SCHUELER, 2020, p. 4). O fato de Elisa Scheid ter sido professora na Estrada de Ferro Central do Brasil, da qual seu pai fora engenheiro, nos parece relevante para a sua caracterização¹³⁴.

Já sobre a imigrante italiana Ernestina Lesina, observamos que, embora algumas pesquisas a apresentassem como militante anarquista, ela, na verdade, também fora militante comunista, organizando, inclusive, manifestos contra a deportação de milhares de revolucionários russos para a Sibéria (entre os quais estavam Léon Trotsky) (BOENAVIDES 2018). A respeito do jornal *Anima e Vita*, Caroline Gonçalves, em sua dissertação de mestrado *Ernestina Lesina e o Anima e Vita: trajetórias, escritos e a luta das mulheres operárias (inícios do Século XX São Paulo)* (2013), afirma que

De tendência socialista e feminista o *Anima e Vita* surgiu no início do século XX. Circulou semanalmente na cidade de São Paulo entre 01/01/1905 até 30/07/1905, ou seja, apenas 30 números, dos quais restam somente 5 disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP. Um exemplar avulso custava 200rs e a edição atrasada 300rs. Mas era possível assinar o periódico por três, seis ou doze meses, a um custo de 3\$000, 5\$000, ou 8\$000, respectivamente. Era escrito em italiano e dirigido por Ernestina Lesina, possuía o tamanho de 24cm x 32cm com 8 páginas e dividido em 2 colunas. [...] Subsistia pela veiculação de anúncios, venda avulsa e por assinaturas e contribuições espontâneas de leitores que se identificavam com a defesa da causa operária feminina. [...] Muitos dos artigos publicados no *Anima e Vita*, particularmente de autores renomados, foram produzidos e publicados na Europa, majoritariamente na Itália, onde a atividade política de Ernestina localizava a maior parte dos colaboradores, observou-se então uma circularidade de escritos, o que implicou a disseminação das ideias socialistas no Brasil. (GONÇANVES, 2013, p. 102).

Algumas dessas informações podem ser observadas no cabeçalho da edição de 26 de março de 1905 (FIGURA 18), que trazia, além do título do jornal, do valor e da indicação de que a “direttrice” era Ernestina Lesina, uma figura de uma mulher segurando uma criança que colhia um fruto em uma árvore, o que revela o caráter “educativo” do jornal escrito em língua italiana, que buscava orientar as mães operárias italianas do Brasil da época, um grupo que,

¹³⁴ Destacamos que, nesta tese, não temos como objetivo empreender a escrita biográfica exaustiva das autoras a partir de fontes primárias. Isso ficará para um trabalho futuro, por ser um tema de nosso interesse.

embora hoje pareça restrito e pequeno, não o era na época, tanto que motivou a criação de um jornal operário.

Figura 18: Cabeçalho do jornal *Anima e Vita* de 26 de março de 1905



Fonte: Adaptada de Gonçalves (2013, p. 105).

Ainda a respeito da educação das mães operárias, Ernestina Lesina, no jornal *O Livre Pensador*, sinaliza a sua importância, apesar da dificuldade de abordar o tema entre mulheres trabalhadoras:

Quem ousaria falar da missão da mulher no seio da família em frente de uma oficina que engole milhares e milhares de moças e de mulheres que os monstros capitalistas começam a dar as primeiras forças de crianças continuando, até cair extenuadas pela velhice prematura, aprisionadas durante dez e doze horas por dia, quase sem ter tempo de conhecer a família? A missão, destas infelizes é unicamente com seu trabalho embrutecedor, criar riquezas para os patrões. E' nestas condições que se tem a ousadia de falar da missão da mulher a desenvolver-se no seio da família? Quando constatamos que o matrimônio é objeto de divisão pelos mesmos que o defendem como instituição fundamental da nossa sociedade e considerado como um peso, ao qual, não se podendo evitar procuram adiá-lo o mais possível? (LESINA, 1904, p. 5 *apud* MATOS, 2016, p. 360).

Em seu artigo, Ernestina salienta a dificuldade de se falar para mulheres “em frente de uma oficina que engole milhares e milhares de moças e de mulheres” e a carga suportada pelas mães trabalhadoras, que eram “aprisionadas durante dez e doze horas por dia, quase sem ter tempo de conhecer a família”. Seu enunciado revela, assim, como a autora conseguia refletir sobre a complexidade de seus discursos e sobre as dificuldades das mães trabalhadoras, num movimento de empatia, no qual a autora se coloca no lugar dessas mães, e demonstra sua

consciência de gênero e sua solidariedade com as demais mulheres.

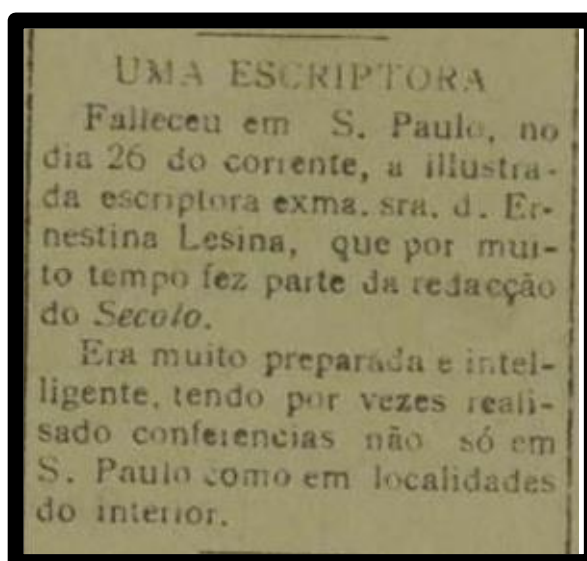
Conforme Gonçalves,

Anima e Vita, além de feminista, era dirigido para as trabalhadoras operárias, as ideias apesar de permearem os mesmos temas da imprensa feminista, ao que remete ao feminismo do início do século XX, era de cunho socialista e que mais se aproximou da imprensa operária da época. Abordava temas variados relativos ao universo feminino, como maternidade, amor, infância, combate ao alcoolismo. Revelava caráter anticlerical, divulgava alguns acontecimentos internacionais, propagava também ideias libertárias, chamava a atenção das trabalhadoras para a reflexão. Visava, portanto, fortalecer, através do discurso pedagógico, as redes da militância política tanto entre as mulheres, como entre os companheiros ligados a outras entidades [...]. (GONÇANVES, 2013, p. 103).

Todas essas temáticas são relevantes para contextualizar historicamente os discursos que analisaremos. São as ideias que davam o tom, o conteúdo temático dos discursos das esferas em que as mulheres trabalhadoras circulavam: maternidade, infância, alcoolismo, casamento. Era necessário pensar sobre todos esses assuntos, ao passo que passavam grande parte de seus dias enclausuradas nas fábricas, nas oficinas, nas companhias telefônicas.

Sobre as/os colaboradoras(es) do jornal, ainda de acordo com Caroline Gonçalves, estavam nomes como o da poetisa italiana Ada Negri e da militante russa Clara Zétkin. A presença de nomes como esses em um jornal da época publicado em solo brasileiro nos leva a pensar na internacionalização de ideias, já empreendida na época. De Ernestina Lesina, não localizamos nenhum retrato. No entanto, encontramos seu obituário na folha popular *Monitor Mineiro* de 29 de maio de 1910 (FIGURA 19).

Figura 19: Obituário de Ernestina Lesina



Fonte: Monitor Mineiro (29/05/1910, p. 2).

A presença de seu obituário em um jornal da época, ainda mais sendo de outro estado, que não o que ela habitava, demonstra a popularidade de Ernestina na época. Faleceu aos 33 anos, precocemente. O motivo não consta em seu obituário, no entanto, sabemos sua valoração: “Era muito preparada e inteligente”.

Já o terceiro e último jornal da imprensa operário editado por mulheres que encontramos em nossa pesquisa foi *O Nosso Jornal*, que contou com um número único, em 1º de maio de 1923. No cabeçalho, temos acesso às informações a respeito do jornal (FIGURA 20).

Figura 20: Cabeçalho de *O Nosso Jornal*, de 1º de maio de 1923



Fonte: *O Nosso Jornal* (1º/05/1923, p. 1) *apud* O Borda (20/06/2019, p. 8).

O Nosso Jornal foi editado pelo Grupo pela Emancipação Feminina, e foi distribuído gratuitamente em 1º de maio de 1923. Tivemos acesso à edição realizada por Fernanda Grigolin no n. 6 do jornal *O Borda* (20/06/2019) e ter o jornal impresso em mãos foi uma experiência única, que nos fez nos colocarmos no lugar das leitoras do jornal (embora cronotopicamente tal feito seja impossível).

De acordo com Fernanda Grigolin, em sua tese *Sou aquela mulher do canto esquerdo do quadro: a história das mulheres anarquistas como narrativa encarnada*,

O Nosso Jornal é um jornal-manifesto de edição única em 1º de maio de 1923. Escrito por mulheres e para mulheres, ele segue um formato e um padrão próximos aos de *Nuestra Tribuna*, cinco colunas, cabeçalho com data, informação editorial e informação sobre o preço, e, nesse caso, é de distribuição gratuita. Textos ficcionais – como crônicas, contos e poemas – unem-se a artigos de opinião e editorial; estampam-se uma gravura sobre o Primeiro de Maio (um homem retirando suas correntes) e citações; não há cartas. Esse jornal também divulga um texto de Maria Lacerda de Moura para informar elogiosamente a existência da revista *Renascença*¹³⁵, que também nasceu naquele ano, e traz trechos contundentes dela sobre como a tirania chega ao poder por meio da multidão, exemplificando com o caso de Mussolini. (GRIGOLIN, 2020, p. 171).

Entendemos, assim, que a publicação de *O Nosso Jornal*, embora tenha se dado em

¹³⁵ Não incluímos a revista *Renascença* em nosso levantamento para centrar nossas análises em jornais e pelo fato de a revista, embora ter a orientação anarquista de Maria Lacerda de Moura, ter a arte como temática específica.

número único, como manifesto, deu-se em diálogo com a publicação de outros jornais, da imprensa operária internacional, como o *Nuestra Tribuna*, jornal argentino, estabelecendo relações dialógicas com tais periódicos, percebidas em seu estilo e em sua composição por Fernanda Grigolin. Além disso, por divulgar um texto de Maria Lacerda de Moura, editora e criadora da revista *Renascença*, exalta, mesmo que de forma indireta, a produção/edição de jornais e revistas feita por mulheres.

Sobre a autoria dos textos em *O Nosso Jornal*, diferentemente de *A União Operária e Anima e Vita*, o jornal continha apenas textos escritos por mulheres, a maioria deles assinados, alguns poucos anônimos. Os textos são assinados por Carolina Boni¹³⁶, Clara Santos, Clementina de Biagotti¹³⁷, Esperanza Manjon, Fidela Cuñado, Iveta Ribeiro, Joana Rouco¹³⁸, L. Lamego, Maria Alvarez, Maria Lacerda de Moura¹³⁹, Maria Lopes¹⁴⁰, Olga Castro e Pillar Serra. Embora todas essas autoras estejam presentes no número analisado, nesta tese, não trataremos de todos esses enunciados.

No entanto, por dialogar diretamente com a temática desta tese, não podemos deixar de salientar que o seu título, *O Nosso Jornal*, calha bem com o conjunto de enunciados nele presentes. Também contribui para a nossa análise da imprensa operária, como uma esfera discursiva que excluiu e silenciou tanto as mulheres trabalhadoras brasileiras que fez necessária

¹³⁶ Não encontramos dados biográficos completos de Carolina Boni. No entanto, no *Diccionario biográfico de las izquierdas latinoamericanas*. Movimientos sociales y corrientes políticas (MENDES, 2020), encontramos referência à Carolina na biografia de sua irmã, Elvira Boni. Nas informações que coletamos, observamos que Carolina Boni foi militante anarquista. Atuou durante a sua vida como operária bordadeira. Em seu artigo, publicado na primeira página de *O Nosso Jornal*, intitulado “A mocidade nas escolas”, a autora relata questões sobre a educação brasileira, salientando a necessidade de instrução às mulheres.

¹³⁷ Não encontramos informações biográficas sobre a autora. Conforme Fernanda Grigolin, o “artigo de Clementina de Biagotti “Um conselho às mães” é uma tradução do texto publicado no *Nuestra Tribuna* n. 05, de 15 de novembro de 1922” (2020, p. 172).

¹³⁸ Conforme Boenavides (2018, p. 122): “Juana Rouco Buela, (Madrid, 1889 - Buenos Aires, 1969) operária costureira, anarquista comprometida com a emancipação da mulher e figura central do anarco-sindicalismo argentino. Foi diretora e cofundadora do periódico *La Nueva Senda* em 1909 em Montevideo. Esteve no Brasil entre 1914 e 1917, onde trabalhou como operária e atuou no movimento operário. Em 1921, na Argentina junto com um grupo de mulheres, funda o Centro de Estudios Sociales Argentino, do qual nasce o periódico anarquista *Nuestra Tribuna*, que foi a primeira publicação anarquista de carácter internacional”.

¹³⁹ Conforme Boenavides (2018, p. 111): “(1887-1945). Anarquista, escritora, pioneira do feminismo no Brasil. Escreveu diversos livros sobre o ensino, sobre a questão da mulher e sobre sua visão política em geral (contra o fascismo, contra o clericalismo etc.)”.

¹⁴⁰ Conforme Schumacher (2000, p. 369-370): “Costureira e ativista política. A operária paulista Maria Lopes foi signatária, junto com Teresa [sic] Fabri* e Teresa Carini*, em 1906, de um manifesto dirigido às trabalhadoras de São Paulo, publicado no pioneiro jornal anarquista *A Terra Livre*. [...] A assinatura de Maria nesse manifesto permite supor que ela tinha naqueles tempos um papel destacado no movimento operário. Nos anos 1920, encontrou-se outro registro sobre Maria Lopes, agora militante do Partido Comunista do Brasil (PCB), no Rio de Janeiro. Não foi possível estabelecer se esta é a mesma Maria de 1906; de semelhante tem-se o mesmo envolvimento com a classe trabalhadora. [...] Seu prestígio político no meio partidário é atestado pela organização do Comitê das Mulheres Trabalhadoras na segunda metade dos anos 1920 e a sua designação como representante deste Comitê, junto ao Bloco Operário Camponês (BOC). Este foi um importante espaço que agrupava associações operárias e camponesas, criado em 1926 sob a direção do PCB, com objetivo de participar do processo eleitoral daqueles anos. [...]”.

uma resposta, em forma de um número de jornal, que, mesmo que indiretamente, valora os demais jornais como pertencentes aos homens, não às mulheres trabalhadoras. Um jornal apenas com textos escritos por mulheres. O nosso jornal.

O poema de Clara Santos, único poema da edição, também dialoga com essa nossa interpretação. Abaixo, apresentamos sua transcrição, de acordo com as normas vigentes:

Voz íntima

Às vezes, me silencio, um rir me alegra e me assombra
Assim como o cantar mavioso de uma prece...
Pois tudo a reflorir, às vezes me parece.
Envolto em perenal e redolente alfombra.

Mas é um clarão de luar, que surge, brilha e cresce
E apaga-se de novo ao peso de uma sombra...
Eis porque o mundo ao meu cansado peito assombra!
Eis porque tudo, enfim, me afasta e me entristece!

Comparado somente ao sonhar de um proscrito,
Eu conservo em minha alma um anseio infinito
De luz e liberdade e apoio fraternal...

Um como que saudade, intérmina, agridoce,
De alguém que me entendesse, embora estranho fosse,
Que ouvisse a minha voz e amasse o meu ideal.
(Clara Santos, *O NOSSO JORNAL*, 1º/05/1923, p. 3).

A edição de *O Nosso Jornal* pode ser pensada, na metáfora apresentada por Clara, como um “clarão de luar”, que surgiu, fazendo uma voz que antes se encontrava interna, íntima, silenciada brilhar, e depois apagou-se novamente, por não ter contado com outros números. De Clara Santos, não encontramos vestígios em nenhum estudo, em nenhum livro sobre literatura. No entanto, seu enunciado chega a nossa compreensão responsiva, que buscou entender o que seu eu lírico nos diz, ouvindo a sua voz e o seu ideal. É exatamente isso o que buscamos fazer ao analisar dialogicamente os discursos selecionados para averiguar nossa tese.

A esfera jornalística como um todo possuía ampla relevância para o debate de ideias e circulação de enunciados na República Velha brasileira. A imprensa operária, principalmente para quem participava da esfera industrial e laborativa, apresentava-se como um espaço de poder, em que os relatos das opressões eram equalizados para um público mais amplo. Embora a chamada vanguarda da esquerda ocupasse os principais lugares nessa esfera, por razões de coerência, não poderiam negar espaço às trabalhadoras e trabalhadores.

Sobre o público leitor dos jornais operários, com o qual os enunciados estabeleciam interlocução, em minha dissertação de mestrado, constatei que era formado por um número

restrito de trabalhadoras e trabalhadores, “devido às condições de trabalho, que restringiam o tempo livre do trabalhador a poucas horas de descanso, à falta de preocupação do governo com a escolarização e à sua heterogeneidade” (BOENAVIDES, 2018, p. 133). Isso porque, na época,

a classe trabalhadora era formada por brasileiros e imigrantes; religiosos (católicos, praticantes de religiões afro-brasileiras) e ateus anticlericalistas; anarquistas e comunistas, ou ainda liberais e conservadores; brancos e negros; homens e mulheres; e, ainda, nos primeiros anos da República, por republicanos e monarquistas. Contudo, o cenário da época, por se tratar de um período marcado por várias rupturas, [...] – abolição, proclamação, imigração, industrialização, urbanização –, propiciava o debate de ideias. Esse debate era amplamente aproveitado pela imprensa operária. (BOENAVIDES, 2018, p. 133).

Desse modo, embora na República Velha ao menos metade das mulheres brasileiras já fossem alfabetizadas¹⁴¹, não temos dados precisos de como as mulheres relacionavam-se com os jornais operários enquanto leitoras. Observamos, contudo, que os jornais da imprensa operária, como é o caso de *A Classe Operária*, não as considerava em grande parte de seus artigos, fato que constatamos após verificar que a maioria dos enunciados que se dirigiam “aos leitores” não utilizava a feminização linguístico-discursiva na nomeação de suas interlocutoras.

Sobre a participação das mulheres enquanto autoras nos jornais operários, em nossa pesquisa anterior, arrazoamos que

Assim como ocorria com a redação/edição, a participação feminina na escrita de cartas abertas, artigos, notícias, relatos e até mesmos de poemas na imprensa operária também é, em termos de quantidade, relativamente menor que a participação masculina. Um fato que dificultou nossa pesquisa foi que, apesar de a legislação proibir a publicação de textos anônimos [...], os textos anônimos foram mais da metade dos que encontramos. Das cem edições analisadas, apenas 68 possuíam assinatura em alguns artigos. Em todos os artigos, apenas 12. Além disso, apenas 37 possuíam informações adicionais sobre autoria (por exemplo, a profissão daquele que assina o artigo), muito embora, pelo que percebemos, este era um ato bastante valorizado na época, que mostrava o pertencimento do indivíduo a uma classe. [...]

Das 68 edições analisadas que possuíam assinatura em seus artigos, apenas 31 possuíam textos femininos. Dentre os jornais que entre suas edições possuíam textos de autoria feminina, estão: *A Classe Operária*, *A União Operária*, *A Terra Livre*, *A Plebe*, *A Voz do Povo*, *O Amigo do Povo*, *O Chapeleiro*, *O Libertário*, *Novos Rumos*, *A Luta Proletária*, *A Razão* e *A Lanterna*. (BOENAVIDES, 2018, p. 136-137).

Em 68 edições analisadas, encontramos apenas 31 textos de autoria de mulheres. Por termos feito uma análise qualitativa, acabamos não tabelando os dados encontrados para nossa análise, o que julgamos que teria sido de grande valia.

¹⁴¹ Para maior aprofundamento dessa questão, ver Boenavides (2018).

Entretanto, a partir dos enunciados selecionados para análise em minha dissertação de mestrado, dos enunciados presentes na dissertação de Marcélia Picanço Valente (2014), intitulada *Imprensa e educação: registro da escrita feminina no jornal O Operário (1909-1913)* e dos enunciados coletados para esta tese, conseguimos, observar que a maioria dos enunciados assinados por mulheres nos jornais da imprensa operária da República Velha expunham ou relatavam algum conflito: a ausência ou ineficiência da educação para as mulheres, as condições de trabalho a que eram submetidas, a proibição do divórcio, o papel conferido às mães, as violências e abusos sofridos. Obviamente, por não ser aqui o objetivo da pesquisa fazer um levantamento exaustivo dos escritos das mulheres na imprensa operária, não podemos afirmar que tais conteúdos temáticos eram regra. No entanto, verificar, a título ilustrativo, o conteúdo temático desses enunciados nos fez perceber a abrangência da consciência de gênero materializada em tais discursos.

Tal constatação nos faz reafirmar nossa opinião a respeito da imprensa operária enquanto esfera discursiva possível às mulheres trabalhadoras:

a imprensa operária não se constitui enquanto esfera discursiva igualitária, apesar de ser uma esfera discursiva na qual trabalhadoras e trabalhadores expunham suas condições de trabalho e reivindicavam seus direitos. [...] Desta forma, a territorialização de seus discursos na imprensa operária, ou seja, a conquista desta esfera discursiva pelas mulheres, a expansão de seu campo de atuação linguística, não se deu de forma horizontal, através da ocupação de um espaço vazio, ou cedido pelos homens. A territorialização discursiva das mulheres na imprensa operária deu-se através de embates, sendo preciso que elas ultrapassem não apenas as fronteiras impostas pelas classes dominantes, mas também as fronteiras impostas pelos homens trabalhadores, já que estes consideravam que as mulheres eram uma ameaça à valorização da força de trabalho masculina. (BOENAVIDES, 2018, p. 137).

Desse modo, compreendemos que, apesar dos ideais anarquistas, comunistas, socialistas que serviam como pano de fundo aos jornais operários, em grande parte das vezes, imperava no interior dessa esfera discursiva a exclusão e o preconceito contra as mulheres.

Tanto isso é verdade, que, em nossa pesquisa sobre o jornal *A Classe Operária*, chamou-nos a atenção uma mulher que não teve a mínima visibilidade no jornal, embora a importância de sua colaboração tenha sido ressaltada na literatura a respeito do referido periódico. Após lermos todas as edições disponíveis, não encontramos dela nenhum vestígio. Tratava-se de Laura Brandão¹⁴², que contribuíra para a criação, publicação e circulação do jornal *A Classe*

¹⁴² De acordo com Maria Helena Bernardes (2005) e com Otávio Brandão (1978), Laura Brandão (1891-1942) foi professora, poetiza e militante comunista. Antes de sua união com Octávio Brandão, frequentava o salão de Rui Barbosa, um dos mais requintados salões cariocas. Laura organizava reuniões sociais e participava, como declamadora, de diversos saraus, convivendo com diversas(os) artistas da época, como “o compositor Glauco

Operária na República Velha, do qual trataremos na próxima seção.

3.3 O JORNAL A *CLASSE OPERÁRIA* NA REPÚBLICA VELHA

Entre os principais periódicos da imprensa operária na Primeira República, destacamos o jornal *A Classe Operária*, um dos mais importantes periódicos de organizações partidárias de esquerda da história brasileira – e também o mais antigo ainda em circulação (BRASIL, 2014). *A Classe Operária*, fundado em 1º de maio de 1925, no Rio de Janeiro (RJ), como órgão do comitê central do Partido Comunista Brasileiro (PCB), teve sua primeira edição em 30 de maio de 1925, com a circulação de 5 mil exemplares. Seu primeiro editor oficialmente foi A. Brazil de Mattos¹⁴³.

Seus fundadores foram Astrojildo Pereira¹⁴⁴ e Otávio Brandão Rego¹⁴⁵, contando com a colaboração de Laura Brandão. É importante ressaltar que, de acordo com Otávio Brandão,

Velásquez, o poeta Hermes Fontes, o artista plástico Antônio Parreiras, o poeta e escritor Olavo Bilac, a pintora Tarsila do Amaral, a violinista Paulina D'Ambrosio e a poeta Julia Cortines, entre outros” (p. 112). Laura participou de diversas agitações comunistas, como da greve geral de 1917. Sendo expulsa do Brasil por Getúlio Vargas no Golpe de 1930, exilou-se com sua família (Otávio e filhas) em Moscou, onde atuou como locutora e redatora na Rádio de Moscou. Em 1941, participou do movimento de resistência às tropas nazistas que buscavam invadir a URSS. Embora reconhecesse a importância de Stálin na guerra, não concordava com algumas políticas stalinistas, principalmente a perseguição de companheiras e companheiros comunistas. Ainda em exílio, faleceu de leucemia, em 1942.

¹⁴³ Conforme Otávio Brandão (1978, p. 304), “O diretor legal, oficial, mas não de fato, era o camarada Alcides Adett Brazil de Matos, alfaiate cearense. Fisicamente, parecia um chinês. Limitava-se a dar o nome. No jornal, aparecia oficialmente assim: A. Brazil de Matos. Mas ele era conhecido por Alcides Adett. A polícia procurou o célebre Brazil de Matos. Nunca o encontrou, embora ele morasse à rua dos Inválidos, pertinho da Polícia Central.”

¹⁴⁴ Astrojildo Pereira Duarte Silva (1890-1965) foi um ex-anarquista, escritor, jornalista, crítico literário e político brasileiro, fundador do Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Segundo verbete do CPDOC FGV, “Ainda jovem iniciou sua militância em organizações operárias de orientação anarquista, tendo sido um dos promotores, em 1913, do II Congresso Operário Brasileiro. Foi também na imprensa operária que se iniciou no jornalismo, atividade a que se dedicaria durante a maior parte de sua vida. [...] Em março de 1922, participou do congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e foi eleito secretário-geral da organização. Em 1924, fez sua primeira viagem à União Soviética. No ano seguinte, quando o PCB iniciou a publicação do jornal *A Classe Operária*, tornou-se, ao lado de Otávio Brandão, um de seus principais redatores. Em 1927, encarregado pela direção do partido de buscar contato com Luís Carlos Prestes, então exilado na Bolívia, entregou ao líder tenentista diversos volumes de literatura marxista. Em 1928, passou a fazer parte do comitê executivo da Internacional Comunista, eleito no VI Congresso da entidade realizado em Moscou. Entre fevereiro de 1929 e janeiro de 1930 viveu em Moscou, de onde voltou com a orientação de proletarizar o PCB, ou seja, de promover a substituição dos intelectuais na direção do partido por operários. Em novembro de 1930, acabou sendo atingido, ele próprio, pelo processo de proletarização e foi afastado da secretaria-geral do partido. No ano seguinte, após breve período de atuação junto ao Comitê Regional de São Paulo, desligou-se do PCB. [...] Ainda em 1945, retornou ao PCB e passou a colaborar intensamente com a imprensa partidária. [...] Em outubro de 1964, foi preso em decorrência do golpe militar e permaneceu na prisão por três meses, já em estado de saúde precário. Morreu no Rio de Janeiro, em 1965”.

¹⁴⁵ Segundo Krystila Andressa Costa da Silva (2020, p. 6-7), Otávio Brandão Rego (1896-1980) nasceu em Viçosa (Alagoas), em 1896. Atuou como farmacêutico. Foi “militante anarquista, até obter contato com o marxismo, filiando-se em 1922 ao PCB. Foi um dos principais redatores do *A Classe Operária*, que surgiu no período de desemprego e clandestinidade de sua vida (1924-1926), segundo ele, fundar o jornal seria “uma obra de pioneiro, batedor, abridor de picadas” (BRANDÃO, 1978). Se tratava da atuação teórica do PCB, ampliando a discussão contra o imperialismo, reivindicando as necessidades dos trabalhadores, organização das linhas sindicais, junto a apresentações dos cenários internacionais”. Conforme Roberto Mansilla Amaral, Brandão “foi um dos pioneiros em estudar a existência de petróleo no subsolo brasileiro, seus estudos resultaram em sua obra *Canais e Lagoas*,

sua companheira, Laura Brandão, era quem transcrevia os textos dos trabalhadores e das trabalhadoras, recebidos pelo jornal através de cartas, passando “a limpo as cartas dos correspondentes operários e camponeses – tarefa difícil” (1978, p. 303). Sobre o trabalho desempenhado por Laura,

Não sabemos se à transcrição Laura aliava a revisão dos textos. Sabemos, no entanto, que, se não fosse o fato de Otávio Brandão ter apontado em seu livro o importante papel desempenhado por Laura, ainda não saberíamos deste trabalho feito por ela, visto que não havia nenhuma indicação disto no próprio jornal. (BOENAVIDES, 2018, p. 135-136).

A invisibilidade das mulheres que participavam do jornal era latente. Em fotografias encontradas em obras que abordam a história de *A Classe Operária*, não encontramos nenhum vestígio delas.

Em *A Classe Operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional*, de Apolinário Rebelo (2003), encontramos uma fotografia, de “trabalhadores” com *A Classe Operária* de 1º de maio de 1928” (FIGURA 21). Das dezesseis pessoas retratadas na fotografia, apenas uma era mulher, a qual cogitamos se tratar de Laura Brandão, pelos traços que verificamos em outros retratos da escritora.

editada em 1919, no Rio de Janeiro” (AMARAL,2003, p. 30). Em 1923, “foi eleito para a Comissão Central Executiva, tornou-se dirigente de agitação e propaganda do PCB” (AMARAL,2003, p. 78).

Figura 21: Fotografia de trabalhadoras(es) com o jornal *A Classe Operária* de 1º de maio de 1928



Fonte: Rebelo (2003, p. 73).

A única mulher na fotografia encontra-se escondida entre os homens, no canto esquerdo do retrato. Dela vemos apenas o rosto de perfil, que não nos olha diretamente, diferentemente da grande maioria dos homens, neles incluído Otávio Brandão, situado no canto direito da foto, à frente das demais pessoas, segurando o jornal aberto em uma de suas mãos.

A fotografia pode ser pensada como uma alegoria do discurso das mulheres no jornal *A Classe Operária*. Seus enunciados são poucos e encontram-se misturados aos de autoria de homens. A feminização linguístico-discursiva neles presente é como colocar-se em perfil no retrato, para que sejam visualizados os traços que caracterizavam as autoras como mulheres.

Em vários artigos, vemos que a equipe do jornal, embora recebesse cartas de mulheres trabalhadoras e contasse com o trabalho de Laura Brandão, dirigia-se apenas aos homens trabalhadores, dando a eles, inclusive, a tarefa de conscientizar suas companheiras a respeito das questões de classe. Sobre isso, localizamos, na primeira página do n. 9 de 27 de junho de 1925, um pedido referente à educação das mulheres trabalhadoras. No enunciado (FIGURA 22), é feito um apelo para que os “companheiros da vanguarda” empreendessem “a educação proletária das companheiras”.

Em *A educação dos trabalhadores do Partido Comunista do Brasil de 1920 a 1950*,

Lilian Zanvettor Ferreira afirma que o artigo “A educação das mães proletárias¹⁴⁶” demonstra que não havia uma igualdade de gênero no jornal. De acordo com a autora, o artigo em questão

é endereçado aos homens, como se apenas leitores do sexo masculino tivessem acesso ao jornal, e como se somente eles pudessem ensinar as mulheres a ler e escrever. Mas isso contrasta com o próprio jornal, pois não são poucos os indícios de que as mulheres participavam ativamente na construção dele. Ao endereçar o artigo apenas aos homens, que seriam responsáveis pela educação das companheiras, há uma subordinação da luta dessas trabalhadoras aos seus colegas e companheiros homens. (FERREIRA, 2019, p. 133).

Concordamos com a autora que o artigo em questão contrasta com o que realmente encontramos ao lermos o jornal. E, mais do que isso, que o tratamento conferido em geral, na grande maioria dos artigos escritos pela equipe de *A Classe Operária* nas edições por nós consultadas, às leitoras, era o mesmo dado à única mulher presente na fotografia da Figura 21: as mulheres trabalhadoras, embora fossem essenciais para o jornal, ficavam no canto esquerdo do quadro, como a mulher sem nome do retrato. Essa alegoria nos faz lembrar da obra *Eu sou aquela mulher no canto esquerdo do quadro*, no qual Fernanda Grigolin (2019) mostra que esse era o lugar de muitas militantes da época, ao narrar a história fictícia de uma operária.

¹⁴⁶ Na referida obra, a autora referencia esse artigo como sendo de maio de 1928. No entanto, não localizamos o artigo nos números a que tivemos acesso de maio de 1928. Observamos se tratar de um erro de digitação, sendo a referência correta o n. 9 de 27/06/1925.

Figura 22: A educação das mães proletárias

A educação das mães proletárias

Os companheiros da vanguarda podem e devem emprender a educação proletária das companheiras.

A mulher tem maior dose de sentimento que o homem. Seus defeitos têm sido exagerados.

Se de um lado, ella têm, actualmente, menor capacidade de raciocínio que o homem, é, porém, superior a este em finura, paciência, habilidade, abnegação — qualidades importantes em um marxista. E, quando toma a peito uma tarefa, vai sempre longe. Basta citar Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Krupskaya e tantas outras combatentes da transformação proletária mundial. Será, pois, um tempo bem empregado, aquelle que dispendermos com as nossas companheiras e filhas. Nosso estorço individual de transformação social pôde começar pelo lar, quer dizer, nossas primeiras conquistas podem ser nossas companheiras e nossos filhos e filhas.

Aquello que não conseguiu transformar os seus não só vive em um verdadeiro inferno, como tal lacuna é um signal de sua inferioridade como militante. Aquelle, porém, que o consegue sente logo um redobrar de energias. O lar do operário deve ser o prolongamento do syndicato. O lar do marxista deve ser o prolongamento do partido.

E' preciso que os companheiros ensinem as primeiras letras ás companheiras, caso ellas não o saibam. A mulher analfabeta é um serio obstaculo á obra da transformação. Os livros cheios de illustrações são preferíveis; as cartilhas antigas estão totalmente condemnadas. Desde que a companheira saiba ler, é tratar de iniciá-la immediatamente na theoria proletária. Allás, ella poderá desenvolver a leitura nos proprios livros marxistas. O companheiro dar-lhe-ha a ler em primeiro logar as publicações mais accessíveis: o Alfabético, Abre teus olhos, O paiz e o governo dos trabalhadores e Programa, de Bukharine, as "Noções", de Rappoport. Depois, o Manifesto de Marx Engels. Em seguida, traduzir-lhe-ha o "A. B. C." de Bukharine e Preobrajensky (livro que, quando existir em portuguez, deve ser o primeiro a ser lido), e as obras completas de Ullanov, infelizmente em hespanhol ou francez, sendo, porém, de notar que o "Radicismo", deve ser lido muito depois. A iniciação marxista precisa ser completada com a leitura dos nossos jornaes e manifestos, com o acompanhamento da vida syndical, da situação nacional e internacional, com o comparecimento ás conferencias operárias, com as visitas ás fabricas e officinas, etc.

O companheiro deverá responder a todas as perguntas, destruir todas as

zinha, sahir na a allimentação, gosta de poesia, faz-a apenas versos da "Internacional". Se gosta de musica, faz-lhe cantar esse hymno. Se aprecia o cinema, escolher as fitas das grandes epochas da transformação social, mesmo da revolução franceza. E assim por diante. E' preciso ser psychologo: ver qual o fraco da mulher e, por ahí, penetrar firme, lembrando-se sempre de que é mais facil prendel-a pelo lado do sentimento do que pelo do pensamento. Todavia, é preciso que os argumentos baseados no sentimento sejam vehiculos para os argumentos baseados no pensamento. Assim, o companheiro aponta varios aspectos da miseria proletária até commover a companheira. Ahí então, depois da pancada na ferradura, dá a pancada no cravo. Diz-lhe que aquella miseria não terá fim enquanto existir o capitalismo, porque o capitalismo só tem em vista o lucro. Portanto, para extinguir a miseria, é preciso extinguir o capitalismo. E, para extinguir o capitalismo, é preciso estabelecer o governo proletario, a ditadura do proletariado... Por essa fórma, a companheira, tendo partido do sentimento, do humanitarismo do subjectivismo, atingirá as alturas da razão fria, do objectivismo.

E' preciso evitar o convívio com pessoas reaccionarias. E' preciso, com paciência, mas com firmeza, ir cortando as tendencias mysticas.

A iniciação scientifica da companheira far-se-ha com a leitura dos pequenos manuaes de physica, chimica e historia natural. Igualmente, com as visitas ao Museu Nacional, aos Jardins Zoológicos e Botânicos e com as fitas scientificas. E' claro que tudo isto depende das possibilidades de cada um.

Na sequência, transcrevemos o apelo feito pela equipe do jornal.

A educação das mães proletárias

Os companheiros da vanguarda podem e devem empreender a educação proletária das companheiras.

A mulher tem maior dose de sentimento que o homem. Seus defeitos têm sido exagerados.

Se de um, lado, ela tem atualmente, menor capacidade de raciocínio que o homem, é, porém, superior a este em finura, paciência, habilidade e abnegação – qualidades importantes em um marxista E, quando toma a peito uma tarefa, vai sempre longe. Basta citar Rosa Luxemburgo, Clara Zétkin, Krupskaya, e tantas outras combatentes da transformação proletária mundial. Será, pois, um tempo bem empregado aquele que dispendermos com as nossas companheiras e filhas. Nosso esforço individual de transformação social pode começar pelo lar, quer dizer, nossas primeiras conquistas podem ser nossas companheiras e nossos filhos e filhas.

Aquele que não conseguiu transformar os seus não só vive em um verdadeiro inferno, como tal lacuna é um sinal de sua inferioridade como militante. Aquele, porém, que o consegue, sente um redobrar de energias. O lar operário deve ser o prolongamento do sindicato.

É preciso que os companheiros ensinem as primeiras letras as companheiras, caso elas não saibam. A mulher analfabeta é um sério obstáculo à obra de transformação. Os livros cheios de ilustrações são preferíveis; as cartilhas antigas estão totalmente condenadas. Desde que a companheira saiba ler, é tratar de iniciá-la imediatamente na teoria proletária. Aliás, ela poderá desenvolver a leitura nos próprios livros marxistas. O companheiro dar-lhe-á a ler em primeiro lugar as publicações mais acessíveis: o Abecedário, Abre teus olhos, O país e o governo dos trabalhadores, o Programa, de Bukharine, as “Noções”, de Rappoport. Depois: o Manifesto de Marx e Engels. Em seguida, traduzir-lhe-há o “ABC” de Bukharine” o Preobrajonsky (livro que, quando existir em português, deve ser o primeiro a ser lido), e as obras completas de Ulianov, infelizmente em espanhol ou francês, sendo, porém, de notar, que o “Radicalismo” deve ser lido muito depois. A iniciação marxista precisa ser contemplada com a leitura dos nossos jornais e manifestos, com o acompanhamento da vida sindical, da situação nacional e internacional com o comparecimento às conferências operárias, com as visitas às fábricas e oficinas etc.

O companheiro deverá responder a todas as perguntas, destruir todas as dúvidas e confusões da companheira [ilegível]. Se gosta de música, fazê-la cantar esse hino. Se aprecia o cinema, escolher as fitas de grandes épocas de transformação social, mesmo da revolução francesa. E assim por diante. É preciso ser psicólogo: ver qual o fraco da mulher e por aí penetrar firme, lembrando-se sempre de que é mais fácil prendê-la pelo lado do sentimento do que pelo do pensamento. Todavia, é preciso que os argumentos baseados no sentimento sejam veículos para os argumentos baseados no pensamento. Assim, o companheiro aponta vários aspectos da miséria proletária até promover a companheira. Aí então, depois da pancada na ferradura, dá a pancada no cravo. Diz-lhe que aquela miséria não terá fim enquanto existir o capitalismo, porque o capitalismo só tem em vista o lucro. Portanto, para extinguir a miséria, é preciso extinguir o capitalismo, é preciso estabelecer o governo proletário, a ditadura do proletariado... Por essa forma, a companheira, tendo partido do sentimento, do humanitarismo, do subjetivismo, atingirá as alturas da razão fria, do objetivismo.

É preciso evitar o convívio com pessoas reacionárias. É preciso, com

paciência, mas com firmeza, ir cortando as tendências místicas.

A iniciação científica da companheira far-se-á com a leitura dos pequenos manuais de física, química e história natural. Igualmente, com as visitas ao Museu Nacional, aos Jardins Zoológico e Botânico e com as fitas científicas. É claro que tudo isto depende das possibilidades de cada um. (A CLASSE OPERÁRIA, 27/06/1925, p. 1).

Ao mesmo tempo que o pedido presente no enunciado “A educação da mãe proletária” revela a preocupação pela educação das mulheres trabalhadoras, o enunciado deixa transparecer os estereótipos conferidos às operárias pela equipe do jornal: analfabetas, sem consciência de classe, sentimentais, pouco racionais, facilmente convencidas pelo sentimento. Esses estereótipos, no entanto, como nos mostra Heleieth Saffioti em *O poder do macho* (1987, p. 14) servem para disseminar “a ideologia da ‘inferioridade’ feminina”, na qual “recorre-se, frequentemente, ao argumento de que as mulheres são menos inteligentes que os homens”. Revela também que às demais mulheres trabalhadoras, que não eram mães nem esposas, na visão da equipe do jornal, não eram prioridade da questão educacional.

Gostaríamos de encontrar, sobre *A Classe Operária* na República Velha, a história contada pelo ponto de vista das editoras, das colaboradoras, das leitoras. No entanto, essa é uma lacuna que não podemos sanar. Elas não puderam nos escrever suas memórias. Buscamos, então, vestígios de sua história nas memórias dos homens.

Segundo Otávio Brandão escreveu em seu livro *Combates e batalhas* (1978), em suas duas primeiras fases, *A Classe Operária* buscou seguir o programa de Vladimir Ilitch Lênin na obra *O que fazer?* (2020[1902]), no qual havia propostas e análises para a criação de um jornal operário para toda a Rússia. Publicado antes da Revolução Russa de 1917, o programa de Lênin para a criação de um jornal operário em âmbito nacional e sua efetivação, em 1925, no Brasil, era visto como um dos fatores responsáveis pelo sucesso da Revolução. Das discussões feitas em Congressos do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) e das discussões feitas por Lênin, surgiram o jornal *Iskra* e a revista *Zariá*, os quais tiveram entre editoras e editores importantes colaboradoras(es), como Lênin, Georgi Plekhanov, Vera Zaslitch, Aleksandr Potresov, Leon Trótski, Nadejda Krupskaya, entre outros vários nomes (LÊNIN, 2020[1974]).

De acordo com Lênin, as trabalhadoras e trabalhadores, nesse jornal não deveriam participar “como operários”, mas “como teóricos do socialismo, como os Proudhon e os Weitling”. No entanto, para isso, era preciso que sua consciência fosse expandida para que participassem da escritura do jornal: “noutros termos, só participam no momento e na medida em que consigam dominar, em maior ou menor grau, a ciência da sua época e fazê-la progredir” (LÊNIN, 2020[1902], p. 82).

Lênin apresenta a discussão dos intelectuais da época sobre a questão: alguns defendiam a organização de jornais locais, outros, que as demandas locais específicas não seriam importantes para um jornal que buscasse organizar a consciência de toda a Rússia, “uma organização de revolucionários de toda a Rússia, que se mantenha firmemente no ponto de vista marxista, que dirija toda a luta política e disponha de um estado-maior de agitadores profissionais” (2020[1974, p. 200). A proposta de Lênin era, assim, que o jornal fosse um organizador coletivo.

Lênin salienta o que o jornal deveria ou não publicar, para não aborrecer as/os leitoras(es), e isso está entre os motivos para a criação de um jornal nacional e não regional:

Para um “jornal” necessitamos de denúncias não tanto das “ninharias”, mas dos grandes defeitos típicos da vida fabril, feitas com base em exemplos de particular relevo e que possam, por isso, interessar *a todos* os operários e a todos os dirigentes do movimento, que possam enriquecer de fato seus conhecimentos, alargar o seu horizonte, dar início ao despertar de uma nova região, uma nova camada profissional de operários. (LÊNIN, 2020[1974], p. 194).

Desse modo, para o autor, jornais e folhetins locais poderiam servir às denúncias dos “pequenos fatos”, enquanto um jornal nacional deveria publicar questões que interessassem a “todos os operários e a todos os dirigentes do movimento”. A *Classe Operária* era, então, em suas primeiras fases, baseado nesse programa, buscando organizar o operariado nacional em torno de demandas coletivas e gerais, embora, ao mesmo tempo, se dispusesse na denúncia de questões regionais específicas, talvez em respeito às esfericidades brasileiras. Nas palavras de Otávio Brandão, a “linha de Lênin era: um jornal revolucionário deve ser escrito por alguns jornalistas na redação e por milhares de colaboradores fora da redação, nos locais de trabalho” (BRANDÃO, 1978, 303). Observamos que talvez essa vontade de Otávio Brandão fosse legítima, embora o editor tenha escorregado em alguns momentos, como veremos nas análises do próximo capítulo.

Conforme Octávio Brandão, em seu livro *Combates e Batalhas: memórias* (1978), a fundação do jornal foi decidida no II Congresso do PCB, ocorrido em 1923, para divulgar o programa, as principais causas e a atuação do partido. Porém, criado em pleno estado de sítio (que durou quase todo o governo de Arthur Bernardes, de 1922-1926), o jornal foi censurado antes mesmo de ser lançado pelo Ministro da Justiça, Afonso Pena Júnior, o qual “chegou a destacar dois jornalistas, Alberto Lira e Carlos Sussekind, para censurar o periódico, embora, na prática, isso não tenha ocorrido” (BRASIL, 2014, s.p.).

Fechado pela polícia política logo após seu lançamento, o jornal *A Classe Operária* voltou a circular de forma legal em 1º de maio de 1928. Em meados de 1929, em virtude da repressão desencadeada pelo governo de Washington Luís (1926-1930), o jornal foi novamente censurado, voltando à clandestinidade.

A temática principal do jornal *A Classe Operária* era a defesa da classe trabalhadora. Entre seus temas centrais estavam a divulgação das condições de vida e de trabalho do proletariado brasileiro e a disseminação do marxismo segundo a visão do Partido Comunista. Seus textos, em seus primeiros momentos, estavam repletos de reivindicações, com destaque para a seção de cartas, redigidas principalmente por trabalhadoras e por trabalhadores, intitulada “Dos nossos correspondentes”. No entanto, algumas cartas eram publicadas fora dessa seção, na primeira página do jornal.

Guiado por ideais socialistas e comunistas, durante a República Velha, o jornal contou com ao menos 97 edições entre 1925 e 1930. Os números do jornal durante a República Velha podem ser divididos em duas fases. A primeira, no ano 1925, que contou com 12 números, entre 1º de maio de 1925 e 18 de julho de 1925. Quando o nº 13 estava sendo impresso na tipografia do jornal *O Paiz*, o ministro da justiça Afonso Pena Júnior ordenou seu fechamento. Nesse período, até o início da segunda fase, o jornal possuía como *slogan* “Um jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores” e continha, no meio do enunciado de seu título, o signo ideológico do comunismo, a foice e o martelo (FIGURA 23).

Figura 23: Título e slogan de *A Classe Operária* em sua primeira fase



Fonte: *A Classe Operária* (13/06/1925).

Sobre o uso do martelo e da foice em seu título, na edição número 5 de *A Classe Operária*, de 30 de maio de 1925, a equipe do jornal explica que “O martelo e a foice que dão expressão maior ao título do nosso jornal de trabalhadores têm uma significação precisa e determinada. O martelo é o símbolo do labor do operário industrial. A foice é o símbolo do labor do operário agrícola¹⁴⁷” (FIGURA 24).

¹⁴⁷ Não transcrevemos o enunciado na íntegra, pois, como o microfilme apresenta um rasgo, não é possível ler o restante do texto.

Figura 24: Recorte do enunciado “O martelo e a foice”



Fonte: *A Classe Operária* (30/05/1925, p. 1).

Na segunda fase do jornal, iniciada em 1928, a foice e o martelo foram retirados do título do jornal. Sobre o título, nesta fase, foi acrescentado o slogan “Proletários de todos os países, uni-vos” (FIGURA 25). O enunciado “Proletários de todos os países, uni-vos” (no seu original alemão “Proletarier aller Länder, vereinigt euch!”) foi escrito por Karl Marx, na conclusão do *Manifesto Comunista* (2001 [1848], p. 78), e foi aforizado e transformado em slogan político comunista e socialista. Esse slogan também foi utilizado como lema da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) entre 1922 e 1991.

Figura 25: Título e slogan de *A Classe Operária* no início de sua segunda fase



Fonte: *A Classe Operária* (25/08/1928).

A segunda fase contou com ao menos 97 números, entre 1º de maio de 1928 e 17 de abril de 1930. Após esse período o jornal passou a adotar o slogan de “Órgão do Partido

Comunista do Brasil (Seção Brasileira da Internacional Comunista)” (FIGURA 26).

Figura 26: Título e *slogan* do jornal *A Classe Operária* como Órgão Central do Partido Comunista do Brasil



Fonte: *A Classe Operária* (27/08/1930).

Segundo Nelson Werneck Sodré (1999, p. 322), “em seu número 12, foi proibido de circular”, reaparecendo, reformulado, em sua segunda fase, apenas em 1928. De acordo com Otávio Brandão, o nº 13 já se encontrava em processo de impressão quando a tipografia do jornal *O Paiz*, na qual *A Classe Operária* era impresso, foi invadida por policiais e os jornais jogados nas caldeiras. O nº 12 foi publicado em 18 de julho de 1925.

Por ter sido proibido de circular após a publicação de seu 12º número, *A Classe Operária* ficou sem circular de julho de 1925 a 1º de maio de 1928, quando voltou a ser publicado, em sua segunda fase, sendo reformulado para se “adequar” às legislações vigentes e para preservar as trabalhadoras e os trabalhadores que redigiam suas cartas à redação do jornal de retaliações. Assim, após 1928, poucos textos continham autoria explícita, diferentemente do que era comum em sua primeira fase.

Em suas primeiras edições, o jornal era um semanário de quatro páginas, em formato standard, impresso em offset. Mesmo sendo publicado no Rio de Janeiro, o jornal *A Classe Operária* circulava por várias cidades e estados do Brasil, principalmente onde havia a organização de trabalhadoras e trabalhadores em associações de classes.

Conforme o editor Otávio Brandão, os

operários da célula comunista de *O Paiz* solicitaram à direção que *A Classe Operária* fosse composta e impressa nas oficinas desse jornal governista. Foram atendidos. O governo, em luta com os revoltosos, não queria complicações com os operários. Temia-os. E o nosso jornal melhorou muito, já no nº 2. (1978, p. 311).

No Rio de Janeiro, em sua primeira fase, *A Classe Operária* era vendido nas bancas, legalmente, chegando a vender mais de mil exemplares nos números 4, 10 e 12 (BRANDÃO, 1978).

A equipe do jornal solicitava às leitoras e leitores que enviassem relatos sobre suas condições de trabalho ao jornal, como pode ser visto na Figura 27.

Figura 27: Recorte do enunciado “A ti, leitor”



Fonte: *A Classe Operária* (06/06/1925, p. 3).

A ti, leitor

Se A CLASSE OPERÁRIA ainda não se ocupou de tua fábrica ou oficina, cabe a responsabilidade a ti. Se A CLASSE OPERÁRIA ainda não defendeu a ti e aos teus companheiros, ainda a responsabilidade desse silêncio é tua, unicamente tua.

Leva as informações que interessem aos teus companheiros de trabalho e A CLASSE OPERÁRIA publicá-las-á. (A CLASSE OPERÁRIA, 0606/1925, p. 3).

No recorte, é dito que “Se A CLASSE OPERÁRIA ainda não se ocupou da tua fábrica ou oficina, cabe a responsabilidade a ti”, o que indica que os textos publicados no jornal sobre as situações das fábricas eram escritos pelas(os) próprias(os) trabalhadoras(es). Também observamos o fato de a equipe do jornal justificar o seu silêncio através da responsabilidade das/dos trabalhadoras(es), que não escreviam ao jornal.

No entanto, nem todos os textos escritos por colaboradoras e colaboradores eram publicados. No próprio jornal, no n. 6 de 1925 (FIGURA 29), podemos ler o que segue transcrito na sequência do recorte.

Figura 28: Recorte do enunciado “Aos colaboradores”



Fonte: *A Classe Operária* (06/06/1925, p. 3).

Aos colaboradores

Quem escreve para o jornal, está sujeito à censura proletária do jornal. O jornal tem uma linha única, homogênea, de combate.

Os artigos devem estar em nossas mãos até terça-feira à noite e as pequenas notícias e comunicações até quinta-feira à noite.

É preciso que todos compreendam que A CLASSE OPERÁRIA não é um jornal individual e sim uma obra coletiva; não é um jornal corporativista e sim um jornal classista — de toda a classe operária nacional e internacional; e não poderá ser um meio para gloriolas literárias. (A CLASSE OPERÁRIA, 06/06/1925, p. 3).

No enunciado recortado, é dito que “Quem escreve para o jornal está sujeito à censura proletária do jornal. O jornal tem uma linha única, homogênea, de combate”. A censura proletária parece dizer respeito ao conteúdo dos escritos, que deveriam respeitar o fato de o jornal ser “uma obra coletiva”, um “jornal classista” e “de toda a classe operária, nacional e internacional”, não sendo “um meio para gloriolas literárias”. Além disso, a equipe do jornal indicava prazos específicos para que os artigos, notícias e comunicações estivessem em suas mãos.

O fato de a equipe indicar que o jornal não deveria servir a “gloriolas literárias” talvez justifique o fato de não localizarmos nas edições analisadas nenhum texto assinado por Laura Brandão. Tal fato demonstra o machismo no interior de jornal, uma vez que Laura Brandão, segundo nossas pesquisas, era uma intelectual erudita, que falava em comícios, que escrevia

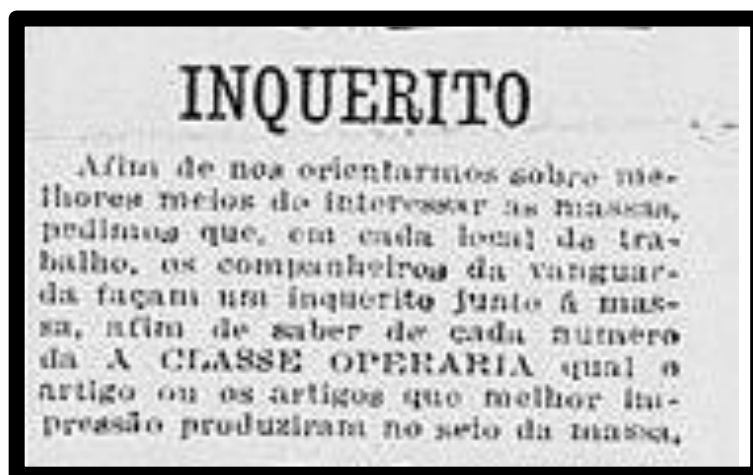
poemas, que participava ativamente da política da época, como nos mostra Maria Elena Bernardes em *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*.

Em sua juventude, Laura frequentara os salões da *Belle Époque*, tendo publicado livros e poemas em revistas e jornais e sendo elogiada por poetas e escritoras(es) influentes na época, como Olavo Bilac e Júlia Lopes. Além disso, depois de casada, Laura nunca deixou de participar das esferas públicas, sendo notada em reuniões políticas, em greves, em comícios. Entendemos que essa participação ativa de Laura Brandão na vida social e intelectual demarca que talvez o seu silêncio no jornal não tenha sido ocasionado pelo fato de ela não ter quisto publicar seus escritos, e sim por forças centrípetas, que a silenciaram.

Além disso, nos parece que o jornal, embora filtrasse os textos literários recebidos, de autoria individual, não fazia o mesmo com artigos de opinião, muitos deles assinados pela “vanguarda”, da qual alguns membros da equipe editorial faziam parte, como Otávio Brandão.

Além do apelo para que as/os trabalhadoras(es) escrevessem para o jornal, era feito sistematicamente o pedido para que “os companheiros de vanguarda” inquerissem “as massas” para saber de cada número do jornal qual artigo mais lhes tinha interessado. Esse pedido é feito também no número 6, de 6 de junho de 1925, como é possível observar na Figura 28.

Figura 29: Recorte do enunciado “Inquérito”



Fonte: *A Classe Operária* (06/06/1925, p. 2).

INQUÉRITO

A fim de nos orientarmos sobre melhores meios de interessar às massas, pedimos que, em cada local de trabalho, os companheiros da vanguarda façam um inquérito junto à massa, a fim de saber de cada número de A CLASSE OPERÁRIA qual o artigo ou os artigos que melhor impressão produziram no seio da massa. (*A CLASSE OPERÁRIA*, 06/06/1925, p. 2).

É importante destacar que, como afirma Lilian Zanvettor Ferreira em *A educação dos*

trabalhadores do Partido Comunista do Brasil de 1920 a 1950,

Embora a intenção de escrita seja coletiva, ao observarmos as publicações notamos que a colaboração dos trabalhadores tem um espaço específico. Dos artigos de trabalhadores publicados no jornal do dia 4 de julho de 1925, todos se referiam às condições de vida, de trabalho e emprego. Na prática, os artigos de opinião, as reflexões literárias e as discussões sobre política se mostram vedadas ao trabalhador comum, sendo que nesses espaços a escrita era feita prioritariamente pela chamada vanguarda operária. (FERREIRA, 2019, p. 130).

Dessa forma, a nosso ver, na prática, o jornal *A Classe Operária* não seguia totalmente os postulados de Lênin em *O que fazer?*, sendo, diversamente do que diz o programa, tratados como operários e não como “como teóricos do socialismo” (LÊNIN, 2020[1902], p. 82).

Salientamos que, na grande maioria dos enunciados escritos pela equipe do jornal, direcionado às/aos leitoras(es) e às/aos colaboradoras(es), não encontramos indícios do ato responsivo a que chamamos de feminização linguístico-discursiva, não parecendo ser, assim, essa política linguística proposta ou imposta por quem transcrevia e editava o jornal *A Classe Operária*.

No entanto, na seção “Dos nossos correspondentes” de 1º de maio de 1928, chamou-nos a atenção o texto de introdução às cartas recebidas. Transcreveremos a seguir o enunciado introdutório na íntegra, nas normas vigentes.

Inaugurando esta seção, a “Classe Operária coloca suas colunas à disposição de todos os trabalhadores, recebendo para isto a correspondência das fábricas, oficinas, dos campos, de toda a parte onde existam trabalhadores. Ela será acolhedora da voz das fábricas, das oficinas, dos campos. Os **companheiros e companheiras** que desejarem escrever suas queixas, o regime de trabalho em que vivem, a exploração nos salários, o desconforto, a falta de higiene, a miséria lenta, todos os aspectos enfim de sua vida amargurada devem dirigir-se a ela.

Tudo isto deve ser feito com a maior exatidão, citando fatos verdadeiros, algarismos comprovantes.

Só assim podemos fazer “Da Classe Operária” um jornal vivo, um jornal proletário, que se torna o porta-voz da massa oprimida dos trabalhadores.

Nosso camarada Lenin já dizia referindo-se a feitura de um jornal de trabalhadores: “Deve o jornal ter 5 redatores na redação e 500 no seio das massas oprimidas.

São estes quinhentos ou mil ou mais redatores anônimos das fábricas, de todos os locais de trabalho, que tornarão vivas as nossas colunas e farão delas as transmissoras da miséria e das vicissitudes da classe a que pertencemos, da classe trabalhadora.

Escrevei, **companheiros e companheiras!** Não vos importeis com a forma, com os erros, porque somos vossos camaradas.

Corrigiremos aqui o que nos disserdes sobre a vossa vida. Dar-vos-emos os conselhos de nossa experiência e aproveitaremos fielmente as

palavras sinceras que, por certo, exprimirão o que se passa em vossas consciências de trabalhadores, de oprimidos como nós.

Aqui vos acolhemos, de braços abertos. E teremos ocasião de desmentir, com a sinceridade de vosso protesto, com a verdade de nossa atuação, os que proclamam, aos quatro ventos, o invejável bem-estar das massas trabalhadoras entre nós e a inexistência da luta de classes em nosso meio.

Avante, pois **companheiros e companheiras!** Em cada fábrica, em cada oficina, em cada local de trabalho, crias correspondentes para o nosso e vosso jornal, daí conta de vossa vida, de vossos sofrimentos, de vossas aspirações.

Saúde, camaradas! (A CLASSE OPERÁRIA, 1º/05/1928, p. 2, grifos nossos).

No enunciado, grifamos a repetição, em três momentos diferentes, das denominações “companheiros e companheiras”. Observamos que é utilizada, no referido enunciado, a política linguística a que chamamos de feminização linguístico-discursiva como recurso estilístico responsivo para nomear as interlocutoras.

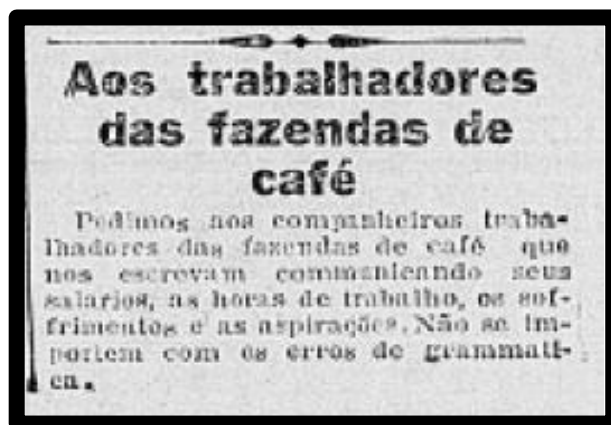
Outros aspectos, além da feminização linguístico-discursiva na nomeação das colaboradoras e leitoras do jornal, são visualizados no enunciado introdutório, como a justificativa para que o jornal julgasse importante receber as cartas das trabalhadoras e dos trabalhadores: “Só assim podemos fazer “Da Classe Operária” um jornal vivo, um jornal proletário, que se torna o porta-voz da massa oprimida dos trabalhadores”, ancorando-se, também, na autoridade de Lênin, que, na obra *O que fazer?* revela um programa para um jornal proletário, seguido pela equipe do jornal, como observamos nesta seção.

Outro aspecto é a indicação de pertencimento à classe trabalhadora pela equipe do jornal em diversos trechos: “que tornarão vivas as nossas colunas e farão delas as transmissoras da miséria e das vicissitudes da classe a que pertencemos, da classe trabalhadora”, “Não vos importeis com a forma, com os erros, porque somos vossos camaradas”, “exprimirão o que se passa em vossas consciências de trabalhadores, de oprimidos como nós”. O fato de a equipe do jornal se incluir entre a classe trabalhadora, lembrando sua solidariedade às companheiras e companheiros e advertindo para não se importarem com a forma e com os erros do que escrevessem, pois eram “camaradas” demonstra um aumento da consciência linguística e de classe da equipe do jornal, o que pode explicar o fato de adotarem a feminização linguístico-discursiva para denominarem suas interlocutoras em tal enunciado introdutório. Para compreendermos melhor como se dava essa estilização, no próximo capítulo, analisaremos os escritos das mulheres trabalhadoras para o jornal *A Classe Operária* entre 1925 e 1930.

A equipe do jornal fazia diversos apelos para que trabalhadoras e trabalhadores escrevessem sobre sua situação. Em um desses pedidos, inclusive, a equipe salienta que não importavam “os erros de gramática” (FIGURA 30). Esse fato é relevante, uma vez que a equipe

enuncia que não praticava atos discriminatórios atualmente conhecidos como preconceito linguístico¹⁴⁸.

Figura 30: Recorte do enunciado “Aos trabalhadores das fazendas de café”



Fonte: *A Classe Operária* (13/06/1925, p. 1).

No enunciado presente no recorte da Figura X, datado de 13 de junho de 1925, a equipe do jornal assim solicita:

Aos trabalhadores das fazendas de café

Pedimos aos companheiros trabalhadores das fazendas de café que escrevam comunicando seus salários, as horas de trabalho, os sofrimentos e as aspirações. Não se importem com os erros de gramática. (A CLASSE OPERÁRIA, 13/06/1925, p. 1).

Entendemos que o pedido às trabalhadoras e aos trabalhadores das fazendas de café ilustre as orientações dadas ao restante da classe operária que escrevia para o jornal, uma vez que observamos, nos enunciados coletados em nossa pesquisa, que seu conteúdo temático girava em torno dos seguintes temas: salários, carga de trabalho, sofrimentos e aspirações. Observamos que, ao pedirem que as/os colaboras(es) não se importassem “com os erros de gramática”, a equipe do jornal reflete a ausência de preconceito linguístico, ao mesmo tempo que refrata a possibilidade de “corrigir” e “revisar” os escritos das/dos trabalhadoras(es).

Tendo todas essas questões relativas ao periódico *A Classe Operária* em mente, no próximo capítulo, apresentaremos nossa análise do discurso das mulheres trabalhadoras no referido jornal, durante o período da República Velha.

¹⁴⁸ Ver. BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2006.

4 O DISCURSO DAS MULHERES TRABALHADORAS NO JORNAL *A CLASSE OPERÁRIA* (1925-1930)

“Não perdemos a esperança de triunfar um dia.”
Operárias charuteiras de Muritiba (27/06/1925).

Iniciamos este capítulo salientando o triunfo das mulheres trabalhadoras que escreveram no jornal *A Classe Operária*, indicado como a esperança das operárias charuteiras de Muritiba, as quais escreveram, em sua carta de 27 de junho de 1925, o trecho citado na epígrafe deste capítulo. Tal triunfo é marcado pela reverberação do seu discurso ainda na atualidade, inspirando mulheres, como eu e tantas outras pesquisadoras, como eu e tantas outras trabalhadoras. Nós não perdemos a esperança de triunfar um dia.

Intitulamos este capítulo de "O discurso das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930)" porque, partindo de uma perspectiva dialógica, “temos em vista o discurso, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária a alguns aspectos da vida concreta do discurso” (BAKHTIN, 2002[1963], p. 181). Tendo isso em mente, neste capítulo, analisaremos o discurso das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária*, com enfoque para a feminização linguístico-discursiva existente nesses enunciados.

Como indicamos nos “Apontamentos Introdutórios” desta tese, nossa investigação se dará primeiramente a partir da descrição do contexto discursivo das autoras dos discursos analisados. Tal contexto foi apresentado sumariamente no capítulo anterior, e será aprofundado neste capítulo, levando em conta a realidade social de cada enunciado.

Após, analisaremos o conjunto de enunciados assinados por mulheres trabalhadoras selecionados a partir da organização apresentada nos procedimentos metodológicos (seção 3.1). Procuraremos, assim, verificar e descrever os gêneros discursivos utilizados pelas mulheres trabalhadoras que escreviam para o referido jornal e analisar os enunciados presentes nos enunciados recortados para esta tese.

Trataremos dos enunciados das operárias charuteiras do Recôncavo Baiano (BA) (seção 4.1), das telefonistas do Rio de Janeiro (RJ) (seção 4.2) e das operárias das fábricas têxteis de Alagoas (AL) (seção 4.3). Destacamos que os enunciados analisados serão transcritos nas normas contemporâneas.

4.1 AS CHARUTEIRAS DO RECÔNCAVO BAIANO

Nesta seção, analisaremos o enunciado das charuteiras do Recôncavo Baiano presente no n. 5 da primeira fase do jornal *A Classe Operária*. Embora nossa análise centre-se no enunciado em questão, apresentaremos sumariamente os enunciados das operárias que trabalhavam nas indústrias de fumo, sendo elas charuteiras ou cigareiras. Isso porque visualizamos que os enunciados das trabalhadoras das fábricas de fumo respondem uns aos outros, sendo possível estabelecer diversas relações dialógicas entre eles.

De trabalhadoras das fábricas de fumo, coletamos sete enunciados, assinados por charuteiras do Recôncavo Baiano, por cigareiras do Rio de Janeiro e do Recife (PE). Todos os enunciados já foram sistematizados no Quadro 4. No entanto, para facilitar nossa análise, apresentamos a seguir o Quadro 7, apenas com os enunciados das trabalhadoras de fábricas de fumo.

Quadro 7: Textos de autoria das operárias de fábricas de fumo coletados na pesquisa¹⁴⁹

Data da edição	N.	P.	Título	Indicação de autoria/ Profissão/Atividade	Estado	Marcas de feminização linguístico-discursiva?
30/05/1925	5	1	“As operárias charuteiras da Bahia apelam para “A Classe Operária”	Operárias charuteiras de São Félix	BA	Sim
06/06/1925	6	1	“União dos trabalhadores em fábricas de fumo: apelo dos operários da Companhia Souza Cruz”	Os 1.500 operários e operárias da Companhia Souza Cruz	RJ	Sim
13/06/1925	7	1	“Na Companhia Souza Cruz”	Os operários e as operárias da Companhia Souza Cruz	RJ	Sim
27/06/1925	9	2	“Pelos operários da Souza Cruz”	Operárias charuteiras de Muritiba	BA	Sim
27/06/1925	9	3	“A greve das cigareiras do Recife”	Comitê de greve das cigareiras	PE	Sim
04/07/1925	10	2	“As charuteiras”	Operárias charuteiras de São Félix, e Muritiba	BA	Sim
12/05/1928	3 (2 ^a)	2	Sem título	As operárias da fábrica Dannemann (BA)	BA	Sim

Fonte: Elaborado pela autora.

Como é possível observar no Quadro 7, dos sete enunciados de operárias de fábricas de fumo coletados, quatro tiveram como autoras charuteiras do Recôncavo Baiano, dois, operárias do Rio de Janeiro, e um cigareiras do Recife.

¹⁴⁹ Salientamos que para a padronização dos quadros desta seção, abreviamos neste quadro “Número” como “N.” e “Página” com “P.”.

Desses, um estava presente na primeira página do número 5, de 30 de maio 1925, sob o título “As operárias charuteiras da Bahia apelam para ‘A Classe Operária’”, sendo assinado pelas “Operárias charuteiras de São Félix”, um estava presente na primeira página do número 6 de 06 de junho de 1925, sob o título “União dos trabalhadores em fábricas de fumo: apelo dos operários da Companhia Souza Cruz”, sendo assinado como “Os 1.500 operários e operárias da Companhia Souza Cruz”, outro estava presente na primeira página no número 7 de 13 de junho de 1925, sendo intitulado “Na Companhia Souza Cruz” e assinado por “Os operários e as operárias da Companhia Souza Cruz”, dois estavam presentes no número 9 de 27 de junho de 1925, nas páginas 2 – “Pelos operários da Souza Cruz”, assinado por “Operárias charuteiras de Muritiba” – e 3 – “A greve das cigareiras do Recife”, assinado pelo “Comitê de greve das cigareiras” – um foi localizado no número 10, de 04 de julho de 1925, “As charuteiras”, assinado pelas “Operárias charuteiras de São Félix, e Muritiba” e o último, presente na segunda página do número 2 da segunda fase, de 12 de maio de 1928, sem título, assinado pelas “operárias da fábrica Dannemann (BA)”.

Iniciamos este capítulo de análise pelo discurso das operárias charuteiras do Recôncavo Baiano pelo fato de um de seus enunciados pertencer ao primeiro número do jornal analisado nesta tese e também pelo fato de esse ser um dos enunciados mais emblemáticos que encontramos. Das charuteiras do Recôncavo Baiano, em nossa coleta, encontramos quatro enunciados.

O primeiro, presente no n. 5, de 30 de maio de 1925, selecionado para a nossa análise, é intitulado “As operárias charuteiras da Bahia apelam para ‘A Classe Operária’”, e é assinado pelas operárias charuteiras de São Félix. O segundo, do n. 9, de 27 de junho de 1925, intitula-se “Pelos operários da Souza Cruz”, sendo assinado pelas operárias charuteiras de Muritiba. O terceiro, do n. 10, de 4 de julho de 1925, intitula-se “As charuteiras” e foi assinado pelas operárias charuteiras de São Félix e Muritiba. O quarto, do n. 3 da segunda fase do jornal, de 12 de maio de 1928, não possui título, sendo assinado pelas operárias da fábrica Dannemann.

O primeiro enunciado, o qual selecionamos para analisarmos, foi redigido pelas operárias charuteiras de São Felix. O enunciado, datado de 12 de maio de 1925 e publicado no dia 30 do mesmo mês, foi exposto na primeira página da edição de 30/05/1925 (FIGURA 31). Salientamos que a disposição desse escrito na primeira página é uma marca da valoração axiológica conferida pela equipe editorial do jornal a esse enunciado. Estar na primeira página faz com que o escrito seja lido por mais pessoas, e, nos jornais, normalmente essa posição é conferida a notícias, reportagens, editoriais para os quais se atribui importância.

Figura 31: Primeira página da edição de 30/05/1925 do jornal A Classe Operária



Fonte: A Classe Operária (30/05/1925, p. 1).

Na ampliação do texto (FIGURA 32), é possível verificar que há uma manchete: “As operárias charuteiras da Bahia apelam para ‘A Classe Operária’”, seguida de um pequeno lide:

“Os salários incríveis – O charuto de quebra – Os dois dias – A caneca – Os tamboretos – A exploração inominável – O 1º de Maio não pôde ser comemorado”, que podem, por suas características próprias de texto jornalístico, terem sido escritas por Laura Brandão, que transcrevia as cartas, ou pelos editores do jornal, como vimos na seção 3.3 desta tese.

Figura 32: Recorte do enunciado “As operárias charuteiras da Bahia apelam para ‘A Classe Operária’”

As operarias charuteiras da Bahia appellam para “A Classe Operaria”

Os salarios incriveis — O charuto de quebra — Os dois dias — A caneca — Os tamboretos — A exploração innominavel — O 1º de Maio não pôde ser commemorado

S. FELIX, 12 de maio.

Levamos ao conhecimento do proletariado industrial e agrícola os horrores que soffremos. Somos tratadas como seres inferiores.

Por dia, podemos fazer no maximo 300 charutos “a pau”, isto é, communs. Sendo a mão, as companheiras mais ligeiras só conseguem fazer de 100 a 140. Os patrões pagam por um cento de charutos \$500, 1\$, \$800, \$700, \$610, \$620, \$600 e até \$500. Os charutos a mão são pagos a 2\$ o cento.

Quando fazemos mais de 100, os patrões descontam, allegando que ha alguns charutos com defeito. E, então, perdemos o feilho.

Nosso salario regula entre 15\$ e 20\$ semanaes.

Em cada cento, deixamos um charuto para o patrão. Havendo 600 operarias e operarias só na casa Costa Ferreira & Penna, podemos calcular que estes Srs. ficam diariamente com 1.200 charutos gratis. São, portanto, no fim do anno, 360 mil charutos gratis.

Deixamos a mais dois dias de trabalho. Estes dois dias só são recebidos de seis em seis mezes. Imagine o proletariado do Rio oi que valem dois dias arrancados a 600 operarias e operarias que ganham 2\$ e 3\$ por dia, e isto meuzo só quando acham aviamento!

Somos empreiteiras. Ganhamos pelo que fazemos. Os diaristas deste trabalho são poucos; trabalham em outra zocção como a “banca de capa”, que aprontia os aviamentos.

Bebemos agua em uma caneca. A caneca é uma lata de eroding, que adaptamos. O deposito d’agua são duas jarraes.

Ha pouco, com a greve, os burocratas d’aqui augmentaram 40 e 40 réis em um cento de charutos, fazendo de nós mendigas.

As companheiras gravidas continuam a sentar-se nos mesmos tamboretos de pau tosco.

Os que, nas grandes cidades, nas casas elegantes, fumam os charutos finos de S. Felix, mal sabem a exploração inominavel a que vivemos submettidas.

Nossas aspirações são as seguintes:

(A) Economicas:

- 1ª — Salario fixo de 45 diaristos, por 250 charutos a mão ou 100 charutos a mão;
- 2ª — Nenhum desconto quando a conta passar de 100 charutos;
- 3ª — Nem um só charuto de quebra;
- 4ª — Pagamento semanal de 10 dias os dias de trabalho;
- 5ª — Extinção das empreitadas;
- 6ª — Licença de 15 dias para as companheiras no parto e pagamento integral.

(B) Hygienicas:

- 7ª — Agua pura e copos;
- 8ª — Bancos especiais para as companheiras gravidas.

(C) Politicas:

- 9ª — Direito de livre associação;
- 10ª — Não sermos despedidas, quando commemorarmos o primeiro de maio.

Taes são as nossas aspirações immediatas.

O 1º de maio é feriado por lei, em todo o país, menos em S. Felix. Este anno os Srs. Costa Ferreira & Penna prohibiram que commemorassemos o nozco dia sob a ameaça de irmos para a rua.

As operarias charuteiras de S. Felix

Fonte: A Classe Operária (30/05/1925, p. 2).

Para melhor visualização da carta redigida pelas operárias charuteiras ao jornal *A Classe Operária*, a seguir, apresentamos a sua transcrição nas normas contemporâneas:

As operárias charuteiras da Bahia apelam para "A Classe Operária"

Os salários incríveis – O charuto de quebra – Os dois dias – A caneca – Os tamboretas – A exploração inominável – O 1º de Maio não pôde ser comemorado

S. Félix, 12 de maio

Levamos ao conhecimento do proletariado industrial e agrícola os horrores que sofremos. Somos tratadas como seres inferiores.

Por dia, podemos fazer no máximo 300 charutos “a pau”, isto é, comuns. Sendo a mão, as companheiras mais ligeiras só conseguem fazer de 100 a 140. Os patrões pagam por um cento de charutos 1\$500, 1\$, \$800, \$700, \$640, \$620, \$600 e até \$500. Os charutos a mão são pagos 2\$ o cento.

Quando fazemos mais de 100, os patrões descontam, alegando que há alguns charutos com defeito. E, então, perdemos o feito.

Nosso salário regula entre 15\$ e 20\$ semanais.

Em cada cento, deixamos um charuto para o patrão. Havendo 600 operários e operárias só na casa Costa e Ferreira, podemos calcular que estes srs. ficam diariamente com 1.200 charutos grátis. São, portanto, no fim do ano, 360 mil charutos grátis.

Deixamos a mais dois dias de trabalho. Estes dois dias só são recebidos de seis em seis meses. Imagine o proletariado do Rio o que valem dois dias arrancados de 600 operários e operárias que ganham 2\$ e 3\$ por dia, e isto só quando aceitam aviamento!

Somos empreiteiras. Ganhamos pelo que fazemos. Os diaristas deste trabalho são poucos; trabalham em outra secção como a “banca da capa”, que apronta os aviamentos.

Bebemos água em uma caneca. A caneca é uma lata de creolina, que adaptamos. O depósito d’água são duas jarras.

Há pouco, com a greve, os burgueses d’aqui aumentaram 40 e 60 réis em um cento de charutos, fazendo de nós mendigas.

As companheiras grávidas continuam a sentar nos mesmos tamboretas de pão tosco.

Os que, nas grandes cidades, nas casas elegantes, fumam os charutos finos do S. Félix, mal sabem a exploração inominável a que somos submetidas.

Nossas aspirações são as seguintes:

(A) Econômicas:

1ª – Salário fixo de \$5 diários, por 250 charutos a pau ou 100 charutos a mão;

2ª – Nenhum desconto quando a conta passar de 100 charutos.

3ª – Nem um só charuto de quebra.

4ª – Pagamento semanal de todos os dias trabalhados.

5ª – Extinção das empreitadas.

6ª – Licença de 15 dias para as companheiras no parto e pagamento integral.

(B) Higiênicas:

7ª – Água pura e copos;

8ª – Bancos especiais para as companheiras grávidas.

(C) Políticas:

9ª – Direito de livre associação;

10ª – Não sermos despedidas quando comemoramos o primeiro de maio.

Tais são as nossas aspirações imediatas.

O 1º de maio é feriado por lei, em todo o país, menos em S. Félix. Este ano os Srs. Costa Ferreira e Penna proibiram que comemorássemos o nosso dia sob a ameaça de irmos para a rua.

As operárias charuteiras de S. Félix

(A CLASSE OPERÁRIA, 30/05/1925, p. 1).

Iniciamos nossa análise com a descrição e interpretação do contexto em que estavam inseridas as operárias charuteiras do Recôncavo Baiano, buscando compreender as esferas de atividade nas quais seus discursos se inseriam, as quais se entrecruzam em seus enunciados no jornal. Como salientamos no primeiro capítulo desta tese, a compreensão das esferas de atividade na qual se inseriam as/os interlocutoras(es) dos enunciados analisados são fundamentais para o seu entendimento, uma vez que “os enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo” (BAKHTIN, 2016[1978], p. 12)

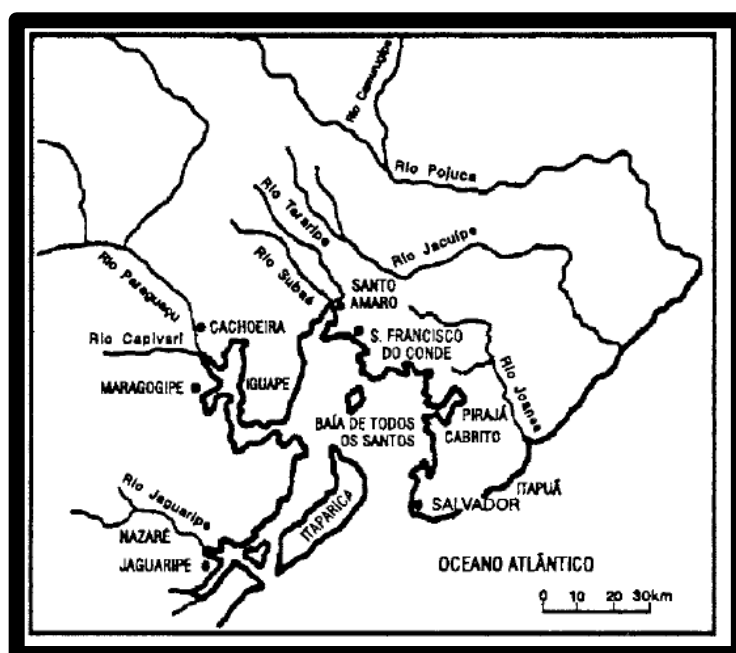
Sobre a geografia do Recôncavo Fumageiro, a historiadora baiana Elizabete Rodrigues da Silva em sua Dissertação de Mestrado: *Fazer charutos: uma atividade feminina* (2001) afirma que

[...] esta região estendia-se de Maragogipe a Santo Antonio de Jesus. Nestes limites, destacam-se as cidades de Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba, interligadas pela antiga BA 02.

Seguindo o curso do Rio Paraguaçu, a sua margem direita é ligada a Cachoeira pela Ponte D. Pedro II, que encontra do outro lado o rio a cidade de São Félix e subindo a escarpa da falha, chega-se à cidade de Muritiba e, a seis quilômetros após, o Distrito de Cabeças (Governador Mangabeira – município criado em 1962). (SILVA, 2001, p.18).

A descrição feita pela autora pode ser observada no mapa da região (FIGURA 33). No mapa, observamos como as cidades da região eram atravessadas por rios e como a região se forma ao redor de uma área marítima côncava, a Baía de Todos os Santos.

Figura 33: Mapa do Recôncavo Baiano



Fonte: Reis (1992, p. 100).

Em sua tese *O Recôncavo Baiano, A fábrica, a casa e a escola*: as políticas de educação para a infância no recôncavo fumageiro da Bahia (1925-1946), Elizabete Pereira Barbosa afirma que o Recôncavo Baiano, desde o século XVI, “tem sido uma região carregada de expressividade na Bahia, no sentido rigoroso da expressão, com sua especificidade histórico-cultural e pelos usos de seu território” (2015, p. 38). Através do exame da autora, entendemos que as peculiaridades da região do Recôncavo devem ter impactado de alguma forma nos discursos das mulheres trabalhadoras que escreviam para *A Classe Operária* na República Velha, uma vez que a expressividade, indicada por Barbosa, provavelmente se entranhou nas valorações axiológicas dos enunciados que analisaremos.

Sobre as questões geográficas, econômicas e populacionais da região, segundo Elizabete Pereira Barbosa (2015), a extensão territorial do Recôncavo é de apenas 10.840km², o que representa apenas 1,7 % da área da Bahia: “espaço territorialmente pequeno – se comparado com sua importância econômica – o Recôncavo é uma região essencialmente costeira, uma espécie de retângulo na direção nordeste-sudeste” (BARBOSA, 2015, p. 38). Ter seu território em região costeira trouxe ao Recôncavo outra característica importante: possuir um solo extremamente arenoso.

Conforme Stuart B. Schwartz, em *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*,

[...] apenas o fumo conseguiu um lugar ao lado do açúcar no Recôncavo. Os solos de areias eram considerados impróprios para a cana, mas com cuidados adequados, especialmente o uso de esterco de gado, podiam ser aproveitados para produzir fumo. Nos campos ao redor da confluência dos rios Paraguaçu e Jacuípe e além da orla do Recôncavo, onde se localizariam mais tarde as paróquias de Água Fria, Santo Estevão de Jacuípe e São Pedro do Monte de Muritiba, pequenos agricultores iniciaram a produção de fumo por volta da segunda década do século XVII. (SCHWARTZ, 1999, p. 84).

Assim, segundo o autor, o “cultivo do fumo fez surgir em Cachoeira e nas regiões circunvizinhas, e em certa medida, também Maragogipe, uma organização social e econômica distinta no recôncavo” (SCHWARTZ, 1999, p. 85). Desse modo, se a configuração do Recôncavo já era diversa da do restante do país, a organização social oriunda da indústria fumageira também diversificava as relações sociais oriundas dessa economia.

A quantidade de fábricas de charutos e cigarros instaladas no Recôncavo Baiano entre meados do século XIX e a República Velha revela a importância do fumo para a região. Como é possível verificar no Quadro 8, ao menos 27 fábricas foram fundadas no período nas cidades do Recôncavo.

Quadro 8: Fábricas instaladas no Recôncavo Baiano entre meados do século XIX e a República Velha

Fundação	Fábrica	Cidade
1842	Juventude (Francisco José Cardoso)	São Félix
1851	Fragrância (José Furtado Simas)	São Félix
1851	Utilidade (Manoel da Costa Ferreira)	São Félix
1852	Francisco Vieira de Mello	Maragogipe
1873	Dannemann	São Félix
antes 1877	Nogueira & Irmão	Maragogipe
antes 1881	Flor da Bahia (Lucas Frav & Comp.)	Cachoeira
antes 1881	Cândido Ferreira	São Félix
antes 1881	Simão Duarte	São Félix
antes 1881	Fernando Vicente	São Félix
antes 1881	R. G. Cortina	Maragogipe
antes 1888	Francolino H. dos Reis	Muritiba
antes 1888	Miguel B. de Souza	Muritiba
antes 1888	Sabino Santiago	Muritiba
antes 1892	Michaelense	São Félix
antes 1893	Dias Barreto & Cia	São Félix
antes 1894	Cruzeiro do Sul	São Félix
antes de 1897	Zacharias na Nova Milhazes	Cachoeira
1892/95	Dannemann	Maragogipe
antes de 1903	Vitória (Antonio Caetano da Silva)	Maragogipe
antes 1903	São Felixta (F. Ferreira & C.)	São Félix
antes 1903	Anselmo Thomaz da Silva	Maragogipe
antes 1903	Crescenciano Mello & C.	Maragogipe
1903	Fábrica Seccão Bahiana /Pook & Cial	Cachoeira
1904	Stender & Cia (antiga Fragrância)	São Félix
1905	Suerdieck	Maragogipe
antes 1911	Dannemann	Muritiba

Fonte: Adaptado de Mota (2014, p. 50).

Na década de 1920, a região registrou a maior produção e exportação de fumo do país, com a maioria da população vivendo do comércio ou do cultivo do fumo (BARBOSA, 2015). Como consequência disso, Elizabete Pereira Barbosa assinala que no Recôncavo existia, por um lado, “a persistência de tipos arcaicos de relações encontradas na estrutura agrária do Brasil e, por outro, atividades industriais nitidamente capitalistas em que predominam relações de trabalho puramente contratuais” (BARBOSA, 2015, p. 51). Assim, na região, as relações de trabalho e de mão-de-obra eram marcadas, de um lado, pelo plantio de fumo, de forma tradicional, e, de outro, pelas fábricas de charuto, com organização empresarial, com trabalho artesanal pago por hora ou por tarefas.

Nas fábricas de charuto, o trabalho artesanal era (e segue sendo) feito principalmente por mulheres (FIGURA 34). Isso porque, na visão dos patrões, “as mulheres eram mais cuidadosas, seletivas e perfeccionistas. Ao contrário dos homens, elas trabalhavam com mais amor e maior dedicação. Daí a preferência pelas charuteiras e não pelos charuteiros” (CÉSAR

apud SILVA, 2001, p. 62). Observamos que a valorização da mão de obra das mulheres, percebida pela visão de que eram perfeccionistas e habilidosas, também é um aspecto importante a ser notado em nossa análise.

Figura 34: Fotografia: trabalho feminino, realizado “sentada na banca”. Década de 1930



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia *apud* Barbosa (2015, p. 67).

Enquanto as mulheres produziam os charutos, os homens destalavam as folhas de fumo nas fábricas de charuto e trabalhavam no plantio e colheita do fumo (FIGURA 35). Ao observarmos as Figuras 34 e 35, é possível visualizar como ocorria essa divisão sexual do trabalho, com mulheres produzindo os charutos, sendo supervisionadas pelos mestres, e homens trabalhando na preparação do fumo que seria utilizado nos charutos. Entendemos que essa divisão sexual do trabalho decorria também da herança escravagista da região, uma vez que também existia uma divisão sexual do trabalho nas fazendas dos senhores de engenho e nas demais relações de trabalho.

Figura 35: Fotografia: homens destalando as folhas de fumo na Fábrica de Charutos Dannemann. Século XIX



Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix *apud* Barbosa (2015, p. 55).

De acordo com Fábio Américo Reis Santos, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Trabalho e racialização em São Félix: o caso Dannemann (1889-1940)*, defendida em 2018,

Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, desenvolveu-se no Recôncavo da Bahia a formação e expansão da economia fumageira. A região chegou a representar o principal eixo produtivo do gênero no Brasil, tendo em São Félix sua maior expressão. Este cenário foi composto por grandes marcas a exemplo da Dannemann, que havia começado sua produção em pequena escala, mas que ao longo dos anos formaria um complexo industrial do fumo, com mais de quatro mil funcionários. (SANTOS, 2018, p. 110).

O autor salienta que grande parte desta força de trabalho era composta por mulheres negras, o que contrastava com a maioria do operariado do Brasil (principalmente, do Sul e do Sudeste) formado principalmente por migrantes europeus. Essa característica do operariado do Recôncavo Baiano pode ser percebida na Figura 36, que apresenta mulheres e crianças, em sua maioria, negras, trabalhando na fábrica de charutos Dannemann, uma das maiores e mais importantes fábricas de charutos da época.

Figura 36: Fotografia: mulheres e crianças no trabalho na Fábrica de Charutos Dannemann, em São Félix, 1930.



Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix *apud* Barbosa (2015, p. 57).

Elizabete Pereira Barbosa (2015) destaca a utilização do território da região para o comércio de trabalhadoras(es) escravizadas(os) arrancados do continente africano e o uso da mão de obra escravizada para a produção açucareira e fumageira antes da abolição da escravatura. Além disso, segundo a autora, a utilização de mão de obra de ex-trabalhadoras(es) escravizadas(os) faz com que o operariado do Recôncavo Baiano fosse diverso do operariado dos demais estados do Brasil na época, uma vez que, nas fábricas do restante do país, a grande maioria das trabalhadoras e trabalhadores era formada por imigrantes europeus, que não sofreram o trauma da escravização. Observamos que essa característica provavelmente também foi impressa nos enunciados que serão cotejados.

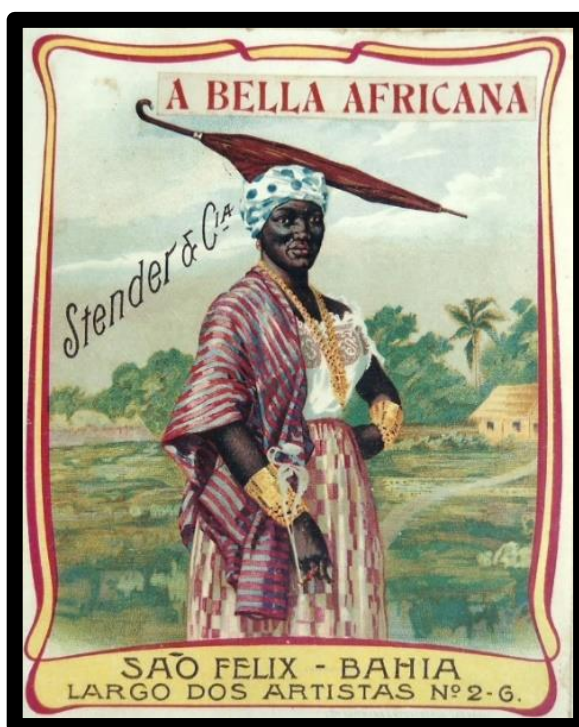
A pesquisadora Elizabete Rodrigues da Silva defende que essa especificidade (de a força de trabalho ser em sua grande maioria formada por mulheres negras) fez com que o Recôncavo Baiano tivesse uma fisionomia social diferenciada, que trazia consigo a forma como “as charuteiras lidavam com as questões relativas à sua condição de mulher e de trabalhadora no conjunto das relações sociais” (2001, p. 172). Observamos que tal característica é primordial para a nossa análise, uma vez que as relações sociais das quais as trabalhadoras participavam

devem ter influenciado o estilo de seus escritos, uma vez que a linguagem se desenvolve em “um mundo unitário e singular, concretamente vivido: é um mundo visível, audível, tangível, pensável, inteiramente permeado pelos tons emotivos-volitivos da validade de valores assumidos como tais” (BAKHTIN, 2010a, p. 117).

Para compreender a realidade das charuteiras do Recôncavo Baiano, não podemos deixar de pensar no nó formado pelas três contradições sociais que as atravessavam: gênero, raça e classe, as quais, segundo Saffioti, não podem ser pensadas como variáveis, mas sim como “determinações, [...] qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa” (SAFFIOTI, 2015, p. 133).

O trabalho artesanal das charuteiras era exaltado, sendo valorado positivamente, até mesmo como propaganda para o produto por elas fabricado. Tanto é verdade, que um dos charutos recebia o rótulo de “A bela africana” (FIGURA 37), remetendo ao fato de grande maioria das trabalhadoras nas fábricas de charutos ser composta por mulheres negras.

Figura 37: Litografia - rótulo dos charutos “A Bela Africana” de Stender & Cia



Fonte: CADENA, 2012, sp.

No rótulo da marca de charutos Stender & Cia, outra importante fábrica da época, mostrado na Figura 37, primeiramente, observamos a nomeação da marca de charutos “A bela africana”. O signo ideológico “bela”, usado no enunciado “A bela africana”, revela acentos axiológicos que indiciam não apenas a valorização do trabalho das charuteiras, como, também,

de suas características físicas. Além disso, a escolha do signo “africana” em detrimento de “baiana” ou “brasileira” é, também, uma escolha valorativa, uma vez que a marca de charutos Stender & Cia foi fundada em 1904, mais de uma década após o decreto da abolição da escravidão, e mais de 50 anos após a proibição do tráfico de escravos (1850) e possivelmente as charuteiras que trabalhavam para a citada companhia já eram consideradas brasileiras.

Na imagem, é possível observar acentos valorativos engendrados no visual de uma mulher negra, com vestes coloridas, consideradas trajes típicos das mulheres baianas ainda nos dias atuais, blusa branca de renda, um xale sobre o ombro direito, muitas joias douradas e turbante colorido. Suas vestes se assemelham aos trajes que Gilberto Freyre descreve em *Casa-grande & Senzala* (2006, p. 369):

Na Bahia, no Rio de Janeiro, no Recife, em Minas, o traje africano, de influência maometana, permaneceu longo tempo entre os pretos. Principalmente entre as pretas doceiras; e entre as vendedoras de aluá. Algumas delas amantes de ricos negociantes portugueses e por eles vestidas de seda e cetim. Cobertas de quimbembeques. De joias e cordões de ouro. Figas de Guiné contra o mau-olhado. Objetos de culto fálico. Fieiras de miçangas. Colares de búzios. Argolões de ouro atravessados nas orelhas. Ainda hoje se encontram pelas ruas da Bahia negras de doce com seus compridos xales de pano da costa. Por cima das muitas saias de baixo, de linho alvo, a saia nobre, adamascada, de cores vivas. Os peitos gordos, em pé, querendo pular das rendas do cabeção. Teteias. Figas. Pulseiras. Rodilha ou turbante muçulmano. Chinelinha na ponta do pé. Estrelas marinhas de prata. Braceletes de ouro.

As vestes utilizadas pela mulher no rótulo do charuto refletem as representações das charuteiras na época, sua fetichização, ao mesmo tempo que refratam os aspectos culturais por trás desses trajes. Observamos, como principais aspectos que podem ser ressaltados, o misticismo das religiões de matriz africana presente no cotidiano dessas mulheres, visto em suas joias e “quimbembeques”, que funcionavam não apenas para embelezá-las, mas como amuletos para proteção e o trabalho por elas realizado muitas vezes com a presença de suas/seus filhas(os), visualizado na presença do xale de pano da costa em seu ombro direito, muitas vezes utilizado para “amarrar” as crianças ao corpo das mulheres, para poder leva-las consigo sem utilizar as mãos.

Há também uma sombrinha fechada sobre sua cabeça, que não poderia ser segurada pelas mãos, uma vez que, em uma de suas mãos, um charuto exala fumaça branca e a outra estava em sua cintura. A sombrinha revela a presença das charuteiras na cidade e em outros ambientes ao ar livre, nos quais era necessário se proteger do sol. Ao lado de sua cabeça, há a inscrição da marca Stender & Cia. Ao fundo, vemos uma paisagem muito verde, com árvores

e palmeira, e, também, um casebre simples, que parece uma casa de pau a pique, bastante comum na região na época (AZEVEDO, 2009). Abaixo da imagem pintada, na moldura, está o endereço da fábrica – “São Félix – Bahia, Largo dos Artistas, nº 2-6”.

Reiteramos que, nas fábricas de charuto, o trabalho mais importante era realizado pelas mãos hábeis das charuteiras, que eram dotadas de certo prestígio social, uma vez que seu trabalho era constantemente exaltado. Essa característica é salientada até hoje como propaganda da fábrica de charutos Dannemann (2021, n.p.): “nossas habilidosas charuteiras cuidadosamente enrolam nossos charutos longfiller com a qualidade Dannemann, utilizando nossas exclusivas folhas de capa, como costumavam fazer há gerações”.

É possível perceber que o enunciado analisado possui estrutura composicional, estilo e conteúdo temático do gênero discursivo carta aberta. De acordo com Sueli de Jesus Rodrigues e Clóris Porto Torquato (2014, n.p.), o gênero discursivo carta aberta “[...] tem como objetivo principal atingir um número máximo de pessoas através de um apelo, em que [o/a locutor(a)] expõe sua preocupação a respeito de determinado assunto visando alertar, protestar, reivindicar”. A nosso ver, cartas abertas normalmente são escritas em jornais ou revistas para encaminhar a alguém ou a um grupo de pessoas alguma solicitação ou algum questionamento, com projeto enunciativo de convencer não apenas as pessoas a quem se destinam diretamente, mas também às/aos redatoras(es) e ao público de leitoras(es) do jornal/revista em que for publicado, que podem ser consideradas(os) como um coro de apoio.

As cartas abertas, assim, configuram-se como gênero discursivo propício a reivindicações públicas. A estrutura composicional desse gênero nos parece bastante semelhantes às cartas pessoais. No entanto, diferentemente das cartas pessoais, que normalmente adotam estilos mais descritivos e narrativos, uma vez que sua intenção é contar algo a alguém, as cartas abertas normalmente possuem um estilo mais argumentativo e injuntivo, uma vez que buscam convencer tanto às/aos suas/seus destinatárias(os), quanto ao seu coral de apoio mais amplo.

O fato de o enunciado ser do gênero discursivo carta aberta é observável, primeiramente, por sua estrutura composicional, bastante semelhante às cartas comuns, indicando a quem se destina e assinalando o local e a data em que fora escrita. A carta não se destina a uma pessoa específica, e sim a um grupo de pessoas, as(os) redatoras(es) e leitoras(es) do jornal *A Classe Operária*. Observamos isto no enunciado de seu título “As operárias charuteiras da Bahia apelam para ‘A Classe Operária’”. A carta possui também a indicação do local e da data em que foi escrita “S. Félix, 12 de maio”, comum aos enunciados do gênero. No entanto, mais do que uma característica recorrente, a indicação do local e da data marca um espaço e um tempo

(cronotopo) histórico, um evento, único e irrepitível. O enunciado é também assinado coletivamente, sob a seguinte indicação da autoria: “As operárias charuteiras de S. Félix”.

A cidade de São Félix situa-se no Recôncavo Baiano, tendo sido tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2010, por seu “traçado urbano original se conservar praticamente intacto”, e por poder

ser identificada uma variedade de edificações destinadas aos mais diversos usos (residenciais, religiosos, administrativos, industriais e de serviços) constituídos por casas térreas, sobrados, vilas operárias, igrejas, mercado, fábricas, armazéns, trapiches, entre outros. O traçado inclui o leito da ferrovia até a antiga estação ferroviária, a Ponte Dom Pedro II e a orla do rio. A arquitetura segue o estilo colonial, com prédios datados dos séculos XVII, XVIII e XIX. (IPHAN, 2014, n.p.).

Ainda de acordo com o IPHAN, São Felix é “chamada “Cidade Industrial” por ter sido a maior exportadora de charutos da República e, em função de tal avanço, foi beneficiada com a inauguração da antiga Estrada de Ferro Central da Bahia, em 1881, sendo também “conhecida por ter se destacado durante as lutas e mobilização social para a Independência da Bahia”. Na cidade também “está a casa onde morou o poeta abolicionista Castro Alves (1847-1871), autor do livro *Espumas Flutuantes*, que nasceu na vizinha cidade de Cachoeira”.

Desse modo, observamos que a cidade, além de ter se destacado por ser uma cidade industrial, destacou-se por ser uma cidade em que as/os habitantes mobilizavam-se por causas coletivas, muitas das quais foram descritas na imprensa operária da época. Entendemos que o enunciado assinado pelas operárias charuteiras de São Félix ao jornal *A Classe Operária* apresenta ecos dessa resistência.

Observamos que tanto o enunciado de título da carta, a manchete “As operárias charuteiras da Bahia apelam para ‘A Classe Operária’”, quanto a lide, o resumo abaixo do título, “Os salários incríveis – O charuto de quebra – Os dois dias – A caneca – Os tamboretas – A exploração inominável – O 1º de Maio não pôde ser comemorado”, apresentam características que podem ser associadas a marcas estilísticas utilizadas por militantes marxistas na época.

Apesar da observação de Otávio Brandão, que, em seu livro *Memórias e batalhas* (1978) afirma que Laura Brandão, sua companheira, era responsável pela transcrição das cartas das trabalhadoras e trabalhadores ao jornal e que, em sua transcrição, Laura buscava não modificar nenhuma palavra do que fora escrito pelas(os) autoras(es), entendemos que os enunciados do título e do lide podem ter sido escritos por quem datilografou a carta, ou pela equipe redatora, uma vez que enunciados deste estilo e com esta função (de denominar e sintetizar um texto, chamando para a sua leitura e resumir o que foi dito) não fazem parte comumente de cartas

abertas. Isso é perceptível também pela mudança de tom, vista pela mudança sintática de pessoa verbal. No enunciado que intitula a carta, “As operárias charuteiras da Bahia apelam para ‘A Classe Operária’”, o verbo “apelar” aparece na terceira pessoa do plural (“apelam”), enquanto, na grande maioria da carta, as operárias se autoenunciam com a primeira pessoa do plural.

Também chegamos à conclusão de que se trata de uma carta aberta pelo seu conteúdo temático reivindicatório, visto a partir da argumentação que se inicia com a exposição das condições de trabalho que as charuteiras possuíam e após com a descrição de suas aspirações, movimento que sugere a pretensão de que suas exigências sejam atendidas. A carta possui um estilo argumentativo e injuntivo. Observando a estilística de seu enunciado, entendemos que as operárias charuteiras o organizam em cinco momentos.

Em seu primeiro momento, a carta aberta inicia com o local e data, “S. Félix, 12 de maio”, dando ao interlocutor uma dimensão cronotrópica de seu enunciado. Seu projeto enunciativo explícito aparece logo nas primeiras palavras “Levamos ao conhecimento do proletariado industrial e agrícola os horrores que sofremos. Somos tratadas como seres inferiores”. Desse modo, as autoras demonstram às/aos suas/seus interlocutoras(es) seu “projeto enunciativo”, expresso em seu enunciado quando anunciam a função da carta (levar ao conhecimento do proletariado industrial e agrícola os horrores que sofriam), a quem elas se dirigem (ao proletariado industrial e agrícola) e por qual motivo (percebiam que eram tratadas como seres inferiores).

Neste primeiro momento, observamos como a posição e a classe social das locutoras e de seu auditório determinam a escolha da construção de seu enunciado. Visualizamos, já nesta primeira parte, quais fatores levaram as trabalhadoras a escreverem a carta, indo do silêncio sobre as opressões sofridas ao grito, à greve, à reivindicação, à nomeação de sua exploração, respondendo à opressão sofrida, relatando as opressões e a sua própria condição. O fato de se remeterem ao proletariado industrial e agrícola é significativo. Indica que se leva em consideração, enquanto proletariado, não apenas a classe operária, trabalhadora das fábricas. Na época, as principais atividades da cidade de São Félix eram o plantio de fumo e a fabricação de charutos, de modo que, possivelmente, as charuteiras não pudessem separar seu trabalho do realizado pelas(os) trabalhadoras(es) responsáveis pelo plantio e colheita da matéria prima do produto que faziam.

As escolhas estilísticas, advindas da relação entre as charuteiras e o seu horizonte social na concepção de estilo como um conjunto de valores socialmente construídos na esfera imprensa operária, são visíveis já na forma como nomeiam seu interlocutor “proletariado industrial e agrícola”. O signo ideológico “proletariado” é um conceito marxiano, que aparece,

pela primeira vez em sua obra *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, em 1843 (2010). Para Karl Marx, o proletariado é “a dissolução da sociedade, como um estamento particular”, e “começa a se formar na Alemanha como resultado do emergente movimento industrial, pois o que constitui o proletariado não é a pobreza naturalmente existente, mas a pobreza produzida artificialmente” (2010 [1843], p. 156). Por essas escolhas, visualizamos, no discurso das operárias, seu caráter alteritário, sendo o seu enunciado “pleno de palavras alheias”, que “trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo” (BAKHTIN, 2016, p. 54-55), os quais as charuteiras assimilam, reelaboram e reacentuam.

No *Dicionário do Pensamento Marxista* editado por Tom Bottomore (1993), “proletariado” refere-se à “classe operária”. A escolha pela nomeação de suas/seus interlocutoras(es) com o signo ideológico “proletariado” é uma escolha estilística, que indica o conhecimento das autoras da linguagem comum à militância comunista/marxista. Revela, também, que as autoras buscam como sua aliada a sua própria classe, o que também é indício de sua consciência de classe. Além disso, observamos a delimitação “industrial” e “agrícola”, que demarcam as esferas do mundo do trabalho, percebidas e definidas pelas autoras, que se entrecruzam com a imprensa operária, esfera da qual o jornal *A Classe Operária* fazia parte.

Sua consciência de classe é observada também na percepção de sua condição de serem tratadas como seres inferiores. A reclamação dessa condição demonstra que as operárias tinham consciência de si, de sua situação, e que não a consideravam normal, aceitável. Tal consciência, advém da confrontação entre a sua realidade e a realidade daqueles que as tratavam como seres inferiores (que, por consequência, deveriam se sentir, ao ver das operárias, seres superiores), uma vez que “o grau de consciência, de clareza e de constituição da vivência está proporcionalmente relacionado à orientação social” (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 207) e “a situação social sempre determina qual será a imagem, a metáfora e a forma de enunciar [...] que pode se desenvolver a partir de dada direção entonacional da vivência” (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 210).

No segundo momento da organização do enunciado, há um relato sobre suas condições de trabalho. A exposição feita tem como conteúdo objetual principal o seu trabalho e os valores por elas recebidos para o realizarem: “Por dia, podemos fazer no máximo 300 charutos “a pau”, isto é, comuns. Sendo a mão, as companheiras mais ligeiras só conseguem fazer de 100 a 140. [...] Nosso salário regula entre 15\$ e 20\$ semanais [...] Somos empreiteiras. Ganhamos pelo que fazemos. Os diaristas deste trabalho são poucos; trabalham em outra secção como a “banca da capa”, que apronta os aviamentos”. As autoras, antes definidas como operárias charuteiras da Bahia, acabam, em seu relato, situando o seu lugar de trabalho, para ilustrar suas

reclamações: “Havendo 600 operários e operárias só na casa Costa e Ferreira, podemos calcular que estes srs. ficam diariamente com 1.200 charutos grátis. São, portanto, no fim do ano, 360 mil charutos grátis”.

A fábrica Costa e Ferreira, indicada no Quadro 6 como “Utilidade (Manoel da Costa Ferreira)”, conforme a pesquisadora Luciana Guerra Santos Mota em sua tese *Manufaturas de fumo do Recôncavo Baiano: vestígios de patrimônio industrial*, foi fundada pelo açoriano Manoel da Costa Ferreira, em 1851, em Recife. “Em 1865, transferiu-se para São Félix, montando a Fábrica de Charutos Utilidade, na Rua 20 de Dezembro (CARVALHO, 2011), próxima à ponte D. Pedro II²⁹” (MOTA, 2014, p. 51). Em 1887, quando a filha do Manoel da Costa Ferreira, Mariah Costa Penna¹⁵⁰, casou-se com Manoel Penna, a indústria passou a se chamar Costa Ferreira & Penna. Mariah Costa Penna assim narrou o trabalho das operárias e dos operários na fábrica, em seu livro de contos *Vidas da vida: aos Humildes e Humilhados*:

Às vezes, o vozeiro dos operários atordoava a sua cabeça. Sentia latejo nas têmporas, um enjoo provocado pelo sarro do fumo na garganta. Algumas das suas companheiras queixavam-se de dores nas costas, no espinhaço, nas mãos cansadas pelo trabalho. Não queriam parar, para que a tarefa rendesse mais; precisavam do dinheiro e o fiscal rondava, para que não escondessem, debaixo das saias e pelos decotes das blusas ou batas, o material para a confecção dos charutos. Nunca eram pegadas em flagrante surrupiando folhas, mas se acontecia eram despedidas. (PENNA *apud* BRAGA, 2016, p. 6).

Entendemos que o trecho do conto de Mariah Costa Penna é coerente com os relatos das charuteiras, sendo observáveis relações dialógicas entre a narrativa de Mariah Penna e os fatos explicitados pelas trabalhadoras na carta que analisamos. O trabalho árduo, o fato de precisarem cumprir as metas de trabalho são implícitos nas dores nas costas e nas mãos das operárias e de suas companheiras narrados por Penna.

Voltando ao enunciado analisado, verificamos que, em seu relato, as operárias oscilam entre contar sobre suas questões coletivas e questões individuais, de suas companheiras. Observamos a presença de ao menos cinco vozes sociais em sua exposição, sendo essas vozes partícipes do heterodiscurso constitutivo da linguagem das operárias.

A primeira voz que encontramos é a das próprias charuteiras, como coletivo. Essa voz social narra quantos charutos comuns as operárias conseguiam fazer por dia, o fato de perderem o feitio quando faziam mais, conta sobre os seus salários. Conta-nos, também, o fato de as trabalhadoras charuteiras trabalharem como empreiteiras e a questão de beberem água em uma

¹⁵⁰ Mariah da Costa Penna (9/02/1905 - 16/02/1993) foi uma escritora brasileira. A autora era filha de Manoel da Costa Ferreira, proprietário da fábrica de charutos Costa e Ferreira e mãe da cantora Gal Gosta.

caneca, adaptada de uma lata de creolina. Essa voz busca a empatia de suas/seus interlocutoras(es). Mostra quão absurda e terrível eram suas condições de trabalho. Essa voz se cruza com as demais vozes do heterodiscurso dialogizado percebido em seu enunciado, buscando não apenas um coro de apoio, mas a solução real e efetiva daquilo que denunciavam.

Observamos, também, uma segunda voz social, das suas companheiras de trabalho, pelas quais as operárias autoras do enunciado falam. Essa voz social não é a mesma das autoras, uma vez que, em seu discurso, as autoras refratam a fragilidade das outras trabalhadoras: aquelas que são mais ligeiras, e, por isso, acabam perdendo charutos para os patrões (e não podem reclamar por isso a eles); as grávidas, que se sentam nos tamboretos; “os”/as diaristas. A voz das companheiras de trabalho é povoada por medo, é enclausurada, e, ao mesmo tempo, é evidenciada pelo discurso das demais charuteiras, que se solidarizam com elas.

Levando em consideração o contexto da época, em que ainda não havia uma consolidação da legislação trabalhista no Brasil, é possível considerar que as operárias grávidas, embora se mantivessem trabalhando, eram tratadas da mesma forma que as demais trabalhadoras, sem receber nem o mínimo, um lugar adequado para se sentarem. Também observamos que a utilização do signo “companheiras” às mulheres grávidas parece vir de uma tentativa de tirar dessas a responsabilidade por esse discurso. Ora, se as leis de trabalho ainda não estavam consolidadas e se, como sabemos, o trabalho das mulheres grávidas é ainda atualmente visto de forma negativa (são muitos discursos que dizem que as mulheres deveriam ganhar menos, por poderem engravidar, por exemplo), imaginemos como não deveria ser na época, se as/os patroas/patrões soubessem ou desconfiassem que as grávidas exigiam melhores condições de trabalho!

A terceira voz que observamos é do proletariado do Rio de Janeiro, que aparece como um coro de apoio ao discurso das charuteiras, capaz de compreender sua situação, de calcular seus prejuízos. O proletariado do Rio de Janeiro é, também, seu interlocutor imediato. Sendo o jornal *A Classe Operária* sediado no Rio de Janeiro, os editores, as/os leitoras(es) e as/os redatoras(es) do jornal são interlocutoras(es) implícitas(os), ou supradestinatárias(os): “Imagine o proletariado do Rio o que valem dois dias arrancados de 600 operários e operárias que ganham 2\$ e 3\$ por dia, e isto só quando aceitam aviamento!”. Com essa voz, as autoras parecem buscar uma aliança, capaz de entender ou mudar sua situação, sua exploração, e esperar uma resposta, uma forma de resolução de seus conflitos.

Como interlocutoras(es), as operárias parecem ter também as(os) intelectuais burgueses, participantes do movimento anarquista e comunista, que liam os jornais operários. Os intelectuais burgueses são a quarta voz social que encontramos. Tal fato é refratado na

declaração “Os que, nas grandes cidades, nas casas elegantes, fumam os charutos finos do S. Félix, mal sabem a exploração inominável a que somos submetidas”. Ora, não seriam todas as pessoas que fumavam os charutos que se importariam com o fato de as operárias serem submetidas à exploração. A relação que as autoras estabelecem com essa voz implícita o pedido para que, caso não fossem resolvidas suas demandas, expressas em seu enunciado, os intelectuais não fumassem os charutos produzidos por elas, resultado de sua exploração “inominável”. O boicote aos produtos da fábrica é, assim, a resposta esperada pelas autoras da voz social dos intelectuais burgueses. Essa resposta, dessa voz, suscita também uma resposta da quinta voz social presente no enunciado.

A quinta voz social é a dos patrões, que pagavam pouco pelos charutos, que descontavam quando havia algum defeito, que ficavam diariamente com 1200 charutos grátis, que pagavam a diferença dos charutos de seis em seis meses. Além disso, essa voz social, refletida e refratada no enunciado das charuteiras, não respondia às aspirações imediatas das charuteiras, nem quando estas faziam greve, aumentando pouco seus salários e as mantendo em situações desumanas. A essa voz há uma oposição direta das autoras, que buscam aliança com todas as outras vozes para que essa contradição seja de alguma forma resolvida.

Há, no primeiro e no segundo momento da organização do enunciado analisado, duas palavras utilizadas para nomear a burguesia industrial, que, como signos ideológicos, também refletem e refratam diferentes acentos apreciativos. O signo ideológico “patrões” é condizente com empresários que empregam em suas fábricas ou comércios operárias(os) ou outros tipos de funcionárias(os). Como discutimos na seção 2.3, sobre a nomeação dos graus, títulos e profissões, o signo ideológico “patrão” carrega valorações machistas, uma vez que “patroa” possuía acentos valorativos diferentes, como esposa, e não como empresária¹⁵¹. Além disso, por possuir, também etimologia relativa ao gênero social, advinda do latim “pater” (pai) ou “patronus”/“patronum” (advogado, protetor), o signo ideológico pode ser valorado como advindo de uma relação paternalista de trabalho, na qual se pensa que as(os) empregadas(os) são protegidas por seus empregadores, e não exploradas por eles.

O signo ideológico “burgueses” (visto no enunciado “Há pouco, com a greve, os burgueses d’aquí aumentaram 40 e 60 réis em um cento de charutos, fazendo de nós mendigas.”), quando dirigido ao público do jornal *A Classe Operária*, participantes da esfera comunista, é valorado como nomeação àqueles que detêm “a propriedade de todos os meios de

¹⁵¹ Ressaltamos a reavaliação do signo ideológico “patroa”, realizada atualmente, o que demonstra que os atos responsivos feministas de feminização linguístico-discursiva são realizados em consonância à classe social ocupada pelas mulheres que os propõem.

consumo e das matérias-primas e instrumentos (máquinas, fábricas) necessários à sua produção¹⁵²” (ENGELS *apud* BOTTOMORE, 1993, p. 70), ou como “a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios da produção social e empregadores do trabalho assalariado¹⁵³” (MARX *apud* BOTTOMORE, 1993, p. 70). O signo ideológico “burgueses” valora, assim, a classe social ocupada pelos proprietários das fábricas.

Enquanto classe dominante, a burguesia “opõe-se a, e está em conflito com, a CLASSE OPERÁRIA” (BOTTOMORE, 1993, p. 70, grifo do original). Assim, ao se nomearem com o signo ideológico “operárias”, na assinatura de sua carta, “As operárias charuteiras de S. Félix”, e nomearem as/os donas(os) das fábricas como “burgueses”, as charuteiras expõem o confronto existente entre as duas vozes sociais. A autodenominação sob o signo ideológico “operárias” é um indício da sua consciência de classe, e, também, sua consciência de gênero (uma marca de seu feminismo, enquanto ato responsivo), assim como a autodenominação como “charuteira”, que

significa, antes de tudo, ser mulher e ser trabalhadora, fatos que traduzem condições socialmente construídas no tempo e no espaço. Ser mulher revela os variados significados de uma cultura masculinizante e de uma história de lutas, sejam estas abertas ou camufladas, pela conquista de sua autonomia no campo das relações sociais, na construção de sua cidadania. (SILVA, 2011, p. 67).

Já o signo ideológico “mendigas”, presente no trecho “Há pouco, com a greve, os burgueses d’aqui aumentaram 40 e 60 réis em um cento de charutos, fazendo de nós mendigas”, parece com a significação de serem submetidas a pedir esmolas. É importante observar, nesse contexto, a valoração negativa atribuída à mendicância. Na época logo após a abolição da escravidão, em 1888, a mendicância fora criminalizada. Desse modo, segundo Sidney Chalhoub, no mesmo ano da abolição da escravidão, o ministro Ferreira Vianna propôs um projeto de lei de combate à ociosidade, chamada na época também de vadiagem. Segundo o pesquisador, as leis em torno do combate à ociosidade foram criadas sob o pretexto de garantir a ordem social (CHALHOUB, 2001).

O conteúdo de suas reclamações também demonstra o confronto entre as vozes sociais das operárias e dos patrões, sendo eles, assim, uma voz social antagônica às operárias: “Os patrões pagam por um cento de charutos 1\$500, 1\$, \$800, \$ 700, \$640, \$620, \$600 e até \$500. Os charutos a mão são pagos 2\$ o cento”, “Quando fazemos mais de 100, os patrões descontam, alegando que há alguns charutos com defeito. E, então, perdemos o feitio”, “Em cada cento,

¹⁵² Cf. *Princípios do comunismo*, escrito por Engels em 1847.

¹⁵³ Cf. *Manifesto comunista*, escrito por Marx e Engels em 1888.

deixamos um charuto para o patrão. Havendo 600 operários e operárias só na casa Costa e Ferreira, podemos calcular que estes srs. ficam diariamente com 1.200 charutos grátis. São, portanto, no fim do anno, 360 mil charutos grátis”, “Há pouco, com a greve, os burgueses d’aqui aumentaram 40 e 60 réis em um cento de charutos, fazendo de nós mendigas”.

Isso é percebido por suas escolhas lexicais e pelo acento axiológico dos signos ideológicos utilizados para a nomeação das opressões sofridas: sofrerem “horrores”, serem tratadas como “seres inferiores”, serem submetidas a “opressões” (serem oprimidas), serem feitas de “mendigas”, serem submetidas à exploração “inominável”, os quais refletem e refratam diferentes tons apreciativos, que revelam as precárias condições de trabalho às quais as trabalhadoras eram submetidas.

Podemos definir como terceiro momento da carta aberta quando as operárias se dirigem ao seu coro de apoio, o proletariado do Rio de Janeiro, as leitoras e leitores do jornal, as(os) intelectuais comunistas, visível nos trechos “Imagine o proletariado do Rio o que valem dois dias arrancados de 600 operários e operarias que ganham 2\$ e 3\$ por dia, e isto só quando aceitam aviamento!” e “Os que, nas grandes cidades, nas casas elegantes, fumam os charutos finos do S. Félix, mal sabem a exploração inominável a que somos submetidas.”. Além disso, visualizamos, nesse segundo trecho, que, como coro de apoio, as operárias não parecem buscar todas as pessoas que fumavam os charutos, apenas as pessoas contrárias a práticas de exploração, as quais se indignariam ao saber das condições de trabalho das charuteiras, e, por isso, poderiam responder, deixando de fumar os charutos, o que, a nosso ver, suscitaria uma resposta não só das/dos intelectuais, como, também, da burguesia industrial, que certamente não gostariam de perder clientes.

A chamada ao boicote era prática comum às operárias fumageiras. Na greve de 1920, após a repressão policial, de acordo com o pesquisador Carlos Augusto Santos Neri Braga em “Mulheres no Trabalho: Controle, lutas e resistências na Cia. de Charutos Dannemann (1919-1948)” (2016), a Federação dos Trabalhadores Baianos buscou, através do recurso à solidariedade de outras categorias, do apoio mútuo de classe, lançar um boicote aos produtos das empresas paralisadas.

Todas as aspirações das operárias possuem nexos com suas reclamações, expostas no segundo momento do seu enunciado: o salário fixo ser maior, não ter descontos ou charuto de quebra, pagamento semanal, extinção das empreitadas, licença maternidade, água pura, bancos especiais para as mulheres grávidas, direito à livre associação, direito a comemorar o 1º de maio.

No quinto e último momento da organização de seu enunciado, há um fechamento, uma

conclusão, vista em sua reflexão sobre o 1º de maio: “O 1º de maio é feriado por lei, em todo o país, menos em S. Félix. Este ano os Srs. Costa Ferreira e Penna proibiram que comemorássemos o nosso dia sob a ameaça de irmos para a rua”. O 1º de maio, enquanto feriado de comemoração do dia das trabalhadoras e dia de reivindicação, ao ser negado às operárias, enclausura suas vozes, impede sua organização. Isso é valorado no enunciado das autoras de forma a marcar seu descontentamento.

Observamos, contudo, que seu tom reivindicatório, o estilo injuntivo, perpassam as/os destinatárias(os) da carta. Ao se dirigirem ao jornal, do qual suas/seus leitoras(es) e redatoras(es) servem como seu coral de apoio, observamos que as operárias charuteiras estão solicitando indiretamente aos seus patrões que sejam atendidas as suas aspirações.

Desse modo, os patrões, além de um dos objetos de seu discurso, são superdestinatários da carta, e sua voz é estilizada pelas operárias, como discurso indireto livre: “os Srs. Costa Ferreira e Penna proibiram que comemorássemos o nosso dia sob a ameaça de irmos para a rua”. A ameaça de serem mandadas embora fora feita pelos patrões, assim como a proibição da comemoração deve ter sido enunciada por eles.

A eles, as operárias se dirigem diretamente de maneira respeitosa, como “Srs.”, signo ideológico que normalmente é valorado como sinal de respeito a uma hierarquia, seja ela de classe social ou de idade, mas que também indica uma tentativa de distanciamento entre locutora/locutor e interlocutora/interlocutor. Em contexto de trabalho, em período relativamente recente à Abolição da Escravatura (entre 1888 e 1925 são apenas 37 anos) em um lugar, como o Recôncavo Baiano, em que a escravidão foi ampla e manifesta, a utilização do signo ideológico “senhor” remete, também, a um acento valorativo relativo à escravidão.

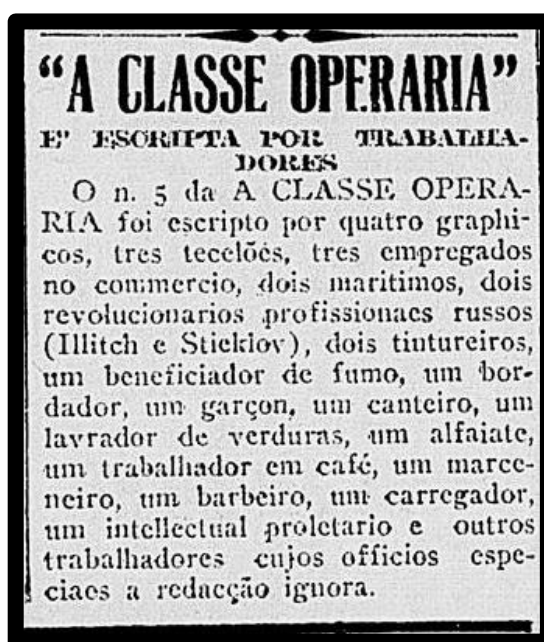
Para interlocutoras(es) que conhecem ou participaram do contexto social das charuteiras, as quais, pelo curto curso do tempo entre a escravidão e o momento de seu discurso, poderiam ter sido escravizadas, ou serem filhas de trabalhadoras(es) escravizadas(os), o signo ideológico “senhores”, conferido aos donos da fábrica, pode remeter aos “senhores de escravos”, “senhores de engenho”, como eram chamados aqueles que se apropriavam da força de trabalho das pessoas escravizadas. Quando dirigida aos donos da fábrica, “Srs. Costa Ferreira e Penna”, o signo ideológico “senhores” (abreviado como “Srs.”) pode ser projetado com a tonalidade de forma de tratamento respeitosa da hierarquia, como já salientamos.

No fechamento da carta, há, também, a assinatura. A carta é assinada coletivamente, como sendo de autoria das “operárias charuteiras de S. Félix”. Destacamos que, mais do que uma marca de autoria, a assinatura demarca a autoconsciência das operárias, visível na feminização linguístico-discursiva adotada em sua autodenominação. O uso do plural, em sua

assinatura, e a indicação de sua função, no feminino genérico, indiciam sua consciência de gênero (que refrata uma valorização das mulheres no mundo do trabalho, e, portanto, também chamamos como feminismo) e de classe.

Contudo, sobre sua assinatura, salientamos um fato curioso. Apesar de a carta ser assinada pelas operárias charuteiras de São Félix, no número 6 do jornal, de 6 de junho de 1925, quando a equipe do jornal informa como foi composto o número 5 (FIGURA 38), é mencionado que “foi escrito por quatro gráficos, três tecelões, três empregados do comércio, dois marítimos, dois revolucionários profissionais russos (Illitch e Stiekirov), dois tintureiros, um beneficiador de fumo, um bordador, um garçom, um canteiro, um lavrador de verduras, um alfaiate, um trabalhador em café, um carregador, um intelectual proletário e outros trabalhadores cujos ofícios especiais a redação ignora”.

Figura 38: Recorte do enunciado “‘A Classe Operária’ é escrita por trabalhador[a]s”

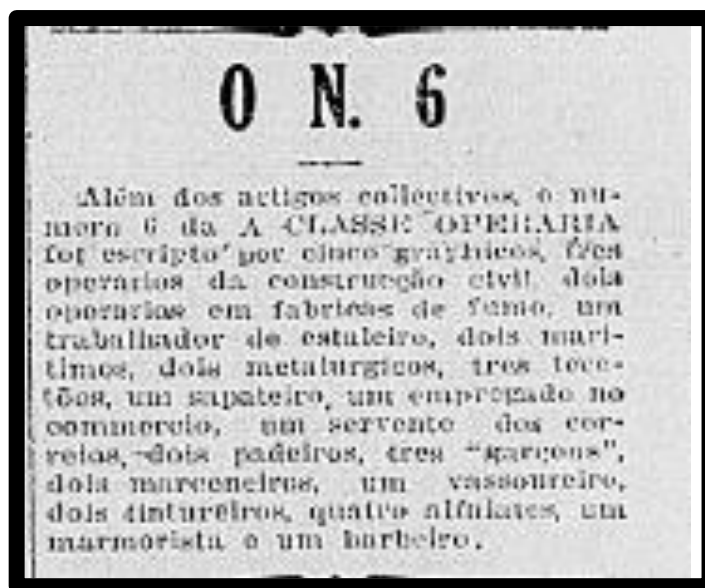


Fonte: A Classe Operária (06/06/1925, p. 3).

Observamos, assim, que o jornal *A Classe Operária*, embora gostasse de enunciar que era “escrito por trabalhadores”, deixou, nesse enunciado, de lado a indicação da autoria da carta das charuteiras. Observamos, também, que a feminização linguístico-discursiva não era uma característica do estilo da própria redação, o que é visível na nomeação das profissões das pessoas que escreveram o n° 5 do referido jornal.

Já no n. 7, de 13 de junho de 1925, é indicada a autoria dos artigos do n. 6. O jornal faz a ressalva, que não havia no n. 6: de que o n. 6 havia sido composto por pessoas de diversos ofícios, “Além dos artigos coletivos” (FIGURA 39).

Figura 39: Recorte do enunciado “Sobre o n. 6”



Fonte: A Classe Operária (13/06/1925, p. 2).

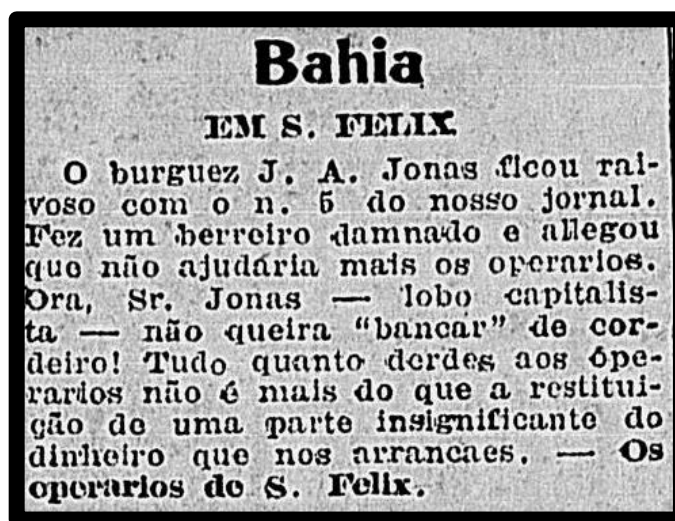
No conjunto do enunciado analisado, algumas marcas de estilo são percebidas. Observamos o uso recorrente da 1ª pessoa do plural em diversos verbos ativos “levamos”, “podemos fazer”, “podemos calcular”, “ganhamos pelo que fazemos” e o uso de relacionais comparativos “somos tratadas como seres inferiores”. O uso recorrente da 1ª pessoa do plural indica que as charuteiras se autodenominavam como grupo. Assim, por se autodenominarem, observamos indícios de sua autoconsciência tanto em suas reivindicações, quanto na sua assinatura e no apontamento de suas realidades, características de uma “vivência do nós”, de uma consciência de classe e de gênero de si e para si, perceptível nos “tons de protestos ativos e confiantes”, nos quais não há “espaço para entonações de resignação e submissão” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 209-210).

A feminização linguístico-discursiva é percebida nas três formas que descrevemos na seção 2.3. Há, assim, a feminização dos cargos por elas exercidos: “trabalhadoras”; “operárias charuteiras”. Além disso, há feminização na nomeação a parte de suas/seus interlocutoras(es): “companheiras”. No entanto, a grande maioria de seus interlocutores é nomeada com o masculino genérico, “o proletariado”, “os que fumam”, “os patrões”, “os burgueses”, o que indica que as autoras projetavam como interlocutores de sua carta pessoas do gênero social masculino. Encontramos, também, a feminização linguístico-discursiva na sua autodenominação, vista pela substituição do masculino genérico pelas formas femininas “tratadas”, “submetidas”: “Somos tratadas como seres inferiores.”; “Os que, nas grandes cidades, nas casas elegantes, fumam os charutos finos do S. Félix, mal sabem a exploração

inominável a que somos submetidas.

A carta escrita pelas operárias charuteiras ao jornal *A Classe Operária* suscitou diversas respostas de suas/seus interlocutoras(es). No nº 9 do jornal, publicado em 27 de junho de 1925 (FIGURA 40), foi publicado que “O burguês J. A. Jonas ficou raivoso com o n. 5 do nosso jornal. Fez um berreiro danado e alegou que não ajudará mais os operários”, demonstrando a resposta que receberam do proprietário da fábrica.

Figura 40: Recorte do enunciado “Em São Félix”



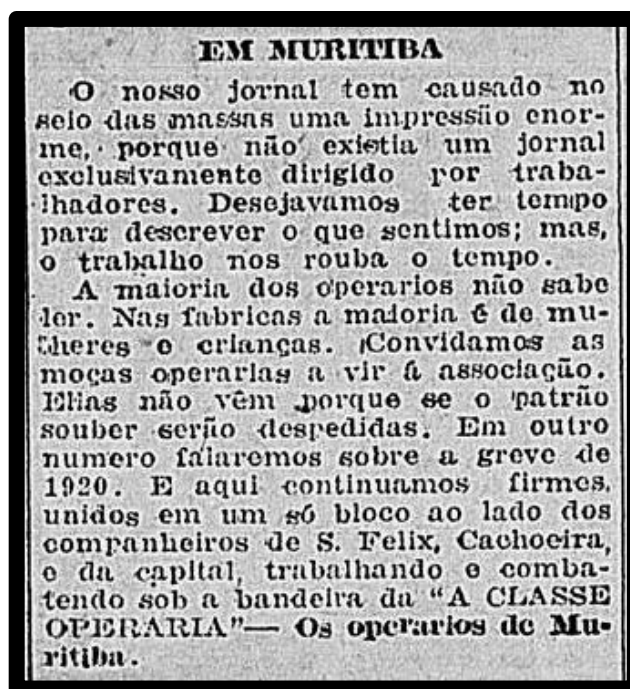
Fonte: *A Classe Operária* (27/06/1925, p. 2).

Observamos, no enunciado destacado, novamente, a utilização da palavra “burguês” para nomear o proprietário da fábrica, como no enunciado selecionado para ser analisado nesta seção, o qual, como vimos, atua como signo ideológico que marca a classe social antagônica às operárias. Visualizamos, também, o uso do pronome “nosso” para se referir ao jornal *A Classe Operária*, o que nos leva a entender que as operárias e operários que escreviam para o jornal percebiam que a imprensa operária era uma esfera própria de sua classe social.

Além disso, vemos, no enunciado-resposta, o estilo pictórico utilizado para se referir ao discurso de J. A. Jonas, adjetivado como “raivoso” e “berreiro”. Ao discurso do patrão, dá-se a resposta “Ora, Sr. Jonas – lobo capitalista – não queira “bancar” de cordeiro! Tudo quando derdes aos operários não é mais do que a restituição de uma parte insignificante do dinheiro que nos arrancais”. Como é perceptível no trecho, diferentemente do enunciado selecionado para análise nesta seção, este enunciado utiliza o masculino genérico “operários”, sendo, também, assinado desse modo (“Os operários de S. Félix”). Notamos, também, o uso do pronome “nos” para se referir aos operários, o que, como vimos, faz parte também, da estilística do enunciado selecionado para análise.

No mesmo número, logo abaixo do enunciado do qual acabamos de observar as relações dialógicas existentes com a carta das operárias charuteiras do Recôncavo Baiano, há outro relato, dessa vez, assinado por operários de Muritiba, o qual também estabelece relações de sentido com o enunciado selecionado para a análise nesta seção (FIGURA 41).

Figura 41: Recorte do enunciado “Em Muritiba”



Fonte: A Classe Operária (27/06/1925, p. 2).

Na sequência, transcrevemos o enunciado nas normas contemporâneas:

Em Muritiba

O nosso jornal tem causado no seio das massas uma impressão enorme, porque não existia um jornal exclusivamente dirigido por trabalhadores. Desejávamos ter tempo para descrever o que sentimos; mas, o trabalho nos rouba o tempo.

A maioria dos operários não sabe ler. Nas fábricas, a maioria é de mulheres e crianças. Convidamos as moças operárias a vir à associação. Elas não vêm porque se o patrão souber serão despedidas. Em outro número, falaremos sobre a greve de 1920. E aqui continuamos, firmes, unidos em um só bloco ao lado dos companheiros de S. Félix, Cachoeira, e da capital, trabalhando e combatendo sob a bandeira da “A CLASSE OPERÁRIA” – **Os operários de Muritiba.** (A CLASSE OPERÁRIA, 27/06/1925, p. 2, grifos do original).

No enunciado “Em Muritiba”, novamente, o jornal *A Classe Operária* é nomeado como “nosso jornal”. Diferentemente do enunciado anterior, que trazia a resposta do patrão, esse enunciado relata a resposta do operariado à carta das charuteiras, demonstrando que o jornal, ou a própria carta, “tem causado no seio das massas uma impressão enorme, porque não existia

um jornal exclusivamente dirigido por trabalhadores. Desejávamos ter tempo para descrever o que sentimos; mas o trabalho nos rouba o tempo”. A questão de os operários homens terem pouco tempo para descrever o que sentiam nos faz refletir sobre a situação das operárias, extenuadas pelas jornadas duplas de trabalho.

No enunciado, vemos, também, uma informação importante sobre o público leitor do jornal. É relatado que a maioria das/dos operárias(os) não sabia ler, o que demonstra que o acesso ao jornal deveria se dar de outras maneiras, que não a leitura. O fato não é surpresa, já salientamos essa característica da esfera discursiva imprensa operária no capítulo anterior. No entanto, volto a destacar que, no Brasil da Primeira República, muitas trabalhadoras e trabalhadores não sabiam ler nem escrever. Dessa forma, podemos indicar algumas ações

adotadas pela classe trabalhadora para mudar este quadro, tais como a leitura de jornais operários e boletins dos sindicatos em grupos, em voz alta, a criação de escolas e de grupos de estudo e o próprio acesso aos jornais. Vimos assim como, visando aumentar a participação nas organizações e alfabetizar os trabalhadores, anarquistas, socialistas e sindicalistas procuraram fundar centros, escolas e ateneus ou grêmios culturais. (BOENAVIDES, 2018, p. 155).

No enunciado sobre Muritiba, a questão da associação para mudar a situação das operárias é pontuada logo após a indicação de que a maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores não sabia ler, fato que pode indicar, também, que algo poderia ser feito sobre a questão da leitura.

Outro aspecto importante sobre as fábricas de charuto contido no enunciado é que, nelas, a maioria das operárias era mulheres e crianças. Há, também, a indicação de que as “moças operárias” eram convidadas a irem à associação, e que elas não iam, “porque se o patrão souber serão despedidas”.

Além disso, vemos indícios de sua consciência de classe, na conclusão de seu discurso “E aqui continuamos firmes, unidos em um só bloco ao lado dos companheiros de S. Félix, Cachoeira e da capital, trabalhando e combatendo sob a bandeira da ‘A CLASSE OPERÁRIA’”. Assim como o enunciado anterior, observamos a ausência da feminização linguístico-discursiva na autodenominação (o texto é assinado pelos “operários de Muritiba”), embora a percebamos na nomeação das interlocutoras e na nomeação da profissão “operárias”.

Podemos observar a indicação de continuidade de seus discursos no jornal: “Em outro número falaremos sobre a greve de 1920”. De acordo com o historiador Carlos Augusto Santos Neri Braga, no Recôncavo Baiano, o conflito entre operárias(os) e os proprietários das indústrias foi marcado por inúmeras greves, dentre as quais se destacam as jornadas de junho de 1919 e a greve de 1920. Na primeira, iniciada em 16 de junho de 1919,

os operários e as operárias das manufaturas de fumo cruzaram seus braços diante dos patrões reivindicando aumento salarial de 20%, jornada de oito horas, indenização por acidentes no trabalho e o direito de livre associação. O movimento contou com mais de 2.000 operários das manufaturas Costa Ferreira & Penna, Stender & Cia, e da Companhia de Charutos Dannemann das cidades de São Félix e Muritiba. [...] Os acordos foram fechados, e no dia 18 de Junho de 1919, os operários saíram em festa pelas ruas de São Félix comemorando a vitória ao lado de seu advogado Luiz Soares. (BRAGA, 2016, p. 7).

A greve de 1919 foi importante para que as operárias e operários do Recôncavo Baiano se organizassem. Nesse ano, fundaram o Comitê de Defesa Operária de Muritiba e, no ano seguinte, a União de Defesa Operária de Muritiba, “que junto a Sociedade de Resistência Protetora dos Operários de São Félix e Cachoeira, se encontravam associadas à Federação dos Trabalhadores Baianos” (BRAGA, 2016, p. 8).

Ainda sob os ecos das jornadas de junho de 1919, em maio de 1920 “o proletariado fumageiro voltou parar o funcionamento das manufaturas em favor da causa operária” (BRAGA, 2016, p. 8). A greve foi convocada pela diretoria da Sociedade de Resistência Protetora dos Operários de S. Félix e Cachoeira. “Em alguns dias a greve se alargou pelo Recôncavo Baiano, com três mil grevistas entre as sete fábricas de charutos da Stender, Costa Ferreira & Penna, e a Cia. de Charutos Dannemann” (BRAGA, 2016, p. 9). A greve foi reprimida por “um destacamento policial com 50 homens”, enviado de Salvador para Cachoeira. Junto à greve,

A Federação dos Trabalhadores Baiano também enviou seu delegado Abílio José dos Santos e buscou, através do apoio mútuo de classe, lançar um boicote aos produtos das empresas paralisadas. [...] Na pesquisa, as evidências se tornam escassas, e não foi encontrado um desfecho para a greve. Sabemos que seu fim não foi antes do dia 23 de maio de 1920 e suas pautas incluíam aumento salarial e a readmissão de um operário. (BRAGA, 2016, p. 9).

O boicote aos produtos das fábricas em que trabalhavam foi, assim, junto às greves, uma estratégia operária para fazer com que suas exigências de melhoria de condições de trabalho e de salário fossem atendidas. Na carta das charuteiras, analisada nesta seção, vimos que as charuteiras, implicitamente, recorriam e ameaçavam seus patrões com um boicote aos seus produtos: “Os que, nas grandes cidades, nas casas elegantes, fumam os charutos finos do S. Félix, mal sabem a exploração inominável a que somos submetidas”.

Contudo, diferentemente do que possa aparecer com os enunciados “Em S. Félix” e “Em Muritiba”, as operárias, quando atacadas pelos patrões devido ao conteúdo de sua carta, não permitiram que apenas os operários respondessem por elas. Elas também reagiram de forma

responsiva aos ataques sofridos. Isso é visto no número 10, de 7 de julho de 1925, em que charuteiras enunciaram novamente que tinham conhecimento da opressão que sofriam, e que sabiam que as ameaças feitas por um dos proprietários da Cia. Dannemann não tinham nexo (FIGURA 42).

Figura 42: Recorte do enunciado “As charuteiras”



Fonte: A Classe Operária (04/07/1925, p. 2).

A seguir, transcrevemos esse enunciado na íntegra:

As charuteiras

Nós, moças operárias charuteiras de S. Félix e Muritiba, vimos comovidas a publicação do apelo que dirigimos ao primeiro e único órgão da classe operária do Brasil.

A exploração aqui é tamanha que, quando fazemos 120 charutos, os patrões nos descontam dois. A casa Costa Ferreira & Penna deita as vasilhas no rigor do sol, junto à “privada”. Um dos proprietários da companhia Dannemann ficou raivoso com o apelo que dirigimos. Alegou que, quando morrer um filho ou parente nosso, a casa não emprestará mais dinheiro para o funeral. Este dinheiro era pago por nós, semanalmente, aos sábados.

Ora, nós todas bem sabemos que tal quantia era uma restituição indireta,

restituição mínima dos milhares de contos que esses burgueses nos têm arrancado durante duas dezenas de anos. Convém dizer que o burguês acima possui ações dessa companhia, no valor de 445 contos.

Há alguns anos, o capital dessa companhia era no valor de 3.100 contos arrancados dos seus dois mil e tantos operários de S. Félix, Muritiba, Maragogipe e Nagé. – As operárias charuteiras de S. Félix (A CLASSE OPERÁRIA, 04/07/1925, p. 2).

As relações dialógicas estabelecidas entre o discurso das operárias e o discurso dos patrões são nítidas. Vemos a presença da voz social dos proprietários, estilizada de maneira pictórica em seu discurso indireto: “Um dos proprietários da companhia Dannemann ficou raivoso com o apelo que dirigimos. Alegou que, quando morrer um filho ou parente nosso, a casa não emprestará mais dinheiro para o funeral”. Há, marcadamente, uma apreciação de repulsa à ameaça feita pelos patrões. O discurso das operárias, a partir de sua entonação, vai em direção diametralmente oposta à valoração da ameaça, a ela se contrapõe, de forma a mostrar quão injusta foi essa ameaça. Além disso, assim como na carta que analisamos nesta seção, observamos a utilização do signo ideológico “burguês” para nomear o proprietário da fábrica. Sobre a relação com o patronato, as operárias reconhecem, em sua argumentação, o enriquecimento da burguesia industrial às custas de sua exploração.

Esse enunciado também recebe a assinatura da primeira carta analisada: “As operárias charuteiras de S. Félix”, que, além de, como a anterior, ser um indício de sua consciência de gênero e de classe, que demarca a autoconsciência e a consciência linguística das operárias, devido à feminização linguístico-discursiva adotada em sua autodenominação, ou seja, no plano discursivo, também indica que essa denominação era recorrente em seus enunciados, e aponta para um reivindicação de autoria da carta anterior, estabelecendo com ela relações dialógicas.

Assim como na primeira carta, observamos também a feminização linguístico-discursiva ao longo de todo o enunciado, exceto no fechamento, antes da assinatura, em que utilizam o masculino genérico “operários” para discorrer sobre o conjunto de operários e operárias. As autoras iniciam seu enunciado já com a autodenominação “Nós, moças operárias charuteiras de S. Félix e Muritiba”, na qual notamos a existência da utilização do pronome “nós”, do signo ideológico “moças” e das formas feminizadas “operárias charuteiras”.

A autodesignação como “operárias charuteiras”, assim como na carta que analisamos no início desta seção, é um indício da consciência de gênero e de classe das autoras. As enunciantoras procuram demarcar de forma explícita a consciência de sua exploração, quando enunciam que “nós todas bem sabemos que tal quantia era uma restituição indireta, restituição mínima dos milhares de contos que esses burgueses nos têm arrancado durante duas dezenas de anos”. A forma discursiva “todas nós”, na nossa visão, mostra a relação entre as vozes sociais

das charuteiras, indicia uma concordância entre elas, a qual demarca uma oposição com a voz social dos patrões e busca a defesa de seus direitos. A presença dessa estilização também nesse enunciado corrobora com a nossa tese de que a feminização linguístico-discursiva se constituía como uma política linguística nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária*.

Notamos, também, uma responsividade à publicação da primeira carta pelo jornal, que indica a sua reação a esse feito: “vimos comovidas a publicação do apelo que dirigimos”. As autoras também indicam sua valoração ao jornal, enquanto espaço midiático, o designando como o “primeiro e único órgão da classe operária do Brasil”. Entendemos que essa valoração não recai apenas sobre o jornal *A Classe Operária*, acaba sendo uma valoração também dos demais jornais da imprensa operária da época. Sendo *A Classe Operária* o “primeiro e único” a pertencer à classe operária, todos os demais são valorados como pertencentes à outra ordem, como defensores dos interesses de outras classes.

Assim como na primeira carta, as autoras utilizam novamente o gênero discursivo carta aberta, o qual já analisamos no primeiro enunciado. Elas expõem sua situação, fazendo uma reivindicação pública de que sua exploração cesse, dizendo que “A exploração aqui é tamanha que, quando fazemos 120 charutos, os patrões nos descontam dois. A casa Costa Ferreira & Penna deita as vasilhas no rigor do sol, junto à ‘privada’” e que “Um dos proprietários da companhia Dannemann ficou raivoso com o apelo que dirigimos. Alegou que, quando morrer um filho ou parente nosso, a casa não emprestará mais dinheiro para o funeral. Este dinheiro era pago por nós, semanalmente, aos sábados”. Nesta exposição, um dos aspectos que observamos foi que as operárias indicaram, para cada ato de opressão, um antagonista, sendo eles os proprietários da fábrica Costa Ferreira & Penna e um dos proprietários da fábrica Dannemann. Essa indicação expressa a coragem, a ausência de temor das operárias e, ao mesmo tempo, especificam melhor o cronotopo, já mencionado pelo “aqui”, utilizado pelas autoras no início de seu relato. Há, também, outra indicação do espaço do qual falam as autoras, situando-as nas cidades de São Félix, Muritiba, Maragogipe e Nagé, ao final do enunciado.

O cronotopo projetado pelas charuteiras em seu enunciado marca um espaço de opressões e denúncias. Um espaço socioideológico, que, na esfera imprensa operária, gerava efeitos também em termos de escolha de gênero discursivo. Desse modo, a utilização do gênero carta aberta não nos parece mera escolha de forma, sendo, também, cronotopicamente motivado.

As charuteiras também responderam a outros apelos feitos ao jornal *A Classe Operária*. No número 9, de 27 junho de 1925, as operárias charuteiras de Muritiba. Neste enunciado, as

operárias respondem à carta aberta publicada no número 7, de 13 de junho de 1925 (FIGURA 43).

Figura 43: Recorte do enunciado “Pelos operários da Souza Cruz”



Fonte: A Classe Operária (27/06/1925, p. 2).

Na sequência, transcrevemos o enunciado nas normas vigentes.

Pelos operários da Souza Cruz

As operárias charuteiras de Muritiba, na Bahia, comovidas com a situação dos operários e das operárias da Companhia Souza Cruz, saúda-os e concita-os a lutar contra os exploradores.

Somos explorados de muitas formas. Deixamos dois dias na casa e mais um charuto em cada conto. Se fizermos 120, deixaremos 2. Somos mais de 700. Há dias, a casa Dannemann descontou 100 charutos de cada uma de nós. Manipulamos os charutos com uma marca e são postos aí com outra. Até agora ignoramos por que nos foram descontados esses 100 charutos. Somos mães, temos muitos filhos. Sofremos muito. Mas não perdemos a esperança de triunfar um dia.

Vivam os operários e as operárias da Companhia Souza Cruz! – **As operárias charuteiras de Muritiba.**

(A CLASSE OPERÁRIA, 27/06/1925, p. 2).

No seu enunciado, intitulado “Pelos operários de Souza Cruz” (assim como o de sua carta, entendemos que esse título tenha sido dado pela equipe do jornal), as charuteiras se dizem “comovidas com a situação dos operários e das operárias da Companhia Souza Cruz, saúda-os

e concita-os a lutar contra os exploradores”. Localizamos, já nesse trecho inicial, a feminização linguístico-discursiva, observada na nomeação de suas/seus interlocutoras(es) “operários” e “operárias”. A construção coordenada visibiliza as operárias no discurso. Isso também ocorre no fechamento de seu enunciado: “Vivam os operários e as operárias da Companhia Souza Cruz!”.

Além disso, em um segundo momento da organização desse enunciado, assim como no anterior, as charuteiras relatam sua situação: “Somos exploradas de muitas formas. Deixamos dois dias na casa e mais um charuto em cada conto. Se fizermos 120, deixaremos 2. Somos mais de 700. Há dias, a casa Dannemann descontou 100 charutos de cada uma de nós. Manipulamos os charutos com uma marca e são postos aí com outra. Até agora ignoramos por que nos foram descontados esses 100 charutos, somos mães, temos muitos filhos. Sofremos muito. Não perdemos a esperança de triunfar um dia”. Entendemos que esse enunciado segue a mesma estilística da carta analisada, com o uso da primeira pessoa do plural, “nós”, na conjugação dos verbos. Também foi possível visualizar a feminização linguístico-discursiva em sua autodenominação: “Somos exploradas”, “cada uma de nós”. O enunciado também é assinado coletivamente: “As operárias charuteiras de Muritiba”. Observamos, desse modo, que a feminização linguístico-discursiva se dá, nesses exemplos, no plano discursivo.

Entendemos que esse enunciado respondia à carta intitulada “Na Companhia Souza Cruz”, por nós referida no Quadro 7 (FIGURA 44¹⁵⁴), presente no n. 7, de 13/06/1925, transcrito por nós na sequência.

¹⁵⁴ Salientamos que não conseguimos apresentar o recorte integral desse enunciado, pois o jornal consultado não apresentava boas condições de leitura, o que não conseguimos corrigir com os aplicativos de edição de imagem a que temos acesso.

Figura 44: Recorte do enunciado “Na Companhia Souza Cruz”



Fonte: A Classe Operária (13/06/1925, p. 1).

Na Companhia Souza Cruz

Prosseguindo a justa campanha pelos nossos direitos, nós, operários e operárias da Companhia Souza Cruz, pedimos o auxílio do proletariado industrial e agrícola a fim de conquistarmos mais uma vitória.

I – AS REGALIAS

A Companhia Souza Cruz, querendo nos dar uma prova da sua generosidade, concede-nos três regalias: 15 minutos de parada às 14 horas, um café e um maço de cigarros. Vamos examinar de perto as três regalias. A parada é uma conversa. Em vez de sairmos às 17 horas, saímos às 17:15. Portanto, os 15 minutos são descontados. Quanto ao café e ao maço de cigarros, são descontados no salário. Eis o que vale a generosidade da Companhia Souza Cruz.

II – OS MENINOS

Há, trabalhando nove horas conosco, muitos meninos, de 12 a 13 anos. Existe um que ganha 1\$ diários. Não ganhando o bastante, almoçam laranjas, bananas e doces feitos comumente com ovos estragados. Vão enfraquecendo... Pobre mocidade proletária!

III – AS HUMILHAÇÕES

Certos meninos são esbofeteados pelos mestres. Ou, no melhor dos casos, levam puxões de orelhas. Há meninos e mesmo homens que são despedidos sem mais nem menos.

IV – AS MULTAS

Por vezes, nas empreitadas, as operárias “matam” o trabalho. Isto tem várias causas, como o cansaço e a compreensão de que são exploradas. Pois bem: são multadas em 1\$ e 2\$000...

V – A SUSPENSÃO

O operariado doente, falta um ou dois dias. Não pode participar a Companhia, visto morar longe e não dispor de moços de recados... Pois, ao voltar, é suspenso por oito dias. Há também suspensão quando o operário sai à hora do almoço e não volta.

VI – O ABSURDO E A EXPLORAÇÃO

No encarteiramento, a Companhia não quer que as moças trabalhem sem meias. Muito bem. Mas a Companhia não fornece as meias.

Prefere o operário português ao brasileiro. Isto mostra o que vale o patriotismo

dos Srs. Souza Cruz. Não contentes com explorar operários brasileiros e portugueses, criam rivalidades no meio dos trabalhadores, procurando dividi-los para melhor explorá-los. Os companheiros portugueses não devem prestar-se a esse papel, prejudicando os interesses dos operários brasileiros. Devem, pelo contrário, unir-se a esses últimos e todos juntos fazerem valer os direitos. Os companheiros trabalhadores de cor devem também combater a exploração. Cada um de nós tem a sua caneca para beber água. Mas ela custa a cada um de nós, 2\$000.

A operária mora longe e não pode entrar às 7 horas. Muitas vezes, o trem atrasa. Chegando cinco minutos depois, a operária ou volta para casa ou espera pelas 11 horas para fazer meio-dia. Além de tudo mais, a tosse e a constipação nos afligem. Há muitas companheiras anêmicas.

VII – NOSSAS ASPIRAÇÕES

São as seguintes:

(A) Econômicas:

1ª Aumento de 1\$ para todos os operários e operárias; os que ganham 3\$ passarão a ganhar 4\$; os que ganham 5\$ passarão a ganhar 6; e assim por diante;

2ª Pagamento semanal- integral;

3ª Horário de oito horas;

4ª Horário de sete horas para as mulheres e os meninos;

5ª Não pagamento das regalias como o maço de cigarros e café das 14 horas;

6ª Salário-mínimo de 3\$ para os meninos;

7ª Extinção das empreitadas;

8ª Extinção das multas;

9ª Nenhuma suspensão;

10ª Nenhuma demissão sem mais nem menos;

11ª Fornecimento de meias às moças do encarteamento;

12ª Restituição dos 2\$ da caneca;

13ª Direito de nos atrasarmos cinco minutos.

(B) Políticas

14ª Direito de livre associação – a salvo das perseguições/

15ª Direito de lermos e propagarmos o nosso jornal – dentro da fábrica;

16ª Nenhuma perseguição contra os membros do nosso partido.

(C) Econômicas-higiênicas

17ª A construção de vilas operárias perto da fábrica a fim de não desperdiçarmos 17 e 19 horas no trabalho diário.

(D) Morais

18ª Demissão dos mestres que maltrataram os meninos.

(E) Intelectuais

19ª Usufruto de uma casa a fim de nela instalarmos uma escola – de trabalhadores, criada e dirigida por trabalhadores para trabalhadores;

20ª Subvenção do [ilegível] por cento dos lucros líquidos anuais para a manutenção da escola.

Uma empresa que, à nossa custa, ganha anualmente 1.300 contos, pode muito bem tirar a insignificância de 6 a 12 contos para com tal quantia educarmos os nossos filhos e os nossos companheiros analfabetos.

Por meio da organização esperamos transformar essas aspirações em realidade. Portanto:

– Viva a União dos Trabalhadores em Fábricas de Fumo!

Os operários e as operárias da Companhia Souza Cruz.

(A CLASSE OPERÁRIA, 04/07/1925, p. 1).

O enunciado assinado pelas operárias e operários da Companhia Souza Cruz, presente

no n. 7, de 13/06/1925, possui uma organização semelhante ao enunciado das charuteiras selecionado para análise nesta seção, mostrando sua situação, seguidas pelas suas aspirações, girando o conteúdo temático do enunciado em torno desses dois tópicos principais. A cada reclamação, as operárias apresentam o que deve ser mudado para melhorar seu descontentamento.

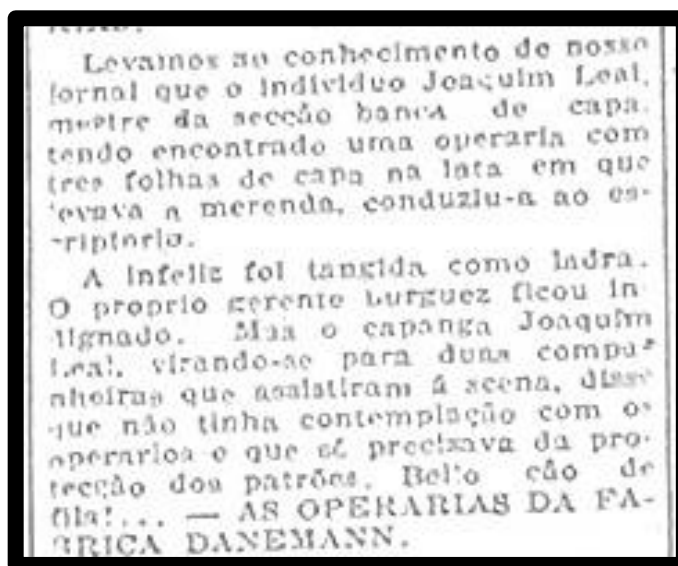
Dois aspectos nos chamaram a atenção no enunciado sobre a Companhia Souza Cruz. O primeiro foi o relato sobre as doenças das cigareiras: “Além de tudo mais, a tosse e a constipação nos afligem. Há muitas companheiras anêmicas.”, e dos meninos: “Não ganhando o bastante, almoçam laranjas, bananas e doces feitos comumente com ovos estragados. Vão enfraquecendo...”. O segundo, as reclamações acerca da exploração e da violência a que eram submetidas as crianças operárias¹⁵⁵.

Observamos que as reclamações sobre os baixos salários em comparação aos altos lucros das empresas, sobre os descontos indevidos, sobre a falta de tolerância com os problemas das operárias, como o atraso dos trens e as doenças, mostram-se, assim, recorrentes nos enunciados das mulheres trabalhadoras que escreviam para o jornal. Ressaltamos, ainda, que as operárias da Companhia Souza Cruz também parecem responder ao enunciado das charuteiras, embora não indiquem isso diretamente. Entendemos que a exclamação “– Viva a União dos Trabalhadores em Fábricas de Fumo!” é um vínculo entre a carta das cigareiras e primeira carta das charuteiras do Recôncavo Baiano.

Como mostramos no Quadro 4 e no Quadro 7, em nossa coleta, observamos também a presença de outro enunciado, assinado por charuteiras do Recôncavo Baiano, também segunda fase do jornal (FIGURA 45), que estabelece relações dialógicas com os enunciados anteriores.

¹⁵⁵ Salientamos que na próxima seção ampliaremos a discussão acerca das doenças que afligiam as trabalhadoras na República Velha, e, na última seção, trataremos com mais detalhes sobre o trabalho infantil.

Figura 45: Recorte do enunciado “As operárias da fábrica Dannemann”



Fonte: A Classe Operária (12/05/1928, p. 2).

A seguir, transcrevemos o enunciado, nas normas ortográficas vigentes atualmente:

Levamos ao conhecimento do nosso jornal sobre o indivíduo Joaquim Leal, mestre da seção banca de capa. Tendo encontrado uma operária com três folhas de capa na lata em que levava a merenda, conduziu-a ao escritório.

A infeliz foi tratada como ladra. O próprio gerente burguez ficou indignado. Mas o capanga Joaquim Leal, virando-se para duas companheiras que assistiram à cena, disse que não tinha contemplação com os operários e que ele precisava da proteção dos patrões. Belo cão de [guarda]!... – As operárias da fábrica Dannemann. (A CLASSE OPERÁRIA, 12/05/1928, p. 2).

No enunciado, observamos que o projeto enunciativo das autoras está evidenciado logo em seu início: intenção das operárias da fábrica Dannemann é denunciar que o mestre da seção banca de capa tinha tratado uma operária como ladra ao encontrar folhas de fumo na lata de sua merenda. Observamos que essa carta também estabelece relações dialógicas com a primeira por iniciar com uma mesma forma discursiva “Levamos ao conhecimento”. Divergem, contudo, na indicação de sua/seu destinatária(o): enquanto a primeira se referia ao “proletariado industrial e agrícola”, nessa as operárias se remetem ao que chamam de “nosso jornal”, ou seja, o jornal *A Classe Operária* e o conjunto de participantes/interlocutoras(es) do diálogo nele travado: leitoras(es), militantes, editores, outras(os) autoras(es).

As operárias apresentam em seu discurso a voz do mestre da seção, que argumenta que também pertencia à classe operária, mas não “tinha contemplação com os operários” e, por isso, “precisava da proteção dos patrões”, fato que fez com que ele denunciasse a operária por roubo. O mestre de seção é, por isso, denominado pelas autoras como “Belo cão de [ilegível],

acreditamos que se trate de “guarda]”, nomeação que remete ao fato de as operárias observarem que ele agia sem consciência, como um cão, como um animal, defendendo os interesses das/dos proprietárias(os) da fábrica.

Também observamos a voz do gerente, a quem elas também, como em outros enunciados, denominam com o signo ideológico “burguês”. Junto com a voz social do gerente, as autoras destacam seu acento axiológico sobre o acontecido, de indignação, que é o mesmo acento valorativo conferido pelas autoras ao fato contado, objeto de seu enunciado. Esse mesmo direcionamento é observado pelo uso do signo ideológico “próprio”, que remete a um sentido de “até mesmo ele”.

Assim como os demais enunciados assinados pelas operárias charuteiras, esse enunciado é assinado de forma coletiva: “As operárias charuteiras da fábrica Dannemann”. Essa assinatura, assim como as demais, evidencia a importância da compreensão do espaço geográfico para a compreensão completa do enunciado. Notamos, também, que a feminização linguístico-discursiva está presente na autodenominação, no plano discursivo.

Destacamos, contudo, que, diferentemente dos enunciados analisados da primeira fase, esse enunciado não conta com o título, o que pode ser mais um indício de que os títulos foram escritos pela equipe do jornal e não pelas operárias, uma vez que, como já dissemos, destoam estilisticamente do restante dos enunciados analisados.

Observamos, no conjunto dos enunciados analisados, a feminização linguístico-discursiva nos discursos das operárias charuteiras do Recôncavo Baiano. Pudemos verificar que tal estilização não era comumente realizada nos enunciados de outros operários do Recôncavo, como foi possível perceber nos enunciados “Em S. Félix” e “Em Muritiba”, nos quais se destacam as reações responsivas à carta analisada nesta seção. Assim, entendemos que a feminização era própria das mulheres trabalhadoras, não sendo perceptível em outros enunciados.

Observamos também que a consciência linguística do uso do feminino e do plural refletiu e refratou sua autoconsciência e sua vivência do nós (consciência de gênero e de classe), fato que provavelmente impactou nas relações sociais às quais pertenciam as operárias charuteiras do Recôncavo Baiano. A feminização linguístico-discursiva pode, assim, ser considerada uma resposta das operárias charuteiras às opressões por elas sofridas enquanto mulheres, advinda de sua consciência de gênero e, por conseguinte, da percepção que sua exploração era diferente da exploração sofrida por seus companheiros de classe. Compreendemos, também, que a feminização linguístico-discursiva em seus enunciados é parte constitutiva do retrato da fisionomia social diferenciada que o Recôncavo Baiano possuía, como

vimos, advinda da divisão sexual do trabalho nas indústrias fumageiras, conforme a pesquisadora Elizabete Rodrigues da Silva (2001).

A consciência de gênero das charuteiras era, também, um indício de seu feminismo, enquanto resposta às opressões sofridas. Elas diziam com todas as letras, inclusive, através das desinências de gênero, que possuíam vontade de enunciar aquilo que sofriam. Saíam, assim, de um lugar de silêncio, para se autodenominarem como mulheres trabalhadoras, como charuteiras, para nomear a exploração e a violência que sofriam, e, ao mesmo tempo, mostravam-se capazes de um excedente de visão, que as fazia ter empatia por outras mulheres, solidarizando-se com as suas lutas. O feminismo dialógico nos fornece as ferramentas para compreender a complexidade de seus enunciados enquanto atos responsivos e responsáveis.

Também analisamos, no conjunto dos enunciados assinados pelas charuteiras, que sua consciência das opressões sofridas é socioideológica, conferindo a existência de muitas das opressões ao seu gênero social. Isso é visualizado em seus projetos enunciativos, nos enunciados em que relatam as opressões sofridas e nos acentos valorativos que demonstram sua reação a essas opressões. As operárias charuteiras do Recôncavo Baiano vão do silêncio sobre suas opressões (embora pudessem, antes de publicarem suas cartas no jornal *A Classe Operária*) ao grito, a denúncia, a partir da possibilidade de nomear as opressões sofridas e da possibilidade de relatar essas opressões ao jornal, que se apresenta como um espaço no qual lhes é conferido lugar de fala e, também, de escuta.

A partir da visualização da feminização linguístico-discursiva na nomeação de sua profissão (“operárias”, “charuteiras”), para nomear suas interlocutoras (como vimos, por exemplo, no enunciado escrito para as operárias e operários da Souza Cruz) e também para se autodenominarem (observadas em suas assinaturas e ao longo de seus relatos), entendemos que tal estilização não gera efeitos discursivos apenas no enunciado imediato das trabalhadoras, afetando, também, os enunciados que circulavam na esfera discursiva imprensa operária, mais especificamente, no jornal *A Classe Operária* na República Velha. Desse modo, os enunciados escritos pelas charuteiras do Recôncavo Baiano, analisados nesta seção, corroboram com a nossa visão de que a estilização a que chamamos feminização linguístico-discursiva existia enquanto política linguística, cuja intencionalidade era intervir nas interações linguísticas ocorridas no jornal *A Classe Operária*, dando visibilidade às mulheres trabalhadoras.

Para compreender os efeitos de tal estilização na esfera discursiva em questão, devemos analisar enunciados de autoria de trabalhadoras de outros estados e profissões. Passemos, então, a análise dos enunciados escritos pelas telefonistas do Rio de Janeiro.

4.2 AS TELEFONISTAS DO RIO DE JANEIRO

Das telefonistas do Rio de Janeiro, em nossa coleta, encontramos dois enunciados. Para melhor visualização dos enunciados coletados, já expostos na seção 3.1 desta tese, elaboramos o Quadro 9.

Quadro 9: Textos de autoria de telefonistas do Rio de Janeiro coletados na pesquisa¹⁵⁶

Data da edição	N.	P.	Título	Indicação de autoria/ Profissão/Atividade	Marcas de feminização linguístico-discursiva?
06/06/1925	6	2	“Entre as telefonistas”	As telefonistas do Rio de Janeiro	Sim
1º/05/1928	1 (2ª)	2	“As telefonistas”	Uma das vítimas	Sim

Fonte: Elaborado pela autora.

Como é possível verificar no quadro, o primeiro enunciado coletado na segunda página do n. 6 de 06 de junho de 1925, tem como título “Entre as telefonistas”, sendo assinado pelas telefonistas do Rio de Janeiro. Coletamos, também, um enunciado nos números da segunda fase do jornal, localizado na segunda página do n. 1 da segunda fase, datado de 1º de maio 1928, tendo como título “As telefonistas”, sendo assinado por “Uma das vítimas”.

Como apontamos na seção 3.1 desta tese, selecionamos, dos enunciados coletados das telefonistas do Rio de Janeiro, um enunciado para análise. Tal seleção foi acarretada pela diversidade de profissões das autoras que se localizavam no Rio de Janeiro, e pelo fato de necessitarmos, para os objetivos desta tese, organizarmos nossa análise por ofício e por localidade. Os enunciados coletados em nossa pesquisa redigidos por trabalhadoras do Rio de Janeiro foram escritos por telefonistas, cigareiras, tecelãs/costureiras e pelo Comitê das Mulheres Trabalhadoras do Rio de Janeiro. Nesta seção, iremos analisar o enunciado¹⁵⁷ publicado na segunda página do nº 6, de 06 de junho de 1925, intitulado “Entre as telefonistas”, assinado pelas telefonistas do Rio de Janeiro (RJ). O enunciado está presente na seção “Dos nossos correspondentes”. Na Figura 46, é possível observar a configuração da página em que se encontra o enunciado escrito pelas telefonistas.

Um dos aspectos que observamos é que, na mesma página, há diversos enunciados que não utilizam a feminização linguístico-discursiva. Entre eles, vemos um apelo “Aos

¹⁵⁶ Para a padronização dos quadros desta seção, abreviamos neste quadro “Número” como “N.” e “Página” com “P.”.

¹⁵⁷ Salientamos que, como na seção anterior, os enunciados serão transcritos para as normas ortográficas contemporâneas.

trabalhadores de São Paulo” para que lessem o jornal, enunciado assinado por três trabalhadores: Guilherme Navarro – metalúrgico, Pedro Giusti – tecelão e Elias de Mello – gráfico, e ocupa uma grande extensão da página. Observamos, também, que o próprio título da seção “Dos nossos correspondentes” utiliza o masculino genérico, não sendo, portanto, percebidos traços estilísticos típicos da feminização linguístico-discursiva. A seção é formada por pequenos enunciados, reclamatórios e reivindicatórios. O enunciado das telefonistas se encontra agrupado com outros enunciados do Distrito Federal¹⁵⁸.

Do Distrito Federal, temos os seguintes enunciados: “Nos Correios”, redigido por “Os serventes dos Correios do Distrito Federal”, “Numa padaria”, redigido por “O correspondente operário”, “Na estação de Deodoro”, também com a assinatura “O correspondente operário”, após, há o enunciado que será analisado e dois outros enunciados, intitulados “Na Companhia Reunidas Alba” e “No Hotel Glória”, redigidos, respectivamente, por “Operários da Companhia Alba” e “Alexis Rapporte¹⁵⁹”.

Todos os enunciados desse conjunto possuem as características estilísticas e composicionais do gênero discursivo carta aberta: são iniciados com a indicação de local e data, apresentam informações sobre suas/seus autoras(es), e são concluídas com uma assinatura. A extensão dos enunciados é variável, mas a maioria possui no máximo vinte e cinco linhas. Observamos que a equipe de edição do jornal, ao nomear a seção como “Dos nossos correspondentes”, tem consciência do gênero discursivo desse conjunto, e, ao mesmo tempo, tal nomeação é coercitiva, faz com que os enunciados sejam redigidos com as características estilísticas e composicionais do gênero carta.

¹⁵⁸ É importante destacar que, em 1925, o Distrito Federal se situava no Rio de Janeiro.

¹⁵⁹ Não localizamos informações sobre o autor.

Figura 46: Segunda página do n. 6 de A Classe Operária

Aos trabalhadores de S. Paulo

Porque deveis ler "A CLASSE OPERÁRIA"

SAO PAULO, 24 de Junho de 1925.

A CLASSE OPERÁRIA VEM publicando suas páginas desde o dia 1.º de Junho de 1925. Desde então, tem publicado artigos de autores conhecidos, e tem publicado também os artigos de seus próprios colaboradores. A CLASSE OPERÁRIA tem sido, desde o dia 1.º de Junho, um órgão de luta para os trabalhadores de S. Paulo. Ela tem sido, desde o dia 1.º de Junho, um órgão de luta para os trabalhadores de S. Paulo. Ela tem sido, desde o dia 1.º de Junho, um órgão de luta para os trabalhadores de S. Paulo.

OS COLABORADORES

ANTONIO DE CARVALHO, presidente; PEDRO LUSTI, secretário; JOSÉ DE MELLO, editor.

En Santos

S. P. H. H. - Não se dá a entender que os trabalhadores de Santos não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Santos não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Santos não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

OS TRABALHADORES EM

Depois de já termos publicado artigos de autores conhecidos, e de já termos publicado também os artigos de seus próprios colaboradores. A CLASSE OPERÁRIA tem sido, desde o dia 1.º de Junho, um órgão de luta para os trabalhadores de S. Paulo. Ela tem sido, desde o dia 1.º de Junho, um órgão de luta para os trabalhadores de S. Paulo.

Na Fabrica Minerva

Agredidos, perseguidos e ameaçados, os trabalhadores da Minerva têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA EM PERNAMBUCO

A falta de garantias — As perseguições a operários pelo simples facto de procurarem organizar-se em sindicatos — A coacção ao trabalhador — A situação indizível do trabalhador do campo

COM CORRESPONDENTE ESPECIAL DO REDECE

EM CIDRÉ: OBRIGADA A TRABALHAR sem garantia de emprego, sem salário, sem férias, sem descanso, sem assistência médica, sem assistência social, sem assistência jurídica, sem assistência política, sem assistência sindical, sem assistência profissional, sem assistência cultural, sem assistência esportiva, sem assistência recreativa, sem assistência educativa, sem assistência científica, sem assistência artística, sem assistência literária, sem assistência musical, sem assistência teatral, sem assistência cinematográfica, sem assistência radiofônica, sem assistência telefônica, sem assistência postal, sem assistência ferroviária, sem assistência rodoviária, sem assistência aérea, sem assistência marítima, sem assistência terrestre, sem assistência aquática, sem assistência aérea, sem assistência espacial, sem assistência cósmica, sem assistência galáctica, sem assistência universal.

DOS NOSSOS CO-RESPONDENTES

Sergipe
COM OS SRs. CRUZ FERREIRA & C. ARAUJO, 17 de maio.

Os trabalhadores de Sergipe têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Sergipe não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Sergipe não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Estado de S. Paulo

A VANGUARDA OPERÁRIA de S. PAULO, 24 de maio.

Os trabalhadores de S. Paulo têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de S. Paulo não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de S. Paulo não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Distrito Federal

OS TRABALHADORES DO DISTRITO FEDERAL têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores do Distrito Federal não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores do Distrito Federal não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Alagoas

A LUTA OPERÁRIA DE ALAGOAS tem sido o primeiro a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Alagoas não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Alagoas não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Parahyba do Norte

OS TRABALHADORES DE PARAHYBA DO NORTE têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Parahyba do Norte não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Parahyba do Norte não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Minas Geraes

OS TRABALHADORES DE MINAS GERAES têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Minas Geraes não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Minas Geraes não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Estado do Rio

OS TRABALHADORES DO ESTADO DO RIO têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores do Estado do Rio não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores do Estado do Rio não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Entre as Telephônicas

OS TRABALHADORES DAS TELEPHONICAS têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores das Telephônicas não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores das Telephônicas não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Na Companhia Brasileira

OS TRABALHADORES DA COMPANHIA BRASILEIRA têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Companhia Brasileira não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Companhia Brasileira não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Na Fabrica Minerva

OS TRABALHADORES DA FABRICA MINERVA têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Na Fabrica Minerva

OS TRABALHADORES DA FABRICA MINERVA têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Na Fabrica Minerva

OS TRABALHADORES DA FABRICA MINERVA têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Na Fabrica Minerva

OS TRABALHADORES DA FABRICA MINERVA têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Na Fabrica Minerva

OS TRABALHADORES DA FABRICA MINERVA têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

"A Classe Operária" mergulha nas profundezas dos seringais

O apelo do proletariado industrial aos seringueiros e balateiros

MARIA, 19 de maio.

OS TRABALHADORES DE MARIA têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Maria não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Maria não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Alagoas

A LUTA OPERÁRIA DE ALAGOAS tem sido o primeiro a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Alagoas não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Alagoas não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Parahyba do Norte

OS TRABALHADORES DE PARAHYBA DO NORTE têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Parahyba do Norte não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Parahyba do Norte não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Minas Geraes

OS TRABALHADORES DE MINAS GERAES têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Minas Geraes não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de Minas Geraes não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Estado do Rio

OS TRABALHADORES DO ESTADO DO RIO têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores do Estado do Rio não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores do Estado do Rio não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Entre as Telephônicas

OS TRABALHADORES DAS TELEPHONICAS têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores das Telephônicas não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores das Telephônicas não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Na Companhia Brasileira

OS TRABALHADORES DA COMPANHIA BRASILEIRA têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Companhia Brasileira não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Companhia Brasileira não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Na Fabrica Minerva

OS TRABALHADORES DA FABRICA MINERVA têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Na Fabrica Minerva

OS TRABALHADORES DA FABRICA MINERVA têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Na Fabrica Minerva

OS TRABALHADORES DA FABRICA MINERVA têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Na Fabrica Minerva

OS TRABALHADORES DA FABRICA MINERVA têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Na Fabrica Minerva

OS TRABALHADORES DA FABRICA MINERVA têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores da Fabrica Minerva não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

MUTILADO

OS TRABALHADORES DE S. PAULO têm sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de S. Paulo não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA. Não se dá a entender que os trabalhadores de S. Paulo não tenham sido os primeiros a ler a CLASSE OPERÁRIA.

Fonte: A Classe Operária (06/06/1925, p. 2).

É possível perceber que todos os títulos dos encontros do Distrito Federal começam por preposições de lugar ("em" ou "entre"). Porém, apenas o enunciado analisado é iniciado

pela preposição “entre” e, ao invés de fazer menção a uma empresa, um local de trabalho, menciona a profissão das autoras: “Entre as telefonistas”. Tal aspecto é relevante para a análise desse enunciado.

A utilização da preposição “entre”, no título do único enunciado redigido por mulheres no grupo de enunciados do Distrito Federal presente na seção “Dos nossos correspondentes” do n. 6 de *A Classe Operária*, parece ser uma marca estilística valorativa da equipe editora do jornal, a qual talvez fosse responsável por elaborar o título dos enunciados. Entendemos que seria possível, em conformidade com os demais enunciados, que o título fosse algo como “Na Companhia Telefônica” ou “Na Central Telefônica”. A utilização da preposição “entre” pode ser vista como forma de excluir as reivindicações das telefonistas do conjunto de enunciados da seção de correspondência, conferindo à carta menor prestígio, como se fosse enunciado que as reivindicações são questões que surgem em conversas entre telefonistas, aferindo ao enunciado uma tonalidade de “fofoca” e de delimitação da esfera em que o discurso das telefonistas circulava. Também pode ser um acento axiológico que marca a exclusão das telefonistas da classe trabalhadora ou da esfera discursiva imprensa operária.

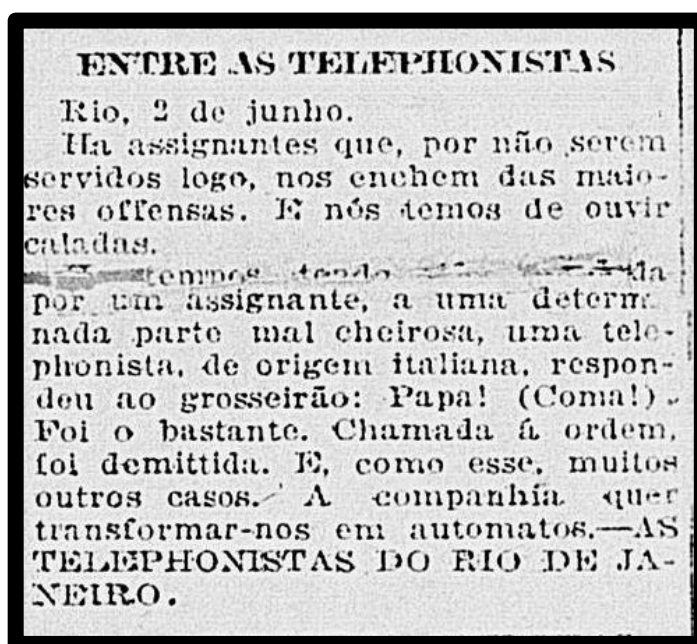
A possível exclusão pode ter se dado por dois motivos. O primeiro, é o fato de que as telefonistas da época atendiam principalmente clientes pertencentes à “burguesia”, como veremos a seguir, participando, por conseguinte, de uma esfera social da qual a maior parte do proletariado brasileiro não participava. O segundo, pelo fato de conferirem às reclamações das telefonistas menor importância do que as demais demandas apresentadas ao jornal por trabalhadoras(es) de outras profissões, uma vez que exerciam o cargo de telefonistas um número menor de trabalhadoras que em outras áreas era possível observar, e, como veremos a seguir, a equipe do jornal buscava uma otimização do trabalho do jornal, através de uma taylorização dos esforços, para atingir um público mais amplo, ao qual conferiam maior importância. Observamos, também, que pode ter sido percebida uma dissimetria entre o clamor por não ter onde se sentar quando se está grávida, de não ter água limpa para beber, de não receber o salário a que se tinha direito, no caso das charuteiras, como vimos na seção anterior, e ser xingada por clientes, como é visto no enunciado agora analisado.

De acordo com a geógrafa Vanda Ueda (1999), a chegada do telefone no Brasil ocorreu por volta de 1877, quando foram instaladas as primeiras linhas telefônicas no Rio de Janeiro, as quais conectavam a residência Imperial com as residências dos ministros de Estado. Em seus primeiros momentos, os telefones serviam apenas para comunicação entre repartições do governo, órgãos militares e corpo de bombeiros. Em 1879 grandes fazendeiros e empresários passaram a ter acesso aos serviços telefônicos por meio do Decreto Imperial nº 7589.

Ainda segundo a autora, em 1883 foi concedida a permissão pelo governo imperial para que a Companhia Telefônica do Brasil comercializasse seus serviços telefônicos com fins comerciais. Dessa forma, no último quinquênio da República Velha, época em que a carta analisada foi produzida, as companhias telefônicas já possuíam uma gama de usuárias(os), que pertenciam, principalmente, às classes mais abastadas.

Na Figura 47 apresentamos um recorte ampliado do enunciado a ser analisado, para que seja melhor visto. Após a figura, trazemos sua transcrição para as normas contemporâneas.

Figura 47: Recorte do enunciado “Entre as telefonistas”



Fonte: A Classe Operária (06/06/1925, p. 2).

Entre as telefonistas

Rio, 2 de junho.

Há assinantes que, por não serem servidos logo, nos enchem das maiores ofensas. E nós temos de ouvir caladas.

Esses tempos, tendo sido mandada por um assinante a uma determinada parte malcheirosa, uma telefonista, de origem italiana, respondeu ao grosseirão: Papa! (Coma!). Foi o bastante. Chamada à ordem, foi demitida. E, como esse, muitos outros casos. A companhia quer transformar-nos em autômatos. — AS TELEFONISTAS DO RIO DE JANEIRO.

(A CLASSE OPERÁRIA. 06/06/1925, p. 2).

Além do título da carta, do qual já tratamos, visualizamos a indicação do local e data em que a carta foi redigida: “Rio, 2 de junho”. Como já observamos em nossa análise dos enunciados das operárias charuteiras do Recôncavo Baiano, tal indicação de local e data, mais do que uma característica composicional recorrente do gênero discursivo carta, marca um espaço e um tempo, ou seja, um cronotopo, tendo o enunciado em questão caráter de evento,

único e irrepetível. O uso da forma reduzida do nome da cidade Rio de Janeiro como “Rio” indica a valoração afetuosa atribuída à cidade pelas autoras.

As indicações cronotópicas feitas na carta são essenciais para a compreensão do tempo-espaço do enunciado das telefonistas. Seguindo nossa metodologia, buscaremos a recuperação do contexto das telefonistas que escreveram o enunciado analisado, buscando descrever e interpretar as relações entre a base e as suas práticas discursivas.

Durante a República Velha, a cidade do Rio de Janeiro, que era o Distrito Federal brasileiro, foi marcada por inúmeros acontecimentos históricos importantes. Entre esses acontecimentos, não podemos deixar de mencionar a Revolta da Vacina (1904), o governo de Pereira Passos (1902-1906), que buscou europeizar e aburguesar a cidade do Rio de Janeiro, a política higienista e sanitarista de Oswaldo Cruz, a Revolta da Chibata (1910), a Greve de 1917, a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922), a criação dos cortiços e a periferização da população trabalhadora.

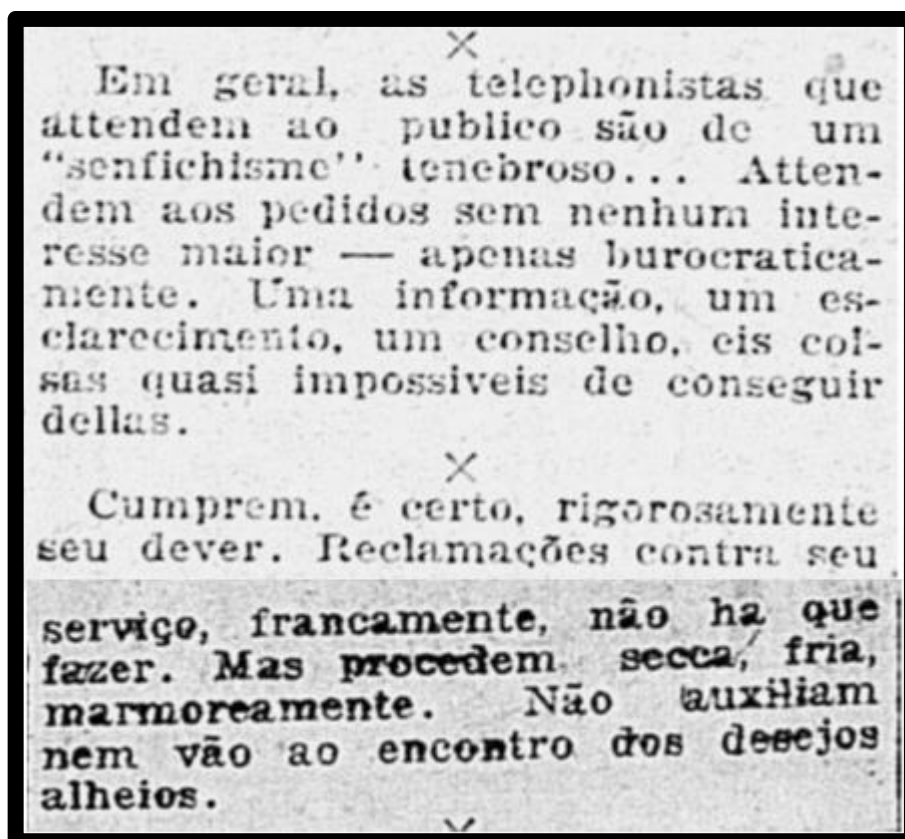
Ser telefonista no Rio de Janeiro, em 1925, em um contexto marcado por doenças, revoltas recentes, modernização, mudanças culturais e disciplinamento, não devia ser fácil. Expor suas condições de trabalho em um jornal classista também devia ser difícil, uma vez que, em comparação com as de outras funções, suas condições poderiam parecer boas. Isso talvez explique a preposição “entre” utilizada no título da carta, provavelmente escrito pela equipe do jornal.

Após a indicação cronotópica, é apresentado o tópico, o conteúdo objetal da carta. Nela, as telefonistas reclamam das ofensas feitas pelas/pelos assinantes da empresa telefônica quando “por não serem servidos logo” e do tratamento dado pela companhia quando respondiam aos assinantes pelos insultos recebidos. Nessa queixa, as telefonistas apresentam sua própria voz social, a voz das/dos assinantes e a voz das/dos administradoras(es) da companhia. Também apresentam seu acento axiológico a respeito do objeto de seu discurso (que antes interagiram com as telefonistas em seu ofício, sendo interlocutoras(es)).

Às/aos assinantes, as telefonistas atribuem acentos axiológicos de serem impacientes, mal-educadas(os) e grosseiras(os). Sua voz social é marcada por um lugar de poder, do qual buscam que sejam “servidos logo”. À Companhia, a valoração dada pelas telefonistas é a de praticar injustiças em nome dos clientes, demitindo àquelas que ousassem responder às ofensas recebidas. Sua voz social também está em posição de poder, respondendo às telefonistas de maneira pouco compreensiva, as demitindo ao mínimo sinal de desobediência ou transgressão. Deveriam “ouvir caladas” os impropérios ditos a elas. Tal fato é percebido no trecho em que as telefonistas afirmavam que a companhia queria as transformar em autômatos.

Até mesmo o fato de as telefonistas precisarem repetir, em seu trabalho, fórmulas prontas, sem se dispersar gerava descontentamento das/dos clientes. No jornal *Gazeta de Notícias* de 21 de novembro de 1925, encontramos queixas ao trabalho burocrático realizado por elas (FIGURA 48).

Figura 48: Recorte do enunciado queixa sobre o trabalho “burocrático” das telefonistas



Fonte: *Gazeta de Notícias* (21/11/1925, p 5).

Em geral, as telefonistas que atendem ao público são de um “senfichisme” tenebroso... Atendem aos pedidos sem nenhum interesse maior – apenas burocraticamente. Uma informação, um esclarecimento, um conselho, eis coisas quase impossíveis de conseguir delas.

Cumprem, é certo, rigorosamente seu dever. Reclamações contra seu serviço, francamente, não há o que fazer. Mas procedem seca, fria, marmoreamente. Não auxiliam nem vão ao encontro dos desejos alheios. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21/11/1925, p 5).

Observamos, na reclamação contra as telefonistas, que, mesmo quando cumpriam à risca o que a empresa obrigava que fizessem, surgiam reclamações sobre seu disciplinamento, que as fazia proceder “seca, fria, marmoreamente”.

Sobre o disciplinamento das telefonistas, encontramos algumas fotografias no Acervo Museológico Oi Futuro que dão algumas pistas de como era o trabalho das telefonistas.

Selecionamos uma delas (FIGURA 49), datada de 1922, para ilustrar o trabalho por elas realizado.

Figura 49: Fotografia: antiga Estação Norte. Vista da mesa "A" no ano de 1922



Fonte: Acervo Oi Futuro (2021a).

A fotografia mostra as telefonistas de costas, trabalhando viradas para uma grande parede na qual havia os equipamentos para as ligações: pequenos plugues redondos, com luzes que alertavam a chegada de uma chamada. As telefonistas se conectavam para receber o pedido de ligação e, após serem informadas sobre o número para o qual se desejava ligar, conectavam o plugue de quem que estava ligando ao plugue de destino da chamada.

A imagem revela um trabalho bastante taylorizado, repetitivo e controlado, transparecendo o fato de as trabalhadoras serem mecanizadas, transformadas em “autômatos”, como escreveram em seu primeiro enunciado. Como fora observado em minha dissertação de mestrado, na República Velha, “[...] o disciplinamento da força de trabalho foi realizado pelos dois métodos científicos propostos na época: o taylorismo (1895) e o fordismo (1914)” (BOENAVIDES, 2018, p. 60). Embora no Brasil esses dois métodos tenham demorado para serem implementados formalmente (oficialmente, temos a implementação do taylorismo com a criação do Instituto de Organização Científica do Trabalho- IDORT, nos anos 1930), muitas vezes já se afinavam com este mesmo diapasão (RAGO, 2014).

Como mostra Simone Weil em “A Condição operária”, o método de Taylor consistia basicamente em

primeiro, estudar cientificamente os melhores procedimentos a empregar em qualquer trabalho [...], depois, estudar os tempos decompondo cada trabalho em movimentos elementares que se reproduzem em trabalhos muito diferentes conforme diversas combinações; e, uma vez medido o tempo para cada movimento elementar, chega-se facilmente ao tempo necessário para operações muito variadas. [...] Finalmente, intervém a divisão do trabalho, entre os chefes técnicos. Antes de Taylor, um contramestre fazia tudo; vigiava tudo. Atualmente, nas fábricas, há vários chefes para uma mesma seção: há o controlador, há o mestre, etc. (WEIL, 1979, p. 119).

Desse modo, a autora demonstra como taylorização do trabalho nada mais era do que uma forma de disciplinar as/os trabalhadoras(es). De acordo com Weil, os “[...] contramestres egípcios tinham chicotes para levar os funcionários a produzirem; Taylor substituiu o chicote pelos escritórios e pelos laboratórios, com a cobertura da ciência” (WEIL, 1979, p. 119).

O taylorismo não buscava apenas disciplinar o trabalho das trabalhadoras, ele também tinha em sua base a divisão da classe trabalhadora, a divisão das telefonistas. Se a cada momento do trabalho as telefonistas precisavam lembrar das fórmulas discursivas que lhes foram passadas, exigindo sua concentração nessa repetição, por um lado, isso as atrapalhava de pensar na sua própria condição, e de partilhá-la com as demais. Se elas eram presas pelos grandes fones de ouvido que utilizavam, por outro lado, elas não podiam ouvir as outras mulheres que com elas trabalhavam, o que as impedia de se solidarizarem com a condição das outras trabalhadoras.

Na mesma fotografia, atrás das telefonistas, observamos a supervisora das telefonistas, chamada também como “telefonista encarregada”. O trabalho das telefonistas era, assim, um trabalho contínuo, constantemente vigiado, que exigia, ao mesmo tempo, conhecimento técnico (como conectar os plugues), destreza e paciência para lidar com o público “seleto” que, na época, tinha acesso às linhas telefônicas.

A maioria das fotografias que encontramos das telefonistas do Rio de Janeiro da República Velha, mostram-nas em seu momento de trabalho, sentadas à mesa telefônica. Sérias, concentradas, quase transformadas nos tais “autômatos”, referenciados em seu enunciado. Uma das fotografias que encontramos no jornal *Sino Azul*, no entanto, retrata-as em um momento de descanso, sorrindo (FIGURA 50). Nela, observamos moças, brancas, pardas e negras, com diversas características físicas, desestereotipando as imagens que tínhamos das telefonistas.

Figura 50: Fotografia: telefonistas do Rio de Janeiro



Fonte: Sino Azul (07/1928, p 36).

Em 1925, até mesmo no Rio de Janeiro, era pequeno o número de pessoas e empresas que possuíam linhas telefônicas. Prova disso é que a lista telefônica da Companhia Telefônica Brasileira de 1925, que possuía, na época, exclusividade na instalação das linhas telefônicas do estado do Rio de Janeiro, contava com apenas 54 páginas, das quais algumas eram anúncios, outras instruções para o uso dos telefones.

Na lista da Companhia Telefônica Brasileira de 1925 (FIGURA 51), encontramos mais algumas pistas sobre o contexto das telefonistas. Na capa da lista, vemos vários anúncios, de pianos, tecidos finos e de um sanatório em Minas Gerais¹⁶⁰ que prometia a cura da tuberculose. Todos esses anúncios voltavam-se para as classes mais abastadas na época, as quais possuíam acesso às linhas telefônicas e às listas.

¹⁶⁰ O sanatório em questão localizava-se na cidade de Palmyra, hoje chamada de Santos Dumont. Em Minas Gerais, durante a República Velha, muitos sanatórios foram criados, para receber os doentes de todo o país.

Figura 51: Capa da lista da Companhia Telefônica Brasileira (1925)

The image shows the cover of a 1925 telephone directory for the Companhia Telefônica Brasileira. The cover is divided into several sections:

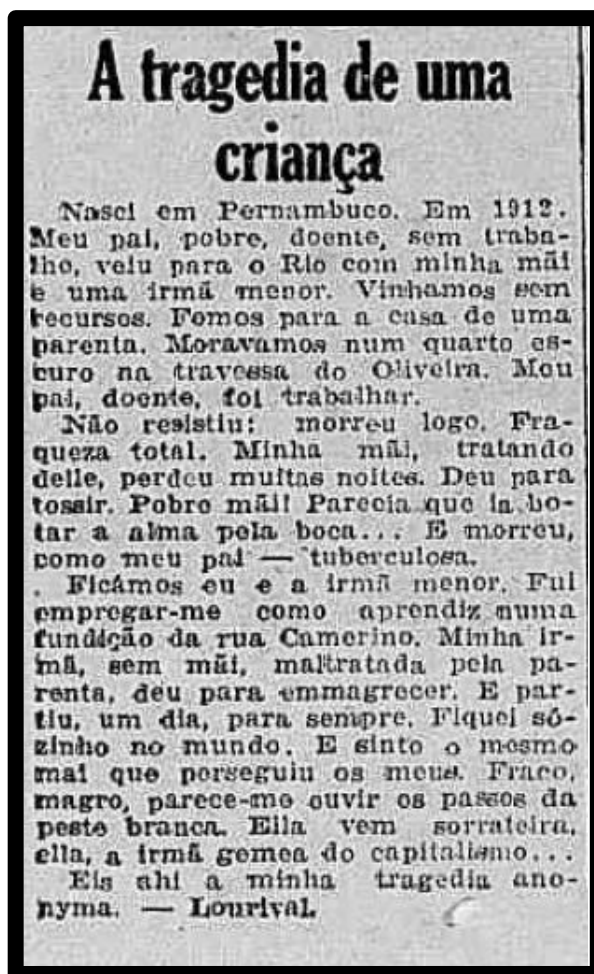
- Top Left:** "TELEPHONE NORTE 1340".
- Top Center:** "CAXAMBÚ" logo with "OPERAÇÃO" below it.
- Top Right:** "CAIXA POSTAL N. 1206 RIO DE JANEIRO".
- Below Caxambú:** "A SOBERANA DAS AGUAS DE MESA".
- Second Section:** "PARA TINGIR EM CASA" above the "NINTOL" logo. Below the logo: "DEPOS: GERAES, H. GONCALVES & C. RUA MUNICIPAL 13, TELEPH. N. 195".
- Third Section:** "Companhia Telefonica Brasileira (BRAZILIAN TELEPHONE COMPANY)" and "LISTA DE ASSIGNANTES DO Estado do Rio de Janeiro".
- Center:** A circular logo for "COMPANHIA TELEPHONICA BRASILEIRA" and "BRAZILIAN TELEPHONE COMPANY". Inside the circle is a bell with "SERVIÇO LOCAL E INTERURBANO" written on it. The bottom of the circle says "RIO-SAO PAULO-MINAS".
- Bottom Section:** "JUNHO DE 1925" and "CURA DA TUBERCULOSE SANATORIO DE PALMYRA (MINAS GERAES)". Below this, it says: "Altitude 900 metros. Edifícios e regimen modelados pelos melhores sanatorios da Suissa. Curas de repouso, de ar, de engorda (Mastkur) etc. Enfermeiros e enfermeiras especialistas. Informações no Rio á Rua Gen. Camara, 56 - 2.º ou em Palmyra".
- Left Side (Vertical Text):** "E AUTO-PIANOS FAMA... E STOCK E PREÇOS SEM RIVALES R. FERREIRA & C. RUA S. FRANCISCO XAVIER, 388 TELEPHONE VILLA 3998-RIO DE JANEIRO PEÇAM CATALOGOS".
- Right Side (Vertical Text):** "Directamente da fabrica ao freguez. LINHO BELGA- DAVIDS FRÈRES". At the bottom right, it says: "A PRAZO E A VISTA AVENIDA D. D. B. A. 144 15 CENTRAL 1000".

Fonte: Acervo Oi Futuro (2021b).

O fato de na capa da lista de 1925 estar presente um anúncio de sanatório para a cura da tuberculose é relevante para compreender o trabalho realizado pelas telefonistas na época, uma vez que a crença de que o ar, a “altitude”, como consta no anúncio, eram essenciais para o tratamento da tuberculose fez com que muitas pessoas mais abastadas saíssem de suas cidades para se tratar em Minas Gerais. Isso fez com que o telefone, tanto para as pessoas em tratamento, quanto para seus familiares, fosse imprescindível para mandar notícias.

A classe trabalhadora, no entanto, que não tinha, na maioria das vezes, acesso aos tratamentos de saúde, sofria ainda mais com as doenças da época, em especial, com a tuberculose, como vimos, na seção anterior, no relato das operárias da Companhia Souza Cruz. No n. 9 de *A Classe Operária*, também encontramos um relato que ilustra bem tal situação (FIGURA 52).

Figura 52: Recorte do enunciado “A tragédia de uma criança”



Fonte: *A Classe Operária* (27/06/1925, p. 2).

Na sequência, transcrevemos o relato presente no recorte.

A tragédia de uma criança

Nasci em Pernambuco. Em 1912. Meu pai, pobre, doente, sem trabalho, veio para o Rio com minha mãe e uma irmã menor. Vínhamos sem recursos. Fomos para a casa de uma parenta. Morávamos num quarto escuro na travessa do Oliveira. Meu pai, doente, foi trabalhar.

Não resistiu: morreu logo. Fraqueza total. Minha mãe, tratando dele, perdeu muitas noites. Deu para tossir. Pobre mãe! Parecia que ia botar a alma pela boca. E morreu, como meu pai — tuberculosa.

Ficamos eu e minha irmã menor. Fui empregar-me como aprendiz numa

fundição na rua Camerino. Minha irmã, sem mãe, maltratada pela parenta, deu para emagrecer. E partiu, um dia, para sempre. Fiquei sozinho no mundo. E sinto o mesmo mal que perseguiu os meus. Fraco, magro, parece-me ouvir os passos da peste branca. Ela vem sorradeira, ela, a irmã gêmea do capitalismo...

Eis aí a minha tragédia anônima. – Lourival.

(A CLASSE OPERÁRIA, 27/06/1925, p. 2).

O relato feito por Lourival demonstra como a tuberculose, também chamada como “peste branca”, vitimou a classe trabalhadora na República Velha. Eram vários os casos de pessoas que partiam de suas cidades para a capital do Brasil, com a finalidade de conseguir trabalho e de se curar de seus males, o que nem sempre ocorria. Muitas famílias inteiras sucumbiram às doenças da época, por não terem recursos para o tratamento.

Nas capas das listas de 1926 e 1927 da Companhia Telefônica Brasileira, também encontramos um anúncio que ilustra um dos aspectos históricos da época: a política higienista de Oswaldo Cruz. No anúncio (FIGURA 53), vemos um anúncio de uma clínica que realizava exames de raio-x nomeada como “Cruzwaldina”.

Figura 53: Anúncio na capa da lista da Companhia Telefônica Brasileira (1927)



Fonte: Acervo Oi Futuro (2021c).

De acordo com o sociólogo Luiz A. de Castro Santos

Uma das questões mais provocantes no estudo da Velha República é compreender como a luta pelo saneamento ganha uma força simbólica tão grande a ponto de conquistar as primeiras páginas dos periódicos nas grandes capitais, o Brasil denunciado como um “vasto hospital”. (SANTOS, 1985, p. 2).

Essa denúncia do Brasil como um vasto hospital, segundo Santos, também possuía relação direta com o fluxo migratório europeu para o Brasil. Higienizar, impor medidas sanitárias, principalmente à classe trabalhadora, nesse contexto, era visto como essencial para que os migrantes europeus continuassem vindo para o país.

Tais medidas sanitárias foram tomadas principalmente para deter o avanço de várias doenças no Brasil. As telefonistas, nos anos em que durou a Gripe Espanhola, sofreram com a doença. Encontramos notícias de telefonistas infectadas pela influenza, apesar de se admitir que foram tomadas precauções para prevenir a doença, como na notícia “A Espanhola recrudescer”, publicada em 14 de outubro de 1918 na *Gazeta de Notícias* (FIGURA 54).

Figura 54: Recorte do enunciado “A Empresa Telefônica”



Fonte: *Gazeta de Notícias* (14/10/1918, p. 5).

Nicolau Sevcenko, em *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes* (2010), mostra como, nas primeiras décadas do século XX, o Rio de Janeiro ficou mundialmente conhecido como “túmulo de estrangeiros”, devido às múltiplas doenças existentes pela falta de saneamento básico. Para conter as mortes causadas pelas inúmeras doenças da época (tifo, tuberculose, febre amarela, gripe espanhola, varíola) e para melhorar a imagem do país internacionalmente, impor medidas sanitárias era essencial. Porém, essas medidas vinham muitas vezes acompanhadas de ideologias eugenistas e preconceituosas, propagandeadas sem maquiagem.

A propaganda era essencial para propagar as medidas higienistas, que, de início, não foram bem recebidas pela população trabalhadora, talvez por desinformação, talvez por perceber o preconceito em algumas das medidas. Um exemplo de que tais medidas nem sempre foram bem recebidas, foi a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, fato que culminou na Revolta da Vacina, em 1904.

A política higienista no Rio de Janeiro da época não reverberou apenas no conteúdo temático dos enunciados das mulheres trabalhadoras. Como mostrei em minha dissertação, tal política foi uma prática que limitou o discurso da classe trabalhadora na República Velha, em especial, das mulheres trabalhadoras, promovendo a política linguística a qual chamei de enclausuramento linguístico. Isso ocorreu

através de práticas que limitavam as esferas discursivas possíveis à classe trabalhadora: a) a censura que sofreu a imprensa operária da época, limitando a difusão de ideias e a denúncia das condições precárias de trabalho da época,

que possibilitariam uma consciência de classe e uma luta unitária, b) o disciplinamento da classe trabalhadora, por meio de políticas higienistas e de seu encerramento no interior das fábricas, muitas vezes comparadas com presídios; e c) a colonização da mulher trabalhadora, através dos múltiplos discursos da classe dominante sobre a chamada “questão da mulher” e através da suposta defesa de sua honra, feita pelo internamento das moças nos chamados “conventos”. (BOENAVIDES, 2018, p. 48).

As telefonistas, embora trabalhassem com o atendimento ao público, tendo acesso, assim, a diversas esferas sociais, não podiam sair do roteiro imposto pela empresa. Precisavam repetir fórmulas prontas, feito máquinas, ou, como elas mesmas escreveram em seu enunciado, como “autômatos”. Seu encerramento na sala telefônica, em sua mesa de trabalho, presas pelos grandes fones de ouvido às suas mesas, como observamos na Figura 49, certamente limitava seus discursos. Sob a ótica taylorista, isso poderia ser uma vantagem, uma vez que “falar” prejudicaria o trabalho realizado pelas telefonistas.

O fato de não poderem “falar” durante o seu trabalho, apesar de seu ofício envolver basicamente os atos de ouvir e responder, impregna o discurso das trabalhadoras da ausência de um lugar de fala. Não poderiam dizer o que pensavam, nem mesmo quando falavam, quando agiam em esferas sociais diversas. Nem mesmo no jornal *A Classe Operária*, que estava a serviço de denunciar as opressões sofridas por trabalhadoras(es), havia uma valorização do que tinham a dizer, como podemos observar pelo espaço conferido ao seu enunciado pela equipe do jornal.

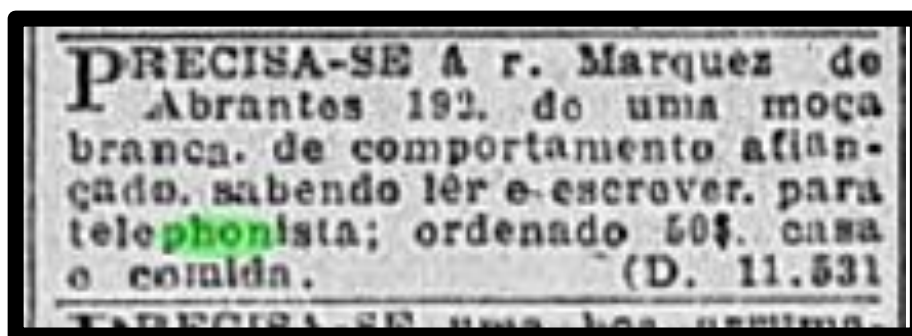
É importante compreender de que modo as telefonistas se viam e eram vistas pela sociedade da época, uma vez que, como afirma Maria Odila Leite da Silva Dias em “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças” (2019, p. 361-362), o “vir a ser de mulheres como sujeito histórico não obedece a leis universais, pois depende de experiências tão dispersas e múltiplas quanto existem diferentes culturas, diferentes etnias, diferentes faixas etárias, diferentes modos de sobreviver”. A nosso ver, tal compreensão pode nos fazer interpretar, mesmo que provisoriamente, os sentidos implícitos em seus enunciados.

Voltando ao enunciado das telefonistas, ele foi redigido no mesmo mês que a lista telefônica consultada, em junho de 1925. A reclamação feita pelas telefonistas era de que precisavam ouvir as ofensas caladas. Já na lista, na página V, há a indicação do Regulamento para o uso das linhas telefônicas. Um dos pontos do regulamento apontava que “o uso de linguagem obscena constituirá motivo suficiente para retirar o aparelho, sem indenização alguma ao Assinante” (ACERVO OI FUTURO, 2021b). A punição para o uso da linguagem obscena parece coibir os xingamentos feitos às telefonistas, mas também indica um outro aspecto que talvez estivesse presente em seu trabalho: o assédio por elas sofrido, tanto por parte

de usuários homens, que as fetichizavam, quanto por usuárias(os) que descontavam nas telefonistas sua raiva pelos serviços ruins prestados pela Companhia Telefônica.

Na República Velha, a profissão de telefonista era quase exclusiva de mulheres, em sua maioria, jovens, solteiras, com alguma escolaridade. Encontramos muitos anúncios de emprego para o cargo de telefonista nos jornais da época. A grande maioria deles, exigia, além da escolaridade, que a telefonista fosse “uma moça branca, de comportamento afiançado”, como mostra no anúncio a seguir (FIGURA 55).

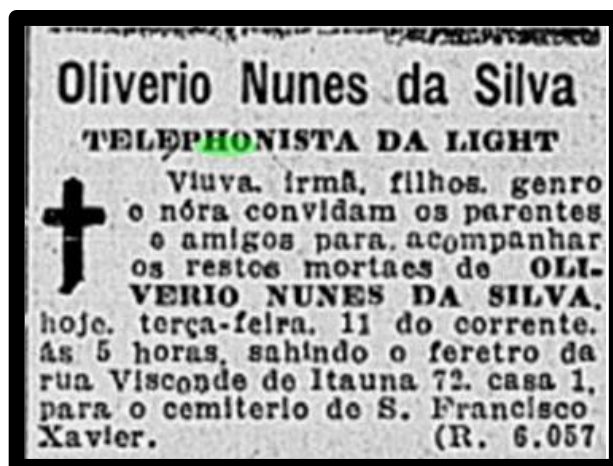
Figura 55: Anúncio de emprego para telefonista



Fonte: Jornal do Brasil (07/06/1921, p. 1).

Não encontramos dados precisos sobre o número de telefonistas mulheres na época. No entanto, em buscas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, encontramos algumas menções a telefonistas homens, que nos permitem inferir que a classe não era formada apenas por mulheres. Como exemplo de menções que encontramos a homens que ocupavam o cargo de telefonista, está o obituário de Olivério Nunes da Silva, telefonista da Light, publicado em 11 de maio de 1920 no *Jornal do Brasil* (FIGURA 56).

Figura 56: Obituário de Olivério Nunes da Silva, telefonista da Light



Fonte: Jornal do Brasil (11/05/1920, p. 12).

Sobre a escolaridade das mulheres no Rio de Janeiro na República Velha, em minha dissertação de mestrado, verifiquei que “o número de mulheres alfabetizadas na cidade do Rio de Janeiro aumentou em 1920 em relação a 1906, de 38,03% para 65,7%” (BOENAVIDES, 2018, p. 101). Dessa forma, o número de mulheres alfabetizadas quase dobrou em duas décadas, fato que explica o fato de as telefonistas, apesar de serem alfabetizadas, terem baixos ordenados, e sofrerem preconceito a respeito de sua profissão.

Conforme o historiador social Carlos Kessel (2001) no livro *A Vitrine e o Espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio, o serviço telefônico*,

[...] feito através de telefonistas, era alvo de muitas reclamações por parte do público. A Companhia, por sua vez, atribuía aos usuários grande parte dos problemas, por tomarem o tempo das suas funcionárias com questionamentos irrelevantes e estenderem demasiadamente as conversas. (KESSEL, 2001, p. 76).

A atribuição de culpa às/aos usuárias(os) das linhas telefônicas pela Companhia era bastante recorrente. Segundo Carlos Kessel, em um relatório do pedido de revisão da concessão apresentado ao Conselho Municipal em 6 de setembro de 1921, a empresa dizia que “serve muitas vezes o telefone para entreter certos desocupados... a fim de saber si... está chovendo ou ventando... para passar os conhecidos e inqualificáveis trotes... não tendo assunto determinado a tratar, fala-se sobre tudo e não raro sobre todos” (KESSEL, 2001, p. 77).

As reclamações sobre os serviços da Companhia Telefônica eram recorrentes. Na lista telefônica da Companhia Telefônica, há indicação da forma adequada de fazer as reclamações, dirigindo-se à telefonista encarregada ou enviando-as por carta (ACERVO, 2021b, p. VII). No entanto, não era raro que os xingamentos fossem direcionados às telefonistas.

No enunciado das telefonistas, encontramos, além de sua voz social, outras duas vozes: a da Companhia Telefônica e a das pessoas que utilizavam do serviço telefônico. A essas duas vozes, as telefonistas respondiam antagonicamente, justamente por, apesar da percepção, tanto pela Companhia quanto pelas(os) assinantes, de culpa “cruzada” pelos serviços telefônicos serem ruins, era nas telefonistas que recaíam os xingamentos das/dos assinantes e as penalizações da Companhia (a demissão), como é percebido em seu enunciado.

Na *Revista da Semana* de 12 de abril de 1924, encontramos uma crônica que parece ilustrar bem o direcionamento do descontentamento das/dos clientes da Companhia Telefônica às telefonistas e o silenciamento a elas imposto (FIGURA 57).

Figura 57: Crônica – O monstro das cem mil boccas



Revista da Semana

PREMIADA COM MEDALHA DE OURO NA EXPOSIÇÃO DE TURIM DE 1911

Propriedade da Companhia Editora Americana

PRACA OLAVO BILAC, 12 e 14 (RIO DE JANEIRO)
RUA BUENOS AIRES, 103

TELEPHONES: Redacção e Administração, N 3660
Directoria, Norte 112

Endereço Telegraphico REVISTA

Correspondência dirigida a AURELIANO MACHADO
Director-Gerente responsável

CONDIÇÕES DE ASSIGNATURA

Por série de 52 números (1 anno) 50\$000

6 mezes... 26\$000

Estrang... 65\$000

Avulso... 1\$200

Atrasado... 1\$500

ANNO XXV
Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1924
Numero 16

NUNCA se bradou tanto como agora contra o serviço dos telefones. E' bem o que se pode chamar um clamor publico. Amaldiçoar a Light e os seus fios constitue, hoje em dia, uma regra perfeitamente geral — e excepcional, pois pela primeira vez, desde que existe a Sabedoria dos Seculos, uma regra deixou de ter excepção.

Se um individuo se declarasse satisfeito com o funcionamento de tal instituição, as suas palavras representariam, no consenso unanime, qualquer coisa de aberrante, monstruoso, desvairado. Equivaleria a proclamar, por volta do meio dia, que era noite escura ou a querer convencer os outros de que o sol é suave, melancolico, inspirador de ternuras e companheiro de nostalgias, e a lua é de ouro em brasa, coruscante, deslumbrante e toda creadora. Quando a percepção das coisas a tal ponto se desvia e perverte, o que o paciente tem a fazer é andar calado. Do contrario, passa á categoria de perigo publico. E assim o infeliz, cavalheiro ou dama, para quem o serviço telefonico se houvesse tornado irreprehensivel, suportavel sequer, ou occultava essa impressão pessoal, ou ia dar com os ossos no Hospicio.

Depois da Inquisição, não houve de certo no mundo um systema de perseguição e tortura tão temido e tão amaldiçoado. Os efeitos martyrisantes que, no Rio de Janeiro, se attribuem ao telefone deixam a perder de vista todos os processos, caros a Torquemada, de arrancar as unhas, os cabelos, a pelle do corpo, e as convicções, as paixões e os mysterios das almas. E, apesar de concebido quatro seculos depois, o *Jardim dos Supplicios*, de Mirbeau, sujeito ao mesmo confronto, pouco mais contém que a esbelteza e o aroma das suas flôres — o resto é vago, leve, superficial, sem importancia! O telefone carioca produz toda a sorte de horrores e em proporções nunca antes attingidas nem imaginadas, simplesmente por ser um factor de neurasthenia. Dando a neurasthenia, inflige todos as molestias organicas e todos os desesperos moraes. Ataca o figado, os rins, o coração, o cerebro, os nervos — e sobretudo a alma. Ninguém lhe escapa, ninguém lhe pode resistir. O sr. general ministro da Guerra está exposto aos mesmos abalos e ás mesmas affecções que os fios portadores de desgraça poderão levar ao mais humilde dos seus soldados. As duas modalidades basicas do serviço, o silencio e a ligação errada, envolvem infinitas consequencias, a mais benigna das quaes é ainda o suicidio. Quando uma pessoa despendura o fone, não imagina nem de longe as calamidades que tão simples gesto lhe pode desencadear sobre a cabeça indefesa. E não ha garantia possivel. Se tomamos o partido, efficacissimo á primeira vista, de não chamar ninguem ao telefone, outros nos chamam a nós, inevitavelmente. Se o não temos em casa, recebemos recados da venda e da farmacia proximas ou da casa ao lado; e, como nunca o recado é comprehensivel, lá vamos por força ao armazem ou ao visinho, afim de esclarecer o caso e para de facto o tornar absolutamente e para sempre inextrincavel. Não ha meio de se fugir ao destino que a Light omnipotente nos reserve. Eis porque toda a gente pragueja contra a Light em conjunto, em bloco, e separada, avulsamente amaldiçoou cada uma das suas telefonistas. Como, porém, a telefonista constitue o instrumento pratico e perceptivel da fatalidade; como é com a telefonista que o publico se entende ou, antes, se não entende directamente, recebendo dos seus labios as phrases negativas e das suas mãos as communicacões erradas — contra ella se formulam as invectivas mais ardentes e sobre ella recabem os anathemas do mais tempestuoso, furibundo poder arrasador. E eis o erro, e eis a injustiça.

A' telefonista não cabe, com effeito, a menor culpa das catastrophes que infelicitam a communhão carioca. Tambem ellas soffrem, tambem gemem e debalde se

O MONSTRO DE CEM MIL BOCCAS

por LARA LUCIA



indignam e vociferam contra a Entidade calamitosa e incombustivel que a todos nos flagella. E, se na adversidade e horror absolutos pudesse haver [relatividades e gradações, diriamos que é a sua sorte mais cruel e são ellas, entre todas, as victimas mais dignas de compaixão. Por um ordenado mesquinho, que mal lhes dará para o calçado gasto no tracto de casa para a repartição, ida e volta, e nos sapateados freneticos que a insistencia ou a aspreza dos assignantes lhes provocam a cada momento — alli ficam immoveis no seu posto, horas e horas, repetindo formulas invariaveis, sem licença de pôr no exercicio das suas funções a menor parcella de iniciativa, fantasia ou gosto proprio. A todos os que trabalham é dada a faculdade de criar ou variar as criações alheias, e nas mulheres essa regalia está essencialmente fora de discussão. A costureira põe no mais ligeiro enfeite dum vestido o seu caracter, o seu sentimento. A modista de chapéus, na maneira de atar um laço ou de cravar uma penna, traduz todo um estado de alma. E todas proclamam a independencia do seu espirito e do seu gosto. As telephonistas, essas, não podem inventar nem decidir, por si mesmas, coisa alguma. As condições do serviço são inilludiveis, inaltraveis. Por muito ligeira, timidamente que a sua imaginação se manifestasse, valer-lhe-hia essa transgressão do regulamento uma reprehensão da telefonista chefe, uma pesada multa e até mesmo — oh, noção do crime e do castigo; oh, Dostoievsky! — a demissão.

Amarradas á mesa do trabalho pela cabeça, o que parece apenas uma disposição pratica mas é principalmente um symbolo, estão impossibilitadas de pensar. Não têm senão que observar as regras da casa. Ha no seu mister tormentos de que só nós, mulheres, comprehendemos a espantosa intensidade. Só nós avaliamos realmente aquella condemnação ás palavras estritamente necessarias e preestabelecidas. Só nós calculamos o que será aquella martyrio allucinante de se não poder, sempre que se queira, fallar, fallar, fallar... Pobres creaturas, filhas de Eva, como nós, curiosas, irrequietas e com a tendencia, entre todas irresistivel, de desobedecer! Se, pelo tom de voz em que foi pedida uma ligação, lhes palpita que o colloquio assumirá o mais sensacional interesse, não o poderão ouvir, gosando as delicias requintadas da indiscreção, da traição. Não lhes é permitido intervir nunca, desempenhar o menor papel nos *vaudeilles*, dramas ou tragedias que, por seu intermedio e pela acção indispensavel dos seus dedos, se formam, se desenvolvem e se resolvem em ventura, lagrimas ou morte. Têm que passar alli dias sem conta, alheias a tudo, ignorantes de tudo e sentindo, no entanto, que as cerca e atravessa da sua individualidade profissional passa toda a vida, ardente e palpitante, dum grande cidade. De manhã até á noite ou do anoitecer ao amanhecer, sem treguas e sem piedade as chamam as cem mil boccas do monstro cujos membros metallicos e vibrantes constituem como que o systema nervoso da metropole. Incessantemente, implacavelmente essas cem mil boccas lhes reclamam numeros, lhes gritam a sua impaciencia, lhes berram a sua luria. Em numero dobrado que ellas fossem, não poderiam, pelos modos, attender regularmente á tarefa enorme que, de dia para dia, mais avulta e se complica. Desenvolvem um esforço e uma attenção exhaustivos, por um ordenado mais ou menos igual ao das criadas de servir, analfabetas, sem responsabilidade alguma e com a liberdade, se lhes apetece, de cantarolar e palrar o dia inteiro. Quando já se não falla em proletrariado, são verdadeiras proletarias. Penam e estafam-se, como galés. E não ha quem as não deteste e dellas não diga horrores!

Tal a justiça dos homens... E das mulheres, tambem.

Lara Lucia

Fonte: Revista da Semana (12/04/1924, p. 1).

Transcrevemos a seguir alguns trechos da crônica:

Nunca se bradou tanto como agora contra o serviço dos telefones. É bem o que se pode chamar um clamor público. [...]

Se um indivíduo se declarasse satisfeito com o funcionamento dessa instituição, as suas palavras representariam, no consenso unânime, qualquer coisa de aberrante, monstruoso, desvairado. [...]

Depois da Inquisição, não houve de certo no mundo um sistema de perseguição e tortura tão temido e tão amaldiçoado. Os efeitos martirizantes que, no Rio de Janeiro, se atribuem ao telefone deixam a perder de vista todos os processos, caros a Torquemada, de arrancar as unhas, os cabelos, a pele do corpo, e as convicções, as paixões e os mistérios das almas. [...] As duas modalidades básicas do serviço, o silêncio e a ligação errada, envolvem infinitas consequências, a mais benigna das quais é ainda o suicídio. [...]

Não há meio de se fugir ao destino que a Light onipotente nos reserva. Eis porque toda a gente pragueja contra a Light em conjunto, em bloco, e separada, avulsamente amaldiçoou cada uma das suas telefonistas. Como, porém, a telefonista constitui o instrumento prático e perceptível da fatalidade; como é com a telefonista que o público se entende ou, antes, se não entende diretamente, recebendo dos seus lábios as frases negativas e das suas mãos as comunicações erradas – contra ela se formulam as inventivas mais ardentes e sobre ela recaem os anátemas do mais tempestuoso, furibundo poder arrasador. E eis o erro, e eis a injustiça. [...]

Por um ordenado mesquinho, que mal lhes dará para o calçado gasto no trajeto de casa para a repartição, ida e volta, e nos sapateados frenéticos que a insistência ou a aspereza dos assinantes lhes provocam a cada momento – ali ficam imóveis no seu posto, horas e horas, repetindo fórmulas invariáveis, sem licença de pôr no exercício das suas funções a menor parcela de iniciativa, fantasia ou gosto próprios. A todos os que trabalham é dada a faculdade de criar ou variar as criações alheias, e nas mulheres essa regalia está essencialmente fora de discussão. A costureira põe no mais ligeiro enfeite dum vestido o seu caráter, o seu sentimento. A modista de chapéus, na maneira de atar um laço ou de cravar uma pena, traduz todo um estado de alma. E todas proclamam a independência do seu espírito e do seu gosto. As telefonistas, essas, não podem inventar nem decidir, por si mesmas, coisa alguma. As condições do serviço são iniludíveis, inalteráveis. Por muito ligeira, timidamente que a sua imaginação se manifestasse, valer-se-lhe-ia essa transgressão do regulamento uma repreensão da telefonista chefe, uma pesada multa e até mesmo-oh, noção do crime e do castigo; oh, Dostoievsky! - a demissão.

Amarradas à mesa do trabalho pela cabeça, o que parece apenas uma disposição prática, mas é principalmente um símbolo, estão impossibilitadas de pensar. Não têm senão que observar as regras da casa. Há no seu mister tormentos de que só nós, mulheres, compreendemos a espantosa intensidade. Só nós avaliamos realmente aquela condenação às palavras estritamente necessárias e pré-estabelecidas. Só nós calculamos o que será aquele martírio alucinante de se não poder, sempre que se queira, falar, falar, (aliás... Pobres criaturas, filhas de Eva, como nós, curiosas, inquietas e com a tendência, entre todas irresistível, de desobedecer! Se, pelo tom de voz em que foi pedida uma ligação, lhes palpita que o colóquio assumirá o mais sensacional interesse, não o poderão ouvir, gozando as delícias requintadas da indiscrição, da traição. Não lhes é permitido intervir nunca, desempenhar o menor papel nos *vaudevilles*, dramas ou tragédias que, por seu intermédio e pela ação indispensável dos seus dedos, se formam, se desenvolvem e se resolvem em ventura, lágrimas ou morte. Têm que passar ali dias sem conta, alheias a tudo, ignorantes de tudo e sentindo, no entanto, que as cerca e através da sua individualidade profissional passa toda a vida, ardente e palpitante, duma

grande cidade. De manhã até a noite ou do anoitecer ao amanhecer, sem tréguas e sem piedade as chamam as cem mil bocas do monstro cujos membros metálicos e vibrantes constituem como que o sistema nervoso da metrópole. Incessantemente, implacavelmente essas cem mil bocas lhes reclamam números, lhes gritam a sua impaciência, lhes berram a sua fúria. Em número dobrado que elas fossem, não poderiam, pelos modos, atender regularmente a tarefa enorme que, de dia para dia, mais avulta e se complica. Desenvolvem um esforço e uma atenção exaustivos, por um ordenado mais ou menos igual ao das criadas de servir, analfabetas, sem responsabilidade alguma e com a liberdade, se lhes apetece, de cantarolar e palrar o dia inteiro. Quando já se não fala em proletariado, são verdadeiras proletárias, Penam e estafam-se, como galés. E não há quem as não deteste e delas não diga horrores!

Tal a justiça dos homens... E das mulheres, também. (REVISTA DA SEMANA, 12/04/1924, p. 1).

Conseguimos visualizar inúmeras relações dialógicas entre a crônica, assinada por Clara Lucia, na *Revista da Semana*, e a carta das telefonistas. Além de legitimar as reclamações feitas pelas telefonistas, a autora mostra que a falta de paciência das/dos clientes, ao invés de ser direcionada à Companhia, era direcionada às telefonistas. Demarca também o disciplinamento, o taylorismo, ao qual eram submetidas e o enclausuramento dos seus discursos, que ficavam restritos à repetição de “fórmulas invariáveis, sem licença de pôr no exercício das suas funções a menor parcela de iniciativa, fantasia ou gosto próprios”.

Na crônica, as condições de trabalho às quais as telefonistas eram submetidas são apontadas, e o cerceamento do seu pensamento é tido como absurdo. É notada a simbologia contida no uso dos fones de ouvido e nas mesas de trabalho que não lhes permitiam nenhuma outra saída: estavam “amarradas à mesa do trabalho pela cabeça, o que parece apenas uma disposição prática, mas é principalmente um símbolo, estão impossibilitadas de pensar”. A autora, desse modo, demonstra seu entendimento sobre o trabalho taylorizado realizado pelas telefonistas, as quais não podiam nem mesmo pensar, apenas repetir as prescrições (como se fosse possível, em um diálogo, apenas repetir fórmulas discursivas, prevendo tudo o que seria dito pela/pelos interlocutoras(es)).

A autora se coloca no lugar das telefonistas e se utiliza da feminização linguístico-discursiva para demonstrar tal movimento de empatia, e de consciência de gênero: “Há no seu mister tormentos de que só nós, mulheres, compreendemos a espantosa intensidade. Só nós avaliamos realmente aquela condenação às palavras estritamente necessárias e pré-estabelecidas. Só nós calculamos o que será aquele martírio alucinante de se não poder, sempre que se queira, falar, falar”. A condição da obrigação se calar, é, assim, colocada a todas as mulheres, embora a autora aponte que o martírio das telefonistas é ainda maior, pois, segundo a autora, nós, mulheres, “filhas de Eva”, temos como tendência a desobediência (que,

acrescento, é prescindida de um disciplinamento demasiado), e as telefonistas, caso desobedecessem, perderiam seus empregos.

Os baixos salários para a função também são apontados na crônica, em que a autora aponta o esforço e a atenção exaustivos das telefonistas, e o ordenado “mais ou menos igual ao das criadas de servir, analfabetas, sem responsabilidade alguma e com a liberdade, se lhes apetece, de cantarolar e palrar o dia inteiro”. A autora desqualifica o trabalho doméstico, embora busque fazer isso para mostrar a injustiça sofrida pelas telefonistas, e talvez para tentar, de alguma forma, gerar empatia nas/nos leitoras(es).

Na finalização da crônica, a autora coloca as telefonistas como proletárias, o que é bastante relevante, pois demonstra que, na época, a consciência de classe estava presente nos discursos que tinham as telefonistas como objeto. Ressaltar tal pertencimento das telefonistas ao proletariado talvez destoasse da valoração conferida a elas pela equipe do jornal, que colocava suas queixas como algo que ocorria “entre as telefonistas”.

É importante ressaltar que a taylorização do trabalho, observada no enunciado selecionado para análise, redigido pelas telefonistas, em seu retrato no trabalho (FIGURA 49) e na crônica em defesa das telefonistas, fora exaltada no jornal *A Classe Operária*, como uma forma útil para otimizar a distribuição dos jornais. No periódico *A Classe Operária* de 30 de maio de 1925, localizamos um enunciado que discorria sobre o tema (FIGURA 58).

Sob o título de “Taylorizemo-nos!”, o enunciado, não assinado, explicava:

Taylorizemo-nos!

Taylorizar, palavra originada do nome do americano Taylor, significa obter, com o mesmo esforço, um rendimento maior, – obter o rendimento máximo.

Citemos casos concretos.

Temos, por exemplo, 2 horas de folga. Desejamos empregá-las na propaganda da CLASSE OPERARIA. Pois bem: em vez de empregarmos as 2 horas em propagar o nosso jornal numa pequena oficina de 10 operários, preferimos propagá-lo numa grande fábrica de 500 ou 1.000 operários.

O esforço é o mesmo, mas o resultado é muito maior na grande fábrica.

Outro caso: preferimos fazer propaganda do nosso jornal num grande sindicato do que em um sindicato esquelético.

Terceiro caso: concentremos mais energias nas grandes fábricas do Rio e de São Paulo do que em qualquer outro lugar do Brasil.

Quarto caso: preferimos vender 30 jornais, no valor de 3\$, numa grande fábrica a receber 10\$ de um único operário de categoria ou de um pequeno burguês simpatizante.

Creemos que, com esses quatro casos concretos, os trabalhadores menos cultos compreenderão o que queremos dizer, lançando a palavra de ordem de trabalho imediato:

– Taylorizemos o nosso esforço! Obtenhamos com o mesmo esforço o máximo de resultado. (A CLASSE OPERARIA, 30/05/1925, p. 2).

Figura 58: Recorte do enunciado “Taylorizemo-nos!”



Fonte: A Classe Operária (30/05/1925, p. 2).

Uma das principais questões que observamos é a valoração atribuída ao signo ideológico “Taylorizemo-nos”, título do enunciado. Diferentemente das telefonistas e da cronista, que criticam o caráter de automatização e mecanização do trabalho advindo do disciplinamento que tal método de trabalho apregoava, a/o autora/autor desse enunciado parece ver a taylorização como uma forma de obter maiores resultados na difusão dos ideais presentes no jornal. Desse modo, vemos como o enunciado “Taylorizemo-nos” parece estar tão impregnado da ideologia burguesa que, ao mesmo tempo que busca alcançar o maior número de operárias(os) possível, segrega a classe, valorando trabalhadoras(es) de grandes fábricas, de grandes cidades, como interlocutoras(es) de maior importância.

Se valorava os locais de trabalho com pequeno número de trabalhadoras(es) como perda de tempo frente ao pequeno resultado obtido com o mesmo esforço que poderia ser feito em fábricas maiores, o que escreveria a/o autora/autor a respeito de se dar atenção às telefonistas? Por não ser assinado, entendemos que o enunciado possa ter sido redigido por membros da

equipe do jornal. Será esse o motivo pelo qual o enunciado das telefonistas, analisado nesta seção, recebeu um espaço tão pequeno no número do jornal em que estava presente?

Essas perguntas ficam sem resposta, embora encontremos alguns de seus fragmentos refratados nos enunciados presentes no jornal. Observamos, contudo, que, muitas vezes, a equipe do jornal nos pareceu incapaz de se colocar no lugar das trabalhadoras, em um movimento de empatia e exotopia, diferentemente do que percebemos na crônica assinada por Clara Lucia, na *Revista da Semana*.

Nem sempre, no entanto, as/os clientes e os textos jornalísticos se colocavam ao lado ou no lugar das telefonistas. Encontramos, em nossas buscas da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, diversos exemplos de queixas que recaíam diretamente no trabalho das telefonistas. Essas queixas viraram conteúdo temático para diversas charges e piadas da época, como a presente no jornal elaborado por trabalhadoras e trabalhadores da Companhia Telefônica do Rio de Janeiro, *Sino Azul*, de agosto de 1928, que satirizava as ligações feitas para números errados por telefonistas (FIGURA 59).

Figura 59: Recorte do cartum “A vingança do Sapateiro”



Fonte: *Sino Azul* (08/1928, p. 24).

A essas muitas queixas, as telefonistas respondiam da forma que podiam. Se na imprensa operária expunham o tratamento recebido pelas/pelos clientes e pela Companhia Telefônica, na grande imprensa, buscavam aliados contra a opressão da empresa, uma vez que, entre as/os leitores desses jornais, estavam muitas(os) clientes. Na *Gazeta de Notícias* de

26/12/1911, localizamos uma entrevista feita com uma telefonista (FIGURA 60), da qual trataremos a seguir.

Figura 60: Entrevista com telefonista no jornal *Gazeta de Notícias* (26/12/1911, p. 2).

Qual o meio de melhorar o serviço telephónico ?

UMA "INTERVIEW" COM UMA TELEPHONISTA

A pergunta não é nova. Acreditamos até que seja velhíssima. Como, porém, até hoje ella tem ficado sem resposta, convém repetil-a, e muitas vezes, para que a ouçam, afinal.

O serviço telephónico do Rio de Janeiro é pessimo. E não é sómente pessimo; é irritante, insupportavel, falho.

Rara é a vez, numa semana, em trinta dias, em que fallamos sem esforço e sem novidade, num telephone.

Ou a linha está interrompida; ou o apparelho desarranjado; ou duas linhas se cruzam; ou a Central acha que o apparelho deve esperar porque já fallou muitas vezes no dia; ou a Central interrompe a conversação, porque já vai longa; ou a ligação é dada erradamente, porque a Central não presta a attenção necessaria ao pedido do numero; ou a Central resolve absolutamente, não attender e não attende mesmo. E quando se tem a paciencia de esperar meia hora com o phone no ouvido, quando se faz depois a reclamação á telepho-nista, fallando-se na meia hora perdida, a telephonista liga para um numero .. errado.

Durante muito tempo, até hoje, nós, como toda a imprensa, atacá-mos a Telephonica, citando aquellas irregularidades. Ha dias, por acaso, encontramos, uma telepho-nista em sua casa, á hora da folga. E tivemos com ella a seguinte entrevista:

— Seria capaz de dizer-nos qual-quer cousa sobre a situação das telephonistas do Rio de Janeiro?

— Deus me livre! Seria procurar uma demissão certa.

— Não ha perigo. As senhoras são muitas. Não diremos o dia da entrevista, nem o seu nome absolutamente.

— Mas.. se me accusarem...

— Não ha perigo..

— Está bem. Dir-lhe-ei alguma cousa. Mas á primeira accusação, negarei firmemente. Não lhe disse nada.

— Está dito.

— Fallo, porque os senhores da imprensa são sempre muito injustos comnosco.

— Com a Telephonica?

— Com as telephonistas da Telephonica.

— Estamos ouvindo.

— Repito que têm sido injustos.

Os senhores, porém, não têm culpa disso. Vem um serviço pessimo, soffrem as consequencias, reclamam, fazem bem. Apenas o resultado das reclamações é nullo para o publico e é terrivel para nós, as telephonistas.

— Como assim?

— Os homens da Telephonica redobram as multas e as reclamações contra nós. Mas..

— Mas..

— ...o numero insufficiente de telephonistas, em cada turma de trabalho, continua o mesmo. Não ha o menor augmento de pessoal, ao passo que o trabalho augmenta, dia a dia, espantosamente. E com o ordenado miseravel, não chegamos a meia duzia de dezenas de telepho-nistas, para mais de quatro mil apparelhos, numa cidade de um milhão de habitantes!

E a telephonista não quer dizer-nos mais.

Disse-nos, porém, o bastante. O que ficou atraz é uma accusação enorme á Empresa Telephonica que, não contente de prejudicar o publico, servindo-o mal, ainda injusta e cruelmente se vinga dos ataques da imprensa, fazendo victimas de pobres moços indefesas que não podem melhorar o serviço porque são mal pagas e em numero insufficiente.

Nós não accusamos a Telephonica. Reproduzimos, apenas, as accusações de uma telephonista. E deste dilemma, não ha fugir: ou a Telephonica tem más empregadas, e deve substituil-as; ou as suas telephonistas são mal pagas e insufficientes, cumpfindo á Empresa augmentar o numero e melhorar os ordenados. O que não é possível é continuar assim, com um serviço pessimo, de incalculavel prejuizo para o publico.

Qual o meio de melhorar o serviço telefônico?

Uma “interview” com uma telefonista

A pergunta não é nova. Acreditamos até que seja velhíssima. Como, porém, até hoje, ela tem ficado sem resposta, convém repeti-la, e muitas vezes, para que a ouçam, afinal.

O serviço telefônico do Rio de Janeiro é péssimo. E não é somente péssimo: é irritante, insuportável, falho.

Rara é a vez, numa semana, em trinta dias, em que falamos, sem esforço e sem novidade, num telefone.

Ou a linha está interrompida; ou o aparelho desarranjado; ou duas linhas se cruzam; ou a Central acha que o aparelho deve esperar porque já falou muitas vezes no dia; ou a Central não presta a atenção necessária ao pedido do número; ou a Central resolve absolutamente não atender e não atende mesmo. E quando se tem a paciência de esperar meia hora com o fone no ouvido, quando se faz a reclamação à telefonista, falando-se da meia hora perdida, a telefonista liga para um número ... errado.

Durante muito tempo, até hoje, nós, como toda a imprensa, atacamos a Telefônica, citando aquelas irregularidades. Há dias, por acaso, encontramos uma telefonista em sua casa, à hora da folga. E tivemos com ela a seguinte entrevista:

– Seria capaz de dizer-nos qualquer coisa sobre a situação das telefonistas do Rio de Janeiro?

– Deus me livre! Seria procurar demissão certa.

– Não há perigo. As senhoras são muitas. Não diremos o dia da entrevista, nem o seu nome absolutamente.

– Mas... se me acusarem? ...

– Não há perigo...

– Está bem... Dir-lhe-ei alguma coisa. Mas à primeira acusação, negarei firmemente. Não lhe disse nada.

– Está dito.

– Falo, porque os senhores da imprensa são sempre muito injustos conosco.

– Com a telefônica?

– Com as telefonistas da telefônica.

– Estamos ouvindo.

– Repito que têm sido injustos.

Os senhores, porém, não têm culpa disso. Veem um serviço péssimo, sofrem as consequências, reclamam, fazem bem. Apenas o resultado das reclamações é muito para o público e é terrível para nós, as telefonistas.

– Como assim?

– Os homens da Telefônica redobram as multas e as reclamações contra nós. Mas...

– Mas...

– ... o número insuficiente de telefonistas, em cada turno de trabalho, continua o mesmo. Não há o menor aumento de pessoal, ao passo que o trabalho aumenta dia a dia, espantosamente. E com ordenado miserável, não chegamos a meia dúzia de dezenas de telefonistas, para mais de quatro mil aparelhos, numa cidade de um milhão de habitantes.

E a telefonista não quis dizer-nos mais.

Disse-nos, porém, o bastante. O que ficou atrás é uma acusação enorme à Empresa Telefônica, que, não contente de prejudicar o público, servindo-o mal, ainda injusta e cruelmente se vinga dos ataques da imprensa, fazendo vítimas pobres moças indefesas que não podem melhorar o serviço porque são mal pagas e em número insuficiente.

Nós não acusamos a Telefônica. Reproduzimos, apenas, as acusações

de uma telefonista. E deste dilema, não há fugir: ou a Telefônica tem más empregadas e deve substituí-las; ou as suas telefonistas são mal pagas e insuficientes, cumprindo à Empresa aumentar o número e melhorar os ordenados. O que não é possível é continuar assim, com um serviço péssimo, de incalculável prejuízo para o público. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 26/12/1911, p. 2).

Intitulada “Qual o meio de melhorar o serviço telefônico?: Uma “interview” com uma telefonista”, a entrevista é introduzida por alguns apontamentos feitos pela/pelo jornalista: é dito que “O serviço telefônico do Rio de Janeiro é péssimo. E não é somente péssimo: é irritante, insuportável, falho” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 26/12/1911, p. 2). Após, são apontados diversos problemas enfrentados pelas/pelos usuárias(os) dos telefones: linha interrompida, linhas cruzadas, ligação no número errado. E, com tom de escusa, é dito que uma telefonista foi encontrada em sua casa “à hora da folga”, para a entrevista.

Sobre dizer algo sobre a situação das telefonistas do Rio de Janeiro, a telefonista entrevistada demonstra seu temor: “Deus me livre! Seria procurar demissão certa”. Jornalista diz que não seria problema, já que elas eram muitas, e não diria o seu nome nem o dia da entrevista. A telefonista adianta que falava sobre a demissão “porque os senhores da imprensa são sempre muito injustos conosco”, que reflete seu medo de a imprensa fazer julgamentos sobre o seu enunciado e refrata um apelo para que não distorcessem suas palavras, nem a acusassem de algo que a faria perder o emprego.

A telefonista buscava que as/os usuárias(os) das linhas telefônicas se aliassem a ela dizendo que elas/eles “não têm culpa disso”, e que faziam bem reclamando do péssimo serviço, mas que suas reclamações eram ruins para as telefonistas, já que “Os homens da Telefônica” redobravam “as multas e as reclamações” contra as telefonistas. Chamou-nos a atenção o antagonismo presente entre as telefonistas e os “homens da Telefônica”, o qual demarca discursivamente sua consciência de gênero e de classe.

É interessante como a telefonista indica os problemas dos serviços telefônicos, como sendo recorrentes de sua exploração: “o número insuficiente de telefonistas, em cada turno de trabalho”, sendo que o trabalho aumentava dia a dia e o “ordenado miserável” para atender “mais de quatro mil aparelhos, numa cidade de um milhão de habitantes”. Na estilística do seu enunciado, também observamos que diversas vezes a telefonista utiliza-se da feminização linguístico-discursiva “Apenas o resultado das reclamações é muito para o público e é terrível para nós, as telefonistas”; “Os homens da Telefônica redobram as multas e as reclamações contra nós”.

A/O jornalista, como previu a telefonista, encerra a entrevista com seu julgamento sobre

as telefonistas, e se desculpando pelas opiniões apresentadas sobre a Companhia Telefônica, dizendo que não acusava a Telefônica, e reproduzia “apenas, as acusações de uma telefonista”. E ainda lança a dúvida sobre o que foi dito pela telefonista, dizendo que “ou a Telefônica tem más empregadas e deve substituí-las; ou as suas telefonistas são mal pagas e insuficientes, cumprindo à Empresa aumentar o número e melhorar os ordenados”. No entanto, não é dito nada a respeito do prejuízo que as queixas feitas pelos jornais causavam às telefonistas.

Na lista telefônica da Companhia Telefônica de 1925, 1926 e 1927, encontramos uma ilustração de um homem falando ao telefone (FIGURA 61), indicando a forma correta de utilizá-lo.

Figura 61: Homem falando ao telefone



Fonte: Acervo Oi Futuro (2021b, p. VI).

Tal representação, embora de maneira não definitiva, nos dá indícios de que homens eram a maioria quando se tratava de assinantes de telefones no Rio de Janeiro na época. A interlocução entre telefonistas e assinantes, desse modo, colocava as telefonistas em um lugar sem poder: não podiam responder aos xingamentos feitos pelas/pelos assinantes, pelo fato de estarem no lugar de funcionárias, e, quando se tratava de interação com assinante homem, sofriam assédios e violências vários, por estarem em seu lugar de mulher.

As notícias sobre esse assédio nos jornais da época são várias. Muitas vezes, o assédio por elas sofrido culminava em sequestro, estupro e, até mesmo, em assassinato. Os casos que colocam as telefonistas nas páginas policiais, muitas vezes narrados com certo romantismo pela equipe dos jornais, registram a violência cotidiana que muitas telefonistas sofriam.

No jornal *O Paiz*, de 11 de janeiro de 1920, encontramos um caso policial denominado “Um caso telefônico” (FIGURA 62).

Figura 62: Recorte do enunciado "Um caso telefônico"

Casos de Policia

Um caso telepho-nico...

Foi pelo telephone que os dois se falaram pela primeira vez. Ella era telephonista e elle, ao escutar aquella vozinha delicada a lhe perguntar o numero, tornou-se todo blandicias e disse coisas .

Ella insistiu na pergunta com medo da encarregada, mas elle, sempre ousado, continuou nos galanteios.

Passaram-se os dias, e as telephonemas se succediam, e ella, mais animada, já respondia ao incognito cavalheiro tão delicado, e afinal, um bello dia os dois se encontraram na rua e julgaram-se felizes com isso.

Ella disse-lhe o nome: Maria de Albuquerque, e elle, mostrando-se radiante, respondeu-lhe: "E eu, Mario".

Os encontros succediam-se diariamente, e os dois corações augmentavam de ternura um para o outro.

Mario, porém, de uma coisa não se sentia bem. É que a sua namorada era telephonista, e essa profissão não condizia bem com sua posição de moço bonito e elegante. Mario aconselhou-a, então, a que deixasse o seu ganha pão, e Maria, antes de fazê-lo, consultou sua mãe, Georgina de Albuquerque, a qual não consentiu essa coisa.

O amor, como é sabido, é como a justiça, isto é, é cego, e às vezes maluco. E Maria, acreditando de mais nas juras de amor do seu Mario, não foi mais trabalhar e começou, de accordo com elle, a architectar uma dessas fugas poeticas. A hora em que a lua vai alta e o silencio da noite só é quebrado pelo deslizar macio do auto, que corre veloz com os pombinhos . . .

D. Georgina, que sabe perfeitamente ao que a sua filha está exposta com a inexperiencia de seus 17 annos, vigiou-a mais de perto e conseguiu conhecer o trama do rapto, e, antes que a coisa se consummasse, e a Maria, como as pombas do poeta, fosse e não voltasse, procurou as autoridades do 18º districto contando o facto.

Na delegacia, essa senhora disse que o tal Mario não é Mario, é simplesmente Antonio, e Da Vega Cabral, *par dessus le marché* . . .

A policia resolveu guardar a sua casa, á rua Tavares n. 20, no Rocha, por uma praça.

de 35 annos, residente em Madureira, produzindo-lhe escoriações.

Como de costume, após o desastre, o auto desapareceu e a victima teve de ser melicida pela assistencia, regressando á sua residencia.

As autoridades do 9º districto registram o facto.

Empregado deshonesto

O proprietario da fabrica de bolis á rua Rodrigues dos Santos n. 29, Manoel Marques da Nova, tinha como seu empregado Raymundo Castagliano, a quem incumbia de effectuar varios pagamentos a seus fornecedores.

Entregando-lhe, ha dias, 1308, para que pagasse á fabrica Bhering, um fornecimento, soube hontem que o deshonesto empregado gastara o dinheiro e não pagara a conta.

Nesse sentido foi dada queixa ás autoridades do 9º districto.

A chegada de correccionaes

O paquete nacional *Oyapock*, que chegou hontem, á tarde, ao nosso porto, trouxe tambem com # passageiros 22 correccionaes, que cumpriram pena na Colonia Correccional de Dois Rios.

Foi na espuma

A's autoridades do 9º districto queixou-se hontem a firma V. Sequeira & C., proprietaria da fabrica de sabão á rua Senhor de Matorinhos n. 59, por intermedio do respectivo gerente Manoel da Rocha Vaz, contra o deshonesto empregado Francisco Fraga, residente no Realengo, á rua Helena n. 9.

Fraga foi na espuma do sabão, Jesando seus parões em cerca de dois contos de réis, quantia indevidamente recebida dos freguezes da fabrica Candido Francisco da Silva, residente em Merity,

ção do corpo de segurança 12 individuos pronunciados e alguns condemnados.

Foram remetidos aos juizes os seguintes processos: á 7ª pretoria criminal, 97; á 4ª vara criminal, 12; á 3ª delegacia auxiliar, 3; ao 20º districto policial, 1; ao Sr. chefe de policia, 1; ao juiz da 2ª vara criminal, 2; ao juiz de direito da 7ª pretoria, civil, 6.

Um viajante clandestino

Ao sub-inspector de serviço na policia maritima, o commandante do *Insurgente*, chegado do sul, mandou apresentar hontem o nacional José Francisco da Cunha, que viajava clandestinamente naquelle navio, sem passagem.

Essa autoridade enviou José para a policia central, onde lhe será dado o conveniente destino.

Um trolly abalroa uma carroça

Um trolly da Estrada de Ferro Rio Douro, guidado pelo motorista José Camerino da Cunha, descia em grande velocidade uma das linhas que passam pela rua da Alegria, justamente quando esta era cruzada pela carroça n. 3.416, dirigida pelo portuguez Romeu Gonçalves.

O choque foi inevitavel, e a carroça virou logo, partindo as pernas dos animaes que a puxavam.

A policia do 1º districto soube do facto, e abriu inquerito a respeito.

A chegada do "Ceará"

UM INCIDENTE COM UM INSPECTOR DE SAUDE DO PORTO

Dos portos do norte chegou hontem, á Guanabara, o paquete do Lloyd Brasileiro *Ceará*, que trouxe á seu bordo para a nossa capital 300 passageiros.

Visitou-o demoradamente, para lhe conhecer as condições sanitarias, o Dr. Lo-

Fonte: *O Paiz* (11/01/1920, p. 5).

Um caso telefônico...

Foi pelo telefone que os dois se falaram pela primeira vez. Ela era telefonista e ele, ao escutar aquela vozinha delicada a lhe perguntar o número, todo blandícias e lhe disse coisas.

Ela insistiu na pergunta com medo da encarregada, mas ele, sempre ousado, continuou nos galanteios.

Passaram-se dias e os telefonemas se succediam, e ella, mais animada, já respondia ao incógnito cavalheiro tão delicado e, afinal, um belo dia os dois se encontraram na rua e julgaram-se felizes com isso.

Ella disse-lhe o nome: Maria de Albuquerque, e ele, mostrando-se radiante, respondeu-lhe: "E eu, Mario".

Os encontros succediam-se diariamente e os dois corações argumentavam de ternura um para o outro.

Mario, porém, de uma coisa não se sentia bem. É que sua namorada era telefonista, e essa profissão não condizia bem com sua posição de moço bonito e elegante. Mario aconselhou-a, então, a que deixasse o seu ganha pão, e Maria, antes de fazê-lo, consultou sua mãe, Georgina de Albuquerque, a qual não consentiu essa coisa.

O amor, como é sabido, é como justiça, isto é, é cego, e às vezes maluco. E Maria, acreditando nas juras de seu amor Mario, não foi mais trabalhar e

começou, de acordo com ele, a arquitetar uma dessas fugas poéticas, a hora em que a lua vai alta e o silêncio da noite só é quebrado pelo deslizar macio do auto, que corre veloz com os pombinhos...

D. Georgina, que sabe perfeitamente ao que sua filha está exposta com a inexperiência de seus 17 anos, vigiou-a mais de perto e conseguiu conhecer o trama do rapto e, antes que a coisa se consumasse, e a Maria, como as pombas do poeta, fosse e não voltasse, procurou as autoridades do 18º Distrito contando o fato.

Na delegacia, essa senhora disse que o tal Mario não é Mario, é simplesmente Antonio, e Da Veiga Cabral, *par dessus le marché*...

A polícia resolveu guardar a sua casa, à rua Tavares n. 20, no Rocha, por uma praça. (O PAIZ, 11/01/1920, p. 5).

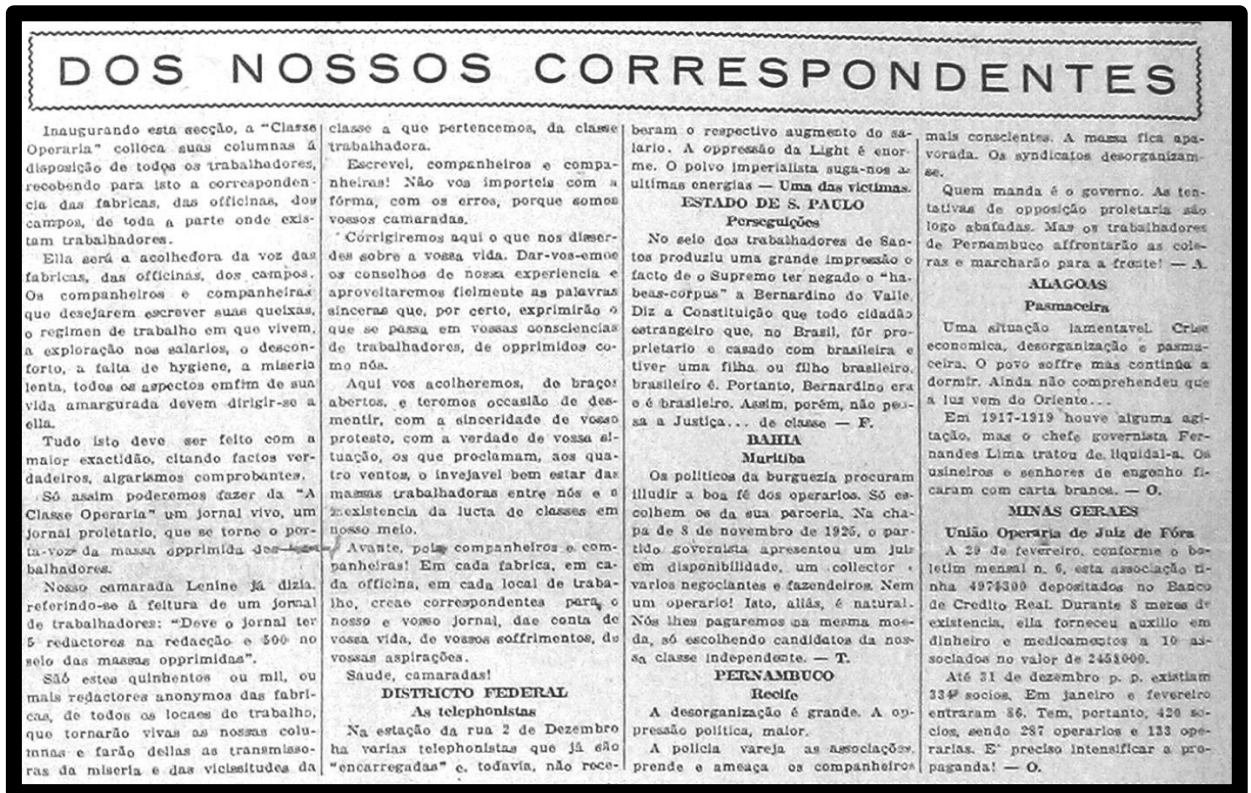
Na notícia, é contado o assédio sofrido por uma telefonista de 17 anos, que quase fora raptada por um homem que mentiu o nome a ela. A mãe da jovem, ao saber que a jovem “fugiria” como o homem, avisou à polícia, e obteve auxílio.

Um fato flagrante da notícia é o preconceito à profissão de telefonista, vista no trecho “É que sua namorada era telefonista, e essa profissão não condizia bem com sua posição de moço bonito e elegante”. Além disso, a notícia evidencia parte do assédio sofrido pelas telefonistas, por clientes que, só de ouvir suas vozes, lhe diziam “coisas”.

Priscila Céspedes Cupello, em sua dissertação, intitulada *A mulher (a)normal: representações do feminino em periódicos científicos e revistas leigas na cidade do Rio de Janeiro (1925-1933)*, mostra como algumas profissões “passaram a ser vistas como extensão das atividades femininas, como as de professora, secretária, datilógrafa, telefonistas, operárias da indústria têxtil e outras atividades que poderiam ser exercidas por mulheres que não tivessem filhos” (2013, p. 88-89). Destacamos que a exigência de que o ofício de telefonista fosse exercido por mulheres jovens e sem filhos pode ter sido um dos fatores para que fosse criado um imaginário a respeito das telefonistas, de serem jovens, bonitas, e, por isso, estarem à disposição para ouvirem os mais diversos impropérios.

O fato de as telefonistas reclamarem sobre suas condições de trabalho a um jornal classista revela indícios da sua consciência de classe. Tal consciência talvez tenha feito, também, com que persistissem expondo suas questões no jornal, sendo a prova disso a publicação de uma carta das telefonistas também na segunda fase de *A Classe Operária*, novamente publicada na seção “Dos nossos correspondentes” (FIGURA 63).

Figura 63: Seção "Dos nossos correspondentes" de 1º de maio de 1928



Fonte: A Classe Operária (1º/05/1928, p. 2).

Um dos aspectos da referida seção é que a equipe de *A Classe Operária* se utiliza da feminização linguístico-discursiva para se referir às colaboradoras do jornal, o que não ocorreu nas demais seções analisadas. O artigo em questão foi abordado na seção 3.3 do capítulo anterior, motivo pelo qual não o analisaremos aqui. No entanto, salientamos que tal fato, da presença da feminização linguístico-discursiva no enunciado escrito às colaboradoras e colaboradores é bastante relevante, pois, nesse número, a equipe do jornal parece mudar o tom normalmente conferido às suas interlocutoras, aproximando-se das mulheres trabalhadoras, o que demonstra um movimento de empatia, revelado, também, no tratamento conferido à carta das telefonistas presente neste número. A feminização linguística na nomeação das interlocutoras, como vimos na seção 2.3, demarca discursivamente o respeito à existência e à igualdade das interlocutoras do gênero feminino.

Na ampliação (FIGURA 64), é possível observar o conteúdo da carta, o qual transcrevemos a seguir, de acordo com as normas atuais.

Figura 64: Recorte do enunciado “As telefonistas”



Fonte: A Classe Operária (1º/05/1928, p. 2).

Distrito Federal
As telefonistas

Na estação da rua 2 de Dezembro há várias telefonistas que já são “encarregadas” e, todavia, não receberam o respectivo aumento do salário. A opressão da Light é enorme. O polvo imperialista suga-nos as últimas energias. – Uma das vítimas. (A CLASSE OPERÁRIA, 1º/05/1928, p. 2).

O enunciado das telefonistas presente no número 1 da segunda fase de *A Classe Operária* recebe como título “As telefonistas”, sendo a primeira e única carta do Distrito Federal (Rio de Janeiro) dessa edição. O título do enunciado, provavelmente conferido por quem transcrevia as cartas da seção “Dos nossos correspondentes”, diferentemente do anterior, não conferia valorização de “fofoca” à carta das telefonistas, nem buscava as excluir da esfera discursiva imprensa operária.

A queixa presente na carta de 1º de maio de 1928 tem como principal alvo a empresa telefônica, a Light. O conteúdo temático da carta é marcado pela reclamação à falta de aumento de salários para telefonistas que exerciam a função de encarregadas.

Notamos, em um primeiro momento, a presença de aspas na palavra “encarregadas”, que conferem ao signo ideológico uma entonação diferenciada. Uma das funções principais das aspas, como sabemos, é indicar discurso direto, marcando, com fronteiras visíveis, o que, em nosso discurso, são palavras alheias. Também são usadas para indiciar o tom irônico no discurso.

No caso do enunciado das telefonistas, observamos que as aspas presentes na palavra “encarregadas” marcam o lugar ocupado por quem enuncia e suas redes ideológico-dialógicas. Ao mesmo tempo, pode ser marca tanto de um discurso direto, quanto da expressão de um tom de ironia. Isso porque as aspas podem indicar a presença da voz dos patrões, que denominavam algumas telefonistas dessa forma, atribuindo/impondo a elas deveres e atribuições. As aspas também podem revelar a ironia desse cargo, o qual elas ocupavam, sem ao menos serem remuneradas por tal onerosidade.

Procuramos vestígios das telefonistas encarregadas da época. Encontramos, no Acervo Oi Futuro, uma fotografia, datada de 1929, de uma telefonista encarregada (FIGURA 63). O título da fotografia no Acervo é “Encarregada Aurora Silva – Telefonista que demonstrou calma no decorrer do acontecimento no dia 10 de março de 1929”. Não sabemos qual acontecimento a fez manter a calma, e, mesmo que busquemos todos os acontecimentos do dia em questão, dificilmente poderemos ter certeza se era a esse acontecimento que o título da foto se referia. No entanto, esse título nos remete ao que era encargo das telefonistas encarregadas: saber resolver problemas difíceis, mantendo a calma.

Outro aspecto que essa fotografia, da encarregada Aurora Silva, nos fez perceber, assim como a Figura 48 e os anúncios de jornal, é que talvez fosse possível às mulheres negras ou pardas, que sabiam ler e escrever, exercer tal cargo. Na maioria das fotografias que encontramos, e que a Figura 49 exemplifica, as telefonistas eram, em sua totalidade, mulheres brancas, diferentemente do que observamos das charuteiras na seção anterior, que eram, na sua maioria, negras. Além disso, na maioria dos anúncios de emprego para telefonistas, buscava-se mulheres brancas, como visto na Figura 55.

Encontrar uma fotografia em que a telefonista encarregada, aquela que gerenciava as demais telefonistas, era negra, foi algo que nos fez repensar nas estereotipações que fizemos daquelas mulheres, nos fez forçar-nos ao movimento de empatia e exotopia, de mudar nosso ponto de vista, buscando um excedente de visão, como vimos na seção 2.2 desta tese. Para relatar as opressões sofridas por outras mulheres, precisamos ouvi-las e vê-las.

A fotografia de Aurora (FIGURA 65) desfez a visão que tínhamos das telefonistas da década de 1920. Imaginávamos, de início, mulheres fúteis, com cabelos alinhados, vestidos e sapatos da moda. Aurora, com seu olhar forte, com o seu cabelo encaracolado, com seu sapato e seu vestido simples, sendo, como diz o título da fotografia, alguém que manteve a calma, em um acontecimento que, provavelmente, deixou as demais pessoas nervosas, desconstrói e reconstrói o nosso imaginário, que antes era ancorado em um imaginário que talvez fosse apenas fruto de nosso preconceito.

Figura 65: Fotografia: encarregada Aurora Silva – Telefonista que demonstrou calma no decorrer do acontecimento no dia 10 de março de 1929



Fonte: Acervo Oi Futuro (2021d).

Por termos tido nossa visão desfeita, voltamos atrás para, ao discorrer sobre as telefonistas, observarmos as tantas Auroras, telefonistas, que eram duplamente oprimidas na época, pelos patrões e pelas(os) clientes, e que também, muitas vezes, no cargo de encarregadas, tinham a dura tarefa de oprimir suas companheiras de trabalho. Auroras que possuíam consciência de gênero e de classe, que sabiam que seu cargo, de “encarregadas” era uma ironia, era uma mera nomeação, conferida a elas por quem nem ao menos as remunerava por isso.

Observamos, então, que as telefonistas apresentavam em seu discurso a voz social dos patrões, ao incluírem as aspas no vocábulo “encarregadas”. Também apresentavam a voz social das/dos demais militantes da época, que utilizavam o signo ideológico “opressão” para falar sobre os desmandos dos patrões e a metáfora de por eles terem “sugada” sua “energia”.

Ainda sobre a consciência de classe, a utilização de um léxico militante no enunciado, condizente com o vocabulário utilizado na segunda fase do jornal, faz, também, com que o segundo enunciado se diferencie do primeiro enunciado, trazendo uma ideia de pertencimento das telefonistas à classe trabalhadora. Ao enunciarem que a “opressão da Light” era “enorme” e que o “polvo imperialista” sugava-lhes as últimas energias, notamos que sua queixa tinha a ver, também, com o fato de a empresa não ser brasileira.

De acordo com Guilherme Fernandes Reis das Chagas no artigo “A Revista Light na construção do ideal de trabalhador na década de 1930”,

Desde 1899, o Grupo Light de investidores estadunidenses, britânicos e canadenses, com sua sede em Toronto, no Canadá, mantinha o monopólio no setor de energia, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Além da iluminação pública e da distribuição de gás, o grupo também fornecia serviços de transporte e telefonia, centralizados principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nas primeiras décadas do século XX no Brasil, os municípios e estados tinham autonomia na negociação de concessões e contratos com as empresas estrangeiras, sem a necessidade de alguma regulamentação nacional. (CHAGAS, 2021, p. 3)

A denúncia da exploração do “polvo imperialista” tinha seu fundamento, desse modo, no fato de o grupo Light ser constituído de investidores estadunidenses, britânicos e canadenses.

Encontramos indícios de que esse tensionamento entre o imperialismo e o nacionalismo era latente entre o fim da República Velha e o início da Era Vargas. Isso é visualizado na *Revista Light*, que, conforme Chagas, foi elaborada para as/os colaboradoras(es) da Light e talvez tenha sido um dos primeiros veículos de comunicação que visava à conciliação entre as classes sociais. Na edição de setembro de 1932 da referida revista, é feita a argumentação sobre a “obra nacionalista” feita pela empresa:

Construir no Brasil a maior e mais perfeita oficina da América do Sul, fazê-la produzir de modo a evitar a evasão do outro pela importação de artigos estrangeiros; dar trabalho aos brasileiros é ou não é servir ao progresso do Brasil, é ou não é fazer obra nacionalista? (LIGHT *apud* CHAGAS, 2021, p. 5).

Estabelecemos relações dialógicas entre os argumentos da Light e a carta das telefonistas. Tais relações indiciam que a valoração da empresa como “imperialista” ou “antinacionalista” era constante neste período. Se não fosse, não teria motivos para, na *Revista Light*, tentar-se convencer as funcionárias e funcionários de que a empresa era “nacionalista”. Na República Velha, a Light foi uma empresa símbolo do capital estrangeiro no Brasil.

Marcelo Mollica Jourdan, em sua dissertação de mestrado *A Light, investimento estrangeiro no Brasil uma luz sobre o ciclo privado-público-privado em 80 anos pela análise de taxa de retorno* (2006, p. 17), mostra como “Ao longo do Séc. XX, a discussão em torno de políticas para infraestrutura esteve marcado pelas ondas ideológicas, teorias econômicas ou ao sabor de populistas de ocasião”. De acordo com o autor, a Light “concentrou praticamente toda a infraestrutura (energia, gás, transportes urbanos e telefones) do eixo Rio – São Paulo, de 1899 a 1979”.

Tal monopólio, exercido por empresa estrangeira, justifica a queixa das telefonistas a

respeito do “polvo imperialista”. Sobre a denominação da Light como “polvo imperialista”, encontramos, na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, em outros jornais da época, a nomeação da empresa com o mesmo signo ideológico. Apenas com a finalidade de exemplificar como a nomeação fora utilizada, apresentamos a seguir um recorte do jornal *A Manhã* de 29 de maio de 1927 (FIGURA 66).

Figura 66: A Light como "polvo imperialista" no jornal *A manhã*

Reagi, trabalhadores da Light!

Frustrada a primeira tentativa de organização não deveis desanimar!

Já denunciámos ao povo o que foi a reacção desencadeada pela Light contra a tentativa de organização dos seus trabalhadores. A brutalidade de que ella se revestiu é mais um flagrante do torpíssimo regimen de oppressão sob o qual o polvo Imperialista mantém os párias que se vêem na desgraçada contingencia de alugar-lhe os braços para não morrer de fome.

500 operarios, accusados do crime innominavel de unir-se num syndicato, foram atirados á miseria!

Attentae bem nesse quadro doloroso! Reflecti na torpeza desse gesto, que bem caracteriza a odiosidade da posição que a Light se arvora entre nós, fóra da lei, acima do proprio Estado!

Pouco lhe importa, á monstruosa gibola imperialista, que a nos-

sa legislação conceda a todos o direito de reunir-se livremente.

A grande safada sabe què terá sempre a seu lado, como seus cães de guarda, as proprias autoridades brasileiras, que deviam zelar pelo fiel cumprimento de nossas leis.

Para avallar-se o que é o regimen em que a Light mantém seus trabalhadores, basta saber-se quaes as formalidades que devem ser preenchidas para um desgraçado ingressar na companhia.

Exige-se que o infeliz apresente uma carteira de identidade, varias photographias e um relatório sobre a sua vida privada, numero de membros da familia, etc.

Em que póde servir isso á companhia?

En que a Light fica, assim, em condições de fornecer á policia os mínimos detalhes da vida de cada trabalhador, caso disso haja necessidade.

O operario que toma uma attitude attiva em face do regimen vexatorio em que a Light mantém o seu proletariado, tem sempre a policia e os espias da empresa a vigiarem-lhe os passos, senhores dos mínimos pormenores de sua vida.

Mas os trabalhadores da Light, não devem desanimar. Mais cedo ou mais tarde a sua causa será victoriosa.

A vanguarda consciente continue a propaganda da organização no seio da grande massa. Quando os sóbros da Light comprehendem que têm diante de si, não mais 500 trabalhadores, sedentes de emancipar-se, porém milhares de párias que já não podem supportar por mais tempo a sua tyrannia, então, trabalhadores escorchados da Light, terá chegado o vosso dia!

Fonte: *A manhã* (29/05/1927, p. 2).

Transcrevemos a seguir o parágrafo em que a expressão aparece:

Já denunciámos ao povo o que foi a reacção desencadeada pela Light contra a tentativa de organização de seus trabalhadores. A brutalidade de que ella se revestiu é mais um flagrante do torpíssimo regime de oppressão sob o qual o **polvo imperialista** mantém os párias que se veem na desgraçada contingência de alugar seus braços para não morrer de fome. (*A MANHÃ*, 29/05/1927, p. 2, grifo nosso).

Observamos, a partir do enunciado encontrado, que a nomeação “polvo imperialista”

era recorrente na época para se referir à empresa Light. Tal denominação ainda era comum em 1952, quando Rubem Braga escreveu sua crônica intitulada “Carta ao Prefeito”, na qual reclamava “da Light e todos esses seus pseudônimos que monopolizam o gás, o telefone, a luz” (BRAGA, 2014[1952], p. 48). O cronista escreveu o seguinte:

Que vergonha, Senhor Prefeito! Eu a combater o **polvo imperialista**, e o **polvo** a me apontar, com seus mil braços, a desídia de minha Pátria, e a me dizer, com sua boca nojenta: “vamos, agora não se trata de ‘tubarões’ estrangeiros: é a tua Prefeitura, da tua cidade, é a gente de tua terra e de teu sangue que proíbe o teu feijão, oh miserável!”

Não é pelo gás, Senhor Prefeito, é pelo nome do Brasil! Mande lá um fiscal, um fiscal decente, que não queira “morder”, como os outros, o português da portaria; que diga que tudo está em ordem e que me permita voltar-me outra vez para esses sacripantas estrangeiros e dizer: “**vamos, polvinhos, filhos do polvo, o meu gás!**” (BRAGA, 2014[1952], p. 49, grifos nossos).

A crônica de Rubem Braga revela a falta de vigilância do governo aos serviços prestados pela Light. A mesma falta de regulação devia se aplicar às/aos trabalhadoras(es), que ficavam à mercê do “polvo imperialista”. No entanto, tal denominação não era exclusiva do estado do Rio de Janeiro. A empresa era assim chamada em outros estados em que atuava.

Sobre o signo ideológico conferido à empresa Light no estado de São Paulo, José Luiz Del Roio, na obra *A greve de 1917: os trabalhadores entram em cena*, afirma que

Todo o transporte público e as águas foram entregues a uma companhia canadense: The São Paulo Tramway Light and Power Company, conhecida pela população apenas como Light. Esta pequena palavra concentrou o ódio dos trabalhadores, que a acusavam de cobrar altos preços dos bilhetes. Muitas foram as manifestações, por décadas, contra ela, que era chamada de “**polvo canadense**”. (ROIO, 2020, p. 28, grifo nosso).

Dessa forma, constatamos que as trabalhadoras e os trabalhadores da empresa sofriam tanto por conta da exploração de sua mão de obra, quanto por conta de a empresa monopolizar vários serviços essenciais: o transporte público, a luz, o gás. Além disso, como vimos na análise do enunciado anterior, as telefonistas também precisavam suportar o descontentamento das/dos clientes a respeito dos serviços oferecidos pela empresa.

A mesma situação talvez se aplicasse às/aos demais funcionárias(os) da Light, dos diversos segmentos – motoristas, eletricitas etc. Na primeira página do n. 9 de 27 de junho de 1925, encontramos dois enunciados sobre isso. Trataremos brevemente de um desses enunciados, verificando as relações dialógicas possíveis entre ele e os enunciados assinados pelas telefonistas. Analisaremos o enunciado intitulado “Tramway, Light and Power” (FIGURA 67).

Figura 67: Recorte do enunciado “Tramway, Light and Power”

Tramway, Light and Power

Bond, luz e força...
 Bond? Sim. Força? Sim. Luz?
 Não!

A Light não é a luz. É a treva...
 É a noite do imperialismo inglês —
 o imperialismo da alta finança — a
 estender seu manto por sobre o ter-
 ritorio nacional...

Os companheiros da secção de turma
 de linha, quando trabalham, ganham
 75\$. Os ajudantes de linha tele-
 phonicos subterraneos recebem o
 mesmo salario; soffrem muito, dentro
 das caixas telephonicas subterraneas.
 Um 1º ajudante do encarregado da
 conservação interna dos telephones
 das estações ganha 275\$. O 2º ajudan-
 te, a mesma quantia. O 3º, 250\$000.
 Na estação Norte ha apenas cinco aju-
 dantes. Na estação Belra-Mar, ha
 tres. Na estação Villa, quatro. Na
 estação Central, quatro. O trabalho é
 demasiado. Ha ajudantes da conserva-
 ção externa das mesas telephonicas
 que recebem 250\$, 200\$ e até 180\$.
 Para todo o Rio de Janeiro, só existem
 seis ajudantes. Os escripturarios mo-
 gos ganham 250\$. E os “boys” — ver-
 dadeiras crianças — 60\$000 a secco!
 São talvez os mais explorados.
 Pobres meninos! Que futuro vos
 espera?

Dentro da Companhia existe uma
 organização especial para vigiar os
 operarios e os empregados em geral.
 Estes são denunciados por qualquer
 coisa. Isto prova que a Light é um
 Estado dentro do Estado. Quer dizer:
 em seus dominios, a Constituição bra-
 sileira não vigora; quem manda all
 é o imperialismo inglês — o maior
 credor do Brasil.

A companhia tem uma associação.
 Os operarios têm de pertencer á mes-
 ma. A associação é patronal. Desco-
 nhecemos seus directores e até a sede.
 Dolla, só conhecemos a loja, a men-
 saldade e os postos medicos, onde nos
 recoltam remedios da peor qualidade e
 por um preço demasiado.

NOSSAS REIVINDICAÇÕES

São Innumerables. Mas, por hoje, cita-
 mos apenas duas: augmento dos sala-
 rios e direito de livre associação.

Basados no direito proletario e em
 um direito que a propria Constituição
 burgueza do Brasil nos concede, per-
 fluramos até que possamos ter uma
 associação livremente nossa. — Os
 operarios e empregados pobres da
 Light.

Fonte: A Classe Operária (27/06/1925, p. 1).

A seguir, apresentamos a transcrição do enunciado, assinado pelos “operários e empregados pobres da Light”.

Tramway, Light and Power

Bond, luz e força...

Bond? Sim. Força? Sim. Luz? Não!

A Light não é a luz. É a treva...

É a noite do imperialismo inglês – o imperialismo da alta finança – a estender seu manto por sobre o território nacional...

Os companheiros da seção de turma de linha, quando trabalham, ganham [ilegível]. Telefônicos subterrâneos recebem o mesmo salário; sofrem muito dentro das caixas telefônicas subterrâneas.

Um 1º ajudante de encarregado da conservação interna dos telefones das estações ganha 275\$. O 2º ajudante ganha a mesma quantia. O 3º, 250\$.

Na estação Norte há apenas cinco ajudantes. Na estação Beira-Mar, há três. Na estação Villa, quatro. Na estação Central, quatro. O trabalho é demasiado. Há ajudantes da conservação externa das mesas telefônicas que recebem 250\$, 200\$ e até 180\$. Para todo o Rio de Janeiro, só existem seis ajudantes. Os escriturários moços ganham 250\$. E os “boys” – verdadeiras crianças – 60\$ a seco! São talvez os mais explorados.

Pobres meninos! Que futuro vos espera?

Dentro da Companhia existe uma organização especial para vigiar os operários e os empregados em geral. Estes são denunciados por qualquer coisa. Isto prova que a Light é um Estado dentro do Estado. Quer dizer: em seus domínios, a Constituição brasileira não vigora; quem manda ali é o imperialismo inglês – o maior credor do Brasil.

A companhia tem uma associação. Os operários têm de pertencer à mesma. A associação é patronal. Desconhecemos seus diretores e até a sede dela, só conhecemos a joia, a mensalidade e os postos médicos, onde nos receitam remédios da pior qualidade e por um preço demasiado.

Nossas reivindicações

São inúmeras. Mas, por hoje, citamos apenas duas: aumento dos salários e direito à livre associação.

Baseados no direito do proletariado e em um direito que a própria Constituição burguesa do Brasil nos concede, porfiaremos até que possamos ter uma associação livremente nossa. – Os operários e empregados pobres da Light. (A CLASSE OPERÁRIA, 27/06/1925, p. 1).

No enunciado, observamos a utilização das expressões “imperialismo da alta finança” e “imperialismo inglês” que se relacionam dialogicamente ao enunciado das telefonistas, que chamam a empresa de “polvo imperialista”. Também observamos que, assim como as telefonistas, as/os trabalhadoras(es) de outras áreas da Light reclamam sobre a questão salarial, sobre a falta dos devidos aumentos.

Observamos, no enunciado dos trabalhadores da Light a organização típica dos enunciados das trabalhadoras, não visível no das telefonistas, que possuía pouca extensão. Assim, nele são relatados, como nos enunciados das charuteiras do Recôncavo Baiano e das cigareiras da Souza Cruz, aspectos de sua situação, seguidos pelas suas reivindicações. Outro aspecto que não podemos deixar de mencionar é a preocupação com a exploração do trabalho infantil, vista também no enunciado das cigareiras¹⁶¹.

¹⁶¹ Na próxima seção aprofundaremos a discussão sobre o trabalho infantil.

Algo que é visto no enunciado das telefonistas selecionado para a nossa análise e não é visto nos enunciados das/dos demais trabalhadoras(es) da Light é a exposição dos xingamentos proferidos por clientes. Como escrevem as telefonistas, havia “assinantes que, por não serem servidos logo”, as enchiam “das maiores ofensas”, as quais elas deviam “ouvir caladas”. Tal fato sinaliza que os assédios e a violência cotidiana enfrentados pelas telefonistas não se aplicavam às/aos demais trabalhadoras(es) da empresa.

Nos enunciados assinados por telefonistas, observamos, entre outras coisas, sua consciência de classe e sua consciência de gênero, presentes, não apenas na feminização linguístico-discursiva visualizada em seu discurso, mas também no fato de denunciarem as opressões por elas sofridas, apesar do preconceito por elas sofrido, do qual encontramos indícios, primeiramente no título dado ao primeiro enunciado pela equipe do jornal “Entre as telefonistas”, e, depois, no enunciado “Taylorizemo-nos”, o qual refrata o despeito que a vanguarda tinha com algumas/alguns interlocutoras(es). O fato de as telefonistas denunciarem a taylorização de sua mão de obra (embora não a nomeassem dessa forma), e, no jornal, vermos a defesa dessa taylorização, embora com outro fim, também demonstra a compreensão tida por elas de sua própria situação.

A feminização linguístico-discursiva presente no enunciado selecionado para análise nesta seção aponta para o fato de que estamos observando uma política linguística, que buscava intervir nas práticas languageiras no jornal, a partir da autodenominação, da denominação de suas colegas de trabalho e da denominação dos cargos ocupados (telefonista, encarregada). Também nos leva a pensar como tal política se apresentava enquanto ato responsivo, para denunciar opressões que possuíam marcadamente vieses de gênero e classe.

Observamos, também, com base no feminismo dialógico, que a consciência de gênero e de classe que possuíam as telefonistas fazia com que respondessem às opressões sofridas, evidenciando o seu feminismo. As telefonistas se autodenominam, compreendem o quanto eram vítimas do imperialismo da empresa, nomeiam a violência e a exploração por elas sofridas, como o fato de terem que ouvir insultos caladas, como o fato de não receberem o aumento para a função desempenhada. Elas demonstram seu excedente de visão através da solidariedade com suas colegas, e respondem aos seus opressores, e, ao mesmo tempo, os denunciam, buscando solidariedade das demais trabalhadoras, sendo o seu enunciado um ato, responsivo e responsável.

As peculiaridades discursivas a que as telefonistas mulheres estavam expostas, como violência verbal, assédios e demais questões específicas a elas talvez fosse aplicável, como ainda é, às demais trabalhadoras, como as operárias do setor têxtil. Do discurso das tecelãs,

trataremos na próxima seção.

4.3 AS OPERÁRIAS DAS FÁBRICAS TÊXTEIS DE ALAGOAS

Nesta seção, analisaremos o enunciado assinado por operárias da indústria têxtil de Alagoas presente no n. 9 da primeira fase do jornal *A Classe Operária*. De tecelãs, coletamos em nossa pesquisa enunciados de trabalhadoras de Alagoas, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Todos os enunciados encontrados já foram organizados no Quadro 4, junto aos enunciados das demais trabalhadoras. No entanto, para uma melhor visualização, nesta seção, filtramos apenas os enunciados das operárias das fábricas de tecido em um novo quadro (QUADRO 9).

Quadro 9: Textos de autoria de operárias da indústria têxtil coletados na pesquisa¹⁶²

Data da edição	N.	P.	Título	Indicação de autoria/ Profissão/Atividade	Estado	Marcas de feminização linguístico-discursiva?
]	7	1	“No Moinho Inglês”	Os operários e as operárias da fábrica de tecidos Moinho Inglês	RJ	Sim
13/06/1925	7	3	“Na fábrica Estanca”	As operárias da fábrica Estanca	RJ	Sim
27/06/1925	9	1	“América Fabril”	Os operários e as operárias da América Fabril	RJ	Sim
27/06/1925	9	2	“O apelo dos operários têxteis”	Os operários e as operárias das fábricas de tecidos de Alagoas	AL	Sim
27/06/1925	9	2	“Em Pênedo (Alagoas)”	Os operários e as operárias das fábricas de Pênedo	AL	Sim
27/06/1925	9	2	“Em Jucutuquara”	Os operários e as operárias da fábrica de tecidos de Jucutuquara	ES	Sim
04/07/1925	10	2	“Em Madureira”	As costureiras de Madureira	RJ	Sim
25/08/1928	18 (2ª)	3	“Mulheres trabalhadoras do Brasil, alerta!”	Hermelinda Borges, operária pespontadeira	RJ	Sim

Fonte: Elaborado pela autora.

Como é possível observar no quadro, dos oito enunciados coletados assinados por

¹⁶² Para a padronização dos quadros desta seção, abreviamos neste quadro “Número” como “N.” e “Página” com “P.”.

trabalhadoras da indústria têxtil, dois dos enunciados foram assinados por trabalhadoras de Alagoas, um por operárias do Espírito Santo e cinco por operárias de fábricas do Rio de Janeiro. Dois foram coletados das páginas 1 e 3 do n. 7, de 13 de maio de 1925, quatro foram coletados das páginas 2 e 3 do n. 9, de 27 de junho de 1925, de *A Classe Operária*, na seção “Dos nossos correspondentes”, um foi coletado da página 2 do n. 10, de 04 de julho de 1925, e um foi coletado na terceira página do n. 18, da 2ª fase do jornal, publicado em 25 de agosto de 1928.

O enunciado selecionado para a análise nesta seção, intitulado “O apelo dos operários têxteis”, foi assinado sob a firma de “Os operários e as operárias das fábricas de tecidos de Alagoas” e está presente na página 2 do n. 9 de *A Classe Operária*.

O n. 9 de *A Classe Operária*, datado de 27 de junho de 1925, foi a edição consultada nesta tese que apresentou mais enunciados assinados por mulheres trabalhadoras. Desse modo, 6 dos 21 enunciados coletados estavam presentes nesse número, como demonstramos na seção 3.1 desta tese. Desses, 4 enunciados foram assinados por operárias da indústria têxtil, em diversos estados do país: Alagoas, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Dois enunciados foram assinados por operárias das fábricas de tecido alagoanas.

Os enunciados estavam presentes nas três primeiras páginas do jornal, as quais foram dedicadas em sua maior parte a artigos e cartas de correspondentes de *A Classe Operária*. A quarta e última página possui enunciados sobre a questão chinesa da época, notas das/dos editoras(es) a respeito do jornal, da sua distribuição, dos pagamentos não realizados e dos livros sobre a questão operária.

Na sequência, é possível observar a primeira página do n. 9 (FIGURA 68).

Figura 68: Primeira página do n. 9 de A Classe Operária



JORNAL DE TRABALHADORES, FEITO POR TRABALHADORES, PARA TRABALHADORES

Anno 1 Numero 9 Rio de Janeiro, 27 de Junho de 1925 Publica-se aos sábados

A BORMAÇÃO DO BLOCO OPERÁRIO

Em que se está a questão das candidaturas operárias no próximo pleito para intendentes municipais?

Após ter sido agitada, por volta de 1º de maio, e reaberta por um certo grupo em favor de um candidato, o que se fez, eficaz, foi o silêncio. Foi assim também as candidaturas de um certo trabalhador — este, "chamou" — e o grupo que o tinha.

Mais isto é pouco, é pouco mesmo que nada. No entanto, a questão do interesse geral e deve, por sua mesma natureza, despertar maior interesse — ainda nos meios proletários. Este silêncio para com um candidato...

Vamos explorar este silêncio. Já aqui expusimos nosso ponto de vista sobre a maneira como entendemos não serem apresentadas as candidaturas operárias. Vamos insistir pelo facto.

A CLASSE OPERÁRIA é o órgão do partido proletário e representa, inconscientemente, o pensamento geral da massa trabalhadora do país. É um jornal que tem um largo círculo de influência, o que demonstra o acerto e a importância da sua orientação, que reflecte as mais profundas aspirações das massas trabalhadoras.

É pois, não qualificado — que a imprensa que pode agir e que pesa mais no meio operário, é a CLASSE OPERÁRIA, vai intervir na solução do caso, não mais teoricamente apenas, porém, também praticamente.

Senas paritárias da formação de um Bloco Operário único, que concentrou e coordenou todas as forças operárias e baseado numa plataforma única de classe, apresenta uma clara unidade de candidaturas operárias. As razões, já por nós apontadas, que indicam a necessidade dessa concentração num Bloco Operário, são suficientemente evidentes para que se possam estabelecer as bases da unidade.

É o que vale a pena dizer. Vamos elaborar um programa que consulte os legítimos interesses da massa operária e proponha ao Distrito Federal e sobre este prelo a formação do Bloco Operário.

Iniciando e participando do Bloco Operário na qualidade de órgão do partido proletário, para a formação do bloco, na base de um programa único de classe, concentramos os mais variados grupos operários que pretendem pôr em prática as suas aspirações para o Conselho Municipal.

O Bloco Operário será um facto. O Embuste Inicial. Continúa O Jornal a publicar os processos, artigos de Trotsky, fornecendo por um órgão americano. Nos continuamos a combater a sua falsificação dos mesmos.

Além das razões fundamentais que apresentamos, contra a sua não valor, vale a pena acrescentar a lição do desfecho da falsificação do embuste. Quem nos referiu não aos seus artigos "em si mesmos", mas sim à sua intenção de desmascarar o trabalho problemático dos meios operários — superficialidade e a sua personalidade — a falsificação para a realização da falsificação. O jornal, e sobretudo um grande veículo de opinião, não pode ser considerado — a propósito de absolutamente irrelevante — quando se trata de se combater as falsificações de O Jornal. Nem aquilo O Jornal faz, nem aquilo O Jornal não faz.

Nos provamos a ser desde tempo, de modo absoluto e definitivo, a falsificação do embuste colaboração exclusiva para O Jornal.

Mas, contudo, ainda insistir em chamar a atenção do proletariado para o que sua falsificação não pode comprometer por trás dela, isto é, para a sua intenção de desmascarar o trabalho problemático dos meios operários — superficialidade e a sua personalidade — a falsificação para a realização da falsificação. O jornal, e sobretudo um grande veículo de opinião, não pode ser considerado — a propósito de absolutamente irrelevante — quando se trata de se combater as falsificações de O Jornal. Nem aquilo O Jornal faz, nem aquilo O Jornal não faz.

A educação das mães proletárias

Os comunistas da vanguarda podem e devem envolver-se na educação das mães operárias. A mulher tem maior dose de sentimento que o homem. Deve ser-lhe dada a educação que lhe falta.

De um lado, a mãe, que actualmente, mesmo educada, não sabe educar os filhos. De outro lado, o pai, que não sabe educar os filhos. A educação das mães é uma tarefa urgente.

Assim que não conseguimos transformar a mãe em uma educadora, não podemos transformar a criança em um cidadão. A educação das mães é a base da educação da criança.

Vamos explorar este silêncio. Já aqui expusimos nosso ponto de vista sobre a maneira como entendemos não serem apresentadas as candidaturas operárias. Vamos insistir pelo facto.

A CLASSE OPERÁRIA é o órgão do partido proletário e representa, inconscientemente, o pensamento geral da massa trabalhadora do país. É um jornal que tem um largo círculo de influência, o que demonstra o acerto e a importância da sua orientação, que reflecte as mais profundas aspirações das massas trabalhadoras.

É pois, não qualificado — que a imprensa que pode agir e que pesa mais no meio operário, é a CLASSE OPERÁRIA, vai intervir na solução do caso, não mais teoricamente apenas, porém, também praticamente.

Senas paritárias da formação de um Bloco Operário único, que concentrou e coordenou todas as forças operárias e baseado numa plataforma única de classe, apresenta uma clara unidade de candidaturas operárias. As razões, já por nós apontadas, que indicam a necessidade dessa concentração num Bloco Operário, são suficientemente evidentes para que se possam estabelecer as bases da unidade.

É o que vale a pena dizer. Vamos elaborar um programa que consulte os legítimos interesses da massa operária e proponha ao Distrito Federal e sobre este prelo a formação do Bloco Operário.

Iniciando e participando do Bloco Operário na qualidade de órgão do partido proletário, para a formação do bloco, na base de um programa único de classe, concentramos os mais variados grupos operários que pretendem pôr em prática as suas aspirações para o Conselho Municipal.

O Bloco Operário será um facto. O Embuste Inicial. Continúa O Jornal a publicar os processos, artigos de Trotsky, fornecendo por um órgão americano. Nos continuamos a combater a sua falsificação dos mesmos.

Além das razões fundamentais que apresentamos, contra a sua não valor, vale a pena acrescentar a lição do desfecho da falsificação do embuste. Quem nos referiu não aos seus artigos "em si mesmos", mas sim à sua intenção de desmascarar o trabalho problemático dos meios operários — superficialidade e a sua personalidade — a falsificação para a realização da falsificação. O jornal, e sobretudo um grande veículo de opinião, não pode ser considerado — a propósito de absolutamente irrelevante — quando se trata de se combater as falsificações de O Jornal. Nem aquilo O Jornal faz, nem aquilo O Jornal não faz.

Nos provamos a ser desde tempo, de modo absoluto e definitivo, a falsificação do embuste colaboração exclusiva para O Jornal.

Mas, contudo, ainda insistir em chamar a atenção do proletariado para o que sua falsificação não pode comprometer por trás dela, isto é, para a sua intenção de desmascarar o trabalho problemático dos meios operários — superficialidade e a sua personalidade — a falsificação para a realização da falsificação. O jornal, e sobretudo um grande veículo de opinião, não pode ser considerado — a propósito de absolutamente irrelevante — quando se trata de se combater as falsificações de O Jornal. Nem aquilo O Jornal faz, nem aquilo O Jornal não faz.

CONCEIÇÃO, MOGANCÊ E VIANNA

— NA ILHA DA CONCEIÇÃO

No, operário do Bloco Brasileiro na ilha da Conceição, vimos recentemente contra a sua classe, a organização "Mogancê" e "Vianna".

Perdeu a concepção, o operário não sabe educar os filhos. De outro lado, o pai, que não sabe educar os filhos. A educação das mães é uma tarefa urgente.

Assim que não conseguimos transformar a mãe em uma educadora, não podemos transformar a criança em um cidadão. A educação das mães é a base da educação da criança.

Vamos explorar este silêncio. Já aqui expusimos nosso ponto de vista sobre a maneira como entendemos não serem apresentadas as candidaturas operárias. Vamos insistir pelo facto.

A CLASSE OPERÁRIA é o órgão do partido proletário e representa, inconscientemente, o pensamento geral da massa trabalhadora do país. É um jornal que tem um largo círculo de influência, o que demonstra o acerto e a importância da sua orientação, que reflecte as mais profundas aspirações das massas trabalhadoras.

É pois, não qualificado — que a imprensa que pode agir e que pesa mais no meio operário, é a CLASSE OPERÁRIA, vai intervir na solução do caso, não mais teoricamente apenas, porém, também praticamente.

Senas paritárias da formação de um Bloco Operário único, que concentrou e coordenou todas as forças operárias e baseado numa plataforma única de classe, apresenta uma clara unidade de candidaturas operárias. As razões, já por nós apontadas, que indicam a necessidade dessa concentração num Bloco Operário, são suficientemente evidentes para que se possam estabelecer as bases da unidade.

É o que vale a pena dizer. Vamos elaborar um programa que consulte os legítimos interesses da massa operária e proponha ao Distrito Federal e sobre este prelo a formação do Bloco Operário.

Iniciando e participando do Bloco Operário na qualidade de órgão do partido proletário, para a formação do bloco, na base de um programa único de classe, concentramos os mais variados grupos operários que pretendem pôr em prática as suas aspirações para o Conselho Municipal.

O Bloco Operário será um facto. O Embuste Inicial. Continúa O Jornal a publicar os processos, artigos de Trotsky, fornecendo por um órgão americano. Nos continuamos a combater a sua falsificação dos mesmos.

Além das razões fundamentais que apresentamos, contra a sua não valor, vale a pena acrescentar a lição do desfecho da falsificação do embuste. Quem nos referiu não aos seus artigos "em si mesmos", mas sim à sua intenção de desmascarar o trabalho problemático dos meios operários — superficialidade e a sua personalidade — a falsificação para a realização da falsificação. O jornal, e sobretudo um grande veículo de opinião, não pode ser considerado — a propósito de absolutamente irrelevante — quando se trata de se combater as falsificações de O Jornal. Nem aquilo O Jornal faz, nem aquilo O Jornal não faz.

Nos provamos a ser desde tempo, de modo absoluto e definitivo, a falsificação do embuste colaboração exclusiva para O Jornal.

Mas, contudo, ainda insistir em chamar a atenção do proletariado para o que sua falsificação não pode comprometer por trás dela, isto é, para a sua intenção de desmascarar o trabalho problemático dos meios operários — superficialidade e a sua personalidade — a falsificação para a realização da falsificação. O jornal, e sobretudo um grande veículo de opinião, não pode ser considerado — a propósito de absolutamente irrelevante — quando se trata de se combater as falsificações de O Jornal. Nem aquilo O Jornal faz, nem aquilo O Jornal não faz.

(a) Economia.

Não há nada de novo no mundo. A economia é a base da sociedade.

(b) Política.

A política é a superestrutura da economia.

(c) Ideologia.

A ideologia é a superestrutura da política.

(d) Moral.

A moral é a superestrutura da ideologia.

(e) Religião.

A religião é a superestrutura da moral.

(f) Filosofia.

A filosofia é a superestrutura da religião.

(g) Arte.

A arte é a superestrutura da filosofia.

(h) Ciência.

A ciência é a superestrutura da arte.

(i) Literatura.

A literatura é a superestrutura da ciência.

(j) Música.

A música é a superestrutura da literatura.

(k) Dança.

A dança é a superestrutura da música.

(l) Teatro.

O teatro é a superestrutura da dança.

(m) Cinema.

O cinema é a superestrutura do teatro.

(n) Rádio.

O rádio é a superestrutura do cinema.

(o) Televisão.

A televisão é a superestrutura do rádio.

(p) Internet.

A internet é a superestrutura da televisão.

(q) Computador.

O computador é a superestrutura da internet.

(r) Robótica.

A robótica é a superestrutura do computador.

AMERICA FABRIL

Antes de 1914 não existiam operários. Hoje existem e são milhões.

(a) Economia.

(b) Política.

(c) Ideologia.

(d) Moral.

(e) Religião.

(f) Filosofia.

(g) Arte.

(h) Ciência.

(i) Literatura.

(j) Música.

(k) Dança.

(l) Teatro.

(m) Cinema.

(n) Rádio.

(o) Televisão.

(p) Internet.

(q) Computador.

(r) Robótica.

(s) Espaço.

(t) Energia.

(u) Meio Ambiente.

(v) Saúde.

(w) Educação.

(x) Cultura.

(y) Esportes.

(z) Lazer.

(aa) Segurança.

(ab) Justiça.

(ac) Paz.

(ad) Amor.

(ae) Fé.

(af) Esperança.

(ag) Caridade.

(ah) Virtude.

(ai) Sabedoria.

(aj) Poder.

(ak) Glória.

O DESPERTAR DOS MARITIMOS

Antes de 1914 não existiam marinheiros. Hoje existem e são milhões.

(a) Economia.

(b) Política.

(c) Ideologia.

(d) Moral.

(e) Religião.

(f) Filosofia.

(g) Arte.

(h) Ciência.

(i) Literatura.

(j) Música.

(k) Dança.

(l) Teatro.

(m) Cinema.

(n) Rádio.

(o) Televisão.

(p) Internet.

(q) Computador.

(r) Robótica.

(s) Espaço.

(t) Energia.

(u) Meio Ambiente.

(v) Saúde.

(w) Educação.

(x) Cultura.

(y) Esportes.

(z) Lazer.

(aa) Segurança.

(ab) Justiça.

(ac) Paz.

(ad) Amor.

(ae) Fé.

(af) Esperança.

(ag) Caridade.

(ah) Virtude.

(ai) Sabedoria.

(aj) Poder.

(ak) Glória.

Com os pequenos proprietários, comerciantes e industriais

Os pequenos proprietários, comerciantes e industriais são a base da economia.

(a) Economia.

(b) Política.

(c) Ideologia.

(d) Moral.

(e) Religião.

(f) Filosofia.

(g) Arte.

(h) Ciência.

(i) Literatura.

(j) Música.

(k) Dança.

(l) Teatro.

(m) Cinema.

(n) Rádio.

(o) Televisão.

(p) Internet.

(q) Computador.

(r) Robótica.

(s) Espaço.

(t) Energia.

(u) Meio Ambiente.

(v) Saúde.

(w) Educação.

(x) Cultura.

(y) Esportes.

(z) Lazer.

DENTRO DA BRAHMA

Dentro da Brahma, tudo é possível.

(a) Economia.

(b) Política.

(c) Ideologia.

(d) Moral.

(e) Religião.

(f) Filosofia.

(g) Arte.

(h) Ciência.

(i) Literatura.

(j) Música.

(k) Dança.

(l) Teatro.

(m) Cinema.

(n) Rádio.

(o) Televisão.

(p) Internet.

(q) Computador.

(r) Robótica.

(s) Espaço.

(t) Energia.

(u) Meio Ambiente.

(v) Saúde.

(w) Educação.

(x) Cultura.

(y) Esportes.

(z) Lazer.

Tramway, Light and Power

Tramway, Light and Power são essenciais para a cidade.

(a) Economia.

(b) Política.

(c) Ideologia.

(d) Moral.

(e) Religião.

(f) Filosofia.

(g) Arte.

(h) Ciência.

(i) Literatura.

(j) Música.

(k) Dança.

(l) Teatro.

(m) Cinema.

(n) Rádio.

(o) Televisão.

(p) Internet.

(q) Computador.

(r) Robótica.

(s) Espaço.

(t) Energia.

(u) Meio Ambiente.

(v) Saúde.

(w) Educação.

(x) Cultura.

(y) Esportes.

(z) Lazer.

O IMPERIALISMO INGLEZ NO BRASIL

O imperialismo inglês no Brasil é uma realidade.

(a) Economia.

(b) Política.

(c) Ideologia.

(d) Moral.

(e) Religião.

(f) Filosofia.

(g) Arte.

(h) Ciência.

(i) Literatura.

(j) Música.

(k) Dança.

(l) Teatro.

(m) Cinema.

(n) Rádio.

(o) Televisão.

(p) Internet.

significativo na tiragem de *A Classe Operária*. Se o n. 5 contou com 5 mil exemplares, no n. 9 a tiragem quase dobrou: foram impressos 9.500 exemplares, como é possível verificar no recorte presente na Figura 69. Isso é relevante para pensarmos na grande circulação que teve o enunciado coletado na época. A duplicação do número de jornais impresso também dobrou o número de interlocutoras e interlocutores das tecelãs, de leituras, de relações dialógicas, de compreensões responsivas.

Figura 69: Recorte do enunciado “Mais um esforço!”



Fonte: *A Classe Operária* (27/06/1925, p. 1).

No recorte, as/os editoras(es) assinalaram o esforço para isso e, ao mesmo tempo, indicaram que o número de exemplares ainda era pequeno, tendo em vista que no Brasil, na época, havia 10 milhões de trabalhadoras e trabalhadores. A feminização linguístico-discursiva não é vista no enunciado da equipe do jornal, que assinala que na época existiam ao menos “130 mil tecelões, 80 mil ferroviários, 50 mil marítimos, 30 mil sapateiros, 15 mil metalúrgicos”. Há, no entanto, a indicação discursiva do pertencimento à classe trabalhadora, com o uso da primeira pessoa do plural ao longo do enunciado, aspecto que, como já salientamos em outros pontos desta tese, demonstra a consciência de classe. Isso é observado principalmente na última oração do enunciado, que faz referência às/aos trabalhadoras(es): “esgotemos o n. 9 do nosso jornal!”.

Outra questão notada no enunciado é o uso de “Companheiros!” para se dirigir tanto a companheiras quanto a companheiros, uso da estilização a que chamamos popularmente de masculino genérico. Tal uso contrasta com o uso de “Companheiros e Companheiras” no

enunciado de 1º de maio de 1928, abordado na seção 3.3, ao mesmo tempo que converge com a maioria dos enunciados da equipe do jornal, os quais também utilizavam o masculino genérico.

Também é essencial ver que no próprio número do enunciado selecionado para a análise, as tecelãs são referidas com o uso do masculino genérico “tecelões”, denominação que as invisibiliza, que as silencia, que as exclui, ou que busca as excluir, das esferas discursivas a quais pertencia o jornal. Mais que um engano, mais que um ato falho, mais do que um simples estilo de linguagem, o uso do masculino genérico para se referir às tecelãs reflete e refrata a ideologia da equipe do jornal da época, a qual buscava enclausurar discursivamente as mulheres trabalhadoras. Logo na primeira página da referida edição, localizamos um pedido referente à educação das mulheres trabalhadoras. No enunciado, intitulado “A educação das mães proletárias”, do qual já tratamos na seção 3.3 desta tese, é feito um apelo para que os “companheiros da vanguarda” empreendessem “a educação proletária das companheiras”. Tal apelo, assim como o uso do masculino genérico para designar as tecelãs, no número em que foram coletados mais enunciados assinados por mulheres é bastante emblemático e problemático, como vimos no capítulo anterior.

Sobre a presença das mulheres nas fábricas de tecidos, como explico em minha dissertação de mestrado, era “expressivo o número de mulheres que trabalhava nas fábricas brasileiras nas primeiras décadas da industrialização” (BOENAVIDES, 2018, p. 25). Heleieth Saffioti, em *A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade*, assinala que no Brasil, em 1920, “as mulheres contribuía com 65,1% dos contingentes humanos empregados na indústria têxtil e com 69,7% da mão-de-obra do setor de confecções” (SAFFIOTI, 1979, p. 22). Desse modo, a mão de obra feminina equivalia a mais ou menos dois terços do total, fato que deveria levar a equipe do jornal a mencioná-las em seus enunciados.

Em uma perspectiva dialógica, pensar como as tecelãs foram propositalmente excluídas dos discursos da equipe do jornal, que se autodenominava “vanguarda” do marxismo, nos faz compreender de forma mais clara a relevância e a militância das operárias que feminizavam seus discursos. Também nos faz pensar em como o papel de Laura Brandão na transcrição das cartas das correspondentes talvez fosse essencial para a efetivação de tal política linguística: transcrever uma carta mantendo o seu estilo poderia ser impossível a um editor homem.

No entanto, todas essas ponderações são hipóteses nossas. Não podem ser comprovadas, já que nos localizamos em um cronotopo diverso dos enunciados em questão, e por não podermos interrogar as participantes do diálogo neles travado. E talvez não pudessem ser confirmadas mesmo que Laura estivesse viva para a questionarmos, mesmo que pudessemos

entrevistar toda a equipe do jornal, mesmo que lêssemos as cartas originais que foram transcritas.

Buscamos, todavia, a partir de um movimento de empatia, colocarmo-nos no lugar das tecelãs, como se fôssemos nós mesmas as autoras das cartas, como se a indignação pela sua invisibilização nos discursos da equipe do jornal fosse nossa, como se estivéssemos agora suspensas entre uma pausa para trocar a cor da linha da máquina de costura e o fim do expediente de trabalho e, ao invés de irmos para casa, nos juntássemos às companheiras de trabalho para escrever sobre nossa situação. O feminismo das tecelãs parece ser, nesse lugar em que nos colocamos, uma resposta não só à opressão promovida pelos patrões, mas também pela própria equipe do jornal.

A feminização linguístico-discursiva em seu discurso toma a aparência de uma resposta, uma provocação, uma rebeldia, uma força centrífuga das trabalhadoras frente às forças centrípetas e centralizadoras da própria equipe do jornal, formada por homens que se acreditavam da “vanguarda”. Essa feminização nos mostra como podemos, nas palavras de bell hooks (2013, p. 233), tomar “a linguagem do opressor” e voltá-la “contra si mesma. Fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, libertando-nos por meio da língua”.

Na Figura 69, apresentamos a página em que foi publicado o enunciado a ser analisado nesta seção. Na mesma página do enunciado a ser analisado, observamos a presença de vários enunciados escritos e dirigidos a homens. Por não ser objetivo desta tese analisá-los, não os transcreveremos nem analisaremos integralmente, mas os descreveremos brevemente, dando a eles a mesma atenção que foi dada pelos editores às mulheres trabalhadoras.

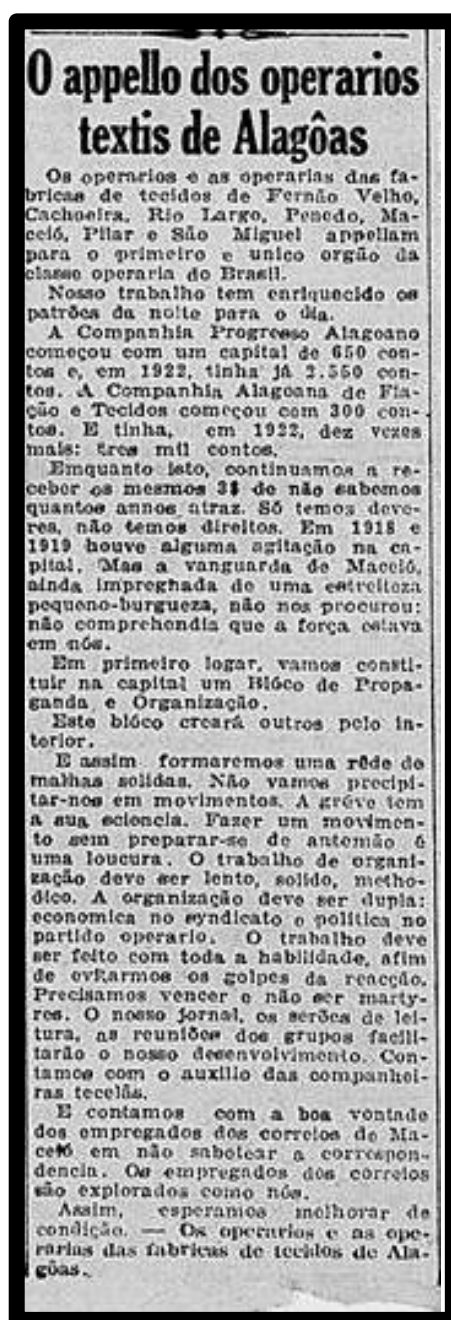
Localizamos assim, nessa página uma carta dos “operários internacionalistas” aos “operários nacionalistas”, intitulada “Os capitalistas não têm pátria! E os operários?”, referência a um lema dos comunistas internacionalistas da época: “Nem pátria, nem patrão”, como assinala Francisco Foot Hardman (2003). Observamos a presença de cartas assinadas por trabalhadores homens, sobre sua própria situação: padeiros, sapateiros, garçons, gráficos.

Encontramos, também, um artigo de opinião, assinado por Julio Bartaline, pseudônimo de Astrojildo Pereira, que, como vimos, foi um dos fundadores e editores de *A Classe Operária*, sendo um intelectual, e não um operário, fato que, inclusive, o fez sair da diretoria do partido quando ocorreu sua proletarização, conforme sua biografia no CPDOC da FGV. Isso corrobora a proposição de Lilian Zanvettor Ferreira, citada na seção 3.3 desta tese, de que embora a proposta do jornal fosse ser colaborativo, “Um jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores”, na prática, as trabalhadoras e trabalhadores escreviam apenas relatos de sua condição, sendo que “os artigos de opinião, as reflexões literárias e as discussões sobre

política se mostram vedadas ao trabalhador comum, sendo que nesses espaços a escrita era feita prioritariamente pela chamada vanguarda operária” (2019, p. 130). Observamos, assim, que a equipe do jornal atuava muitas vezes como força centrípeta, a excluir, a centralizar as ideologias dos enunciados publicados no jornal. Desse modo, às trabalhadoras comuns, os artigos de opinião e as discussões políticas eram ainda mais proibidas, devido ao preconceito por elas sofrido: eram, na visão da equipe do jornal, analfabetas e sentimentais, e precisavam ser educadas pelos companheiros, como vimos na seção 3.3 desta tese.

pelas charuteiras de Muritiba, do qual tratamos na seção 4.1, e dois enunciados assinados por tecelãs, os quais relacionaremos dialogicamente ao enunciado selecionado: “Em Pênedo (Alagoas)”, assinado por operários e operárias das fábricas de Pênedo, e “Em Jucutuquara”, assinado por operários e operárias da fábrica de tecidos de Jucutuquara. Na sequência, apresentamos a ampliação do enunciado selecionado para a análise nesta seção (FIGURA 71) e a sua transcrição nas normas vigentes.

Figura 71: Recorte do enunciado: “O apelo dos operários têxteis de Alagoas”



Fonte: A Classe Operária (27/06/1925, p. 2).

O apelo dos operários têxteis de Alagoas

Os operários e as operárias das fábricas de tecidos de Fernão Velho, Cachoeira, Rio Largo, Penedo, Maceió, Pilar e São Miguel apelam para o primeiro e único órgão da classe operária do Brasil.

Nosso trabalho tem enriquecido os patrões da noite para o dia.

A Companhia Progresso Alagoano começou com um capital de 650 contos e, em 1922, tinha já 2.550 contos. A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos começou com 300 contos. E tinha, em 1922, dez vezes mais: três mil contos.

Enquanto isto, continuamos a receber os mesmos 3\$ de não sabemos quantos anos atrás. Só temos deveres, não temos direitos. Em 1918 e 1919 houve alguma agitação na capital. Mas a vanguarda de Maceió, ainda impregnada de uma estreiteza pequeno-burguesa não nos procurou: não compreendia que a força estava em nós.

Em primeiro lugar, vamos constituir na capital um Bloco de Propaganda e Organização.

Este bloco criará outros pelo interior.

E assim formaremos uma rede de malhas sólidas. Não vamos precipitar-nos nos movimentos. A greve tem sua ciência. Fazer um movimento sem preparar-se de antemão é uma loucura. O trabalho de organização deve ser lento, sólido, metódico. A organização deve ser dupla: econômica no sindicato e política no partido operário. O trabalho deve ser feito com toda a habilidade, a fim de evitarmos os golpes da reação. Precisamos vencer e não ser mártires, as reuniões dos grupos facilitarão o nosso desenvolvimento. Contamos com o auxílio das companheiras tecelãs.

E contamos com a boa vontade dos correios de Maceió em não sabotar a correspondência. Os empregados dos correios são explorados como nós.

Assim, esperamos melhorar de condição. – Os operários e as operárias das fábricas de tecidos de Alagoas. (A CLASSE OPERÁRIA, 27/06/1925, p. 2).

Comprendemos que o enunciado selecionado é bastante representativo da condição das tecelãs brasileiras na República Velha. O título do enunciado selecionado, “O apelo dos operários têxteis de Alagoas”, corrobora a hipótese de que os títulos eram acrescentados pela equipe do jornal, uma vez que ao longo de todo o enunciado percebemos o uso da feminização linguístico-discursiva e no título utiliza-se o masculino genérico (assim como feito no enunciado “Mais um esforço” do mesmo número, o qual já analisamos).

A ausência da feminização linguístico-discursiva nos enunciados da equipe do jornal até 1928, quando, como vimos na seção 3.3 desta tese, fora utilizada no enunciado introdutório da seção “Dos nossos correspondentes” de 1º de maio de 1928, demonstra que a feminização linguístico-discursiva possivelmente foi uma política linguística implementada a partir dos discursos das mulheres trabalhadoras que escreviam para o jornal. Sua continuidade nos discursos políticos brasileiros demonstra como tal estilização foi sendo apreendida pouco a pouco: do discurso das trabalhadoras para o discurso da equipe do jornal, considerada, na República Velha, a vanguarda comunista brasileira; do discurso dessa vanguarda para o discurso militante da esquerda; do discurso militante para o discurso das/dos políticas(os)

brasileiras(os), principalmente para as/os que apresentavam e apresentam viés populista.

No enunciado selecionado, que se trata de uma carta aberta enviada ao jornal, não vemos a indicação do local em que foi escrita, nem da data, diferentemente dos enunciados das charuteiras e das telefonistas selecionados para a análise nas seções anteriores. No entanto, as tecelãs situam-se várias vezes em seu enunciado cronotopicamente, quando demarcam a localidade das fábricas em que trabalhavam, “Fernão Velho, Cachoeira, Rio Largo, Penedo, Maceió, Pilar e São Miguel” e quando revelam o valor que ganham há três anos, quando demonstram o ganho de capital pelos patrões em 1922, quando falam das agitações em Maceió em 1918 e 1919 e quando revelam seus planos para o futuro.

Constatamos se tratar de uma carta aberta pelo conteúdo objetal semelhante aos demais enunciados analisados e pelo estilo expositivo utilizado. O enunciado também apresenta uma assinatura “Os operários e as operárias das fábricas de tecidos de Alagoas”, sendo publicado na seção “Dos nossos correspondentes”, a qual se destinava às cartas escritas pelas trabalhadoras e trabalhadores. No n. 9, a seção não apresenta nenhum enunciado introdutório.

A feminização linguístico-discursiva aparece diversas vezes ao longo do enunciado. Em sua abertura, na autodenominação, “Os operários e as operárias das fábricas de tecidos de Fernão Velho, Cachoeira, Rio Largo, Penedo, Maceió, Pilar e São Miguel”. Entendemos que a demarcação dos dois gêneros em sua autodenominação demonstra, no plano discursivo, a inclusão de todas as trabalhadoras e de todos os trabalhadores no relato e nas reivindicações.

Já na denominação das interlocutoras, observamos a sua presença logo após a argumentação sobre o fato de ser necessária a organização de um bloco de propaganda antes da greve. Faz-se o pedido de não “precipitar-nos nos movimentos”, pois “A greve tem sua ciência”. A feminização das interlocutoras em “Contamos com o auxílio das companheiras tecelãs” nos faz inferir que essa argumentação colidia com o discurso das tecelãs, que provavelmente estavam revoltadas e queriam fazer greve o quanto antes.

Sobre o conteúdo temático da carta, observamos que as tecelãs tomam consciência de que seu trabalho teria “enriquecido os patrões da noite para o dia”, ao passo que elas continuavam “a receber os mesmos 3\$ de não sabemos quantos anos atrás”. Relatam, também que “Em 1918 e 1919 houve alguma agitação na capital. Mas a vanguarda de Maceió, ainda impregnada de uma estreiteza pequeno-burguesa não nos procurou: não compreendia que a força estava em nós”. Tanto a constatação de que os patrões enriqueceram e o relato de que a vanguarda não procurou as tecelãs durante as agitações de 1918 e 1919, quanto o entendimento de que tinham apenas deveres e não direitos materializam discursivamente sua consciência de classe, refratando a defesa de seus direitos no mundo do trabalho.

As operárias salientam que iriam “constituir na capital um Bloco de Propaganda e Organização”. Conforme Luiz Sávio de Almeida em *Crônicas alagoanas: notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas* (2006, p. 138), “praticamente em toda a indústria têxtil existia trabalho sindical”. Tal forma de organização é bastante relevante, pois é, também, a partir desses movimentos, que as operárias materializavam sua consciência de gênero e de classe.

De acordo com as operárias, “a vanguarda de Maceió, ainda impregnada de uma estreiteza pequeno-burguesa não nos procurou: não compreendia que a força estava em nós”. Observamos, neste trecho, a valoração atribuída pelas tecelãs à vanguarda intelectual da época, a qual, por não as procurar, as excluía dos movimentos de agitação. As operárias julgam a vanguarda pela sua estreiteza, pela sua limitação “pequeno-burguesa”. O uso do signo ideológico “pequeno-burguesa” para adjetivar a vanguarda é bastante expressivo. O uso do “nós” para se referir às operárias e aos operários no mesmo período, também. A vanguarda não era, assim, na visão das tecelãs, formada pela classe operária, e sim, pela pequeno-burguesia, que, segundo o dicionário de Bottomore, é equivalente à “classe média”, que por sua vez é assim definida:

Marx, porém, usou a expressão mais no sentido de “pequena burguesia”, para designar a classe ou camada social que está entre a burguesia e a classe operária. Em duas passagens de seus escritos publicados sob o título de Teorias da mais-valia, Marx referiu-se explicitamente à tendência ao crescimento da classe média como um aspecto importante do desenvolvimento do capitalismo. (BOTTOMORE, 1993, p. 111).

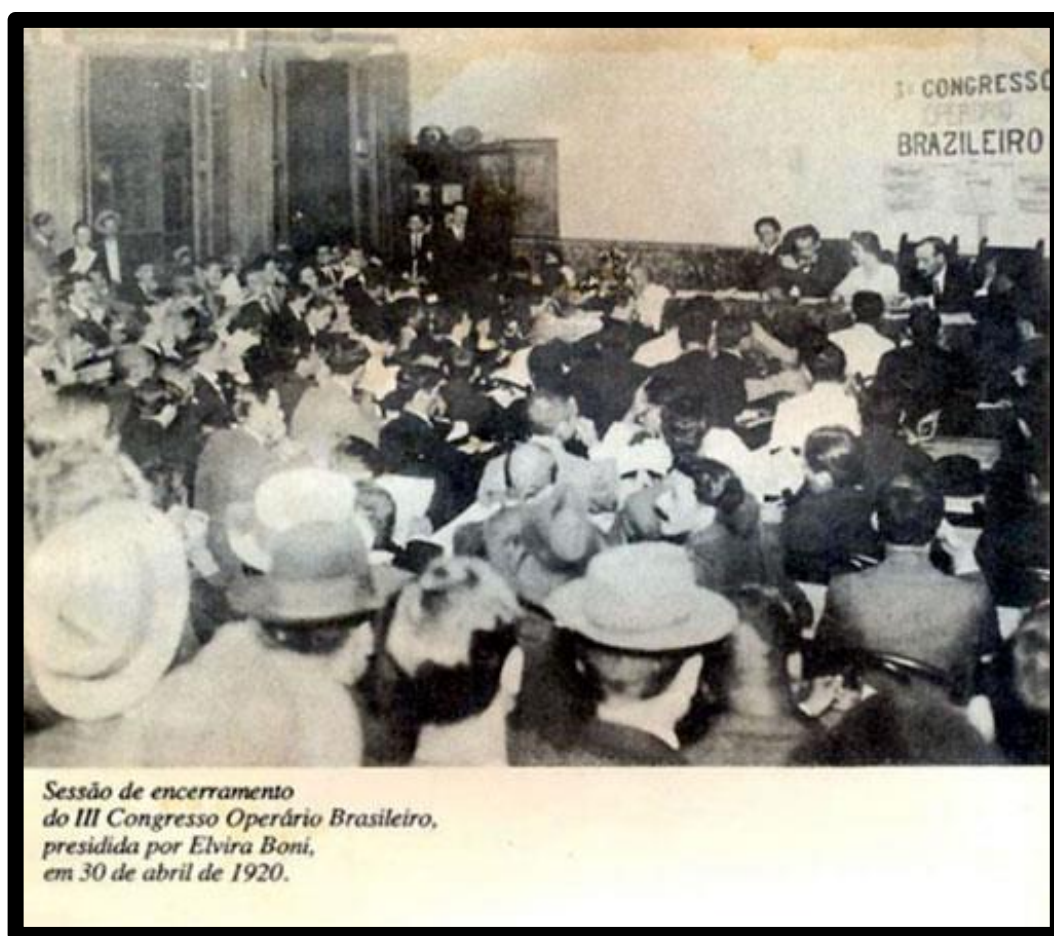
Dessa forma, ao salientarem a mentalidade pequeno-burguesa da vanguarda comunista brasileira da época, as tecelãs punham em xeque sua atuação, fato percebido pela constatação de que a vanguarda “não compreendia que a força estava em nós”, ou seja nas operárias.

As operárias das indústrias têxteis foram bastante atuantes na República Velha brasileira, tanto na imprensa operária, como nos movimentos operários. Vários acontecimentos históricos comprovam essa afirmação, como o fato da costureira Elvira Boni¹⁶³, em nome da

¹⁶³ Conforme o *Dicionário mulheres do Brasil, De 1500 até a atualidade* – Biográfico e ilustrado, organizado por Maria Aparecida Schumacher, (2000, p. 183-184) “Elvira Boni de Lacerda (1899-1990) Ativista política e líder grevista. Anarquista e líder da greve das costureiras de 1919 no Rio de Janeiro. [...] Filha dos imigrantes italianos Tercila Aciratti Boni e Angelo Boni. Conheceu as ideias socialistas dentro de casa, com seu pai, operário metalúrgico, e seus irmãos. Aos 8 anos, sua família mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro. Um irmão doente ocupou-a e Elvira não completou nem o curso primário; aos 12 anos começou a trabalhar como aprendiz numa oficina de costura. [...] Em maio de 1919 fundou, com Elisa Gonçalves de Oliveira, Aida Moraes, Isabel Peleteiro, Noêmia Lopes, Carmen Ribeiro e outras profissionais, a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas. Três meses depois, a entidade promoveu greve vitoriosa por melhores salários e jornada de oito horas. Essa greve foi noticiada pelo Jornal do Brasil como “a greve das abelhas de luxo. A União das Costureiras participou do III Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1920. Elvira e Noêmia Lopes foram escolhidas como representantes das costureiras. Elvira chegou a presidir a sessão de encerramento deste congresso. Foi tesoureira

União das Costureiras, ter presidido a mesa de trabalhos do III Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1920, e também a sua sessão de encerramento. Na legenda de uma fotografia, publicada no jornal *Voz do Povo*, de 1º de maio de 1920, lemos: “Dois aspectos da sessão de encerramento: [...] a mesa que dirigiu os trabalhos, presidida pela camarada Elvira Boni [...] em baixo, um aspecto da assembleia” (FIGURA 72).

Figura 72: Fotografia: Elvira Boni, da União das Costureiras, presidindo a mesa do III Congresso Operário



Fonte: Memória Sindical *apud* Martins (2013).

A partir do retrato, é possível perceber a importância de Elvira Boni, representante das operárias das fábricas têxteis, no movimento operário, visto que ela foi escolhida para presidir a mesa de abertura do Congresso. Tal fato, considerando que Elvira “não havia completado nem

da União de 1919 até 1922, quando a entidade fechou, segundo seu depoimento, por falta de interesse das mulheres em participar do movimento sindical. As mulheres temiam a repressão patronal; a própria Elvira teve que mudar de emprego depois da greve de 1919. Além disso, elas se viam mais como artistas do que como operárias, o que atrapalhava o recrutamento para ação sindical. [...] Apesar de grande colaboradora da causa comunista, Elvira nunca se filiou ao PCB. Em 1938, foi morar em Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro, e lá, em 1949, fundou com outras mulheres a Associação de Senhoras de Santa Teresa, que desenvolveu importante trabalho comunitário de proteção à infância, por melhorias no bairro e contra a carestia. Morreu no Rio de Janeiro em 1990.

o primário”, demonstra que, apesar disso, a operária “gozava do respeito da classe trabalhadora, conquistando espaço em esferas discursivas políticas” (BOENAVIDES, 2018, p. 123-124). Desse modo, podemos inferir que à profissão era conferido na época certo prestígio nas esferas operárias, talvez pelo fato de as costureiras serem parte importante dos movimentos grevistas.

O relato feito, no enunciado, de a vanguarda não ter procurado as operárias e os operários da indústria têxtil alagoana nos movimentos de 1918 e 1919, parece destoar de tais valorações, embora seja explicada pela sua “estreiteza pequeno-burguesa”. A valoração atribuída pelas operárias à vanguarda burguesa, a partir da adjetivação de que possuía uma “estreiteza pequeno-burguesa” indica, como diz Bakhtin (2012), um modo de agir. Ao atribuir à vanguarda um signo ideológico que normalmente era conferido às classes dominantes, as trabalhadoras a provocam, tentando o seu apoio, buscando que não fossem mais excluídas das lutas que lhe diziam respeito. No entanto, mesmo que as operárias buscassem a empatia da vanguarda comunista, sabemos que as lutas das operárias nem sempre contavam com o apoio de quem lhes devia ser solidário.

Em minha dissertação de mestrado, averigui que, muitas vezes, “o discurso dos homens trabalhadores reproduzia, também, o discurso colonizador das elites” (BOENAVIDES, 2018, p. 79). Localizamos um enunciado de um tecelão na assembleia da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, no qual era discutida a substituição do homem pela mulher nas indústrias têxteis que ilustra bem tal reprodução:

[...] nós não devemos ensinar [o trabalho] a essas mulheres que amanhã nos virão substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que o seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos [...]; oxalá que elas saibam compreender seu papel de educadoras daqueles que amanhã serão nossos substitutos na luta do pão e na conquista do bem-estar da humanidade, pois, assim, demonstrarão à sociedade serem as verdadeiras rainhas do lar; o papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa para ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar. (A Razão, 29/07/1919 *apud* RAGO, 2014, p. 96).

O discurso do tecelão reproduz o ideal de família burguesa da época, que apregoava que as mulheres deveriam ficar em casa como “educadoras daqueles que amanhã” seriam os “substitutos” dos operários “na luta pelo pão”. No entanto, como citamos, compreendemos que as mulheres das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foram alheias ao trabalho (SAFFIOTI, 1979), de modo que todas as afirmações do operário autor do citado enunciado nos parecem paradoxais e estereotipadas, de acordo com a ideologia das classes dominantes da época.

Voltando ao enunciado das operárias das fábricas têxteis, nele percebemos a presença de várias vozes sociais, nas quais observamos a atuação de forças centrípetas e centrífugas. A primeira, das operárias e dos operários, que escrevem a carta, relatando o enriquecimento dos patrões e o descaso da vanguarda alagoana e indicando as medidas que tomariam para reverter sua situação, organizando um movimento de propaganda e de discussão capaz de compreender a “ciência” da greve. Percebemos que essa voz atua como força centrífuga, que busca a descentralização dos discursos, através da possibilidade de fala àquelas que, muitas vezes, não eram ouvidas.

A segunda, dos patrões, que enriqueciam, e mantinham os salários baixos, não dividindo seus lucros com quem gerava a sua riqueza, com a qual as operárias entram em atrito. Essa voz atua como força centrípeta, uma vez que, ao não dividirem seus lucros com as operárias, as colocavam em um lugar cada vez mais à margem da sociedade e das esferas sociais de prestígio, das quais era possível enunciarem e serem ouvidas/lidas/compreendidas. A terceira voz que percebemos é a da vanguarda alagoana, da qual as operárias têxteis discordam, tanto pelo fato de organizarem agitações sem as chamarem, quanto pelo fato de possuírem uma “estreiteza pequeno-burguesa”, ou seja, por pensarem como a burguesia industrial, desdenhando “a força” das operárias. Tal voz atua na mesma direção da voz dos patrões, embora enuncie defender os interesses da classe trabalhadora. Ao tomarem o protagonismo das lutas sociais, a vanguarda exclui a quem não era conferida tanta importância, apesar da sua “força”.

Percebemos também uma quarta voz, as das tecelãs, com a qual as operárias buscam se aliar, contando com o seu auxílio. Também observamos a presença da voz das/dos trabalhadoras(es) dos correios, que as operárias tentam “puxar” para o seu lado, dizendo que eram “explorados” como elas. O uso da primeira pessoa do plural demonstra que as operárias falavam, também, ao seu próprio grupo, ao lembrar que aqueles que trabalhavam nos correios eram explorados da mesma forma. Tanto as tecelãs, quanto as/os trabalhadoras(es) dos correios se apresentam com um coro de apoio das operárias, como aliadas(os) para “melhorar de condição”.

O fato de as operárias das indústrias têxteis de Alagoas buscarem o apoio daquelas(es) que trabalhavam nos correios parece ser relevante do ponto de vista cronotópico do enunciado. A localização de Alagoas, distante do Distrito Federal, possivelmente obrigava que as operárias tecelãs se comunicassem com as demais organizações operárias do país via cartas. Isso também deveria ocorrer pelo fato de as indústrias têxteis alagoanas situarem-se em diferentes cidades. Como vimos, na época, as linhas telefônicas ainda eram escassas e seu acesso era ainda difícil à classe trabalhadora.

Sobre a presença da indústria têxtil em Alagoas, segundo Sérgio Coutinho dos Santos *et al.*, em “O protagonismo feminino na luta operária do setor têxtil em Alagoas: o caso das mulheres grevistas de Fernão Velho”,

No fim do século XVIII, Alagoas extraía o “ouro branco” que era, em grande parte, exportado para a Inglaterra. Ao longo do século XIX, várias regiões dos Estados Unidos e do Brasil operaram como produtoras algodoeiras para outros países e mercados. Como explica Airton de Souza Melo, no século XIX, o Brasil se destacou como mercado produtor alternativo para os Estados Federalistas do Norte, em consequência da Guerra da Secessão que interrompeu o fornecimento da matéria prima vinda dos Estados Confederados. No século XX, em consequência da I Guerra Mundial, a produção algodoeira nacional também teve destaque, não só no fornecimento da matéria prima, mas também na produção têxtil de manufaturados para as empresas inglesas, considerando que os demais concorrentes voltavam suas atenções para a produção bélica [...] Até a I Guerra Mundial, a família Machado viu seu maquinário crescer de 80 para 1.000 teares, tendo sido possível ganhar medalha de melhor manufatura em Turim, na Itália, em 1911. (SANTOS *et al.*, 2021, p. 195).

Desse modo, depreendemos a importância econômica da indústria têxtil em Alagoas, que exportava, tanto matéria prima quanto produtos manufaturados para os Estados Unidos e para a Inglaterra, tendo uma de suas indústrias reconhecida na Itália como “melhor manufatura”.

Marcelo Góes Tavares, em seu artigo “Territórios fabris no ramo têxtil em Alagoas e fisiografias urbanas em Maceió (1857-1943): histórias e representações” (2019), apresenta a história das fábricas têxteis em Alagoas. Segundo o autor, em 1857 foi instalada a Companhia União Mercantil em Fernão Velho, em Maceió, sendo a pioneira no estado, além de uma das primeiras fábricas têxteis do país. Localizamos na obra *Trajatória da Indústria em Alagoas*, elaborada pela Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, uma fotografia da referida fábrica na época (FIGURA 73)

Figura 73: Fotografia “Fábrica União Mercantil, primeira indústria têxtil instalada em Alagoas”

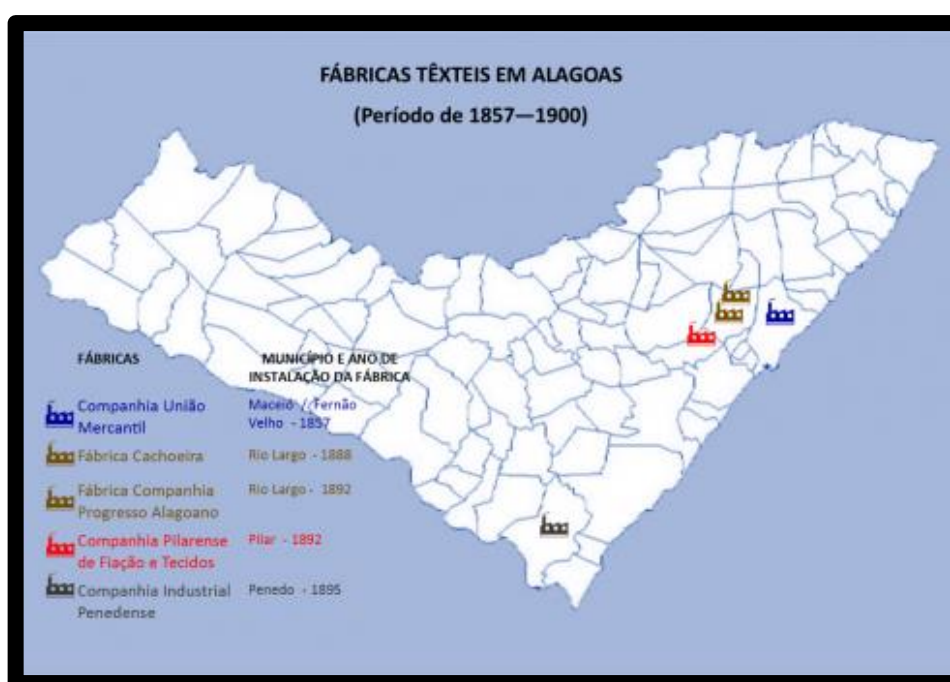


Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (2018, p. 22).

Um dos aspectos visualizados na fotografia é o contraste entre a grande edificação da fábrica e a paisagem rural ao seu entorno, que demonstra um aspecto da modernização conservadora pela qual passou o Brasil da época, na qual, como salienta Elisa Maria Pereira Reis, em seu artigo “Elites Agrárias, State-Building e Autoritarismo” (1982, p. 344), “as elites agrárias reconheceram a necessidade de ‘mudar para conservar’ e, controlando a mudança, neutralizaram as chances de qualquer desafio revolucionário” e “ao invés de desafiar proprietários rurais “pré-capitalistas retrógrados”, as elites industriais aliaram-se a empresários agrícolas dinâmicos”. Essas alianças que provavelmente levaram ao desenvolvimento no Brasil de indústrias que se aliavam ao setor agrário: as fábricas de charuto, à agricultura de fumo, as fábricas de tecidos, à agricultura de algodão.

De acordo com Tavares (2019), a presença de rios, portos e atracadouros permitia o escoamento da produção de Alagoas, o que favorecia para que a indústria, entre elas a têxtil, se desenvolvesse no estado. Na sequência, apresentamos o mapa elaborado pelo autor sobre a distribuição das indústrias têxteis no território alagoano (FIGURA 74).

Figura 74: Mapa da Distribuição territorial de fábricas têxteis em Alagoas, período 1857-1900



Fonte: Tavares (2019, p. 1).

É possível perceber através do mapa que as fábricas da região se situavam em cidades próximas a portos, como era comum na época. Após a 1ª Guerra Mundial, “de 1921 a 1927, entrou no país grande quantidade de máquinas de fiação, tecelagem, estamperia e outros acessórios” (STEIN, 1979, p. 119 *apud* TAVARES, 2019, p. 2), modernizando a produção. O

capital investido na década de 1920 no setor têxtil alagoano era superior até mesmo ao das usinas de açúcar (TAVARES, 2019). Isso é decorrente do fato de que

As fábricas do Nordeste contavam com o fato favorável de estarem em uma região produtora de algodão, reduzindo o custo e tempo de acesso à sua matéria-prima. [...]. Muitos destes também dispunham de fábricas para o beneficiamento do algodão. (TAVARES, 2019, p. 3).

As informações trazidas pelo autor ratificam as observações realizadas a respeito da modernização conservadora realizada em Alagoas: as indústrias giravam em torno da matéria-prima produzida nos grandes latifúndios, o que, além de reduzir “o custo e o tempo de acesso à matéria prima”, como foi salientado por Tavares, acrescentamos, também favorecia à manutenção dos interesses agrários da região.

No quadro elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (QUADRO 10), observamos como eram distribuídas as indústrias no estado no início do século XX. A partir do Quadro, percebemos que o número de fábricas de tecidos superava o das demais indústrias da época, contando, em 1900, com cinco fábricas, instaladas nos municípios de Santa Luzia, Penedo e Pilar.

Quadro 10: Atividades Industriais em Alagoas no Início dos Anos 1900

GÊNEROS	LOCALIDADES OU MUNICÍPIOS	QUANT
Tecidos	Sta. Luzia, Penedo, Pilar	05
Óleos Vegetais	União, Penedo	02
Sabão	Maceió, Penedo	02
Tijolos	Sta. Luzia do Norte	01
Vinagre	Maceió, Penedo, União	06
Cigarros	Maceió, Pilar, Penedo	05
Móveis	Maceió, Pilar, Penedo	02
Refinação de Açúcar	Maceió, Pilar, Penedo	05
Refinação de Café	Maceió, Pilar, Penedo	03
Curtidora de Couros	Penedo	01
Beneficiamento de Algodão	Penedo, União, Viçosa	42
Beneficiamento de Mármore	Viçosa	01
Beneficiamento de Arroz	Penedo, Outros do São Francisco	05
Chinelos de Trança	Maceió	01
Calçados	Maceió	02
Tamancos	Pão de Açúcar, Penedo	03
Fabricação de Gelo	Maceió	01
Álcool	Sta. Luzia, Pilar, Piaçabuçu	06
Açúcar	Sta. Luzia, Atalaia, Laje	06
Bebidas Alcoólicas	União	01
TOTAL		100

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (2018, p. 52).

Observamos que as fábricas de Cachoeira, Rio Largo, Maceió (dentre as quais, estava a situada no bairro Fernão Velho) e São Miguel, mencionadas pelas operárias autoras do enunciado selecionado para análise, não estão presentes no Quadro 10, assim como a cidade de Santa Luzia, referida no quadro como uma das cidades nas quais havia indústria têxtil, não fora citada pelas tecelãs.

A ausência de algumas cidades indicadas pelas operárias no quadro elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de Alagoas não é por si um grande problema, pois o levantamento pode ter levado em consideração apenas as fábricas instaladas no início dos anos 1900. No entanto, salientamos que a ausência da fábrica situada em Maceió, no bairro Fernão Velho, a qual, como vimos, foi a primeira indústria a se estabelecer em Alagoas, em 1857, a Companhia União Mercantil, é uma lacuna importante no Quadro, uma vez que a fábrica perdurou, sendo ativa ainda no período arrolado pelo levantamento. Tanto é verdade essa ausência, que o levantamento feito na mesma obra das fábricas de tecidos em atividade em 1930 menciona a Companhia União Mercantil, ainda situada em Fernão Velho (QUADRO 11):

Quadro 11: Fábricas de tecidos em atividade em Alagoas – 1930

EMPRESA	LOCALIZAÇÃO
Cia.de Fiação e Tecidos Santa Margarida	Jaraguá - Maceió
Cia.de Fiação e Tecidos Norte Alagoas	Saúde - Maceió
Cotonifício M. Lobo S.A Fábrica Alexandria	Bom Parto - Maceió
Companhia União Mercantil	Fernão Velho - Maceió
Fábrica Cachoeira Fiação e Tecidos*	S. Luzia do Norte
Fábrica Progresso Fiação e Tecidos*	S. Luzia do Norte
Cia. Pilarense de Fiação e Tecidos	Pilar
Cia. de Fiação e Tecidos São Miguel	S. Miguel dos Campos
Cia. Miguelense de Fiação e Tecelagem	S. Miguel dos Campos
Cia. Industrial Penedense	Penedo
Cia. Agro Fabril Mercantil	Delmiro Gouveia
<i>*Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos</i>	

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (2018, p. 64).

No Quadro 11, notamos a presença de algumas das cidades/bairros mencionados pelas tecelãs, como Fernão Velho – Maceió, São Miguel, Maceió, Pilar e Penedo. Não foram citadas as fábricas localizadas em Cachoeira e Rio Largo, bairros de Maceió, mencionadas pelas operárias.

Da Companhia União Mercantil, encontramos uma fotografia (FIGURA 75), na qual visualizamos os muitos teares presentes na fábrica, na década de 1920, em Fernão Velho, primeira cidade mencionada no enunciado selecionado. A maioria deles, ocupados por tecelãs.

Figura 75: Fotografia de tecelãs da Companhia União Mercantil (Alagoas)



Fonte: Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Pasta 07, Col. Postais de Maceió. Postal n.º 177. Autor desconhecido, [192?] (*apud* TAVARES, 2019).

Um dos fatos que observamos na fotografia é a fisionomia séria das operárias alagoanas. Percebemos, também, o grande número de trabalhadoras negras, assim como observamos a partir das fotografias das charuteiras do Recôncavo Baiano e como foi constatado a partir das fotografias das telefonistas. Nós constatamos, assim, uma divisão não só sexual, mas também racial do trabalho da época no Brasil. Não podemos, assim, como diz Lélia Gonzalez (2018, p. 264), falar de flores, precisamos pensar na tragédia que tem sido, desde muito, a exploração das mulheres trabalhadoras brasileiras pelas classes dominantes, considerando que a “libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração das mulheres negras” (GONZALEZ, 2020, p. 43).

Sobre a presença apenas de mulheres na fotografia, salientamos que tal fato pode ter se dado devido à divisão sexual do trabalho nas fábricas, nas quais as mulheres e os homens, na maioria das vezes, exerciam trabalhos em diferentes setores e espaços. Como mostra Osvaldo Batista Acioly Maciel,

De forma resumida, este processo de confecção e acabamento do tecido constitui-se de três etapas: a preparação da (e a) fiação; a tecelagem propriamente dita; e o acabamento do tecido. Esta divisão do trabalho permitia a utilização, em determinados setores, de mão-de-obra não especializada e de crianças, reduzindo aos outros setores. Os homens, ao que parece, eram concentrados principalmente na primeira seção do primeiro prédio e nas duas primeiras e na quarta do segundo prédio, onde se exigia maior força braçal. (MACIEL, 2009, p. 85).

Assim, o trabalho dos homens e o trabalho das mulheres nas fábricas de tecidos normalmente divergiam, assim como o local destinado à sua realização. Observamos que tanto a diferenciação no trabalho realizado, quanto do espaço podem ter contribuído para a falta de cooperação entre operárias e operários das fábricas têxteis, o que pode ter motivado que, no enunciado selecionado, fosse pedida a colaboração das tecelãs. A divisão sexual do trabalho nas indústrias têxteis de Alagoas pode ser observada na Figura 76:

Figura 76: Fotografia de operárias e operários da Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos



Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (2018, p. 40).

Na fotografia das operárias e dos operários da Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos, percebemos a presença de imensos teares, de mais ou menos quinze operários homens à frente e mais ou menos dez operárias mulheres ao fundo, no canto esquerdo do retrato (como a única mulher presente na fotografia de *A Classe Operária*, apresentada na FIGURA 21 da seção 3.3 desta tese). Salientamos que, embora no retrato as operárias têxteis pareçam “escondidas”, nos enunciados por elas assinados, elas são protagonistas.

Isso ocorre tanto no enunciado selecionado para análise, quanto também no outro enunciado de tecelãs coletado em nossa pesquisa. Na mesma página do enunciado selecionado para a análise, coletamos outro enunciado, assinado por operárias de fábricas de tecidos, com o qual o primeiro enunciado estabelece relações dialógicas (FIGURA 77). Salientamos que a presença de cartas de trabalhadoras e trabalhadores de Alagoas no jornal *A Classe Operária*

pode ter se dado pelo fato de que um de seus editores, Otávio Brandão, era natural do estado, possivelmente ainda mantendo contato com amigos e familiares da região, o que provavelmente propiciava a comunicação entre esses e o jornal.

Figura 77: Recorte do enunciado “Em Penedo (Alagoas)”



Fonte: A Classe Operária (27/06/1925, p. 2).

Na sequência, apresentamos a transcrição do enunciado, nas normas atuais:

Em Penedo (Alagoas)

Há aqui quatro fábricas de tecidos. Somos vários milhares, dentre os quais centenas de menores de 10 a 14 anos – de ambos os sexos.

Na tecelagem Penedense, de Peixoto & C., o trabalho vai das 5 às 18 horas. Sucede o mesmo na Fábrica de Fiação e Tecelagem de Peixoto Gonçalves & C., e na Têxtil de Antunes & C.

Na fábrica de Cícero Cravo & C., trabalhamos das 4 às 20 horas. São 16 horas diárias menos o intervalo de almoço.

O contramestre ganha de 4\$ a 5\$. Os homens ganham de 1\$300 a 2\$000 por dia. As tecelãs, de 9\$ a 10\$ semanais. E os menores - \$500 diários!

Eis aí a civilização alagoana no vale do rio S. Francisco!
Esperamos que *A Classe Operária* revele aos trabalhadores do Brasil a nossa situação. – Os operários e as operárias das fábricas de Penedo. (*A CLASSE OPERÁRIA*, 27/06/1925, p. 2).

No enunciado, intitulado “Em Penedo (Alagoas)” e assinado pelas operárias e pelos operários das fábricas de Penedo, observamos o relato da situação das operárias e dos operários. A carta é iniciada pela indicação da quantidade de fábricas de tecidos existentes na época em Penedo – quatro – seguida da exposição da quantidade de trabalhadoras e trabalhadores nelas empregadas(os). Observamos o uso da primeira pessoa do plural para indicar tal quantidade: “Somos vários milhares”.

O primeiro fato que nos chamou a atenção no enunciado foi a indicação, a partir do aposto “dentre os quais centenas de menores de 10 a 14 anos”, de que muitas crianças trabalhavam na fábrica, ganhando apenas \$500 diários, ¼ do salário dos homens (até 2\$000 por dia). O ponto de exclamação após o valor recebido pelas crianças revela a valoração atribuída pelas operárias a esse salário, a indignação por ser tão baixo. Essa indignação corrobora com a tese de Margareth Rago, em *Do cabaré ao lar*, de que

No discurso operário, a questão do trabalho infantil assumia a dimensão de luta pela preservação do campo de trabalho do homem adulto, mas, ao mesmo tempo, refletia a preocupação de proteger as crianças contra a degeneração física e moral advinda do trabalho fabril. (RAGO, 2014, p. 188).

Dessa forma, observamos que o discurso das operárias e dos operários reflete a defesa da infância, refrata o interesse de que as crianças não fossem opção de mão de obra, uma vez que, por ganharem menos, muitas vezes, faziam com que o trabalho de mulheres e homens adultos fosse preterido.

Essa refração era muitas vezes percebida e satirizada pela imprensa na época, como no cartum publicado no jornal *Careta* (RJ), de 28 de julho de 1917 (FIGURA 78). O cartum, intitulado “O pequeno grevista”, apresenta um diálogo entre uma criança pequena, com vestes maltrapilhas, e um casal de burgueses vestidos com trajes refinados, com peles de animal. Observamos, na caricatura, o contraste entre o capital e o trabalho infantil, também observado no diálogo travado entre o casal burguês e a criança. A criança diz “Eu estou desocupado porque a fábrica aderiu à greve. Os operários são contra o trabalho das crianças”, ao que alguém pergunta “E quem foi que te empregou na fábrica?” A criança responde “Foi meu pai, que é o chefe dos grevistas”.

Observamos a crítica feita pelo jornal à greve, que tinha, entre seus principais pontos, ser “contra o trabalho das crianças”. O fato de o casal burguês estar “desocupado”, apesar de a criança pobre não poder estar, refrata a concordância da equipe do jornal *A Careta* com o trabalho infantil, o que também é percebido pelo fato de, ironicamente, ser mencionada a contradição existente no fato de o pai da criança ter concordado com seu emprego na fábrica,

apesar de ser “contra o trabalho das crianças”. O cartum questiona implicitamente, como refração, se as crianças trabalhariam, sendo expostas aos regimes de trabalho insalubres, caso suas mães e seus pais não os empregassem. Podemos inferir, a partir da sátira, que muitos discursos da época atribuíam a culpa pelo trabalho infantil às operárias e aos operários, e não às/aos donas(os) das fábricas. Ao mesmo tempo, o discurso dominante atuava como uma força centrípeta, disciplinadora, que apregoava que as crianças pobres deveriam estar sempre “ocupadas”, não importando se essa ocupação colocasse sua saúde em risco.

Figura 78: Cartum “O pequeno grevista” sobre greve de 1917



Fonte: *Careta* (28/07/1917, p. 15).

Irma Rizzini, no capítulo “Pequenos trabalhadores do Brasil”, presente na obra *História das crianças no Brasil* salienta que

O Brasil tem uma longa história de exploração da mão de obra infantil. As crianças pobres sempre trabalharam. Para quem? Para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e do Império; para os “capitalistas” no início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou

desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terras como boias-frias; nas unidades domésticas de produção industrial ou agrícola; nas casas de família; e finalmente nas ruas, para manterem a si e a suas famílias. (RIZZINI, 2015, p. 376).

Desse modo, o trabalho infantil nas fábricas de tecido, embora fosse combatido por muitas(os), era bastante comum. Tão comum que, de acordo com dados analisados por Irma Rizzini, foi possível constatar “que a indústria têxtil foi a que mais recorreu ao trabalho de menores e mulheres no processo de industrialização do país” (2015, p. 377). Nas muitas greves que agitaram a República Velha, as crianças estavam presentes, como pequenas(os) trabalhadoras que buscavam seus direitos. Em um retrato da greve de 1º de maio de 1907, é possível observar sua presença (FIGURA 79):

Figura 79: Fotografia de crianças na greve de 1º de maio de 1907



Fonte: Rizzini (2015, p. 379).

A presença de crianças nas indústrias têxteis de Alagoas na República Velha pode ser observada também na Figura 80, que mostra operárias e operários em frente à fábrica Companhia União Mercantil:

Figura 80: Fotografia de operárias e operários em frente à fábrica Companhia União Mercantil



Fonte: Marroquim (1922/2000, p. 204) *apud* Tavares (2016, p. 76).

No retrato (FIGURA 80), observamos a presença de muitas crianças, algumas com tamanho que demonstra possuírem menos de dez anos, o que pode ser decorrente do fato de, na época, a indústria têxtil alagoana ter iniciado o modelo de ter em torno da fábrica uma vila operária (TAVARES, 2016), na qual operárias e operários moravam, o que fazia com que as jornadas de trabalho pudessem ser maiores, uma vez que o tempo de deslocamento das/dos trabalhadoras(es) era menor.

A respeito dessa fotografia, o historiador Marcelo Góes Tavares, em sua tese *Do tecer da memória ao tecido da história: operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho* (Maceió, AL, 1943-1961), faz a seguinte análise:

A composição dessa fotografia contém quatro planos, que não necessariamente são dispostos de forma hierárquica, embora alguns se destaquem mais que os outros.

No primeiro plano, apresenta a mata, um recurso necessário para geração de energia para a produção. Entravam na fábrica cargas e mais cargas de madeira para serem queimadas no setor das caldeiras, permitindo o aquecimento da água até o estado de vapor, transformando-o em energia. **No**

segundo plano, o complexo arquitetônico considerado uma moderna instalação para a época, possibilitando abrigar diferentes seções desde a primeira com o tratamento do algodão, passando pela fabricação de fios e tecidos, e por fim, expedição. Nesses dois primeiros planos, podemos considerar o caráter de exposição. Os planos tornam-se inteligíveis por meio das informações disponíveis nos textos da publicação, informando sobre a produção e destacando as realizações dos antigos fundadores da Fábrica e então proprietários naquele período.

No terceiro plano, ocupando o centro da foto, os operários. Provavelmente posaram para esse registro quando mobilizados por seus gerentes e contramestres a mando da direção da Fábrica. Fato esse que representava, de certo modo, a força que a disciplina fabril exercia sobre esses trabalhadores.

O último plano, no canto inferior esquerdo, o enquadramento de um detalhe da linha férrea, que passava em frente a essa cena. O trilho representava a presença constante do trem, que deslocava pessoas, matéria-prima e mercadorias. Reduzia a distância entre Fernão Velho e outras localidades. Facilitava o escoamento da produção. Na foto, integravam-se Fábrica e trem como signos representantes da modernidade após a Revolução Industrial.

Simultaneamente, circulavam uma representação de que naquela Fábrica ofereciam boas condições de vida para a população residente, situação essa baseada na oferta de trabalho e benefícios oferecidos pelos industriais, a exemplo da moradia, ambulatório, colégio, diversão, entre outros.

Os operários também ganhavam destaque nessas cenas. Formavam uma categoria social composta por homens e mulheres, sejam jovens, sejam velhos, de diferentes faixas etárias, funções no processo produtivo e posicionamento político. Na fotografia podemos lhes atribuir valor de culto, evidenciando seus corpos e rostos. **As crianças não estavam excluídas dessa categoria.** Já viviam a cultura fabril, seja por meio de seus pais, na disciplina da escola, da catequese, do escotismo, seja mesmo na obediência e resistência ao que era considerado pelos patrões como bom costume em Fernão Velho. **Elas, tão logo completassem 14 anos de idade, poderiam também trabalhar como operários.** (TAVARES, 2016, p. 76, grifos nossos).

Dessa forma, constatamos que, se apenas aos 14 anos de idade era possível que as crianças trabalhassem como operárias, a denúncia feita no enunciado das operárias era ainda mais grave.

O segundo fato que observamos no enunciado assinado pelas operárias têxteis de Penedo em *A Classe Operária* foi a exposição de que as operárias e os operários eram milhares, e o fato de frisarem que eram “de ambos os sexos”, apesar de a assinatura já demarcar isso. Isso demonstra o papel protagonista das mulheres, tanto nas fábricas, quanto no enunciado analisado. A análise da fotografia realizada por Tavares também salienta isso. Segundo o autor, as/os operárias(os) “Formavam uma categoria social composta por homens e mulheres, sejam jovens, sejam velhos, de diferentes faixas etárias, funções no processo produtivo e posicionamento político”.

A fotografia (FIGURA 80) também desfaz o imaginário de que o operariado brasileiro era formado principalmente por homens, imigrantes europeus, brancos. Desse modo, como

afirma Tavares (2016, p. 89), “o operariado desde a Primeira República já podia ser também reconhecido, sobretudo na região Nordeste, como sendo também negro, [...] e composto por expressiva parcela de mulheres”.

A explanação das muitas horas de trabalho e dos baixos salários reivindica, mesmo que indiretamente, que a carga horária fosse diminuída, e os valores recebidos, aumentados. Observamos que é em resposta a tal exploração por parte dos patrões que as operárias escrevem a carta, buscando que “*A Classe Operária* revele aos trabalhadores do Brasil a nossa situação”. Em termos bakhtinianos, podemos dizer que as operárias buscavam nas trabalhadoras e nos trabalhadores do Brasil um coro de apoio, que, a partir de um movimento de empatia e exotopia, fosse capaz de reconhecer suas lutas e, por um excedente de visão, tornasse possível se aliar às trabalhadoras, para engrossar o seu apelo, contra o que ironizam ser “a civilização alagoana no vale do rio S. Francisco”.

Notamos, no uso do signo ideológico “civilização alagoana” para nomear a burguesia industrial que oprimia as operárias, a presença da voz social dos patrões, que têm suas palavras ironizadas. As críticas das operárias contrastam com a forma como eram retratadas as indústrias têxteis alagoanas. Isso fica nítido quando observamos uma propaganda a respeito de uma fábrica de tecidos de Alagoas da época (FIGURA 81).

Figura 81: Recorte do enunciado “A atividade da Cia. de Fiação e Tecidos Norte Alagoas”

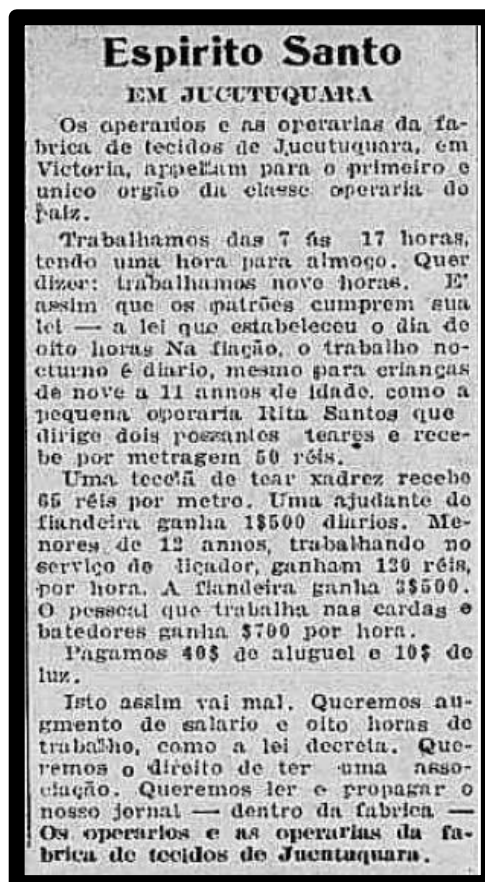


Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (2018, p. 63).

O uso do signo ideológico “progressista” para adjetivar a fábrica na propaganda faz-nos pensar se “civilização” era também uma palavra de uso constante pela elite alagoense, que provavelmente atribuía a si mesma tais denominações. Progresso, ordem e civilização eram palavras da moda para elite da época, que repetia a legenda da bandeira brasileira criada logo após a Proclamação da República, em 1889, portanto, ainda novidade no período da República Velha (1889-1930). A consciência de classe e de gênero das trabalhadoras alagoanas, desse modo, transpassava a estilística do seu enunciado, compreendendo o uso paradoxal dos signos ideológicos pelas classes dominantes, que se diziam progressistas, ao mesmo tempo que tinha progressos e enriquecia às suas custas, como mostram em seu primeiro enunciado, selecionado para análise neste capítulo. As/os donas(os) das fábricas, como é possível perceber na Figura 79, propagandeavam as grandes somas de lucro, sem parecer temer possíveis revoltas das operárias, por não terem parte nesses valores.

O discurso das tecelãs alagoanas, porém, dialogava com outros enunciados assinados por operárias têxteis presentes no jornal, como o assinado pelas operárias e pelos operários das fábricas de tecidos de Jucutuquara (Espírito Santo) (FIGURA 82).

Figura 82: Recorte do enunciado “Em Jucutuquara”



Fonte: A Classe Operária (27/06/1925, p. 2).

A seguir, apresentamos a transcrição do enunciado nas normas atuais.

Espírito Santo
Em Jucutuquara

Os operários e as operárias da fábrica de tecidos de Jucutuquara, em Vitória, apelam para o primeiro e único órgão da classe operária do país.

Trabalhamos das 7 às 17 horas, tendo uma hora para almoço. Quer dizer: trabalhamos nove horas. É assim que os patrões cumprem a lei – a lei que estabeleceu o dia de oito horas. Na fiação, o trabalho noturno é diário, mesmo para crianças de nove a 11 anos de idade, como a pequena operária Rita Santos que dirige dois possantes teares e recebe por metragem 50 réis.

Uma tecelã de tear xadrez recebe 65 réis por metro. Uma ajudante de fiandeira ganha 1\$500 diários. Menores de 12 anos, trabalhando serviço de liçador, ganham 120 réis por hora. A fiandeira ganha 3\$500. O pessoal que trabalha nas cardas e batedores ganha \$700 por hora.

Pagamos 40\$ de aluguel e 10\$ de luz.

Isto assim vai mal. Queremos aumento de salário e oito horas de trabalho, como a lei decreta. Queremos nosso direito de ter uma associação. Queremos ler e propagar o nosso jornal – dentro da fábrica – **Os operários e as operárias da fábrica de tecidos de Jucutuquara**. (A CLASSE OPERÁRIA, 27/06/1925, p. 2).

Observamos que o título do enunciado “Em Jucutuquara” colabora para a compreensão cronotópica da carta assinada pelas operárias e pelos operários da fábrica de tecidos de Jucutuquara. Assim como os demais títulos dos enunciados coletados em nossa análise, esse parece ser atribuído pela equipe do jornal.

O enunciado das tecelãs do Espírito Santo apresenta a mesma organização da maioria dos enunciados observados em nossas análises. Assim, verificamos a presença de um relato da situação das operárias e, logo após, a indicação de suas aspirações.

Sobre a exposição de sua condição, percebemos que, assim como as operárias alagoanas, as operárias de Jucutuquara apresentam e, ao mesmo tempo, questionam os valores pagos pelo seu trabalho. Dentre os valores recebidos expostos, observamos os baixos salários recebidos pelas crianças. Um dos relatos diz que não adianta nem mesmo que as pequenas operárias trabalhassem tanto quanto adultos, elas ainda assim recebiam menos, como “a pequena operária Rita Santos que dirige dois possantes teares e recebe por metragem 50 réis”.

As operárias indicam os valores que pagavam de aluguel e de luz, e demonstram como a conta não fechava, pois pagavam “40\$ de aluguel e 10\$ de luz”. Assim, podemos compreender que o salário mensal total de um dos membros da família ainda seria insuficiente para os custos que tinham com moradia.

As operárias demonstram conhecimento de seus direitos e da lei, que restringia a carga horária de trabalho a oito horas diárias. A reivindicação para que fosse cumprida a lei demonstra sua consciência de classe, assim como a sua autodenominação e de suas colegas de trabalho, a

partir da feminização linguístico-discursiva, materializa discursivamente sua consciência de gênero.

Observamos que as operárias do Espírito Santo apresentaram tal estilização em diversos momentos de seu enunciado. Logo na abertura, quando enunciam que “Os operários e as operárias da fábrica de tecidos de Jucutuquara, em Vitória, apelam para o primeiro e único órgão da classe operária do país”. Na exposição de sua situação, quando nomeiam os vários cargos exercidos por elas dentro da fábrica: “**Uma tecelã** de tear xadrez recebe 65 réis por metro. **Uma ajudante** de fiandeira ganha 1\$500 diários. Menores de 12 anos, trabalhando serviço de liçador, ganham 120 réis por hora. **A fiandeira** ganha 3\$500. O pessoal que trabalha nas cardas e batedores ganha \$700 por hora” (grifos nossos). No fechamento de seu enunciado, quando assinam a carta como “Os operários e as operárias da fábrica de tecidos de Jucutuquara”.

As demais ambições das operárias do Espírito Santo, de poderem ter uma associação e poderem ler e propagar as ideias do jornal dentro da fábrica, demonstram sua vontade de se organizar politicamente e sindicalmente, para lutarem pelos seus direitos. Marcam também a consciência do que deveriam fazer para conseguirem alcançar seus direitos.

Sabemos que, na época, mulheres ainda não possuíam os mesmos direitos políticos dos homens, a exemplo do direito ao voto, como vimos nas seções 2.1 e 3.2 desta tese, conquistado em 1932, ano em que foi assinado por Getúlio Vargas o Decreto 21.076, de 24 de fevereiro 1932, que em seu artigo 2º dizia: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”.

No entanto, observamos que as mulheres trabalhadoras foram, mesmo antes disso, participantes da política e dos movimentos operários, como foi o caso de Elisa Scheid, que foi inclusive presidenta de um partido operário, como relatamos na seção 3.3, e de Elvira Boni, que teve forte participação no movimento operário, através da União das Costureiras, como expomos nesta seção.

É para frisar essa participação das operárias das fábricas têxteis na esfera política que finalizamos esta seção e, por conseguinte, as análises desta tese, com o enunciado intitulado “Mulheres Trabalhadoras do Brasil, Alerta”, presente na terceira página do n. 18 da segunda fase do jornal, datado de 25 de agosto de 1928, assinado por Hermelinda Borges, que exercia a função de operária pespontadeira, o qual transcreveremos na sequência, nas normas vigentes (FIGURA 83).

Figura 83: Recorte do enunciado “Mulheres Trabalhadoras do Brasil, Alerta”

Mulheres Trabalhadoras do Brasil, Alerta!

E' chegado o momento de auxiliarmos os nossos companheiros nas lutas eleitoraes que se approximam.

A victoria dos nossos candidatos proletarios depende de uma votação cerrada em seus nomes, e para conseguirmos este objectivo muita propaganda e agitação se torná preciso.

A nós, mulheres proletarias, grande tarefa compete. Si ainda não dispomos do direito do voto, podemos, no entanto, agir com dedicação e actividade junto ás mais largas massas operarias, apresentando-as a luta eleitoral, interessando-as na sua politica, na politica de classe, politica da classe pobre contra a politica da classe rica.

Companheiros trabalhadores!
Companheiras trabalhadoras!

Que a nossa voz se faça ouvir junto aos homens de nossas familias.

Lembreto-lhes que elles são proletarios, por condição, e que o sejam tambem por consciencia.

Que não dêem nem um voto a um candidato burguez, ou a um representante do capitalismo, e sim que votem e aconselhem votar nos nossos candidatos de classe, os candidatos do Bloco Operario e Camponez, escolhidos pelas delegações genuinamente operarias, com os mais seguros compromissos com o Bloco, legitimos mensageiros do nosso pensamento proletario.

E' um erro pensarmos que as mulheres não devem se envolver em politica.

Devem, sim, companheiras! Assim como somos exploradas nas fabricas e atellers, onde nos tiram do nosso suor os lucros que vão enriquecer os patrões, e nas mercadorias que compramos pagamos os impostos de consumo e os demais, assim nos devemos assistir o direito, e mesmo o dever, de zelmarmos pelos nossos interesses, quer na confecção das leis, quer na fiscalização das rendas e negocios publicos, pois nós somos parte integrante de um povo que produz e precisa ser devidamente remunerado e tratado com justiça.

Com os nossos companheiros operarios, formemos um bloco de ferro e sem desanimo preparemos as forças, que pouco a pouco irão vencendo as forças inimigas.

A nossa classe, a classe operaria, não é só de homens, e sim de homens e mulheres.

Trabalhamos, produzimos, lutamos e soffremos juntos.

Irmãos na escravidão proletaria, sejamos irmãos pela liberdade colectiva.

Ajudemos os nossos companheiros na luta politica.

Avante pela victoria do “Bloco Operario e Camponez”.

Entoemos com entusiasmo as estrophes de um hymno dos trabalhadores:

Companheiros e companheiras,
Levantae-vos e vinde em massa.
O pendão livre esvoaça,
Ao sul claro de um porvir!
Nos insultos e nas penas,
A grã causa, que liberta,
Qual de nós irá trahir?!

A grã causa, que liberta
Qual de nós irá trahir?!

Companheiras!
Vinde assistir á reunião das mulheres trabalhadoras, cujo Comité Eleitoral convoca para o dia 25 do corrente, ás 5 horas da tarde, na sede da União dos Operarios Metallurgicos, na rua da America numero 56-A, sobrado.

Deixae a cerimonia; ali encontrareis muitas irmãs vossas, dispostas a fazerem alguma cousa a favor da emancipação de nossa classe.

Ajudae-as!
13 de agosto de 1928. — **Hermelinda Borges**, operaria pespontadeira.

Mulheres Trabalhadoras do Brasil, Alerta!

É chegado o momento de auxiliarmos os nossos companheiros nas lutas eleitorais que se aproximam.

A Vitória dos nossos candidatos proletários depende de uma votação cerrada em seus nomes, e para conseguirmos este objetivo muita propaganda e agitação se torna preciso.

A nós, mulheres proletárias, grande tarefa compete. Se ainda não dispomos do direito do voto, podemos, no entanto, agir com dedicação e atividade junto às mais largas massas operárias, incentivando-a na luta eleitoral, interessando-as na sua política, na política de classe, política da classe pobre contra a política da classe rica.

Companheiros trabalhadores!

Companheiras trabalhadoras!

Que a nossa voz se faça ouvir junto aos homens de nossas famílias.

Lembremos-lhes que eles são proletários por condição, e que o sejam também por consciência.

Que não deem nenhum voto a um candidato burguês, ou a um representante do capitalismo, e sim que votem e aconselhem votar nos nossos candidatos de classe, os candidatos do Bloco Operário e Camponês, escolhidos pelas delegações genuinamente operárias, com os mais seguros compromissos que o Bloco, legítimos mensageiros do nosso pensamento proletário.

É um erro pensarmos que as mulheres não devem se envolver com a política. Devem, sim, companheiras! Assim como somos exploradas nas fábricas e ateliês, onde tiram do nosso suor os lucros que vão enriquecer os patrões, e nas mercadorias que compramos pagamos os impostos de consumo e os demais, assim nos deve assistir o direito, e mesmo o dever, de zelarmos pelos nossos interesses, que na confecção de leis, que na fiscalização das rendas e negócios públicos, pois nós somos parte integrante de um povo que produz e precisa ser devidamente remunerado e tratado com justiça.

Com os nossos companheiros operários, formemos um bloco de ferro e sem desânimo preparemos as forças, que pouco a pouco irão vencendo as forças inimigas.

A nossa classe, a classe operária, não é só de homens, e sim de homens e mulheres.

Trabalhamos, produzimos, lutamos e sofremos juntos.

Ajudemos os nossos companheiros na luta política.

Avante pela vitória do “Bloco Operário e Camponês”.

Entoemos com entusiasmo as estrofes de um hino de trabalhadores:

Companheiros e companheiras,

Levantai-vos e vinde em massa.

O pendão livre esvoaça,

Ao sol claro de um porvir!

Nos insultos e nas penas,

A grã causa que liberta,

Qual de nós irá trair?

A grã causa que liberta,

Qual de nós irá trair?

Companheiras!

Vinde assistir a reunião das mulheres trabalhadoras, cujo Comitê Eleitoral convoca para o dia 25 do corrente, às 5 horas da tarde, na sede da União dos Operários Metalúrgicos, na rua da América, número 56-A, sobrado.

Deixai a cerimônia: ali encontrareis muitas irmãs vossas, dispostas a fazerem alguma coisa a favor da emancipação de nossa classe.

Ajudai-as! Rio, 19 de agosto de 1928 – **Hermelinda Borges, operária pespontadeira.** (A CLASSE OPERÁRIA, 25/08/1928, p. 3).

O enunciado assinado por Hermelinda Borges, operária da indústria têxtil, assim como os demais enunciados coletados presentes em nossa análise, trata-se de uma carta aberta. A carta possui indicação cronotópica “Rio, 19 de agosto de 1928”, comum às cartas, mas, que não estava presente em todos os enunciados desse gênero discursivo que observamos.

Hermelinda convida as demais trabalhadoras do Brasil a auxiliarem seus companheiros “nas lutas eleitorais” que se aproximavam. Observamos, no signo ideológico “lutas”, a presença da utilização de um vocábulo típico do discurso militante de esquerda. O léxico empregado pela operária demonstra o seu conhecimento político. Isso é percebido pelo uso dos signos ideológicos “proletário” e “burguês”, já observados em outros enunciados analisados neste capítulo, como no das charuteiras do Recôncavo Baiano.

Um aspecto marcante de seu enunciado é o fato de Hermelinda Borges mencionar que era importante lembrar aos companheiros que eles eram “proletários por condição”, e que o fossem “também por consciência”, revelando a importância sobre a consciência de classe dos homens trabalhadores. Outra questão importante por nós observada foi a interlocução estabelecida em diversos momentos pela operária, não só às “companheiras trabalhadoras” como também aos “companheiros trabalhadores”, que demonstra que, embora a questão principal fosse convencer as mulheres a convencerem seus esposos, familiares e colegas de trabalho a votarem nos candidatos do Bloco Operário e Camponês (a saber: Otávio Brandão, na época, era candidato do BOC, célula do PCB), Hermelinda também se dirigia aos homens leitores de *A Classe Operária*.

A autora salienta a importância de as mulheres participarem da política, mesmo não dispondo “ainda” do direito ao voto. Ao longo do enunciado, ela explica os motivos pelos quais as mulheres deveriam participar da política, entre eles, porque trabalhavam e pagavam impostos e por isso deveriam ter “o direito, e mesmo o dever”, de zelar “pelos nossos interesses, que na confecção de leis, que na fiscalização das rendas e negócios públicos, pois nós somos parte integrante de um povo que produz e precisa ser devidamente remunerado e tratado com justiça”.

A feminização linguístico-discursiva é observada em diversos pontos da carta. O primeiro ponto em que vimos tal estilização foi em seu título, “Mulheres Trabalhadoras do Brasil, Alerta!”, notamos a denominação das interlocutoras, chamadas a lerem a carta, diferentemente da grande maioria dos enunciados analisados, que, por provavelmente terem seus títulos atribuídos pela equipe do jornal, utilizavam o masculino genérico.

Notamos, também, que a autora da carta se inclui entre as mulheres, autodenominando-se como mulher, como nos trechos “A nós, mulheres proletárias, grande tarefa compete” e “nós somos parte integrante de um povo”. Também no hino apresentado por Hermelinda Borges,

vemos a presença de “Companheiros e companheiras”, em sua abertura.

Entendemos que a fórmula discursiva “companheiros e companheiras” esteja presente no PCB desde 1928 uma vez que observamos, também, seu uso no enunciado de abertura da seção “Dos nossos correspondentes”, na edição de 1º de maio de 1928, abordado na seção 3.3 desta tese. Dessa forma, cogitamos que esse uso constante tenha sido influenciado pelos enunciados das mulheres trabalhadoras que escreviam para o jornal *A Classe Operária*, fossem elas charuteiras, cigareiras, telefonistas, tecelãs, ou de qualquer outra profissão.

A feminização linguístico-discursiva reflete um modo de se expressar, de organizar estilisticamente seus enunciados, ou seja, uma estilização discursiva, que refrata uma resposta às opressões sofridas decorrentes de sua classe social seu gênero, e promove a feminização da esfera discursiva da qual participavam as charuteiras, as telefonistas e as operárias das fábricas têxteis, a partir da feminização linguístico-discursiva na autodenominação das autoras, que se colocam como mulheres em seu discurso, da feminização linguístico-discursiva do objeto de seu discurso, os relatos sobre suas experiências e vivências, e da feminização de suas interlocutoras. Tanto a feminização linguístico-discursiva de suas interlocutoras e a sua autodenominação, como as relações dialógicas estabelecidas entre os enunciados assinados pelas charuteiras refratam sua consciência de gênero e o caráter dialógico dessa consciência, como feminismo, como ato responsivo e responsável.

A estilização a que chamamos feminização linguístico-discursiva recai, também, sobre o estilo do gênero discursivo por elas utilizado, no caso, as cartas abertas, reacentuando-o em cada uma de suas enunciações, mas mantendo, também, algumas características estilísticas próprias no conjunto das cartas analisadas. Isso é verificável por marcas de estilo na sintaxe de sua enunciação, como o uso da 1ª pessoa do plural, a assinatura coletiva e a feminização linguístico-discursiva.

Observamos, assim, a presença de tal política linguística no plano discursivo, na sua autodenominação e na denominação de suas interlocutoras, que materializaram discursivamente sua consciência de gênero e a defesa de um lugar de fala na esfera imprensa operária. No plano lexical, notamos a feminização linguístico-discursiva na denominação de suas profissões. Nos planos gramatical e discursivo, observamos, em grande parte dos enunciados analisados, a presença do uso da primeira pessoa do plural “nós” para se referir às mulheres como um todo, o que marca gramaticalmente seu pertencimento a esse gênero, ao mesmo tempo que marca discursivamente uma opinião feminista. As mulheres, ao menos as que pertenciam à classe trabalhadora no Brasil, diziam “nós, mulheres” na época, diferentemente do que afirmava Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*.

Devido à recorrência da feminização linguístico-discursiva observada nos três enunciados selecionados para análise e em todos os demais enunciados assinados por mulheres trabalhadoras em *A Classe Operária*, com os quais estabelecemos relações dialógicas, entendemos que a análise ratifica a tese que defendemos, de que a feminização linguístico-discursiva nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930) se manifesta como uma política linguística, uma vez que esse ato responsivo, percebido no conjunto de seus enunciados, por um lado, reflete uma prática estilística recorrente inscrita na linguagem e, por outro, refrata a defesa dos direitos das mulheres no mundo do trabalho.

Ter observado a presença de tal política linguística nos enunciados das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* desde o primeiro número analisado, de 30 de maio de 1925, e a sua ausência nos enunciados da equipe do jornal até a edição de 1º de maio de 1928, fez-nos questionarmos se tal estilização discursiva empreendida pelas mulheres trabalhadoras influenciou as/os redatoras(es) do jornal a também fazerem uso dela. Além disso, cogitamos se o uso da fórmula discursiva “Companheiros e companheiras” no hino trazido no enunciado de Hermelinda Borges, último enunciado por nós analisado, também possa ter sido influenciado pela política linguística adotada pelas mulheres trabalhadoras no referido jornal, assim como todos os outros enunciados que vieram depois do discurso analisado nesta tese.

No entanto, como resolvemos deixar de buscar a gênese de tal política linguística (objetivo inicial de nossa pesquisa), para podermos nos dedicar à análise e à descrição de tal fenômeno da linguagem, limitamo-nos a considerar, como Mikhail Bakhtin (2016[1978]) que todo enunciado é um elo na comunicação discursiva, e, por isso, debate, questiona, influencia, reverbera, responde a outros enunciados, que podem dele estar perto ou não cronotopicamente.

Contudo, perceber os limites desta pesquisa foi benéfico para compreendermos que, talvez, mais importante que verificar as influências e os reflexos da feminização linguístico-discursiva em outros enunciados, tenha sido observar como o discurso das mulheres trabalhadoras refratou a realidade da época, com intuito de modificá-la e subverter a lógica machista. Assim como, em grande parte das vezes, as políticas linguísticas inclusivas atuais têm buscado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“não me afeta, nem me dói, nem me custa dizer/todas, todes e todos/ se escrevo ou falo para todas, todes e todos/ me arrasam o machismo, o racismo, a homofobia, a transfobia/ me machuca a violência,/ me despedaça o sofrimento de todas, todes e todos.”
Débora Porto (2021, p. 21).

Findar esta tese não foi tarefa fácil. E talvez por isso, ao menos para mim, ela ainda pareça incompleta, e sempre vá estar, já que, mesmo que eu tenha analisado discursos de uma época passada, a política linguística neles observada, a feminização linguístico-discursiva, ainda está presente nos discursos atuais, pulsando, com toda a sua força e desejo de mudança. Embora eu tenha escrito tanto, vou sempre sentir que não escrevi tudo, até mesmo porque, no momento em que escrevo estas considerações finais, borbulham pelo país discussões a respeito da neutralização linguística, ou “linguagem neutra”, uma política linguística inclusiva, como a feminização linguístico-discursiva.

O fato de uma política linguística ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal¹⁶⁴ e ser debatida por grande parte da população brasileira demonstra não só o seu caráter polêmico, como também a sua potência. Por esse motivo, escrevo estas considerações finais refletindo sobre como a classe política brasileira vem se ocupando das políticas linguísticas inclusivas, principalmente, refutando-as¹⁶⁵, apesar de sua aparente inação diante das quase seis milhões de pessoas mortas por Covid-19 no mundo (das quais 620 mil foram brasileiras e brasileiros, a grande maioria, da classe trabalhadora).

Também nos chama a atenção como a feminização linguístico-discursiva tem sido diretamente barrada e impedida, como no caso do livro da pesquisadora Carmen Rosa Caldas-Coulthard, que não fora publicado, ou como no caso de universidades que não feminizam os graus e títulos, conforme indicamos na seção 2.3 desta tese, sem a necessidade de leis e intervenções políticas para a sua proibição. As pessoas que regulam os discursos em determinadas esferas, como a editorial, como a universitária, já parecem, na maioria das vezes, dar conta de coibir, de intimidar, de constranger quem defende e utiliza tal política na atualidade.

Talvez o jeito seja insistir um pouco mais, como fizeram as mulheres trabalhadoras que escreviam para o jornal *A Classe Operária* na República Velha. Como vimos, apesar de a

¹⁶⁴ Ver ADI 6925, o qual tem previsão de julgamento em fevereiro de 2022, mesmo mês de defesa desta tese.

¹⁶⁵ Atualmente, segundo nosso levantamento, há no país em torno de quarenta propostas de lei com o intuito de proibir o uso da linguagem neutra.

equipe do jornal, nos títulos atribuídos aos enunciados escritos por mulheres, e, também, nos enunciados que se dirigiam a elas, não adotarem tal política linguística, as operárias seguiram utilizando-a. E, talvez, motivada por esses enunciados, a equipe do jornal passou a utilizá-la, inclusive, em seus hinos.

No percurso da escrita desta tese, partimos de alguns questionamentos, os quais alinhavaram nossa pesquisa. Nossas perguntas de pesquisa, indicadas nos “Apontamentos introdutórios” e na seção 3.1 deste trabalho, eram as seguintes: i) O uso do feminino e do plural nos escritos das mulheres no jornal *A Classe Operária* pode ser uma intervenção coletiva para visibilizá-las em seu discurso, tratando-se, assim, de uma política linguística? ii) Quais as características da estilização discursiva a que chamamos feminização linguístico-discursiva nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária*? iii) O uso do feminino e do plural pode ser uma característica estilística capaz de indiciar que as trabalhadoras que faziam suas reivindicações em *A Classe Operária* possuíam consciência de gênero e de classe (i.e., o entendimento de sua situação de gênero e classe, que as fizeram praticar ações capazes de mudar sua situação) bem como consciência do sexismo inscrito na linguagem?

Para responder a essas três questões de pesquisa, nosso objetivo geral foi investigar a feminização linguístico-discursiva nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930), visando compreendê-la como política linguística feminista. Como objetivos específicos, propusemos: a) analisar os discursos das mulheres trabalhadoras presentes no jornal *A Classe Operária* na República Velha, averiguando características que apontem para uma política linguística feminista; b) verificar, nos enunciados das mulheres trabalhadoras no referido jornal, sob um viés dialógico, a estilização discursiva a que chamamos de feminização linguístico-discursiva, ressaltando suas características nos planos lexical, gramatical e discursivo, e c) examinar nos discursos analisados vestígios da presença de consciência linguística, nos termos da análise dialógica do discurso, de consciência de classe, nos termos de Karl Marx, e de consciência de gênero, nos termos do feminismo dialógico, observando como isso afeta a estilística de seus enunciados.

Para atingir os objetivos propostos, nesta tese, primeiramente, construímos um capítulo teórico, intitulado “A Linguística e a relação entre linguagem e sociedade”, no qual, primeiramente, discutimos sobre o percurso brasileiro da análise dialógica do discurso, apresentando os pressupostos teóricos e metodológicos da teoria que embasaram nossa pesquisa. Assim, observamos que o percurso da análise dialógica do discurso no Brasil contou com quatro fases de recepção até o momento da escritura desta tese. A primeira fase foi marcada por leituras esparsas de algumas obras de Mikhail Bakhtin e Valentin Volóchinov, feitas a partir

de edições publicadas em outros países; a segunda foi caracterizada pelas primeiras edições brasileiras das obras do Círculo de Bakhtin. Na terceira, salientamos que foi traçado, pelas(os) pesquisadoras(es) da área, um esboço da análise dialógica do discurso brasileira, em oposição a outras análises do discurso, e, na fase atual, observamos que as obras do Círculo vêm sendo contextualizadas e vemos a publicação de edições com notas críticas de traduções realizadas a partir das obras em russo. Essa recuperação do percurso brasileiro para a consolidação da análise dialógica do discurso é um dos aspectos da relevância social desta tese.

Ainda no primeiro capítulo, procuramos apresentar os pressupostos teóricos na análise dialógica do discurso, os quais subsidiaram a análise do nosso objeto de estudo. Discorremos, então, sobre o caráter estratificado da linguagem, do qual decorre as intervenções linguísticas propostas por grupos sociais ou por governos, as políticas linguísticas. Após, tratamos do discurso como enunciado concreto e pensamos no caráter responsivo da estilização discursiva. Observamos também o caráter pluriacentuado dos signos ideológicos, que ocasiona tensões discursivas entre as nossas palavras e as palavras alheias. A partir dos pressupostos teóricos abordados, procuramos explicar a ordem metodológica proposta em *Marxismo e filosofia da linguagem* por Valentin Volóchinov (2017[1929]).

Por fim, por tratarmos neste primeiro capítulo da relação entre a linguagem e a sociedade, buscamos refletir sobre a relação entre Linguística e Feminismo. Tentamos perceber, a partir do percurso previamente traçado por Mary Bucholtz, como tais epistemologias foram estabelecendo relações de interdisciplinaridade desde a publicação de *Language and Woman's Place* por Robin Lakoff em 1975.

No segundo capítulo desta tese, apresentamos a defesa de uma Linguística Feminista. Essa defesa foi feita através da tentativa de ver o feminismo como ato responsivo, inscrito na linguagem, às opressões sofridas por nós, mulheres, através de uma organização metodológica do feminismo dialógico, a qual buscou voltar alguns dos pressupostos de Márcia Tiburi e Lúcia Puigvert ao nosso objeto de pesquisa e buscar compreender como podemos construir um feminismo dialógico, no qual todas as vozes feministas se encontrem, em um plurilinguismo feminista. Tentamos compreender, assim, a importância da denominação de nossas opressões e da nossa consciência de gênero para respondermos às violências por nós sofridas e como os pontos de vista da empatia e da exotopia podem servir como pontos de contato entre consciências feministas.

Para concluir nossa defesa de uma Linguística Feminista, apresentamos a feminização linguístico-discursiva, como uma política linguística feminista, a qual advém do caráter responsivo e responsável do feminismo. A escrita deste segundo capítulo nos fez questionarmos

o preconceito com que tal política linguística vem sendo tratada na atualidade.

Se ainda é questionada a feminização dos títulos, graus e profissões, como nos casos emblemáticos apresentados na seção 2.3 desta tese, de “Mestra” e “Presidenta”, que têm seu uso tantas e tantas vezes atacado, é porque ainda precisamos de transformações em nossa sociedade, existenciais, estéticas e político-econômicas. Esperamos que esta “escrita sobre a escrita” das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* sirva, ao menos um pouco, a essa transformação.

No terceiro capítulo, fizemos breves considerações sobre a imprensa operária na República Velha. Nele, detalhamos nossa metodologia, discorremos sobre a sua constituição enquanto esfera discursiva, pensamos na participação das mulheres nessa esfera de atividade e traçamos uma breve história do jornal *A Classe Operária*, desde sua fundação, em 1925, até o fim da Primeira República, em 1930.

A recuperação do contexto das trabalhadoras que escreviam para o jornal *A Classe Operária* na República Velha buscou que a memória, nas palavras de Jeanne Marie Gagnebin, fosse convertida “em meio de iluminação recíproca entre um passado – até aí esquecido – e um presente concebido como limiar possível de uma transformação existencial, individual ou coletiva, mas também estética e/ou política” (2014, p. 242). A busca por uma memória das mulheres trabalhadoras da República Velha, através de suas próprias palavras, demonstra a relevância social desta tese.

A recuperação desse passado fez com que observássemos uma política linguística feminista sendo proposta por um grupo socialmente oprimido, por sua classe e por seu gênero, o que entendemos que também seja também de grande relevância social, uma vez que desfaz um discurso pseudocientífico, que, sem embasamento, defende que políticas linguísticas feministas, como, atualmente temos a política do gênero neutro, são alheias ou estranhas às pessoas da classe trabalhadora. A historicização das lutas e políticas propostas por mulheres da classe trabalhadora na República Velha buscou contribuir, de alguma forma, para a igualdade de gênero, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O poema que serve de epígrafe destas considerações finais é o relato da minha transformação ao longo da pesquisa aqui empreendida. Ele advém de uma constatação de que a denominação das pessoas com as quais estabelecemos interlocução revela também o nosso respeito à sua existência e de que o meu posicionamento enquanto linguista pode servir a interesses que não são coerentes com a minha própria ideologia. Por isso eu reitero que “não me afeta, nem me dói, nem me custa dizer/todas, todes e todos/ se escrevo ou falo para todas,

todes e todos/ me arrasam o machismo, o racismo, a homofobia, a transfobia/ me machuca a violência,/ me despedaça o sofrimento de todas, todes e todos”. Por isso eu reitero, enquanto linguista, que a linguagem sempre está a serviço de uma ideologia, mesmo quando não nos damos conta disso (ou fingimos que não).

Foi a partir de tal ponto de vista que, no quarto capítulo, analisamos os escritos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária*, entre 1925-1930. Dividimos os enunciados analisados em três seções, nomeadas de acordo com a sua autoria e de acordo com a localidade das autoras, a saber:

Tratamos, na seção 4.1, dos enunciados das operárias charuteiras do Recôncavo Baiano; na segunda seção (4.2), analisamos os enunciados das telefonistas do Rio de Janeiro e, na terceira seção deste quarto capítulo, observamos os enunciados das operárias das fábricas de tecidos do Alagoas. Procuramos, em cada seção, aprofundar a descrição do contexto de seu discurso (iniciada no capítulo 3), verificar as esferas de atividade das quais as autoras dos enunciados participavam, além de observar as características dos gêneros do discurso por elas utilizados, pensando em sua forma composicional, em seu estilo e em seu conteúdo temático. Procuramos também demonstrar o impacto que a relação entre as enunciantoras, o objeto do seu discurso e suas/seus interlocutoras(es) teve na estilística de seu enunciado e na acentuação dos signos ideológicos por elas utilizados.

Visualizamos, a partir do aprofundamento de cada contexto das trabalhadoras, como suas atividades eram importantes socioeconomicamente no período da República Velha. Assim, as charuteiras do Recôncavo Baiano, as telefonistas do Rio de Janeiro e as operárias das fábricas têxteis de Alagoas exerciam um trabalho fundamental para a época.

A partir da análise presente no quarto capítulo, concluímos que a feminização linguístico-discursiva refletia um modo de se expressar, de organizar estilisticamente seus enunciados (uma estilização discursiva), que refratava uma resposta às opressões sofridas decorrentes de sua classe social e de seu gênero, ao mesmo tempo que promovia a feminização da esfera discursiva da qual participavam as charuteiras do Recôncavo Baiano, as telefonistas do Rio de Janeiro e as operárias das fábricas têxteis. Também entendemos que a feminização linguístico-discursiva de suas interlocutoras e a sua autodenominação refratava sua consciência de gênero e o caráter dialógico dessa consciência, como feminismo, como ato responsivo e responsável, como espaço de fala feminista.

Concluímos, também, que a estilização a que chamamos feminização linguístico-discursiva recaía, também, sobre o estilo do gênero discursivo por elas utilizado, no caso, as cartas abertas, reacentuando-o em cada uma de suas enunciações, mas mantendo, também,

algumas características estilísticas próprias no conjunto das cartas analisadas. Isso foi verificado através das marcas de estilo recorrentes na sintaxe de sua enunciação, como o uso da 1ª pessoa do plural, a assinatura coletiva e a feminização linguístico-discursiva.

A partir dessas duas conclusões percebidas a partir de nossas análises, compreendemos que atingimos o primeiro objetivo proposto em nossa tese, de analisar os discursos das mulheres trabalhadoras presentes no jornal *A Classe Operária* na República Velha, averiguando características que apontem para uma política linguística feminista. Desse modo, as características averiguadas que apontavam para uma política linguística feminista foram: a observação de sua tentativa de “intervir nas interações linguísticas da sociedade” (BAGNO, 2017, p. 345), com intenções democráticas e pluralistas, as quais atuavam como “forças centrífugas”, a visualização de traços estilísticos recorrentes nos enunciados analisados e a refração de sua consciência de gênero, a partir de sua autodenominação, da denominação de suas companheiras e da denominação dos ofícios por elas exercidas.

Observamos também que alcançamos nosso segundo objetivo específico de “verificar, nos enunciados das mulheres trabalhadoras no referido jornal, sob um viés dialógico, a estilização discursiva a que chamamos de feminização linguístico-discursiva, ressaltando suas características nos planos lexical, gramatical e discursivo”. Isso porque verificamos a presença de tal política linguística no plano discursivo, na sua autodenominação e na denominação de suas interlocutoras, que materializaram discursivamente sua consciência de gênero.

Desse modo, no plano lexical, notamos a feminização linguístico-discursiva na denominação de suas profissões. Nos planos gramatical e discursivo, observamos, em grande parte dos enunciados analisados, a presença do uso da primeira pessoa do plural “nós” para se referir às mulheres como um todo, o que marca gramaticalmente seu pertencimento a esse gênero, ao mesmo tempo que marca discursivamente uma opinião feminista. Desse modo, atingimos nosso terceiro objetivo específico, de “examinar nos discursos analisados vestígios da presença de consciência linguística, nos termos da análise dialógica do discurso, de consciência de classe, nos termos de Karl Marx, e de consciência de gênero, nos termos do feminismo dialógico, observando como isso afeta a estilística de seus enunciados”.

Devido à recorrência da feminização linguístico-discursiva observada nos três enunciados selecionados para análise e em todos os demais enunciados assinados por mulheres trabalhadoras em *A Classe Operária*, com os quais estabelecemos relações dialógicas, entendemos que a análise ratifica a tese que defendemos, de que a feminização linguístico-discursiva nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930) se manifesta como uma política linguística, uma vez que esse ato responsivo, percebido no

conjunto de seus enunciados, por um lado, reflete uma prática estilística recorrente inscrita na linguagem e, por outro, refrata a defesa dos direitos das mulheres no mundo do trabalho. Desse modo, conseguimos atingir nosso objetivo geral, de investigar a feminização linguístico-discursiva nos discursos das mulheres trabalhadoras no jornal *A Classe Operária* (1925-1930), visando compreendê-la como política linguística feminista.

Entendemos que as contribuições desta tese passam pelo fato de refletirmos sobre as políticas linguísticas de gênero sob um viés mais dialógico, menos engessado, que considera sua responsividade e potencialidade, bem como as ideologias que as permeiam, e pelo fato de buscarmos analisar os discursos das trabalhadoras que escreviam para o jornal *A Classe Operária* na República Velha através de uma metodologia que uniu o feminismo dialógico à análise dialógica do discurso, duas teorias que, a nosso ver, conversam totalmente. Além disso, observamos que, de forma inédita no Brasil, refletimos sobre a feminização linguístico-discursiva, nos três âmbitos em que é possível utilizá-la: na designação de nosso objeto de discurso (das profissões, graus e títulos), na nomeação de nossas interlocutoras e na nossa autodenominação.

Pensar que as políticas linguísticas, a exemplo da feminização linguístico-discursiva, surgem como ato responsivo nos levou a uma compreensão de que não se pode reduzir tais políticas ao mero debate conceitual, a partir de afirmações simplistas como, por vezes, temos encontrado em estudos linguísticos e discursivos. Precisamos pensar além, e compreender que, por si, a proposta de uma política linguística já marca uma mudança, uma insatisfação, manifesta por uma tomada de consciência. Talvez esse caminho seja benéfico, também, para estudos que abordem outras políticas linguísticas inclusivas.

Ressaltamos que nossa pesquisa acabou sendo bastante limitada pela pandemia do Covid-19. Inicialmente, conforme nosso cronograma de pesquisa, em 2020 e 2021, pretendíamos visitar os acervos nos quais vimos que estavam presentes números do jornal *A Classe Operária*, ainda não disponibilizados *online*, como o Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL), da Unicamp e Hemerotecas da UNESP. Tais visitas possibilitariam uma visão mais ampla sobre a escrita das mulheres trabalhadoras no referido jornal, e, talvez, o encontro de outros jornais da imprensa operária que contivessem textos escritos por mulheres, o que poderia ter feito com que seguissemos o objetivo geral inicial de nossa pesquisa: observar a gênese da feminização linguístico-discursiva como política linguística. Tal objetivo, no entanto, pode ser um caminho para pesquisas futuras sobre o tema.

Por fim, voltamos à epígrafe desta tese, de Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*:

As mulheres — salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas — não dizem "nós". Os homens dizem "as mulheres" e elas usam essas palavras para designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito. (BEAUVOIR, 2009, p. 19).

Sentimos a necessidade de reescrevê-la, da seguinte forma:

As mulheres da classe trabalhadora que escreveram para o jornal *A Classe Operária* na República Velha, diziam “nós, mulheres”. Tal política linguística fez com que os homens da classe trabalhadora se referissem a elas como “Companheiras”. Elas nos mostraram como nós, mulheres, podemos nos colocar como Sujeito, pois somos as autoras dos nossos discursos, e juntas somos ainda mais fortes.

REFERÊNCIAS

ACERVO OI FUTURO. *Antiga Estação Norte*. Vista da mesa "A" no ano de 1922. [Rio de Janeiro, 1922]. Atualizado 24/06/2021a. Disponível em: <https://acervo.oifuturo.org.br/acervo-museologico/fotografia-52/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

ACERVO OI FUTURO. *Encarregada Aurora Silva* - Telefonista que demonstrou calma no decorrer do acontecimento no dia 10 de março de 1929. [Rio de Janeiro, 1929]. Atualizado 24/06/2021d. Disponível em: <https://acervo.oifuturo.org.br/acervo-museologico/fotografia-26/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

ACERVO OI FUTURO. *Lista telefônica assinantes da Companhia Telefônica Brasileira (CTB) de junho de 1925*. [Rio de Janeiro, 1925]. 54p. Atualizado 24/06/2021b. Disponível em: <https://acervo.oifuturo.org.br/acervo-museologico/lista-telefonica-1555/>. Acesso em: 14 out. 2021.

ACERVO OI FUTURO. *Lista telefônica de assinantes da Companhia Telefônica Brasileira de abril de 1927*. [Rio de Janeiro, 1927]. Atualizado 24/06/2021c. Disponível em: <https://acervo.oifuturo.org.br/acervo-museologico/lista-telefonica-1557/>. Acesso em: 14 out. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE JORNAIS. *Imprensa Brasileira: Dois Séculos de História*. SD. Disponível em: <http://www.anj.org.br/imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia-2/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

AGOSTINE, Cristiane. Confira na Integra o discurso do presidente eleito, Jair Bolsonaro. *Revista Valor*, 28/10/2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/5955079/confira-integra-do-discurso-do-presidente-eleito-jair-bolsonaro%20>. Acesso em: 03 jan. 2020.

ARQUIVO MARXISTA NA INTERNET. Coleção A Classe Operária. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/tematica/classe_operaria/index.htm. Acesso em: 27 mar. 2019.

A CLASSE OPERÁRIA, 30/05/1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/086569/per086569_1925_00005.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019.

A CLASSE OPERÁRIA, 06/06/1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/086569/per086569_1925_00006.pdf Acesso em: 27 mar. 2019.

A CLASSE OPERÁRIA, 13/06/1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/086569/per086569_1925_00007.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019.

A CLASSE OPERÁRIA, 27/06/1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/086569/per086569_1925_00009.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019.

A CLASSE OPERÁRIA, 04/07/1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/086569/per086569_1925_00010.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019.

A CLASSE OPERÁRIA, 25/08/1928. Disponível em:
http://memoria.bn.br/pdf/086569/per086569_1928_00018.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019.

A FAMÍLIA. 02 fev. 1893. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=379034&pesq=feminismo&pagfis=828>
 Acesso em: 6 dez. 2020.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 16, Edição Especial, p. 261-295, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261>.
 Acesso em: 27 mar. 2019.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALAMBERT, Zuleika (org.). *A Mensageira*: revista literária dedicada à mulher brasileira. edição fac-similar / comentários. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7766>.
 Acesso em: 29 ago. 2020.

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31 n. 1 jan-abr, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00129.pdf>. Acesso em: 21 ago 2020.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *O Livro das Noivas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Cia, 1914. Disponível em: <https://archive.org/details/3520531>. Acesso em: 29 ago. 2020.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Crônicas alagoanas*: notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas. Maceió: Edufal, 2006.

A MANHÃ. 29 maio 1927. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=%22polvo%20imperalista%22&pagfis=5242>. Acesso em: 8 dez. 2021.

AMARAL, Roberto Mansilla. *Uma memória silenciada*. Ideias, lutas e desilusões na vida do revolucionário Octávio Brandão: (1917-1980). Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003. Disponível em:
https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2003_AMARAL_Roberto_Mansilla-S.pdf
 Acesso em: 03 jun. 2021.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, B. (org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: contexto, 2006, p. 95 -114.

ARBO, Jade Bueno. *O feminismo em outros termos*: da crítica ao sujeito fundacional feminista à ética da precariedade em Judith Butler. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

ARIAS Neto, José Miguel. “Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O*

Brasil republicano, vol. 1, O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ASTROJILDO PEREIRA (verbete). In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/astrojildo_pereira. Acesso em: 22 set. 2021.

ATO (verbete). In: JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Disponível em: <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/ato>. Acesso em: 22 set. 2020.

A UNIÃO. Rio de Janeiro, 26 fev. 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=799670&Pesq=Elisa%20Scheid&pagfis=463>. Acesso em: 27 ago. 2020.

A UNIÃO OPERÁRIA. Rio de Janeiro, 8 out. 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259233&Pesq=Elisa%20Scheid&pagfis=9>. Acesso em: 27 ago. 2020.

AVANÇO, Karla Fernanda Fonseca Corrêa; PINTO, Joana Plaza. Práticas de linguagem de mulheres feministas na internet: questionando a neutralidade da língua. In: *Anais do VIII Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão – Conpeex*, 2011. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/doutorado/trabalhos-doutorado/doutorado-karla-fernanda.pdf> Acesso em: 27 ago. 2020.

AVANÇO, Karla Fernanda Fonseca Corrêa. *Entre efeitos e estratégias de linguagem numa produção de conhecimento situado: blogueiras feministas (re)pensando concepções e construindo novas práticas*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7320/5/Tese%20-%20Karla%20Fernanda%20Fonseca%20Corr%C3%AAa%20Avan%C3%A7o%20-%202013.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Engenhos do Recôncavo Baiano*. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat7_EngenhosReconcavoBaiano_m.pdf Acesso em: 04 jun. 2021.

BAGNO, Marcos. *Dicionário crítico de sociolinguística*. São Paulo: Parábola, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002 [1929].

BAKHTIN, Mikhail. O discurso em Dostoiévski. In: BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002b [1929]. p. 181-272.

BAKHTIN, Mikhail. Metodologia das ciências humanas [1974]. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003a [1979], p. 393-410.

BAKHTIN, Mikhail. O problema do texto na lingüística, na filologia e em outras ciências humanas. [1959-1961] In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003b [1979]. p. 307-336.

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010a [1920-1924]. 160p.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2010b.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010c [1979].

BAKHTIN, Mikhail. (V. N. Volochínov) *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Prefácio Roman Jakobson; Apresentação de Marina Yaguello. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010d [1929].

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de estilística e estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. 6. Ed. São Paulo: Hucitec, 2010e [1934-5].

BAKHTIN, Mikhail. A Palavra na vida e na poesia. Introdução aos problemas da poética sociológica. In: BAKHTIN, Mikhail. *Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011. 184 p.

BAKHTIN, Mikhail. Problemas da poética de Dostoiévski. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013 [1963].

BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance In: BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do Romance I: A estilística*. 1ª ed. Tradução, prefácio e notas de Paulo Bezerra. Organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução e notas de Paulo Bezerra; Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. 176 p.

BAKHTIN, Mikhail. O texto na lingüística, na filologia e em outras ciências humanas. [1959-1961] In: BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução e notas de Paulo Bezerra; Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 71-110.

BAKHTIN, Mikhail. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. Organização, tradução e notas de Paulo Bezerra; Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2017a [1970-1975]. 104p.

BAKHTIN, Mikhail. Por uma metodologia das ciências humanas [1975]. In: BAKHTIN, Mikhail. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. Organização, tradução e notas

de Paulo Bezerra; Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2017b [1970-1975]. 104p.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch [Valentin Volóchinov]. *O Freudismo: um esboço crítico*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017c [1929].

BARBOSA, Elizabeth Pereira. *A fábrica, a casa e a escola: as políticas de educação para a infância no recôncavo fumageiro da Bahia (1925-1946)*. 2015. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFBA. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BBC. #MeToo: a hashtag que expõe a magnitude mundial do assédio sexual. *BBC*, 17 out. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41652306>. Acesso em: 06 jan. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Milliet. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERNARDES, Maria Elena. Histórias reconstruídas: Laura Brandão na memória de seus descendentes. *História Oral*, 2005, v.8, n.2, p. 111-126.

BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. Campinas: CMU, 2007.

BEZERRA, Paulo. Prefácio: Uma obra à prova do tempo. In: BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. 5a. ed. Tradução, prefácio e notas de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BEZERRA, Paulo. Prefácio. In: BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do Romance I: A estilística*. 1ª ed. Tradução, prefácio e notas de Paulo Bezerra. Organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.

BEZERRA, Paulo. Freud à luz de uma filosofia da linguagem. In: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch [Valentin Volóchinov]. *O Freudismo: um esboço crítico*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

BISOL, Leda. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1981.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. Marie Astié de Valsayre (1846-1915). Disponível em: <https://data.bnf.fr/ark:/12148/cb12920157n> Acesso em: 03 dez. 2020.

BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. Nem no convento, nem no cabaré, na imprensa operária: a ampliação das esferas discursivas da mulher trabalhadora na República Velha. *Linguagem em (Dis)curso*, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 297-313, nov. 2017. ISSN 1982-4017.

Disponível em:

http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/5704. Acesso em: 17 dez. 2019.

BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. *A escrita da mulher trabalhadora na imprensa operária brasileira da República Velha: a luta contra o enclausuramento e o preconceito linguístico*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/179418> Acesso em: 21 ago. 2020.

BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. Resignificar e resistir: a Marcha das Vadias e a apropriação da denominação opressora. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e48405, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200209&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 ago. 2020. Epub June 19, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n248405>.

BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. Publicação e recepção das obras do Círculo de Bakhtin no Brasil: a consolidação da análise dialógica do discurso. No prelo.

BOLSONARO, Jair Messias. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. Congresso Nacional, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>. Acesso em: 03 dez. 2020.

BORBA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2008, v. 16, n. 2, pp.409-432. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200006&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200006>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. RJ: Zahar, 1993.

BRAGA, Carlos Augusto Santos Neri. Mulheres no Trabalho: Controle, lutas e resistências na Cia. de Charutos Dannemann (1919-1948). In: *VIII Encontro Estadual de História da ANPUH-BA*. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477879113_ARQUIVO_TextoCompleto-ANPUH-MulheresnoTrabalho.pdf Acesso em: 11 jun. 2021.

BRAGA, Rubem. Carta para o Prefeito. In: BRAGA, Rubem. *Crônicas para jovens*. Organização Antonieta Cunha. 1. ed. São Paulo: Global, 2014.

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRAIT, Beth. *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth. (org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

BRAIT, Beth. (org.). *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo: Contexto, 2009a.

BRAIT, Beth. (org.). *Bakhtin: Dialogismo e Polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009b.

BRAIT, Beth. Perspectiva dialógica. In: BRAIT, Beth; SOUZA-e-SILVA, Maria Cecília (orgs.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012. p. 9-29.

BRAIT, Beth. Orelha. In: VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

BRAIT, Beth. Perspectiva dialógica: um percurso brasileiro. In: BAGNO, Marcos; VIEIRA, Francisco Eduardo (orgs.). *História das línguas, história da linguística*. São Paulo: Parábola, 2020.

BRAIT, Beth; PISTORI, Maria Helena Cruz. Marxismo e filosofia da linguagem: a recepção de Bakhtin e o Círculo no Brasil. *Bakhtiniana*, Rev. Estud. Discurso, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 33-63, June 2020. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732020000200033&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 maio 2021. Epub Apr 17, 2020.
<https://doi.org/10.1590/2176-457344560>.

BRANCO, Lúcia Castello. A escrita mulher. In: BRANCO, Lúcia Castello; BRANDÃO, Ruth Silviano. *A mulher escrita*. Apresentação de Affonso Romano de Sant'Anna. Rio de Janeiro: Xasa Maria Editorial/LTC Livros Técnicos e Científicos, 1989. p. 15-84

BRANDÃO, Otávio. *Combates e Batalhas: memórias*. vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 85-172.

BRANDÃO, Ruth Silviano. A mulher escrita. In: BRANCO, Lúcia Castello; BRANDÃO, Ruth Silviano. *A mulher escrita*. Apresentação de Affonso Romano de Sant'Anna. Rio de Janeiro: Xasa Maria Editorial/LTC Livros Técnicos e Científicos, 1989.

BRASIL. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil*. Fascículo 1: de 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1889. Decreto 85A de 23 de dezembro de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890a. Disponível em:
http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18665/collecao_leis_1889_parte4.pdf?sequence=4. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 17 maio 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 17 maio 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, Rel. Min. Celso de Mello. Julgamento em 13 jun. 2019. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadTexto.asp?id=4848010&ext=RTF> Acesso em: 17 maio 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6925. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6216470>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL, Bruno. *A Classe Operária*. Artigo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 23 jul. 2014. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/artigos/a-classe-operaria/> Acesso em: 27 ago 2020.

BRASIL DE FATO. Como protestar na greve mundial das mulheres? Redes sociais dão o clima do que pode vir no próximo dia 8 de março. *Brasil de Fato*, São Paulo, 13/02/2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/13/como-protestar-na-greve-mundial-das-mulheres>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. "Sojourner Truth". *Encyclopedia Britannica*, 22 Nov. 2021. Available in: <https://www.britannica.com/biography/Sojourner-Truth>. Accessed 7 Jan.2022.

BRITO, Ana Maria; LOHSE, Birger; NETO, Godofredo de Oliveira; AZEREDO, José Carlos de. *Gramática comparativa Houaiss: quatro línguas românicas: do português ao espanhol, ao italiano e ao francês*. São Paulo: PubliFolha, 2010.

BUCHOLTZ, Mary. The Feminist Foundations of Language, Gender, and Sexuality Research. In: EHRLICH, Susan; MEYERHOFF, Miriam; HOLMES, Janet. *The Handbook of Language, Gender, and Sexuality*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2014.

BUITONI, Dulcília Shroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009. 239p.

CADENA, Nelson. As belas litografias dos exportadores de fumo do recôncavo baiano. In: *IBahia Blogs*, 5 ago. 2012. Disponível em: <https://blogs.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2012/08/05/as-belas-litografias-dos-exportadores-de-fumo-do-reconcavo-baiano/> Acesso em: 08 set. 2020.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Caro Colega: exclusão linguística e invisibilidade. *Discurso y Sociedad*, v. 1, n. 2, p. 230-246, 2007. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v01n02/DS1\(2\)Caldas-Coulthard.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v01n02/DS1(2)Caldas-Coulthard.pdf) Acesso em: 19 jun. 2021.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMERON, Deborah. *Feminism and Linguistic Theory*. London: The Macmillan Press, 1985.

CAMERON, Deborah. Why is language a feminist issue? In: CAMERON, Deborah (org.).

The feminist critique of language: a reader. 2a ed. (rev.). Nova York: Routledge, 1998. p.1-21.

CAMERON, Deborah. *Verbal Hygiene*. London and New York: Routledge, 1995.

CAMERON, Deborah. *The myth of mars and Venus: Do men and women really speak different languages?* New York: Oxford University Press, 2007.

CAPPELLIN, Paola; RODRIGUES, Maria Cristina Paulo; AGUIAR, Lucília Maria Barbosa. *Vozes do passado e do presente: o trabalho das mulheres nas telecomunicações do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SINTTEL, 2013. Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2014/02/vozes_do_passado_e_do_presente.pdf. Acesso em 6 dez. 2021.

CARBONI, Florence; BOENAVIDES, Débora Porto; BARILI, Camila; MELEU, Suélen Martins. O plurilinguismo na história do Brasil: considerações exploratórias. *Organon*, v. 32, n. 62 “Plurilinguismo na educação e na sociedade” jan./jul. 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/72315>. Acesso em: 07 set. 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso de Posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Congresso Nacional Brasília, 1º de janeiro de 1995. In: BRASIL. Presidente (1995-2003). *Discursos selecionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/636-Discursos_FHC.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

CARETA. Rio de Janeiro, 25 jul. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=083712&pasta=ano%20191&pesq=greve&pagfis=18353>. Acesso em: 09 jan. 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2017.

CHAGAS, Guilherme Fernandes Reis das. A Revista Light na construção do ideal de trabalhador na década de 1930. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 13, p. 1-22, 2021. DOI: 10.5007/1984-9222.2021.e80445. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/80445>. Acesso em: 13 dez. 2021.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2008.

COLLOR, Fernando. *O Brasil aberto ao mundo*. Discurso de posse na Presidência da República. Brasília: Senado Federal, 2008[1990]. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243041/O%20Brasil%20aberto%20ao%20mundo.pdf?sequence=7&isAllowed=y> Acesso em: 15 maio 2019.

CORREIO PARAENSE, n. 359, 20 jul. 1893. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=302619&pesq=&pagfis=1341>. Acesso em: 6 dez. 2020.

COULTHARD, Malcom. *Linguagem e sexo*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CUPELLO, Priscila Céspedes. *A mulher (a)normal: representações do feminino em periódicos científicos e revistas leigas na cidade do Rio de Janeiro (1925-1933)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2013. 109 f. Disponível em:

http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_priscila_cupello.pdf
Acesso em: 22 nov. 2021.

DANNEMANN. Terra Dannemann. Disponível em:

<https://www.terradannemann.com/pt/our-terra#our-beginnings> Acesso em: 04 jun. 2021.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015. Disponível em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 17 mar. 2020.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-370.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos *Veredas* - Rev. Est. Ling, Juiz de Fora, v.7, n.1 e n.2, p.95-111, jan./dez. 2003. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25268> Acesso em: 09 set. 2020.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. *Discurso, trabalho & dialogismo: a atividade jurídica e o conflito trabalhador / patrão*. 2004. 385 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – LAEL, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Enunciação. In: FLORES, Valdir do Nascimento *et al.* (org.). *Dicionário de linguística e da enunciação*. São Paulo: Contexto: 2009.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Discurso, dialogismo e atividade de trabalho: a constitutiva e tensa relação com o outro. In: DI FANTI, Maria da Glória Corrêa; BRANDÃO, Helena Nagamine. *Discurso: tessituras de linguagem e trabalho*. São Paulo: Cortez, 2017.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Notas sobre a alteridade em Bakhtin In: PASCHOAL, Cristiano *et al.* *Círculo de Bakhtin: alteridade, diálogo e dialética*. Porto Alegre: Polifonia, 2020.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa; BOENAVIDES, Débora Luciene Porto; MARTINS, Luciane Alves Branco. Contribuições bakhtinianas para um feminismo dialógico. *Letras de Hoje*, v. 56, n. 3, p. 570-583, 31 dez. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/42205>. Acesso em: 03 abr. 2022.

DOMINGUES, João. O Resgate de Brasileiros e Brasileiras. *Estadão*, 1º/01/2011. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,o-resgate-de-brasileiros-e-brasileiras,660700> Acesso em: 15 maio 2019.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX*. Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-48.

DULLES, John Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935*. Trad. de Cesar Parreiras Horta. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUMAS FILS, Alexandre. L'homme-femme: réponse à M. Henri d'Ideville. 19. ed. Paris: Michel Lévy frères, 1872. Disponible en: <https://archive.org/details/lhommefermerpon00dumagoog/page/n12/mode/2up?ref=ol&view=theater>. Consulté: 16 jan. 2021.

ECKERT, Penelope. “The Whole Woman: Sex and Gender Differences in Variation.” *Language Variation and Change*, 1989, n.1, p. 245–267.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida em cena: notas sobre seu arquivo pessoal e seu teatro inédito. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil*, n. 71, p. 95-114, dez. 2018.

FARACO, Carlos Alberto *et al.* *Uma introdução a Bakhtin*. Curitiba: Hatier, 1988.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FARACO, Carlos Alberto. FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. *Trajatória da Indústria em Alagoas: 1850/2017*. 1. ed. Maceió: FIEA, 2018. Disponível em:

<https://ielal.com.br/public/documentos/livro-trajetoria-da-industria-em-alagoas-1850-2017-1-1-.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2022.

FEMINIZAÇÃO (verbetes). In: *Aulete Digital*. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/feminização>. Acesso em: 21 set. 2020.

FERRARI, Monica; BETRI, Maria Luisa; SIDERI, Cristina. Ferrante. (orgs.). *Aporti tra Chiesa, Stato e Società Civile*. Milano: Franco Angile, 2015. Disponibili in: <https://books.google.com.br/books?id=HNgyBgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso su: 15 dec. 2021.

FERREIRA, Alana Sousa; LINS, Marcelo da Silva. As questões de gênero no interior do Partido Comunista do Brasil - PCB (1928-1947). *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*. v. 7 n. 2 (mai./ago. 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5624> Acesso em: 08 set. 2020.

FERREIRA, Lilian Zanvettor. *Fomos, somos e seremos comunistas: a educação dos trabalhadores do Partido Comunista do Brasil de 1920 a 1950*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/321124>. Acesso em: 31 ago. 2020.

FERREIRA, Lilian Zanvettor. *A educação dos trabalhadores do Partido Comunista do Brasil de 1920 a 1950*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil: 1880-1920*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Classe Operária (verbetes). In: ABREU, Alzira Alves *et al.* (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Vol. II. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/classe-operaria-a> Acesso em: 27 ago 2020.

FERREIRA, Valeria Rosito. Anotações em torno do feminino em Lispector: polifonia na tarefa do tradutor. *Anotações em torno do feminino em Lispector: polifonia na tarefa do tradutor*. *Vertentes*, 2011 19(1), 80-94. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%201/Valeria_Rosito.pdf Acesso em: 27 ago 2020.

FLOOD, Alisson. 'Feminism' beats 'complicit' to be Merriam-Webster's word of the year. In: *The Guardian*, 13 dec. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2017/dec/13/feminism-merriam-webster-word-of-the-year> Acesso em: 7 set. 2020.

FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FRAISSE, Geneviève. *Musa de la razón: la democracia excluyente y la diferencia de los sexos*. Madrid: Editions Alinea, 1989.

- FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. Alteridade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. (orgs.) *Dicionário crítico de gênero*. prefácio [de] Michelle Perrot. – 2.ed. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. 748 p.
- FRANCO, Itamar. Primeiro pronunciamento do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, à Nação, em cadeia facultativa de rádio e TV, no Palácio do Planalto. Brasília, DF, 30 de dezembro de 1992. In: BRASIL. Presidente (1992-1994: Itamar). *Seleção de discursos do Presidente Itamar Franco*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski (Orgs.). *Mulheres, Linguagem e Poder – Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira*. 1ed. São Paulo: Blucher Open Acess, 2015, v. 1. DOI 10.5151/9788580391213
- FREITAG, Raquel Meister Ko.; "(Re)Discutindo Sexo/Gênero na Sociolinguística", p. 17-74. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski (Org). *Mulheres, Linguagem e Poder - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira*. São Paulo: Blucher, 2015. ISBN: 978-85-8039-121-3, DOI 10.5151/9788580391213-0001
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- FURTADO, C. A invenção do subdesenvolvimento. *Revista Brasileira de Economia Política*, v. 15, n. 2, 1º de abril de 1995.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Ed. 34, 2014.
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve História do Feminismo*. 3ª edição. São Paulo: Claridade, 2015.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. *Como melhorar o atendimento telefônico*. Rio de Janeiro, 26 dez. 1911, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pesq=%22telephonista%22&pasta=ano%20191&pagfis=28831. Acesso em: 8 dez. 2021.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 21 nov. 1925, p 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&Pesq=%22telephonista%22&pagfis=17357. Acesso em: 8 dez. 2021.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. *A Espanhola recrudescer*. 14 out. 1918, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22telephonista%22&pagfis=45326. Acesso em: 8 dez. 2021.
- GIRARDIN, Emile. L’homme et la femme: l’homme suzerain, la femme vassal. In: *La Liberté*, Paris, 02 oct. 1872. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4778814p/f3.item.zoom>. Acesso em: 06 dez. 2020.
- GOMES, Camilla Esteves Dantas. “*Instruam o operário*”: Projetos, disputas e demandas por instrução para trabalhadores na imprensa do Engenho de Dentro (1890-1905). Dissertação

(Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/15189/2019%20Disserta%20c3%a7%20c3%a3o%20Ca%20milla%20Estevam%20Dantas%20Gomes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jan. 2021.

GONÇALVES, Caroline. *Ernestina Lesina e o Anima e Vita: trajetórias, escritos e a luta das mulheres operárias (inícios do Século XX São Paulo)*. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

GOUGES, Olympe de. *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, 1791*. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%20cria%20da-Sociedade-das-Na%20es-at%20-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Acesso em: 17 mar. 2020.

GORDO, Adolpho. *A Expulsão de Estrangeiros*. Discursos Pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de novembro e 14 de dezembro de 1912. São Paulo: eBooks Brasil, 2006. Notas: Os negritos foram eliminados, as itálicas foram mantidas, a ortografia foi atualizada e os nomes conservados em sua grafia original. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/gordo.html>. Acesso em: 11 maio 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende*. Porto Alegre: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014. Disponível em:

GRIGOLIN, Fernanda. *Sou aquela mulher do canto esquerdo do quadro*. São Paulo: Tenda dos Livros, 2019.

GRIGOLIN, Fernanda. *Sou aquela mulher do canto esquerdo do quadro: a história das mulheres anarquistas como narrativa encarnada*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. Campinas, SP, 2020.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. A metalingüística: por uma ciência dialógica da linguagem. *Horizontes*, v. 24, n. 2, p. 121-128, jul./dez. 2006. Disponível em: [http://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portalUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_08/uploadAddress/Art1\[6565\].pdf](http://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portalUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_08/uploadAddress/Art1[6565].pdf) Acesso em: 11 fev. 2021.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Esfera e Campo. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2014.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo; AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. Valentín Nikoláievitch Volóchinov: detalhes da vida e da obra encontrados em arquivos. *Alfa: Revista de Linguística* (São José do Rio Preto), v. 61, n. 2, 2017. pp. 255-281. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1709-1>. Acesso em: 1 jun. 2021.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo; AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. Registros de Valentin Volóchinov nos arquivos do ILIAZV. In: VOLÓCHINOV, Valentin. *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos resenhas e poemas*. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Américo. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

GRILLO, Sheila. MEDVEDEV, P. N. Собрание сочинений в 2 х томах [P. N. MEDVIÉDEV. Obras reunidas em dois volumes. São Petersburgo: Rostok, 2018]. *Bakhtiniana*, Revista de Estudos do Discurso, v. 15, n. 2, 2020. p. 248-249. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/44412> Acesso em: 1 jun. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. S.l.: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaio, intervenções e diálogos*. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. A Cyborg Manifesto: Science, Technology and Social Feminism in the late Twentieth Century. In: HARAWAY, Donna (ed.). *Symians, Cyborgs and Women: the Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991 [1985]. p. 149-182.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, v. 22, 2004. p. 201-246. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf> Acesso em: 20 abr. 2020.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão: Memória Operária, Cultura e Literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2003. Edição Kindle.

HARDMAN, Francisco Foot. *A estratégia do desterro (situação operária e contradições da política cultural anarquista/Brasil, 1889-1922)*. 280 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Campinas, Campinas, 1980.

HAWKESWORTH, Mary. A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista. *Revista Estudos Feministas* [online], v. 14, n. 3, pp. 737-763, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300010>. Epub 30 Maio 2007. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300010>. Acesso em: 16 jun. 2021.

HEBERLE, Viviane Maria; OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. *Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

HOLLANDA. Heloisa Buarque de (org.) *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 400p.

HOLQUIST, Michael. A fuga do cronotopo. In: BEMONG, Nele *et al.* *Bakhtin e o cronopo: reflexões, aplicações, perspectivas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 34-51.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

hooks, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). História - São Félix (BA). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1412/> Acesso em: 31 maio 2021.

JOAQUIM NABUCO (biografia) In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. s.d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco/biografia> Acesso em: 15 maio 2021.

JORNAL DO BRASIL. 07 jun. 1921, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&pesq=%22de%20telepho%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=8430. Acesso em: 8 dez. 2021.

JORNAL DO BRASIL. Obituário. 11 maio 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&Pesq=%22telephonista%22&pagfis=2249. Acesso em: 8 dez. 2021.

JORNAL DE BORDA. n. 6, março de 2019. Disponível em: <https://tendadelivros.org/jornaldeborda/edicao-06/>. Acesso em: 8 dez. 2021.

JOURDAN, Marcelo Mollica. *A Light, investimento estrangeiro no Brasil uma luz sobre o ciclo privado-público-privado em 80 anos pela análise de taxa de retorno*. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial). Escola de Pós-Graduação em Economia Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006, Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/331/2164.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

KESSEL, Carlos. *A Vitrine e o Espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204430/4101436/a_vitrine_e_o_espelho.pdf. Acesso em: 06 dez. 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019[1968]. 248 p.

KLEJMAN, Laurence. Les Congrès féministes internationaux. *Mil neuf cent*, n.7, 1989. Les congrès lieux de l'échange intellectuel 1850-1914. p. 71-86. DOI:

<https://doi.org/10.3406/mcm.1989.979> Disponível em: www.persee.fr/doc/mcm_0755-8287_1989_num_7_1_979 Acesso em: 20 set. 2020.

KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação* (1909-1962). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, 2006.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. *Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed. México: UNAM, 2005.

LAKOFF, Robin Tolmach. *Language and Woman's Place: Text and Commentaries*, rev. and expanded edn, ed. Mary Bucholtz. New York: Oxford University Press, 2004 (First published New York: Harper & Row, 1975).

LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. *Linguagem e gênero: clássicos traduzidos*. Trad. Adriana Braga e Édison Luis Gastaldo a partir do texto original "Language and Women's place", publicado originalmente no periódico *Language in Society*, 2:45-80, 1973. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Leis Adolfo Gordo*. Verbete Temático sobre a Primeira República do Dicionário Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.

LARIVIÈRE, Louise-L., *Pourquoi en finir avec la féminisation linguistique ou à la recherche des mots perdus*; Montréal, Boréal, 2000, 149 p.

LEITÃO, Eliane Vasconcellos. *A mulher na língua do povo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. *O que fazer?: questões candentes de nosso movimento*. Trad. Edições Avante. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. Edição Kindle.

LÓPEZ, Elvira. *El movimiento feminista: primeros trazos del feminismo en Argentina*. Prólogo de Verónica Gago. 1. ed. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2009 [1901]. 276 p. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/micrositios/libros/ensayo-ciencia-humanidades/el-movimiento-feminista>. Acesso em: 16 jan. 2021.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa*. Porto Alegre: Globo, 1963.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió: EDUFAL, 2009.

MACHADO, Alzemi. (1964-) *A Imprensa catarinense no Século XIX: catálogo descritivo e ilustrado do acervo de jornais raros da Biblioteca Pública de Santa Catarina - Hemeroteca Digital Catarinense*. Florianópolis: FCC Edições, 2020. Disponível em: http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/A_Imprensa_Catarinense_ebook.pdf Acesso em: 11 maio 2021.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço; SEVERO, Cristine Gorski. Sexismo e políticas linguísticas de gênero. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski; GÓRSKI, Edair (orgs.). *Sociolinguística e Política: Linguística Olhares Contemporâneos*. 1ed. São Paulo: Blucher, 2016, p. 245-260. DOI: 10.5151/9788580391466-12

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Mulheres em marcha. *Marcha Mundial das Mulheres*, 2015. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>. Acesso em: 06 jan. 2021.

MARINHO SIQUEIRA, Sandra Maria; MARINHO PEREIRA, Victor Bruno. Aportes para a compreensão da opressão da mulher no capitalismo. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 114-125, ago. 2020. ISSN 2175-5604. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/36653>. Acesso em: 25 ago. 2020. doi: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i1.36653>.

MARTINS, Angela Maria Roberti. *Mulheres na Militância Anarquista (1900-1930)*. Rio de Janeiro, 2013 - LPPE UERJ - ISBN: 978-85-99427-07-1. Disponível em: <https://anarquismo.lppe.ifch.uerj.br/textos/texto5.html>. Acesso em: 3 jan. 2020.

MARTINS, Luciane Alves Branco. O discurso intolerante contra a mulher nas redes sociais: uma análise bakhtiniana. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. 288p.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes]. 2.ed revista. São Paulo: Boitempo, 2010[1843].

MASCULINIZAÇÃO (verbetes). In: *Aulete Digital*. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/masculinização>. Acesso em: 21 set. 2020.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo/Gênero (verbetes). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et alii. *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Propostas e lutas pela educação feminina: entre mães e operárias. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 1, p. 352-371, 11 fev. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/22050>. Acesso em: 21 set. 2020.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. *O método formal nos estudos literários*. Tradução de Sheilla Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012[1928].

MELLO, Marisol Barenco de; MIRANDA, Maria Leticia. “Em busca de uma possível imagem amorosa de si mesmo”. In: BAKHTIN, Mikhail. *O homem ao espelho*. Apontamentos dos anos 1940. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p. 13-36.

MENDES, Samanta Colhado. “Boni, Elvira” (Verbetes). In: *Diccionario biográfico de las izquierdas latinoamericanas*, 2020. Disponible en: <http://diccionario.cedinci.org>. Acceso en: 05 ene. 2021.

MEOLA, Mercedes Posada; UTRERA, Laura Lorena. El amor no duele: Una mirada crítica a la representación de las mujeres en los argumentos de telenovelas latinoamericanas. *Cartema*, Recife, n. 8, p. 166-187, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/CARTEMA/article/view/248832>. Acesso em: 08 dez. 2021.

MERQUIOR, José Guilherme. *Saudades do carnaval: introdução à crise da cultura*. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

MÍDIA NINJA. El violador eres tu – o que é a performance que o mundo está reproduzindo? *Mídia Ninja*, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/news/el-violador-eres-tu-o-que-e-a-performance-que-o-mundo-esta-reproduzindo/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MIKHAIL BAKHTIN. In: *Oxford bibliographies in Anthropology*, 2018. Available from: <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199766567/obo-9780199766567-0186.xml>. Accessed on: 1 Jun. 2021.

MINISTERIO DE CULTURA ARGENTINA. *Elvira López, la primera filósofa argentina*. Buenos Aires, 2009. Disponível em: <https://www.cultura.gob.ar/elvira-lopez-la-primera-filosofa-argentina-8783/> Acesso em: 04 dez. 2020.

MIRANDA, Davi. O sufixo "proibido". In: *Discórdia Gramatical*, 13/06/2011. Disponível em: <http://discordiagramatical.blogspot.com/2011/06/o-sufixo-proibido.html#:~:text=A%20pouca%20produtividade%20do%20sufixo,de%20feminino%20com%20essa%20termina%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 maio 2021.

MIRANDA, Jussara Valéria. “*Recuso-me!*”: ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16458/1/JVMiranda1DISSPRT.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

MONITOR MINEIRO. Guaranesia, 29 de maio de 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=849243&Pesq=Ernestina%20Lesina&pagfis=522>. Acesso em: 13 maio 2021.

MORSON, Gary Saul; EMERSON, Caryl. *Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística*. Trad. de Antonio de Paula Danesi. São Paulo: Edusp, 2008.

MOTA, Luciana Guerra Santos. *Manufaturas de fumo do Recôncavo Baiano: vestígios de patrimônio industrial*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014. 244p.

NABUCO, Joaquim. *Le droit au meurtre*: lettre a M. Ernest Renan sur “L’homme-Femme”. Rio de Janeiro: Garnier, 1872. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4592/1/012057_COMPLETO.pdf Acesso em 06 dez. 2020.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NASCIMENTO, Gabriel. *Do limão faço uma limonada*: estratégias de resistência de professores negros de língua inglesa. 2020. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.8.2020.tde-23092020-130036. Acesso em: 2021-05-16.

NASCIMENTO, Thais. Anastácia: resistência negra santificada. *Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades*, 18 maio 2016. Disponível em <https://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/3526/anastacia-resistencia-negra-santificada> Acesso em: 25 ago. 2020.

NELLY, Richard. *Intervenções críticas*: arte, cultura, gênero e política. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

NETO, Pasquale Cipro. A presidente, a presidenta. In: *Folha de São Paulo*, 04/11/2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0411201004.htm#:~:text=A%20de%20%22agente%22%3A%20gerente,%2C%20o%2Fa%20pedinte>). Acesso em: 15 maio 2021.

NEVES, Aécio. Discurso na pré-convenção do PSDB, 24/02/2002. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/pe/leia-a-integra-do-discurso-do-deputado-aecio-neves-na-pre-convencao-do-psdb/> Acesso em: 15 maio 2021.

O CEARENSE, Fortaleza, 30 nov. 1889. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=22055>. Acesso em: 6 dez. 2020.

OLIVEIRA, Fernão de. *A Gramática da Linguagem Portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975 [1536].

ONU. Organização das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 abr. 2022.

O PAIZ. *Um caso telefônico*. 11 jan. 1920, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&Pesq=%22telephonista%22&pagfis=123. Acesso em: 8 dez. 2021.

ORNELLAS, Clara Avila. *A presença de Mikhail Bakhtin em dissertações de mestrado e teses de doutorado, em Letras, da USP e PUC/SP*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de São Paulo, 1998. 151f.

ORNELLAS, Clara Avila. Mikhail Bakhtin no Brasil: primeiras repercussões. *Espéculo*. Revista de estudios literarios. Universidad Complutense de Madrid. Madrid, n. 43, nov. 2009-fev. 2010. Disponível em: <https://webs.ucm.es/info/especulo/numero43/brabaj.html>. Acesso em: 03 maio 2021.

PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Cecilia; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

PAIXÃO, Márcia; EGGERT, Edla. A hermenêutica feminista como suporte para pesquisar a experiência das mulheres. In: EGGERT, Edla. (org.) *Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul*. [recurso eletrônico] 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 13-22. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1833/5/Processos%20educativos%20no%20fazer%20artesanal%20.pdf#page=14>. Acesso em: 14 dez. 2021.

PAULA, Luciane de.; FIGUEIREDO, M. H. de; PAULA, S. L. de. “O marxismo no/do Círculo de Bakhtin”. In: STAFUZZA, G. B. (org). *Slovo - O Círculo de Bakhtin no contexto dos estudos discursivos*. Curitiba: Appris, p. 79-98, 2011.

PAULA, Luciane de. Círculo de Bakhtin: uma análise dialógica de discurso. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 21, n. 1, p. 239-257, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/125169>. Acesso em: 09 set. 2020.

PAULA, Luciane de. Entrevista especial XI – Luciane de Paula (Unesp). Entrevistada por Larissa Rodrigues, Bruno Barra, Edson Romualdo (part. especial), Geysa Barbosa, Jennifer Marinho, Laís Mikeyla, Neil Franco e Thaís Schoffen. *O Consoante*, 17 mar. 2021. Disponível em: <http://oconsoante.com.br/2021/03/14/entrevista-especial-xi/> Acesso em: 29 mar. 2021.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. *As grandes teorias da Linguística: da gramática comparada à pragmática*. Tradução de Rosário Gregolin; Vanice Sargentini; Cleudemar Fernandes. São Carlos: Claraluz, 2006.

PEREIRA, Astrojildo. A imprensa operária no Brasil. Texto editado originalmente na Revista Estudos - publicação clandestina do PCB, no início da década de 70 – n. 4, de junho de 1972, dos manuscritos de Astrojildo para uma conferência na ABI em 1947. *Revista Novos Rumos*, n. 18/19, v. 5 1990. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2073>. Acesso em: 11 maio 2021.

PERROT, Michelle. “As Mulheres, o poder, a história”. In: PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bootmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Bruno Felipe Marques; FREITAG, Raquel Meister Ko. (2020). Estereótipos na concordância de gênero em profissões: efeitos de frequência e saliência. *Revista Linguística*, v. 16, n. 1, 2020, p. 85-107. doi: <https://doi.org/10.31513/linguistica.2020.v16n1a31637> Acesso em: 28 abr. 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Joana Plaza. Práticas contra-disciplinares na produção do conhecimento linguístico. *In: XI Simpósio Nacional de Letras e Linguística, I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (SILEL)*, 2006, p. 1459-1464. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_505.pdf Acesso em: 27 de ago. de 2020.

PIRES, Vera Lúcia. *Discurso e relações de gênero: sob o signo da Contradição, o rompimento com o senso comum E a instauração do sentido-outro*. Tese (Doutorado em Linguística) -Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. Trad. Valdemir Miotello. São Paulo: Contexto, 2008.

PONZIO, Augusto. Introdução: A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. *In: BAKHTIN, Mikhail. Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotello. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

PORTO, Débora. *As dores do parto e outros poemas*. Balneário Gaivota: Editora Polifonia, 2021.

PRESIDENTA (verbetes). *In: FIGUEIREDO, Cândido. Novo dicionário da língua portuguesa*. Project Gutenberg, 2010[1913]. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf> Acesso em: 21 set. 2020.

PRESIDENTA (verbetes). *In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba, Positivo, 2010.

PRESIDENTA (verbetes). *In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. ABL, 2009. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario> Acesso em: 21 set. 2020.

PROFESSORA (verbetes) *In: Aulete Digital*. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/professora> Acesso em: 21 set. 2020.

PUGH, Martin. *Women and the Women's Movement in Britain, 1914-1999*. Second Edition. London: Macmillan Press, 2000.

PUIGVERT, Lúcia. *Las otras mujeres*. Barcelona: El Roure editorial, 2001a.

PUIGVERT, Lúcia. Igualdade de Diferenças. *In: BECK-GERNSHEIM, Elisabeth; BUTLER, Judith; PUIGVERT, Lúcia. Mujeres y transformaciones sociales*. Barcelona: El Roure, 2001b. p. 93-107.

PUIGVERT, Lúcia. RUÍZ, Laura. Teoria feminista do século XXI: as vozes das outras mulheres. *Revista Fórum*. Universidade do Minho, Portugal. v. 33, p. 45-58, jan./jun. 2003. Disponível em <https://revistas.uminho.pt/index.php/forum/article/view/2169/2334>. Acesso em: 11 abr. 2021.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

RAGO, Margareth. Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil: 1890- 1930. In: MELO, H. P. PISCITELLI, A. MALUF, S. W. PUGA, V. L. (orgs.). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007. p. 219-274

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012. p. 579-606.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

REBELO, Apolinário. *A Classe Operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

REIS, Elisa Maria Pereira. Elites Agrárias, State-Building e Autoritarismo. *Dados*, v. 25, n. 3, p. 331-348, 1982.

REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. *Afro-Ásia*, p. 100-126, 1992. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3589> Acesso em: 11 jun. 2021.

REVISTA DA SEMANA. O monstro das cem mil bocas. 12/04/1924. p. 1 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_02&pesq=%22telefonista%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=6787. Acesso em: 6 dez. 2021.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. Coleção feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019a.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.

RIBEIRO, Kelli da Rosa. A produtividade do conceito de discurso bivocal no contexto do culto televisivo Show da Fé. *Letrônica*, v. 11, n. 3, p. s68-s82, 19 out. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2018.s.30419>. Acesso em: 19 jun. 2021.

RIBEIRO, Kelli da Rosa. A complexidade do encontro de esferas discursivas: o caso da mídia e da religião na contemporaneidade. *Revista Desenredo*. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 187-211, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/6779>. Acesso em: 19 jun. 2021.

RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 376-406.

RIZZINI, Irma; GOMES, Camilla Estevam Dantas; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Elisa Scheid: uma professora nos movimentos de trabalhadores da estrada de ferro central

do Brasil (Engenho de Dentro, Rio De Janeiro, 1890 a 1910). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 20, p. e020050, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8656567. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656567>. Acesso em: 5 jan. 2022.

RODRIGUES, Carla. Breve história crítica dos feminismos no Brasil. *Revista Serrote*, n. 30, 2019. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2019/02/breve-historia-critica-dos-feminismos-no-brasil-por-carla-rodrigues/> Acesso em: 09 set. 2020.

RODRIGUES, Edgar. *Pequena história da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997.

RODRIGUES, Sueli de Jesus; TORQUATO, Clóris Porto. O gênero discursivo “carta aberta” e a temática do meio ambiente na sala de recursos. In: PARANÁ. Secretaria de educação. *Cadernos PDE. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE*. Versão Online. Curitiba, 2014. v. 1. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ue_pg_port_artigo_sueli_de_jesus_rodrigues.pdf

ROIO, José Luiz Del. *A greve de 1917: os trabalhadores entram em cena*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Convenção do PT. In: *FPABRAMO*, 14/06/2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/06/14/convencao-pt-discurso-de-dilma-rousseff/>. Acesso em: 06 dez. 2020.

ROUSSEFF, Dilma. *Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, no Parlatório do Palácio do Planalto*. 1º jan. 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio>. Acesso em: 06 dez. 2020.

ROUSSEFF, Dilma. Íntegra do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff no Congresso. *Agência Câmara de Notícias*, 1º jan. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/448217-integra-do-discurso-de-posse-da-presidente-dilma-rousseff-no-congresso/>. Acesso em: 06 dez. 2020.

ROUSSEFF, Dilma. Veja a íntegra do discurso de defesa de Dilma no Senado. *Agência Senado*, 29 ago. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>. Acesso em: 06 dez. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 16, p.115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985. Disponível em: https://www.bheledn.com/images/stories/vig/Fraud_Prevention_Policy.pdf. Acesso em: 7 dez. 2021.

SANTOS, Fábio Américo Reis. Trabalho e Racialização em São Félix: o caso Dannemann (1889-1940). Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós- Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018.

SANTOS, Sérgio Coutinho dos; *et al.* O protagonismo feminino na luta operária do setor têxtil em Alagoas: o caso das mulheres grevistas de Fernão Velho. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 193-213, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/1057>. Acesso em: 7 dez. 2021.

SARNEY, José. Presidenta ou presidente? *In: Academia Brasileira de Letras*, 19/11/2009. Disponível em: <https://www.academia.org.br/artigos/presidenta-ou-presidente>. Acesso em: 7 dez. 2021.

SAUL, Jennifer; DIAZ-LEON, Esa, "Feminist Philosophy of Language". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), 2018. Available from: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/feminism-language/>. Access on: 10 jun. 2020.

SCHNAIDERMAN, Boris. *Turbilhão e semente: ensaios sobre Dostoiévski e Bakhtin*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

SCHUMAHER, Maria Aparecida. *Dicionário mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade - Biográfico e ilustrado*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 522p.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

SCHWINDT, Luiz Carlos. Exponência de gênero e classe temática em português brasileiro. *Delta*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 745-768, jun. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502018000200745&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/0102-44509154975775546>.

SCHWINDT, Luiz Carlos. “Gênero neutro em PB: possibilidades e limite do sistema - todxs, tod@s, todes?” *Live PET/UFU*, 24/09/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d8u8h0zcPsI> Acesso em: 28 set. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2. jul./dez., 1995. p. 71-99

SCHUMAHER, Maria Aparecida. *Dicionário mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade - Biográfico e ilustrado*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 522p.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metropole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, Adriana Pucci Penteadado de Faria e. O, 5 mm: a nova edição brasileira de problemas da poética de Dostoiévski. Bakhtiniana, *Rev. Estud. Discurso*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 7-23, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732011000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/S2176-45732011000200002>.

SILVA, Elias Ribeiro da. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. *Trab. linguist. apl.*, Campinas, v. 52, n. 2, p. 289-320, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132013000200007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 01 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000200007>.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer Charutos: uma atividade feminina*. Dissertação (Mestrado em História na Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, Ba, 2001.

SILVA, Krystila Andressa Costa da. Jornal “A Classe Operária”: anos iniciais da imprensa oficial do Partido Comunista do Brasil (1925-1930). In: SOUZA, José Edimar de; ZANOTTO, Gizele; SPERANZA, Clarice G.; VIANNA, Marcelo; HARRES, Marluza Marques. (orgs.) *Anais [do] Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: História & resistências*, Passo Fundo 21 a 24 de julho de 2020. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2020. Disponível em: https://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br/resources/anais/15/anpuh-rs-eeh2020/1598148584_ARQUIVO_f36759bfd4b37681d064d95b75d986c9.pdf Acesso em: 03 jun. 2021.

SILVA, Luciana Saratt da. *As reacentuações axiológicas da bandeira nacional e da camiseta da seleção: os signos ideológicos como fonte identitária da direita brasileira*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. 92f. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9651#preview-link0>. Acesso em: 06 jan. 2022.

SILVA, Luís Inácio Lula da. Discurso no Parlatório. In: *Folha de São Paulo*, 02/01/2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44292.shtml> Acesso em: 06 dez. 2020.

SILVEIRA, Jane Ramos. Masculino e feminino? A categoria gramatical de gênero e a teoria do valor. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 52, n. 1, p. 45–54, 2011. DOI: 10.20396/cel.v52i1.8637200. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637200>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SINO AZUL. *A vingança do sapateiro*. Rio de Janeiro, ago. 1928, p. 22. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=009318&Pesq=%22telephonista%22&pagfis=284>. Acesso em: 8 dez. 2021.

SINO AZUL. Rio de Janeiro, jul. 1928, p. 36. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=009318&Pesq=%22telephonista%22&pagfis=254>. Acesso em: 8 dez. 2021.

SOBRAL, Adail. Entrevista especial VI – Adail Sobral (FURG). Entrevistado por Flaviane Moraes, Neil Franco, Rafael Alves e Tiago Guimarães. *O Consoante*, 9 de abr. de 2019. Disponível em: <http://oconsoante.com.br/2019/04/09/entrevista-especial-vi/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SPIVAK, Chakravorty. Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEINMETZ, Katy. Which Word Should Be Banned in 2015? *In: Time*, 12/11/2014. Disponível em: <https://time.com/3576870/worst-words-poll-2014/> Acesso em: 07 set. 2020.

SUBDESENVOLVIMENTO (verbetes). *In: OXFORD LANGUAGES*. Oxford University Press, 2020. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/> Acesso em 15 dez. 2020.

TANNEN, Deborah. *You just don't understand: Women and men in conversation*. New York: William Morrow, 1990. 330p.

TAVARES, Marcelo Góes. Territórios fabris no ramo têxtil em Alagoas e fisiografias urbanas em Maceió (1857-1943): histórias e representações. *Confins* [En ligne], n. 40, maio 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/20309>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.20309>. Acesso em: 27 dez. 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo Brasileiro*. São Paulo: Editora Alameda, 2017. 302p.

TEMER, Michel. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de Estado - Palácio do Planalto, 12 maio 2016a. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>. Acesso em: 21 dez. 2021.

TEMER, Michel. 1º pronunciamento como presidente. *G1*, São Paulo, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de->

dilma/noticia/2016/08/integra-do-1-pronunciamento-de-temer-como-presidente-veja-e-leia.html. Acesso em: 21 dez. 2021.

TEMER, Michel. Discurso do Presidente Michel Temer na abertura do Debate Geral da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 25/09/2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19533-discurso-do-presidente-michel-temer-na-abertura-do-debate-geral-da-73-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-2>. Acesso em: 21 dez. 2021.

TEZZA, Cristovão. Bakhtin - uma memória pessoal. Bakhtiniana. *Revista de Estudos do Discurso*, v. 16, n. 2, p. 36-52, 2021 Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/48231> Acesso em: 20 jun. 2021.

TIBURI, Márcia. *Feminismo em comum: para todas, todos e todes*. 11 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2019.

TIBURI, Márcia. Feminismo dialógico: notas para a fundamentação de um projeto epistemológico e ético-político. In: INSTITUTO PARA REFORMA DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E EMPRESA (IREE). *Curso Feminismo para uma outra sociedade*. Brasil, 2020.

TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. Trad. Ana M. Leite. Lisboa: Edições 70, 1981. UEDA, Vanda. A implantação do telefone: o caso da Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência - Pelotas, Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v. III, n. 46, p. 1-13, 1999. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-46.htm> Acesso em: 27 nov. 2021.

VALENTE, Marcélia Picanço. *Imprensa e educação: registro da escrita feminina no jornal O Operário (1909-1913)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2014. Disponível em: http://educacao.uniso.br/producao-discente/dissertacoes/2013/Marcelia_Picanco_Valente.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.

VALLADA, Amanda Diniz; PINTO, Joana Plaza. Cinco décadas de linguística feminista: índices de consolidação do campo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 29, v. 1, 2021, p. e64988. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/64988/46639> Acesso em 13 nov. 2021.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad. Jamille Pinheiro e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu editora, 2020. 144p.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. *A construção da Enunciação e Outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológica na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017[1929]. 376p.

VOLÓCHINOV, Valentin. *A Palavra na vida e a palavra na poesia*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOLÓSHINOV, Valentín Nikoláievich. *El marxismo y la filosofía del lenguaje*: Los principales problemas del método sociológico en la ciencia del lenguaje. Traducción directa del ruso realizada por Tatiana Bubnova. 1. ed. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2018[1929].

VOLOŠINOV, Valentin Nikolaevič. *Marxism and the Philosophy of Language*. Translated by Ladislav Matejka and I. R. Titunik. New York: Seminar Press, 1973[1929].

VOLOŠINOV, Valentin Nikolaevič. *Marxisme et philosophie du langage*. Les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage. Nouvelle édition bilingue traduite du russe par Patrick Sériot et Inna Tylkowski-Ageeva. Limoges: Lambert Lucas, 2010[1929].

WEIL, Simone. *A condição da mulher operária e outros estudos sobre opressão*. Seleção e apresentação de Ecléa Bosi. Tradução de Therezinha G. G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WOOLF, Virginia. *Mulheres e ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

YAGUELLO, Marina. *Les mots et les femmes*: essai d'approche socio-linguistique de la condition féminine. Paris: Payot, 1978.

YAGUELLO, Marina. *Le sexe des mots*. Paris: Point-virgule, 1989.

YAGUELLO, Marina. *Les Mots ont un sexe*. Pourquoi " marmotte " n'est pas le féminin de " marmot ", et autres curiosités. Paris: Points, 2014.

YAGUELLO, Marina. Introdução: Bakhtin, o homem e seu duplo. In: BAKHTIN, M.; (V. N. Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Prefácio Roman Jakobson; Apresentação Marina Yaguello. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi. 14ª edição. São Paulo: Hucitec, 2010.

ZIMMAN, Lal; HALL, Kira. "Language, Gender, and Sexuality". In: OXFORD BIBLIOGRAPHIES. *Obo in Linguistics*, 2016. Available from: <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199772810/obo-9780199772810-0109.xml>. Accessed: 11 Aug. 2020.

ANEXO 1

Quadro 12: Obras do Círculo de Bakhtin publicadas no Brasil

Ano de publicação/ de escrita	Ano de publicação no Brasil	Autor	Obra	Tradução	Editores	Edição
1929	1979	Mikhail Bakhtin (Volochninov)	<i>Marxismo e filosofia da linguagem: problemas do método sociológico na ciência da linguagem</i>	Michel Lahud e Yara Frateschi a partir da edição francesa (Paris, Les Editions de Minuit, 1977).	Hucitec	1ª
1963	1981	Mikhail Bakhtin	<i>Problemas da poética de Dostoiévski</i>	Paulo Bezerra a partir da terceira edição do original russo <i>Kbudój estvennaya literatura</i> , Moscou, 1972.	Forense Universitária	1ª
1929	1981	Mikhail Bakhtin (Volochninov)	<i>Marxismo e filosofia da linguagem: problemas do método sociológico na ciência da linguagem</i>	Michel Lahud e Yara Frateschi a partir da edição francesa (Paris, Les Editions de Minuit, 1977).	Hucitec	2ª
1965	1987	Mikhail Bakhtin	<i>A cultura popular na Idade Média e no Renascimento : o contexto de François Rabelais</i>	Yara Frateschi e outros a partir da edição francesa <i>L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Age et sous la Renaissance</i> , Paris, Ed. Gallimard, 1970	Hucitec	1ª
1924-1975	1988	Mikhail	<i>Questões de</i>	Aurora	Unesp/	1ª

		Bakhtin	<i>literatura e de estética: a teoria do romance</i>	Fornoni Bernadini e outros a partir do russo: <i>Edições Khudajestven aia Literatura</i> , Moscou, U.R.S.S., 1975.	Hucitec	
1924-1975	1990	Mikhail Bakhtin	<i>Questões de literatura e de estética: a teoria do romance</i>	Aurora Fornoni Bernadini e outros a partir do russo: <i>Edições Khudajestven aia Literatura</i> , Moscou, U.R.S.S., 1975.	Unesp /Hucitec	2ª
1919-1979	1992	Mikhail Bakhtin	<i>Estética da criação verbal</i>	Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira a partir do francês	Martins Fontes	1ª
1965	1996	Mikhail Bakhtin	<i>A cultura popular na Idade Média e no Renascimento : o contexto de François Rabelais</i>	Yara Frateschi e outros a partir da edição francesa <i>L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Age et sous la Renaissance</i> , Paris, Ed. Gallimard, 1970	Hucitec	2ª
1963	1997	Mikhail Bakhtin	<i>Problemas da poética de Dostoiévski</i>	Paulo Bezerra a partir da terceira edição do original russo <i>Kbudój estvennaya literatura</i> , Moscou, 1972.	Forense Universitária	2ª

				(revisada)		
1919-1979	1997	Mikhail Bakhtin	<i>Estética da criação verbal</i>	Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira a partir do francês	Martins Fontes	2ª
1927	2001	Mikhail Bakhtin / Valentin Volóchinov	<i>Freudismo</i>	Paulo Bezerra a partir do russo.	Perspectiva	1ª
1924-1975	2002	Mikhail Bakhtin	<i>Questões de literatura e de estética: a teoria do romance</i>	Aurora Fornoni Bernadini e outros a partir do russo: <i>Edições Khudajestveniaia Literatura</i> , Moscou, U.R.S.S., 1975.	Unesp/Hucitec	5ª
1963	2002	Mikhail Bakhtin	<i>Problemas da poética de Dostoiévski</i>	Paulo Bezerra a partir da terceira edição do original russo <i>Kbudój estvennaya literatura</i> , Moscou, 1972. (revisada)	Forense Universitária	3ª
1919-1979	2003	Mikhail Bakhtin	<i>Estética da criação verbal</i>	Paulo Bezerra a partir do russo	Martins Fontes	4ª
1929	2006	Mikhail Bakhtin (Volochínov)	<i>Marxismo e filosofia da linguagem: problemas do método sociológico na ciência da linguagem</i>	Michel Lahud e Yara Frateschi a partir da edição francesa (Paris, Les Editions de Minuit, 1977).	Hucitec	12ª
1963	2008	Mikhail Bakhtin	<i>Problemas da poética de Dostoiévski</i>	Paulo Bezerra a partir da terceira edição do original russo <i>Kbudój estvennaya literatura</i> ,	Forense Universitária	4ª

				Moscou, 1972. (revisada)		
1919-1979	2010	Mikhail Bakhtin	<i>Estética da criação verbal</i>	Paulo Bezerra a partir do russo	Martins Fontes	5 ^a
1965	2010	Mikhail Bakhtin	<i>A cultura popular na Idade Média e no Renascimento : o contexto de François Rabelais</i>	Yara Frateschi a partir da edição francesa <i>L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Age et sous la Renaissance</i> , Paris, Ed. Gallimard, 1970	Hucitec	7 ^a
1920-1924	2010	Mikhail Bakhtin	<i>Para uma filosofia do ato responsável</i>	Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco a partir do italiano <i>Per una filosofia dell'atto responsabile</i> (Pensa Multimedia, Lecce, 2010). Edição revisada em <i>Filosofija i sociologia nauki i tehniki, Ezegodnik 1984- 85</i> , Moscú, Nauka 1986. Edição revisada em Bakhtin, <i>Sobranie socinenij</i> [Raccolta delle opere], vol I, Moscú, Russkie slovari, 2003. Tradução do	Pedro & João Editores	1 ^a

				russo de Luciano Ponzio.		
1924-1975	2010	Mikhail Bakhtin	<i>Questões de literatura e de estética: a teoria do romance</i>	Aurora Fornoni Bernadini e outros a partir do russo: <i>Edições Khudajestven aia Literatura</i> , Moscou, U.R.S.S., 1975.	Hucitec	6 ^a
1929	2010	Mikhail Bakhtin (Volochninov)	<i>Marxismo e filosofia da linguagem: problemas do método sociológico na ciência da linguagem</i>	Michel Lahud e Yara Frateschi a partir da edição francesa (Paris, Les Editions de Minuit, 1977).	Hucitec	14 ^a
1928	2012	Pável Medviédev	<i>O método formal nos estudos literários: Introdução crítica a uma poética sociológica.</i>	Tradução a partir do original russo e Nota das tradutoras de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Apresentação Beth Brait.	Contexto	1 ^a
1963	2013	Mikhail Bakhtin	<i>Problemas da poética de Dostoiévski</i>	Paulo Bezerra a partir da terceira edição do original russo <i>Kbudój estvennaya literatura</i> , Moscou, 1972. (revisada)	Forense Universitária	5 ^a
1940	2013	Mikhail Bakhtin	<i>Questões de estilística no ensino da língua</i>	Tradução original do russo, posfácio e notas Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Apresentação Beth Brait.	Editora 34	1 ^a

				Organização e notas da edição russa Serguei Botcharov e Liudmila Gogotichvíli		
1925-1930	2013	Valentin Nikolaevich Volochínov	<i>A construção da Enunciação e outros ensaios</i>	Organização, Tradução e Notas: João Wanderley Geraldi. Edição e Supervisão da Tradução: Valdemir Miotello. Tradução realizada a partir do italiano, do inglês e do espanhol (obras elencadas nas páginas 25-26 do livro)	Pedro & João Editores	1ª
1929	2014	Mikhail Bakhtin (Volochínov)	<i>Marxismo e filosofia da linguagem: problemas do método sociológico na ciência da linguagem</i>	Michel Lahud e Yara Frateschi a partir da edição francesa (Paris, Les Editions de Minuit, 1977).	Hucitec	16ª
1930-1936 e 1972	2015	Mikhail Bakhtin	<i>Teoria do romance I: A estilística</i>	Tradução do russo, prefácio, notas e glossário Paulo Bezerra. Organização da edição russa: S. Botcharov e V. Kójinov.	Editora 34	1ª
1950-1961 [1976-1997]	2016	Mikhail Bakhtin	<i>Os gêneros do discurso</i>	Organização, tradução do russo, posfácio e notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov.	Editora 34	1ª
1929	2017	Valentin	<i>Marxismo e</i>	Sheila Grillo	Editora 34	1ª

		Volóchinov	<i>filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem</i>	e Ekaterina Vólkova Américo a partir do original russo		
1930-1971 (textos publicados entre 1970 e 1979)	2017	Mikhail Bakhtin	<i>Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas</i>	Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov.	Editora 34	1ª
1937-1939	2018	Mikhail Bakhtin	<i>Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo</i>	Tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Organização da edição russa Serguei Botcharov e Vadim Kójinov.	Editora 34	
1940-1941 (textos publicados em 1965, 1970, 1975)	2019	Mikhail Bakhtin	<i>Teoria do romance III: O romance como gênero literário</i>	Tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Organização da edição russa Serguei Botcharov e Vadim Kójinov.	Editora 34	1ª
1940	2019	Mikhail Bakhtin	<i>Questões de estilística no ensino da língua</i>	Tradução original do russo, posfácio e notas Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Apresentação Beth Brait. Organização e notas da edição russa Serguei Botcharov e Liudmila Gogotichvíli	Editora 34	2ª
1921-1930	2019	Valentin Volóchinov	<i>A palavra na vida e a palavra na poesia</i>	T Organização, tradução, ensaio introdutório e	Editora 34	1ª

				notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Textos coletados em 2016 na Biblioteca da Academia de Ciências de São Petersburgo.		
[1943]	2019	Mikhail Bakhtin	<i>O homem ao espelho: apontamentos dos anos 1940</i>	Tradução de Marisol Barenco Mello e Maria Letícia Miranda do italiano (cotejamento com russo Ekaterina Vólkova Américo)	Pedro & João Editores	1ª
1920-1924	2021	Mikhail Bakhtin	<i>Lendo Razlúka de Púchkin: a voz do outro na poesia lírica</i>	Tradução de Marisol Barenco do italiano	Pedro & João Editores	1ª

Fonte: elaborada pela autora

ANEXO 2

Palavra “Feminista” no jornal *O Cearense* (30/11/1889, p. 2).

Mulheres ... na ponta – A notícia que abaixo publicamos, exibindo-se de uma folha portuguesa, deve interessar às senhoras, que parecem dispostas a intervir nos negócios públicos, fazendo-se eleitoras.

Eis a notícia:

“Nas próximas eleições de deputados em França, serão apresentadas nos departamentos de Paris, pela “Liga de Mulheres Socialistas”, três candidatas.

O caso não é novo, em 1885, uma federação socialista apoiou as candidaturas de 6 mulheres afixando nas esquinas de Paris milhares de manifestos e de reclames eleitorais das candidatas.

O resultado dessa campanha foi ... uma gargalhada geral.

A campanha de hoje terá o mesmo successo.

Dentro em poucos dias realizar-se-á em Paris uma grande reunião pública, organizada pela “Liga das mulheres socialistas”, em que as três candidatas, Astier de Valsayre Eugenie Potonié e Sainte Hilaire desenvolverão os seus programas políticos, que se resume nisto: - a questão feminina.

Não subirão desta tese. O que ellas querem é entrar no parlamento, à maneira das mulheres de Aristófanes, disfarçadas de homens, como às vezes anda madame Astier de Valsayre, e fazerem adotar uma nova instituição, que investirá o sexo feminino da direção exclusiva dos órgãos públicos.

Aguardando o resultado da votação de 22 corrente, vamos esboçar a fisionomia das três candidatas: Madame Saint-Hilaire, mulher pequenina, viva, cabelos grisalhos, olhos inteligentes, 48 anos de idade. Tem conversa agradável e fala muito depressa. Escreveu grande número de romances, onde a mulher é sempre representada como vítima e o homem como algoz. É também autora de numerosas brochuras socialistas e de vários estudos políticos.

É viúva. Vive só numa casa que parece um museu. É colecionadora de primeira ordem e fala nas reuniões políticas pelos cotovelos.

Madame Eugenie Potonié, 40 anos, casada, carácter bondoso, espírito esclarecido. Tem escrito vários romances, sob o pseudónimo Pierre Pontonié.

Não sendo bonita, é, contudo, muito atraente e tem maneiras encantadoras.

Os seus íntimos dizem que é bondosíssima.

Nunca falou em reuniões públicas. É tímida, acabada, ligeiramente melancólica. Mas, apesar de tímida, combate há mais de vinte anos pelo seu sexo com grande desesperança e ardor.

Mulheres ... na ponta. — A noticia que abaixo publicamos, extrahindo-se de uma folha portugueza, deve interessar ás senhoras, que parecem dispostas a intervir nos negocios publicos, fazendo-se eleitoras.

Eis a noticia :

“ Nas proximas eleições de deputados em França serão apresentadas nos departamentos de Paris, pela “Liga de mulheres socialistas,” tres candidatas.

O caso não é novo. Em 1885, uma federação socialista apoiou as candidaturas de 6 mulheres afixando nas esquinas de Paris milhares de manifestos e de reclames eleitorais das candidatas.

O resultado desta campanha foi ... uma gargalhada geral.

A campanha de hoje terá o mesmo successo.

Dentro em poucos dias realizar-se-á em Paris uma grande reunião publica, orgnisada pela “Liga das mulheres socialistas,” em que as tres candidatas, Astier de Valsayre, Eugenie Potonié e Saint-Hilaire desenvolverão os seus programas politicos, que se resume nisto: — a questão feminina.

Não subirão desta these. O que ellas querem é entrar no parlamento, a maneira das mulheres de Aristophanes, disarçadas em homens, como as vezes anda madame Astier de Valsayre, e fizerem adoptar uma nova instituição, que investirá o sexo feminino da direção exclusiva nos negocios publicos.

Aguardando o resultado da votação de 22 do corrente, vamos esboçar a physionomia das tres candidatas : Madame Saint-Hilaire, mulher pequenina, viva, cabellos grisalhos, olhos inteligentes, 48 annos de idade. Tem conversa agradável e falla muito depressa. Escreveu grande numero de romances, onde a mulher é sempre representada como victima e o homem como algoz. É tambem autora de numerosas brochuras socialistas e de varios estudos politicos.

É viúva. Vive só n'uma casa que parece um museu. É uma colleccionadora de primeira ordem, e falla nas reuniões politicas pelos cotovelos.

Madame Eugénie Potonié, 40 annos, casada, caracter bondoso, espirito esclarecido. Tem escripto varios romances, sob o pseudonimo de Pierre Potonié.

Não sendo bonita, é, contudo, muito attraente, e tem maneiras encantadoras.

Os seus íntimos dizem n'a bondosissima.

Nunca fallou em reuniões publicas. É tímida, acabada, ligeiramente melancolica. Mas, apesar de tímida, combate há mais de vinte annos pelo seu sexo com grande desesperança e ardor.

Madame Astier de Valsayre, é uma mulher dos demônios. Tem batido nos homens e provocado em duelo a várias mulheres. Aconselhou as japonesas a não se vestirem como parisienses, reivindicou o direito de não usar calças etc.

Intrepida, corajosa, gostando de polêmica, pela-se também pelo cheiro da pólvora e pelo zumbido das balas.

Madame Astier divide seu tempo entre as letras e as ciências. Tem em casa um laboratório onde manipula todo o gênero de ingredientes e de matérias químicas. É mãe de dois rapazes, de duas crianças adoráveis, que estremece, e a quem todos os dias dá lição de matemáticas comparadas. É essa a sua distração predileta.

Tem 35 anos, é loura, magra, pequenina, muito viva, sempre em movimento, sempre risonha, ar motejador, extremamente volúvel ao falar. Usa luneta.

“Um bom rapaz, por fim de contas.”

Quanto à política, não é blanquista, nem autonomista, nem oportunista; é “feminista”, e batalha pela melhoria da sorte da mulher.

Foi ela quem fundou, em 22 de agosto do último ano, a “Liga de mulheres socialistas”, que hoje conta com 75 associadas.

Entre as reformas que reclama, citam-se a proteção da infância, a amamentação materna, a supressão da pena de morte e da guerra, a igualdade absoluta do homem e da mulher, o acesso de todas as profissões às mulheres etc.”

Madame Astier de Valsayre, é uma mulher dos demônios. Tem batido nos homens e provocado em duelo varias mulheres. A aconselhou as japonezas a não vestirem como as parisienses, reivindicou o direito de usar calças, etc

Intrepida, corajosa, gostando de polemica, pela-se tambem pelo cheiro da polvora e pelo zumbido das balas.

Madame Astier divide o seu tempo entre as letras e as sciencias. Tem em casa um laboratorio onde manipula todo o genero de ingredientes e de materias quimicas.

É mãe de dous rapazes, de duas creanças adoraveis, que estremece, e á quem todos os dias dá lição de mathematicas comparadas. É essa a sua distracção predilecta.

Tem 35 annos, é loura, magra, pequenina, muito viva, sempre em movimento, sempre risonha, ar motejador, extremamente volúvel a fallar. Usa luneta.

“Um bom rapaz, por fim de contas.”

Quanto á politica, não é blanquista, nem autonomista, nem oportunista; é “feminista”, e batalha pela melhoria da sorte da mulher.

Foi ella quem fundou, em 22 de Agosto ultimo, a “Liga de mulheres socialistas”, que hoje conta 75 associadas.

Entre as reformas que reclama citam-se a protecção da infancia, a amamentação materna, a supressão da pena de morte e da guerra, a igualdade absoluta do homem e da mulher, o acesso de todas as profissões ás mulheres, etc. ”